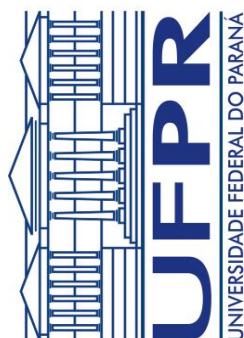


**SETOR DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA  
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

**FERNANDO AUGUSTO STAREPRAVO**

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER  
NO BRASIL: APROXIMAÇÕES, INTERSECÇÕES,  
RUPTURAS E DISTANCIAMENTOS ENTRE OS  
SUBCAMPOS POLÍTICO/BUROCRÁTICO E  
CIENTÍFICO/ACADÊMICO**

Tese de Doutorado defendida como pré-requisito para a obtenção do título de Doutor em Educação Física, no Departamento de Educação Física, Setor de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Paraná.



**CURITIBA  
2011**

FERNANDO AUGUSTO STAREPRAVO

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER NO BRASIL:  
APROXIMAÇÕES, INTERSECÇÕES, RUPTURAS E  
DISTANCIAMENTOS ENTRE OS SUBCAMPOS  
POLÍTICO/BUROCRÁTICO E CIENTÍFICO/ACADÊMICO**

Tese de Doutorado defendida como pré-requisito para a obtenção do título de Doutor em Educação Física, no Departamento de Educação Física, Setor de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Wanderley Marchi Júnior



Ministério da Educação  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
Setor de Ciências Biológicas  
Departamento de Educação Física



## TERMO DE APROVAÇÃO

FERNANDO AUGUSTO STAREPRAVO

### “Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Brasil: Aproximações, Intersecções, Rupturas e Distanciamentos Entre os Subcampos Político/Burocrático e Científico/Acadêmico”

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Educação Física – Área de Concentração Exercício e Esporte, Linha de Pesquisa Sociologia para o Esporte e o Lazer, do Departamento de Educação Física do Setor de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte Banca Examinadora:

Professor Dr. Wanderley Marchi Júnior (Orientador)  
BL / UFPR

Prof<sup>a</sup>. Dra. Maria Tarcisa S. Bega  
Membro Externo

Prof<sup>a</sup> Dra. Cristina C. Cardoso de Medeiros  
Membro Interno

Professor Dr. Fernando M. Mezzadri  
Membro Interno

Prof. Dr. Amauri A. Bassoli de Oliveira  
Membro Externo

Curitiba, 01 de Agosto de 2011.

Campus Jardim Botânico-CEP: 80.215-370 – Curitiba/PR  
Telefone: (41) 3362-8745 Fax (41) 3360-4336  
email: [mestrado\\_edf@ufpr.br](mailto:mestrado_edf@ufpr.br) [danieldias@ufpr.br](mailto:danieldias@ufpr.br)

[www.edf.ufpr.br](http://www.edf.ufpr.br)

Esta é uma tese de um professor de Educação Física que gosta de política e se interessa pela ciência

## AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos serão breves, porém muito sinceros.

Agradeço a Deus e a todos que intercederam junto a ele durante minhas inúmeras orações.

Não sei se isso existe, mas gostaria de agradecer a uma instituição, a UFPR. Afinal, foram mais de 14 anos dentro dessa Universidade. Devo a ela a maior parte da minha formação. Ali fiz meu ensino médio, graduação, mestrado e doutorado. E foi ali que conheci grandes pessoas, bons amigos, construí belas amizades, adquiri conhecimento, estudei, pesquisei, trabalhei, fiz festas, bati o carro, enfim foi um longo período muito intenso. E espero que esse não seja o fim. Apenas um até breve.

Dentre os professores, devo tantos agradecimentos, desde o professor Ademir, passando por Wagner, Mezzadri, Cavichioli e tantos outros, mas não poderia deixar de destacar o prof. Dr. Wanderley Marchi Júnior por ter aceitado ser meu orientador e ter contribuído de maneira decisiva para a construção dessa tese e para o meu amadurecimento acadêmico e profissional. No começo confesso que passei por um processo de estranhamento, mas hoje reconheço publicamente como te admiro e quanto você é importante para mim. Muito obrigado por tudo Wanderley.

Dentre os funcionários também foram vários que marcaram nossa passagem pela UFPR, mas não tem como não lembrar do “Tio Adilson” e reconhecer a atenção e o trabalho de nosso secretário de pós-graduação, Daniel. Valeu companheiro. Agradecimentos ainda aos professores e funcionários dos programas de pós-graduação em Administração, Ciências Sociais e Ciência Política.

Agradeço a Gisiele Tomacheski e Giulia Piekarzewicz, minhas companheiras de todas as horas, que sempre me apoiaram e me deram suporte para agüentar a empreitada. Amo muito vocês.

Aos meus pais Nicolau Starepravo e Leonelia Chued, pelo investimento na minha educação, pelo apoio, carinho e por outros mimos como deliciosos almoços da mamãe e caronas semanais de madrugada para a rodoviária. Agradeço as minhas irmãs, especialmente a Milena Starepravo pelas conversas e conselhos.

Agradeço aos companheiros do grupo de orientação do professor Wanderley na UFPR: Ana, Bárbara, Leila, Juliana, Bruno, Juliano, Dandoro, Esthela, Ricardo, Tati e Gilmar. Vocês ajudaram muito na construção desse trabalho com suas leituras, críticas e sugestões.

Agradecer aos meus “sujeitos de pesquisa”, que se mostraram tão solícitos e dispostos a colaborar com o desenvolvimento dessa tese.

Devo ainda agradecer aos que me apoiaram no aspecto profissional, colegas de trabalhos que desde o início apoiaram minha decisão de cursar o doutorado e ajudaram no que foi possível. Meus sinceros agradecimentos aos professores do colegiado de Educação Física da Faculdade Guairacá, em especial aos professores Deoclécio Rocco Gruppi, Wendell Arthur Lopes e Sérgio Roberto Chaves Júnior. Aos diretores da Faculdade Guairacá, professores Juarez Matias Soares, Janete Kulka e Irene Raquel Garcia. Nunca esquecerei tudo que fizeram por mim e de tudo que construímos juntos. Tenho muito orgulho de fazer parte da “Família Guairacá”. Agradecimento aos colegas de Programa Segundo Tempo, a começar pelo prof. Silvano da Silva Coutinho, por ter me apresentado ao Programa, e aos colegas de Equipe Colaboradora, em especial às professoras Ruth Eugênia Cidade e Kátia Bortolotti Marchi, “chefes” muito compreensivas, que sempre entenderam as demandas do doutorado e apoiaram em todos os momentos. E mais recentemente aos colegas do Departamento de Educação Física da Universidade Estadual de Maringá que tão bem me acolheram na “Cidade Canção”.

Agradeço ainda aos membros da banca e aqueles que colaboraram com a leitura do trabalho: Prof. Dr. Fernando Marinho Mezzadri, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Tarcisa Silva Bega, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Meily Assbú Linhales, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Silvia Cristina Franco Amaral, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cristina Cardoso Carta de Medeiros, Prof. Dr. Amauri Bassoli Oliveira, Prof. Dr. Fernando Renato Cavichioli, Prof.<sup>a</sup> Larissa Michelle Lara e Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Doralice Lange de Souza.

Finalmente agradeço aos grandes amigos, companheiros em todos os sentidos: Leoncio, Renata, Jonnes, Ana, Carlos, Evelize, Manolo, Jú, Evaldo, Vanessa e tantos outros com quem compartilho grande parte da minha vida.

Enfim, obrigado a todos!

## RESUMO

Um campo ou subcampo, sob a orientação teórica de Pierre Bourdieu, é caracterizado como lócus de disputas entre agentes que compartilham interesses e habitus em comum. Ao ter contato com o objeto das políticas públicas de esporte e lazer no Brasil, verifica-se a constituição de dois subcampos que apresentam o mesmo interesse, ou seja, as políticas públicas, porém com lógicas de funcionamento a princípio bastante distintas. Não obstante, os subcampos supramencionados, político/burocrático e científico/acadêmico, têm buscado aproximações recentes, expressos em programas como o Programa Esporte e Lazer das Cidades (PELC) da Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e Lazer (SNDEL) do Ministério do Esporte do Brasil, que visa explicitamente à aproximação/intersecção entre os subcampos. Mas tem sido essa uma relação efetiva? Nesse sentido, definiu-se como problema norteador desta tese: o subcampo político/burocrático de esporte e lazer tem se apropriado da produção do subcampo científico/acadêmico que discute as políticas públicas de esporte e lazer, como um dos subsídios para a disposição e ação dos agentes? A partir do levantamento de dados preliminares encontrados na literatura, estabeleceu-se como hipótese que o subcampo político/burocrático de esporte e lazer não tem se apropriado da produção do subcampo científico/acadêmico que discute as políticas públicas de esporte e lazer, uma vez que os espaços sociais se apresentam de formas distintas, com particularidades em seu funcionamento e no agir dos agentes que inviabilizariam tal relação. O recorte temporal da análise compreendeu os anos de 2005 a 2009, em função de uma série de rupturas observadas preliminarmente nos espaços sociais estudados. Como referencial teórico-metodológico optou-se pela Teoria dos Campos de Pierre Bourdieu e pela Teoria dos Jogos Competitivos de Norbert Elias como ferramentas de análise da realidade social levantada junto à análise documental, bibliográfica e a consulta, através de entrevistas e questionários aos agentes relevantes que circulam entre os subcampos estudados. O desenvolvimento da tese veio a corroborar nossa hipótese inicial de que o subcampo político/burocrático do esporte e lazer não vinha incorporando a produção do subcampo científico/acadêmico das políticas públicas de esporte e lazer, fruto das lógicas e habitus distintos dos subcampos, que geram relativa incompatibilidade na relação entre os espaços sociais. A experiência recente, através da SNDEL, do PELC e da Rede Cedes nos deu indícios que há um grande potencial nessa aproximação. Porém, ela se mostrou insuficiente e ineficiente frente suas intencionalidades iniciais, talvez por ter sido uma ação muito vinculada a um grupo de agentes, e não um movimento mais estrutural de aproximação dos subcampos.

**Palavras-chave:** Políticas públicas. Esporte. Lazer. Subcampo científico/acadêmico. Subcampo político/burocrático. Sociologia.

## ABSTRACT

A field or subfield, under the guidance of Pierre Bourdieu's theory, is characterized as a locus of disputes between agents who share common interests and habitus. By having contact with the object of public policies on sport and leisure in Brazil, there is the formation of two subfields that have the same interest, in other words, public policy, but with logical operation in principle quite distinct. Nevertheless, the above subfields, political/bureaucratic and scientific/academic, recent approaches have sought, expressed in programs such as Sport and Leisure Towns (PELC) of Development of the National Secretariat of Sports and Leisure (SNDEL) Sports Ministry Brazil, which explicitly targets the approach/intersection of the subfields. But this has been an effective relationship? In this sense, it was defined as a problem guiding this thesis: the subfield political/bureaucratic sport and leisure have taken up the production of subfield scientific/academic who discusses the public policy of sport and leisure, as a financial support for the disposition and action agents? From the preliminary survey data found in literature, has established itself as a hypothesis that the subfield political/bureaucratic sport and leisure has taken up the production of subfield scientific/academic who discusses the public policy of sport and leisure, as social spaces are presented in different ways, with different features in their operation and action of agents that have prevented such a relationship. The time frame of analysis included the years 2005 to 2009, according to a series of breaks observed preliminarily studied in social spaces. As a theoretical and methodological choice was made to Fields Theory of Pierre Bourdieu and the Theory of Games Competitive of Norbert Elias as tools for analysis of social reality collection from the document analysis, literature and consultation through interviews and questionnaires to the stakeholders circulating among the subfields studied. The development of the thesis came to corroborate our initial hypothesis that the subfield of political/bureaucratic sport and leisure was not incorporating the production of subfield scientific/academic of the public policies of sport and leisure, the result of logical and habitus of the different subfields, which generate relative mismatch in the relationship between social spaces. Recent experience by SNDEL, the PELC and Network Cedes gave us evidence that there is great potential in this approach. However, it proved insufficient and ineffective against their initial intentions, perhaps because it was much tied to a group of agents, rather than a more structural approach movement of the subfields.

**Keywords:** Public policy. Sports. Leisure. Subfield scientific/academic. Subfield political/bureaucratic. Sociology.



## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – GRUPOS DE PESQUISA EM RELAÇÃO À REGIÃO DO PAÍS .....	88
FIGURA 2 – INSTITUIÇÕES REPRESENTADAS NO XIV CONBRACE .....	98
FIGURA 3 – GRUPOS DE PESQUISA REDE CEDES REPRESENTADOS NO XV CONBRACE .....	109
FIGURA 4 – NÚMERO DE TRABALHOS APRESENTADOS NO GTT DE POLÍTICAS PÚBLICAS NOS ÚLTIMOS CONBRACES .....	118
FIGURA 5 – SISTEMA ESPORTIVO NACIONAL A PARTIR DA LEI ZICO .....	217
FIGURA 6 – ORGANOGRAMA INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO DO ESPORTE .....	237
FIGURA 7 – PERCENTUAL DE INVESTIMENTOS DO GOVERNO FEDERAL EM SUAS AÇÕES DE ESPORTE E LAZER – 2005-2008 .....	241

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 –	GRUPOS DE PESQUISA DA REGIÃO NORDESTE DO BRASIL .....	88
QUADRO 2 –	GRUPOS DE PESQUISA NA REGIÃO CENTRO-OESTE DO BRASIL .....	89
QUADRO 3 –	GRUPOS DE PESQUISA NA REGIÃO SUL DO BRASIL .....	89
QUADRO 4 –	GRUPOS DE PESQUISA NA REGIÃO SUDESTE DO BRASIL .	90
QUADRO 5 –	TESES E DISSERTAÇÕES SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER – ANO BASE 2005 .....	158
QUADRO 6 –	TESES E DISSERTAÇÕES SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER – ANO BASE 2006 .....	159
QUADRO 7 –	TESES E DISSERTAÇÕES SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER – ANO BASE 2007 .....	160
QUADRO 8 –	TESES E DISSERTAÇÕES SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER – ANO BASE 2008 .....	161
QUADRO 9 –	TESES E DISSERTAÇÕES SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER – ANO BASE 2009 .....	163
QUADRO 10 –	PRINCIPAIS AÇÕES PARA A ÁREA DO ESPORTE NO PPA 1996-1999 .....	221
QUADRO 11 –	DESENHO FORMAL DO PELC NOS PPAs .....	269
QUADRO 12 –	DESENHO OPERACIONAL DO PELC .....	273
QUADRO 13 –	GRUPOS DE PESQUISA REDE CEDES DA REGIÃO SUL DO BRASIL .....	293
QUADRO 14 –	GRUPOS DE PESQUISA REDE CEDES DA REGIÃO SUDESTE DO BRASIL .....	295
QUADRO 15 –	GRUPOS DE PESQUISA REDE CEDES DA REGIÃO CENTRO-OESTE DO BRASIL .....	296
QUADRO 16 –	GRUPOS DE PESQUISA REDE CEDES DA REGIÃO NORDESTE DO BRASIL .....	296
QUADRO 17 –	GRUPOS DE PESQUISA REDE CEDES DA REGIÃO NORTE DO BRASIL .....	297

## LISTA DE SIGLAS

ABCP	- Associação Brasileira de Ciência Política
AM	- Amazonas
Asmel	- Associação Nacional dos Secretários Municipais de Esporte e Lazer
BA	- Bahia
BDTD	- Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BH	- Belo Horizonte
BNDES	- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
Capes	- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBCa	- Confederação Brasileira de Canoagem
CBCE	- Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte
CBD	- Confederação Brasileira de Desportos
CBF	- Confederação Brasileira de Futebol
CE	- Ceará
Cedes	- Centros de Desenvolvimento de Esporte Recreativo e de Lazer
Cedime	- Centro de Documentação e Informação do Ministério do Esporte
Celar	- Centro de Estudos em Lazer e Recreação
Cenesp	- Centro Indesp de Excelência Esportiva
CGCOPA	- Comitê Gestor para a Copa do Mundo Fifa
CISC	- Centro de Integração Social e Cultural
CLT	- Consolidação das Leis do Trabalho
CND	- Conselho Nacional do Desporto
CNE	- Conferência Nacional do Esporte
CNI	- Confederação Nacional da Indústria
CNPq	- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COB	- Comitê Olímpico Brasileiro
COMEC	- Conferência Municipal de Educação
Conbrace	- Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte
Confef	- Conselho Federal de Educação Física
Conice	- Congresso Internacional de Ciências do Esporte
CO-RIO	- Comitê Organizador dos Jogos Pan-americanos Rio 2007
CPB	- Comitê Paralímpico Brasileiro
CPI	- Comissão Parlamentar de Inquérito
CRD	- Conselho Regional de Desporto
CREF	- Conselho Regional de Educação Física

CRIAM	- Centro de Recursos Integrados de Atendimento ao Menor
CSD	- Conselho Superior de Desportos
DED	- Departamento de Educação Física e Desportos
DEF	- Departamento de Educação Física
DF	- Distrito Federal
EAR	- Esporte e Alto Rendimento
EDT	- Estatuto do Torcedor
EPT	- Esporte para Todos
ES	- Espírito Santo
ES	- Espírito Santo
ESEF/UFRGS	- Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
FBAPEF	- Federação Brasileira de Associações de Profissionais de Educação Física
FEUSP	- Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo
FGTS	- Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FHC	- Fernando Henrique Cardoso
Fifa	- Federação Internacional de Futebol
Fumdel	- Fundação Municipal de Desporto e Lazer
Fundesp	- Fundo Nacional de Desenvolvimento Desportivo
Fundesporte	- Fundação de Esporte
FURG	- Universidade Federal do Rio Grande
GEFUT	- Grupo de Estudos sobre Futebol e Torcida
GO	- Goiás
GTT	- Grupo de Trabalho Temático
IDAC	- Indicador de Desenvolvimento e Acesso Cultural
IDH	- Índice de Desenvolvimento Humano
IES	- Instituições de Ensino Superior
IFET	- Instituto Federal de Educação Tecnológica
IMES	- Instituto Municipal de Ensino Superior
Indesp	- Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto
INSS	- Instituto Nacional do Seguro Social
IPEA	- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
Jirgs	- Jogos Intermunicipais do Rio Grande do Sul
LDB	- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LDO	- Lei de Diretrizes Orçamentárias
MA	- Maranhão
ME	- Ministério do Esporte
MEC	- Ministério da Educação e Cultura

MED	- Ministério da Educação e do Desporto
MEL	- Mídia, Memória, Educação e Lazer
MET	- Ministério do Esporte e Turismo
MG	- Minas Gerais
MJ	- Ministério da Justiça
MP	- Medida Provisória
MS	- Mato Grosso do Sul
MT	- Mato Grosso
NIEATI	- Núcleo Integrado de Estudos e Apoio à Terceira Idade
NIEL	- Núcleo Interdisciplinar de Estudos do Lazer
Nuteses	- Núcleo Brasileiro de Dissertações e Teses em Educação, Educação Física e Educação Especial
ONU	- Organização das Nações Unidas
OP	- Orçamento Participativo
PAC	- Programa de Aceleração do Crescimento
PB	- Paraíba
PCdoB	- Partido Comunista do Brasil
PCNs	- Parâmetros Curriculares Nacionais
PCSC	- Proposta Curricular de Santa Catarina
PDB	- Projeto Desporto de Base
PE	- Pernambuco
PED	- Plano de Educação Física e Desporto
PEEE	- Programa Estadual de Esporte Escolar
PELC	- Programa Esporte e Lazer da Cidade
PL	- Projeto de Lei
PNED	- Plano Nacional de Educação Física e Desportos
PNI	- Política Nacional do Idoso
PPA	- Plano Plurianual
PPPs	- Planos político-pedagógico
PR	- Paraná
Pronasci	- Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
PSDB	- Partido da Social Democracia Brasileira
PST	- Programa Segundo Tempo
PT	- Partido dos Trabalhadores
PUC	- Pontífice Universidade Católica
RBCE	- Revista Brasileira de Ciências do Esporte
REDEL.BR	- Rede de Desenvolvimento de Políticas Públicas de Esporte e Lazer do Brasil
RJ	- Rio de Janeiro

RN	- Rio Grande do Norte
RO	- Rondônia
RS	- Rio Grande do Sul
SBPC	- Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SC	- Santa Catarina
SE	- Sergipe
SEA	- Seção de Estudos e Aperfeiçoamento
SEDES	- Secretaria dos Desportos
SEDES/PR	- Secretaria dos Desportos da Presidência da República
SEDUC	- Secretaria de Educação
SEED	- Secretaria de Educação Física e Desportos
SEER	- Sistema de Editoração Eletrônico de Revistas
SEPAN	- Secretaria Especial do Pan-americano Rio 2007
SESC	- Serviço Social do Comércio
SESI	- Serviço Social da Indústria
SME	- Secretaria Municipal de Esporte
SMEPOA	- Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer de Porto Alegre
SMES	- Secretaria Municipal de Esportes
SNDEL	- Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e de Lazer
SNE	- Secretaria Nacional do Esporte
SNEAR	- Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento
SNEED	- Secretaria Nacional de Esporte Educacional
SP	- São Paulo
UCB	- Universidade Católica de Brasília
UCDB	- Universidade Católica Dom Bosco
UEBA	- Universidade Estadual da Bahia
UEM	- Universidade Estadual de Maringá
UEMG	- Universidade do Estado de Minas Gerais
UERN	- Universidade Estadual do Rio Grande do Norte
UFAM	- Universidade Federal do Amazonas
UFBA	- Universidade Federal da Bahia
UFES	- Universidade Federal do Espírito Santo
UFF	- Universidade Federal Fluminense
UFG	- Universidade Federal de Goiás
UFJF	- Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMA	- Universidade Federal do Maranhão
UFMG	- Universidade Federal de Minas Gerais

UFMT	- Universidade Federal de Mato Grosso
UFPA	- Universidade Federal do Pará
UFPB	- Universidade Federal da Paraíba
UFPE	- Universidade Federal de Pernambuco
UFPEl	- Universidade Federal de Pelotas
UFPR	- Universidade Federal do Paraná
UFRGS	- Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	- Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRO	- Universidade Federal de Rondônia
UFS	- Universidade Federal de Sergipe
UFSC	- Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCar	- Universidade Federal de São Carlos
UFSM	- Universidade Federal de Santa Maria
UFU	- Universidade Federal de Uberlândia
UFV	- Universidade Federal de Viçosa
UGF	- Universidade Gama Filho
Ulbra	- Universidade Luterana do Brasil
UNB	- Universidade de Brasília
UNE	- União Nacional dos Estudantes
Unemat	- Universidade do Estado de Mato Grosso
Unesco	- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
Unicamp	- Universidade Estadual de Campinas
Unichapecó	- Universidade Comunitária da Região de Chapecó
Unicid	- Universidade Cidade de São Paulo
Unimep	- Universidade Metodista de Piracicaba
Unimontes	- Universidade Estadual de Montes Claros
Unisinos	- Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Unisuem	- Centro Universitário Augusto Motta
Univag	- Centro Universitário Várzea Grande
Univates	- Fundação Vale do Taquari de Educação e Desenvolvimento Social
UPE	- Universidade Estadual de Pernambuco
USCS	- Universidade Municipal de São Caetano do Sul
USP	- Universidade de São Paulo
VOM	- Vila Olímpica da Maré

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 –	TITULAÇÃO DOS PESQUISADORES DO GTT DE POLÍTICAS PÚBLICAS .....	80
TABELA 2 –	TEMÁTICAS ABORDADAS NOS TRABALHOS DO GTT DE POLÍTICAS PÚBLICAS .....	80
TABELA 3 –	ANÁLISE DOS ARTIGOS QUANTO À ADEQUAÇÃO A PESQUISA .....	84
TABELA 4 –	ANÁLISE DOS ARTIGOS QUANTO À DIMENSÃO POLÍTICA PESQUISADA .....	85
TABELA 5 –	PESQUISADORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER NO BRASIL .....	94
TABELA 6 –	PRODUTOS E DESDOBRAMENTOS DAS PESQUISAS DA REDE CEDES .....	299



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	19
<b>2 OS CAMINHOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS</b> .....	30
2.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA .....	30
2.2 REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO DE ANÁLISE .....	38
2.2.1 A Teoria dos Campos de Pierre Bourdieu .....	39
2.2.2 A Teoria dos Jogos Competitivos de Norbert Elias .....	51
<b>3 A PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER NO BRASIL</b> .....	59
3.1 PESQUISA EM POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: ATUALIDADE, PERSPECTIVAS E POSSIBILIDADES METODOLÓGICAS .....	60
3.2 PERCURSO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER .....	76
3.3 O SUBCAMPO CIENTÍFICO/ACADÊMICO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER NO BRASIL .....	86
3.3.1 Produção científica sobre políticas públicas de esporte e lazer .....	96
3.3.1.1 O GTT de Políticas Públicas no Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte .....	96
3.3.1.2 Políticas públicas de esporte e lazer em importantes periódicos nacionais .....	137
3.3.1.3 A produção <i>strictu sensu</i> sobre políticas públicas de esporte e lazer .....	157
3.4 ANÁLISE CRÍTICA DO SUBCAMPO CIENTÍFICO/ACADÊMICO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER NO BRASIL .....	166
<b>4 POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER NO BRASIL</b> .....	174
4.1 SOCIOGÊNESE DO SUBCAMPO POLÍTICO/BUROCRÁTICO DO ESPORTE E LAZER NO BRASIL .....	184
4.2 O SUBCAMPO POLÍTICO/BUROCRÁTICO DO ESPORTE E LAZER PÓS 1945: AUSÊNCIA DE RUPTURAS E CONSOLIDAÇÃO DE PRECEITOS .....	197
4.3 ESPORTE E LAZER COMO DIREITOS SOCIAIS? O SUBCAMPO POLÍTICO/BUROCRÁTICO DO ESPORTE E LAZER NO BRASIL PÓS CONSTITUIÇÃO DE 1988 .....	207
4.4 O “MISTÉRIO DO MINISTÉRIO”: SUBCAMPO POLÍTICO/BUROCRÁTICO DO ESPORTE E LAZER NO GOVERNO LULA .....	228
4.5 ANÁLISE CRÍTICA DO SUBCAMPO POLÍTICO/BUROCRÁTICO DO ESPORTE E LAZER NO BRASIL .....	246
<b>5 POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER: CONHECIMENTO, INTERVENÇÃO E AUTONOMIA</b> .....	257
5.1 “REMANDO CONTRA A MARÉ”: A <i>EXPERTISE</i> CIENTÍFICO/ACADÊMICA NA SECRETARIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E	

LAZER .....	260
5.1.1 O Programa Esporte e Lazer da Cidade .....	267
5.1.1.1 PELC Projeto Social .....	274
5.1.1.2 A Rede Cedes .....	283
5.2. PELC: ONDE O POLÍTICO/BUROCRÁTICO E O CIENTÍFICO/ACADÊMICO SE ENCONTRAM? .....	300
<b>6 CONCLUSÃO</b> .....	313
REFERÊNCIAS .....	322
APÊNDICES .....	354

## 1 INTRODUÇÃO

Em dossiê sobre agenda<sup>1</sup> de pesquisa em políticas públicas no Brasil, apresentado por Marta Arretche, em fevereiro de 2003 à Revista Brasileira de Ciências Sociais, a organizadora aponta que é “inegável o crescimento dos estudos na área de políticas públicas no Brasil” (p. 07). Para justificar tal afirmação, a autora lista uma série de fatores, como a multiplicação das teses e dissertações relacionadas às políticas governamentais, disciplinas de políticas públicas inseridas nos diferentes cursos de graduação e pós-graduação, criação de linhas de pesquisa especialmente voltadas a este campo do conhecimento, linhas especiais de financiamento no interior das agências de fomento. Além disso, destaca a área de políticas públicas como uma das seis áreas temáticas da Associação Brasileira de Ciência Política, e a presença regular do Grupo de Trabalho de Políticas Públicas na Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

Estas condições apontadas, porém, não são garantia de uma expansão consistente do campo de produção científica sobre políticas públicas. “A proliferação de trabalhos [...] não são suficientes para o desenvolvimento de uma ciência ou campo disciplinar” (ARRETCHE, 2003, p. 08). A autora, citando o trabalho de Kuhn (1976), aponta que “a aquisição de um paradigma – corpo de crenças metodológicas e teóricas comuns que orientem a seleção, avaliação e crítica dos fatos relevantes a serem observados – é condição para o desenvolvimento de um campo disciplinar” (ARRETCHE, 2003, p. 08). A definição dos objetos ou fatos relevante ao universo de pesquisa sobre políticas públicas, bem como das questões legítimas de um campo de investigação, implica a exclusão de crenças e permite a concentração na análise, que em articulação com as teorias, levarão à acumulação do conhecimento. Deve-se haver um relativo consenso entre o corpo de pesquisadores especialistas quanto às fronteiras de um campo de conhecimento, particularmente as questões legítimas a serem investigadas e das técnicas adequadas de investigação. Fato e teoria, desta forma estão constitutivamente interligados (ARRETCHE, 2003).

Para Melo (1999), a área de políticas públicas no Brasil se caracteriza por uma baixa capacidade de acumulação do conhecimento, fruto da proliferação horizontal de estudos de caso e da ausência de uma agenda de pesquisa. Segundo

---

<sup>1</sup> Entendendo o termo como “um programa de trabalho que define uma comunidade científica” (REIS, 2003, p. 12).

Arretche (2003), enquanto o objeto de análise da área – a análise do Estado em ação, estudo de programas governamentais, particularmente suas condições de emergência, mecanismos de operação, e prováveis impactos – está bem definido, as abordagens teóricas e os métodos de investigação têm recebido escassa atenção.

No caso do esporte e lazer<sup>2</sup>, provavelmente algo semelhante vem ocorrendo. A produção de conhecimento na área de políticas públicas para o esporte e lazer está quase que exclusivamente voltada ao relato de experiências (STAREPRAVO, 2007; STAREPRAVO; MEZZADRI, 2007) ou ao relato de dados empíricos (STAREPRAVO; NUNES; MARCHI JR., 2009). Quando se publicam experiências sem o diálogo com as teorias, corre-se o risco de pautar as discussões em idéias e ideais próprios. Isso faz com que haja um questionamento sobre a qualidade dessa produção e não se avance na discussão. Segundo Marchi Jr. (2006, p. 30), “para termos respostas efetivamente consistentes para as nossas angústias, dúvidas ou discordâncias sociais, faz-se necessária uma instrumentalização, no sentido acadêmico, teórica e reflexiva para alcançarmos a racionalidade desejada”.

Por outro lado, tem-se a impressão, evidenciada empírica e academicamente, que o objeto de estudos da área – as políticas públicas de esporte e lazer no Brasil – também apresenta uma série de fragilidades e limitações, especialmente no que diz respeito à amplitude e consistência das propostas efetivadas.

As primeiras intervenções do Estado brasileiro no âmbito do esporte datam da década de 1940, quando a partir de mecanismos legais (especialmente a lei 3199/41<sup>3</sup>), o poder público passa a reconhecer e controlar as manifestações do esporte no interior da sociedade brasileira. Desde então, o Estado brasileiro passou a intervir na área do esporte, prioritariamente nas manifestações esportivas de alto rendimento, organização de campeonatos e preparação de seleções nacionais para representação do país (MEZZADRI, 2000).

---

<sup>2</sup> Esporte e lazer são fenômenos distintos. Porém, conforme o tratamento dado pelo Estado aos fenômenos como equivalentes, bem como da produção científica da área, que normalmente trata dos dois objetos em conjunto, optou-se em trabalhá-los simultaneamente, e em suas aproximações. Esta questão será mais bem debatida no decorrer da tese.

<sup>3</sup> BRASIL. Decreto-Lei n. 3.199 de abril de 1941. Estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país.

Esse é um quadro que se desenvolve em grande parte do século XX, sendo a atuação do Estado basicamente restrita a uma das manifestações esportivas, aquela ligada ao alto rendimento. O quadro legal se altera quando, na década de 1980, o esporte é reconhecido como direito de todos na Constituição Federal de 1988. Além disso, o Estado passa a reconhecer o esporte além de sua dimensão de rendimento, como manifestação educacional e de participação.

Durante a década de 1990, o esporte experimentou várias configurações institucionais no bojo da administração pública federal<sup>4</sup>. Hoje o esporte no Brasil tem como entidade máxima de administração pública o Ministério do Esporte. Criado em 2003, o órgão,

[...] é responsável por construir uma Política Nacional de Esporte. Além de desenvolver o esporte de alto rendimento, o Ministério trabalha ações de inclusão social por meio do esporte, garantindo à população brasileira o acesso gratuito à prática esportiva, qualidade de vida e desenvolvimento humano<sup>5</sup>.

Sua criação representou um marco da relação entre o esporte e o Estado no Brasil, já que pela primeira vez na história, o esporte alcançou status de Ministério permanente e autônomo.

A estrutura administrativa do Ministério conta com quatro secretarias, sendo uma Secretaria Executiva e três secretarias nacionais de esporte: Secretaria Nacional de Esporte Educacional (SNEED), Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e de Lazer (SNDEL), e Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento (SNEAR), respeitando as manifestações esportivas reconhecidas na Constituição Federal Brasileira de 1988.

Não obstante ao desenvolvimento do desenho institucional do esporte no Brasil, pesquisadores da área de políticas públicas de esporte e lazer apontam que existe uma série de barreiras que impedem o desenvolvimento de políticas efetivas envolvendo o esporte e o lazer no Brasil. Além do olhar prioritário ao alto rendimento (VERONEZ, 2005), são apontadas: o assistencialismo e o utilitarismo atribuídos ao esporte e ao lazer (LINHALES, 2001); a hierarquização de prioridades sociais, que deixa o esporte e o lazer como últimas demandas a serem atendidas

---

<sup>4</sup> Secretaria de Desportos da Presidência da República, Secretaria de Desportos vinculada ao Ministério da Educação, Ministério de Estado Extraordinário do Esporte, Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto, Ministério do Esporte e Turismo. As diferentes configurações institucionais serão discutidas com maior profundidade no terceiro capítulo desta tese.

<sup>5</sup> Disponível em <http://portal.esporte.gov.br/institucional/ministerio.jsp>. Acesso em 01 de dezembro de 2009.

(MARCELLINO, 2001; AMARAL, 2004); a carência e falta de acesso aos equipamentos esportivos e de lazer (MELO, 2004; MELO; PERES, 2005a); a falta de planejamento e pessoal especializado nos órgãos estatais responsáveis pelo esporte (MEZZADRI *et al.*, 2006); a construção de políticas através da ótica do empirismo e da valorização do número de eventos e de pessoas atendidas (CAVICHIOILLI, 1996).

Visualiza-se então, que ambos os espaços sociais – de produção do conhecimento e da gestão de políticas públicas de esporte e lazer –, entendidos como subcampos<sup>6</sup>, e, portanto dotados de relativa autonomia e especificidades, apresentam algumas semelhanças, especialmente no que diz respeito à dificuldade em seu desenvolvimento consistente. Mais do que isso, os subcampos apresentam aproximações.

Além da proximidade mais óbvia, no que diz respeito ao objeto em comum, outras iniciativas e ações parecem aproximar a gestão pública e a produção do conhecimento. O Ministério do Esporte apresenta algumas ações que representam esta aproximação: Rede Cedes<sup>7</sup>, Rede Cenesp<sup>8</sup> e Equipes Colaboradoras<sup>9</sup> do Programa Segundo Tempo<sup>10</sup>. Além dessas, outras intervenções mais pontuais, como a participação do órgão na 61ª Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC):

---

<sup>6</sup> Os espaços sociais estudados serão tratados como campos ou subcampos, seguindo a orientação teórica de Pierre Bourdieu.

<sup>7</sup> O Cedes é uma ação programática do Ministério do Esporte, gerenciada pelo Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte da Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer. Com estudos balizados por referenciais teóricos originários das ciências humanas e sociais e por meio da interlocução com grupos de pesquisa consolidados e/ou em processo de consolidação - vinculados a instituições de ensino superior e/ou institutos de pesquisa e sociedades científicas -, busca implantar novos grupos de pesquisa e estimular os já existentes a produzir e difundir conhecimentos voltados para a avaliação e o aperfeiçoamento da gestão de políticas públicas de esporte e de lazer. Disponível em <http://portal.esporte.gov.br/sndel/esporteLazer/cedes/redeCedes.jsp> acesso em 10 de agosto de 2009.

<sup>8</sup> A Rede Cenesp é composta por centros de desenvolvimento de pesquisa científica e tecnológica na área do esporte, treinamento e aperfeiçoamento de atletas. Formada pelas estruturas físicas e administrativas, recursos humanos e materiais existentes nas Instituições de Ensino Superior, os Centros de Excelência Esportiva têm como objetivo detectar, selecionar e desenvolver talentos esportivos, especialmente nas modalidades olímpicas e paraolímpicas. Disponível em <http://portal.esporte.gov.br/snear/cenesp/default.jsp>. Acesso em 30 de agosto de 2008.

<sup>9</sup> Trata-se de um grupo de profissionais de educação física vinculados a Instituições de Ensino Superior, em sua grande maioria mestres e doutores, que atuam como colaboradores no acompanhamento do desenvolvimento pedagógico e operacional do Programa Segundo Tempo.

<sup>10</sup> O Segundo Tempo como programa estratégico do governo federal tem por objetivo democratizar o acesso à prática e à cultura do esporte de forma a promover o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida, prioritariamente em áreas de vulnerabilidade social. Disponível em <http://portal.esporte.gov.br/snee/segundotempo/default.jsp>. Acesso em 01 de dezembro de 2009.

Em uma avaliação preliminar, a Secretaria Executiva do Ministério do Esporte considera que foram atingidos os objetivos da participação do órgão na 61ª Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Em um estande montado pelo ministério no campus de Manaus, da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), local do evento, foram realizadas diversas atividades, como a apresentação dos programas de inclusão social, esportivos e de pesquisa acadêmica, e a exibição de vídeo dos Jogos Indígenas. Os visitantes também tiveram acesso aos materiais esportivos produzidos pelos programas Pintando a Liberdade e Pintando a Cidadania (SANTOS, 2009, s.p.).

Mas e o caminho inverso? Há algum tipo de apropriação por parte dos gestores públicos de esporte e lazer da produção de conhecimento sobre sua prática? A produção científica tem sido um dos subsídios à formulação e implementação das políticas públicas de esporte e lazer? Essas inquietações levaram a construir a linha de análise do trabalho, que pretende compreender os espaços sociais envolvidos – subcampo científico/acadêmico<sup>11</sup> no qual se produz conhecimento sobre políticas públicas de esporte e lazer; e subcampo político/burocrático<sup>12</sup> no qual se formulam e implementam as políticas públicas –, e as possibilidades de aproximação entre eles.

Para realizar essa discussão, propõem-se um olhar voltado à Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer do Ministério do Esporte, com a análise efetiva do programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), e a ação Rede Cedes. Essas iniciativas a princípio parecem emblemáticas para a discussão dos subcampos político/burocrático e científico/acadêmico, uma vez que suas propostas vislumbram esta aproximação. Sinteticamente, o PELC objetiva,

[...] suprir a carência de políticas públicas e sociais que atendam às crescentes necessidades e demandas da população por esporte recreativo e lazer, sobretudo daquelas em situações de vulnerabilidade social e econômica, reforçadoras das condições de injustiça e exclusão social a que estão submetidas. [...] Este é o compromisso do Programa Esporte e Lazer

---

<sup>11</sup> O espaço social onde se produz conhecimento sobre políticas públicas de esporte e lazer será tratado como um subcampo do campo científico/acadêmico, ou seja, um espaço social que tem suas especificidades, especialmente no que diz respeito a temática de estudo, mas que está subordinado à lógica do campo acadêmico. O processo de análise, nesse caso, estará relacionado mais especificamente ao subcampo científico/acadêmico das políticas públicas de esporte e lazer em relação ao campo científico/acadêmico da Educação Física. Este ponto será mais explorado no capítulo 2 desse trabalho.

<sup>12</sup> Um espaço que supõe a dissociação da posição e de seu ocupante, da função e do funcionário, do interesse público e dos interesses privados, mas que paradoxalmente funciona como um metacampo do poder, até porque a gênese da ordem pública vem acompanhada da aparição e acumulação de um “capital público” (BOURDIEU, 2005). Cada área no interior do campo político/burocrático, por sua vez, pode ser entendida como um subcampo político/burocrático, onde as especificidades da área de atuação do Estado delimitam o espaço social de atuação dos agentes a ela vinculados. O subcampo político/burocrático será analisado em relação ao chamado metacampo do poder, o Estado.

da Cidade, organizado em 14 ações inter-relacionadas e agrupadas em dois conjuntos. [...] O primeiro desses dois conjuntos está voltado para a implementação do projeto social denominado Esporte e Lazer da Cidade, voltado para a consolidação do esporte e lazer como direitos sociais. [...] O segundo conjunto está direcionado para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Esporte e do Lazer<sup>13</sup>.

É explícita a intenção do PELC em fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico do esporte e lazer a partir do programa. No que diz respeito à Rede Cedes, a SNDEL,

[...] por intermédio do Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte (DCTEC), possui no Plano Plurianual (PPA 2004-2007) duas ações programáticas específicas para o Cedes, visando ao Desenvolvimento do Esporte recreativo e do Lazer, quais sejam, *Funcionamento e Implantação de Núcleos Cedes (NC)*. Em conjunto, essas ações visam estimular e fomentar a produção e a difusão do conhecimento científico - tecnológico voltadas à gestão do esporte recreativo e do lazer, tendo como horizonte a (re) qualificação e a formação continuada dos gestores de políticas públicas<sup>14</sup>.

Também na Rede Cedes visualiza-se a intenção de produzir conhecimento voltado aos gestores do esporte e lazer, promovendo a aproximação do subcampo científico/acadêmico ao subcampo político/burocrático. Nesse sentido, o conjunto de ações da SNDEL, por meio do programa PELC e da ação Rede Cedes parece exemplar para se pensar os espaços de produção do conhecimento, da gestão pública de esporte e lazer, e suas aproximações.

O recorte temporal da análise compreendeu os anos de 2005 a 2009. Esse período se justifica por uma série de rupturas observadas preliminarmente nos espaços sociais estudados, que serão analisados com maior profundidade no desenvolvimento do trabalho. Destaca-se no âmbito do subcampo político/burocrático de esporte e lazer, a ampliação da atuação do Ministério do Esporte, a consolidação do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) e da Rede Cedes. Todos estes eventos relacionam-se diretamente ao escopo de análise do trabalho. Outras questões relevantes que não serão aprofundadas no trabalho, mas que merecem destaque são: a expansão do programa Segundo Tempo (da SNEED); a realização da segunda Conferência Nacional do Esporte (2006); a tentativa de estruturação do Sistema Nacional de Esporte; a realização dos XV Jogos Pan-Americanos na cidade do Rio de Janeiro; e a transição da gestão no

<sup>13</sup> Disponível em <http://portal.esporte.gov.br/sndel/esporteLazer/default.jsp>. Acesso em 17 de novembro de 2008. Grifos nossos.

<sup>14</sup> Disponível em <http://portal.esporte.gov.br/sndel/esporteLazer/cedes/apresentacao.jsp>. Acesso em 01 de dezembro de 2009. Grifos nossos.



Ministério do Esporte<sup>15</sup>. No subcampo acadêmico de produção do conhecimento sobre políticas públicas de esporte e lazer, destaca-se o aumento substancial da produção científica, através de publicações específicas, criação e ampliação de grupos de pesquisa (STAREPRAVO; NUNES; MARCHI JR., 2009).

Dado esse quadro contextual previamente elaborado, definiu-se como problema norteador dessa tese: o subcampo político/burocrático de esporte e lazer tem se apropriado da produção do subcampo científico/acadêmico que discute as políticas públicas de esporte e lazer, como um dos subsídios para a disposição e ação dos agentes?

A partir da problematização apresentada e do levantamento de dados preliminares encontrados na literatura, tem-se como hipótese que o subcampo político/burocrático de esporte e lazer **não** tem se apropriado da produção do subcampo científico/acadêmico que discute as políticas públicas de esporte e lazer, uma vez que os espaços sociais se apresentam de formas distintas, com particularidades em seu funcionamento e no agir dos agentes que inviabilizam essa relação.

Acredita-se que a disposição para a ação dos agentes no interior desse espaço social, está sendo muito mais influenciada por lógicas inerentes ao campo político, do que pela produção do campo científico/acadêmico. Essa hipótese está fundamentada na observação das funções utilitaristas e assistencialistas atribuídas ao esporte e lazer (LINHALES, 2001); recurso para dissimular ou resolver mazelas sociais, como fome, desemprego e violência (MASCARENHAS, 2006); ou ainda como forma de privilegiar particularmente e/ou economicamente indivíduos ou grupos através destas políticas (VERONEZ, 2005), todas relacionadas ao acúmulo de capital simbólico, seja ele na sua forma política ou social.

A produção científico/acadêmica acerca das políticas públicas de esporte e lazer, por sua vez, provavelmente não vem sendo incorporada pelos agentes que conduzem as políticas públicas, uma vez que as políticas públicas de esporte e lazer aparentemente tendem a ser construídas pela ótica do empirismo, o que sugere a não existência de conceitos clássicos, a não ser a observação do cotidiano, visto

---

<sup>15</sup> Além da mudança do Ministro de Estado do Esporte (com a saída de Agnelo Queiroz e a entrada de Orlando Silva), houve mudanças nos cargos de segundo e terceiro escalão do Ministério. Para a presente pesquisa, as mudanças mais relevantes foram as do cargo de Secretário Nacional de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e Lazer, e do Chefe do Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte.

que o planejamento e execução têm como pano de fundo a troca de favores, disputa de poder e corporativismo, como observado por Cavichioli (1996), em sua pesquisa no município de Leme – SP.

Não obstante a hipótese levantada, o objetivo geral desta pesquisa é analisar se o subcampo político/burocrático de esporte e lazer tem se apropriado da produção do subcampo científico/acadêmico que discute essas políticas, como um dos subsídios para a disposição e ação dos agentes.

Visualizam-se como objetivos específicos à consecução do problema de pesquisa:

- Descrever e analisar a constituição do subcampo científico/acadêmico onde ocorre a produção acerca das políticas públicas de esporte e lazer, seus agentes, estruturas, produções e orientações;
- Descrever e analisar a constituição do subcampo político/burocrático de esporte e lazer, seus agentes, estruturas, formas de capital e distribuição de poder;
- Descrever e analisar os pontos de aproximação/intersecção entre o subcampo científico/acadêmico e o subcampo político/burocrático de esporte e lazer;
- Indicar se a aproximação/intersecção entre o campo científico/acadêmico e o campo político/burocrático pode contribuir para a autonomia e qualificação das ações no subcampo político/burocrático de esporte e lazer.

Em termos de justificativa do trabalho, entende-se que a análise das políticas públicas de esporte e lazer não se trata de uma discussão inovadora e puramente original, já se tendo literaturas representativas de tal diálogo<sup>16</sup>. Porém, a originalidade está na proposta de transformar essa “pedra bruta” – os relatos de experiências, a descrição de projetos, os dados empíricos não suficientemente explorados – em pedra preciosa, admirada, desejada e reconhecida<sup>17</sup>. Nas palavras de Marchi Jr. (2006, p. 31): “Essa é a arte do ‘fazer sociológico’, ou seja, fazer de um

---

<sup>16</sup> Em levantamento realizado por Amaral; Pereira (2009), foram relacionados 159 artigos sobre o assunto publicados entre os anos de 1997 e 2007 em três dos principais periódicos da área de Educação Física no Brasil e no Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte.

<sup>17</sup> Os termos aqui utilizados são apenas figurativos no sentido de exemplificar e deixar mais didático o processo do fazer sociológico.

ato cotidiano, aparentemente comum ou supostamente insignificante, um conhecimento amplo e qualificador de novas e consistentes leituras da realidade”.

Não se trata de apenas relatar ou fazer uma análise superficial de programas e eventos relacionados ao esporte e lazer; mas avançar na compreensão dos agentes envolvidos, as relações estabelecidas, a indicação de um *habitus* inerente aos espaços sociais, a distribuição de poder e de capital, para aprofundar o entendimento sobre os processos que desencadeiam a formulação e implementação de políticas públicas de esporte e lazer.

Ao mesmo tempo, buscar-se-á compreender o espaço social onde se produz conhecimento sobre as políticas públicas de esporte e lazer, a fim de desvendar sua dinâmica de funcionamento e produção. Para enfim verificar como os espaços sociais aproximam-se e influenciam-se mutuamente.

Essa dialética entre uma pesquisa empírica de fôlego e um aparato sociológico de análise poderá trazer contribuições à área acadêmica da Educação Física, no sentido de contribuir com uma ferramenta de análise das políticas públicas de esporte e lazer em diferentes contextos. A reflexão aprofundada do tema também trará subsídios aos políticos e gestores, uma vez que estes poderão ponderar suas ações a partir de informações mais factíveis.

O trabalho se propõe, em suma, colaborar, com uma análise exaustiva e aprofundada, ao subcampo político/burocrático de esporte e lazer, bem como ao subcampo científico/acadêmico no qual se debatem estas políticas. A aproximação e a sinergia entre esses subcampos possibilitarão avanços nas discussões sobre o tema, que por sua vez poderá contribuir a futuras ações mais congruentes aos anseios e necessidades da sociedade.

Para o desenvolvimento de um trabalho com a intencionalidade de discutir coerentemente e com profundidade a realidade social, faz-se necessário um aparato teórico consistente e compatível com as finalidades da pesquisa.

Apesar da maioria da produção científica sobre políticas públicas de esporte e lazer ter um caráter muito empirista e sem diálogos com as grandes teorias, destacam-se alguns trabalhos que fogem a regra, demonstram consistência, e podem trazer subsídios ao desenvolvimento da presente pesquisa, dentre eles: Bueno (2008), Linhales (1996; 1998; 2001), Linhales e Pereira Filho (1999), Manhães (2002), Mezzadri (2000) e Veronez (2005).

Esses referenciais, de autores do subcampo científico/acadêmico das políticas públicas de esporte e lazer, porém, não dão conta da complexidade e da diversidade de temáticas que envolvem o assunto. Viu-se então a necessidade de recorrer a outras áreas do conhecimento, especialmente às Ciências Humanas e Sociais (Sociologia, História, Ciência Política), para buscar suprir esta lacuna de falta de referenciais. Ao adentrar um campo de conhecimento distinto sofremos por vezes de naufrágios. Porém, optou-se pelo enfrentamento<sup>18</sup>, estudando exaustivamente as fontes.

Em conformidade com os argumentos de Marchi Jr. (2006, p. 37), percebe-se que,

[...] um espaço a ser conquistado e ocupado está aberto, não obstante, entendemos que para conquistá-lo é necessário à aquisição de referenciais teóricos de análise consistentes que permitam o desenvolvimento de metodologias de pesquisa superadoras dos entraves ou das limitações impostas aos estudos dos fenômenos sociais, dentre eles o esporte e o lazer.

Cientes dos riscos, mas também das interdependências entre os diferentes campos do conhecimento, busca-se neste trabalho propor algumas aproximações teóricas para a discussão das políticas públicas de esporte e lazer.

Foram buscadas essas aproximações por entender que o esporte e lazer, apesar de gozarem de lógicas próprias, não estão isolados, mas sim integrados às demais esferas da vida social, e são influenciados por leis inerentes aos campos da política, educação, administração pública, direito, entre outras.

Elegeu-se para isso um autor, o sociólogo francês Pierre Bourdieu, como principal interlocutor para discutir alguns elementos relacionados às políticas públicas para o esporte e lazer. Bourdieu fornece a possibilidade de apropriação de alguns conceitos como noções operatórias da análise. Neste caso destacam-se três noções básicas da construção teórica de Bourdieu (*campo*, *habitus* e *capital*), além dos conceitos de agentes e estruturas. De maneira complementar, será utilizada a Teoria dos Jogos Competitivos de Norbert Elias, especialmente como suporte ao entendimento das relações entre os agentes e estruturas no interior dos subcampos

---

<sup>18</sup> Nas palavras de Marchi Jr. (2001a, p. 31) “[...] a tentativa de averiguar e absorver seus conceitos com a devida profundidade causa ininterruptos naufrágios, os quais remetem o leitor a duas situações distintas. A primeira delas refere-se à postura de resistência à leitura, à qual, invariavelmente, distancia o leitor da obra. [...] A outra remete e convida o leitor a um processo de enfrentamento, pelo qual a produção do conhecimento e o desenvolvimento intelectual tomam formas mais consistentes e maduras”.

pesquisados. Portanto, a Teoria dos Campos de Pierre Bourdieu e a Teoria dos Jogos Competitivos de Elias constituirão o suporte teórico-metodológico de análise do trabalho.

Cada capítulo trará ainda algumas incursões teóricas complementares, que de alguma forma contribuem à discussão pontual e permitem algum tipo de relação com o suporte teórico-metodológico principal de análise do trabalho.

Nesse sentido, a tese será articulada em quatro capítulos. Além da introdução e das conclusões. O capítulo 2 – Os caminhos teórico-metodológicos – apresentará a metodologia do estudo, bem como o referencial teórico-metodológico de análise a ser utilizado no decorrer do trabalho. Será apresentada a Teoria dos Campos de Pierre Bourdieu, e os conceitos operatórios de análise deste autor. São eles, conceito de campo, agentes, estruturas, formas de capital e *habitus*. Em Norbert Elias, a contribuição da Teoria dos Jogos Competitivos, a fim de auxiliar no entendimento das relações entre os agentes envolvidos no processo de produção acadêmica, formulação e implementação de políticas públicas de esporte e lazer, bem como os conceitos de poder, configuração e interdependência.

Já o capítulo 3 – A produção científica sobre políticas públicas de esporte e lazer no Brasil – buscará descrever e analisar a constituição do subcampo onde ocorre a produção científico/acadêmica sobre políticas públicas de esporte e lazer, seus agentes, estruturas e capitais, destacando os principais grupos de pesquisa, pesquisadores, produções e perspectivas de análise.

O capítulo 4 – As políticas públicas de esporte e lazer no Brasil – descreverá e analisará a constituição do subcampo onde se formulam e implementam políticas públicas de esporte e lazer, seus agentes, estruturas e capitais, destacando as políticas efetivadas, as relações com o contexto social de cada época, bem como as principais influências que pautam as ações dos agentes.

No capítulo 5 – Políticas públicas de esporte e lazer: conhecimento, intervenção e autonomia – serão analisados os pontos de aproximação/intersecção entre o subcampo acadêmico onde ocorre a produção científico/acadêmica acerca das políticas públicas de esporte e lazer, e o subcampo político/burocrático de esporte e lazer, indicando se a aproximação/intersecção mais efetiva entre os subcampos pode contribuir para a autonomia e qualificação das ações no subcampo onde se formulam e implementam políticas públicas de esporte e lazer.

## 2 OS CAMINHOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Este capítulo apresentará os procedimentos metodológicos do estudo, tomando como referência os procedimentos metodológicos da pesquisa sociológica descritos por Marchi Jr. (2006) e Murad (2009). O referencial teórico-metodológico apontará as contribuições da Teoria dos Campos de Pierre Bourdieu e da Teoria dos Jogos Competitivos de Norbert Elias, para a delimitação do percurso teórico-metodológico, apresentando ainda algumas ferramentas (conceitos e noções) para análise.

### 2.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

A partir da problematização e objetivos da pesquisa, optou-se, enquanto metodologia do trabalho, realizar uma pesquisa sociológica, por entender nela o tipo de pesquisa mais adequada para conduzir a discussão proposta. Foram tomados como base os procedimentos metodológicos da pesquisa sociológica descritos por Marchi Jr. (2006, p. 33):

- a) A definição e a seleção das principais categorias e conceitos para a análise;
- b) O esforço contínuo de leitura e interpretação de uma teoria sociológica (o referencial teórico);
- c) A insistente e atualizada consulta bibliográfica no tocante à temática em estudo;
- d) O levantamento exaustivo das fontes primárias e secundárias de pesquisa (documentos, jornais, periódicos, atas, leis, imagens, dados estatísticos, entrevistas, questionários, etc.);
- e) E a indispensável pesquisa de campo ou pesquisa empírica.

Acrescentados do procedimento de contextualização apontado por Murad (2009). Segundo o autor, “*sociologizar* é, em certo sentido metodológico, contextualizar” (MURAD, 2009, p. 37, grifo do autor), o que leva a uma compreensão mais ampla dos temas investigados, emprestando maior fidedignidade teórica às reflexões e confiabilidade empírica aos resultados e conclusões.

Murad (2009) distingue três dimensões da contextualização: teórica, histórica e social. Na primeira destacam-se as principais escolas, autores e trabalhos ligados à temática estudada e ao enfoque da análise. A contextualização histórica relaciona-se com o momento temporal, ou histórico em que ocorreu o fenômeno

estudado. E finalmente a contextualização social tem relação com as estruturas econômica, política e ideológica que formam a estrutura social.

Dentro do primeiro passo citado por Marchi Jr. (2006), a seleção das principais categorias e conceitos para a análise, apontou-se anteriormente a inquietação no sentido de discutir se o subcampo político/burocrático de esporte e lazer tem se apropriado da produção do subcampo científico/acadêmico que discute essas políticas, como um dos subsídios para a disposição e ação dos agentes. Trata-se de dois espaços sociais distintos, entendidos como subcampos, portanto dotados de relativa autonomia e dinâmica próprias, mas que por outro lado, apresentam semelhanças e aproximações.

Antes de buscar essas semelhanças e aproximações, é necessário o entendimento aprofundado de cada um dos espaços sociais, seus agentes, estruturas, objetos de disputa, capitais, poder e *habitus*. A confrontação das duas realidades, inicialmente distintas, leva, no limite, a observação de similaridades e intersecções. Todo esse processo estará permeado pelo problema de pesquisa, que levará ao entendimento de se a produção científica acerca das políticas públicas de esporte e lazer tem sido um dos subsídios a ação dos agentes que formulam e implementam essas políticas.

No que diz respeito ao referencial teórico-metodológico, optou-se pela Teoria dos Campos de Pierre Bourdieu, utilizando-se de seus principais conceitos como noções operatórias da análise. Segundo Bourdieu, para compreender-se realmente o sentido e funcionamento do espaço social é necessário entender as relações entre as posições ocupadas por aqueles que podem produzir, utilizar e reproduzir um determinado *habitus* que emana das estruturas e é internalizado pelos agentes. Espaço social este, que para Bourdieu assume a forma específica de um campo ou subcampo. A caracterização do campo se dá através da definição do espaço social onde se encontram fixadas as posições, e os agentes sociais movimentam-se objetivando conquistas. Outra característica do campo é seu objeto de disputa e seus interesses específicos. Em outras palavras, o campo é definido como “o lócus onde se trava uma luta concorrencial entre os atores em torno de interesses específicos que caracterizam a área em questão” (ORTIZ, 1994b, p. 19). Além disso, para a existência do campo, devem existir, em seu interior, além dos objetos de interesse e disputa, pessoas (agentes) dotadas de *habitus* que identifiquem e legitimem as leis imanentes ao jogo (MARCHI JR., 2001a). A posição de cada

agente no interior do campo, por sua vez, está relacionada ao capital que dispõe, sendo este compreendido em múltiplas dimensões, como econômico, social, cultural, simbólico, entre outros.

Identificados alguns elementos constitutivos do campo, faz-se necessário verificar as posições ocupadas pelos agentes, bem como as relações travadas entre eles. No texto “A representação política: elementos para uma teoria do campo político”, Bourdieu (2004a, p. 164) afirma que:

Toda a análise da luta política deve ter como fundamento as determinantes econômicas e sociais da divisão do trabalho político, para não ser levada a naturalizar os mecanismos sociais que produzem e reproduzem a separação entre os agentes politicamente activos e os agentes politicamente passivos e a construir em leis eternas as regularidades históricas válidas nos limites de um estado determinado da estrutura da distribuição do capital.

Neste trecho, o autor coloca a necessidade de entendimento do campo político, sua divisão de trabalho e distribuição de capital, para não naturalizar o abismo que separa os agentes politicamente ativos (os políticos e gestores) e os agentes politicamente passivos (aqueles que os elegem). Essa divisão desigual de poder é algo historicamente construído e amplamente admitido pelos agentes envolvidos, já que não há interesse pela inserção de novos agentes em um campo onde poucos detêm o monopólio da produção.

As necessidades dos agentes politicamente passivos por vezes não têm coros nas ações realizadas por aqueles que momentaneamente concentram o poder. Não são apenas as ações dos políticos e gestores que fazem com que o campo político/burocrático tenha essa estrutura, mas também as atitudes e/ou conivência dos que estão à margem do processo de decisão política, e a relação que mantém com as instituições do poder público.

A entrada nesse campo como agente politicamente ativo, bem como as posições ocupadas pelos agentes no interior do campo político/burocrático estão diretamente relacionadas à concentração de poder e capital por parte desses agentes. Dentre as formas de capital, destacamos o capital social e o capital político como os principais responsáveis pela manutenção das posições dentro dos campos político e burocrático.

Fruto das relações estabelecidas, os políticos e gestores passam a ser vistos com desconfiança e descrédito, produto da manutenção da distância imposta pela estrutura e *habitus* inerente aos campos político e burocrático. Para utilizar as



palavras de Gramsci, citado por Bourdieu (2004b, p. 178): “nós outros, afastamo-nos da massa: entre nós e a massa forma-se uma barreira de quiprococos, de mal-entendidos, de jogo verbal complicado. Acabaremos por aparecer por pessoas que querem, a todo custo, conservar o seu lugar”. Compartilhando ainda da interpretação de Bourdieu (2004b), entende-se que essa cultura propriamente política permanece inacessível à maioria das pessoas, menos pela complexidade da linguagem em que ela se exprime do que pela complexidade das relações sociais que constituem o campo político/burocrático.

As contribuições de Bourdieu acima expostas são o ponto de partida para pensar o referencial sociológico de análise no trabalho, a partir de alguns conceitos operacionais, bem como a partir de algumas constatações e provocações do autor referentes ao campo político/burocrático<sup>19</sup>. Essa leitura inicial do autor nos fez optar pelo seu modelo sociológico de análise, bem como despertou uma afinidade com o autor na sua forma de ver e pensar o mundo social.

Já a Teoria dos Jogos Competitivos de Norbert Elias servirá de forma complementar ao entendimento, especialmente das relações entre os agentes no interior dos subcampos pesquisados. O modelo de análise de Elias toma a relação entre agentes como uma competição, realizada segundo as regras de um jogo, como um processo interpretativo e explicativo das configurações humanas, conduzindo a um melhor entendimento das relações sociais, o potencial de poder dos agentes e as interdependências constituídas.

No que diz respeito à insistente e atualizada consulta bibliográfica no tocante à temática das políticas públicas de esporte e lazer, iniciou-se um mapeamento da produção científica no interior do campo, apontando preliminarmente para a falta de consistência teórica nesta produção (STAREPRAVO, 2007; STAREPRAVO; MEZZADRI, 2007), e indicando algumas das publicações que podem colaborar para o desenvolvimento do trabalho<sup>20</sup>. Esse processo acompanhou todo o processo de

---

<sup>19</sup> Segundo Marchi Jr. (2001a, p. 30), citando a palestra proferida por Catani na Universidade Estadual de Campinas, em 1999, no Simpósio Lazer e motricidade: contribuições contemporâneas para a reflexão sobre o corpo e o lúdico, “[...] a aceitação ou a definição por uma determinada vertente teórica é consubstanciada de forma gradativa, como que por uma espécie de encantamento e identificação. Inicialmente, afirma que o primeiro sinal é a memorização de uma frase do autor a ser eleito. [...] A continuidade deste percurso determina uma simbiose entre leitor e autor que, inevitavelmente, concretizará a identificação e aceitação de uma proposta teórica”.

<sup>20</sup> Bueno (2008); Linhales (1996; 1998; 2001); Linhales e Pereira Filho (1999); Manhães (2002); Mezzadri (2000); Veronez (2005).

construção do trabalho, através de pesquisas a partir de bases de dados *online*, anais de eventos, livros e outras publicações.

Já em relação ao levantamento das fontes primárias e secundárias da pesquisa, Bourdieu propõe novos caminhos metodológicos a serem seguidos, explorando novos temas e procedimentos. Sugere que fontes e temas até então praticamente inexploradas fossem aproveitados para a compreensão do contexto em que estão inseridos. Isso passa pela utilização de fotos e materiais publicitários como fontes, e o estudo das mais diversas frentes de conhecimento da sociedade, como a televisão, o jornalismo, a alta-costura e o esporte (MARCHI JR., 2001a).

Nesse sentido, a pesquisa sociológica comporta a utilização de uma série de materiais, que servirão como fontes de pesquisa. Parte dos dados necessários ao desenvolvimento da pesquisa será coletada a partir de documentos (projetos, relatórios, planos de ações) dos órgãos públicos de administração do esporte, referentes às políticas públicas de esporte e lazer dessas instituições<sup>21</sup>. Utilizar-se-ão também materiais publicados pela imprensa nas diferentes mídias (especialmente jornais impressos, televisão e internet) que possam auxiliar no entendimento da composição dos subcampos.

Mais especificamente, são fontes da pesquisa:

- Base de dados Diretório dos Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Científico (CNPq)<sup>22</sup>, onde foram mapeados os grupos de pesquisa e os pesquisadores da área.
- Base de dados Indicadores da Pesquisa no Brasil do CNPq<sup>23</sup>, a fim de obter parâmetros sobre a produção científica nacional.
- Bases de dados do Ministério do Esporte (ME)<sup>24</sup>, para obtenção de informações e documentos referentes às ações e programas em andamento no Ministério do Esporte, especialmente a Rede Cedes e o PELC.
- Anais eletrônicos do Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte (Conbrace), em suas 14<sup>a</sup>, 15<sup>a</sup> e 16<sup>a</sup> edições (2005, 2007 e 2009, respectivamente). O Conbrace constitui o principal evento acadêmico da Educação Física no Brasil, onde especialistas da área de políticas

---

<sup>21</sup> Especialmente o Ministério do Esporte.

<sup>22</sup> Disponível em <http://www.cnpq.br/gpesq/apresentacao.htm>.

<sup>23</sup> Disponível em [http://www.cnpq.br/estatisticas/indica\\_brasil.htm](http://www.cnpq.br/estatisticas/indica_brasil.htm).

<sup>24</sup> Disponível em <http://portal.esporte.gov.br/>.

públicas de esporte e lazer tem um fórum de discussão permanente, no interior do grupo de trabalho temático (GTT) de Políticas Públicas.

- Livros publicados entre os anos de 2005 e 2009, vinculados à Rede Cedex. Os livros são o produto de uma ação do Ministério do Esporte, que visa estimular a produção científica sobre políticas públicas de esporte e lazer.
- Teses e dissertações de membros dos grupos de pesquisa que se dedicam ao estudo das políticas públicas de esporte e lazer publicadas entre 2005 e 2009.
- Artigos pertinentes a temática de políticas públicas de esporte e lazer publicados entre os anos de 2005 e 2009 nas Revistas Movimento e Brasileira de Ciências do Esporte (RBCE). As revistas foram selecionadas entre outras publicações semelhantes devido aos padrões de regularidade e periodicidade na circulação, além de serem considerados periódicos de impacto internacional, quanto ao formato, qualidade do conteúdo e composição do corpo editorial, bem como por publicarem trabalhos da área de esporte e lazer que dialogam com as Ciências Humanas e Sociais.
- Publicações (livros e coletâneas) produzidas pelo Ministério do Esporte vinculadas a programas de intervenção do ministério. São publicações que realizam balanços e dão diretrizes de funcionamento aos programas do ministério, portanto pertinentes ao mapeamento das políticas e da produção sobre o assunto.

Realizou-se ainda entrevistas<sup>25</sup> junto aos agentes que de alguma forma transitam na intersecção dos subcampos científico/acadêmico e político/burocrático.

O critério de seleção dos agentes levou em conta as discussões que estão sendo realizadas entre a comunidade esportiva, sob a tutela do Ministério do Esporte, a fim de se (re) criar um Sistema Nacional do Esporte e Lazer. Em reunião de especialistas sobre o Sistema Nacional de Esporte e Lazer, realizada em Brasília, no mês de dezembro de 2007, e levando em conta as discussões realizadas na II Conferência Nacional de Esporte e Lazer, o documento final da reunião, que discutiu, entre outras coisas, qual a estrutura que compõe o Sistema Nacional de

---

<sup>25</sup> O roteiro de entrevista está disponível nos apêndices A e B.

Esporte e Lazer, sua organização, agentes e competências, estabeleceu que os agentes que compõe a Estrutura Nacional do Esporte e Lazer podem ser de caráter público, privado e do terceiro setor, organizados entre: gestores do sistema, trabalhadores do sistema, agentes comunitários de esporte e lazer e usuários do sistema.

Os gestores do sistema são os agentes responsáveis pela formulação e implementação de políticas públicas de esporte e lazer, em seu trabalho no Ministério do Esporte, secretarias estaduais e municipais de esporte e lazer, conselhos de esporte e lazer, confederações, ONGs, escolas, entre outros. O foco das entrevistas estará nos gestores que têm responsabilidade na condução de políticas públicas, mas que de alguma forma se aproximam ou transitam no campo acadêmico. São eles:

- Secretário Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer do Ministério do Esporte (2003-06)<sup>26</sup>;
- Diretor de Ciência e Tecnologia do Esporte da Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer do Ministério do Esporte (2003-06)<sup>27</sup>;
- Diretor de Ciência e Tecnologia do Esporte da Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer do Ministério do Esporte (2007-09)<sup>28</sup>;
- Secretário Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer do Ministério do Esporte (2006-09)<sup>29</sup>.

Os entrevistados foram selecionados por serem professores, com formação *strictu sensu*, que ocupam ou ocuparam cargos na gestão pública do esporte e lazer no interior do Ministério do Esporte, estando diretamente relacionados à implantação e gestão da Rede Cedes e do PELC.

Com relação às entrevistas, Gil (1999, p. 117) argumenta que,

Pode-se definir entrevista como a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessem à investigação. A entrevista é, portanto, uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra

---

<sup>26</sup> Apêndice E

<sup>27</sup> Apêndice F.

<sup>28</sup> Apêndice G.

<sup>29</sup> Apêndice H.

se apresenta como fonte de informação. A entrevista é uma das técnicas de coleta de dados mais utilizada no âmbito das ciências sociais.

Dentre os diferentes métodos de entrevista existente, optou-se pelas entrevistas semi-estruturadas. Segundo May (2004, p. 145),

[...] entre os métodos estruturados e os focalizados existe um que utiliza técnicas de ambos. As perguntas são normalmente especificadas, mas o entrevistador está mais livre para ir além das respostas de uma maneira que pareceria prejudicial para as metas de padronização e comparabilidade.

Entende-se ser essa técnica a mais adequada à pesquisa, uma vez que pode-se estabelecer algumas perguntas *a priori*, que foram formuladas de acordo com a posição de cada agente no subcampo, porém deixando margem para que os mesmos complementassem ou apresentassem outras informações desconsideradas pelo pesquisador no momento da elaboração da entrevista:

O entrevistador, que pode buscar tanto o esclarecimento quanto a elaboração das respostas dadas, pode registrar informação qualitativa sobre o tópico em questão. Isso permite que ele tenha mais espaço para sondar além das respostas e, assim, estabelecer um diálogo com o entrevistado (MAY, 2004, p. 145).

Com relação à postura do entrevistador, buscou-se conduzir a entrevista fazendo o uso constante do exercício da reflexividade, o que ajuda a controlar no campo os efeitos da estrutura social na qual a entrevista é feita, facilitando a interação entre entrevistador e entrevistado. Dentro dessa dinâmica de comunicação é necessário cuidar para que se reduza ao máximo a violência simbólica que por ventura possa ser exercida pelas perguntas formuladas e também no momento de transcrever as respostas (BOURDIEU, 2003).

As entrevistas foram gravadas com o uso de um aparelho de gravação de voz portátil. Posteriormente, as entrevistas foram transcritas integralmente e disponibilizadas em apêndice ao final do trabalho. Para a incorporação na redação do texto final, porém, foram considerados apenas os trechos de maior relevância à discussão proposta. Os entrevistados assinaram um termo de consentimento<sup>30</sup> à utilização das informações da entrevista. O anonimato foi garantido, utilizando códigos na redação final do trabalho.

Além das entrevistas foram aplicados questionários<sup>31</sup>, por meio de correio eletrônico (e-mails), aos 68 (sessenta e oito) coordenadores de núcleos que compõe

---

<sup>30</sup> Apêndice D.

<sup>31</sup> Apêndice C.

a Rede Cedes (dados de 2009). May (2004, p. 120) destaca as principais vantagens do questionário por correspondência:

Primeiro, eles têm um custo mais baixo que as entrevistas pessoais. Segundo, ao lidar-se com questões éticas ou políticas sensíveis, o seu anonimato pode ser vantajoso. Terceiro, as pessoas podem dispor do tempo que quiserem para preencher o questionário e refletirem sobre suas respostas. Quarto, como não são utilizados entrevistados, isso poderia levar a menos vieses do que os resultados que dependem da maneira com que entrevistadores diferentes fazem as perguntas. Por fim é possível cobrir uma área geográfica mais ampla.

Dentre as vantagens apontadas por May, destaca-se nesta pesquisa o terceiro e o último ponto, os quais viabilizam a pesquisa, já que os núcleos da Rede Cedes estão espalhados por todo o país, e outra forma de coleta de dados seria inviabilizada em função do custo e logística necessária.

Cabe ressaltar que dos 68 (sessenta e oito) questionários enviados, 5 (cinco) não chegaram aos coordenadores da Rede Cedes por problemas envolvendo o correio eletrônico disponibilizado no site do Ministério do Esporte, e apenas 9 (nove) foram respondidos, demonstrando certa falta de compromisso de coordenadores de grupos de pesquisa com o avanço da ciência através da colaboração com outras pesquisas. Essa foi uma limitação apontada também por Schwartz *et al.* (2010) ao realizar balanço oficial da Rede Cedes, encomendada pelo próprio Ministério do Esporte, que também obteve um baixo nível de resposta aos instrumentos de pesquisa enviados aos coordenadores de núcleos da rede.

Os questionários respondidos estão disponibilizados no final do trabalho, sendo que apenas os trechos relevantes foram incorporados ao texto final. Os sujeitos de pesquisa assinaram um termo de consentimento à utilização das informações dos questionários. O anonimato mais uma vez foi garantido, utilizando códigos na redação final do trabalho.

O conjunto das entrevistas dos agentes gestores e dos questionários aplicados aos coordenadores de grupos de pesquisa vinculados à Rede Cedes, constituíram parte da base empírica de análise, que será utilizada como subsídio à discussão junto aos dados levantados da produção científica e documentos acerca das políticas públicas de esporte e lazer.

## 2.2 REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO DE ANÁLISE

### 2.2.1 A Teoria dos Campos de Pierre Bourdieu

Bourdieu fornece a possibilidade de apropriação de alguns conceitos como noções operatórias da análise. Neste caso destacam-se três conceitos básicos da construção teórica de Bourdieu (campo, *habitus* e capital), além dos conceitos de agentes e estruturas. Essa filosofia, condensada em um pequeno número de conceitos fundamentais – *habitus*, campo, capital – e que tem como ponto central a relação, de mão dupla, entre as estruturas objetivas (dos campos sociais) e as estruturas incorporadas (dos *habitus*) (BOURDIEU, 2007a), será a linha teórica condutora da pesquisa.

Cabe ao pesquisador, segundo Bourdieu, estudar a constituição e os mecanismos que perpetuam as formas de dominação das desigualdades sociais, e torná-los mais transparentes e de fácil compreensão por parte das pessoas. Daí o papel das Ciências Sociais em efetivar a análise das posições relativas e das relações objetivas na sociedade. Posições e relações estas que se estabelecem a partir de relações simbólicas de manutenção e de reconhecimento das distâncias sociais, as quais são determinadas pela concorrência e apropriação de bens por meio do acúmulo de capital econômico, social, cultural, entre outros.

Bourdieu inscreve seus pressupostos teóricos em um modelo de análise que envolve agentes sociais, estruturas e disposições. Seu modelo oferece categorias interpretativas da realidade, desenvolvidas em outras áreas de conhecimento, que são cabíveis para análise das questões que permeiam a discussão do esporte (MARCHI JR., 2001a), assim como das políticas públicas.

Segundo Bourdieu, para compreender-se realmente o sentido e funcionamento do espaço social (campo ou subcampo) é necessário entender as relações entre as posições ocupadas por aqueles que podem produzir, utilizar e reproduzir um determinado *habitus*.

No livro “Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico”<sup>32</sup>, Bourdieu situa, a partir da discussão da ciência e da produção do

---

<sup>32</sup> BOURDIEU, P. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico* / Pierre Bourdieu; texto revisado pelo autor com a contribuição de Patrick Champagne e Etienne Landais; tradução Denice Barbara Catani. – São Paulo: Editora UNESP, 2004c.

conhecimento, de forma bastante didática, em que ponto se localiza a noção de campo. Para isso, apresenta duas formas de entendimento das produções culturais, para na seqüência introduzir a dimensão do campo na discussão. A primeira forma de entendimento, segundo o autor:

*Grosso modo*, há, de um lado, os que sustentam que, para compreender a literatura ou a filosofia, basta ler os textos. Para os defensores desse fetichismo do texto autonomizado que floresceu na França com a semiologia e que refloresce hoje em todos os lugares do mundo com o que se chama de pós-modernismo, o texto é o alfa e o ômega e nada mais há para ser conhecido, quer se trate de um texto filosófico, de um código jurídico ou de um poema, a não ser a letra do texto (BOURDIEU, 2004c, p. 19, grifo do autor).

Em oposição, outra corrente tem como premissa que o entendimento das produções culturais está subordinado à compreensão das condições macro-estruturais da sociedade: “[...] outra tradição, freqüentemente representada por pessoas que se filiam ao marxismo, quer relacionar o texto ao contexto e propõe-se a interpretar as obras colocando-as em relação com o mundo social ou o mundo econômico” (BOURDIEU, 2004c, p. 19).

Bourdieu parece não compartilhar com nenhuma das duas vertentes apresentadas, e como alternativa apresenta a noção de campo.

É para escapar a essa alternativa que elaborei a noção de campo. É uma idéia extremamente simples, cuja função negativa é bastante evidente. Digo que para compreender uma produção cultural (literatura, ciências, etc.) não basta referir-se ao conteúdo textual dessa produção, tampouco referir-se ao contexto social contentando-se em estabelecer uma relação direta entre o texto e o contexto (BOURDIEU, 2004c, p. 20).

Da mesma forma, pode-se afirmar que as análises de políticas públicas de esporte e lazer que se constituem como relatos de experiências, bem como as que privilegiam os efeitos da macro-estrutura econômica e social sobre as políticas, não satisfazem na explicação do fenômeno.

A relação direta entre texto e contexto, provoca, segundo Bourdieu (2004c, p. 20, grifos do autor),

O que chamo de “erro do curto-circuito”, erro que consiste em relacionar uma obra musical ou um poema simbolista com as greves de Anzim, como fazem certos historiadores da arte ou da literatura. Minha hipótese consiste em supor que, entre estes dois pólos, muito distanciados, entre os quais se supõe, um pouco imprudentemente, que a ligação possa se fazer, existe um universo intermediário que chamo o *campo literário, artístico, jurídico ou científico*, isto é, o universo no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem a arte, a literatura ou a



ciência. Este é um mundo social como os outros, mas que obedece a leis sociais mais ou menos específicas.

Nesse sentido que a presente tese trabalha com a perspectiva de subcampos político/burocrático e científico/acadêmico como universos intermediários, com lógicas e dinâmicas de funcionamento próprias. Bourdieu (2007d, p. 60, grifos do autor) invoca a lógica interna dos objetos culturais, e mais precisamente dos grupos que produzem estes objetos para refutar o “erro do curto circuito”:

De fato, a atenção exclusiva às funções levava a ignorar a questão da lógica interna dos objetos culturais, sua estrutura como *linguagens*; mas, mais precisamente, levava a esquecer os grupos que produzem esses objetos (padres, juristas, intelectuais, escritores, poetas, artistas, matemáticos, etc.) através dos quais eles também preenchem funções.

E aponta a contribuição e os limites de Max Weber,

É aqui que Max Weber, com sua teoria dos agentes religiosos, é de grande ajuda. Mas se, de fato, ele tem o mérito de reintroduzir os especialistas, seus interesses específicos, isto é, as funções que sua atividade e seus produtos, doutrinas religiosas, *corpus* jurídicos etc., preenchem para eles, ele não percebeu que os universos dos clérigos são *microcosmos* sociais, campos que têm suas próprias estruturas e suas próprias leis (BOURDIEU, 2007d, p. 60, grifos do autor).

Por mais que não se possa desconsiderar as condições macro-estruturais da sociedade, a forma com que elas refletirão em determinada questão social dependerá da dinâmica própria do campo em questão, que goza de certa independência e leis próprias de funcionamento, variando também seu grau de autonomia. Nas palavras de Bourdieu (2004c, p. 20-1):

A noção de campo está aí para designar esse espaço relativamente autônomo, esse microcosmo dotado de suas leis próprias. Se, como o macrocosmo, ele é submetido a leis sociais, essas não são as mesmas. Se jamais escapa às imposições do macrocosmo, ele dispõe, com relação a este, de uma autonomia parcial mais ou menos acentuada. E uma das questões que surgirão a propósito dos campos (ou subcampos) científicos será precisamente acerca do grau de autonomia que eles usufruem.

A questão da autonomia do campo diz respeito à capacidade de determinado espaço social re-significar as pressões externas, de acordo com a dinâmica própria daquele espaço, ou seja, “quais são os mecanismos que o microcosmo aciona para se libertar dessas imposições externas e ter condições de reconhecer apenas suas próprias determinações internas” (BOURDIEU, 2004c, p. 21). As pressões externas, independente de sua natureza, só se exercem por

intermédio do campo, são mediadas pela lógica do campo, nunca atingirão os vários espaços sociais de forma homogênea.

As determinações externas invocadas pelos marxistas – por exemplo, o efeito das crises econômicas, das transformações, técnicas ou das revoluções políticas – só podem exercer-se pela intermediação das transformações da estrutura do campo resultantes delas. O campo exerce um efeito de *refração* (como um prisma): portanto, apenas conhecendo as leis específicas de seu funcionamento (seu “coeficiente de refração”, isto é, seu *grau de autonomia*) é que se pode compreender as mudanças nas relações entre escritores, entre defensores dos diferentes gêneros (poesia, romance e teatro, por exemplo) ou entre diferentes concepções artísticas (a arte pela arte e a arte social, por exemplo), que aparecem, por exemplo, por ocasião de uma mudança de regime político ou de uma crise econômica (BOURDIEU, 2007d, p. 61, grifos do autor).

Essa autonomia do campo, segundo Bourdieu (2004c, p. 22), pode ser verificada por meio da capacidade de refratar, re-traduzindo sob uma forma específica as pressões e demandas externas:

Dizemos que quanto mais autônomo for um campo, maior será o seu poder de refração e mais as imposições externas serão transfiguradas, a ponto, freqüentemente, de se tornarem perfeitamente irreconhecíveis. [...] Inversamente, a heteronomia de um campo manifesta-se, essencialmente, pelo fato de que os problemas exteriores, em especial os problemas políticos, aí se exprimem diretamente.

No caso das políticas públicas de esporte e lazer são observados alguns agentes e interesses que se perpetuam no interior desse subcampo. Pode-se dizer que há algo cristalizado, recorrente no interior do subcampo, que acaba não sendo muito influenciado por pressões externas<sup>33</sup>. Essa constatação poderia conduzir a uma visão pessimista em relação às políticas públicas de esporte e lazer. Porém, tem-se que pensar a dimensão dos agentes na constituição do campo: “os agentes – por exemplo, as empresas no caso do campo econômico – criam o espaço, e o espaço só existe (de alguma maneira) pelos agentes e pelas relações objetivas entre os agentes que aí se encontram” (BOURDIEU, 2004c, p. 23). Ou seja, o campo não é algo estático ou estabelecido a priori, é dinâmico e está em constante transformação e movimento, principalmente pela ação dos agentes. Há uma relação constante e dialética entre a pressão do campo e a ação dos agentes:

Essa estrutura não é imutável e a topologia que descreve um estado de posições sociais permite fundar uma análise dinâmica da conservação e da transformação da estrutura da distribuição das propriedades ativas e, assim, do espaço social. É isso que acredito expressar quando descrevo o espaço

<sup>33</sup> Como exemplos, a perpetuação nos cargos de gestão das Confederações esportivas, bem como a lógica do COB imposta às políticas públicas de esporte.

social global como um *campo*, isto é, ao mesmo tempo, como um campo de forças, cuja necessidade se impõe aos agentes que nele se encontram envolvidos, e como um campo de lutas, no interior do qual os agentes se enfrentam, com meios e fins diferenciados conforme sua posição na estrutura do campo de forças, contribuindo assim para a conservação ou a transformação de sua estrutura (BOURDIEU, 2007c, p. 50, grifos do autor).

A ação dos agentes e a estrutura da relação entre eles, que dão lógica e sentido ao campo, estão diretamente relacionadas à posição que cada um dos agentes assume no interior do espaço social.

[...] é a estrutura das relações objetivas entre os diferentes agentes que são [...] os princípios do campo. É a *estrutura das relações objetivas* entre os agentes que determina o que eles podem e não podem fazer. Ou, mais precisamente, é a posição que eles ocupam nessa estrutura que determina ou orienta, pelo menos negativamente, suas tomadas de posição (BOURDIEU, 2004c, p. 23, grifos do autor).

A posição e conseqüente peso de cada agente (indivíduo ou instituição) no campo, por sua vez, está relacionada ao volume de seu capital, que pode assumir várias formas. De acordo com o peso relativo do agente no campo, teremos a amplitude da pressão estrutural do campo exercida sobre ele. Quanto mais frágil o agente na composição do campo, maior será a influência estrutural sobre ele; de forma contrária, quanto maior o peso do agente, mais autonomia este desfruta.

Porém, vale ressaltar que “nada é mais difícil e até mesmo impossível de ‘manipular’ do que um campo” (BOURDIEU, 2004c, p. 25). Por maior que seja o peso do agente no interior do campo, é difícil pensar, a partir de um olhar maquiavélico do processo, que um agente singular tenha a capacidade de manipular e conformar o campo de acordo com seus anseios pessoais. Isso está submetido às regras do campo, no qual esses anseios serão re-significados e poderão gerar conseqüências não planejadas. Na concepção de Elias (2005), à medida que se entrecruzam as jogadas de inúmeros jogadores interdependentes, nenhum jogador isolado ou grupo de jogadores, atuando sozinhos, poderão determinar o decurso do jogo, por mais poderosos que sejam. Este processo é caracterizado por Elias (2005) como o processo cego ou opacidade da configuração que será detalhada mais a frente, quando da exposição da Teoria dos Jogos Competitivos.

O campo possui uma série de propriedades e regras, que conformam as ações dos agentes:

É certo que a orientação da mudança depende do estado do sistema de possibilidades [...] que são oferecidas pela história e que determinam o que é possível e impossível de fazer ou de pensar em um dado momento do

tempo, em um campo determinado; mas não é menos certo que ela depende também dos interesses (freqüentemente “desinteressados”, no sentido econômico do termo) que orientam os agentes – em função de sua posição no pólo dominante ou no pólo dominado do campo – em direção a possibilidades mais seguras, mais estabelecidas, ou em direção aos possíveis mais originais entre aqueles que já estão socialmente constituídos, ou até em direção a possibilidades que seja preciso criar do nada (BOURDIEU, 2007d, p. 63).

Ou seja, a ação dos agentes estará estritamente relacionada à história do campo, bem como à posição ocupada pelos agentes, que pode variar entre o extremo dominante e o extremo dominado do espaço social, e na luta travada entre os agentes para a conservação ou manutenção das regras e das posições no interior do campo. Ao se referir às obras literárias, Bourdieu (2007d, p. 62-3) afirma que:

O processo que propicia as obras é o produto da luta entre os agentes que, em função de sua posição no campo, vinculada a seu capital específico, tem interesse na conservação, isto é, na rotina e na rotinização, ou na subversão, que freqüentemente toma a forma de uma volta às origens, à pureza das fontes e à crítica herética.

Em outras palavras, as estratégias dos agentes e das instituições que estão envolvidos nas lutas e em suas tomadas de posição dependem da posição que eles ocupem na estrutura do campo, isto é, na distribuição do capital simbólico específico, institucionalizado ou não (reconhecimento interno ou notoriedade externa), e que, através da mediação das disposições constitutivas de seus *habitus* (relativamente autônomo em relação à posição), inclina-os seja a conservar seja a transformar a estrutura desta distribuição, logo, a perpetuar as regras do jogo ou a subvertê-las (BOURDIEU, 2007d). Essa passagem agrega à discussão o fato de que a posição dos agentes está relacionada a distribuição do capital simbólico específico daquele campo, ou seja, a concentração de capital de um tipo específico pelo agente singular, determinará o lugar, no contínuo entre os pólos dominante e dominado, ocupado pelo mesmo. Além disso, o *habitus* inerente aquele campo intermediará o agir dos agentes, inclinando-o a tomadas de posição conservadoras ou transformadoras, em função da posição ocupada. A constituição desse *habitus*, das formas de disputa legítimas, e maneiras de agir dos agentes, por sua vez, está relacionada à história do campo:

Mas essas estratégias, através dos alvos das lutas entre os dominantes e os pretendentes, as questões a propósito das quais eles se enfrentam, também dependem do estado da problemática legítima, isto é, do espaço de possibilidades herdado de lutas anteriores, que tende a definir o espaço de

tomadas de posição possíveis e a orientar assim a busca de soluções e, em consequência, a evolução de produção (BOURDIEU, 2007d, p. 64).

Nesse sentido torna-se essencial o resgate do histórico de lutas no interior do campo ou subcampo. Importante ressaltar também que as pessoas que constituem o campo são tratadas não apenas como um número no interior de um espectro maior, como uma classe social. Bourdieu trata-os como agentes ativos na constituição e desenvolvimento do campo. “Falo em agentes e não em sujeitos. A ação não é a simples execução de uma regra, a obediência a uma regra. Os agentes sociais, tanto nas sociedades arcaicas como nas nossas, não são apenas autômatos regulados como relógios, segundo leis mecânicas que os escapam” (BOURDIEU, 2004a, p. 21). Portanto, a partir da matriz teórica admitida neste trabalho, deve-se conduzir uma pesquisa compreendendo a lógica e as leis de funcionamento do campo, bem como considerar que os agentes ativos no processo são capazes de re-significar e atuar de forma a legitimar ou modificar a estrutura daquele espaço social. Ou seja, deve-se desvendar as regras do jogo, ao mesmo tempo que compreende-se como cada agente joga o jogo.

Essa analogia entre o espaço social, os agentes e um jogo é por vezes destacada na obra de Bourdieu, e pode servir como um facilitador ao entendimento dos pressupostos teórico-metodológicos do autor. Os agentes adquirem, em contato constante com o espaço social e demais agentes, o que o autor chama de “senso de jogo”.

Nos jogos mais complexos – as trocas matrimoniais, por exemplo, ou as práticas rituais –, eles investem os princípios incorporados de um *habitus* gerador: [...] se trata de disposições *adquiridas pela experiência*, logo variáveis segundo o lugar e o momento. Esse “sentido de jogo”, como dizemos em francês, é o que permite gerar uma infinidade de “lances” adaptados à infinidade de situações possíveis, que nenhuma regra, por mais complexa que seja, pode prever (BOURDIEU, 2004a, p. 21, grifos do autor).

As regras do espaço social estão estabelecidas a priori, porém, dada a posição ativa dos agentes, que pelas suas propriedades – acúmulo de capital, experiências, posição relativa – podem agir das mais diferentes formas. A posição passiva dos agentes em relação às estruturas neste caso é descartada:

Onde todo mundo falava de “regras”, de “modelo”, de “estrutura”, quase indiferentemente, colocando-se num ponto de vista objetivista, o de Deus Pai olhando os atores sociais como marionetes cujos fios seriam as estruturas, hoje todo mundo fala de estratégias matrimoniais (o que implica

situar-se no ponto de vista dos agentes, sem por isso transformá-los em calculadores racionais) (BOURDIEU, 2004a, p. 21).

Bourdieu investiu no tratamento dos atores sociais como agentes, propondo uma filosofia que “opõem-se também as teses mais extremas de certo estruturalismo, na sua recusa em reduzir os agentes; que considera eminentemente ativos e atuantes (sem transformá-los em sujeitos), a simples epifenômenos da estrutura” (BOURDIEU, 2007a, p. 10, grifos do autor).

O que está estabelecido pode dar sentido e coerência às ações, mas é um sentido e coerência relativas, uma vez que diz respeito à coerência das construções práticas. Nas palavras de Bourdieu (2004a, p. 22), referindo-se as práticas rituais: “do mesmo modo, o fato de as práticas rituais serem produto de um ‘senso prático’, e não de uma espécie de cálculo inconsciente ou da obediência a uma regra explica que os ritos sejam coerentes, mas com essa coerência parcial, nunca total, que é a coerência das construções práticas”.

Exemplificando através das práticas tribais, ou pelos gostos e escolhas das pessoas, Bourdieu, ressalta que os agentes são sujeitos ativos, dotados de um senso prático que conduz suas ações.

De fato, os agentes sociais, alunos que escolhem uma escola ou uma disciplina, famílias que escolhem uma instituição para seus filhos etc., não são partículas submetidas a forças mecânicas, agindo sob a pressão de causas, nem tampouco sujeitos conscientes e conhecedores, obedecendo a razões e agindo com pleno *conhecimento de causa* (BOURDIEU, 2007c, p. 41-2, grifos do autor).

Mais do que a obediência às regras ou ações orquestradas pelo inconsciente, o agir dos agentes está diretamente relacionado ao senso de jogo, e a natureza socialmente construída, sob a qual Bourdieu constrói o conceito de *habitus*. Entende-se *habitus* aqui como “um sistema de disposições adquiridas pela aprendizagem implícita ou explícita que funciona como um sistema de esquemas geradores, é gerador de estratégias que podem ser objetivamente afins dos interesses objetivos de seus autores sem terem sido expressamente concebidas para este fim” (BOURDIEU, 1983c, p. 94). *Habitus* é algo adquirido, ligado a história individual e coletiva, bem como ao capital adquirido. A posição ativa dos agentes está diretamente ligada ao *habitus* adquirido:

Os “sujeitos” são, de fato, agentes que atuam e que sabem, dotados de um *senso prático* (título que dei ao livro no qual desenvolvo esta análise), de um sistema adquirido de preferências, de princípios de visão e divisão (o que

comumente chamamos de gosto), de estruturas cognitivas duradouras (que são essencialmente produto da incorporação de estruturas objetivas) e de esquemas de ação que orientam a percepção da situação e a resposta adequada (BOURDIEU, 2007c, p. 42, grifos do autor).

Esse é um conceito central a utilização dos pressupostos da pesquisa em Bourdieu, estando presente desde o início de seus trabalhos. “[...] as grandes intenções teóricas, aquelas que se condensam nos conceitos de *habitus*, de estratégia, etc., estavam presentes, sob uma forma semi-implícita e relativamente pouco elaborada, desde a origem de meu trabalho” (BOURDIEU, 2004a, p. 35). Foi construído para, entre outras coisas, dar conta da dicotomia entre indivíduo e sociedade. “O exemplo mais típico é a oposição, absolutamente absurda em termos científicos, entre indivíduo e sociedade, oposição que a noção de *habitus* enquanto social incorporado, logo, individualizado, visa superar” (BOURDIEU, 2004a, p. 45). *Habitus* é algo gerado socialmente e estruturalmente, que é incorporado pelos agentes, e re-significado de forma particular, produz estratégias, práticas e consumos.

Sendo produto da necessidade objetiva, o *habitus*, necessidade tornada virtude, produz estratégias que, embora não seja produto de uma aspiração consciente de fins explicitamente colocados a partir de um conhecimento adequado das condições objetivas, nem de uma determinação mecânica de causas, mostrando-se objetivamente ajustadas à situação (BOURDIEU, 2004a, p. 23).

O *habitus* é ajustado à situação justamente porque ambos são gerados socialmente, e o espaço dos possíveis é limitado pela extensão daquele espaço social. Um recém-chegado provavelmente não terá grande êxito em suas tomadas de decisão, uma vez que o *habitus* ainda não foi incorporado. Por mais racional que seja sua ação, ela pode gerar uma estratégia não totalmente adequada, uma vez que a ação não tem a razão como único princípio. É o “senso de jogo”, ou *habitus*, que orchestra essas ações:

A ação comandada pelo “sentido de jogo” tem toda a aparência da ação racional que representaria um observador imparcial, dotado de toda informação útil e capaz de controlá-la racionalmente. E, no entanto, ela não tem a razão como princípio. [...] As condições para o cálculo racional praticamente nunca são dadas na prática: o tempo é contado, a informação é limitada, etc. E, no entanto, os agentes fazem, com muito mais frequência do que se agissem ao acaso, “a única coisa a fazer” (BOURDIEU, 2004a, p. 23).

Essa incorporação da estratégia correta, não sendo nem sempre a mais racional, é permeada pelo *habitus* adquirido pelos agentes. Para exemplificar

Bourdieu usa o exemplo de um jogador de tênis que sobe a rede fora de tempo, diferente do que foi passado conscientemente e pensado cientificamente pelo treinador. Porém, ao subir a rede o jogador acaba realizando com exatidão a jogada, fazendo o que deveria fazer, mesmo não sendo a escolha racional para aquele momento do jogo.

O *habitus* mantém com o mundo social que o produz uma autêntica cumplicidade ontológica, origem de um conhecimento sem consciência, de uma intencionalidade sem intenção e de um domínio prático das regularidades do mundo que permite antecipar seu futuro, sem nem mesmo precisar colocar a questão nesses termos (BOURDIEU, 2004a, p. 24).

No caso do jogador, o que fez com que ele executasse com êxito a jogada foi o domínio prático das regularidades do jogo, agindo de acordo com sua experiência e habilidade de antecipar o futuro naquela situação, tomando a decisão correta. No caso do espaço onde se tomam decisões relativas às políticas públicas de esporte e lazer, o senso prático, ou *habitus*, parece se apresentar de maneira bastante uniforme, uma vez que as decisões são tomadas dentro de uma regularidade esperada. Porém, isso não quer dizer que a incorporação do *habitus* conduza a tomada de decisão mais adequada do ponto do desenvolvimento da área de esporte e lazer. O continuismo nas ações do poder público referente ao esporte e ao lazer, bem como a ótica do empirismo no desenvolvimento das ações, pode mostrar um lado negativo da incorporação do *habitus* sem a necessária reflexão sobre as ações.

O *habitus* atua também como princípio gerador de gostos, escolhas, e estilos de vida dos agentes.

A cada classe de posições corresponde uma classe de *habitus* (ou de *gostos*) produzidos pelos condicionamentos sociais associados à condição correspondente e, pela intermediação desses *habitus* e de suas capacidades geradoras, um conjunto sistemático de bens e de propriedades, vinculadas entre si por uma afinidade de estilo (BOURDIEU, 2007b, p. 21, grifos do autor).

A capacidade geradora do *habitus* de determinado grupo que traduz em um conjunto de atributos que compõe o estilo daquele grupo de agentes. O *habitus* é, portanto, um princípio gerador e unificador que transforma as características dos agentes em aspectos observáveis, como bens, práticas e escolhas: “o *habitus* é esse princípio gerador e unificador que retraduz as características intrínsecas e relacionais de uma posição em um estilo de vida unívoco, isto é, em um conjunto



unívoco de escolhas de pessoas, de bens, de práticas” (BOURDIEU, 2007b, p. 21-2). Os *habitus* são criados pela diferença, criando também efeitos diferenciadores:

Assim como as posições das quais são o produto, os *habitus* são diferenciados; mas são também diferenciadores. Distintos, distinguidos, eles são também operadores de distinções: põem em prática princípios de diferenciação diferentes ou utilizam diferenciadamente os princípios de diferenciação comuns (BOURDIEU, 2007b, p. 22).

O conceito se situa exatamente na posição de intermediador entre o agente, os grupos sociais e o campo, sendo portanto diferenciado e diferenciador, produto e produtor, fruto das relações e construções dos agentes. Construir a noção de *habitus*, segundo Bourdieu (2004a) como sistema de esquemas adquiridos que funciona ao nível prático como categorias de percepção e apreciação, ou como princípios de classificação e simultaneamente como princípios organizadores da ação, significava construir o agente social na sua verdade de operador prático de construção de objetos, práticas e do próprio espaço social.

As posições dos agentes no interior do campo ou subcampo, por sua vez, estão diretamente relacionadas à posse do capital.

O espaço social é construído de tal modo que os agentes ou os grupos são aí distribuídos em função de sua posição nas distribuições estatísticas de acordo com os dois *princípios de diferenciação* [...] – o capital econômico e o capital cultural (BOURDIEU, 2007b, p. 19, grifos do autor).

O capital – que pode existir no estado objetivado, em forma de propriedades materiais (econômico), ou, no caso do capital cultural, no estado incorporado, e que pode ser juridicamente garantido, assim como outras formas de capital, – representa um poder sobre o campo (num dado momento) e, mais precisamente, sobre o produto acumulado do trabalho passado (em particular sobre o conjunto dos instrumentos de produção) (BOURDIEU, 2004b).

As espécies de capital, a maneira dos trunfos num jogo, são os poderes que definem as probabilidades de ganho num campo determinado (a cada campo ou subcampo corresponde uma espécie de capital particular, que ocorre como poder e como coisa em jogo nesse campo), contribuindo deste modo para determinar a posição no espaço social (BOURDIEU, 2004b). Outras formas de capital (social, político, esportivo) podem ser tão ou mais importantes que o capital econômico e cultural, de acordo com o espaço social e o objeto em disputa, que se somam enquanto capital global do agente. Porém, de maneira geral,

No espaço social, os agentes são distribuídos, na primeira dimensão, de acordo com o volume global de capital (desses dois tipos diferentes) que possuem e, na segunda dimensão, de acordo com a estrutura de seu capital, isto é, de acordo com o peso relativo dos diferentes tipos de capital, econômico e cultural, no volume global de seu capital (BOURDIEU, 2007b, p. 19)

Assim, na primeira dimensão, os detentores de um grande volume de capital global, como empresários, membros de profissões liberais e professores universitários, opõem-se globalmente aqueles menos providos de capital econômico e de capital cultural, como os operários não qualificados. Porém, de outra perspectiva, isto é, da perspectiva do peso relativo do capital econômico e cultural no volume global de capital, os professores (relativamente mais ricos em capital cultural do que em capital econômico) opõem-se de maneira nítida aos empresários (relativamente mais ricos em capital econômico do que em capital cultural), por exemplo (BOURDIEU, 2007b). Estas considerações se aplicam aos vários espaços sociais, onde o posicionamento dos agentes e conseqüentemente suas tomadas de decisão estão relacionadas à posse global de capital, bem como a posse relativa de capital relevante aquele campo.

Segundo Bourdieu (2007c), todas as sociedades se apresentam como espaços sociais, isto é, estruturas de diferenças que não podemos compreender verdadeiramente a não ser construindo o princípio gerador que funda estas diferenças na objetividade. Princípio que é o da estrutura da distribuição das formas de poder ou dos tipos de capital eficientes no universo social considerado – e que variam, portanto, de acordo com os lugares e os momentos.

A posição ocupada no espaço social, isto é, na estrutura de distribuição de diferentes tipos de capital, que também são armas, comanda as representações desse espaço e as tomadas de posição nas lutas para conservá-lo ou transformá-lo, de acordo com a posição dominante ou dominada no interior do campo (BOURDIEU, 2007b).

Já o capital simbólico, geralmente chamado prestígio, reputação, fama, distinção, etc. é a forma percebida e reconhecida como legítima das diferentes espécies de capital. O capital simbólico não é outra coisa senão o capital, qualquer que seja a sua espécie, quando percebido por um agente dotado de categorias de percepção resultantes da incorporação de estrutura da sua distribuição, quer dizer, quando conhecido e reconhecido como algo óbvio (BOUDIEU, 2004b).

As distinções, enquanto transfigurações simbólicas de facto, e mais geralmente, os níveis, ordens, graus ou quaisquer outras hierarquias simbólicas, são aplicação de esquemas de construção que, como por exemplo os pares de adjetivos empregados para enunciar a maior parte dos juízos sociais, são produto da incorporação das estruturas a que eles se aplicam; e o reconhecimento da legitimidade mais absoluta não é outra coisa senão a apreensão do mundo comum como coisa evidente, natural, que resulta da coincidência quase perfeita das estruturas objectivas e das estruturas incorporadas. (BOURDIEU, 2004b, p. 145).

O conjunto da reflexão teórica de Bourdieu aqui apresentada e condensada em um pequeno número de conceitos (campo, agentes, *habitus* e capital), em conjunto com a Teoria dos Jogos Competitivos de Norbert Elias, forma a estrutura teórico-metodológica do trabalho. Norbert Elias, sociólogo alemão, apresenta no conjunto de sua obra, pressupostos, conceitos e procedimentos para se compreender e fazer sociologia. Não obstante as aproximações já levantadas em outras oportunidades entre Norbert Elias e Pierre Bourdieu (MARCHI JR., 2008; 2007; 2001b), considera-se que os autores podem interagir e, portanto, o uso de ambos pode levar, no limite, a uma análise mais completa e consistente da realidade social.

### 2.2.2 A Teoria dos Jogos Competitivos de Norbert Elias

Elias (2005) chama a atenção para uma tradição científica de se estudar as partes de uma coletividade para se compreender o todo, o que designou como atomismo científico, que ainda sobreviveria na teoria, enquanto a prática científica já tomara um rumo diferente em muitos campos. Entende Elias (2005, p. 78) que,

[...] quanto mais intimamente integrados forem os componentes de uma unidade compósita ou, por outras palavras, quanto mais alto for o grau de sua interdependência funcional, menos possível será explicar as propriedades dos últimos apenas em função das propriedades da primeira. Torna-se necessário não só explorar uma unidade compósita em termos de suas partes componentes, como também explorar o modo como esses componentes individuais se ligam uns aos outros, de modo a formarem uma unidade.

Esse seria o motivo pelo qual a Sociologia não poderia se reduzir a agregar os conhecimentos da Psicologia, Biologia ou Física, compreendendo as partes, e estatisticamente, construir a compreensão do todo social. “[...] o seu campo de estudo – as configurações de seres humanos interdependentes – não se pode explicar se estudarmos os seres humanos isoladamente” (ELIAS, 2005, p. 79). Em

muitos casos, seria aconselhável o procedimento contrário, só se conseguindo compreender muitos dos comportamentos individuais se houver primeiro a compreensão das configurações que estabelecem uns com os outros.

Correria-se o risco, por outro lado, de adquirir uma perspectiva holística, na qual se privilegiaria a totalidade como algo quase metafísico, sem consideração as particularidades dos indivíduos que compõe o todo. Entre a alternativa atomista e a holística, Elias (2005) acredita existir outra possibilidade, em que os indivíduos, devido à sua interdependência e ao modo como suas ações e experiências se interpenetram, formam uma configuração, relativamente autônoma da ordem dominante. O conceito de configuração, em Elias, apresenta proximidade ao conceito de campo de Bourdieu, porém, admite-se neste trabalho, que os campos ou subcampos mencionados podem conter uma série de configurações, que se estabelecem momentânea ou duradouramente.

Para demonstrar como se estabelecem as configurações humanas, Elias (2005, p. 79) propõe,

[...] um tipo de experiência mental, por meio de uma série de modelos, o modo como se entrelaçam os fins e ações dos homens. Deste modo, os processos inerentemente complexos de interpenetração são temporariamente isolados e focados de perto, tornando-se mais facilmente compreensíveis.

Os modelos de competição (que podemos entender como modelos de relações sociais), com exceção do primeiro tipo, se assemelham a jogos reais como xadrez, futebol ou tênis. Representam a competição segundo regras, as quais podem variar em sua escala de presença e importância. “Todos os modelos se baseiam em duas ou mais pessoas que medem suas forças” (ELIAS, 2005, p. 80) ou seu poder.

O equilíbrio de poder, segundo Elias (2005) constitui um elemento integral de todas as relações humanas, que são, usualmente, multipolares. E os modelos de jogos poderiam ajudar a “[...] uma melhor compreensão do tal equilíbrio do poder, não como uma ocorrência extraordinária, mas como uma ocorrência cotidiana” (ELIAS, 2005, p. 80). Elias entende que ninguém vem ao mundo desprovido de poder, pois esse é um elemento básico nas relações humanas. Ocorre que algumas vezes o desequilíbrio de poder é muito grande, o que acaba sendo ressaltado por algumas perspectivas teóricas. “O poder não é um amuleto que um indivíduo possua e outro não, é uma característica estrutural das relações humanas – de *todas* as

relações humanas” (ELIAS, 2005, p. 80, grifo do autor). Esse é outro pressuposto utilizado no presente trabalho: a compreensão do poder como algo que todo ser humano possui, em maior ou menor grau, como um elemento estrutural das relações humanas, e o equilíbrio de poder como algo constante, não esporádico.

Em relação ao entendimento do poder, Elias (2005) admite que os fenômenos sociais a que este conceito se refere são extremamente complexos e, portanto, de difícil compreensão. Além disso, a noção de poder é permeada por alguns “mitos”, como “o poder é suspeito [...], o poder parece imoral [...], e a névoa de medo e desconfiança que se apegava a este conceito transfere-se compreensivelmente para a sua utilização numa teoria científica” (ELIAS, 2005, p. 101). A superação mais adequada para esse entrave, segundo Elias (2005), seria considerar este, de modo inequívoco, como sendo uma característica estrutural de uma relação, que a penetra totalmente. Como característica estrutural que é, não é boa nem má, pode ser boa ou má. Há uma interdependência entre os indivíduos, onde cada um depende do outro em maior ou menor grau.

Dependemos dos outros; os outros dependem de nós. Na medida em que somos mais dependentes dos outros do que eles são de nós, em que somos mais dirigidos pelos outros do que eles são por nós, estes têm poder sobre nós, quer nos tenhamos tornado dependentes deles pela utilização que fizeram da força bruta ou pela necessidade de dinheiro, de cura, de estatuto, de uma carreira ou simplesmente de estímulo (ELIAS, 2005, p. 101).

Os modelos de jogos serviriam ainda para corrigir o hábito de utilizar o conceito de forma estática, lembrando que todas as relações humanas, tal como os jogos humanos, são processos. Elias (2005) chama a atenção para a tendência a personificação ou reificação das interdependências humanas, levando a acreditar que há alguém que detém o poder, e assim as pessoas sentem a pressão do poder. “[...] inventamos sempre alguém que o exerça, ou um tipo de entidade sobre-humana como seja a «natureza» ou a «sociedade» nas quais o poder reside” (ELIAS, 2005, p. 102). Os modelos reorientariam o entendimento do poder, de modo a compreender a natureza das tarefas ao se fazer sociologia.

Os modelos de jogo ajudam a mostrar como os problemas sociológicos se tornam mais claros e como é mais fácil lidar com eles se os reorganizarmos em termos de equilíbrio, mais do que em termos reificantes. Conceitos de equilíbrio são muito mais adequados ao que pode ser realmente observado quando se investigam as relações funcionais que os seres humanos interdependentes mantêm uns com os outros, do que os conceitos modelados em objectos imóveis (ELIAS, 2005, p. 81).

Será utilizado, portanto, a Teoria dos Jogos Competitivos de Elias, como uma ferramenta para clarificar o olhar sobre as relações humanas, a partir dos pressupostos já levantados. O primeiro dos modelos propostos por Elias (2005, p. 82), a competição (ou relações sociais) primária sem regras, pode “servir como advertência de que é perfeitamente possível estruturar as relações sociais entre os indivíduos, mesmo que estas se desenrolem sem regras”, como em alguns casos de guerras, rebeliões ou massacres.

Nesses casos, assim como em outros semelhantes, “um antagonismo razoavelmente estável revela-se como forma de interdependência funcional” (ELIAS, 2005, p. 83). As estruturas internas de cada grupo, e a tomada de decisão se dão de acordo com o que se espera que o outro grupo faça depois. Não é possível nesse caso, “explicar as acções, os planos e os objectivos de qualquer um dos dois grupos se eles forem conceptualizados como decisões, planos e objectivos comuns a cada grupo, considerado por si mesmo, independente do outro grupo” (ELIAS, 2005, p. 84). Só se podem explicar as relações entre os grupos, se considerar as forças coercivas que os grupos exercem um sobre o outro, devido a sua interdependência e função bilateral que desempenham como inimigos. Ou seja, mesmo não havendo regras comuns, há uma interdependência entre os grupos, uma interpenetração, na qual a seqüência de ações dos grupos depende do outro, e o estudo das ações individuais não tem sentido. “Embora a interpenetração de ambos os lados seja, no decorrer do tempo, um processo sem normas, é no entanto um processo com uma estrutura nítida podendo esta ser analisada e explicada” (ELIAS, 2005, p. 87).

A competição primária apresenta-se como um caso de fronteira, em que um dos lados tem como privar o outro, não só de suas funções sociais, mas de sua própria vida. Esta situação leva, além da compreensão da própria relação, ao entendimento de como as pessoas foram e são capazes de regular e manter suas interdependências sem precisar recorrer a esta última saída para resolução de suas tensões e conflitos (ELIAS, 2005). Questionamento este que remete a formas mais sofisticadas de relações humanas, nas quais existe a presença de regras para mediar às relações.

Na competição (ou relação social) entre duas pessoas com regras, Elias (2005) destaca que em todas as relações sociais os participantes têm que exercer um controle mútuo, pois os dois lados possuem algum potencial de poder. Porém,

como um dos lados tem uma proporção de poder maior, este possui um relativo controle sobre seu adversário, bem como um alto grau de controle sobre o jogo. Ao passo que essa balança de poder entre os rivais se equilibra, menos presente estará o controle de um deles sobre o jogo. Em outras palavras, “[...] à medida que a desigualdade de forças dos dois jogadores diminui, resultará da interpenetração de jogadas de duas pessoas individuais, um processo de jogo *que nenhuma delas planejou*” (ELIAS, 2005, p. 89, grifos do autor).

Já a competição (ou relação social) de muitas pessoas a um só nível, pressupõe a presença de vários jogadores numa configuração em comum. “[...] basicamente é uma série de jogos para duas pessoas, tendo cada jogo o seu equilíbrio de poder e processando-se de um modo próprio” (ELIAS, 2005, p. 90). Na configuração, um dos jogadores pode ter um potencial de poder superior aos demais, o que lhe dá controle sobre seus adversários individuais, e a cada um dos jogos estabelecidos.

Porém, se esses adversários com menor potencial de poder se unirem contra o adversário de maior poder, a balança do poder e o controle sobre o jogo podem se alterar. Neste caso, “[...] há muito menos certeza sobre o controle e planejamento do jogo e, portanto, menos certeza na previsão do seu resultado” (ELIAS, 2005, p. 90). Se o grupo de adversários mais fracos não tiver tensões internas fortes, isso pode constituir um fato de poder a seu favor, que no confronto com o adversário mais forte pode resultar em mudanças na configuração do poder.

No caso dos adversários buscarem parcerias, que equilibram em demasia a balança do poder, uma previsão em relação ao resultado do jogo é menos provável. Assim como na competição sem regras, a ação de cada um dos grupos dependerá muito do outro grupo, e só poderá ser compreendida a partir do olhar sobre ambos os grupos e suas relações.

Ao passo que o número de jogadores na configuração aumenta demasiadamente, “tornar-se-á cada vez mais difícil ao jogador a constituição de uma representação mental do decurso do jogo e da sua figuração” (ELIAS, 2005, p. 92). O jogador individual perde sua referência, ficando cada vez mais obscura a leitura do jogo, a partir da qual ela toma suas decisões. “[...] à medida que cresce o número de jogadores, o jogador individual não só começa a achar o jogo cada vez mais opaco e incontrolável como também se torna *consciente* da sua impossibilidade em compreendê-lo e controlá-lo” (ELIAS, 2005, p. 92, grifo do autor). O controle sobre

as ações e ao percurso do jogo fica prejudicado, tornando-se o jogo cada vez mais desorganizado, e seu funcionamento deteriorado. Nesse momento cresce a pressão dos jogadores a sua reorganização. A partir desse processo abrem-se várias possibilidades, das quais Elias (2005) aborda três delas de forma detalhada.

No modelo de competição (ou relações sociais) de dois níveis do tipo oligárquico, Elias (2005) destaca que a pressão exercida pelo aumento do número de jogadores, pode ocasionar mudanças no interior da configuração, na qual “um grupo em que os indivíduos jogam com os outros a um mesmo nível, pode converter-se num grupo de jogadores de «dois níveis»” (ELIAS, 2005, p. 93). Todos os jogadores se mantêm interdependentes, mas não jogam mais diretamente uns com os outros. A função de jogar diretamente é delegada a representantes (líderes, governos, elites, etc.), que coordenam o jogo. Este segundo grupo, vinculado ao primeiro, se relaciona e de alguma forma representa o primeiro.

Cada um dos níveis é mutuamente dependente possuindo reciprocamente diferentes oportunidades de poder, correspondentes ao grau da sua dependência mútua. Mas a distribuição de poder entre os indivíduos do primeiro e do segundo níveis pode variar muitíssimo. As diferenças de poder entre eles podem ser muito grandes – em favor dos últimos – e podem tornar-se cada vez mais pequenas (ELIAS, 2005, p. 93-4).

É importante destacar que apesar do segundo grupo, que representa o primeiro, possuir um maior potencial de poder, este não apresenta um jogo a um só nível com o outro grupo representante, haja vista que está ligado, de forma interdependente, ao grupo que representa. E por mais que tenha uma visão e entendimento privilegiados do jogo, não o controlam completamente. A configuração do jogo e dos jogadores possui um grau de complexidade que impede qualquer indivíduo de usar a sua superioridade orientando o jogo na direção das suas próprias metas e desejos; há jogadas tanto dentro como para fora da teia de jogadores interdependentes, onde há alianças, inimizades, cooperação e rivalidades em diferentes níveis (ELIAS, 2005).

Em uma situação mais antiga e oligárquica, segundo Elias (2005), o equilíbrio de poder a favor do nível mais elevado é muito desproporcional, rígido e estável. Porém, a interdependência entre os níveis impõem limitações a cada jogador, mesmo no nível mais elevado. Estudos que privilegiam apenas o grupo representante, mesmo em casos oligárquicos, desconsiderando os grupos representados, se mostram limitados em suas análises. As três ou quatro formas de



equilíbrio de poder, interdependentes num modelo oligárquico em dois níveis, tornam possíveis inúmeras possibilidades dentro do jogo, o que só pode ser mais bem compreendido através da análise dos grupos e da relação entre os grupos.

Há casos em que o poder do grupo inferior cresce de tal forma, que outro modelo, o de competição (ou relações sociais) de dois níveis do tipo crescentemente democrático, parece ser mais adequado à análise. “[...] se diminuïrem as diferenças de poder entre os dois grupos, reduzindo-se as suas desigualdades, então o equilíbrio de poder tornar-se-á mais flexível e elástico” (ELIAS, 2005, p. 96). Quando os jogadores do nível mais baixo ficam mais poderosos, as jogadas dentro do grupo representante cairão sobre o controle de uma configuração muito mais complexa, pois o controle sobre os jogadores e o próprio jogo é menor.

Elias (2005) destaca que geralmente, o grupo de jogadores do nível mais baixo exerce apenas uma influência indireta e latente sobre os jogadores do nível mais alto, fruto aparente de sua desorganização. Porém, se as diferenças de poder diminuïrem substancialmente, tende a mudar as funções entre os jogadores do nível mais alto, e posteriormente os próprios jogadores. A pressão vinda de baixo acaba sendo tão forte, que a postura de decidir pelo outro grupo, com controle aparente sobre o jogo, passa a ser de uma forma mais aberta e precisa, a postura de funcionários, porta-vozes ou representantes do grupo mais baixo (ELIAS, 2005).

Diferente do modelo anterior, no modelo de jogo de dois níveis do tipo crescentemente democrático, os jogadores do nível inferior, dada sua conquista de poder, são importantes sobremaneira ao desenvolvimento do jogo. A estratégia de cada um dos jogadores do nível mais alto, nas suas relações com os grupos de nível mais baixo que representa, torna-se um aspecto do jogo tão importante como a sua estratégia relativa aos outros jogadores do mesmo nível. À medida que a distribuição de poder se torna menos desigual e mais difusa, maior o estado de tensão permanente dos jogadores, bem como se torna mais difícil controlar e guiar o jogo (ELIAS, 2005).

Esse processo leva os jogadores a mudar sua concepção do jogo, passando de um entendimento que o jogo vai tomando forma a partir das jogadas individuais, para uma tendência a produzir conceitos e discursos impessoais que expressam a lógica do jogo, cada vez mais complexo e interdependente. “Como o jogo não pode ser controlado pelos jogadores é facilmente concebido como uma espécie de

entidade «super-humana»” (ELIAS, 2005, p. 99), o que é na verdade conseqüência da dependência mútua entre os jogadores, suas posições, tensões e conflitos.

Em suma, os modelos de competições aqui apresentados contribuem, de forma didática, e de acordo com cada uma das situações, ao melhor entendimento das relações entre pessoas, ou agentes, interdependentes, que jogam em função dos outros jogadores e da situação da balança do poder.

Delimitado o percurso metodológico e apresentado algumas ferramentas teórico-metodológicas de análise, no próximo capítulo será exposto e analisado o espaço da produção científica sobre políticas públicas de esporte e lazer no Brasil.

### 3 A PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER NO BRASIL

O que significa estudar a produção científica sobre um determinado assunto? Talvez essa seja a primeira questão que surge ao deparar-nos com uma obra que propõe tal empreitada. Mais do que um levantamento ou relato de pesquisas, estudar a produção científica de uma área requer a investigação do espaço social (campo ou subcampo) em que esta produção está se materializando.

No caso brasileiro, pode-se dizer que esse espaço social se estrutura como um campo científico/acadêmico, locus de relações, tendo como protagonistas agentes, que têm por delegação produzir conhecimento científico. Apesar de Hey (2008) entender o campo como acadêmico, e não científico, uma vez que no Brasil, tem-se mais presente a idéia de academia, com cada área do conhecimento sendo uma espécie de sociedade de caráter científico e com membros próprios, mas que tem um *ethos* comum global, admite-se aqui o campo como indissociavelmente acadêmico e científico, uma vez que a produção é científica e o meio onde é produzida é acadêmico. O campo científico/acadêmico é então entendido como o locus onde ocorrem práticas institucionalizadas de produção do conhecimento, que envolve sobretudo a idéia de universidade.

Vale ressaltar que o campo científico/acadêmico no Brasil refere-se ao uso de um aparato institucional, até o momento assegurado pelo Estado, que garante a produção e a circulação dos produtos científicos. Esse aparato envolve as universidades e as agências financiadoras, em especial a Capes e o CNPq. Com esse apoio foi possível criar, entre outras, as associações de pós-graduação e pesquisa em diversas áreas do conhecimento, produzir periódicos e eventos científicos, formar centros e grupos de pesquisa, e celebrar acordos institucionais de intercâmbio científico (HEY, 2008).

Cada área no interior do campo científico/acadêmico, por sua vez, pode ser entendida como um subcampo científico/acadêmico, onde as especificidades da área delimitam o espaço social de atuação dos agentes a ela vinculados. Nesse sentido, o presente capítulo apresentará o subcampo científico/acadêmico no qual ocorre a produção científica relativa às políticas públicas de esporte e lazer no Brasil, destacando seus agentes, estruturas e capitais, apontando os principais grupos de pesquisa, pesquisadores, eventos científicos, produções e perspectivas

de análise, além do histórico de lutas no interior do subcampo. Respeitando o recorte temporal do trabalho, que compreende os anos de 2005 a 2009, espera-se ter uma perspectiva “atual” do espaço social.

Antes disso, porém, serão apresentadas algumas questões pertinentes a pesquisa em políticas públicas no Brasil, indicando alternativas teórico-metodológicas que extrapolam a dimensão do relato de experiências, bem como da relação direta entre a macro-estrutura social e as políticas efetivadas.

### 3.1 PESQUISA EM POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: ATUALIDADE, PERSPECTIVAS E POSSIBILIDADES METODOLÓGICAS

O atual momento da produção científica sobre políticas públicas merece especial atenção. Observa-se um crescimento dos estudos na área de políticas públicas no Brasil, com a multiplicação das teses e dissertações, linhas de pesquisa, disciplinas de políticas públicas, linhas especiais de financiamento e a presença regular em espaços acadêmicos de discussão e produção do conhecimento. “O crescente interesse por essa temática está diretamente relacionado às mudanças recentes da sociedade brasileira” (ARRETCHE, 2003, p. 07), como o intenso processo de inovação e experimentação em programas governamentais e as oportunidades abertas à participação nas diversas políticas setoriais. Esta situação desperta uma posição de interesse tanto por micro mecanismos de funcionamento do Estado brasileiro, como também revela o grande desconhecimento sobre sua operação e impacto efetivo.

Para Souza (2003), o crescimento da área de políticas públicas na pesquisa acadêmica no Brasil, conta com a contribuição decisiva da academia, dos órgãos governamentais e centros de pesquisas.

Além disso, pesquisadores podem estar se debruçando sobre o assunto, pois podem ver, claramente e de forma mais imediata, “[...] como suas análises interpelam situações concretas, examinam tecnicamente problemas empíricos específicos e podem servir para legitimar ou deslegitimar as escolhas políticas efetivas” (REIS, 2003, p. 11). Trata-se, portanto, de uma área propositiva.

O fato de ser uma área propositiva e relevante, porém, não significa que as reflexões teóricas estão renegadas a um segundo plano. Referindo-se ao papel do

pesquisador da área de políticas públicas, Reis (2003, p. 11-2), afirma que “para fazer de sua prática, mais do que uma rotina técnica, uma prática de ciência social, ele não pode se furtar ao exercício de uma análise teórica”. Ao realizar o trabalho, espera-se que

[...] o cientista político tenha claro em que campo teórico se inscreve seu trabalho e quais os principais competidores desse marco. Isso é condição básica para que o diálogo intelectual seja frutífero (REIS, 2003, p. 12).

Como possíveis fatores que contribuem à carência de um aparato teórico mais consistente, Arretche (2003) aponta que os temas de pesquisa na área têm estado subordinados a agenda política do país. Ou seja, o conteúdo da produção acadêmica têm sido em grande parte, a avaliação dos resultados das políticas em voga ou a atualização de informações sobre programas já consolidados. Essa questão é particularmente mais presente na área de políticas públicas devido a “proximidade da disciplina com os órgãos governamentais” (MELO, 1999, p. 91). Souza (2003) também critica a proximidade da área com os órgãos governamentais, que podem vir a pautar a agenda de pesquisa em políticas públicas. Para superar este entrave, sugere o fortalecimento da área dentro dos órgãos de financiamento de pesquisa puramente acadêmicos, nacionais ou estrangeiros.

Souza (2003) aponta ainda como problema a escassa acumulação de conhecimento na área. O que se busca, segundo a autora, não é uma acumulação linear do conhecimento, mas a construção de um programa normal de pesquisa, envolvendo a comunidade de pesquisadores. Acrescenta-se a isso, o fato do diálogo entre os pesquisadores na área ser ainda escasso. No entanto, esse seria um problema de fácil solução, uma vez que a constituição de fóruns específicos sobre políticas públicas em espaços acadêmicos, como a Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), assim como a informatização de periódicos nacionais e internacionais, têm contribuído ao debate e intercâmbio entre pesquisadores. Ou seja,

[...] se, por um lado, existe pouca acumulação do conhecimento e escasso diálogo entre trabalhos dos pesquisadores da área, por outro, temos hoje muito mais meios e instrumentos para superar tal limitação (SOUZA, 2003, p. 16).

Outro problema seria a abundância de estudos setoriais, em especial estudos de caso, dotando a área de uma diversificação de objetos empíricos que se expandem horizontalmente, sem um crescimento vertical da produção (MELO,

1999). Isso seria decorrência do próprio crescimento da disciplina no Brasil, pois ela assumiu uma formação que gira em torno de áreas temáticas mais do que em grupos de pesquisa (SOUZA, 2003).

Aliada a essa questão está a própria opção pelos temas de pesquisa, que por vezes podem ser encaminhados apenas por interesses particulares, sem que pese uma perspectiva propriamente acadêmica, proliferando em alguns momentos estudos sobre o mesmo tema, que quando pouco dialogam entre si, prejudicam a acumulação do conhecimento. Como exemplo, Souza (2003) cita que, após a redemocratização no país, foram realizados inúmeros trabalhos sobre as políticas públicas adotadas por governos locais, em especial os administrados pelo Partido dos Trabalhadores (PT), quando ainda se conhecia muito pouco sobre como outros partidos políticos administravam as cidades. Além desse, outros temas em voga seriam as formas de participação popular na gestão de políticas públicas e, ultimamente os conselhos comunitários. Enquanto parece haver um excesso de trabalhos sobre determinados temas, outros temas importantes são abdicados nas pesquisas. Souza (2003) aponta a lacuna com relação às pesquisas sobre as performances comparativas de políticas públicas, e que ainda sabe-se muito pouco sobre questões cruciais da esfera estadual de atuação do Estado.

Ainda com relação ao foco de análise dos trabalhos, e assumindo a existência de uma grande concentração de análises sobre a implementação de políticas públicas, Souza (2003) aponta a necessidade de superar o que a literatura chama de primeira geração de estudos nessa área. Essa primeira geração estaria excessivamente concentrada nos fracassos, pouco preocupada com as questões políticas e fortemente assentada no pressuposto de que a formulação e implementação de políticas públicas são processos exclusivamente racionais e lineares, desvinculados dos processos políticos (SOUZA, 2003). Esse tipo de análise, segundo a autora, ainda é muito alicerçado na tentativa de separar o mundo do governo e da administração pública do mundo da política.

Nesse sentido, o primeiro passo para pensar uma agenda de pesquisa em políticas públicas, seria a qualificação dos trabalhos através de uma sustentação teórica adequada e compatível. Apesar de ser uma situação bastante básica, ou até mesmo óbvia, vale a pena lembrá-la, uma vez que na prática de pesquisa muitas vezes descuida-se desse princípio. O problema inverso também deve ser observado. “Pesquisas e cursos que são rotulados como análises de políticas

públicas, na realidade, apenas se referem a *policies*<sup>34</sup>, sem tratá-las de forma específica e sistemática” (REIS, 2003, p. 12).

Precisa-se, segundo Souza (2003), avançar para a chamada segunda geração de trabalhos, na direção do desenvolvimento de tipologias analíticas, identificando variáveis que causam impacto sobre os resultados das políticas públicas. Seria enfatizado nesse momento o melhor entendimento dos resultados. A autora acredita que está se entrando nesse estágio, havendo a necessidade de avançar ainda mais, principalmente pela utilização de literatura específica sobre políticas públicas, especialmente no que tange a construção de tipologias (SOUZA, 2003).

Em termos de questões a serem observadas e caminhos a serem trilhados pela área, Reis (2003, p. 12) acredita ser interessante,

[...] partir da constatação de que as relações entre recursos de autoridade e recursos de mercado, por um lado, e entre critérios de autoridade e critérios de solidariedade, por outro, passaram por modificações profundas no período histórico recente.

As relações entre o Estado e o mercado, assim como entre o Estado e a nação têm mudado radicalmente, especialmente nos países periféricos<sup>35</sup>. Isso exigiria dos pesquisadores sociais, uma análise das *policies* como práticas políticas, na qual a interação entre interesses, valores e normas mereça tanta consideração quanto os critérios técnicos e as restrições orçamentárias. Reis (2003) lembra ainda que a erosão do ideário planificador (socialista ou capitalista) deu vazão a uma nova situação onde a formulação de *policies* constitui relação causa-efeito das mudanças político-institucionais em curso. Esta conjuntura é propícia a evidenciar a dinâmica interativa entre instituições e motivações individuais. Um programa de pesquisa que se dedicasse a explorar essa questão, comparando as formas institucionais com as motivações variáveis que atuam nas instituições, ou junto delas, seria extremamente relevante (REIS, 2003).

Segundo Reis (2003), o foco simultâneo na instituição e no ator permite captar o jogo entre constrangimento e liberdade. O processo de comparação sistemática, por sua vez, é a melhor forma de avançar em nossas explicações e

---

<sup>34</sup> “[...] ‘policy’ refere-se aos conteúdos concretos, isto é, à configuração dos programas políticos, aos problemas técnicos e ao conteúdo material das decisões políticas.” (FREY, 2000, p. 216-7).

<sup>35</sup> Há referência aqui aos países que não estão circunscritos geograficamente no quadrante noroeste do mundo (Europa Ocidental, Estados Unidos e Canadá).

interpretações. Seria primordial para o desenvolvimento de uma agenda de pesquisa em políticas públicas que se articulassem as perspectivas individualistas e institucionais. Este é um desafio crucial, tanto do ponto de vista teórico quanto prático.

Já para Souza (2003), do ponto de vista teórico-metodológico, embora tenha havido avanços, a área ainda apresenta trabalhos pouco pautados por modelos ou tipologias de políticas públicas, mantendo uma leveza metodológica exagerada. Aponta a adoção, na ciência política brasileira, da literatura neoinstitucionalista, como uma possibilidade para que a área adquira maior rigor teórico-metodológico.

Dois ramos do neoinstitucionalismo têm encontrado apoio na comunidade acadêmica, como será visto adiante no texto, o da escolha racional e do neoinstitucionalismo histórico. A adoção dos modelos, porém, deve levar em conta que as fronteiras entre os diversos ramos não são por vezes tão claras e que, a análise das políticas públicas, é por definição, estudar o governo em ação, e, portanto nem sempre os pressupostos neoinstitucionalistas se adaptam bem a análise. A articulação entre a análise das políticas públicas e o papel das instituições nem sempre é muito clara (SOUZA, 2003).

Souza (2003) aponta ainda que tipologias sobre políticas públicas como a desenvolvida por Lowi (1964, 1972) em países centrais<sup>36</sup>, ainda foram pouco utilizadas no Brasil. Além disso, ainda se tem pouca clareza sobre quem formula as políticas públicas e como elas são implementadas. O teste de um dos principais argumentos de Lowi, de que a política pública faz a política, também tem sido pouco refletida entre os pesquisadores brasileiros.

Frey (2000) aponta a necessidade de incitar uma discussão teórico-metodológica acerca das políticas públicas no Brasil. Para isso, traz alguns conceitos básicos da análise de políticas públicas, bem como contribuições das abordagens do “neoinstitucionalismo” e da “análise de estilos políticos”. Ressalta, porém, que as implicações destas abordagens, surgidas em países desenvolvidos com regimes democráticos estáveis, em países em desenvolvimento como o Brasil, caracterizado como democracias delegativas ou regimes neopatrimoniais, devem ser alvo de discussões e análises.

---

<sup>36</sup> Especialmente na Europa Ocidental e em países da América do Norte.



O autor relata que na ciência política costuma-se distinguir três abordagens nas investigações, de acordo com os problemas levantados. A primeira delas se refere a um questionamento clássico da ciência política, no sentido de discutir o que é um bom governo e qual é o melhor Estado para garantir o bem estar da sociedade. A segunda seria o questionamento político propriamente dito, a análise das forças políticas cruciais no processo decisório. E finalmente, as investigações voltadas aos resultados que um dado sistema político vem produzindo. O interesse principal nesse caso está na avaliação da contribuição que certas estratégias podem trazer para a solução de problemas específicos (FREY, 2000). Trata-se da análise de campos específicos de políticas públicas, como políticas econômicas, ambientais, ou em nosso caso, sociais, com ênfase nas políticas de esporte e lazer. A análise, porém, não se restringe ao aumento do conhecimento sobre planos, programas e projetos desenvolvidos nas políticas setoriais. Pretende-se nesse tipo de pesquisa (*policy analysis*), analisar a inter-relação entre instituições políticas, processo político e o conteúdo das políticas.

Frey (2000) afirma que essa vertente de análise da ciência política começou a se instituir já no início dos anos de 1950 nos Estados Unidos, sob o nome de *policy science*. Na Europa, a preocupação com campos específicos da política tomou força a partir da década de 1970, especialmente na Alemanha; no Brasil os estudos são ainda mais recentes e esporádicos. Vale destacar que os exames aos programas e projetos têm sido realizados através de descrições, carentes de um maior embasamento teórico, como apontado por Melo (1999), Arretche (2003), Reis (2003) e Souza (2003). Com isso, alguns críticos chegam a contestar a cientificidade da *policy analysis*, devido à falta de teorização.

Frente a esse quadro, nas últimas duas décadas, segundo Faria (2003), os estudos acerca da interação entre os atores estatais e privados no processo de produção das políticas públicas têm sofrido significativas reformulações:

Uma grande variedade de pesquisas empíricas e de ensaios de natureza teórico-conceitual tem demonstrado a incapacidade dos modelos tradicionais de interpretação dos mecanismos de intermediação de interesses, como o pluralismo, o corporativismo, o marxismo, em suas derivações, de dar conta da diversificação e da complexificação desses processos, muitas vezes marcados por interações não hierárquicas e por um baixo grau de formalização no intercâmbio de recursos e informações, bem como pela participação de novos atores, como, por exemplo, organizações não-governamentais de atuação transnacional e redes de especialistas (FARIA, 2003, p. 21).

Buscando apresentar algumas alternativas e aprofundar a leitura sobre algumas possibilidades teórico-metodológica de entendimento do Estado e das políticas públicas, serão destacados os principais argumentos presentes em quatro grupos de estudos relativos às políticas públicas: marxismo, neoinstitucionalismo, análise setorial francesa e o “*State-in-society approach*” norte americano. As literaturas serão confrontadas e analisadas com relação a duas questões fundamentais, a natureza do Estado e o papel dos atores<sup>37</sup> na proposição, gestão e resultado das políticas públicas.

Os pressupostos da literatura marxista enfocam o Estado e as políticas públicas de um ângulo bastante preciso – o Estado tem um caráter de classe. A relação entre Estado e capital é explicada, invariavelmente, destacando a subordinação do primeiro ao segundo.

As ações do Estado podem ser explicadas através da estrutura da sociedade capitalista, da ação direta e da articulação dos capitalistas, de sua ação indireta através de mecanismos de socialização política, da diferente posição estrutural das diversas classes... (MARQUES, 1996, p. 3-4).

Para Nicos Poulantzas, autor que introduziu pela primeira vez centralmente o Estado no interior do marxismo, o Estado cumpriria a dupla função de organizar os interesses dos capitais como classe, e desorganizar os trabalhadores como classe, apresentados na esfera política como cidadãos e não como vendedores de força de trabalho. Posteriormente, o mesmo autor apresentou uma segunda formulação teórica, destacando agora a natureza do Estado. Para ele o Estado seria um campo de poder no qual se condensariam materialmente as lutas e conflitos entre as classes e frações de classes (MARQUES, 1996).

No que diz respeito ao efeito da estrutura interna do Estado capitalista sobre as políticas por ele implementadas, o autor marxista Offe (1984) afirma que as estruturas estatais seriam dotadas de seletividade, que filtrariam as questões apresentadas ao Estado, implementando as ações associadas diretamente à acumulação e ao processo de legitimação da dominação de classe.

O Estado e as políticas estatais estariam, sob a ótica marxista, subordinados aos interesses da classe burguesa, que utilizaria o Estado como ferramenta para a

---

<sup>37</sup> Nesta parte do texto será utilizado o termo “atores” para ser fiel a literatura consultada. Porém, como tratado no capítulo teórico-metodológico, e seguindo a orientação teórica de Pierre Bourdieu, o termo “agentes” seria o mais adequado à discussão proposta.

manutenção da estrutura social, e da imposição de seus interesses. Como será visto adiante, esta abordagem é uma das mais utilizadas na leitura das políticas públicas de esporte e lazer. Essa não considera a contingência dos processos políticos, e destaca a ação dos agentes estatais no resultado das ações.

Já a perspectiva neoinstitucionalista, corrente recente das ciências sociais que tem ressaltado enfaticamente a importância das instituições para o entendimento dos processos sociais, não se configura como uma corrente teórica unitária, mas aproxima um grande número de pesquisadores que entendem as instituições como centrais nas análises relativas aos processos políticos e sociais. Segundo seus seguidores, é uma teoria de médio alcance, baseada em afirmações a serem testadas e alteradas a partir da realização de estudos específicos (MARQUES, 1996).

As diferenças mais significativas do neoinstitucionalismo em relação a outras abordagens da Ciência Política, estão relacionadas ao nexo explicativo dos processos e fenômenos políticos. Identificam as instituições enquanto variáveis independentes, com capacidade explicativa sobre os resultados políticos concretos e determinação sobre alguns traços do comportamento sócio-político dos indivíduos e grupos (TOMIO, 2003).

[...] a abordagem neoinstitucionalista seria distinta de outras, tais como a pluralista, as perspectivas marxistas, a análise sistêmica, etc., que tem em comum a explicação dos resultados políticos por fatores sociais. Para essas abordagens, as transformações na esfera política (institucionais ou não) resultariam das características estruturais da esfera sócio-econômica, ou da capacidade conjuntural de determinados grupos em mobilizar recursos e fazer pressão para ter seus interesses políticos atendidos, ou, ainda, de aspectos comportamentais dos atores envolvidos no processo de decisão política. Em síntese, os elementos inerentes ao espaço da política e sua dinâmica seriam variáveis dependentes dos fatores sociais (TOMIO, 2003, p. 18).

Apesar de seu nome derivar do velho institucionalismo, suas raízes estão muito mais próximas a autores como Tocqueville, Marx e Weber. As razões da conversão de autores oriundos de lugares teóricos e epistemológicos tão distintos estão relacionadas à rejeição de modelos de análise estáticos, e com a necessidade de incorporar as particularidades específicas de cada situação histórica nas análises (MARQUES, 1996). O neoinstitucionalismo seria também distinto de abordagens que consideram o espaço político como autônomo da sociedade, como o behaviorismo e o velho institucionalismo, que tipicamente baseiam-se em estudos

comparativos estáticos ou não históricos, com a explicação fundamentando-se em modelos comportamentais ou vinculados às características jurídico-institucionais de diferentes sistemas políticos (TOMIO, 2003).

Como para o neoinstitucionalismo as instituições são centrais, cabe discorrer sobre seu significado. Marques (1996) faz uma analogia ao esporte para definir o que seriam as instituições e os atores sociais, onde os atores sociais poderiam ser comparados aos jogadores de uma partida esportiva e as instituições seriam a delimitação do campo e as regras do jogo. Para autores como Peter Hall (1986), instituições incluem regras formais, procedimentos consentidos, práticas operacionais padronizadas que estruturam as relações entre indivíduos em várias unidades da política e da economia. Este conceito não é consensual, entendendo outros autores, que há um grau maior de formalidade nas instituições, que por repousarem sobre aspectos legais e estrutura definida, se distinguem das normas, cujos incentivos são mais cognitivos e sociais (MARQUES, 1996).

Mesmo tendo nas instituições políticas a variável explicativa chave dos processos políticos analisados, a abordagem neoinstitucionalista não constitui um corpo teórico monolítico. As diferentes perspectivas analíticas neoinstitucionalistas têm diferenças entre si. Essas diferenças se manifestam em arranjos metodológicos diversos, aceitação de outros fatores causais ao processo político, forma de incorporação das premissas do individualismo metodológico, posições normativas incorporadas, etc. (TOMIO, 2003).

De acordo com a literatura (MARQUES, 1996; TOMIO, 2003; SOUZA, 2003), existem duas grandes correntes dentro do neoinstitucionalismo, o neoinstitucionalismo da escolha racional e o neoinstitucionalismo histórico. Ambas se preocupam com a pergunta de como as instituições moldam as estratégias políticas e influenciam os resultados políticos, porém as proximidades se encerram por aí.

Para o neoinstitucionalismo da escolha racional, as instituições representam constrangimentos à escolha estratégica, alterando o comportamento auto-interessado, resolvendo impasses em interações estratégicas e reduzindo a ocorrência de soluções sub-ótimas. As instituições também agiriam no sentido de diminuir os custos de transação, diminuindo a fricção e tornando possível a disseminação de trocas a custos baixos.

Os autores da corrente neoinstitucionalismo histórica concordam que as instituições estruturam as situações nas quais os atores se encontram, alterando suas estratégias, mas divergem que os atores sejam bem informados e egoístas de referências, como considera a escolha racional, afirmando que os atores na maior parte do tempo tentam seguir as regras e normas sociais sem pensar sobre o seu próprio interesse (MARQUES, 1996). Outra diferença fundamental entre as duas correntes, é que para os históricos, as instituições não apenas constroem as interações sociais, mas também alteram as conformações das preferências dos atores. Enquanto para a escolha racional, as preferências são exógenas ao modelo, para a corrente histórica as preferências são endógenas, sendo construídas social e politicamente no bojo dos processos em estudo. Especialmente a vertente histórica do neoinstitucionalismo apresenta grande proximidade aos pressupostos de Pierre Bourdieu, podendo ambas as perspectivas serem utilizadas em conjunto nos estudos das políticas públicas.

Os neoinstitucionalistas históricos rejeitam o enfoque determinista presente em teorias gerais globalizantes, como a teoria marxista, a teoria dos sistemas, ou o funcionalismo (mais um ponto de aproximação à Teoria dos Campos), entendendo que a escala mais propícia para a investigação dos fenômenos sociais é o nível intermediário (campo ou subcampo para Bourdieu), no qual as grandes estruturas ganham formas históricas específicas, mediadas pelas instituições, sem o risco de explicações deterministas e unicasais.

A teoria busca contextualizar os atores, seus interesses e ações estratégicas, diverso a teoria marxista sobre o Estado, por exemplo, que realiza estudos centrados na sociedade, desconsiderando o papel das instituições e dos atores estatais na esfera política. Além disso, a literatura marxista tende a se concentrar em estudos teóricos demasiadamente abstratos, desconhecendo a riqueza dos processos de formação de cada sociedade e Estado em particular. Isto distancia a realidade empírica das análises marxistas, que trabalha com grandes estruturas históricas como modo de produção e formas de coerção (MARQUES, 1996).

Na perspectiva neoinstitucionalista as instituições são centrais, e nesse sentido duas questões são pertinentes à abordagem: como surgem as instituições e como elas se transformam. Segundo Marques (1996), os estudos realizados até então davam mais conta da segunda questão, entendendo que a estabilidade

institucional estaria associada a fenômenos de três ordens, sendo elas as normas, coerção e coação. Normas e coerção aumentariam os custos da desobediência à instituição, seja pela possibilidade de sanções sociais, como pelo possível uso da força. Coação agiria no sentido de aumentar os prêmios de adesão e obediência às instituições.

Segundo Marques (1996, p. 17), “a influência das instituições na sociedade tem sido relacionada pelas neoinstitucionalistas a duas ordens de questões: a autonomia e o poder dos atores estatais, e a influência das instituições enquadrando a esfera da política”. No que diz respeito ao entendimento do Estado como ator, e especialmente tratando da autonomia do Estado, os estudiosos da política normalmente aceitam a existência da autonomia em períodos de crise e regimes autoritários.

Para os neoinstitucionalistas, no entanto, os períodos autoritários apresentam de forma mais transparente um processo contínuo presente em todas as sociedades.

Grupos de funcionários estatais, especialmente de carreira, relativamente isolados dos interesses presentes na sociedade, são capazes de estabelecer políticas públicas de longo prazo distintas daquelas preconizadas pelos atores e grupos de interesses que se dirigem ao Estado (MARQUES, 1996, p. 17).

Este poder está presente nos períodos excepcionais porque os funcionários cumprem um papel intelectual na sociedade, não apenas baseado na força e coerção, mas principalmente na construção de um projeto global, expresso através da produção de um diagnóstico dos problemas sociais e na elaboração de estratégias de ação a ele associado. Para que isso aconteça, entretanto, é necessário que os funcionários tenham certo grau de autonomia em relação aos interesses presentes na sociedade, compreendida como um isolamento, expresso pelo conceito de insulamento (SKOCPOL, 1985 citado por MARQUES, 1996).

A autonomia, portanto, não é uma característica estrutural do Estado, variando de acordo com cada caso e cada agência dentro do Estado. A autonomia é definida em cada situação histórica pelas potencialidades estruturais que cercam as ações autônomas do Estado, pelas estratégias dos vários atores presentes e pelas mudanças implementadas pelo próprio Estado na organização administrativa e na coerção (MARQUES, 1996). Somente os estudos específicos na realidade de cada Estado nacional poderiam determinar as autonomias presentes em cada agência

estatal em sua conjuntura específica. De forma preliminar pode-se dizer que há um baixo grau de autonomia nas agências estatais brasileiras relativas ao esporte e lazer.

O Estado para os neoinstitucionalistas deve ser entendido na sua não subordinação a interesses presentes na sociedade, como afirmam os marxistas ou os pluralistas. As ações das agências estatais podem ser parciais e fragmentadas, assim como irracionais e desarticuladas. O resultado e a racionalidade da política, portanto são contingentes. A lógica das ações estatais é que estas tentarão ser auto-reprodutoras, buscando aumentar ou reproduzir o poder e o controle das instituições estatais sobre a sociedade, pois esta é a lógica da ação coletiva dos funcionários do Estado. A efetividade das políticas dependerá das estratégias dos atores dentro e fora do Estado, além do processo de formação de suas instituições, que definirá em grande parte a existência ou ausência de certos instrumentos de política para implementação de ações. O processo de produção das políticas públicas dependerá também da capacidade do Estado, visto que os agentes estatais tenderão majoritariamente a propor políticas que possam implementar (MARQUES, 1996).

Os estudos sobre Estado e políticas públicas tomariam então um caráter relacional, não se restringindo a análise do Estado e suas instituições. Não se trata, portanto de uma substituição do foco de análise na sociedade, como marxistas e pluralistas, pelo foco meramente estatal. Além de se analisar a história da formação das instituições e atores estatais, é necessário observar a sua posição em relação aos ambientes sócio-econômicos e políticos povoados por atores portadores de interesses e recursos. O centro de análise deve ser na correlação entre os recursos (capitais para Bourdieu ou poder em Elias) e as posições (relativas) dos atores estatais e não estatais, e não na mera observação das estratégias dos primeiros. Isto está enfatizado nos últimos estudos sobre políticas públicas pelos neoinstitucionalistas, com um afastamento do estudo do Estado como ator e um privilegiamento das relações e interpenetrações entre Estado e sociedade (MARQUES, 1996).

Ponto relevante levantado por Marques (1996), no que diz respeito à instituição e a política, aponta a relação entre os grupos de interesse que formam e produzem suas agendas, e as estruturas organizacionais e agências estatais existentes. A criação de uma agência responsável por determinado tema ou política

gera por si só um potencial aumento de demandas por aquele tema, provocando uma possível alteração na agenda de questões que são levadas ao Estado. Este pode ser o caso do esporte, quando da criação de agências ou estruturas como o Indesp (Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto) ou o Ministério do Esporte. Ao contrário do que postulam os autores pluralistas, os *inputs* do Estado não são dados inteiramente de fora, mas depende em grande parte do próprio Estado como ator e como instituição. A formação de preferências não é externa aos acontecimentos políticos, mas em grande parte por eles produzidas.

As instituições políticas mediam a relação entre as estratégias dos atores e a implantação de determinadas políticas públicas. A existência e o desenho das instituições permitem que demandas expressadas de formas similares por atores de poder equivalente tenham resultados totalmente diversos.

A terceira corrente teórica abordada trata dos estudos da análise setorial, que visam analisar o “Estado em ação”, tendo como base a obra de Pierre Muller e Bruno Jobert. Esta perspectiva teórica não explicita uma visão sobre a natureza do Estado, centrando suas preocupações nas políticas e ações do mesmo, tanto nos aspectos de normatização e controle sobre atividades e processos, quanto na intervenção direta (MARQUES, 1996). Entende que a ação do Estado é marcada por paradoxos e contradições, rejeitando de forma enfática a idéia de um Estado racional e unificado, como pensam os marxistas. As relações entre Estado e sociedade são complexas, diversas e mediadas por uma série de questões relacionadas a cada política e grupo social, sendo central o papel dos atores no resultado final.

Para a análise setorial, a ação estatal é responsável pela manutenção da coesão estatal, entendida como o mínimo de ordem e de aceitação de regras comuns de convivência. O Estado mantém a coesão através de ações de regulação e legitimação (monopólio da força física e da violência simbólica).

A regulação é realizada através da ação re-equilibradora do Estado entre os diferentes subsistemas sociais, sendo que cada um deles obedece a uma lógica e ritmo próprios, um mínimo de compatibilidade entre eles é fundamental. No caso da sociedade ser estruturada principalmente através de diferenciação territorial, a regulação toma a forma de uma ação equilibradora das unidades espaciais, como



políticas de desenvolvimento de regiões periféricas<sup>38</sup>. No caso da diferenciação social ser predominantemente setorial, a ação do Estado se dá através de políticas de desenvolvimento ou regulação de setores da sociedade. Para os autores desta corrente, os papéis sociais “estruturados e estruturantes dos setores estão associados a práticas profissionais, e suas identidades, a identidades profissionais” (MARQUES, 1996, p. 22).

As ações legitimadoras, por outro lado, são aquelas que aumentam a aceitação das regras e valores relacionados com as diversas hegemonias existentes na sociedade. Podem ser reconhecidas no tratamento diferenciado dispensado aos grupos dominados e na gestão da heterogeneidade entre os diversos grupos presentes na ordem social (MARQUES, 1996).

Segundo a linha da análise setorial, as ações estatais incluem sempre ações reguladoras e legitimadoras, mas não necessariamente de forma coerente ou convergente. As diversas intervenções do Estado apresentam caráter contraditório. Para esta perspectiva de análise, é necessário se estudar as políticas setoriais bem de perto, observando seus atores e sua articulação política particular.

A imprevisibilidade dos resultados da política ocorre em função de três fatores. O primeiro deles diz que o resultado é imprevisível porque o processo de produção dos atores sociais é múltiplo e variado, não sendo possível prever a transformação das tensões sociais em problemas políticos a ser objeto de intervenção do Estado. O segundo, porque é impossível prever exatamente a reação dos diferentes atores às políticas de Estado, sendo difícil o cálculo de custos e benefícios de cada ação particular. O terceiro, porque é necessário separar capacidade de elaboração da capacidade de execução das políticas, em função das burocracias responsáveis por cada agência (MARQUES, 1996).

Para a análise setorial, o Estado transforma a ação dos agentes, alterando a produção dos atores, concedendo condições diferenciadas de interlocução e diálogo ou distribuindo de forma não uniforme os recursos financeiros. Toda política pública é concebida a partir do setor a que ela se refere, assim como ao conjunto de normas, organizações, técnicas e recursos de poder que a implementarão. É necessário integrar a dimensão da representação à dimensão das práticas, visto que estão intimamente inter-relacionadas.

---

<sup>38</sup> Evocada pelo ex-presidente Lula, por exemplo, quando iniciou grandes investimentos públicos nas regiões Norte e Nordeste do Brasil.

A análise das políticas são compostas por três elementos importantes, denominados como “chaves de análise”: a relação global-setorial, o referencial do setor e dos mediadores da política. Os dois primeiros são representações, sendo a primeira recortada da realidade global, e o segundo do próprio setor em análise, que definem atores e questões pertinentes a cada área. Os sujeitos profissionais e administrativos dominantes modelam o setor à sua imagem e segundo seus interesses, dando a ele forma e conteúdo, sendo estes os mediadores das políticas públicas, normalmente tecnocratas, que freqüentemente têm estratégias corporativas ou hegemônicas, de acordo com sua posição no interior ou fora do Estado, respectivamente (MARQUES, 1996).

Finalmente, a abordagem “*State-in-society approach*” é uma contribuição recente, que parte de uma leitura crítica da literatura neoinstitucionalista, especialmente aos primeiros textos, que destacaram o papel do Estado nas análises, e deixaram de priorizar dimensões e atores fundamentais localizados na sociedade. Para esta abordagem, os Estados são parte da sociedade e são influenciados por ela tão ou mais do que influenciam. Para Marques (1996), a abordagem destaca ao menos quatro dimensões que deveriam ser mais bem observadas nos estudos sobre política, Estado e desenvolvimento.

A primeira dimensão postula que a efetividade do Estado varia principalmente por suas diferenciadas formas de articulação com a sociedade, e não apenas pelo insulamento de suas burocracias. A segunda delas entende que os Estados devem ser desagregados, estudando-se não apenas as políticas e agências localizadas próximas ao centro do poder, mas também organizações envolvidas com políticas menos centrais (como o esporte), níveis de governo e localizações periféricas<sup>39</sup>. Estas análises poderiam contribuir ao entendimento da relação entre Estado e sociedade, visto que os padrões de relacionamento não se reproduzem de cima para baixo ao longo das estruturas estatais (MARQUES, 1996). Os autores desta corrente destacam a existência de múltiplas arenas de dominação e oposição.

A terceira questão diz respeito à importância e força dos agentes sociais e dos Estados, que são contingentes das situações históricas concretas. A quarta e última dimensão entende que a relação de poder entre a sociedade e o Estado não é um jogo de soma zero. Transformações sociais podem reduzir ou aumentar o

---

<sup>39</sup> Estudos a nível municipal e estadual seriam providências nesse sentido.

poder de um deles sem que haja necessariamente uma troca de poder (MARQUES, 1996), ou seja, nem sempre um ganha e outro perde.

Como consequência da imbricação do Estado na sociedade, a execução e gestão da intervenção passa pela contínua negociação com os atores sociais, resultando uma política diversa da planejada. Raramente uma força social consegue dominar sem alianças, coalizões e acomodações, o que acaba a transformando. O resultado final do jogo político não é o produto dos interesses do Estado entendido abstratamente, mas o resultado da complexa interação entre os diferentes níveis do Estado e as pressões particulares enfrentadas em cada nível (MARQUES, 1996). É o desenrolar do jogo que definirá seu resultado.

As pressões podem ser externas, de acordo com o nível dos atores estatais, e/ou internas, vindo do topo da hierarquia, de baixo para cima, ou horizontais, de outras agências estatais. O resultado geral da superposição entre as pressões e estratégias nos diferentes níveis e localizações explica porque os Estados raramente apresentam respostas únicas e homogêneas a um conjunto de ações. Por conta disso, os autores destacam ser impossível a existência de uma autonomia geral do Estado, mas uma “miríade de autonomias contingentes de conjunturas concretas” (MARQUES, 1996, p. 28). Estado e sociedade têm suas fronteiras redefinidas continuamente, e a constante interação e transformação das forças sociais nas múltiplas arenas, explicam a contingência dos processos políticos.

Em suma, as três últimas abordagens apresentadas (neoinstitucionalismo, análise setorial e o *State-in-society approach*), em contraposição ao marxismo, possibilitam análises que fogem de análises deterministas e holísticas, bem como de análises atomistas. Constituem análises de nível intermediário, que consideram a contingência dos processos políticos, que podem vir a qualificar a leitura das políticas públicas, e que são compatíveis à estrutura teórico-metodológica central desse trabalho, ancorada em Bourdieu e Elias.

Além das questões metodológicas levantadas, outras, em esfera mais global, devem ser levadas em conta pelos pesquisadores da área das políticas públicas. As novas relações no e do Estado têm trazido novos desafios que precisam ser observados: identidades coletivas são redefinidas em toda parte, cruzando fronteiras e desafiando autoridades nacionais (REIS, 2003). As políticas continuam sendo definidas no contexto dos Estados, mas a exemplo das ONGs (Organizações Não-Governamentais), que por vezes extrapolam as dimensões

nacionais, e apresentam um elemento a mais para se pensar a relação entre autoridade e solidariedade. Em síntese, segundo Reis (2003, p. 13)

É necessário reexaminarmos as relações do Estado com o mercado, por um lado, e com a sociedade civil, por outro. No primeiro caso, parece-me que a área de políticas públicas compete, por exemplo, analisar como é que o Estado age e/ou poderia agir para assegurar a provisão de bens públicos que não são mais produzidos e/ou distribuídos pelo poder público.

Isso envolveria, por exemplo, voltar nosso olhar às agências de regulação. No caso da relação entre Estado e sociedade civil, Reis (2003, p. 14) aponta que seria relevante,

[...] pesquisar os novos padrões de funcionamento da política social, que conta mais e mais com o voluntariado. Noções como “democracia participativa”, “capital social”, “inclusão social”, “governança” e tantas outras que incorporamos ao nosso léxico nas décadas recentes têm, certamente, inspirado estudos de grande interesse e importância.

O olhar a estas questões, porém, requer uma visão crítica do pesquisador. Dentro de um país continental como o Brasil, a própria questão da participação e organização são tão desiguais, que acaba perdendo o sentido falarmos de um Estado que coincide com a nação. Nesse contexto, o engajamento da sociedade civil pode implicar novas formas oligárquicas de distribuição de recursos (REIS, 2003). A lógica do capital cultural e social, neste sentido, pode comportar tantas formações de monopólios quanto o mercado.

As questões aqui apresentadas constituem subsídios ao entendimento do campo científico/acadêmico das políticas públicas no Brasil, bem como apontam possibilidades para a qualificação das pesquisas. Na seqüência do trabalho, será adentrado o subcampo que tem como especificidade o estudo das políticas públicas de esporte e lazer no Brasil, iniciando pelo resgate da história do subcampo.

### 3.2 PERCURSO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER

A produção científica sobre políticas públicas de esporte e lazer no Brasil tem uma história relativamente curta – algo em torno de 25 anos. “Correndo o risco de cometer injustiças com outros autores poderíamos afirmar que esse diálogo foi

inaugurado por Eduardo Dias Manhães ao publicar, em 1986, o livro *Política de Esporte no Brasil*” (LINHALES; PEREIRA FILHO, 1999, p. 37).

Linhales e Pereira Filho (1999), quando do estabelecimento do GTT de Políticas Públicas do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE), fizeram uma espécie de levantamento sobre as principais perspectivas de análise das políticas públicas de esporte e lazer, tendo como base as publicações posteriores ao citado livro de Manhães (1986). Entendiam os autores naquele momento que, a busca de respostas a questão formulada por Manhães (1986, p. 86) “[...] em que sentido o Estado prioriza seus esforços e por que assim o faz?”, vinha delineando o campo de políticas públicas para a comunidade científica envolvida com a Educação Física, esporte e lazer.

Essa demarcação tem guardado relação com três eixos temáticos orientadores da investigação: a necessidade da denúncia, a necessidade de intervenção como estratégia de democratização das relações Estado/Sociedade e, por fim, a necessidade de construção da idéia de direito de cidadania como fundamento nas demandas sociais apresentadas pelos movimentos social, sindical e político-partidário (LINHALES; PEREIRA FILHO, 1999, p. 39).

Dentro do primeiro eixo, os autores destacam a “necessidade de revelar os equívocos e contradições que se apresentam na ação do poder público no Brasil” (LINHALES; PEREIRA FILHO, 1999, p. 39), como práticas populistas e clientelistas baseadas em barganhas eleitorais, assim como as gestões públicas personalistas, centralizadoras e autoritárias, que inviabilizam a democratização dos bens e serviços públicos. Em determinados contextos, observa-se ainda opções políticas traduzidas em planificações tecnocráticas distanciadas da realidade social, ou ausência total de planejamento, ancoradas nos princípios de elitização, seleção e exclusão. O quadro levantado ainda apresenta processos de privatização de espaços, bens e recursos públicos (LINHALES; PEREIRA FILHO, 1999). Dar visibilidade a tais processos foi uma necessidade, concretizada através de autores como Cavalcanti (1984), Manhães (1986), Castellani Filho (1988, 1990 e 1998), Bracht (1989, 1990), Betti (1991) e Linhales (1996, 1997), todos estes citados por Linhales e Pereira Filho (1999).

As políticas públicas de esporte e lazer, desenvolvidas antes e/ou durante a crítica dos autores, especialmente durante o regime militar (1964-1985), tinham como base o esporte de alto rendimento e competição, bem como finalidades funcionalistas de ocupação do tempo livre na área de lazer, abrindo espaço para

práticas de cunho assistencialista e de estratificação das práticas de atividades físicas (LINHALES; PEREIRA FILHO, 1999). Entendiam os autores que essas políticas tinham como objetivo a desmobilização da organização popular (GHIRALDELLI, 1991), bem como a recomposição da força de trabalho e o controle da corporeidade da classe trabalhadora durante seu tempo livre (MARCELLINO, 1990).

O processo de redemocratização do país e a contemplação do esporte e do lazer como direitos sociais na Constituição Federal de 1988, evidenciou a necessidade de buscar alternativas mais democratizantes para a ação do poder público no setor. “Tais construções não têm sido simples, mas constituem um segundo eixo orientador da produção de conhecimento no campo das políticas públicas” (LINHALES; PEREIRA FILHO, 1999, p. 41). Estudos, projetos e programas públicos ganhavam, naquele momento, destaque como possibilidades de democratização do setor esportivo e de lazer. Linhales e Pereira Filho (1999), aqui, apontam que ao passo que o debate relativo às alternativas que se apresentam para a formulação, adoção e avaliação de políticas for alcançando legitimidade pública e acadêmica, ganhará em qualidade o diálogo entre pesquisadores e gestores, o que contribuiria ao processo de democratização e re-significação da educação física, esporte e lazer.

Já o terceiro eixo temático organizador da produção acadêmica diz respeito, segundo os autores, a construção da idéia de direito social relacionado ao esporte e lazer. Estas são práticas historicamente construídas e capazes de se legitimarem como direitos sociais. Este tipo de debate estaria contido, a título de exemplificação, nas revistas *Motrivivência* (nº 11, 1998), e na *Revista Licere* (nº 2, 1999). As políticas sociais deveriam ser consideradas em face de sua capacidade de irem de encontro às desigualdades, desconcentrando renda e poder, assumindo uma postura de prevenção, redistribuição, emancipação e proporcionando igualdade de oportunidades (LINHALES; PEREIRA FILHO, 1999).

Para Linhales e Pereira Filho (1999), os pesquisadores deveriam discutir as relações existentes entre as políticas públicas e sua capacidade de contribuir para o processo de organização das classes populares, com o intuito de romper com a

condição de pré-cidadão<sup>40</sup>, cidadania tutelada<sup>41</sup>, e cidadania de sobrevivência<sup>42</sup>, com o objetivo de alcançar a cidadania emancipada ou cidadania da modernidade<sup>43</sup>. Percebe-se aqui uma nítida aproximação da proposta de um pesquisador propositivo, militante das questões sociais, e não apenas um agente que discute a produção de políticas públicas.

Considerar a Educação Física, o Esporte e o Lazer como políticas sociais implica em relacioná-los à questão da cidadania. A nosso ver, este é um princípio orientador das ações políticas e das opções teórico-metodológicas para o setor. Os dilemas e pressões presentes no cenário político brasileiro convidam-nos a um posicionamento que seja capaz de levar em consideração os movimentos sociais, as demandas e organizações populares e ainda os significativos projetos setoriais que emergem e se fortalecem na ação pública de partidos políticos comprometidos com a realização dos direitos de cidadania. (LINHALES; PEREIRA FILHO, 1999, p. 45-6).

Linhales e Pereira Filho (1999) concluem o texto deixando claro que os três eixos apresentados evidenciam a necessidade da organização e produção de conhecimento como estratégias de intervenção e como possibilidade de qualificação das mudanças consideradas essenciais.

Outro grupo de pesquisadores que se dedicou a estudar a produção científica da área de políticas públicas de esporte e lazer foi o grupo do Observatório de Políticas Sociais de Educação Física, Esporte e Lazer do Grande ABC/USCS, sob coordenação de Edson Marcelo Húngaro. Motivados pelo desconhecimento sobre a produção da Educação Física a respeito da temática, resolveram realizar um estudo do “Estado da Arte” sobre políticas sociais de educação física, esporte e lazer.

Tendo em vista o protagonismo do CBCE no debate acadêmico da área e, mais especificamente, em virtude da existência, dentro desse Colégio, de um GTT de Políticas Públicas, resolveram priorizar as comunicações científicas apresentadas nos congressos por ele organizados: os Conbraces (HÚNGARO *et al.*, 2009).

---

<sup>40</sup> Condição a que foram submetidas a população rural e a maioria urbana, tendo em vista sua não vinculação às categorias profissionais regulamentadas pelo Estado Novo (LINHALES; PEREIRA FILHO, 1999).

<sup>41</sup> Tipo de cidadania cultivada pelas elites político-econômicas por meio de práticas clientelistas e paternalistas (LINHALES; PEREIRA FILHO, 1999).

<sup>42</sup> Aquela a que estão submetidas as camadas populares, fazendo com que estas desenvolvam constantes mobilizações a fim de garantir seus direitos básicos. (LINHALES; PEREIRA FILHO, 1999).

<sup>43</sup> A cidadania emancipada e a cidadania da modernidade caminham na direção de superação da pobreza política, com alteração da distribuição de dinheiro público em prol das classes trabalhadoras e conseqüente combate ao acúmulo de capitais, proporcionando assim a garantia de padrões básicos de sobrevivência. (LINHALES; PEREIRA FILHO, 1999).

Foram considerados na referida análise os trabalhos apresentados no GTT de Políticas Públicas em forma de comunicação oral, no 10º, 11º, 12º, 13º e 14º Conbraces, realizados nos anos de 1997 (Goiânia, GO), 1999 (Florianópolis, SC), 2001 (Caxambu, MG), 2003 (Caxambu, MG) e 2005 (Porto Alegre, RS), respectivamente.

Analisando oitenta e nove (89) trabalhos apresentados nos eventos, os autores traçaram algumas considerações acerca dos investigadores /pesquisadores que participam do GTT. Em relação à titulação de seus membros, dizem ser significativo o número de graduados e pesquisadores discentes que participam como autores no GTT, muitas vezes associados aos seus professores, no processo de iniciação científica. Outro dado relevante é o reduzido número de autores com título de mestres e doutores. Somados os doutores aos mestres, apenas em 2003, eles foram, ao menos, 50% dos autores que apresentaram trabalhos. Em todos os outros Conbraces, a somatória dos titulados foi inferior a metade dos autores/pesquisadores (HÚNGARO *et al.*, 2009).

TABELA 1 – TITULAÇÃO DOS PESQUISADORES DO GTT DE POLÍTICAS PÚBLICAS

<b>Titulação</b>	<b>1997</b>	<b>1999</b>	<b>2001</b>	<b>2003</b>	<b>2005</b>
Grad. + PD	24	12	24	9	10
Especialista	5	5	2	-	-
Mestre	8	10	10	7	7
Doutor	2	-	3	5	2
<b>Total</b>	<b>39</b>	<b>27</b>	<b>39</b>	<b>19</b>	<b>19</b>

Grad. – Graduandos e/ou graduados e PD – Pesquisador Discente

FONTE: HÚNGARO *et al.* (2009).

No que diz respeito aos trabalhos, destaca-se o significativo número de produções do tipo relato de experiência, que, geralmente, explicitam a experiência de governo dos autores e, quase sempre, demonstram os êxitos da experiência. Guardam pouco valor científico, já que normalmente são realizadas sem o necessário afastamento, tão caro a investigação científica. De 1997 a 2003, sempre compuseram, ao menos, 20% dos trabalhos apresentados, refletindo do ponto de vista dos autores, também, certa imaturidade acadêmica no GTT (HÚNGARO *et al.*, 2009).

Quanto às temáticas abordadas, enfatiza-se o grande número de trabalhos que discutem a educação física nos espaços formal e não-formal, em detrimento as discussões do esporte e lazer, conforme tabela 2:

TABELA 2 – TEMÁTICAS ABORDADAS NOS TRABALHOS DO GTT DE POLÍTICAS PÚBLICAS



<b>Temáticas</b>	<b>1997</b>	<b>1999</b>	<b>2001</b>	<b>2003</b>	<b>2005</b>	<b>Total</b>
Esporte	4	3	1	4	3	15
Lazer	1	3	5	1	3	13
Ed. Física	16	11	8	7	5	47
Esporte/Lazer	3	2	2	3	2	12
Ativ. Fis. /saúde	-	-	-	1	1	2
<b>Total</b>	<b>24</b>	<b>19</b>	<b>16</b>	<b>16</b>	<b>14</b>	<b>89</b>

FONTE: HÚNGARO *et al.* (2009).

Observando o total de trabalhos apresentados no GTT de Políticas Públicas no decorrer das edições do Conbrace, observa-se um decréscimo progressivo. Além disso, segundo Húngaro *et al.* (2009), as pesquisas apresentadas concentram-se nas regiões Sul e Sudeste do país, bem como no estado de Pernambuco.

Por fim, a análise quantitativa da produção apontou a frequência de algumas temáticas que orientaram os interesses investigativos dos pesquisadores do GTT, merecendo destaque: democracia popular/participativa; cidadania; gestão democrática/control social; cultura corporal; controle social e orçamento participativo; política educacional (HÚNGARO *et al.*, 2009).

Passando a uma análise mais qualitativa, o balanço de Húngaro *et al.* (2009), confrontado com a ementa do GTT, e os desafios postos por Linhales e Pereira Filho (1999) para consolidação do grupo, de,

[...] demarcar esse campo temático [o das políticas públicas] como área de produção e socialização de conhecimento que se apresenta como necessária e legítima ao processo maior de organização científica a que o colégio se propõe. Ao mesmo tempo torna-se necessário construir uma competência acadêmica que, indissociada de uma competência política, seja capaz de qualificar o saber produzido e as possibilidades de intervenção na realidade social e política daí decorrentes. (LINHALES; PEREIRA FILHO, 1999, p. 37)

Aponta que: 1) o campo das políticas públicas, dentro do CBCE, já está demarcado como área de produção e socialização de conhecimento; 2) nesse espaço vem se construindo uma competência acadêmica capaz de qualificar o saber produzido e as possibilidades de intervenção na realidade social; 3) houve a demarcação de um campo investigativo articulado à necessidade de denúncia, da intervenção como estratégia de democratização do Estado e com um forte compromisso com a construção da idéia de cidadania vinculada aos movimentos sociais; 4) fruto de suas vinculações diretas e indiretas com o chamado “campo democrático-popular” e das circunstâncias sócio-históricas que marcaram sua gênese e seu desenvolvimento, a produção do GTT continua articulada com a demarcação de seu campo, a partir dos eixos supramencionados; 5) fruto da vitória

eleitoral do chamado campo democrático-popular nas eleições presidenciais, o GTT foi estimulado em sua produção e convidado a participar efetivamente nas estratégias de intervenção a fim de democratizar o Estado e deu respostas satisfatórias (veja-se a participação efetiva junto ao ME, especialmente junto à SNDEL); 6) os “espaços abertos” nos programas de mestrado e doutorado para a qualificação da produção acadêmica recente. Indubitavelmente, o GTT teve uma participação efetiva (embora indireta) nesse processo (HÚNGARO *et al.*, 2009).

Os autores afirmam categoricamente que a consolidação do GTT em uma década foi indiscutível. Por outro lado, os argumentos parecem-nos um pouco frágeis para demarcar essa posição. A vinculação ao “campo democrático-popular”, que garantiu alguns espaços na gestão pública, por si só não garante o amadurecimento e consolidação do GTT, tampouco que o GTT esteja contribuindo para a democratização do Estado, bem como não existem dados concretos que relacionem o GTT à qualificação nos programas de mestrado e doutorado, uma vez que os números indicam baixa participação de mestres e doutores no GTT. A baixa participação de mestres e doutores pode ser reflexo do pequeno número de agentes dotados do capital cultural institucionalizado interessado na temática, ou ainda pela pequena importância atribuída pelos agentes à participação em eventos científicos, reflexo dos critérios oficiais de avaliação da produção científica nacional.

De toda forma, Húngaro *et al.* (2009) apontam algumas contradições a partir da análise da produção do GTT. A primeira delas estaria relacionada ao fato de que muitos estudos apresentavam uma pobreza categorial, fruto da ausência da cadeira Política Social nas formações em Educação Física, bem como uma tendência da área ao pragmático, com certa hostilidade pela teoria, em virtude, inclusive, da superficial compreensão da relação teoria/prática. Outra contradição diz respeito à ausência de “estudos de fundamentos”, expresso na pobreza categorial presente nos trabalhos avaliados, alimentando certo ecletismo, muitas vezes, travestido de “enfoque multidisciplinar”. Como consequência da pobreza categorial, muitos dos estudos analisados eram de natureza descritiva e operacional – e não só nos relatos de experiência.

Constatou-se quase completa ausência de estudos sobre metodologia de avaliação de políticas sociais. Houve ainda uma excessiva subordinação da produção às práticas governamentais conjunturais – talvez, pela vinculação com a Rede Cedes associada à “natureza militante” desse GTT; ausência de estudos

comparativos e que extrapolassem o âmbito local/nacional<sup>44</sup>; número excessivo de trabalhos que não percebem a articulação entre a produção e reprodução social e, por isso, apostam na política social para o combate à desigualdade.

Como conseqüência dessa suposta ausência de conhecimento sobre a articulação entre produção e reprodução social, em muitos trabalhos a política social estaria reduzida à vontade política dos sujeitos, à regulação dos conflitos e à busca de legitimação e de consensos – ou seja, a produção do GTT é marcada pelo *politicismo*. Fruto dessa marca politicista, há uma ausência quase que absoluta de estudos sobre o financiamento (HÚNGARO *et al.*, 2009).

Finalmente, Húngaro *et al.* (2009) apontam no interior do GTT de Políticas Públicas do CBCE uma compreensão extremamente reducionista sobre democracia, limitando-a tão-somente à sua expressão formal; e, apesar de um número razoável de trabalhos se ocuparem da tematização da cidadania, poucos o fizeram articulando lógica e história e, assim, acabam por compreendê-la abstratamente.

Observou-se em Húngaro *et al.* (2009) também certo *politicismo*, uma vez que as críticas foram chamadas de contradições, com adoção de considerações gerais, sem apontar, contudo, aonde as inconsistências se apresentam. Isso também pode indicar imaturidade do próprio GTT, que nominalmente talvez não tivesse o discernimento de acolher as críticas.

Como novas tarefas ao GTT de Políticas Públicas do CBCE, em alusão aos desafios colocados uma década antes por Linhales e Pereira Filho (1999), e tendo como objetivo retomar o processo de “intenção de ruptura”, alinhando-o com um projeto de emancipação humana – de superação, portanto, das relações burguesas de produção<sup>45</sup> – Húngaro *et al.* (2009) propõe:

- Qualificar a idéia de cidadania e o caráter tático importante de sua defesa – como manutenção e ampliação dos patamares de civilidade.
- Aprofundar a nossa compreensão sobre o Estado no capitalismo maduro – inclusive para verificarmos se é adequado o interpretarmos como um “Estado Ampliado”;
- Estudar a articulação público/privado ou Estado/Sociedade Civil;
- Induzir estudos que tratem da questão orçamentária, inclusive para estabelecermos uma recusa ao conceito de escassez;
- E, por fim, cuidar para que o GTT tenha “vida depois do CONBRACE”, pois o enfrentamento das questões postas exige que nos articulemos em redes de pesquisa. O fortalecimento da Rede Cedes poderá, certamente, ser um excelente caminho para essa articulação (HÚNGARO *et al.*, 2009, p. 23).

<sup>44</sup> Não houve, por exemplo, um estudo sequer que tivesse a América do Sul como objeto de análise.

<sup>45</sup> Lembrando que a orientação teórica do grupo de pesquisa responsável pelo balanço é marxista.

A terceira e última obra dedicada a refletir sobre a produção relativa às políticas públicas de esporte e lazer no Brasil que será utilizada é a de Amaral e Pereira (2009). No artigo, buscou-se analisar a produção sobre o tema nos últimos dez anos (1999 a 2009), a partir da análise das revistas Movimento, RBCE e Motrivivência, além do GTT de Políticas Públicas no Conbrace, analisando um total de 159 artigos. A problemática girou em torno das questões:

[...] os artigos sobre políticas públicas na área podem ser caracterizados como pesquisas científicas? Quais dimensões da política predominam nos artigos sobre políticas públicas em educação física, esporte e lazer selecionadas para este estudo? (AMARAL; PEREIRA, 2009, p. 43)

Analisando inicialmente o trato metodológico dispensado à pesquisa em cada artigo, Amaral e Pereira (2009) delinearão o seguinte panorama:

TABELA 3 – ANÁLISE DOS ARTIGOS QUANTO À ADEQUAÇÃO A PESQUISA

Revista	Total de Artigos	Não encontrada referência a pesquisa	Pesquisa
RBCE	19	1	18
Movimento	11	0	11
Motrivivência	10	2	8
Conbrace	119	21	98
<b>Total</b>	<b>159</b>	<b>24</b>	<b>135</b>

FONTE: AMARAL; PEREIRA (2009).

De um total de 159 artigos, Amaral e Pereira (2009) apontaram 24 artigos que não seriam fruto de investigação, em sua maioria foram publicados há mais de cinco anos, mas que coloca em cheque a cientificidade da área.

Quanto às opções metodológicas, verificou-se um grande número de estudos teóricos que, em geral, dialogam com referências de outras áreas para analisar idealmente como são as políticas públicas, e como elas poderiam ser. Há vários estudos que se autodenominam históricos, ou seja, que se fundamentam na interpretação de fatos sociais do passado, contudo, seu trato sugere mais resgates de memória, que concentram seus propósitos em materializar o passado, sem uma preocupação analítica. Outros estudos, que analisaram políticas implementadas, o fizeram pela análise descritiva, com métodos como entrevistas, questionários, observações, análise documental. Poucos são os estudos etnográficos e de pesquisa-ação (AMARAL; PEREIRA, 2009).

Quanto às dimensões políticas discutidas nos trabalhos analisados, observou-se o seguinte quadro:

TABELA 4 – ANÁLISE DOS ARTIGOS QUANTO À DIMENSÃO POLÍTICA PESQUISADA

<b>Dimensão Política<sup>46</sup></b>	<b>Título</b>	<b>Conteúdo</b>
Normativa e conceitual	35	53
Arena política	5	6
Política governamental	81	56
Não identificados	38	44

FONTE: AMARAL; PEREIRA (2009).

Constatando-se que a maioria deles se ancora na dimensão conceitual da política e na implementação da política governamental, com pouca atenção a dimensão arena política. Amaral e Pereira (2009) destacam ainda que os trabalhos apresentados em temáticas de políticas públicas por vezes não contemplam essa linha de estudos, o que suscita uma dificuldade dos autores da área, quanto à identificação ou discernimento das dimensões políticas abordadas, bem como há uma confusão conceitual dos pareceristas em estabelecer um limite para essa subdisciplina. Há, por exemplo, artigos que tratam de representações simbólicas e violência no/e do esporte, a relação da cultura com a representação social, contudo sem perpassar pelo debate da política.

Amaral e Pereira (2009) verificam carências de pesquisas sobre normas e legislações; políticas de Estado; o entrelaçamento de duas dimensões da política; estudos sobre o papel dos agentes das políticas; sobre diferentes tipos de gestão administrativa; micropolítica; e, avaliação de efetividade e impacto das políticas. A expectativa das autoras é de que “a micropolítica, os sujeitos do processo, uma análise comparativa de políticas implementadas em diferentes regiões e/ou cidades brasileiras ganhem espaço na agenda de pesquisa da área” (AMARAL; PEREIRA, 2009, p. 52).

Os estudos do tipo “Estado da Arte” sobre políticas públicas de esporte e lazer no Brasil são escassos, haja vista até mesmo a jovialidade da área, ainda em processo de consolidação. De qualquer forma, esses trabalhos nos dão um panorama das potencialidades e fragilidades da área, resgatando em parte a história da constituição do subcampo científico/acadêmico que tem por objeto de estudo as políticas públicas de esporte e lazer.

Mas, e passadas duas décadas de desenvolvimento e amadurecimento, como se apresenta a produção científica sobre as políticas públicas de esporte e lazer? Como se configura esse subcampo científico/acadêmico? Quais as questões

---

<sup>46</sup> Sumariamente, a primeira dimensão política diz respeito às instituições políticas; a segunda, os processos políticos; e a última os conteúdos da política.

legítimas e pertinentes a serem discutidas? Estas questões encaminham a próxima parte do trabalho, que pretende dar um panorama do momento mais recente da produção científica acerca das políticas públicas de esporte e lazer no Brasil (2005-09).

### 3.3 O SUBCAMPO CIENTÍFICO/ACADÊMICO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER NO BRASIL

Um campo, ou subcampo, sob a orientação teórica de Pierre Bourdieu, é um espaço social, dotado de uma lógica de funcionamento própria, onde estão presentes agentes, estruturas, e objetos de disputa. Os agentes ocupam posições no interior do espaço social, em função de seu capital. As relações entre os agentes, por sua vez são permeadas pelo senso de jogo e pelo *habitus* inerente àquele campo ou subcampo, que são legitimados e incorporados pelos agentes.

Para compreender, nesse caso o subcampo científico/acadêmico das políticas públicas de esporte e lazer no Brasil, deve-se proceder no sentido de resgatar a história das lutas no interior desse espaço social, bem como visualizar que este subcampo constitui uma parte de um campo maior, que é o campo acadêmico da Educação Física no Brasil. Portanto, muitas vezes subordinado a lógicas que transcendem o subcampo.

Visualiza-se, enquanto elementos constitutivos do subcampo científico/acadêmico das políticas públicas de esporte e lazer no Brasil, os pesquisadores, grupos de pesquisa, órgãos de apoio à pesquisa, instituições de pesquisa, eventos científicos, as publicações, e os órgãos de administração do esporte.

Um primeiro esforço no sentido de mapear a constituição do subcampo foi a consulta ao Diretório dos Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Científico (CNPq), a fim de mapear os grupos de pesquisa dedicados ao assunto.

O Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, projeto desenvolvido no CNPq desde 1992, constitui-se em bases de dados que contêm informações sobre os grupos de pesquisa em atividade no País. O Diretório mantém uma **Base corrente**, cujas informações são atualizadas continuamente pelos líderes de grupos, pesquisadores, estudantes e

dirigentes de pesquisa das instituições participantes, e o CNPq realiza Censos bi-anuais, que são fotografias dessa base corrente (CNPq, 2009, s.p., grifos no original).

As informações contidas na base dizem respeito aos recursos humanos constituintes dos grupos (pesquisadores, estudantes e técnicos), às linhas de pesquisa em andamento, às especialidades do conhecimento, aos setores de aplicação envolvidos, à produção científica e tecnológica e aos padrões de interação com o setor produtivo, além da situação geográfica (região, UF e instituição) e temporal.

Vale ressaltar que esta base tem algumas limitações pelo filtro imposto ao cadastramento de grupos de pesquisa, especialmente por não incluir os grupos localizados nas IES não universitárias que não possuem curso de pós-graduação *strictu sensu*:

Para participar do Diretório dos Grupos de Pesquisa, é necessário observar as seguintes etapas:

**I - Ingresso de novas instituições no Diretório dos Grupos de Pesquisa – DGP**

Para se cadastrar um grupo de pesquisa, é preciso que a instituição que o abriga seja previamente autorizada pelo CNPq. Pelas regras vigentes desde janeiro de 2005, somente podem participar do DGP as instituições que se enquadram nas seguintes categorias:

- **universidades** federais, estaduais, municipais e privadas;
- instituições de educação superior - IES não universitárias (centros universitários, faculdades integradas, faculdades isoladas, institutos, escolas, centros de educação tecnológica, etc.) **que possuam pelo menos um curso de pós-graduação - mestrado ou doutorado - reconhecido pela CAPES/MEC;**
- institutos **públicos** de pesquisa científica;
- institutos tecnológicos **públicos** e centros **federais** de educação tecnológica; laboratórios de pesquisa e desenvolvimento de **empresas estatais**. (CNPq, 2009, s.p., grifos no original).

Em pesquisa realizada ao Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq<sup>47</sup>, com as palavras-chave: políticas públicas, esporte, lazer, em 13 de novembro de 2008<sup>48</sup>, foram localizados vinte e um grupos de pesquisa. Destes, apenas quatro não estavam vinculados à área da Saúde/Educação Física, sendo três deles vinculados à área de Educação e um a área de Planejamento Urbano e Regional. Pode-se observar que apesar de não se restringir apenas à área de Educação Física, essa área predomina dentre os grupos de pesquisa. Portanto, a lógica dos grupos de pesquisa, provavelmente incorpora lógicas inerentes ao campo da Educação Física.

<sup>47</sup> Disponível em <http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/>. Acesso em 13 de novembro de 2008.

<sup>48</sup> Em dados mais atuais, de 23 de abril de 2011 são 38 grupos, dos quais 25 da área de Saúde/Educação Física.

Dentre os grupos de pesquisa vinculados à área de Educação Física, em número de dezessete, tem-se uma distribuição geográfica nacional relativamente uniforme, conforme gráfico abaixo:

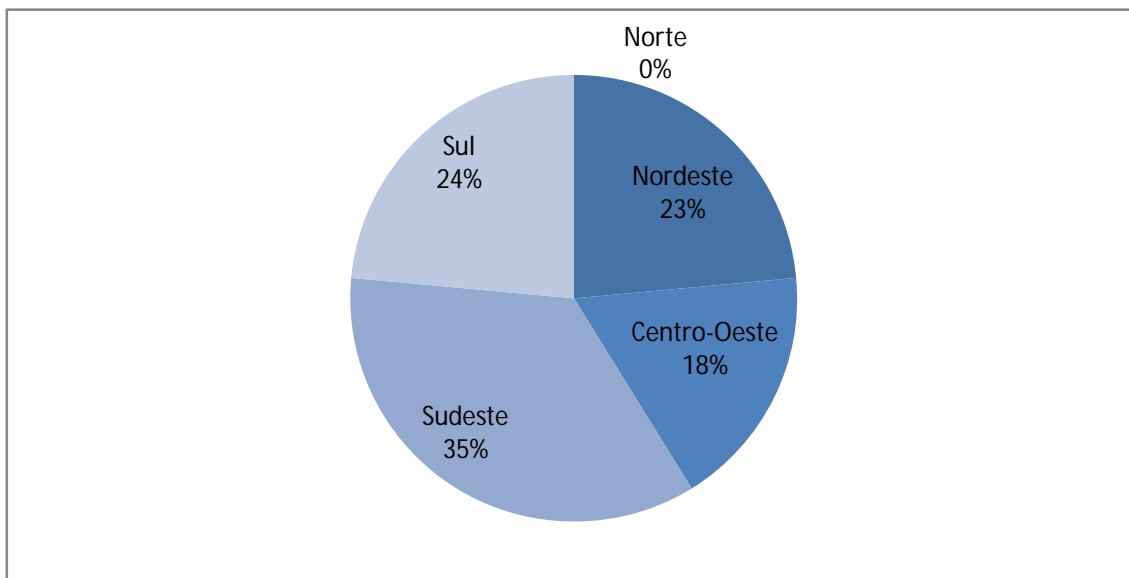


FIGURA 1 – GRUPOS DE PESQUISA EM RELAÇÃO À REGIÃO DO PAÍS  
 FONTE: <http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/>

Somente a região Norte do país não conta com nenhum grupo de pesquisa relacionado à temática de políticas públicas de esporte e lazer. Porém a região Nordeste, com quatro grupos, a região Sul com quatro, Centro-Oeste com três e Sudeste com seis grupos demonstram que há grupos de pesquisas sobre a temática em diversas regiões do país.

Na região Nordeste do país estão os grupos:

Nome	Instituição	Coordenador
Cultura Corporal, Educação e Desenvolvimento Humano	Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN)	Humberto Jefferson de Medeiros
Grupo de Estudos e Pesquisas em Corporeidade, Cultura e Educação	Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	Pierre Normando Gomes da Silva
Grupo de Estudos e Pesquisas Pedagógicas em Educação Física	Universidade Federal do Maranhão (UFMA)	Raimundo Nonato Assunção Viana
NIEL – Núcleo Interdisciplinar de Estudos do Lazer	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	Tereza Luiza de França

QUADRO 1 – GRUPOS DE PESQUISA DA REGIÃO NORDESTE DO BRASIL  
 FONTE: <http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/>

Observa-se nessa região a presença de quatro grupos em quatro estados distintos (Rio Grande do Norte, Paraíba, Maranhão e Pernambuco), sendo que três deles estão vinculados às universidades federais e um à universidade estadual. Vale ressaltar que as políticas públicas são destacadas nas repercussões esperadas por



três dos quatro grupos. Além disso, em consulta às linhas de pesquisa pode-se verificar que as políticas públicas são tratadas na interface com a saúde, atividade física e desenvolvimento motor, no caso da UERN, como políticas públicas de esporte e lazer na UFMA, formação humana e mundo do trabalho na UFPB, e relacionado ao lazer e meio ambiente na UFPE. Por outro lado, é pequeno o número de trabalhos publicados pelos pesquisadores doutores dos quatro grupos, num total de seis trabalhos.

Na região Centro-Oeste do país estão os grupos:

<b>Nome</b>	<b>Instituição</b>	<b>Coordenador</b>
Grupo de Estudos e Pesquisa em Esporte, Lazer e Comunicação	Universidade Federal de Goiás (UFG)	Fernando Mascarenhas
Grupo de Estudos e Pesquisas em Recreação e Lazer	Universidade Católica de Brasília (UCB-DF)	Francisco Martins da Silva
Laboratório <i>Physis</i> de Pesquisa em Educação Física, Sociedade e Natureza	Universidade Federal de Goiás (UFG)	Ana Márcia Silva

QUADRO 2 – GRUPOS DE PESQUISA NA REGIÃO CENTRO-OESTE DO BRASIL

FONTE: <http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/>

Dos três grupos de pesquisa da região Centro-Oeste do Brasil, dois estão vinculados a Universidade Federal de Goiás, e pela primeira vez aparece um grupo vinculado a uma instituição não-estatal (Universidade Católica de Brasília). No grupo Laboratório *Physis* de Pesquisa em Educação Física, Sociedade e Natureza, destaque para a pesquisadora Ana Márcia Silva, ex-presidente do CBCE, e a linha de pesquisa “Políticas Públicas, Comunicação, Conhecimento e Formação Profissional”. O grupo da UCB tem o foco nas políticas públicas de esporte, lazer e educação para as pessoas com deficiência, mas não há produção sobre o assunto.

Na região Sul do país encontram-se os grupos:

<b>Nome</b>	<b>Instituição</b>	<b>Coordenador</b>
Centro de Pesquisa em Esporte, Lazer e Sociedade	Universidade Federal do Paraná (UFPR)	Wanderley Marchi Jr.
Estudos Culturais em Educação Física	Universidade Federal de Pelotas (UFPel)	Luiz Carlos Rigo
Grupo de Pesquisa em Educação Física, Esporte, Lazer	Universidade Federal de Pelotas (UFPel)	Luiz Fernando Camargo Veronez
Núcleo de Pesquisa em Políticas Públicas de Esporte e Lazer da Cidade	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	Alberto Reinaldo Reppold Filho

QUADRO 3 – GRUPOS DE PESQUISA NA REGIÃO SUL DO BRASIL

FONTE: <http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/>

Os grupos nesse caso são em número de quatro, todavia apenas dois dos três estados da região possuem tais grupos, com concentração efetiva no estado do

Rio Grande do Sul, onde três grupos, de duas instituições federais, se dedicam ao estudo da temática.

O Núcleo de Pesquisa em Políticas Públicas de Esporte e Lazer da Cidade, da UFRGS, que carrega no próprio nome a pesquisa em políticas públicas de esporte e lazer, tem uma linha dedicada ao assunto, “Políticas Municipais de Lazer”. Por outro lado, não tem nenhuma produção científica vinculada em periódicos, livros ou capítulos de livro.

O Grupo de Pesquisa em Educação Física, Esporte, Lazer, da UFPel, conta com um único pesquisador, Prof. Dr. Luiz Fernando Camargo Veronez, e duas linhas de pesquisa sobre políticas públicas de esporte e lazer, “Financiamento do esporte e do lazer” e “Políticas Públicas de Educação Física, Esporte e Lazer”, apontando uma iniciativa individual de um pesquisador interessado no assunto. Por outro lado, o Centro de Pesquisa em Esporte, Lazer e Sociedade, da UFPR, é o grupo onde há o maior número de doutores envolvidos com algum tipo de pesquisa na área de políticas públicas de esporte e lazer, seis no total. Nesse sentido, o pesquisador mais destacado do grupo é o prof. Dr. Fernando Marinho Mezzadri, com treze publicações.

Finalmente, na região Sudeste do país encontra-se os grupos:

<b>Nome</b>	<b>Instituição</b>	<b>Coordenador</b>
Anima: Lazer, Animação Cultural e Estudos Culturais	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	Victor Andrade de Melo
Grupo de Pesquisa Educação Física e Saúde Coletiva	Universidade de São Paulo (USP)	Yara Maria de Carvalho
LEEFEL (Laboratório de Estudos em Educação Física, Esporte e Lazer)	Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM)	Manoel José Gomes Tubino <sup>49</sup>
Ludens: Laboratório de Estudos e Pesquisa do Lazer	Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES)	Luciano Pereira da Silva
Núcleo de Estudos de Fenomenologia em Educação Física	Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR)	Luiz Gonçalves Junior
Política Pública e Lazer	Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)	Silvia Cristina Franco Amaral

QUADRO 4 – GRUPOS DE PESQUISA NA REGIÃO SUDESTE DO BRASIL

FONTE: <http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/>

Os grupos da região Sudeste do Brasil estão localizados, três deles no estado de São Paulo, dois no Rio de Janeiro e um em Minas Gerais. Destes, três estão vinculados a universidades estaduais, dois a universidades federais e um a um centro universitário privado. O grupo Anima conta com seis doutores com alguma

<sup>49</sup> Já falecido. Outros líderes de grupos também deixaram a função e transitam bastante entre as universidades.

pesquisa relacionada às políticas públicas, especialmente na linha de pesquisa “Lazer e Cidade”, com destaque ao prof. Dr. Victor Andrade de Melo, com treze produções na área de políticas públicas de lazer. No Grupo de Pesquisa Educação Física e Saúde Coletiva, destaque aos trabalhos na área de saúde pública da prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Yara Maria de Carvalho.

O grupo Política Pública e Lazer tem como única pesquisadora doutora a professora Silvia Cristina Franco Amaral e trabalha centralmente com as políticas públicas de lazer. O grupo *Ludens* conta com duas linhas de pesquisa sobre políticas públicas, “Lazer e Sociedade: Processos relacionais e análise do fenômeno” e “Observatório de Políticas Públicas de Esporte e Lazer”, mas apenas um professor doutor e nenhuma produção em periódicos e livros. Os demais grupos também tratam as políticas públicas de esporte e lazer de maneira marginal.

Dentre o conjunto de grupos de pesquisa, observa-se que apenas dois deles possuem uma indicação clara do tratamento exclusivo à temática de políticas públicas de esporte e lazer, o Núcleo de Pesquisa em Políticas Públicas de Esporte e Lazer da Cidade, vinculado a UFRGS, e o Grupo Política Pública e Lazer, vinculado a Unicamp. Os demais contemplam as políticas públicas de esporte e lazer em suas linhas de pesquisa, com interface em objetos distintos, como saúde pública, deficientes, desenvolvimento motor, entre outros.

Além disso, nos grupos é mais recorrente a presença da temática Lazer, seguida da Educação / Educação Física, e finalmente Esporte. Aqui há uma situação interessante, pois no âmbito da intervenção pública em esporte e lazer, normalmente o esporte é mais destacado, sendo o lazer um apêndice do esporte. Nos grupos de pesquisa há uma inversão dessa questão, onde o esporte fica renegado a um segundo plano em relação ao lazer e a dimensão educacional, ao menos quantitativamente.

Outros dois grupos que não apareceram no levantamento inicial junto ao Diretório de Grupos do CNPQ, mas que estão lá cadastrados, possuem produção relevante sobre o assunto, e talvez por algum detalhe terminológico não apareceram na consulta, serão agora também expostos. O grupo GPL - Grupo de Pesquisas em Lazer, da Universidade Metodista de Piracicaba, coordenado pelo Prof. Dr. Nelson Carvalho Marcellino, destaca nas repercussões do grupo que,

Tem atuação destacada na área de Políticas Públicas de Esporte e Lazer, já tendo prestado assessoria a diversas Prefeituras, como Porto Alegre-RS,

Belém-PA, Caxias do Sul-RS, junto aos respectivos órgãos municipais responsáveis pelo Lazer e o Esporte, e ao Estado de Mato Grosso do Sul-FUNDESORTE. Atualmente tem vários de seus membros registrados como formadores do Programa Esporte e Lazer na cidade, da Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer, do ME. É sede de um Núcleo da rede CEDES, do Ministério do Esporte. Nesse sentido já fez pesquisas na Região Metropolitana de Campinas, Campinas, Morte Mor, Nova Odessa, Hortolândia, Sorocaba e na cidade de Piracicaba-SP<sup>50</sup>.

Possui uma linha específica de estudos das políticas públicas de esporte e lazer “Políticas públicas de esporte recreativo e do Lazer”, e tem em seu coordenador a maior referência em termos de número de publicações na área, tratando especialmente das políticas públicas de lazer.

O segundo grupo destacado é o Observatório de Políticas de Educação Física, Esporte e Lazer, da Unicamp, liderado pelo prof. Dr. Lino Castellani Filho.

O Grupo em apreço foi formalmente cadastrado junto a Unicamp em 1999, sob o nome de "Grupo de Estudo e Pesquisa de Políticas em Educação Física, Esporte e Lazer". Em 2006 é redimensionado ganhando a forma de "Observatório de Políticas" centrado nas questões concernentes às políticas de educação física, esporte e lazer, seja naquelas relativas aos modelos conceituais inerentes aos referidos campos como também àquelas associadas à dinâmica da Gestão das políticas, notadamente as de natureza pública, tanto na perspectiva de análise quanto na de intervenção<sup>51</sup>.

No grupo estão alguns pesquisadores de destaque na área, como seu coordenador, prof. Dr. Lino Castellani Filho; a prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Dulce Maria Filgueira de Almeida Suassuna, o prof. Dr. Edson Marcelo Húngaro, e o prof. Dr. Fernando Mascarenhas, todos atualmente atuando como docentes na UNB; o prof. Dr. Sávio Assis de Oliveira, atual coordenador do GTT de Políticas Públicas do CBCE; além da prof. Dr. Silvia Cristina Franco Amaral. Se levarmos em conta a relevância dos trabalhos para a área de políticas públicas de esporte e lazer, poderíamos dizer ser esse o principal grupo de pesquisa sobre o assunto no país, especialmente em função de seus membros, e seu interesse central de pesquisa na área.

Parte integrante dos grupos de pesquisa e agentes de extrema relevância no campo acadêmico são os pesquisadores. Para mapear os principais pesquisadores que se dedicam aos estudos das políticas públicas de esporte e lazer no Brasil, foram utilizados os procedimentos metodológicos adaptados de Reis (2009), no trabalho “*Novos atores em cena nos estudos do lazer no Brasil: possíveis diálogos a*

<sup>50</sup> <http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=16964098U2APUG>. Acesso em 22 de abril de 2010.

<sup>51</sup> <http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=0079409IRZ8KU1>. Acesso em 22 de abril de 2010.

*partir da teoria configuracional*'. O primeiro passo citado por Reis (2009) seria realizar o levantamento dos grupos de pesquisa listados no Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), a partir de algumas palavras-chave<sup>52</sup>. Um segundo passo seria destacar, dos membros que estão listados como pesquisadores nesses grupos, somente aqueles que são doutores. Através do acesso ao currículo da plataforma Lattes do CNPq de cada pesquisador, selecionar apenas aqueles que tinham publicações sobre as políticas públicas de esporte e lazer. O próximo passo seria classificar os pesquisadores a partir de uma pontuação obtida através da verificação das publicações listadas no item "Produções em C,T & A" do Sistema de Currículo Lattes de cada pesquisador. Esse tipo de procedimento fornece um mapeamento da posição dos agentes no subcampo, bem como uma visão de quem são os dominantes e quem são os dominados.

A pontuação está relacionada somente aos textos que foram publicados a partir do momento em que o autor já possuía título de doutor, garantindo em tese que os textos por ele produzidos possibilitassem uma discussão mais madura e consistente (REIS, 2009)<sup>53</sup>. A citada pontuação estará baseada no que foi definido pelo "Comitê de Assessoramento de Educação Física, Fonoaudiologia, Fisioterapia e Terapia Ocupacional" do CNPq<sup>54</sup>:

A pontuação atribuída aos estratos do Qualis Periódico da Área 21 na avaliação da produção científica do triênio 2007-2009 é a seguinte:

Estrato 7 (A1): 100 pontos;  
 Estrato 6 (A2): 80 pontos;  
 Estrato 5 (B1): 60 pontos;  
 Estrato 4 (B2): 40 pontos;  
 Estrato 3 (B3): 20 pontos;  
 Estrato 2 (B4): 10 pontos;  
 Estrato 1 (B5): 05 pontos;  
 Estrato 0 (c): sem pontuação.

Com relação aos periódicos, só foram pontuados os artigos publicados em periódicos classificados segundo os critérios definidos pelo programa Qualis Periódico da Capes<sup>55</sup> para a área de avaliação da Educação Física. No caso dos

<sup>52</sup> Nesse caso: políticas públicas, esporte, lazer.

<sup>53</sup> Apesar do título de doutor não garantir a qualidade na produção dos pesquisadores, entende-se que, objetivamente no campo, os porta-vozes autorizados e legítimos precisam das titulações e consagrações, representadas inclusive pela titulação de doutor.

<sup>54</sup> O documento base da área 21 da Capes foi produzido em 2009 e pode ser acessado no site: <http://qualis.capes.gov.br/webqualis/ConsultaCritério2008.faces>. Acesso em 19 de abril de 2010.

<sup>55</sup> Vale uma ressalva, no sentido que a lógica implementada, por mais paradoxal que pareça, vem contribuindo com a deterioração do conhecimento na área, sendo que os agentes que produzem no campo são levados a pesquisar eventualmente e publicar sistematicamente, quando o mais interessante deveria ser o contrário.

livros e capítulos de livro, como ainda não há uma definição clara dos critérios de avaliação (o chamado Qualis Livro) por parte da Capes, optou-se por atribuir, a cada capítulo de livro publicado o valor referente a uma publicação em periódico B3, e a cada livro produzido ou organizado o valor referente a uma publicação em periódico B1<sup>56</sup>.

A tabela 9 é uma síntese dos dados colhidos, ordenada pela pontuação obtida através da produção científica, e expressa numericamente o total de cada tipo de produção científica publicada por autor. Responde, dentro das restrições e limitações impostas pelo método de seleção de Reis (2009), quem são os autores atualmente vinculados a grupos de pesquisa que investigam sobre políticas públicas de esporte e lazer no Brasil.

TABELA 5 - PESQUISADORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER NO BRASIL

PESQUISADORES DOUTORES	ARTIGOS										LIVROS			Total	Pontos
	A1	A2	B1	B2	B3	B4	B5	C	NC	P	Org.	Cap.			
Nelson Carvalho Marcellino			2	1	2					3		11	14	33	1140
Fernando Marinho Mezzadri			2	1		3						1	6	13	370
Victor Andrade de Mello			1		2	3				2			6	14	250
Lino Castellani Filho										2	1	3	6	240	
Simone Rechia			1	1								5	7	200	
Silvia Cristina Franco Amaral			1	1		3						3	8	190	
Doralice Lange de Souza				1		1					1	3	6	170	
José Luiz Cirqueira Falcão								1			2	2	5	165	
Edson Marcelo Húngaro											1	5	6	160	
Fernando Renato Cavichioli			1			1					1	1	4	150	
Yara Maria de Carvalho				2						1		2	5	120	
Hélder Ferreira Isayama											2		2	120	
Valdelaine da Rosa Mendes				1		1						3	5	110	
Sérgio Luiz Carlos dos Santos						1					1	2	4	110	
Fernando Mascarenhas						4						3	7	100	
Silvio Ricardo da Silva				2		1							3	90	
Dulce Maria Filgueira de Almeida Suassuna										1	1	1	3	80	
Luiz Carlos Rigo			1									1	2	80	

<sup>56</sup> Seguindo o critério de Reis (2009), que atribuiu a cada livro publicado ou organizado a pontuação referente ao terceiro extrato de qualificação ("periódicos internacionais C" na época), referente hoje ao estrato 5 (B1), e a pontuação referente ao quinto extrato de qualificação ("periódicos nacionais B" na época), hoje referente ao estrato 3 (B3) para cada capítulo publicado.

Ana Márcia Silva						1						3	4	70
Edmundo de Drummond Alves Junior				1	1								2	60
Wanderley Marchi Júnior						2						2	4	60
Gisele Maria Schwartz			1										1	60
Luiz Fernando Camargo Veronez						1						2	3	50
Pierre Normando Gomes-da-Silva												1	1	20
Jose Pereira de Melo												1	1	20
Eliane Ribeiro Pardo												1	1	20
Luciana Marins Nogueira Peil												1	1	20
Humberto Luis de Deus Inácio												1	1	20
Angela Brêtas Gomes dos Santos												1	1	20
Christianne Luce Gomes												1	1	20
Fabio de Faria Peres												1	1	20
Liana Abrao Romera					1								1	20
Denise Aparecida Corrêa						1							1	10
Jorge Fernando Hermida Aveiro									2				2	0
Luciene Ferreira da Silva									2				2	0

NC: não classificado. P: publicado. Org.: organizado. Cap.: capítulo.

FONTE: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/busca.do>

Pode-se observar na tabela algumas questões relevantes. A primeira delas diz respeito à dificuldade de publicação em periódicos de estrato A1 e A2, sendo que nenhum dos pesquisadores publicou em periódicos com essa classificação. A vinculação da produção científica em livros e periódicos na área de políticas públicas de esporte e lazer é ainda incipiente em periódicos e livros de impacto, já que apenas quatro pesquisadores alcançaram pontuação acima dos 200 pontos. O número total de trabalhos também é reduzido.

O único pesquisador que destoa dos demais é Nelson Carvalho Marcellino, especialmente pelos livros e capítulos de livros publicados, alguns por várias edições. Dentre os autores mais bem pontuados, apenas Fernando Marinho Mezzadri, Silvia Cristina Franco Amaral e Lino Castellani Filho estudam centralmente as políticas públicas de esporte e lazer. Os demais estudam as políticas públicas como parte ou apêndice de outras questões, como os estudos de lazer de Marcellino e Melo, ou os espaços esportivos e de lazer no caso de Rechia.

O conjunto das informações dos grupos de pesquisa e dos principais pesquisadores constitui parte importante do mapeamento e exposição do subcampo científico/acadêmico das políticas públicas de esporte e lazer. Avançando um pouco mais, será apresentado na próxima sessão o resultado objetivado dos esforços acadêmicos dos pesquisadores no subcampo, ou seja, sua produção científica.

### 3.3.1 Produção científica sobre políticas públicas de esporte e lazer

Para analisar a produção materializada do subcampo científico/acadêmico das políticas públicas de esporte e lazer no Brasil, estabeleceu-se como recorte temporal o período de 2005 a 2009, compreendendo a produção do GTT de Políticas Públicas no Conbrace em suas 14<sup>a</sup>, 15<sup>a</sup> e 16<sup>a</sup> edições (2005, 2007 e 2009), artigos publicados na RBCE e na revista Movimento entre os anos de 2005 e 2009, teses e dissertações sobre políticas públicas de esporte e lazer defendidas dentro do período determinado.

#### 3.3.1.1 O GTT de Políticas Públicas no Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte

Criado em 1978, o Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE) é uma entidade científica que congrega pesquisadores ligados à área de Educação Física/Ciências do Esporte. Organizado em Secretarias Estaduais e Grupos de Trabalhos Temáticos (GTTs), liderados por uma Direção Nacional, possui representações em vários órgãos governamentais, é ligado à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), e está presente nas principais discussões relacionadas à área de conhecimento<sup>57</sup>. Constitui hoje uma das principais entidades científicas da área de educação física, esportes e lazer no Brasil, contando com 1234 associados (em 2007), distribuídos em vinte e seis estados do país.

O CBCE tem como principais atribuições: a representação da comunidade acadêmica em órgãos diversos, realização a cada dois anos do Conbrace, realização de congressos regionais e outros eventos científicos, participação com

---

<sup>57</sup> Informações disponíveis em <http://www.cbce.org.br/br/cbce/>. Acesso em 14 de agosto de 2009.



programação específica nas reuniões da SBPC, edição da RBCE, e edição de publicações diversas<sup>58</sup>.

Os GTTs no interior do CBCE são as instâncias organizativas responsáveis por constituírem pólos aglutinadores de pesquisadores com interesses comuns em temas específicos, pólos de reflexão, produção e difusão de conhecimento acerca do referido tema, e espaços sistematizadores do processo de produção de conhecimento com vistas à parametrização das ações políticas das instâncias executivas do CBCE. São dirigidos por um comitê científico formado por pesquisadores que sejam no mínimo mestres, dentre os quais um, necessariamente doutor, é eleito como coordenador. Estruturados a partir de uma coordenação nacional, estão vinculados à diretoria científica e são regulamentados pelo estatuto da entidade, bem como por um regimento próprio<sup>59</sup>.

No ano de 2009 estavam em funcionamento doze GTTs no Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte: Atividade Física e Saúde; Comunicação e Mídia; Corpo e Cultura; Epistemologia; Escola; Formação Profissional e Mundo do Trabalho; Memórias da Educação Física e Esporte; Movimentos Sociais; Políticas Públicas; Recreação e Lazer; Treinamento Esportivo; Inclusão e Diferença; envolvendo várias temáticas e discussões pertinentes às áreas de educação física, esporte e lazer.

O seu evento científico nacional, o Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte (Conbrace), realizado a cada dois anos, está entre os principais do país, reunindo em suas últimas edições (2007 e 2009), cerca de 5000 participantes. Realizado desde 1979, é estruturado a partir de atividades comuns (palestras, mesas, lançamento de livros), e atividades específicas dos GTTs do CBCE (a partir de 1997). A discussão mais focalizada, portanto, é realizada no interior dos GTTs, cuja programação abrange a maior parte do evento.

O GTT de Políticas Públicas, segundo sua ementa, abrange estudos dos processos de formulação, adoção e avaliação das políticas públicas de educação física, esporte e lazer. Estudos das concepções, princípios e metodologias de investigação adotadas na consecução de políticas públicas, voltados para a apreensão da produção de bens e serviços públicos relativos à educação física,

---

<sup>58</sup> Informações disponíveis em <http://www.cbce.org.br/br/cbce/>. Acesso em 14 de agosto de 2009.

<sup>59</sup> Informações disponíveis em <http://www.cbce.org.br/br/gtt/>. Acesso em 14 de agosto de 2009.

esporte e lazer<sup>60</sup>. Nascido junto com a própria estruturação dos GTTs no âmbito do CBCE, em 1997, por ocasião do Conbrace realizado em Goiânia – GO, o GTT de Políticas Públicas, onde em um primeiro momento prevaleceu o debate entorno das políticas de governo, com ênfase maior no cotejo de projetos – emprestando-lhe muitas das vezes sentido "panfletário" - do que propriamente na análise acadêmica de seus pressupostos teóricos, hoje está centrado nas questões mais atinentes ao campo das investigações científicas, observáveis nos distintos grupos que, vinculados a instituições de educação superior, buscam pensar a configuração das ações relacionadas à realidade brasileira em constante interlocução com esta sociedade científica<sup>61</sup>.

Dentro do recorte proposto para esse trabalho, o Conbrace, em sua 14ª edição, foi realizado na cidade de Porto Alegre, no período de 04 a 09 de setembro de 2005, nas instalações da Escola Superior de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, juntamente com o I Congresso Internacional de Ciências do Esporte. Foi uma realização do CBCE, com apoio da UFRGS, UFSC, Unicamp, Ministério da Educação, Ministério do Esporte, UNESCO Brasil, CNPq, CAPES, SESC e Fundação de Esporte e Lazer do Rio Grande do Sul.

No GTT de Políticas Públicas foram apresentados quatorze trabalhos, com pesquisadores representando oito instituições distintas, conforme o gráfico abaixo:

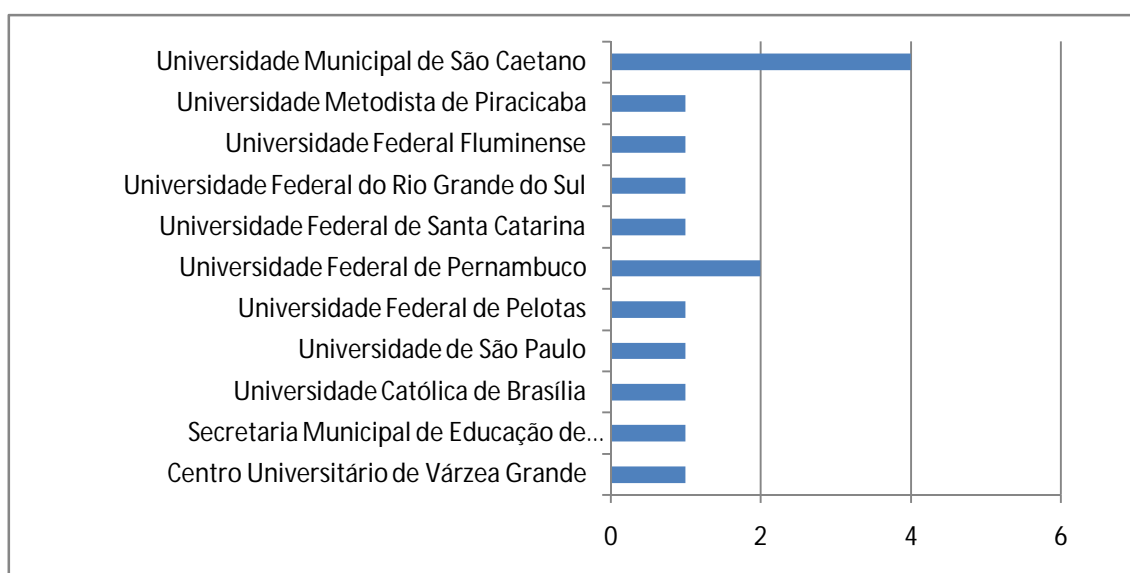


FIGURA 2 – INSTITUIÇÕES REPRESENTADAS NO XIV CONBRACE

<sup>60</sup> Ementa do GTT de Políticas Públicas do CBCE. Disponível em <http://www.cbce.org.br/br/gtt/politicas-publicas/> acesso em 14 de agosto de 2009.

<sup>61</sup> Histórico do GTT de Políticas Públicas do CBCE. Disponível em <http://www.cbce.org.br/br/gtt/historico.asp?id=10> acesso em 14 de agosto de 2009.

FONTE: ANAIS DO XIV CONBRACE

Vale ressaltar que um dos trabalhos contou com autores de instituições distintas. Dentre as IES representadas, a de maior destaque é a Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS), com quatro trabalhos. Em seguida a UFPE com dois trabalhos e as demais instituições com um trabalho cada. No caso da USCS, todos os autores dos trabalhos eram membros do Observatório de Políticas Sociais de Educação Física, Esporte e Lazer da Região do Grande ABC, e compartilham de referencial teórico semelhante. Os demais trabalhos são bastante distintos, com abordagens diferenciadas entre si e referenciais teóricos variados. Portanto, o exercício de aproximá-los e categorizá-los é algo extremamente dificultoso e até mesmo perigoso. De qualquer maneira, a fim de apresentar o conteúdo dos trabalhos, os mesmos foram classificados em grupos, a partir de características em comum. Citaremos apenas alguns deles, de forma a ilustrar os detentos grupos de trabalhos.

Os quatro trabalhos do Observatório de Políticas Sociais de Educação Física, Esporte e Lazer da Região do Grande ABC têm em comum o tratamento ao esporte e lazer como direitos sociais.

O artigo *“As transformações sociais recentes e as políticas sociais: pressupostos para se pensar o esporte e o lazer como direitos sociais na contemporaneidade”*, de Edson Marcelo Húngaro, professor da USCS, se propõe a apresentar uma revisão de literatura de um projeto maior, o próprio Observatório, que por sua vez pretende discutir “como têm sido o trato do Estado com os direitos ao esporte e ao lazer, mais especificamente, como as prefeituras da região do Grande ABC têm lidado com tais direitos?” (HÚNGARO, 2005, p. 02). O projeto contava, naquele momento, com o apoio da SNDEL do Ministério do Esporte<sup>62</sup>.

Dentro do escopo de alguns pressupostos teóricos preliminares, o trabalho apresenta um ponto de vista fundamentado em autores da linha marxista de análise (especialmente Hobsbawn), sobre as transformações sociais recentes, particularmente a partir da década de 1970. Essas transformações se referem ao

---

<sup>62</sup> Parece-nos que este apoio seria quase que um embrião da formação da Rede Cedex.

padrão de acumulação, as novas relações econômicas globais, a financeirização<sup>63</sup>, a revolução informacional<sup>64</sup> e a desterritorialização do capital<sup>65</sup>, entre outros.

Dentro da discussão da política, Estado e os direitos sociais, o autor aponta que,

[...] como já mencionamos os impactos das transformações recentes na estrutura social mundial, ou seja, já sinalizamos, no âmbito social, as principais mudanças ocorridas no mundo, agora, caberia nos determos nos impactos destas transformações nos chamados 'países periféricos', especialmente no Brasil (HÚNGARO, 2005, p. 08).

Para isso, se utiliza das contribuições de Vieira (1997), no tocante a análise das políticas e direitos sociais no Brasil, sem, contudo, haver um diálogo com o autor, e especialmente com a área de esporte e lazer.

Na conclusão do trabalho, o autor aponta que o tempo presente é um período de “caça” aos direitos sociais e esse passa a ser um problema fundamental a ser enfrentado por aqueles que almejam a superação da ordem burguesa – como é o caso dos pesquisadores que compõem o Observatório de Políticas Sociais do Grande ABC. Entendem esses pesquisadores que nas circunstâncias atuais, a luta pela manutenção e ampliação de direitos passa a ser uma luta revolucionária, pois enfrenta diretamente um dos pontos fundamentais do receituário neoliberal: o corte de gastos sociais. Verifica-se aqui uma postura engajada, com perspectiva de transformação por parte dos pesquisadores do grupo. Por outro lado, não há praticamente nenhuma referencia específica a área que pretendem estudar, educação física, esporte e lazer.

Já o trabalho “*Reflexões sobre o perfil do gestor de políticas sociais de lazer e esporte*”, do Prof. Ms. Wilson Luiz Lino de Sousa, professor de Educação Física e membro pesquisador do Observatório de Políticas Sociais da UCSC, teve como objetivo “apresentar algumas reflexões sobre o perfil do gestor de políticas sociais de lazer e esportes” (SOUSA, 2005, p. 01).

Para a consecução do objetivo proposto no trabalho, o autor realizou uma pesquisa de cunho bibliográfico, e que abordou os seguintes temas: políticas sociais, educação, lazer, esporte, administração e gestão, utilizando-se de uma análise

---

<sup>63</sup> Crescimento fantástico da especulação financeira em função do deslocamento do capital produtivo para o financeiro.

<sup>64</sup> Passagem da indústria eletromecânica para a eletrônica.

<sup>65</sup> Ele passa a não ter fronteiras, principalmente a partir da formação dos megablocos Transnacionais.

interpretativa. Antes disso, porém, o autor expôs a necessidade da apresentação da conjuntura social ampla:

[...] a compreensão da relação entre as políticas sociais e econômicas, a luz da “ideologia neoliberal”, apresenta-se como mediação necessária tanto para a compreensão da formulação e implementação das políticas sociais, quanto para o estabelecimento do perfil do seu quadro gestor (SOUSA, 2005, p. 02).

Grande parte do texto é então desenvolvido discutindo as condições sociais sob a égide do “receituário neoliberal”, utilizando-se das contribuições de uma série de autores de inspiração marxista. Passa rapidamente a falar sobre políticas sociais, e encaminha a próxima parte do texto refletindo sobre o perfil do gestor de políticas sociais de esporte e lazer.

Identificou-se que a busca dos referenciais na área de Administração de Empresas é recorrente entre os autores que abordam a temática. É no diálogo com autores dessa área de estudos que AZEVEDO e BARROS, 2004 e ZOUAIN e PIMENTA, 2005, entre outros, procuram identificar tanto o perfil do gestor, quanto às competências para a sua atuação profissional (SOUSA, 2005, p. 06).

Há uma crítica por parte do autor à literatura sobre este perfil do profissional:

É explícita a vinculação do perfil elaborado com a, criticada, mercantilização das manifestações culturais esportivas. Não obstante, o estudo aponta aspectos importantes e que devem ser considerados, quais sejam: a influência dos conceitos de gestão e teorias da administração na formação do gestor, a necessidade de sua formação continuada e sua vinculação à realização da missão da empresa [reafirmam aqui a busca do lucro como prioridade]. Nota-se, também, a completa despolitização da ação do profissional ao reduzir sua ação aos ditames do “mercado” (SOUSA, 2005, p. 07).

O autor faz um contraponto a partir de uma perspectiva marxista de análise, amparado nos escritos de Paro (2003). A conclusão do trabalho é de que o atual quadro social brasileiro demonstraria a necessidade da formulação e implementação de políticas sociais que estariam vinculadas a um projeto histórico de superação das desigualdades sociais, comprometido com a reversão do quadro de injustiça, exclusão e vulnerabilidade social ao qual se encontra submetida grande parcela da população.

Outro artigo que se aproxima dos trabalhos até então apresentados, especialmente pela opção teórico-metodológica de análise é o trabalho “*O governo Lula e sua política (neoliberal) para o esporte nacional: manutenção e/ou adaptação ao projeto dominante?*”, de Adriana Machado Penna, mestranda do programa de

pós-graduação em Educação da UFF. O mesmo teve como objetivo “apresentar a análise de documentos que revelam as doutrinas e orientações que têm balizado o Ministério do Esporte na elaboração das Políticas Públicas do Esporte Nacional” (PENNA, 2005, p. 02).

Para tanto, realiza a análise de dois documentos, um do Ministério do Esporte, relativo à Política Nacional de Esporte e outro da ONU, relacionando esporte, desenvolvimento e paz. Esse segundo documento estaria sendo utilizado como orientação para as ações do ME: “no que tange as políticas nacionais do esporte, o governo brasileiro vem pautando suas ações, baseando-se nas orientações de um documento produzido e divulgado pela ONU” (PENNA, 2005, p. 03).

Neste sentido, a autora debruça-se sobre o documento da ONU, e completa que,

[...] o que se percebe, em todo o conteúdo do documento, é um argumento de reforço permanente dos ideais da doutrina liberal e o constante fortalecimento de valores individualistas, marcantes nas relações humanas produzidas na atualidade. Apoiado nestes princípios o Relatório em questão alega que o esporte, por ser “uma ferramenta eficaz para a mobilização social”, é capaz de exercer influência sobre a saúde, reduzindo probabilidade de doenças, através da mobilização social. Além deste aspecto, o Relatório sinaliza para o potencial econômico significativo contido no esporte, afirmando ser este um importante setor para a geração de empregos (PENNA, 2005, p. 05).

O reflexo na política nacional do esporte seria inevitável, pois diante de tamanha adequação às políticas neoliberais que o país tem pautado suas políticas de incentivo ao esporte nacional e, sobretudo, ao esporte escolar e a educação física escolar.

Outros dois trabalhos apresentados no XIV Conbrace se aproximam pelo trato das relações entre o esporte e a educação física escolar. O trabalho de Sávio Assis de Oliveira, doutorando em Educação pela UFPE, “*Considerações sobre as políticas públicas de esporte escolar no Brasil do século XXI*”, apresenta algumas constatações preliminares de seu trabalho de doutoramento, relativo à análise das políticas públicas de esporte escolar formuladas pelo governo federal para implementação por estados e municípios, com ênfase nos programas “Esporte na Escola” e “Segundo Tempo”. Nelas se identifica o novo interesse pela escola como lugar de desenvolvimento de programas de formação esportiva e a repetição de um discurso legitimador da presença do esporte nesse espaço (OLIVEIRA, 2005).

O autor retoma historicamente a relação entre o esporte e a escola, destacando a constância e longevidade dessa relação, para posteriormente apresentar programas recentes do governo federal referentes ao esporte na escola, em especial os programas Esporte na Escola, Segundo Tempo, Bolsa-Atleta e Descoberta de Talentos Esportivos. Sugere o autor que estes programas estariam relacionados ao fracasso olímpico do Brasil na Olimpíada de 2000, que teria deflagrado ações do governo federal relativos ao esporte escolar, base para um suposto sucesso olímpico.

Na comparação entre os programas Esporte na Escola e Segundo Tempo, Oliveira (2005, p. 6), destaca que mesmo,

[...] oriundos de projetos políticos que se enfrentaram em embate eleitoral e se anunciaram diferentes um do outro, temos programas de esporte escolar que, aparentemente, assemelham-se e conformam uma linha de continuidade na atuação do Estado, por meio de uma política pública específica.

Essas semelhanças entre o programas estariam efetivadas na idéia de democratização do acesso à prática esportiva, agregando algumas “virtudes” ao esporte, como o combate às drogas e à violência, a formação integral, a prevenção de doenças, entre outras.

Verifica-se, dessa forma, que os programas “dialogam” com uma série de anseios, necessidades e carências expressas pela população ou em nome dela. Mas, é um diálogo recheado de falsas promessas, que repete um discurso fácil em que o esporte aparece como solução para todos os males, como portador de um valor em si, necessariamente bom (OLIVEIRA, 2005, p. 6).

Há críticas as atribuições “inerentes” ao esporte, como sua interface junto à saúde e à educação. A conclusão do trabalho é de que uma política educacional para o esporte escolar, com possíveis conseqüências até mesmo para o esporte de rendimento, poderia simplesmente dar condições à disciplina escolar Educação Física, com infra-estrutura, material didático e formação continuada, exigindo dela apenas que respeite o papel, as atribuições e a singularidade da escola.

O trabalho “*Dos documentos sobre o esporte da/na escola: um diálogo entre a proposta curricular de Santa Catarina e o Programa Estadual Esporte Escolar*”, de Juliano Silveira, mestrando em Educação Física pela UFSC, é resultado do trabalho de conclusão de curso de Educação Física do autor, sob orientação do professor Dr. Giovani de Lorenzi Pires. Pretende responder a seguinte questão: “Como o esporte

é tratado dentro do âmbito das políticas públicas educacionais no estado de Santa Catarina?” (SILVEIRA, 2005, p. 3).

Para tanto o autor inicia um debate acerca das manifestações do esporte na sociedade, com destaque aos fenômenos de mercantilização e espetacularização, buscando elementos para a discussão do esporte na e da escola. Apresenta as duas principais propostas para o esporte escolar no estado de Santa Catarina: uma delas voltada para as aulas de Educação Física escolar, a Proposta Curricular de Santa Catarina (PCSC), e a outra para o esporte fora das aulas de Educação Física, o Programa Estadual Esporte Escolar (PEEE). Metodologicamente o estudo foi conduzido através de uma pesquisa documental, sendo a análise dos documentos realizada a partir das categorias cultura escolar de esporte<sup>66</sup> e esporte e inclusão social<sup>67</sup>.

Segundo o autor, a PCSC trata o esporte como um conhecimento produzido por homens e mulheres ao longo da história, constituindo-se num direito de todos que passam pela escola, precisando assim, ser socializado. Por outro lado, o PEEE teria um caráter de competição, reprodução e formação de futuros consumidores do esporte.

De forma hipotética, aponta o autor, poder-se-ia pensar num professor de Educação Física com duas faces muito distintas: durante as aulas de Educação Física estaria comprometido com um trato com o conhecimento esporte, voltado para a sua reconstrução e a reapropriação crítica do mesmo. Num passe de mágica seria um professor envolvido pela falsa idéia da inclusão social através do esporte, voltando seus esforços para a formação de novos atletas e consumidores para o esporte (SILVEIRA, 2005).

Além dos dois artigos acima expostos, outros três se propõem a discutir a políticas para a educação física escolar. Um deles, o trabalho “*Avaliação de políticas públicas: analisando um programa de ação para a educação física escolar*”, de Ana Lúcia Felix dos Santos, doutoranda em Educação – UFPE, teve como objetivo discutir a avaliação das políticas públicas, apresentando o percurso metodológico percorrido durante o processo de análise da gênese e formulação de uma política

---

<sup>66</sup> Usando como referência as contribuições de Vago (1996) e Freitas (1995).

<sup>67</sup> Onde o autor critica o caráter utilitarista atribuído ao esporte e aponta a necessidade de inclusão no e para o esporte.



curricular para a educação física escolar, tendo como base o referencial analítico proposto por Azevedo (1997).

O texto inicia destacando a quantidade e relevância de trabalhos na área de Educação que se referem aos estudos das políticas públicas. Posteriormente apresenta uma conceituação de política pública, com base nas contribuições de Azevedo (1997) e Muller e Surel (2002). Em Azevedo (1997) destaca que a análise das políticas públicas deve estar articulada ao entendimento do projeto de sociedade que se pretende implantar, ou que está em curso, em cada momento histórico e em cada conjuntura. Em Muller e Surel (2002) discute o entendimento das políticas como um construto social e um construto de pesquisa (SANTOS, 2005).

O tema da avaliação de políticas públicas e suas especificidades é então abordado, para finalmente apresentar uma proposta analítica, apresentando como exemplo a pesquisa que a autora desenvolveu durante seu mestrado. Na exposição dos resultados da pesquisa, destaca-se o processo de análise da gênese e formulação de uma política curricular para Educação Física escolar, no município de Camaragibe – PE.

Um grupo de dois trabalhos, ambos de IES gaúchas, trata especialmente das políticas de esporte. O trabalho “*Diagnóstico dos estádios de futebol em Pelotas: uma relação com o Estatuto de Defesa do Torcedor*”, de Alan Goularte Knuth, Luciano Jahnecka e Ricardo Prestes Tavares, todos acadêmicos da Universidade Federal de Pelotas, foi um estudo elaborado na disciplina de Futebol I, tendo sido desenvolvido desde o segundo semestre de 2003, sob a orientação do Prof. Dr. Luiz Carlos Rigo.

Os autores se propõem a discutir alguns aspectos relacionados à “situação dos estádios de Pelotas, pólo de clubes, abordaremos características dos três clubes profissionais da cidade: Grêmio Esportivo Brasil, Esporte Clube Pelotas e Grêmio Atlético Farroupilha” (KNUTH; JAHNECKA; TAVARES, 2005, p. 02). Como metodologia do trabalho foi utilizada a pesquisa documental a lei 10671, conhecida como Estatuto de Defesa do Torcedor (EDT), o registro fotográfico dos estádios, a entrevista aos dirigentes dos clubes, experiências pessoais dos pesquisadores e outras fontes.

Há algumas colocações acerca da relação entre torcedor e os clubes, utilizando especialmente as contribuições de Toledo (1999; 2000), os clubes

propriamente ditos, e o EDT, onde os autores relatam alguns dos artigos da lei, relacionando com a realidade dos clubes e estádios da cidade de Pelotas.

Já o trabalho “*Jogos Intermunicipais do Rio Grande do Sul: uma análise do processo de mudanças ocorridas no período de 1999 a 2002*”, de autoria de Fernando Bruno Rieth, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciência do Movimento Humano da UFRGS, sob orientação do Prof. Dr. Marcos Paulo Stigger, pretendeu discutir as razões pelas quais o poder público decidiu interferir na trajetória desses jogos no período apresentado, e como essas mudanças repercutiram entre seus protagonistas.

Essa era uma pesquisa em andamento, na qual o autor apresenta parte do processo através do artigo. A primeira parte da pesquisa se preocupa em apresentar ao leitor as condições políticas e eleitorais nas quais emergiram uma nova gestão a frente do estado do Rio Grande do Sul, a partir do ano de 1999, através da eleição de Olívio Dutra, do PT, com apoio de outros partidos de esquerda. Na esteira dessa apresentação, localiza-se a política esportiva e de lazer do novo governo, que se mostrava favorável a mudanças efetivas na condução das políticas públicas desse setor. Para compreender a efetivação destas novas diretrizes, o autor debruça seu olhar sobre os Jogos Intermunicipais do Rio Grande do Sul (JIRGS).

A partir de uma análise documental, o autor buscou verificar as efetivas mudanças no desenvolvimento dos JIRGS, bem como compreender o posicionamento dos protagonistas dos Jogos, especialmente gestores municipais, estaduais e representantes das federações esportivas, frente às mudanças. Há um relato breve nesse sentido, mas que descreve algumas contradições, resistências e possibilidades de mudanças na operacionalização dos Jogos.

É apresentado então o referencial teórico de análise, a Teoria dos Campos de Pierre Bourdieu, e os próximos passos da pesquisa, com a entrevista dos gestores e representantes das federações, bem como a análise do material através do referencial teórico proposto.

Finalmente os outros dois trabalhos apresentados no XIV Conbrace trabalham na interface entre o esporte e o lazer. O texto “*A intervenção de políticas públicas municipais para a popularização da atividade físico-esportiva de aventura canoagem*”, de autoria de Denis Roberto Terezani e Nelson Carvalho Marcellino, ambos da Unimep, pretendeu “identificar fatores sócio-econômicos, políticos e

culturais que impedem a popularização da atividade físico-esportiva de aventura canoagem” (TEREZANI; MARCELLINO, 2005, p. 3184).

Para tanto, os autores apresentam como metodologia do trabalho a pesquisa documental, tendo como fontes a Confederação Brasileira de Canoagem, Federações Estaduais, Prefeitura Municipal de Piracicaba, Associação de Canoagem de Piracicaba e jornais da cidade. Na seqüência expõem que a pesquisa seria realizada a partir de um estudo de caso, do projeto Desporto de Base, da cidade de Piracicaba.

No decorrer do texto faz-se um apanhado histórico do desenvolvimento da canoagem no Brasil e do projeto estudado, invocando a Constituição Federal para justificar o esporte e o lazer como direito de todos, e finalmente usa-se de alguns pressupostos de um dos autores, Marcellino (2001), para apontar os encaminhamentos para o desenvolvimento de uma política efetiva de esporte e lazer.

Não fica claro no trabalho a dimensão empírica, dando a impressão que os resultados já estavam colocados a *priori*, a partir de outros estudos e apontamentos de Marcellino. O diferencial do trabalho em relação a outros do autor seria apenas a especificidade da canoagem, exemplificada a partir de uma experiência de sucesso, o projeto Desporto de Base.

Sinteticamente, pode-se afirmar que os trabalhos apresentados no XIV Conbrace tratam prioritariamente de políticas relacionadas à Educação Física e ao esporte. Há dificuldade em relacionar nos artigos as teorias com os dados empíricos. Muitas vezes esses são utilizados apenas para corroborar a postura inicial dos autores, pautada em determinadas teorias e ideologias. A crítica ao Estado neoliberal é recorrente. A dimensão política mais abordada é a normativa e conceitual. No que diz respeito aos aparatos teóricos verificou-se que o marxismo predomina. Porém, as iniciativas de utilização de outros referenciais, como Azevedo e Bourdieu, apontam outras possibilidades teórico-metodológicas na área.

Dois anos mais tarde, em 2007, durante a realização do XV Conbrace, na cidade de Recife – PE, no interior do GTT de Políticas Públicas, ficou nítido o avanço no número de produções acerca da temática, bem como na consistência das discussões apresentadas.

Foi apresentado um total de vinte e oito trabalhos naquela ocasião, além de uma mesa especial sobre a avaliação da produção do GTT<sup>68</sup> e uma conferência sobre história e fundamentos da política social. O aumento considerável de trabalhos no GTT de Políticas Públicas foi destacado por Molina Neto na Mesa I do evento (comum a todos), intitulada “*Pesquisa e desenvolvimento científico: divergência, desigualdade e diversidade na Educação Física*”. Não obstante, o professor levantou a necessidade de aprofundar a compreensão do por que deste aumento quantitativo, e se este aumento na quantidade de trabalhos vem acompanhado de uma melhora qualitativa nas análises.

Motivados pelas considerações de Molina Neto, durante a avaliação do GTT de Políticas Públicas no XV Conbrace, foi levantada a questão do aumento no número de trabalhos apresentados no GTT. Dentre os fatores apontados como possíveis causas ao aumento do quantitativo de trabalhos, estava a criação, pelo governo federal, através do Ministério do Esporte, da Rede Cedes.

De acordo com levantamento realizado junto aos Anais Eletrônicos do XV Conbrace, o GTT de Políticas Públicas teve vinte e oito trabalhos publicados. Destes, treze trabalhos, ou 46,5% do total de trabalhos do GTT, eram publicações fruto de apoio da Rede Cedes. Com relação aos grupos de pesquisa que faziam parte da Rede Cedes, estiveram representadas a Universidade Municipal de São Caetano do Sul (quatro trabalhos), Universidade Federal do Maranhão (três trabalhos), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Federal de Rio Grande, Universidade Federal do Paraná, Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Federal de Pelotas e Universidade Federal da Paraíba (um trabalho cada), conforme se pode constatar no gráfico número 3:

---

<sup>68</sup> Que desencadeou a produção do texto de Húngaro *et al* (2009).

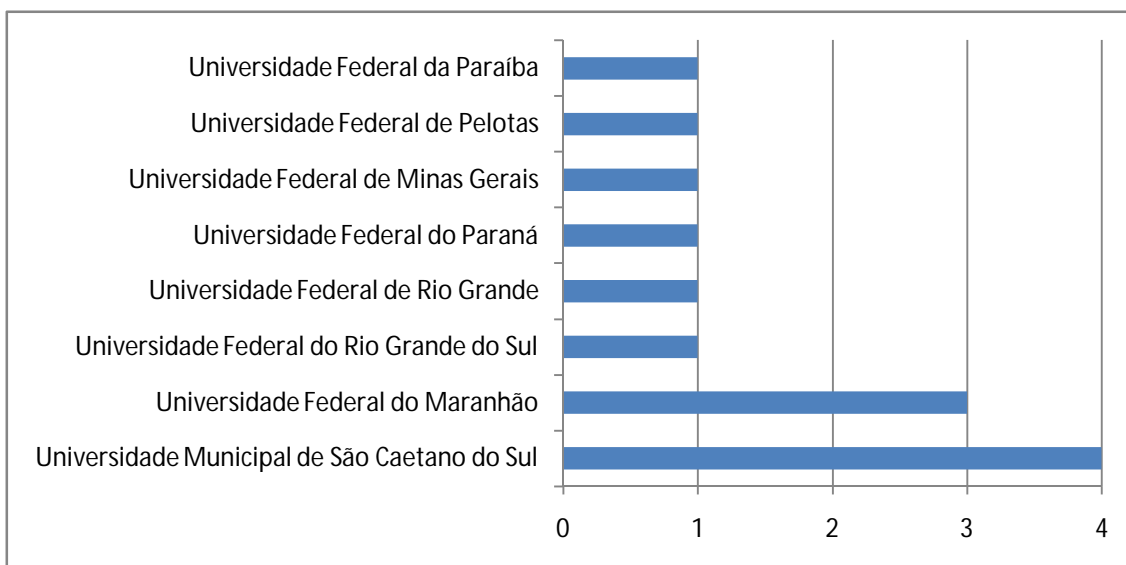


FIGURA 3 – GRUPOS DE PESQUISA REDE CEDES REPRESENTADOS NO XV CONBRACE  
 FONTE: ANAIS DO XV CONBRACE

Além disso, a ampliação do alcance dos programas de esporte e lazer do governo federal estaria estimulando a avaliação e o debate sobre a temática. Outros três trabalhos apresentados referiam-se a programas e ações do Ministério do Esporte. Ou seja, 57% dos trabalhos (dezesseis no total) do GTT de Políticas Públicas estiveram diretamente relacionados à atuação do Governo Federal, através de ações do Ministério do Esporte.

Portanto, quantitativamente pode-se afirmar que a atuação do Ministério do Esporte, principalmente através da Rede Cedes, fomentou o aumento das produções acerca da temática de políticas públicas de esporte e lazer no XV Conbrace.

Esse pode ser um fator positivo, haja vista que o governo vinha tendo, naquele momento, uma atuação que estimulava a produção no interior dos grupos de pesquisa sobre o tema. Porém, como nos chama atenção Arretche (2003, p. 08), “é possivelmente devido ao caráter ainda incipiente de um programa de pesquisa [...] que os temas de pesquisa na área têm estado tão fortemente subordinados à agenda política do país”.

Em relação às temáticas abordadas pelos trabalhos apresentados no XV Conbrace, buscou-se realizar uma categorização, visualizando aproximações temáticas entre os trabalhos. Vale ressaltar que todos os trabalhos foram lidos e categorizados. Porém, assim como no XIV Conbrace, optou-se pela exposição de alguns deles, que de alguma forma representam a produção científica desse evento.

A princípio foram publicados dois trabalhos que, aparentemente, não se aproximam da discussão sobre políticas públicas, tampouco à ementa do GTT de Políticas Públicas<sup>69</sup>.

O artigo “*O futebol profissional e a cidade de Goiânia: análise das articulações entre o desenvolvimento urbano e as torcidas organizadas*”, de autoria de Marcus Jary Nascimento e colaboradores da Universidade Estadual de Goiás e Universidade Católica de Goiás, apresenta um projeto em andamento que visava, através de uma pesquisa etnográfica, realizar “uma análise das relações entre o desenvolvimento urbano de Goiânia-GO e o padrão de sociabilidade das torcidas organizadas Esquadrão Vilanovense (do Vila Nova Futebol Clube) e Força Jovem (do Goiás Esporte Clube)” (NASCIMENTO, 2007, p. 01).

O trabalho em questão pouco se aproxima da temática das políticas públicas de esporte e lazer. Apenas em um breve trecho os autores citam que o problema da violência das torcidas é uma preocupação do poder público. Os autores relatam, a partir de parte da pesquisa empírica, formas de manifestações das torcidas organizadas, buscando aproximações com o contexto urbano da cidade de Goiânia.

O trabalho “*Agente de lazer: uma proposta de ressocialização e reeducação*”, de Wilson de Lima Brito Filho, professor da Faculdade Social da Bahia, apresenta o relato de um trabalho extencionista, através de atividades no âmbito do lazer realizadas no Complexo Penal Feminino, no município de Salvador.

O autor debate a questão das penas e das condições de vida impostas às transgressoras da lei, do direito constitucional ao lazer, e o trabalho realizado pelos acadêmicos da Faculdade Social da Bahia junto às detentas. Constitui um relato de experiência com pouco diálogo a literatura, especialmente no que diz respeito às políticas públicas de lazer.

Outro grupo de trabalhos, o mais numeroso, com sete trabalhos no total, apresenta a análise de programas federais de esporte e lazer, elegendo olhares particulares, como a percepção dos pais e dos alunos sobre os programas, a questão da formação continuada, a possibilidade de emancipação humana através dos programas, entre outros. Os programas analisados nos trabalhos foram o PST e o PELC, ambos do Ministério do Esporte, e o Programa Escola Aberta, realização de um conjunto de ministérios e organizações não-governamentais.

---

<sup>69</sup> O que corrobora a percepção de Amaral e Pereira (2009) sobre a dificuldade de pesquisadores e pareceristas em perceber os limites da subdisciplina.

O primeiro trabalho analisado, intitulado “*A formação continuada no programa esporte e lazer da cidade: emancipação o reprodução*”, refere-se a um debate sobre a questão da formação continuada dos agentes envolvidos no PELC, ação do Ministério do Esporte, especificamente no município de Santo André. Já no resumo do trabalho os autores deixam clara sua orientação teórica, assumindo uma crítica ao chamado neoliberalismo: “Trata-se de um estudo em andamento em que pretendemos verificar se o referido programa representa uma ação de resistência à ofensiva neoliberal de ataque aos direitos sociais” (HÚNGARO; MELO, 2007, p. 0).

No início da introdução, os autores também deixam clara a orientação do grupo de pesquisa de que fazem parte: “Em virtude de nossa vinculação ao Observatório de Políticas Sociais de Educação Física, Esporte e Lazer da região do Grande ABC, fomos estimulados a estudar os impactos da ofensiva neoliberal nas políticas sociais” (HÚNGARO; MELO, 2007, p. 0). O texto então se desenvolve dando ênfase a discussão das políticas sociais e sua relação com as políticas econômicas do Estado; a ofensiva neoliberal atingindo a dinâmica de intervenção do Estado através de políticas sociais; o papel da educação como política social; e, finalmente, a apresentação do PELC, enfatizando uma das ações propostas no programa, que é a de “[...] oferecer cursos de formação continuada a professores, estudantes e agentes sociais de esporte” (MANUAL DO PROGRAMA, 2005, p. 5 citado por HÚNGARO; MELO, 2007, p. 5).

Na conclusão os autores reafirmam que aquele é um trabalho em andamento, mas apontam que buscam na avaliação de programas sociais traços revolucionários e de emancipação humana. Nas referências do trabalho pode-se encontrar menção a obra de Marx, “Manifesto do Partido Comunista”.

Já o trabalho “*Projeto segundo tempo: configurando um modelo*”, de Bruno Duarte Moreira e colaboradores, todos da UFRGS, se propõe a discutir o PST dentro de um “contexto neoliberal de organização capitalista” na cidade do Rio Grande.

No início do texto os autores colocam que com o neoliberalismo “há uma reconfiguração do papel do Estado e o mercado passa a ser o regulador e definidor destas políticas, com o conseqüente descomprometimento do Estado, transferindo tais ações sociais para a sociedade civil” (MOREIRA *et al.*, 2007, p. 2). Uma das conseqüências é o surgimento de um terceiro setor, que passa a se responsabilizar por uma série de ações na área social, antes atribuições do Estado.

Conseqüência desse processo, segundo os autores, é que o esporte não é mais tratado como um direito social,

[...] mas sim como um serviço que poderá ser conseguido ou no mercado da atividade física em clubes, academias e escolinhas pagas, ou então contar com a 'solidariedade' de atletas, com a 'responsabilidade social' de grandes empresas ou ainda com a ação dos voluntários. Permuta-se direitos em troca de favores e assistência (MELO, 2005 citado por MOREIRA *et al.*, 2007, p. 4).

Passando à análise do programa em si, os autores citam alguns números e concluem:

[...] é possível constatar que o Programa Segundo Tempo em Rio Grande se enquadra no modelo neoliberal de políticas públicas em que o terceiro setor, no caso o SESC, cumpre um papel que deveria ser do Estado, ou seja, esse financia um programa que vem sendo executado por um órgão da sociedade civil, transferindo verba pública para o setor privado (MOREIRA *et al.*, 2007, p. 8).

O trabalho "*Políticas públicas de esporte e lazer: análise do programa de esporte e lazer da cidade*", de autoria de Daniele Rorato Sagrillo, Ecléa Vanessa Canei Baccin e Vilmar José Both, todos vinculados a UFSM, se propõem a fazer uma análise do PELC, a partir do par dialético objetivos/avaliação. Para tanto, parte de um referencial com base no materialismo histórico e dialético, trazendo a discussão de tempo de trabalho e tempo livre dos indivíduos.

A primeira parte do texto está voltada a discussão do tempo de trabalho e do tempo livre. Os autores partem da idéia que o conceito do trabalho é central para a compreensão das relações humanas. Utilizam-se de autores de orientação marxista (Mascarenhas, Antunes e Sader) para balizar sua discussão sobre as relações entre o tempo de trabalho e o tempo de lazer.

Na seqüência os autores partem para a análise do PELC como uma política pública voltada à garantia do lazer enquanto direito social. Abordam a discussão dos objetivos e formas de avaliação do projeto, sempre a partir de um viés marxista de análise, com base nas relações de trabalho e na divisão de classes.

Outro grupo de sete trabalhos apresenta a análise de políticas municipais de esporte e lazer, em diferentes contextos no Brasil. Assim como no grupo anterior, apresentaremos apenas alguns dos trabalhos a fim de exemplificar as temáticas e concepções teóricas adotadas.

O trabalho "*Políticas públicas de esporte e lazer em Paço do Lumiar-MA: avanços e limites*", do grupo da Rede Cedes da Universidade Federal do Maranhão,



coordenado pela Prof.<sup>a</sup> Silvana Martins de Araujo, apresenta parte dos resultados das pesquisas do grupo, que têm como objetivo,

[...] investigar a existência de políticas públicas de esporte e lazer nos municípios da microrregião da aglomeração urbana de São Luís, identificando de que forma vêm sendo operacionalizados os aspectos necessários para uma ação inclusiva, que os afirmem como direitos sociais (ARAÚJO, 2007a, p. 2).

Para isso apresentam dados referentes ao município pesquisado, e passam a relatar os depoimentos de gestores, parlamentares e da população acerca do esporte e lazer no município, bem como a análise de documentos referentes à temática. Expõe a importância do esporte e lazer na visão dos agentes pesquisados, obrigação legal do poder público na garantia do esporte e lazer, existência dos órgãos responsáveis por ações de esporte e lazer no município, política de capacitação, e finalmente, espaços específicos de esporte e lazer no município.

O trabalho “*Políticas públicas de lazer em Rio Grande*”, de Tatiana Teixeira Silveira e colaboradores do núcleo da Rede Cedes da Universidade Federal de Rio Grande, apresenta um debate acerca do lazer e das políticas públicas, apontando alguns encaminhamentos das pesquisas de campo, que estão sendo realizadas naquele município. Versa sobre a dimensão público e privada na sociedade atual, sobre a escassez de espaços públicos destinados ao lazer, e sobre algumas ações consideradas insuficientes, com um olhar restrito sobre o lazer.

Usam principalmente as contribuições de Marcellino para conceituar as manifestações do lazer, Linhales e Stigger para discutir as políticas e os espaços relacionados ao lazer. Utilizam um tom de crítica à estrutura social, decorrente da opção pelo capitalismo como modelo político e econômico, apresentando o grupo de pesquisa e a pesquisa em si como ferramentas que visam contribuir para mudanças nas políticas públicas de esporte e lazer no município de Rio Grande.

Um grupo de dois trabalhos aborda a questão do orçamento, um a nível municipal e outro a nível federal. Um deles, intitulado “*Das interfaces entre os ciclos político-eleitorais e os investimentos públicos em ações de esporte e lazer em Montes Claros (MG)*”, escrito por Leandro Batista Cordeiro, professor da Universidade Estadual de Montes Claros, se propõem a “evidenciar relações entre interesses político-partidários e a implementação de ações, de caráter comunitário, no âmbito do esporte e do lazer, no município de Montes Claros (MG)” (CORDEIRO, 2007, p. 1).

Na primeira parte do texto o autor se dedica a conceitualizar os termos “poder” e “controle social”, utilizando as contribuições de Giddens, Weber e Poulantzas, entre outros. Na seqüência tece algumas considerações sobre os ciclos políticos, utilizando como principal referência os trabalhos de Fialho (1996; 1999). Apresenta alguns fragmentos teóricos de autores que buscam aproximar e discutir a ação do Estado no âmbito do esporte e lazer sob o aspecto da dominação ideológica, populismo e assistencialismo.

Passando aos dados empíricos coletados, Cordeiro (2007) aponta, a partir de informações do orçamento do município de Montes Claros, que os anos eleitorais coincidem com anos de maior investimento da Secretaria Municipal de Esportes de Montes Claros. Evidencia também que os anos pós-eleitorais são marcados por decréscimo nos investimentos públicos em esporte e lazer. A partir de alguns depoimentos colhidos junto a população, o autor reafirma a impressão de que o investimento público em esporte e lazer está relacionado aos ciclos eleitorais, sem aprofundar na apresentação e discussão dos dados.

Outro grupo, também de dois trabalhos, objetiva realizar estudos comparativos entre aspectos das políticas públicas de esporte e lazer em países distintos. Aqui estão as primeiras iniciativas de estudos comparativos entre países distintos, uma das lacunas da pesquisas no subcampo apontada por Húngaro *et al.* (2009). O trabalho “*Políticas para o esporte de alto rendimento – estudo comparativo de alguns sistemas esportivos nacionais visando um contributo para o Brasil*”, de Raimundo Luiz Ferreira, brasileiro que realizava seu doutoramento na Universidade do Porto, em Portugal, apresenta um quadro comparativo dos sistemas esportivos nacionais voltados ao alto-rendimento de dez países, potências olímpicas (Alemanha, Austrália, Rússia, China, Estados Unidos e França), ou países ibero-americanos em desenvolvimento no âmbito esportivo (Brasil, Portugal, Cuba e Espanha).

Para tanto, estabelece cinco parâmetros de comparação entre os sistemas:

(1) a organização esportiva e a participação do estado, (2) a participação da ciência do esporte, (3) a participação do sistema educacional, (4) o sistema de apoios públicos e privados, e (5) as infra-estruturas e recursos materiais disponíveis (FERREIRA, 2007, p. 2).

Para cada um dos parâmetros, o autor classifica os países de acordo com o seu desenvolvimento, atribuindo conceitos como baixo, médio e alto. Ao final,

apresenta algumas sugestões para o maior desenvolvimento esportivo brasileiro no alto-rendimento.

Há também um conjunto de três artigos que abordam questões referentes aos gestores públicos de esporte e lazer, sua formação, entendimento do fenômeno esportivo, e reflexões sobre seu papel no interior do sistema esportivo brasileiro.

O trabalho “*A inclusão social presente nos discursos dos dirigentes municipais de esporte/lazer da grande-BH*”, de Tarcila Bretas Lopes e colaboradores do núcleo da Rede Cedes vinculado à UFMG, aborda as representações relativas à idéia de inclusão social presentes nos discursos dos dirigentes municipais de Esporte/Lazer da cidade de Belo Horizonte (BH) e região metropolitana. O trabalho é parte de um projeto maior que pretende identificar o perfil dos dirigentes municipais de Esporte/Lazer em treze municípios constituintes do entorno da metrópole Belo Horizonte.

Os autores usam inicialmente as contribuições teóricas de Richard Goma para contextualizar a questão da exclusão social na sociedade contemporânea. Na seqüência utilizam outros autores, como Escorel e Sposati para ampliar a discussão acerca da exclusão e relacioná-la a atuação do Estado através das políticas públicas. “Existe uma necessidade clara de adoção de políticas públicas capazes de minimizar as vulnerabilidades para evitar que o fenômeno da exclusão continue se consumando” (LOPES *et al.*, 2007, p. 3).

Na seqüência trazem uma breve discussão sobre o esporte e o lazer enquanto direitos sociais, e as características assumidas pelas políticas públicas setoriais dessas áreas. Finalmente, apresentam algumas passagens das entrevistas realizadas com os gestores municipais de esporte e lazer dos municípios da grande BH, buscando compreender o entendimento que os mesmos têm do esporte e lazer e da exclusão/inclusão social

Outros quatro trabalhos abordam questões que não foram possíveis de agrupar nos grupos acima expostos. Um deles pretendeu levantar a discussão sobre o crescimento do chamado terceiro setor no âmbito do esporte e lazer. Outro versa sobre a “construção dos direitos civis, políticos e sociais no Brasil até o início do neoliberalismo, e sua relação com a questão do direito ao lazer” (DAMASCENO; HÚNGARO, 2007, p. 1). Ambos os trabalhos vinculados ao núcleo da Rede Cedes da USCS.

O trabalho “*Os modelos de análise sociológica e a elaboração de políticas públicas: a necessidade de novos olhares para o esporte*”, de Isabel Cristina Martines, aluna do programa de mestrado em Educação Física da UFPR, apresenta um debate acerca de modelos interpretativos do esporte. Levanta a utilização da Teoria Crítica como paradigma predominante ao entendimento do esporte no Brasil, especialmente a partir da década de 1980. E coloca sua posição de questionamento a real contribuição desta teoria para se pensar o esporte, e conseqüentemente as políticas públicas de esporte.

O trabalho “*A produção do conhecimento em política pública para educação física, esporte e lazer: o GTT 10 em Pernambuco*”, de autoria de Ana Lúcia Felix dos Santos, Maria da Conceição A. Batista e Alexandre Viana Araújo, busca,

[...] realizar uma análise descritiva, através de um mapeamento e categorização da produção de conhecimento em Políticas Públicas, Educação Física, Esporte e Lazer divulgada nos eventos científicos organizados pela Secretaria Estadual do CBCE em Pernambuco (SECBCE/PE), tomando como referência os trabalhos apresentados no GTT Políticas Públicas (GTT 10) (SANTOS; BATISTA; ARAÚJO, 2007, p. 01).

O recorte temporal da pesquisa foi entre os anos de 2000 a 2006. Os autores buscaram, através dos eventos realizados em Pernambuco, mapear quais as temáticas tratadas e quem eram as instituições representadas nos trabalhos sobre políticas públicas de educação, esporte, lazer e educação física. Antes disso, contextualizaram a importância dos eventos para o campo da produção científica, justificando sua opção de análise.

A partir dos dados coletados, os autores afirmaram que um grande número de instituições, principalmente da região Nordeste do Brasil foram representadas por trabalhos referentes à temática proposta. Além disso, delimitaram três grupos em que se inserem as temáticas pesquisadas:

1. estudos que analisam e avaliam programas e projetos de educação física, esporte e lazer; 2. relatos de experiência de programas e projetos em educação física, esporte e lazer; 3. estudos sobre concepções e/ou teorias que embasam o campo da política pública para educação física, esporte e lazer (SANTOS; BATISTA; ARAÚJO, 2007, p. 06)

Dedicam-se então a apresentar traços gerais dos trabalhos analisados, concluindo que a avaliação de programas e projetos parece ser algo fortalecido também na área dos estudos sobre política para educação física, esporte e lazer. Afirmam também que o campo da investigação sobre o tema ainda está em busca

de respostas à questão: “em que sentido o Estado prioriza seus esforços e por que assim o faz?”, parafraseando Manhães (1986).

Enfim, como traço comum aos trabalhos apresentados no XV Conbrace, pode-se dizer que: 1) a maioria dos artigos é parte de trabalhos em andamento; 2) superada uma fase de relato de experiências de gestores na área, passamos a ter o predomínio de exposições empíricas, com procedimentos metodológicos bem delineados, mas que, porém, não apresentam um diálogo consistente com a literatura; 3) nos trabalhos que apresentam uma maior consistência teórica, os autores adotam uma postura de crítica ao neoliberalismo, entendendo que esse modelo, dado os interesses do capital, leva o Estado a intervir cada vez menos no âmbito social, repassando esta função a setores organizados da sociedade civil. Esta compreensão seria o ponto de partida à compreensão das ações públicas no âmbito do esporte e lazer. Nesses casos, fica clara a opção pelo entendimento da macro-estrutura econômica e social, a fim de compreender as ações no interior dos programas analisados, bem como suas funções e objetivos. Por conseguinte, a apresentação dos dados empíricos das pesquisas, bem como a contingência dos processos políticos fica em segundo plano.

No ano de 2009, entre os dias 20 e 25 de setembro, na cidade de Salvador – BA foi realizado o XVI Conbrace. Esse evento,

[...] na sua décima sexta edição e o Congresso Internacional de Ciências do Esporte (CONICE) na sua terceira experiência, objetivam a ampliar seu diálogo internacional na perspectiva de estabelecer parcerias e protocolos de cooperação no que diz respeito ao incentivo à realização de intercâmbios junto aos grupos de pesquisa, instituições e entidades científicas de forma a ampliar as bases da soberania nacional e da cooperação internacional<sup>70</sup>.

O tema central do congresso foi “Formação em Educação Física e Ciências do Esporte: políticas e cotidiano”. Sua programação contemplou mesas redondas, painéis, assembleias, fóruns, reuniões institucionais, além da programação dos GTTs. No GTT de Políticas Públicas, foram apresentados trinta e nove trabalhos, mostrando e corroborando o aumento da produção na área, conforme o gráfico abaixo:

---

<sup>70</sup> Disponível em <http://www.rbceonline.org.br/congressos/index.php/CONBRACE/XVI/schedConf/overview>. Acesso em 23 de março de 2010.

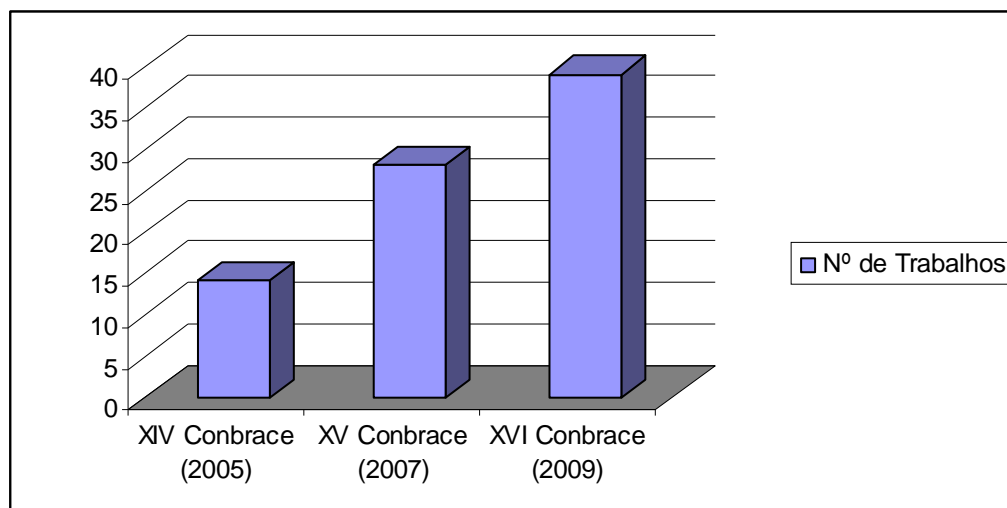


FIGURA 4 – NÚMERO DE TRABALHOS APRESENTADOS NO GTT DE POLÍTICAS PÚBLICAS NOS ÚLTIMOS CONBRACES

FONTE: ANAIS DO XIV, XV e XVI CONBRACE

O XIV Conbrace contou com 14 trabalhos no GTT de Políticas Públicas, o XV com 28 trabalhos, e o XVI com 39 trabalhos. Os dados referentes à filiação institucional dos autores, bem como apoios e financiamento dos trabalhos foram negligenciados nos anais do XVI Conbrace. Portanto, a análise fica limitada nesses aspectos. Não obstante, a análise estará relacionada especialmente ao conteúdo dos artigos.

Num primeiro esforço de categorização, relacionando a esfera de atuação do Estado, verificou-se que uma grande parte dos trabalhos (quinze) faz referência às políticas públicas de educação física, esporte e lazer no âmbito federal. Cinco trabalhos se referem às políticas estaduais, e outros onze trabalhos à esfera municipal de atuação do Estado. Cinco trabalhos dizem respeito a discussões teóricas, e três trabalhos relatam experiências de programas de extensão de universidades públicas.

Os temas políticas de esporte e políticas de lazer são os mais debatidos, normalmente em conjunto, mesmo havendo casos de tratamento exclusivo ao esporte ou ao lazer. As políticas para a Educação Física são menos discutidas, sendo tratadas apenas em três trabalhos apresentados.

Dos trabalhos que se debruçam sobre a atuação do governo federal, cinco deles tem como objeto de pesquisa o PELC. O artigo “*O programa esporte e lazer da cidade: a política de formação para o trabalho e o papel dos agentes sociais*”, de Dulce Maria Filgueira de Almeida Suassuna, professora doutora da UNB e

coordenadora da Rede Cedes/UnB, analisa a política de formação do PELC, a partir das categorias analíticas: formação e trabalho.

O ensaio está balizado pelo significado da política de formação para o trabalho presente no PELC, e pelo papel dos agentes sociais de esporte e lazer no âmbito da construção desse programa, bem como da Política Nacional de Esporte como um todo. A autora apresenta seu referencial teórico, que contempla várias e distintas abordagens. Os dados empíricos, por sua vez, foram recolhidos a partir de documentos do Ministério do Esporte e entrevistas a gestores do Ministério envolvidos com o PELC.

Parte do texto é dedicada à apresentação do programa, com destaque ao processo de formação profissional. A dimensão do trabalho na sociedade contemporânea é então debatida. A partir dessa discussão a autora querela como definir os agentes sociais no interior do PELC e do Sistema Nacional de Esporte e Lazer. Aponta que:

[...] o Sistema Nacional de Esporte e Lazer incorpora as atividades desenvolvidas por esses sujeitos sociais junto às suas comunidades como práticas relevantes para o desenvolvimento do esporte e lazer, com o propósito de permitir maior acessibilidade às populações de locais em que, inclusive pela distância geográfica, não se fazem presentes profissionais da Educação Física, isto é, profissionais com titulação superior em Educação Física (SUASSUNA, 2009, p. 09).

O texto é concluído resgatando algumas questões discutidas, mas não trás respostas às perguntas estabelecidas: o significado da política de formação para o trabalho presente no PELC, e qual o papel dos agentes sociais de esporte e lazer no âmbito da construção desse programa, bem como na Política Nacional de Esporte.

O artigo "*Análise da formação profissional no programa esporte e lazer da cidade (PELC): o olhar dos agentes sociais*", de Andréa Nascimento Ewerton e Hélder Isayama Ferreira, da UFMG, também tem como objeto a formação profissional dos agentes sociais do PELC.

A autora primeira do artigo, mestranda da UFMG, busca na primeira parte do texto destacar sua trajetória profissional e acadêmica. Vale ressaltar em sua pessoa o gestor que busca a formação acadêmica em nível de pós-graduação, e que representa o trânsito de agentes entre o campo político/burocrático e o campo científico/acadêmico.

O texto se desenvolve abordando questões referentes ao Estado, sua responsabilidade social, e a efetivação das políticas públicas, referenciando vários

autores da Ciência Política. No trato ao esporte e ao lazer por parte do Estado, destaca os marcos legais e a ampliação das políticas nessa área, especialmente a partir da década de 1990. Refletindo sobre a formação profissional para a área de esporte e lazer, utiliza-se especialmente das contribuições de Marcellino.

Avançando na direção de seu objeto, os autores apresentam o PELC, destacando seus objetivos, metas, e a diversidade de agentes envolvidos. A formação, nesse sentido se apresenta como um pilar fundamental do programa:

Em 2007, foi instituído o Sistema de Formação dos agentes sociais do PELC apontando este como resultado de quatro anos de experiência da SNDEL no desenvolvimento da ação de formação de agentes, abordando os conteúdos e as estratégias metodológicas necessárias para formação dos agentes sociais de esporte e lazer. O referido sistema apresenta para SNDEL o desafio de consolidar a formação como um pilar importante na estruturação do Programa enquanto política de Estado (EWERTON e FERREIRA, 2009, p. 9).

O sistema de formação do PELC é constituído de três módulos, efetivados em três fases de formação dos agentes. A intenção dos autores é aprofundar no entendimento desse processo de formação, buscando contribuir com a discussão que vem se efetivando acerca da temática. A última parte do texto é dedicada à explicitação dos procedimentos metodológicos da pesquisa que se desenvolveria. Trata-se, portanto de um trabalho de mestrado em andamento.

O trabalho “*O PELC em São Gonçalo: uma proposta de lazer no CRIAM vivenciada numa perspectiva da diversidade dos interesses culturais*”, de Edson Farret da Costa Júnior, teve como objetivo,

[...] exemplificar uma ação pedagógica crítico-reflexiva tendo o esporte recreativo e de lazer como proposta política que seja não excludente e que proporcione a jovens, em medidas sócio-educativas, práticas de lazer contribuindo para o seu desenvolvimento integral (COSTA JÚNIOR, 2009, p. 1).

O autor debate brevemente o lazer como direito social no Brasil, os interesses culturais do lazer, utilizando a classificação de Dumazedier, o PELC, e finalmente a parceria entre o programa e o Centro de Integração Social e Cultural – CISC, do município de São Gonçalo – RJ. Nesta parceria, o destaque se dá a um sub-núcleo do PELC junto a um CRIAM (Centro de Recursos Integrados de Atendimento ao Menor), que são unidades de execução de medida sócio-educativa de semiliberdade, para atendimento a adolescentes encaminhados através do Juizado da Infância e da Juventude.



O relato se concentra em uma experiência de vivência de atividades de lazer, onde os alunos do CRIAM foram levados a experienciar múltiplas possibilidades de lazer, através de uma saída monitorada pelos agentes do PELC. O artigo é concluído refletindo sobre a importância do duplo caráter educativo para e pelo lazer. O trabalho foi apresentado em forma de pôster, constitui um relato de experiência, que dialoga com alguns referenciais, especialmente da área do lazer.

O trabalho “*Controle social na perspectiva do Programa Esporte e Lazer da Cidade*”, de Roberto Lião Junior, Juarez Oliveira Sampaio e Daniel Cantanhede Behmoiras, apresenta uma discussão sobre o conceito de “Controle Social” do PELC durante a primeira gestão do governo Lula (2003/2006).

Ao apresentar o PELC, os autores destacam a dimensão da intervenção e da produção de conhecimento:

Ao articular em seu conjunto, uma vertente que enfatiza as ações do projeto social e outra, as do desenvolvimento científico e tecnológico do esporte e do lazer, fortalece uma lógica que não dissocia a intervenção do conhecimento, influenciando-se reciprocamente em graus ampliados de complexidade (LIÃO JÚNIOR; SAMPAIO; BEHMOIRAS, 2009, p. 03).

Os autores defendem o programa como uma alternativa a uma cultura patrimonialista, particularista e privatista, presente nas políticas públicas de esporte e lazer, especialmente na década de 1990. Ao falar sobre o controle social, os referenciais são de inspiração marxista, destacando o caráter democrático do controle social. Na menção ao esporte e lazer, e especialmente ao PELC, os autores tratam de criticar a composição do CNE e destacar as potencialidades do PELC enquanto programa social.

Já o trabalho “*As políticas públicas de lazer na mediação entre estado e sociedade: possibilidades e limitações*”, de Keni Tatiana Vazzoler Areias e colaboradores da Rede Cedes, núcleo da UFES, buscou avaliar o PELC, a partir da sua eficiência, eficácia e efetividade social (BELLONI *et al.*, 2003, citado por AREIAS *et al.*, 2009), utilizando como indicador um dos elementos apresentados por Marcellino (2001): a concepção que os gestores têm de lazer.

A conceitualização dos termos política, políticas públicas e Estado percorre uma série de autores de origens epistemológicas e teóricas distintas, como Weber, Marx, Rousseau e Bobbio. Faz-se um relato histórico do lazer no Brasil, desde a década de 1940, com a criação de instituições como o Sesi e o Sesc, até as políticas

neoliberais da década de 1990. Seus principais interlocutores nesse sentido são Veronez, Marcellino e Mascarenhas.

Na pesquisa empírica, destaca-se a análise documental de documentos do PELC, e entrevistas a gestores e agentes responsáveis pelos núcleos do PELC na cidade de Vitória – ES. Buscou-se, nesse sentido, verificar qual o conceito de lazer, Estado e políticas públicas contidos nos documentos e na fala dos entrevistados.

O entendimento de Estado nos documentos contempla uma sociedade desigual e dividida, que clama ao Estado intervenção àqueles que mais precisam. Políticas públicas aparecem como a atuação do Estado para determinado fim. E o conceito de lazer apresentado pelos agentes entrevistados esteve em consonância com as diretrizes do PELC.

Por outro lado, os autores chamam atenção ao fato de inúmeros outros fatores, além da questão conceitual, que contribuem à efetiva intervenção de uma política pública de lazer. Tomando uma perspectiva marxista, criticam a atuação do Estado, que prevê a manutenção da ordem social, incoerente com o lazer que se diz transformador. Nesse sentido apontam que,

[...] não é viável o êxito de um Programa como o PELC que tem em seu objetivo a promoção de um Lazer como veículo de transformação social, se toda a lógica do Estado caminha na contramão disso. Enquanto nas outras áreas se presencia a falta de investimento em condições mínimas para a sobrevivência humana e políticas predominantemente assistencialistas, vemos como um contra-senso o Lazer, tal como produto desta cultura, promover de modo homogêneo a todos o efeito inverso (AREIAS *et al.*, 2009, p. 11).

E por fim, ressalta-se que a idéia de transformação da condição de vida das pessoas passa primeiramente pela transformação da estrutura sobre a qual essas pessoas condicionam suas vidas e por ela são condicionadas, ou seja, pela superação do capital. Aponta para a efetividade do PELC no que diz respeito ao conceito de lazer que circula desde sua concepção até sua efetivação, fruto aparente do processo de capacitação do programa. Por outro lado, apontam que o lazer por si, e um programa nessa área, como o PELC, não dão conta das injustiças sociais, o que passa por mudanças macro-estruturais na sociedade.

Há ainda um trabalho referente à SNDEL, “*Notas sobre trabalho e tempo livre: implicações para as políticas sociais de lazer*”, de Luciano Galvão Damasceno, professor da USCS e membro do Observatório do Esporte da Unicamp, que objetivou apontar elementos da relação entre trabalho e tempo livre, essenciais para

se pensar políticas sociais de lazer. Discute-se especialmente o processo de reestruturação produtiva do capital e o avanço das reformas neoliberais no mundo e no Brasil, a partir de uma perspectiva marxista de análise.

Na discussão do tempo livre, entende o autor que no capitalismo só existe um tempo, o tempo de trabalho explorável, que se desdobra em tempo de trabalho necessário e tempo de trabalho excedente. Isso abriria espaço para fenômenos no tempo livre como o mercolazer apontado por Mascarenhas. Para ele, “um dos caminhos é a luta por políticas sociais de lazer, visto que na atual conjuntura os direitos sociais têm sido severamente atacados” (DAMASCENO, 2009, p. 09). A atuação da SNDEL do Ministério do Esporte poderia representar possibilidades de resistência, busca da emancipação humana, e participação, entre outros. Por fim,

O horizonte estratégico é a luta pelo socialismo, em que o planejamento do uso do tempo social seja abrangente, voltado para a produção do que é necessário (levando em conta os dias de hoje!) e a criação cada vez maior de *tempo livre*, para que o *reino da liberdade* se concretize, mas não um reino das vontades individuais, e sim, da exploração positiva da genericidade humana (DAMASCENO, 2009, p. 11, grifos do autor).

O texto trata de questões macro-estruturais que impactam nas políticas de lazer, tratados sob uma ótica marxista de análise, que busca a superação do capitalismo e a luta pelo socialismo, com poucas referências a política de lazer e a SNDEL.

Outro trabalho de orientação teórica marxista, mas que trata de outro programa federal para o esporte e lazer, o PST, é o artigo “*A política cultural do governo Lula: necessidade de superação para além do segundo tempo*”, de Ana Lúcia Sousa Pinto, João Renato Nunes e Roseane Soares de Almeida. Esse é parte da monografia defendida no II curso de especialização em metodologia do ensino e da pesquisa em educação física, esporte e lazer da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia. O foco da discussão está na relação entre a escola e o projeto de cultura, através da análise do PST.

Tomamos como problemática significativa, a ser compreendida e analisada, a situação atual da escola pública de não responder as necessidades da classe trabalhadora e dentro dela a educação física, enquanto componente curricular, não consolidar uma formação omnilateral e também não contribuir para a construção de uma nova cultura que supere o capital (PINTO; NUNES; ALMEIDA, 2009, p. 01).

A discussão é encaminhada a partir da perspectiva do materialismo histórico e dialético, discutindo o conceito de cultura, trabalho, política de cultura e formação. Há também especial atenção a crítica às políticas neoliberais.

Os autores traçam duras e contundentes críticas ao PST, a partir da análise de alguns documentos, a saber: Manual, diretrizes gerais do programa Segundo Tempo, e textos que fazem parte do material pedagógico de orientação do programa. A partir do objetivo do PST, os autores apontam que,

O programa reafirma a posição idealista/alienadora de que o esporte “salva o mundo”, que através da prática esportiva pode-se haver a cura de todos os males sociais. Cria-se mais uma ilusão no imaginário dos jovens que pensam em através do esporte mudar de vida (PINTO; NUNES; ALMEIDA, 2009, p. 05).

Ao analisar o conteúdo de alguns textos do material didático, traçam uma série de críticas, como,

[...] ideal ilusório que o Ministério do Esporte está propagando na justificativa de implementação dos programas e projetos, argumentos frágeis e levianos. O esporte não pode mudar a estrutura social, é preciso modificar o modo de produzir a vida, e para isso é necessário superar qualitativamente a sociedade capitalista (PINTO; NUNES; ALMEIDA, 2009, p. 06).

Apontam falhas ainda em relação à dicotomia entre teoria e prática, orientação epistemológica do PST e proposta pedagógica do programa. Por fim, em relação ao PST, acreditam que,

Os jovens, crianças e adolescentes estão sendo iludidos, jogados numa constante alienação e sendo utilizados como massa de manobra política, onde cada centavo investido nos programas social do atual governo trará resultados nas urnas durante a eleição do próximo governo brasileiro (PINTO, NUNES, ALMEIDA, 2009, p. 09).

Outros dois trabalhos apresentados no XVI Conbrace debatem centralmente o PST. Um deles, “*Políticas sociais esportivas: uma análise da gestão do Programa Segundo Tempo e alguns de seus reflexos no Distrito Federal*”, de Pedro Fernando A. Athayde e Fernando Mascarenhas, busca investigar a gestão do PST no Distrito Federal (DF) no primeiro mandato do presidente Lula (2003-06). Este artigo é fruto de pesquisa realizada junto ao programa de pós-graduação da Faculdade de Educação Física da UNB, ligada à linha de pesquisa “Esporte e Educação Física Escolar”.

O foco está na forma de gestão do PST no DF, buscando problematizar os avanços e limites do programa, observando aspectos referentes à fragmentação e descontinuidade das políticas públicas, a gestão democrática e participativa, a descentralização administrativa e a desresponsabilização estatal.

A pesquisa empírica foi construída a partir de documentos, e entrevistas a gestores do programa, atuantes no ME e nos núcleos do programa. O trabalho ressalta que o DF foi um dos entes da federação que mais receberam recursos do PST na primeira gestão do governo Lula, sugerindo que isso poderia estar relacionado às pretensões políticas do então Ministro do Esporte, aspirante ao governo distrital ou vaga de senador pelo DF<sup>71</sup>.

A próxima parte do texto apresenta dados quantitativos de convênios no DF e trechos de entrevistas que evidenciam a descontinuidade nas ações do PST, a prioridade de convênios junto a instituições privadas, e a presença do critério político quando da celebração dos convênios. A participação e democratização das políticas públicas, princípios do PST, são debatidas a partir do diálogo com a literatura e percepções sobre a implantação do programa. São destacados princípios do programa que tem dificuldade de se efetivar, lados positivo e negativo da descentralização e parcerias com entidades privadas.

Concluem os autores que o PST se propõe um programa sócio-esportivo respaldado por uma nova forma de gestão, caracterizada por um modelo democrático de ação descentralizada, que possibilite a participação popular e o controle social. No entanto, ao confrontarem as proposições do programas com as contradições internas de seus documentos oficiais e com as entrevistas dos atores presentes em seu desenvolvimento, verificou-se que as asserções realizadas pelo ME apresentam limites para consubstanciação de sua materialidade (ATHAYDE; MASCARENHAS, 2009).

Há ainda seis trabalhos que debatem questões distintas quanto a atuação do governo federal no que tange as políticas de esporte e lazer. O trabalho “*As conferências nacionais do esporte: avanços e limites na construção das políticas de esporte e lazer*”, de Alessandra Matos Terra e colaboradores da UFG, realiza “uma análise dos aspectos técnicos, éticos e políticos acerca do processo de realização das Conferências Nacionais do Esporte, buscando estudar as contradições e

---

<sup>71</sup> Assim como apontaram Athayde; Mascarenhas (2009), em 2010 o ex-Ministro Agnelo Queiroz disputou o governo do Distrito Federal e venceu o pleito.

tensões na realização das mesmas” (TERRA *et al.*, 2009, p. 01). Antes do debate das conferências, os autores apresentam o entendimento acerca do que é democracia, participação social, controle social, gestão participativa, quantidade e qualidade nas políticas, público e privado, porém de forma superficial.

O texto então se encaminha para discutir a configuração das Conferências, e os processos de democracia, participação social e controle social no interior das mesmas, apontando fragilidades e tecendo críticas aos documentos produzidos nas conferências.

Ao serem analisadas as Conferências Nacionais do Esporte, conclui-se que o discurso oficial da 1ª Conferência enfatizou a responsabilidade do Estado em garantir tais direitos e a questão da inclusão social por meio de uma universalização do acesso com qualidade social. Essa ênfase vai perdendo terreno na 2ª Conferência, se tornando mais branda até ser abandonada e substituída por sugestões de parcerias com o âmbito privado, sendo que essas parcerias fatalmente caminham em via contrária à universalização, priorizando o esporte de rendimento que é o que gera mais lucro (TERRA *et al.*, 2009, p. 07).

O foco na parte final do trabalho está na materialização das parcerias público-privada no esporte e lazer, surgidas na 1ª Conferência e consolidadas na 2ª, e a “intenção de firmar um discurso que relacione o esporte ao desenvolvimento econômico do país, através da circulação de mercadorias relacionadas ao esporte e da promoção de eventos esportivos” (TERRA *et al.*, 2009, p. 08). Há ênfase, portanto, no esporte de rendimento e espetáculo.

Já o trabalho “*As interferências do estado brasileiro no futebol e o estatuto do torcedor*”, de Fernando Marinho Mezzadri, Saulo Esteves de Camargo Prestes e Leôncio José de Almeida Reis, trata das possíveis interferências históricas do Estado brasileiro na estrutura do futebol e a incorporação do EDT no interior da sociedade. É uma pesquisa que integra o Observatório do Torcedor da Rede Cedes, núcleo UFPR.

O artigo faz um resgate histórico da intervenção do Estado brasileiro no esporte, especialmente no futebol. Trata desde as primeiras regulamentações do esporte na década de 1940 até as mais recentes, do início desse século. É um apanhado abrangente, mas que apresenta várias lacunas, apesar do esforço dos autores em relacionar o aparato legal às mudanças sociais em curso.

É destacado então o período mais recente de desenvolvimento do futebol no Brasil, a partir da década de 1980, com ênfase a espetacularização e a

mercantilização desse esporte. Nesse sentido, e relacionando a presença do Estado:

Durante anos o Estado tornou-se uma das principais instituições de divulgação, de força e controle do futebol. Em função disso, estabelecer o equilíbrio entre o poder público e o setor privado se tornou um dos desafios na atualidade. A espetacularização é, então, pelo que se pode entender, um divisor de águas na disputa pelo domínio do campo esportivo. E com o aumento da estrutura do espetáculo esportivo no âmbito mundial, parece que o Estado não é mais o grande centralizador das atividades, deixando para a iniciativa privada o domínio da organização esportiva (MEZZADRI; PRESTES; REIS, 2009, p. 09).

Por outro lado, legislações recentes como a Lei Pelé e o EDT, segundo os autores, caracterizariam a interferência do Estado brasileiro no espetáculo esportivo do futebol. O EDT é brevemente apresentado, assim como o Observatório do Torcedor.

Passando aos dados coletados pelo núcleo da Rede Cedes UFPR em estádios da capital do estado do Paraná, constatou-se que grande parte dos torcedores não conhece o EDT, assim como a figura do ouvidor nos estádios, e que a maioria se sente seguro no estádio e ao se deslocar até ele. Os autores apontam que esta suposta segurança poderia estar relacionada à falta de conhecimento dos torcedores das responsabilidades em termos de segurança exigidos no EDT. Porém, entende-se que a percepção de segurança não diz respeito ao conhecimento da Lei, mas sim de um sentimento pessoal de segurança, que independe do conhecimento do EDT. Como conclusão do trabalho:

Ao verificar o resultado da pesquisa consideramos que a participação do Estado e a legislação em si não mudam diretamente estrutura do futebol no país. É preciso uma gama de outros fatores para proporcionar uma transformação consistente na sua organização. Assim, principalmente a participação dos indivíduos nesta composição é fundamental para uma nova estrutura do campo esportivo (MEZZADRI, PRESTES; REIS, 2009, p. 14).

O trabalho trás algumas reflexões importantes sobre a relação entre Estado e sociedade, utiliza do referencial de Pierre Bourdieu para discutir a mercantilização e espetacularização do esporte. Parece promissora a possibilidade de investigar como uma regulamentação repercute no desenvolvimento do esporte e suporte ao torcedor, quais as políticas públicas que se promovem a partir da legislação, e a preocupação em avaliar o impacto das mudanças através de uma ação específica, o Estatuto do Torcedor.

Outro grupo de cinco trabalhos debateu questões referentes a atuação dos governos estaduais no esporte e lazer. Dois deles são apenas projetos de pesquisa apresentados, enquanto os demais são pesquisas concluídas ou mais consolidadas. O trabalho “*A esportivização das políticas públicas: análise das ações/projetos estaduais contemporâneos de esporte e lazer das regiões Norte e Nordeste*”, de Marcela Silva Alves de Moraes e Vanessa Andrade Gomes, graduandas em Educação Física e pesquisadoras do Grupo MEL (Mídia, Memória, Educação e Lazer) da UFBA, participantes da REDEL.BR (Rede de Desenvolvimento de Políticas Públicas de Esporte e Lazer do Brasil), pesquisa nacional integrante da Rede Cedes, busca realizar uma análise das ações e projetos dos estados das regiões Norte e Nordeste do Brasil, problematizando se estão voltadas a constituição do esporte e lazer como direitos sociais ou a esportivização das políticas públicas.

Inicialmente, e de forma breve, as autoras falam sobre políticas públicas, direitos sociais, esporte e lazer. Na análise das ações e projetos, através de um levantamento em sítios virtuais das secretarias ou órgãos máximos estaduais de esporte e lazer, levantou-se os objetivos dos programas, observando-se que,

[...] as políticas públicas têm um caráter assistencialista, correspondendo a uma estratégia de manutenção das desigualdades sociais, e se caracterizam com eventos pontuais como preenchimento do tempo ocioso, utilizado como paliativo e como possível justificativa para a inclusão social, reforçando os valores do individualismo e exclusão para a maioria da população (MORAES; GOMES, 2009, p. 04).

Travando um debate com o caráter assistencialista das políticas apontadas por Linhales, concluiu-se que,

As ações/projetos governamentais do Norte e Nordeste sofrem o processo de esportivização, que delimita o Esporte de cunho competitivo elevado como principal prática corporal e sem uma reflexão de construção da cidadania, de conscientização do Esporte e Lazer como direitos sociais e de exercício da liberdade, não disponibilizando uma gestão de Estado, participativa e interativa com a devida referência social (MORAES; GOMES, 2009, p. 4-5).

Além disso, apontam que as políticas públicas de esporte e lazer refletem as desigualdades da sociedade capitalista, em consonância com os pressupostos de Mascarenhas.

Já o artigo “*As relações entre os setores público e privado no campo esportivo: o caso do programa Rexona Ades Esporte Cidadão*”, de Isabel Cristina Martines e Fernando Marinho Mezzadri, tem sua “[...] problemática central



circunscrita nas relações estabelecidas entre o Governo do Paraná, o Instituto Compartilhar (Organização Não Governamental) e a empresa privada Unilever, para a realização do Programa Rexona Ades Esporte Cidadão” (MARTINES; MEZZADRI, 2009, p. 1).

O início do texto é destinado à apresentação da parceria entre o governo do estado do Paraná e a Unilever, e da política estadual para o esporte na época da consolidação da parceria. São ressaltados os interesses diversos dos agentes e instituições envolvidas, que se aproximaram para a efetivação do programa, atualmente chamado de Rexona Ades Esporte Cidadão. Há nesse momento um diálogo com alguns pressupostos teóricos do sociólogo Pierre Bourdieu.

O desenvolvimento e as mudanças ocorridas no decorrer do tempo no programa são ressaltados, apresentando suas variadas configurações, desde a ênfase no time profissional de voleibol até o investimento no esporte social.

[...] fica bastante evidente que o projeto passou por significativas alterações, que vão além da simples mudanças de nomes. Sobre esse fato, não nos parece ser inviável explorar a hipótese de que tais modificações estiveram relacionadas com uma série de fatores, entre eles, a troca dos agentes que faziam parte da gestão do governo estadual, ocorrida em 2003, e o novo interesse da empresa privada em investir nas “questões sociais”, acompanhando uma tendência de mercado (MARTINES; MEZZADRI, 2009, p. 11).

Na conclusão, os autores retomam contribuições de Norbert Elias e Pierre Bourdieu para falar da imprevisibilidade do andamento do jogo ou configuração social, apresentam os interesses das diferentes partes abrangidas, e apontam a mudança nos agentes envolvidos como uma das causas para as mudanças efetivadas.

Passando ao grupo de onze trabalhos que discutiram a atuação estatal no âmbito dos municípios, dois deles apresentaram questões referentes ao ordenamento legal; quatro analisaram as gestões de projetos; três trabalhos diziam respeito a representação de esporte, lazer e educação física dos agentes envolvidos nas políticas; um falou de formação e outro de equipamentos públicos de lazer.

O trabalho “*Os ordenamentos legais do município de São Luís-MA: o esporte e o lazer em foco*”, de Silvana Martins de Araujo, Kytania Regina Lindoso Dominici e Girlane Martins Cardoso, é resultado de uma pesquisa documental que integra um projeto desenvolvido pela Rede Cedes/UFMA, com o objetivo de identificar a existência de políticas públicas voltadas para esporte e lazer no município de São

Luís-MA, tendo como base para análise a Lei Orgânica, o Plano Diretor e Plano Plurianual do município de São Luís, assim como a lei de regulamentação do Conselho Municipal de Esporte (ARAÚJO; DOMINICI; CARDOSO, 2009).

Já no início, ao discutir os direitos sociais ao esporte e lazer, chama a atenção o entendimento dos mesmos como “espaços propícios ao seu desenvolvimento, constituindo-se em espaços de ação educativa, onde são afirmados e vivenciados valores positivos para o indivíduo e para a vida em sociedade” (ARAÚJO; DOMINICI; CARDOSO, 2009, p. 02). O esporte e o lazer podem ser propícios a vivência de valores positivos, assim como a valores negativos. Entender essa questão como positiva a priori pode conduzir a visões utilitaristas ou salvacionistas do esporte.

As autoras apresentam os dispositivos legais e localizam o esporte e o lazer no interior dos documentos. Há nesse sentido um diálogo especialmente com as contribuições de Castellani Filho sobre o assunto. Em síntese,

Constatou-se que nos ordenamentos legais que regulamentam as políticas públicas municipais de São Luís, o esporte e o lazer, ainda que de forma genérica, estão previstos como um direito do cidadão e dever do Estado. No entanto, esta área necessita de políticas setoriais efetivas que, de fato, os assegurem como direito social (ARAÚJO; DOMINICI; CARDOSO, 2009, p. 08-9).

O órgão responsável pelas políticas setoriais de esporte e lazer no município de São Luiz foi, durante dez anos, a Fundação Municipal de Desporto e Lazer (FUMDEL), recentemente transformada em Secretaria Municipal de Desporto e Lazer. As autoras entendem relevante, portanto, analisar a lei de criação da Fundação, seu estatuto, assim como a lei que regulamenta o Conselho Municipal de Esporte. Nesse sentido,

Ressalta-se que na definição das finalidades da FUMDEL, a lei prioriza as formas de esporte e lazer sob a ótica educacional e comunitária, o que define uma diretriz para a gestão municipal em consonância com o preceito constitucional que recomenda a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e o incentivo ao lazer como forma de promoção social (ARAÚJO; DOMINICI; CARDOSO, 2009, p. 10).

Há ainda algumas indagações a partir de questões levantadas junto à 2ª Conferência Nacional de Esporte, e a própria lógica de funcionamento do conselho municipal. Na conclusão, há uma retomada dos principais pontos de cada uma das leis em relação ao esporte e lazer, ressaltando a necessidade da presença dos mesmos nos ordenamentos legais, assim como nas políticas públicas efetivadas.

Já o trabalho “*O esporte de alto rendimento na cidade de Vitória: um olhar sobre as políticas públicas do setor*”, de Grece Teles Tonini, Carlos Nazareno Ferreira Borges e Keni Tatiana Vazzoler Areias, apoiado pelo Fundo de Apoio à Ciência e Tecnologia do município de Vitória, busca discutir a implementação de políticas públicas de apoio ao esporte de alto rendimento na cidade de Vitória, verificando como isso repercute a favor dos cidadãos que ali vivem. Para tanto, foram realizadas entrevistas a atores representativos da população, como jornalistas esportivos, professores universitários, gestores públicos, entre outros.

O primeiro ponto discutido diz respeito às praças esportivas e fortalecimento dos clubes que mantêm equipes de alto rendimento. Nesse sentido, segundo os autores, seria consenso entre os entrevistados a necessidade de apoio aos clubes, federações e construção de praças esportivas. Por outro lado, o aparato teórico na discussão do texto nesse ponto se refere ao lazer, ficando um tanto quanto confusa a relação entre praças esportivas, clubes e o lazer, já que o trabalho se refere ao alto rendimento, portanto descaracterizado enquanto manifestação de lazer.

As leis de incentivo do município seriam voltadas ao alto rendimento, porém não dariam conta do montante necessário para a montagem e manutenção de equipes competitivas a nível nacional. Já em relação a uma suposta democratização do acesso aos incentivos, a “[...] grande maioria dos entrevistados acredita que a lei não atende de forma democrática porque privilegia casos isolados, atende muito a indivíduos e pequenos grupos” (TONINI; BORGES; AREIAS, 2009, p. 7).

No que tange a legitimidade de leis de incentivo voltadas ao alto rendimento não há consenso entre os entrevistados. Alguns apóiam as ações, outros vêem na iniciativa privada o papel de fomento ao alto rendimento, e há ainda aqueles que aproximam as duas posições, com participação do Estado e da iniciativa privada. Em relação ao esporte de base co-existem várias posições, dialogadas com a literatura, do papel dos clubes, escolas e Estado.

O último tópico de discussão problematiza a consequência das leis de incentivo ao esporte. Segundo os autores, o repasse de verbas às federações e clubes sem uma contrapartida, pode gerar o acomodamento e a dependência do dinheiro público, inibindo outras ações e fontes de recursos. A conclusão do estudo é de que,

Enfim, pode-se dizer que em relação ao impacto das Políticas Públicas para o Esporte de alto rendimento em Vitória, elas carecem de eficácia e

efetividade social para que de fato sejam eficientes. Admite-se certa vantagem em relação a essa avaliação embrionária com relação à GR [Ginástica Rítmica], a qual consegue algum impacto no que se refere aos indicadores eficiência, eficácia e efetividade social (TONINI; BORGES; AREIAS, 2009, p. 11).

Em termos de representações da educação física, esporte e lazer, o trabalho “*Políticas de esporte escolar e a construção social do currículo de educação física*”, de Alexandre da Costa Ferreira e colaboradores, descreve e analisa como os Jogos Estudantis influenciam a construção social do currículo de uma Escola Municipal do Rio de Janeiro.

O início do texto discute os elementos de legitimação da educação física enquanto componente curricular da educação básica, com ênfase na perspectiva esportiva. Nesse sentido, apresenta-se a escola analisada, sua relação com o esporte, especialmente de competição, e o status adquirido por professores e alunos da escola em função da notoriedade alcançada através das conquistas esportivas. Há a apresentação da metodologia do estudo, de cunho etnográfico, a descrição do cenário de estudo, as oficinas de esporte (preparativas das equipes que representariam a Escola nos Jogos Estudantis da Cidade do Rio de Janeiro), e a participação da escola nos Jogos. Há uma série de apontamentos e reflexões importantes quanto ao papel e desenvolvimento do esporte na escola.

Por fim, conclui-se que,

[...] a influência dos Jogos Estudantis na construção social do currículo na E.M. Francisco Beltrão acaba por não contribuir para uma formação esportiva preocupada com a educação de seus alunos, mas sim com os resultados expressos no número de ‘vitórias’ (FERREIRA *et al.*, 2009, p. 09).

O trabalho relata, de forma consistente, a organização da escola pesquisada em função dos Jogos Estudantis da Cidade do Rio de Janeiro, criticando a ênfase dada aos resultados e a transposição de referências do esporte de alto rendimento para o interior da escola.

No mesmo sub-grupo de trabalhos, o artigo “*A educação física frente às políticas de democratização da gestão e do espaço escolar: a perspectiva docente*”, de Rodrigo Alberto Lopes e Rosane Maria Kreuzburg Molina, objetivou “identificar como a democratização do ensino e da gestão de uma escola presumidamente *inovadora* – impacta a prática pedagógica da Educação Física, na perspectiva do professor” (LOPES; MOLINA, 2009, p. 03, grifos do autor).

Nesse sentido, o aparato legal discutido centra-se na LDB de 1996, que possibilitou a flexibilização dos currículos e dos PPPs (Planos Político-pedagógicos) das escolas. A escola pesquisada apresenta uma proposta considerada inovadora, e modelo para outras escolas municipais. Entre as principais inovações, destaca-se a implantação de isonomia de carga horária entre todas as disciplinas do currículo e a organização das mesmas em salas ambiente ou temáticas. O lugar da educação física na LDB também é discutido, com base em autores da área.

Na apresentação da pesquisa empírica, são abordados vários elementos da prática pedagógica junto ao professor da disciplina de Educação Física na escola: seu entendimento do PPP da escola, os conteúdos abordados, a metodologia empregada nas aulas, seu posicionamento frente às inovações pedagógicas da escola, entre outros. Nesse sentido,

A pesquisa evidenciou um acentuado descompasso entre os princípios que estruturam o projeto dessa escola e o que é executado nas aulas de Educação Física. O professor posiciona-se contrário ao ideário do PPP. Não compartilha das diretrizes do documento e minimiza os efeitos das inovações metodológicas empreendidas na escola para o conjunto das disciplinas curriculares (LOPES; MOLINA, 2009, p. 9).

A partir dessas considerações discute-se cada um dos pontos em diálogo com a literatura pertinente. Chama-se atenção ao fato dos autores utilizarem o conceito de micropolítica desenvolvidos por Ball (1989), entendendo a escola como um campo de lutas. O trabalho foi bem construído, mas, por outro lado, não dá foco às políticas, se referindo apenas ao marco legal maior, a Lei 9394/96, e as micro-relações estabelecidas no interior da escola, com ênfase no papel do professor de educação física.

Um trabalho referente a formação, “*Formação continuada de professores da SMEPOA: relações e tensões*”, de Ismael Antonio Bacellar Schaff e Fabiano Bossle,

[...] tem por objetivo a compreensão do significado atribuído pelos professores de Educação Física da *Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer de Porto Alegre* (SME) à formação continuada e suas relações com o contexto político (SCHAFF; BOSSLE, 2009, p. 1).

Faz parte da dissertação de mestrado de um dos autores, que abordou a formação continuada e o seu papel na prática docente dos professores de Educação Física da Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer de Porto Alegre.

A primeira parte do texto é dedicada à discussão da prática docente, o papel dos professores da SME, e do caráter educativo do lazer. Os conceitos de Estado e

políticas públicas são debatidos, tendo no primeiro caso referência em Bobbio, e no segundo Stigger. Fala-se sobre a responsabilidade regimental da SME em garantir a formação continuada de seus quadros.

A partir dos dados oriundos do campo, da coleta de documentos e dos elementos interpretados a partir dos diários de campo e da escuta das entrevistas, pela análise da estrutura, da agenda e forma organizacional da proposta de formação continuada da SME, os autores passam a debater centralmente a formação continuada da SME. Destacam os dois períodos pesquisados, que compreenderam duas gestões partidárias distintas, onde a formação continuada foi abordada de maneira dispare. No primeiro momento, de forma programada, cotidiana, e com caráter pedagógico. E num segundo momento, esporádica, pontual e com predominância de questões administrativas.

A conclusão dos autores caminha no sentido de que,

[...] o professorado reivindica tempos e espaços de formação compreendidos numa perspectiva de direito e necessidade. O papel atribuído ao seu processo de formação profissional assume um lugar central na possibilidade de realização e de construção de sua identidade coletiva (SCHAFF; BOSSLE, 2009, p. 13).

Destaca-se ainda a necessidade de políticas de formação que extrapolem os mandatos partidários, constituindo-se como políticas de Estado.

Dentre os trabalhos teóricos, destacamos dois deles. O trabalho “*Esporte e lazer na intersetorialidade das políticas públicas*”, de Cláudia Regina Bonalume, diretora do Departamento de Políticas Sociais de Esporte e Lazer da SNDEL, traz algumas reflexões sobre as demandas da participação em ações intersetoriais. Após apresentar a problemática de estudo, a autora apresenta e debate os conceitos de política, política pública, política social, sociedade civil e Estado. Com relação à intersetorialidade, a autora afirma que,

Podemos afirmar que, sem uma intersetorialidade eficaz, a possibilidade de gerar políticas públicas consistentes é menor. A expectativa é ver transformada essa perspectiva, que, no momento, ainda representa muito mais uma técnica processual, em um paradigma que se consolide como uma alternativa integral de comportamento (BONALUME, 2009, p. 05).

Para isso, apresenta uma série de desafios e procedimentos para se pensar a intersetorialidade no setor público. Em relação ao esporte e lazer, “a intersetorialidade é instrumento na construção de políticas de democratização, com possibilidade de reversão desses processos históricos vividos nos campos do

esporte e do lazer no Brasil” (BONALUME, 2009, p. 08). Destaca ainda a presença do termo intersectorialidade na II Conferência Nacional de Esporte, quando da definição do Sistema Nacional de Esporte e Lazer, e critica a veiculação exclusiva do lazer ao esporte. Enfim, destaca limitações e potencialidades do esporte e do lazer.

Já o trabalho “*As transformações no mundo do trabalho e o lazer: apontamentos e perspectivas frente às possibilidades de superação da ordem burguesa*”, de Dener Matteazzi de Jesus e Edson Marcelo Húngaro, analisa as possibilidades de uma nova sociabilidade que supõe a superação da ordem burguesa, retomando as contribuições marxistas.

A primeira parte do texto é destinada à discussão sobre a crise do capital e do modelo de produção *fordista/taylorista*, a reestruturação produtiva, e a ofensiva neoliberal, com o resgate do surgimento das idéias neoliberais, sua efetivação em países centrais e periféricos, até sua chegada e consolidação no Brasil.

A segunda parte debate duas tendências, que embora distintas na sua concepção de mundo, aproximam-se naquilo que tange a consideração da busca no ócio da solução para os problemas da contemporaneidade (JESUS; HÚNGARO, 2009). A primeira delas propugna por um resgate ao “ócio perdido”, ou seja, um resgate aos valores e princípios humanistas praticados no passado pelas sociedades do período clássico, julgando-os serem capazes de redirecionar as ações dos homens no presente, tendo seu principal representante Sebastian De Grazia. A segunda vertente, a qual,

Um dos principais representantes dessa vertente no campo do lazer é Domenico De Masi. Tendo como pressuposto a falaciosa tese do fim do trabalho, ele recupera elementos próprios da noção clássica de ócio para fundamentar sua tese, profetizando uma vida futura em que a humanidade sustentaria sua subsistência sem a necessidade de trabalhar (JESUS; HÚNGARO, 2009, p. 07).

Os autores criticam duramente especialmente a segunda vertente, resgatando a centralidade do trabalho para compreensão da sociedade e da condição humana. A parte final do texto relaciona a discussão à área de Educação Física:

O campo da Educação Física ainda tem contribuído muito pouco para o desenvolvimento de propostas alternativas à problemática aqui apresentada. Enquanto profissão e disciplina acadêmica, voltada à compreensão dos mais variados aspectos que envolvem o movimento dos homens na sociedade, a Educação Física precisa também ampliar o seu

interesse por essa temática tão complexa. A crise que hoje se instaura vem afetando todos os segmentos da classe trabalhadora, inclusive o nosso (JESUS; HÚNGARO, 2009, p. 11).

Finalmente aponta a necessidade de superação do capitalismo. “Somente quando a humanidade for libertada da destrutiva e desumanizadora lógica do capital é que finalmente poderemos experimentar a genuína liberdade tão cara aos escritos de Marx” (JESUS; HÚNGARO, 2009, p. 11-2). O trabalho não se refere às políticas públicas para o setor esportivo e de lazer, se limitando a discutir algumas perspectivas do lazer a partir da lógica marxista de análise, que tem o trabalho como categoria central e ontológica.

Dos três trabalhos que relatam experiências de extensão em universidades públicas, o trabalho “*Os legados na promoção dos eventos no segmento dos idosos*”, de Ana Paula Facco Mazzocato, Leandra Costa da Costa e José Francisco Silva Dias, procura discutir a questão do legado dos grandes eventos esportivos para além do espetáculo esportivo, voltado a toda a população. A atenção especial nesse caso está na população idosa. Os autores se valem do aparato legal, especialmente o Estatuto do Idoso, dados nacionais e mundiais sobre o envelhecimento da população, como forma de justificar seus esforços científicos e extensionistas, através do Núcleo Integrado de Estudos e Apoio à Terceira Idade (NIEATI), da UFSM.

O foco do trabalho está num evento, realizado há mais de dez anos, que reúne idosos do município de Santa Maria, denominado Acampavida. A partir do resgate do número de participantes nos eventos anuais, que aumentou nos primeiros anos do projeto, depois estagnou, e ultimamente vem diminuindo, os autores acreditam que devem ser repensando o evento, as políticas para os idosos, até o currículo dos cursos da universidade envolvida.

O trabalho é um relato de experiência, com algumas reflexões sobre a população e atenção a pessoa idosa. Porém, é bastante inicial, sem aparato teórico, e trás conclusões um tanto quanto precipitadas. Os demais trabalhos extensionistas caminham em sentidos semelhantes, com relatos de experiências ou relatos de dados de pesquisas junto aos projetos de extensão.

Enfim, em linhas gerais, pode-se dizer que os trabalhos apresentados no XVI Conbrace apresentam uma variedade de temas e abordagens. As temáticas vão desde o aparato legal, até a análise de programas e projetos implementados pelas



distintas esferas de atuação do Estado. A abordagem teórica marxista, predominante, convive com outras abordagens, que timidamente adentram esse espaço de debate acadêmico e científico. Dentre os trabalhos que analisam diretamente a atuação do Estado, destaca-se que a maioria estuda os programas federais de esporte e lazer, especialmente o PELC e o PST. Essa constatação vem ao encontro da posição Húngaro *et al.* (2009) sobre a produção do subcampo científico/acadêmico das políticas públicas de esporte e lazer, por vezes subordinada a práticas governamentais conjunturais, e por que não, à certos temas que se transformam em modismos de pesquisa. Em número um pouco menor estão as análises da atuação dos municípios na área de esporte e lazer. O âmbito estadual, nesse sentido é negligenciado (ou preterido?), fruto talvez da menor importância das políticas estaduais de esporte e lazer, frente as políticas federais e municipais, consequência do ordenamento legal da constituição de 1988.

A educação física escolar é pouco referenciada nos trabalhos, estando a maioria dos trabalhos relacionados ao lazer e esporte, nessa ordem. A gestão dos programas é ainda o tema mais abordado, mesmo havendo outras discussões referentes à intersectorialidade, formação, participação popular, entre outros. Em muitos casos, apesar de estarem dentro do fórum de discussão sobre políticas públicas, os trabalhos pouco se referem a elas, tratando de temas que no máximo podem ser subsídios àqueles que formulam e implementam políticas.

O diálogo entre dados empíricos e referencial teórico ainda é deficitário, tendo ora a exposição dos dados coletados, ora aprofundamento na dimensão teórica, e ora a tentativa de dialogo entre teoria e prática, sem grande sucesso. Há ainda os trabalhos relatos de experiência, e os projetos em andamento, que são trazidos a discussão, mas que pouco contribuem aos leitores dos trabalhos.

### 3.3.1.2 Políticas públicas de esporte e lazer em importantes periódicos nacionais

Outro parâmetro relevante para a compreensão da produção científica de uma área é a consulta a periódicos relevantes àquele universo. Nesse caso foram selecionados dois dos principais periódicos da área de Educação Física, Esporte e Lazer, considerando os seguintes critérios: que contemplassem os padrões de regularidade e periodicidade na circulação, além de serem considerados periódicos

de impacto internacional; e que possuíssem uma abertura para as pesquisas apresentadas na área de educação física, esporte e lazer que dialogam e interagem com as humanidades, em especial com a temática das políticas públicas. Nesse sentido, foram selecionadas a Revista Brasileira de Ciências do Esporte (RBCE) e a revista Movimento<sup>72</sup>. Com relação ao primeiro periódico:

Há vinte e nove anos a Revista Brasileira de Ciências do Esporte (RBCE), publicada sob a responsabilidade do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE), vem contribuindo com a tarefa de divulgar, mas também de intervir na produção de conhecimento em Educação Física/Ciências do Esporte<sup>73</sup>.

A RBCE é hoje uma das principais publicações nacionais da área de Educação Física e Ciências do Esporte, tendo uma interface importante, no diálogo com as áreas de Ciências Sociais e Humanas.

Ao longo da trajetória de sua publicação, a RBCE, editada de forma quadrimestral, vem registrando a história da Educação Física brasileira a partir de diferentes olhares e concepções, de distintas abordagens, temas, objetos e problematizações e publicando artigos originais em português, espanhol ou inglês, oriundos de pesquisa, teóricas ou empíricas, assim como artigos de revisão, resenhas e trabalhos que envolvam reflexão teórica aprofundada e ou investigação empírica rigorosa sobre os diferentes temas que compõem a área de Educação Física/Ciências do Esporte<sup>74</sup>.

Na ocasião do lançamento da RBCE, em setembro de 1979, e nos dez anos seguintes, a revista privilegiou a publicação de artigos originais, crônicas, notícias, anais de congressos, cursos, relatos de experiências, entrevistas, cartas de leitores, resenhas de teses e dissertações, focalizando temas diversos pertinentes a área de Educação Física e Ciências do Esporte.

No ano de 1992, o volume 12 da revista, aglutinando os números 1, 2 e 3, configurou a primeira edição temática da revista, focalizando o tema lazer. Durante a década de 1990 e grande parte da década de 2000, as edições temáticas foram mantidas, abordando temáticas oriundas da demanda dos associados, das Secretarias Estaduais e dos eventos organizados pelo CBCE.

---

<sup>72</sup> Dentro do recorte temporal do trabalho (2005 a 2009), da primeira revista foram consultados os volumes 26 (n<sup>os</sup> 2 e 3), 27 (n<sup>os</sup> 1, 2 e 3), 28 (n<sup>os</sup> 1, 2 e 3), 29 (n<sup>os</sup> 1, 2 e 3), 30 (n<sup>os</sup> 1, 2 e 3) e 31 (n<sup>o</sup> 1); e da segunda revista os números 1, 2 e 3 dos volumes 11, 12, 13 e 14, e os números 1, 2, 3 e 4 do volume 15.

<sup>73</sup> Disponível em <http://www.rbceonline.org.br/revista/index.php?journal=RBCE&page=about&op=editorialPolicies#custom1>. Acesso em 02 de abril de 2010.

<sup>74</sup> Disponível em <http://www.rbceonline.org.br/revista/index.php?journal=RBCE&page=about&op=editorialPolicies#custom1>. Acesso em 02 de abril de 2010.

A temática das políticas públicas de esporte e lazer foi diretamente contemplada no volume 24, número 3 da RBCE, de maio de 2003, e indiretamente na última edição temática da Revista, o volume 30, número 1, que tratou do Estatuto de Defesa do Torcedor e o Espetáculo Esportivo. A partir de então, a RBCE abandonou a orientação temática, contemplando um movimento da própria área, que estaria se fortalecendo com a criação de novos programas de pós-graduação e com o incremento na divulgação do conhecimento científico por meio da publicação de artigos, com distintos enfoques e oriundos de investigações em diferentes linhas de pesquisa.

A partir de setembro de 2008, a RBCE passa a ter sua versão digital junto ao Sistema de Editoração Eletrônico de Revistas (SEER), buscando favorecer a ampliação da disseminação, da transferência de informações científicas e o intercâmbio com entidades nacionais e internacionais, estudantes e profissionais ligados à área da Educação Física e Ciências do Esporte.

Dentro da delimitação temporal desse trabalho (2005-2009), foram publicados doze números da RBCE. Os oito primeiros números da RBCE pesquisados contavam apenas com artigos na “Sessão Temática”, num total de 95 artigos, e 2 artigos na sessão “Resenhas”.

A partir do volume 29 até o número 1 do volume 30 da RBCE, além da “Sessão Temática” e da sessão “Resenhas”, abriu-se espaço para outras temáticas, através da sessão “Espaço Aberto”. Estes quatro números da Revista contaram com 32 artigos na “Sessão Temática”, 2 artigos na sessão “Resenhas”, e 18 artigos na sessão “Espaço Aberto”.

A partir do segundo número do volume 30 (início de 2009), a revista deixa de ser publicada a partir de temáticas pré-estabelecidas, abolindo a “Sessão Temática”, contando agora com a sessão “Artigos Originais”. Nessa sessão, nos três últimos números, foram publicados 40 artigos.

A temática de políticas públicas de esporte e lazer, no período pesquisado, foi abordada por apenas 4 artigos, de um total de 191 artigos publicados no período. Mesmo assim, apenas um dos artigos selecionados faz referência direta ao termo “políticas públicas” em seu título ou palavras-chave. Trata-se do trabalho de Amaral e Pereira (2009) já amplamente discutido no presente trabalho. Os outros três artigos foram incluídos na pesquisa apenas por fazer menção a Lei Federal 10.671/03, conhecida como Estatuto do Torcedor, sendo essa legislação base de

algumas iniciativas do Ministério do Esporte, como o Observatório do Torcedor e a Torcida Legal.

O artigo “*Campeonato Brasileiro de 2007: a relação do torcedor de futebol com o estatuto de defesa do torcedor na cidade de Belo Horizonte (MG)*”, de Luiz Gustavo Nicácio, mestrando em lazer pela UFMG e colaboradores, sob orientação do prof. Dr. Silvio Ricardo da Silva, professor da UFMG e coordenador do Grupo de Estudos sobre Futebol e Torcida (GEFUT), foi publicado no número 2, do volume 30 da RBCE. Investigou e discutiu a relação estabelecida entre os torcedores partícipes da cidade de Belo Horizonte no Campeonato Brasileiro de Futebol da série A de 2007 e o Estatuto de Defesa do Torcedor (EDT). Mais especificamente,

[...] qual o conhecimento que esses torcedores possuem acerca das determinações do EDT? Como as determinações do EDT interagem com os anseios do torcedor em termos de defesa de seus direitos? E de que maneira se dá o cumprimento das determinações do EDT? (NICÁCIO *et al.*, 2009, p. 27).

Como metodologia de trabalho, os autores utilizaram a pesquisa detalhada ao documento do EDT, análise da produção científica sobre o assunto e pesquisa de campo. Essa última através de entrevistas semi-estruturadas que se relacionavam a seis eixos do EDT – transparência da organização; regulamento da competição; ingressos; segurança; transporte; alimentação e higiene –, com o conhecimento do torcedor a respeito do EDT e os anseios do torcedor em relação a esse documento. Aliada a entrevista realizou-se ainda averiguações quanto ao cumprimento do EDT nas partidas de futebol, bem como a observação participante para angariar informações não perceptíveis aos demais instrumentos de pesquisa.

As entrevistas foram realizadas com 495 torcedores em 33 partidas do Campeonato Brasileiro de Futebol da série A. Essa foi a principal fonte de dados no artigo, que apresentou alguns avanços e limitações do EDT, a partir da percepção dos autores e dos torcedores entrevistados. Relatam os autores que,

[...] os torcedores possuem um nível de conhecimento limitado em relação ao conteúdo do EDT, apesar de grande parte saber sobre sua existência. As determinações por nós averiguadas alternaram entre as cumpridas e as não cumpridas, sendo que se destacam entre as cumpridas aquelas que se relacionam intimamente à questão da segurança e entre as não cumpridas as que interagem com o capítulo dois do EDT – da transparência da organização (NICÁCIO *et al.*, 2009, p. 34-5).

A relação da temática com a área de políticas públicas de esporte e lazer é ínfima e limitada. Apenas em alguns momentos os autores, com base em outros

estudos sobre o EDT, falam de algumas limitações na formulação, redação e implementação da lei, especialmente na falta de participação dos torcedores e os atores políticos envolvidos na formulação, tendo como referência as contribuições de Rua (1997). Além disso, os autores destacam negativamente a falta de uma política de divulgação da Lei, que haveria ocorrido apenas nos primeiros meses após a promulgação da mesma, e que não teria tido um grande impacto junto aos torcedores.

Apesar dos problemas e limitações do EDT,

Em tese os torcedores, na sua maioria, demonstram um relacionamento positivo com as determinações do EDT, acreditando que sua promulgação trouxe benefícios para aqueles que têm como opção de lazer a assistência a espetáculos esportivos, especificamente o futebol (NICÁCIO *et al.*, 2009, p. 35).

A conclusão dos autores aponta a necessidade de uma maior divulgação, e a ampliação da participação dos atores políticos em um possível e desejável processo de reformulação do EDT.

O artigo “*As determinações do Estatuto de Defesa do Torcedor sobre a questão da violência: a segurança do torcedor de futebol na apreciação do espetáculo esportivo*”, de Priscila Augusta Ferreira Campos, mestranda em lazer pela UFMG e colaboradores, do grupo GEFUT, foi publicado no número 1, do volume 30 da RBCE. Esse foi o último número temático da revista, dedicado ao “Estatuto de Defesa do Torcedor e o Espetáculo Esportivo”. O trabalho analisou as “determinações do Estatuto de Defesa do Torcedor (EDT) sobre violência e segurança, a fim de compreender quais sentidos os torcedores mineiros atribuem a tais aspectos na assistência ao futebol no estádio Mineirão” (CAMPOS *et al.*, 2008, p. 10).

O artigo, mesmo tendo sido publicado antes do trabalho de Nicácio *et al.* (2009), aprofunda em uma das temáticas do artigo anterior – a violência –, produzido pelo mesmo grupo de estudos da UFMG. Os autores apontam a pesquisa como desdobramento de outro trabalho do grupo, o de Silva *et al.* (2007). Porém, a amostra utilizada é a mesma Nicácio *et al.* (2009), 495 torcedores em 33 partidas do Campeonato Brasileiro de Futebol da Série A de 1997, no estádio conhecido como Mineirão.

Há, por parte dos autores, uma discussão sobre a relação entre a violência e o futebol, localizando e debatendo alguns artigos do EDT referentes à violência,

apontando que “essas duas categorias, ‘violência’ e ‘consumo’, permeiam o EDT” (CAMPOS *et al.*, 2008, p. 14). Em relação às respostas dos torcedores entrevistados,

Observa-se, com os dados relativos a essa questão, que, no aspecto temporal, a sensação de segurança dos torcedores é baixa nos momentos que antecedem a partida (compra de ingresso e chegada ao Mineirão), atinge seu ápice durante a partida e diminui ao final da partida (saída do estádio), sendo esse o momento de maior insegurança. Já em relação ao aspecto espacial, a sensação de segurança do torcedor é maior dentro do estádio em relação aos seus arredores (CAMPOS *et al.*, 2008, p. 14).

A discussão, porém, não se refere às políticas públicas de esporte e lazer, estando mais próxima a uma discussão de teorias sociológicas, haja vista as categorias (como *ethos*, espetáculo esportivo, consumo) e os referenciais utilizados (Elias, Freire, entre outros). Pode sugerir, mesmo que de forma muito incipiente, uma forma de avaliação da efetividade de uma política de Estado, materializada através da lei federal 10.671/03.

O artigo “*Observatório do torcedor: o Estatuto*”, de Martin Curi, doutorando em Antropologia na UFF, e colaboradores, oriundos das áreas de Educação Física, Antropologia e Ciências Sociais, debate o EDT em diálogo com uma Lei da União Européia de função semelhante, e apresenta alguns dados de uma pesquisa do Observatório do Torcedor realizada no estádio do Maracanã, localizado no Rio de Janeiro. Este trabalho também foi publicado no número temático da RBCE, dedicado ao “Estatuto de Defesa do Torcedor e o Espectáculo Esportivo”.

Há uma contextualização breve do futebol brasileiro e das condições para o surgimento do EDT. Na comparação entre o EDT e a *European Convention on Spectator Violence at Sports Events*, os autores destacam o tratamento por parte do EDT do esporte quase que exclusivamente como um negócio e o torcedor como um consumidor, enquanto no caso europeu, o tratamento ao esporte, aos torcedores e aos clubes é mais amplo.

Com isso a legislação européia vai além de uma simples relação fornecedor– consumidor no esporte. Os clubes europeus passam a ter responsabilidades além daquelas referentes ao dia do jogo, seja por causa do seu valor simbólico ou comunitário: os torcedores têm de ser informados sobre seus direitos e responsabilidades (CURI *et al.*, 2008, p. 30).

Passando ao tratamento dos dados empíricos da pesquisa, há a análise de 135 entrevistas realizadas no estádio do Maracanã, em nove partidas dos clubes cariocas Fluminense, Botafogo e Flamengo, durante o Campeonato Brasileiro de

2007. O destaque fica por conta do desconhecimento dos torcedores sobre o conteúdo do EDT, e pelo descumprimento de algumas de suas diretrizes, especialmente no que diz respeito aos assentos numerados no estádio. O fato de 96% das pessoas não ocuparem os assentos indicados em seus ingressos, leva a uma discussão sobre o perfil do expectador de futebol no Brasil, e a desconsideração, por parte do EDT, da cultura desses torcedores.

É um artigo bem estruturado e descrito, que deixa lacunas apenas na discussão mais efetiva com a Legislação Européia que regulamenta as questões relativas aos torcedores e ao controle da violência nos eventos esportivos. Além disso, não se propõe a analisar o aspecto da política pública de esporte e lazer decorrente da promulgação da legislação consultada.

Analisando os artigos publicados entre os anos de 2005 e 2009, na RBCE, pode-se dizer que a revista não constitui um espaço privilegiado de divulgação científica de publicações sobre políticas públicas de esporte e lazer. Isso é ainda mais relevante se levarmos em conta que o principal grupo de discussão sobre o assunto, o GTT de Políticas Públicas, está dentro do próprio CBCE, que edita e publica a RBCE. Com exceção do artigo de Amaral e Pereira (2009), os demais artigos aqui debatidos não fazem menção às políticas públicas de esporte e lazer. Apenas se referem ao EDT, portanto ao aspecto normativo da política de Estado, seu conhecimento e aplicação no cotidiano esportivo. Negligenciam o fato de que entre o aparato legal e os impactos na sociedade, existe um intermediário, que é a atuação do Estado através de políticas públicas.

Por outro lado, destaca-se a repercussão da indução do Ministério do Esporte, que apoiou grupos de pesquisa a fim de verificar o impacto da legislação sobre o fenômeno esportivo, através do Observatório do Torcedor. As pesquisas foram realizadas e produziram bons frutos científicos, materializados na publicação de artigos em um dos principais periódicos nacionais da área de educação física, esporte e lazer.

Já a Revista Movimento é um impresso da Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (ESEF/UFRGS), que tem por objetivo divulgar pesquisas sobre a Educação Física e sua interface com as Ciências do Esporte, Ciências Humanas e Sociais em seus aspectos didáticos, pedagógicos, científicos e filosóficos. Até o ano de 2001, a revista tinha periodicidade semestral.

Em função de uma avaliação negativa que a *Movimento* recebe da comissão de avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), as energias deveriam ser direcionadas para um periódico que conseguisse cumprir os critérios para a avaliação. As medidas tomadas foram: o aumento da periodicidade, que passa de semestral para quadrimestral, e a produção de um novo *layout*. [...] As modificações são materializadas no terceiro exemplar, quando é tomada a decisão de ressignificar a identidade que o impresso havia assumido de ser um “guarda-chuva”. As alterações são apresentadas como uma forma de a revista tornar-se especializada, naquilo que, segundo os editores, seria doravante a inspiração do projeto editorial, as ciências humanas e sociais. (SCHNEIDER *et al.*, 2009, p. 65).

De 2002 a 2008, a periodicidade da Revista Movimento passa a ser quadrimestral, e a partir de 2009, trimestral.

Do ano de seu nascimento, 1994, até os dias atuais, foram publicados 39 números, dos quais um é uma edição especial. Até o momento, a revista teve cinco editores, que, em diferentes situações, estiveram à frente do impresso, de forma individual: Marco Paulo Stigger (1994-1996); Jorge Luiz de Souza (1996-1999) e Vicente Molina Neto (1999-2002); ou compondo um grupo de editores: Vicente Molina Neto, Silvana Vilodre Goellner e Marco Paulo Stigger (2002-2004), Vicente Molina Neto e Marco Paulo Stigger (2005-2008) e Marco Paulo Stigger e Alex Branco Fraga (2009–) (SCHNEIDER *et al.*, 2009, p. 58).

Dentro da delimitação temporal deste trabalho (2005-2009), foram publicados treze números da Revista Movimento. Nesse grupo, os seis primeiros números da Revista Movimento contavam com a sessão “Em Foco”, onde eram publicados artigos referentes a temática sugerida pela revista, e a sessão “Espaço Aberto”, destinado a outras temáticas.

De acordo com os editores, na seção Em Foco, ficariam reunidos os trabalhos que correspondessem a uma temática definida pela Comissão Editorial, como central da edição. Essa seção se fez presente em 12 números, ou seja, do v. 9, n. 1 (2003) ao v. 12, n. 3 (2006) (SCHNEIDER *et al.*, 2009, p. 70).

A partir do volume 13, a revista deixa de ser publicada a partir de temáticas pré-estabelecidas, abolindo a sessão “Em foco” e “Espaço Aberto”, contando agora com a sessão “Artigos Originais”.

Diante das dificuldades em conseguir artigos suficientes para constituir uma temática que fosse o foco central de uma edição, a proposta deixa de ser viável e a revista retorna ao formato não temático ou, como enfatizaram os editores, “[...] na forma de demanda livre e contínua” (SCHNEIDER *et al.*, 2009, p. 70).

A temática de políticas públicas de esporte e lazer, no período pesquisado, foi abordada por doze artigos, sendo sete na sessão “Em Foco”, do número 3, volume 11 da Revista Movimento, que teve como temática “Políticas Públicas de



Esporte e Lazer” e dois na sessão “Ensaio” no mesmo número da revista. Os outros trabalhos foram publicados nos números 2 e 3, do volume 12 da Revista Movimento, sendo dois na sessão “Espaço Aberto” e um na sessão “Resenhas e Mídias”.

Nesse período foi publicado um total de 178 artigos no periódico e apenas 3 artigos relacionados diretamente às políticas públicas de esporte e lazer, com exceção do número específico sobre a temática. Tomando como base o número total de 12 artigos publicados, tem-se um dado ainda mais relevante, se levado em conta o levantamento realizado por Schneider *et al.*, (2009), onde os autores relatam, que nos primeiros 39 números da Revista Movimento houve a publicação de 3 artigos sobre políticas públicas de esporte e outros 9 artigos referentes à políticas públicas de lazer. Ou seja, provavelmente não foram publicados outros artigos sobre a temática na Revista Movimento no período anterior a 2005. Esse número difere do levantamento realizado por Amaral e Pereira (2009), que aponta 11 trabalhos referentes as políticas públicas de esporte e lazer publicados na revista Movimento entre os anos de 1999 e 2009, provavelmente por aquele estudo desconsiderar a sessão “Resenhas” da revista.

O artigo “*Estatuto de Defesa do Torcedor: um diálogo com o futebol pelotense*”, do prof. Dr. Luis Carlos Rigo, e alguns acadêmicos da Universidade Federal de Pelotas, objetivou,

[...] analisar a situação dos estádios de futebol profissional de Pelotas, tendo como referência o Estatuto de Defesa do Torcedor (EDT), com atenção especial para as condições de higiene, segurança, ingressos e transporte (RIGO *et al.*, 2006, p. 223).

Foi publicado na Revista Movimento, volume 12, nº 2, de maio de 2006, na sessão “Espaço Aberto”. A metodologia da pesquisa constitui-se de uma análise documental do EDT e da sua implementação junto aos clubes de futebol de Pelotas (Grêmio Esportivo Brasil, Esporte Clube Pelotas e Grêmio Atlético Farroupilha), visitas aos clubes durante o ano de 2004, registros fotográficos e entrevistas a um dirigente de cada clube.

Vale ressaltar que este artigo é praticamente o mesmo publicado pelos mesmos autores em Knuth *et al.* (2005)<sup>75</sup>. As diferenças se concentram na exposição dos registros fotográficos e no maior cuidado com o envolvimento dos autores com a temática.

---

<sup>75</sup> No GTT de Políticas Públicas do XIV Conbrace.

A referência às políticas públicas se faz somente quando relacionam o EDT a sua característica de combate a violência nos estádios.

Na opinião dos autores o EDT, além de garantir melhores condições de higiene e segurança aos torcedores, constitui-se em uma medida, uma política pública, que poderia se contrapor à crescente onda de violência que vem atingindo, desde o início dos anos 90, os estádios brasileiros de futebol (RIGO *et al.*, 2006, p. 223-4).

Em relação às condições verificadas, de higiene, segurança, ingressos e transporte, há a impressão que nenhuma dessas questões atende inteiramente ao EDT. Porém, os autores não enfatizam isso, com maior preocupação em ressaltar os pontos positivos dos clubes de futebol da cidade de Pelotas. “Cabe aqui um elogio às diretorias do G. E. Brasil, E. C. Pelotas e G. A. Farroupilha pelos cuidados com as condições dos gramados e pelos esforços que os três clubes vêm tentando fazer para melhorar as condições dos estádios” (RIGO *et al.*, 2006, p. 237).

O trabalho em questão apresenta, mesmo que em menor grau que o trabalho anterior do grupo (Knuth *et al.*, 2005), grande envolvimento dos autores na exposição dos resultados.

A resenha escrita por Bruno Gawryszewski do livro “Políticas públicas de lazer para a juventude pobre”, de autoria de Marcelo Paula de Melo, retrata o processo de implementação do projeto Vila Olímpica da Maré, a partir do referencial teórico de Antonio Gramsci. Não cabe aqui fazer a resenha de uma resenha, apenas referenciá-la por ser a única no período pesquisado que remetia a uma publicação referente às políticas públicas, mostrando talvez a escassez de produções dessa natureza na área.

O artigo “*Consumo e Formação dos Hábitos de Esporte e Lazer*”, de Fernando Renato Cavichioli, Fernando Marinho Mezzadri e Fernando Augusto Starepravo, todos da UFPR, teve como objetivo “[...] iniciar uma análise dos hábitos de esporte e lazer da população da cidade de Curitiba” (CAVICHIOILLI; MEZZADRI; STAREPRAVO, 2006, p. 241). Essa análise pretensamente serviria para professores e gestores como subsídio a compreensão da forma de comportamento dos cidadãos.

O texto apresenta uma discussão teórica sobre consumo, passando pelas contribuições de Veblen, dos autores da escola de Frankfurt, e do configuracionista Featherstone, ao qual os autores se filiam. A metodologia do trabalho foi chamada de “piloto-exploratório”, através de entrevistas realizadas por bolsistas, no início do

ano de 2005, no litoral do estado do Paraná, com 24 pessoas de ambos os sexos, com idade entre 18 e 30 anos.

Os dados apresentados refletem sobre a rotina e a ocupação do tempo livre das pessoas, em função da idade, escolaridade, gênero e renda familiar. O principal ponto discutido, no diálogo com Veblen, diz respeito ao papel social das posses na sociedade atual, onde o “ter” é mais importante do que “ser”. Além disso, as atividades rotineiras, menos valorizadas, são mal vistas pelos homens e normalmente realizadas pelas mulheres. Há ainda um diálogo dos dados coletados com Adorno e Horkheimer, especialmente na questão da indústria cultural, e sua relevância na ocupação do tempo livre, seja através da TV, filmes ou internet.

Ao encerrar o trabalho, lançam-se questionamentos aos gestores públicos, no sentido da reflexão sobre a oferta de programas públicos para o esporte e lazer, e a demanda da população, no sentido de seus anseios e formas de ocupação do tempo livre.

Os demais trabalhos analisados foram publicados na edição especial sobre políticas públicas de educação física, esporte e lazer (vol. 11, nº 03, de 2005), que teve como objetivo,

[...] apresentar para a comunidade científica um conjunto de argumentos para que a mesma possa efetivar uma reflexão consistente no sentido de encontrar estratégias para incluir a grande maioria da população nos benefícios desses direitos sociais garantidos constitucionalmente, como também incluir as políticas públicas na pauta dos problemas de conhecimento relevantes para essa comunidade de investigação<sup>76</sup>.

A edição contou com sete artigos na sessão Em Foco da revista, e dois artigos na sessão Ensaio, todos esses referentes às políticas públicas de educação física, esporte e lazer. Os artigos da sessão Espaço Aberto não diziam respeito à temática, e portanto não serão analisados.

O artigo “*A relação governo e sociedade na gestão da política pública de esportes e lazer no governo do Estado de Pernambuco – 1999-2001: analisando o projeto ‘Idosos em Movimento’*”, de Maria da Conceição Araújo Batista, mestre em Ciência Política pela UFPE e membro da equipe técnica da Gerência de Esportes – PE, é parte das reflexões realizadas durante seu mestrado, onde a autora analisou a relação Estado-sociedade no processo de formulação, implementação e gestão da política pública de esporte e lazer no Governo do Estado de Pernambuco, no

---

<sup>76</sup> Editorial da Revista Movimento, vol. 11, nº 03, de 2005.

período de 1999 a 2001. Mais especificamente, o artigo trata da questão da participação da sociedade civil nos processos decisórios de implantação, implementação e gestão da política pública de esporte e lazer, tendo como base o projeto “Idosos em Movimento”.

A primeira parte do texto é dedicada à discussão da democracia a partir de dois vieses.

Mesmo correndo o risco de reducionismo desse embate, podemos classificar tais posições em dois grandes grupos: de um lado, os que advogam uma concepção minimalista de democracia, em que a mesma é e deve ser apenas um método para constituir governos desprovidos de qualquer atributo finalístico; e, de outro, estão os que, reconhecendo também a superioridade da democracia enquanto regime político, postulam a transformação do Estado e da sociedade a partir da e com a democracia real (BATISTA, 2005, p. 28).

A ênfase é dada na segunda vertente, nas possibilidades e desdobramentos da democracia direta, ou, ao menos, participativa. A segunda parte do texto debate a relação entre Estado e sociedade no Brasil a partir da redemocratização do país, ocorrido com a queda do regime militar na década de 1980. Neste contexto surgem formas institucionalizadas de participação como os fóruns e conselhos, bem como iniciativas de construção de “[...] uma estrutura de redes interativas horizontais, estabelecendo as condições para o surgimento de uma nova contratualidade que se expressa com base na equidade e na participação popular descentralizada e pluralizada” (BATISTA, 2005, p. 35).

A opção metodológica para o desenvolvimento da pesquisa foi a dialética histórico-estrutural, tendo como procedimentos metodológicos para o levantamento dos dados empíricos a pesquisa documental e entrevistas semi-estruturadas.

A apresentação dos resultados, na ótica dos gestores e lideranças dos grupos de idosos, foi construída a partir de dois eixos temáticos: concepção de participação, e mecanismos de gestão participativa. Dentro do primeiro eixo há uma convergência de posições no sentido de compreender a participação restrita à fase de execução das atividades, e uma tendência na preocupação com a idéia de legitimação que perpassa o conceito de participação.

Em relação ao segundo eixo, a autora toma como referência os aspectos: base decisória, metodologia e definição de prioridades (TAVARES DA SILVA, 2002, citado por BATISTA, 2005), distinguindo-as entre modelos tradicional/conservador e alternativo/inovador. Relata que os três aspectos analisados relacionam-se com o

modelo tradicional/conservador. “O que percebemos na gestão do projeto ‘Idosos em Movimento’ é que as decisões são **centralizadas pela burocracia, baseadas nas prerrogativas do Executivo**” (BATISTA, 2005, p. 42, grifos do autor).

Conclui a autora que,

Apesar de o projeto aparentemente não estar favorecendo o aprendizado democrático com vistas ao exercício da cidadania, é inegável que tem propiciado acesso a novas vivências coletivas, podendo se constituir em um elemento mobilizador de novas possibilidades (BATISTA, 2005, p. 43).

E ainda que, para a compreensão do processo de formulação, implementação e gestão das políticas públicas, é indispensável estabelecer como foco central da atenção a relação entre Estado e sociedade. A atenção a essa relação permitiria apreender o caráter não linear que conforma o aparelho de Estado na sua articulação com a sociedade.

O artigo “*Avanços e contradições da participação popular na definição de políticas públicas de lazer em Porto Alegre*”, de Sílvia Cristina Franco Amaral, professora doutora da Unicamp, está centrado em duas questões principais “como se dá a participação da população na formulação das políticas públicas de lazer na cidade de Porto Alegre? Quais são as possibilidades e contradições dessa participação?” (AMARAL, 2005, p. 9).

O início do texto é dedicado a contextualização da gestão popular de Porto Alegre a partir do ano de 1988, e das políticas de lazer nesse contexto. Os instrumentos de coletas de dados apresentados são a análise documental, observações e entrevistas, sempre relacionados ao Orçamento Participativo (OP) do município. A etapa seguinte do texto se dedica à explicação do conceito de “espaço público não-estatal”, sugerido por Genro (1999a, 1999b) citado por Amaral (2005), e sua materialização através do OP.

[...] além de analisarmos as contradições presentes no processo do OP, temos que entender qual a capacidade, o espaço e a disposição da população para assumir o poder de decisão e como ele é exercido na realidade observada (AMARAL, 2005, p. 16).

Na discussão sobre o espaço do lazer no OP, tendo como referência as contribuições teóricas de Mascarenhas (2003), a autora passa a debater as condições de formulação das políticas para esta área:

Também constatee, em documentos da SME (Secretaria Municipal de Esporte) analisados, uma dotação orçamentária baixa para o setor, um

quadro de recursos humanos precário, políticas públicas de lazer que muitas vezes não são devidamente valorizadas em todos os setores da administração municipal e as reduzidas demandas advindas da população (AMARAL, 2005, p. 19).

A participação popular no âmbito do lazer, esbarraria na falta de informação e interesse pelo lazer por parte da população.

[...] como a população ainda o entende como uma prática supérflua às ações da iniciativa pública, será preciso um extenso trabalho de aproximação e ressignificação daquelas práticas culturais e populares já em esquecimento. É fundamental que as comunidades incorporem o lazer como um aspecto fundamental de suas vidas, cultivado como “uma prática de liberdade coletiva” que pode e deve ser proporcionada pelo poder público (AMARAL, 2005, p. 22).

A participação da população nessa área estaria sendo contemplada pela co-gestão de alguns espaços e projetos. Porém, “embora a co-gestão da SME seja anunciada como uma ação importante para autonomia, da forma como ela está sendo conduzida no campo do lazer, pode aprofundar ainda mais as disparidades sociais” (AMARAL, 2005, p. 22). Finalizando, a autora aponta a necessidade de uma transversalidade ou inter-setorialidade com outros órgãos da administração pública, além daquele nominalmente responsável pelo lazer.

O trabalho “*Horizontes do corpo na escola: uma investigação sobre o Programa Escola Plural em Belo Horizonte*”, de Anna Rachel Gontijo Mazoni, professora da Fundação Helena Antipoff e da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG, discute,

[...] as relações entre um projeto político-pedagógico considerado inovador – o Programa Escola Plural, implantado na Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte a partir de 1995 – e as práticas corporais que acontecem no cotidiano de uma escola de ensino fundamental (MAZONI, 2005, p. 107).

O artigo está baseado, segundo a autora, na dissertação por ela defendida, em 2003, na Faculdade de Educação da UFMG, sob orientação da Professora Maria Alice Nogueira.

Esse trabalho, apesar de fazer parte do número temático da Revista Movimento sobre políticas públicas, não faz parte do escopo da análise proposta, uma vez que se refere às políticas públicas de Educação, sem referência à Educação Física, esporte ou lazer.

O trabalho “*A popularização da canoagem: o caso de Piracicaba*”<sup>77</sup>, de Nelson Marcellino e Denis Roberto Terezani, busca discutir a possibilidade de popularização da canoagem, a partir do estudo de caso da cidade de Piracicaba – SP. Para tanto, caracterizam a canoagem como uma prática esportiva e de lazer, apresentam um breve histórico da organização da modalidade e da Confederação Brasileira de Canoagem (CBCa), e alguns programas já realizados pela CBCa, INDESP e Ministério do Esporte, dentre eles o Projeto Segundo Tempo – Canoa Brasil.

Na seqüência, passam a apresentar o estudo de caso, no município de Piracicaba – SP, destacando o Projeto Desporto de Base (PDB), a criação da Associação de Canoagem de Piracicaba, as parcerias entre a Secretaria de Esportes e outras secretarias municipais, bem como outras ações que garantem a promoção da canoagem, desde suas manifestações mais elementares e de participação, até o alto rendimento. Utilizam-se da pesquisa documental do PDB como fonte de pesquisa, além de impressões pessoais dos autores.

Após extenso relato dos programas relativos à canoagem em Piracicaba – SP, apresenta-se as principais barreiras para o desenvolvimento do esporte. Concluem que as ações no município pesquisado são exemplares para se pensar a democratização da modalidade de canoagem.

O trabalho em questão se enquadra em um relato dos dados empíricos, sem diálogo com a literatura e grande envolvimento (ELIAS, 1998) dos autores na construção do texto.

O artigo “*O diverso, o diferente e o idêntico no contexto escolar: o que dizem os discursos oficiais das políticas públicas de inclusão?*”, de Maria do Socorro Correia Lima, também fez parte do número temático de políticas públicas. Buscou discutir,

[...] ainda que de forma breve, sobre o diverso, o diferente e o idêntico no contexto escolar, tendo como ponto de partida, as argumentações tecidas nos discursos oficiais das políticas públicas de inclusão, instauradas nas escolas públicas brasileiras, para alunos ditos especiais (LIMA, 2005, p. 183).

Porém, como o texto não faz referência direta à educação física, tampouco ao esporte e lazer, o mesmo não será considerado na análise.

---

<sup>77</sup> Muito semelhante ao trabalho apresentado no GTT de Políticas Públicas na XIV Conbrace pelos autores.

O trabalho “*A cidade e o lazer: as desigualdades sócio-espaciais na distribuição dos equipamentos culturais na cidade do Rio de Janeiro e a construção de um indicador que oriente as ações em políticas públicas*”, de Victor Andrade de Melo e Fabio de Faria Peres, buscou apresentar um panorama da distribuição de equipamentos culturais na cidade do Rio de Janeiro, como um dos subsídios à formulação das políticas públicas.

Para tanto, fez-se um relato histórico da intervenção pública em termos de equipamentos de lazer, e discute-se o “desmantelamento das formas públicas de lazer” nas últimas décadas. Sugere um interessante termo para cunhar o papel do Estado, através das políticas públicas nas últimas décadas: a espetacularização das políticas públicas.

Afinal, esses “eventos”/“políticas” se articulam coerentemente com a lógica de entendimento da produção cultural como espetáculo de entretenimento, como estratégia de consumo fácil, muitas vezes pela própria televisão e não *in loco*. Se antes já estavam imersas na lógica do acúmulo de capital e as iniciativas de controle da população estavam ligadas ao fortalecimento das estratégias de negócios, o que parece diferenciar este momento é o fato das cidades em si se estabelecerem como formas de negócios, compreendidas como uma mercadoria (MELO; PERES, 2005b, p. 133).

Outra problemática levantada pelos autores diz respeito a qualidade do acesso aos bens culturais, destacando o aspecto físico (se há equipamento propriamente dito); o aspecto financeiro (se o valor cobrado e os gastos adicionais são acessíveis); o aspecto relacionado à formação/disposição (se há estímulo e intervenção pedagógica, mediação, que possibilite a compreensão dos significados das diversas manifestações culturais); e a questão da espacialidade (tanto em seu sentido mais restrito, no que se refere ao aspecto físico e geográfico propriamente dito dos equipamentos, quanto em seu sentido mais amplo, considerando sua relação com o contexto social, político e econômico).

Na apresentação dos dados referentes a cidade do Rio de Janeiro, e o considerando como um município complexo, com características e condições sociais díspares, utilizam-se de dois parâmetros pelos autores desenvolvidos:

[...] o Indicador de Desenvolvimento e Acesso Cultural absoluto (IDACabsoluto) e o Indicador de Desenvolvimento e Acesso Cultural relativo (IDAC-relativo e por unidade). Por fim, preocupamo-nos também em estabelecer a correlação entre o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e a distribuição dos equipamentos, a fim de verificar em que intensidade as desigualdades nestes parâmetros estão relacionadas (MELO; PERES, 2005b, p. 136).



Tendo como fonte dois dos principais jornais impressos da cidade, houve o mapeamento da distribuição de seis tipos de equipamentos culturais, a saber: bibliotecas, museus, centros culturais, parques e florestas, teatros e cinemas. Foi apresentada uma série de dados e correlações entre os parâmetros estabelecidos, concluindo-se que há uma grande disparidade na distribuição geográfica dos equipamentos de lazer no município do Rio de Janeiro, apontando para a necessidade de um processo de redistribuição e desconcentração cultural.

O artigo *“Espaço e planejamento urbano na sociedade contemporânea: políticas públicas e a busca por uma marca identitária na cidade de Curitiba”* de Simone Rechia, buscou “apontar algumas características das formas de produção de espaços pelas quais a prática urbanística e arquitetônica tem passado, dando uma ênfase especial às tendências contemporâneas” (RECHIA, 2005, p. 49).

Grande parte do texto é dedicada a apresentar um conjunto de teorias e reflexões sobre a cidade. Sob este aspecto constrói-se o argumento da construção da identidade nas grandes metrópoles:

Mais do que nunca, a arquitetura e as cidades estão à procura de uma identidade que as singularize. Por isso, a construção das cidades do futuro coloca em questão a busca pela construção de uma auto-imagem positiva, dentre as quais Curitiba claramente se situa, assim como outras capitais do país (RECHIA, 2005, p. 58).

Passando ao caso da cidade de Curitiba, a autora afirma que,

O modelo urbanístico de espaços públicos que contemplam a relação cidade/natureza/cultura/esporte e lazer proposto para Curitiba tende, portanto, a lhe conferir uma marca identitária de auto-imagem positiva. Embora o planejamento dos espaços seja de fundamental importância para oportunizar experiências no âmbito do lazer e dos esportes, essas intervenções deverão estar sempre que possível conectadas a políticas públicas que realmente atendam aos anseios do cidadão (RECHIA, 2005, p. 61).

A última parte do texto é dedicada a tentativa de aproximação da discussão às políticas públicas de esporte e lazer, de maneira apenas superficial.

O trabalho em questão tem ênfase na discussão teórica sobre o planejamento das cidades, trás alguns poucos dados empíricos ao fazer referência à cidade de Curitiba, e tem uma discussão periférica em relação às políticas públicas de esporte e lazer.

O trabalho *“A Vila Olímpica da Maré e as políticas públicas de esporte no Rio de Janeiro: um debate sobre a relação lazer, esporte e escola”*, de Marcelo

Paula de Melo, buscou “discutir como se deu a interação Vila Olímpica da Maré (VOM) e as escolas que se relacionavam com ela no processo de implementação dessa política pública de esporte e lazer da prefeitura do Rio de Janeiro” (MELO, 2005, p. 89).

O trabalho é “amplamente fundamentado no referencial teórico marxista, dialogando principalmente com as formulações e método de Antonio Gramsci” (MELO, 2005, p. 90). A primeira parte do texto, nesse sentido, é dedicada a discussão da relação entre escola, lazer e educação, sob a ótica da luta de classes e conquista de hegemonia.

A próxima parte do texto analisa a relação entre um programa municipal de esporte e lazer, a VOM, e as escolas públicas da comunidade. Através do acesso a documentos e entrevistas com os envolvidos, o autor explora a inconsistência do número de freqüentadores do projeto, e a aproximação com as escolas como meio de suprir a carência de alunos no programa:

Pode-se dizer que durante os anos de 2001 e 2002 os jovens e crianças advindas com as escolas eram responsáveis pela garantia do quantitativo na VOM. Tanto que quando não havia aulas nas escolas a VOM ficava vazia (MELO, 2005, p. 102).

A conclusão se encaminha no sentido de constatar a supervalorização do número de participantes, como observado por Cavichioli (1996), e a característica paliativa das ações do poder público:

[...] esse caráter mítico, quase religioso de “salvação”, de resolução de todas as questões sociais apenas por sua existência, representa essa face de obtenção do consenso e repolitização para o não enfrentamento crítico do atual estado de coisas (MELO, 2005, p. 104).

Apesar de apresentar tanto um debate teórico, quanto uma riqueza na exposição empírica, o diálogo entre as partes é pobre, talvez porque a dimensão teórica tenha sido estabelecida a priori, e os dados demandavam outro tratamento teórico.

O artigo “*Lazer e utopia: limites e possibilidades de ação política*”, de Fernando Mascarenhas, apresenta uma síntese propositiva na direção do revigoramento das políticas de lazer. Ancorado numa concepção dialética da história, funda-se no balanço crítico das mudanças que imputaram ao lazer, ao longo das duas últimas décadas, a marca da mercadoria, e as possibilidades de superação desta condição (MASCARENHAS, 2005).

A primeira parte do texto é dedicada a apresentação dos conceitos de “mercolazer” e “lazerania”, cunhados pelo autor. O primeiro conceito,

[...] procura traduzir tanto a dinâmica tendencial de mercantilização do lazer em sua manifestação mais imediata, quando assume a forma de uma mercadoria propriamente dita, como, também, sua manifestação como: valor de uso prometido, quando seu poder imagético, como coisa significativa, aparece involucralmente colado ao corpo de outras mercadorias; como palco de vivências, servindo de atrativo divertido e emprestando o estatuto do lazer a um conjunto de pontos de venda ou equipamentos de comércio; e como compra divertida, quando o próprio processo de troca assume a identidade de uma atividade de lazer (MASCARENHAS, 2005, p. 156-7).

Em contrapartida ao “mercolazer”, e ao colocar em perspectiva outra sociedade, a sociedade para além do capital, Mascarenhas (2005, p. 159), propõe outro lazer.

E o que estamos concebendo como “lazerania”, ao passo em que procura expressar a possibilidade de apropriação do lazer como um tempo e espaço para a prática da liberdade, para o exercício da cidadania, busca traduzir a qualidade social de uma sociedade cujo direito ao lazer pode ter seu reconhecimento alicerçado sobre princípios como planificação, participação, autonomia, organização, justiça e democracia, deixando de ser monopólio ou instrumento daqueles que concentram poder.

Entendendo na “lazerania” uma possibilidade frente à hegemonia do “mercolazer”, Mascarenhas (2005) apresenta uma opção política de “lazerania”. Entende o autor em relação às políticas sociais em nossa sociedade que,

Fazer das políticas sociais um espaço de participação significa, deste modo, colocar em evidência a dimensão das condições subjetivas, conferindo importância à ação política de sujeitos coletivos que, mesmo dentro de uma estrutura social dada, podem jogar um peso importante na conquista de posições em reforço à luta hegemônica pelo estabelecimento de novos parâmetros para a organização das relações de poder e da vida comum (MASCARENHAS, 2005, p. 162).

Ou seja, seriam as políticas sociais meios de implementação de um novo modelo de sociedade. Em termos do autor, representaria um “empurrãozinho” da super-estrutura sobre a estrutura. As mudanças nas políticas sociais, por sua vez, deveriam ser acompanhadas de mudanças nas políticas econômicas, com redução das jornadas de trabalho sem redução de salários, e inversão das prioridades nos financiamentos aos empreendimentos voltados ao lazer.

Ao invés de patrocinar o desenvolvimento concêntrico do “mercolazer” – como, por exemplo, na concessão de empréstimos pelo BNDES para a construção de shoppings, parques temáticos ou mega-empreendimentos turísticos –, o fundo estatal deveria investir na ampliação do acesso ao

microcrédito para cooperativas e política de subsídios para as pequenas empresas de lazer com atividades efetivamente orientadas para a promoção da cultura lúdica, do bem-estar humano, da dignidade das pessoas e do respeito à natureza (MASCARENHAS, 2005, p. 166).

A política da “lazerania” estaria ainda atrelada a mudanças na política de cidades, a valorização do lazer associativo e a preocupação ambiental. A problemática do autor se volta ainda à precariedade das relações de trabalho em atividades de lazer e a intersectorialidade das políticas da área. Em relação a esse último ponto, sugere que apesar de ser uma política transversal, deve haver um ponto de partida e sustentação para o lazer. Este ponto de apoio poderia ser tanto a educação quanto o esporte, na ótica do autor.

Finalmente, o autor aponta uma possibilidade pedagógica de implementação de seus pressupostos. Rechaça as possibilidades de intervenção através da animação sócio-cultural<sup>78</sup>, e apresenta a possibilidade de intervenção através da “pedagogia crítica do lazer”:

[...] a “pedagogia crítica do lazer” materializa uma prática educativa que visa robustecer a resistência e a luta das classes populares alimentando-se de suas próprias experiências e tradições. Inscreve-se dentro de uma dinâmica cultural já existente como pedagogia que se propõe contribuir para que elas possam desenvolver – ou seja, expressar, valorizar, criticar, enriquecer, reformular, etc. – coletivamente suas formas de aprender e explicar a vida social, buscando valorizar as práticas e valores emancipatórios que brotam de sua cotidianidade (MASCARENHAS, 2005, p. 177).

Seria através dela que os sujeitos envolvidos em tal proposta há reconheceriam como tempo e espaço de resistência e organização política, tanto em relação às possibilidades de ocupação e vivência do lazer como em relação ao encaminhamento de estratégias de mudança, tanto no que toca à necessidade de democratização do acesso à fruição dos bens culturais como no que se refere à participação na produção, reprodução, sistematização e difusão da cultura, nas decisões políticas e na condução da vida social (MASCARENHAS, 2005).

O texto busca realizar uma ampla discussão, desde mudanças macro-estruturais até estratégias pedagógicas de intervenção no âmbito do lazer. Apresenta quase que uma cartilha de superação do status quo. São impressões pessoais, sem grandes incursões na empiria, com traços de idealismo e posicionamento individual, sem grande trato científico.

---

<sup>78</sup> Sugere que existiriam duas ou três versões da animação sócio-cultural, tendo como base os trabalhos de Requiza (1973), Marcellino (1994; 1996) e Melo e Alves Júnior (2003).

Pode-se dizer que um número reduzido de trabalhos sobre políticas públicas de esporte e lazer foi publicado durante o período pesquisado na Revista Movimento. A maioria deles está em um número especial, no qual se gera uma demanda por trabalhos, que não é exatamente aquela do fluxo contínuo da revista. Nesse número foram publicados dois artigos que discutem a relação entre o Estado e a sociedade civil, a partir de recortes distintos; dois trabalhos referentes aos espaços públicos de lazer; o de Mascarenhas (2005), mais no âmbito teórico da discussão sobre lazer; dois artigos sobre programas esportivos e de lazer; e dois que se referem às políticas educacionais, mas sem referência à área de educação física, esporte ou lazer.

Nos demais números da revista há um trabalho sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor, uma resenha de um livro sobre políticas sociais de esporte e lazer, e um texto, que apesar de anunciar a temática de políticas públicas, no máximo apresenta subsídios para se pensar as ações no âmbito do lazer.

Analisando os dois periódicos pesquisados, podemos dizer que as publicações sobre políticas públicas de esporte e lazer são incipientes, e por vezes utilizam-se do termo políticas públicas sem estudá-las, como se qualquer questão referente ao esporte e lazer influenciasse diretamente a ação pública, e por isso pudessem ser rotuladas como pesquisas na área. Outra constatação diz respeito a importância da indução de pesquisas na área, uma vez que os trabalhos que foram publicados nos periódicos estão diretamente relacionados a dois tipos de indução, o número temático da Revista Movimento, e o Observatório do Torcedor, do Ministério do Esporte.

### 3.3.1.3 A produção *strictu sensu* sobre políticas públicas de esporte e lazer

A produção científica sobre políticas públicas de esporte e lazer, materializada através de teses e dissertações defendidas junto a pós-graduações *strictu sensu*, entre os anos de 2005 e 2009, terá o foco de atenção nesse momento.

Para tanto, foram consultadas as seguintes bases de dados online: 1) Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD); 2) Banco de Teses da Capes; 3) Nuteses – núcleo brasileiro de dissertações e teses em Educação, Educação Física e Educação Especial.

O principal deles, que trouxe informações mais consistentes foi o Banco de Teses da Capes, que tem por objetivo facilitar o acesso a informações sobre teses e dissertações defendidas junto a programas de pós-graduação do país. O Banco de Teses faz parte do Portal de Periódicos da Capes/MEC<sup>79</sup>. Pesquisa junto a essa base de dados, em 08 de março de 2010, com os termos “política”, “pública”, “esporte”, “lazer” retornou os seguintes resultados:

<b>Ano-base 2005</b>					
<b>Título</b>	<b>Autor</b>	<b>Orientador</b>	<b>Instituição</b>	<b>Programa</b>	<b>Nível</b>
Parques públicos urbanos: a síntese entre proteção ambiental e lazer público	Bey Ayres da Silva	Otto Toledo Ribas	UNB	Arquitetura e urbanismo	Ms.
Política de esporte e lazer como educação emancipatória da juventude: contradições e possibilidades das políticas democráticas e populares	Jamerson Antonio de Almeida da Silva	Celi Nelza Zulke Taffarel	UFBA	Educação	Dr.
O lazer em adolescentes: contribuições acerca de desenvolvimento	Karina Helaine de Lima Coelho	Fernando Augusto Ramos Pontes	UFPA	Psicologia	Ms.
Formação de trabalhadores em lazer por uma educação no e para o tempo livre	Katharine Ninive Pinto Silva	Celi Nelza Zulke Taffarel	UFBA	Educação	Dr.
Políticas Públicas de educação e a formação para o conviver: O acantonamento como uma boa saída da escola	Luiz Aurélio Chamlian	Edileine Vieira Machado Da Silva	UNICID	Educação	Ms.
(In)Visibilidade perversa: adolescentes infratores como metáfora da violência	Mione Apolinário Sales	Sérgio França Adorno De Abreu	USP	Sociologia	Dr.
Lazer - Meio Ambiente: em busca das atitudes vivenciadas nos esportes de aventura	Mirleide Char Bahia	Tânia Mara Vieira Sampaio	UNIMEP	Educação Física	Ms.

Dr. – doutorado. Ms. – mestrado.

QUADRO 5 – TESES E DISSERTAÇÕES SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER – ANO BASE 2005

FONTE: <http://www.capes.gov.br/servicos/banco-de-teses>

Dos trabalhos concluídos no ano de 2005, destaca-se que apenas um estava vinculado a programa de pós-graduação em Educação Física. A maioria deles foi desenvolvido junto a programas da área de Educação.

<sup>79</sup> Disponível em <http://www.capes.gov.br/servicos/banco-de-teses>. Acesso em 08 de março de 2010.

Há duas teses de doutorado orientadas por Celi Nelza Zulke Taffarel, uma das grandes referências nacionais na área de Educação Física. Ambos os autores das teses estão hoje vinculados a UFPE, e participam do grupo de pesquisa da instituição, que pesquisa, entre outros assuntos, políticas públicas de esporte e lazer. Também Celi Taffarel hoje integra grupos de pesquisa que têm como objeto de estudo as políticas públicas de esporte e lazer.

<b>Ano-base 2006</b>					
<b>Título</b>	<b>Autor</b>	<b>Orientador</b>	<b>Instituição</b>	<b>Programa</b>	<b>Nível</b>
Diagnóstico de esporte e lazer: conhecer para transformar um estudo em Municípios do Rio Grande do Sul	Ademir Muller	Lamartine Pereira da Costa	UGF	Educação Física	Dr.
Lazer e esporte nos clubes social-recreativos de Araraquara	André Henrique Chabaribery Capi	Nelson Carvalho Marcellino	UNIMEP	Educação Física	Ms.
Lago Paranoá: Lazer e sustentabilidade urbana	Apoena de Alencar Parente	Maria do Carmo de Lima Bezerra	UNB	Arquitetura e Urbanismo	Ms.
A formação dos agentes comunitários de saúde: experiência do município de Campinas	Elisabet Pereira Lelo Nascimento	Carlos Roberto Silveira Correa	UNICAMP	Saúde Coletiva	Dr.
Educação Para o Lazer do Cidadão: políticas públicas para a cidade de São Luís (MA)	Luiz Alfredo Ribeiro da Silva	Paulo da Trindade Nerys Silva	UFMA	Educação	Ms.
Os centros educacionais unificados da cidade de São Paulo	Marisa Pulice Mascarenhas	Flávio José Magalhães Villaça	USP	Arquitetura e Urbanismo	Ms.
Algumas características da Pastoral Urbana à luz da Teologia da Cidade diante das exigências atuais da evangelização	Nei de Oliveira Preto	Sérgio Conrado	CENTRO UNIVERSITARIO ASSUNÇÃO	Teologia	Ms.
Prática de ato infracional e as medidas sócioeducativas: uma leitura a partir do estatuto da criança e do adolescente e dos princípios constitucionais	Norival Acácio Engel	Paulo de Tarso Brandão	UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ	Ciência Jurídica	Ms.
O impacto da política pública de lazer no processo educativo dos usuários do centro popular de cultura, esporte e lazer do bairro Aero-Rancho	Rodrigo Barbosa Terra	Mariluce Bittar	UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO	Educação	Ms.

O lazer como direito social na Prefeitura Municipal de Belo Horizonte	Virna Carolina Carvalho Munhoz	Telma Maria Gonçalves Menicucci	FUNDAÇÃO O JOÃO PINHEIRO	Administração Pública	Ms.
---	--------------------------------	---------------------------------	--------------------------	-----------------------	-----

Dr. – doutorado. Ms. – mestrado.

QUADRO 6 – TESES E DISSERTAÇÕES SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER – ANO BASE 2006

FONTE: <http://www.capes.gov.br/servicos/banco-de-teses>

No ano de 2006 houve um aumento das teses e dissertações defendidas sobre políticas públicas de esporte e lazer. Dessas, duas em programas de pós-graduação em Educação, duas em Arquitetura e Urbanismo, e duas na Educação Física. Os demais se espalham por áreas como Administração Pública, Ciência Jurídica, Saúde Coletiva e até Teologia, uma área com pouca ou nenhuma proximidade com a Educação Física. Porém, a grande maioria no nível de mestrado, sendo apenas duas teses de doutorado.

Dentre orientandos e orientadores, apenas Nelson Carvalho Marcellino é hoje integrante de grupo de pesquisa que se dedica à pesquisa de políticas públicas de esporte e lazer. Os demais estão cadastrados em grupos de outras áreas do conhecimento ou simplesmente não participam de grupos de pesquisa.

Dois dos trabalhos, de Preto (2006) e Engel (2006) parecem não focar o esporte e lazer. No ano de 2007,

<b>Ano-base 2007</b>					
<b>Título</b>	<b>Autor</b>	<b>Orientador</b>	<b>Instituição</b>	<b>Programa</b>	<b>Nível</b>
Morbi-mortalidade juvenil por acidentes de transporte em Goiânia	Carlos Roberto Caixeta	Virginia Visconde Brasil	UFG	Enfermagem	Ms.
O Papel do Profissional de Educação Física como Intermediário entre o Adulto e o Lúdico	Cathia Alves	Nelson Carvalho Marcellino	UNIMEP	Educação Física	Ms.
Avaliação da qualidade de saúde da mulher no município de Guarapuava-Paraná	Cintia Raquel Bim	Sandra Marisa Pelloso	UEM	Ciências da Saúde	Ms.
Futebol se aprende na escola : novas práticas de sociabilidade esportiva no contexto urbano	Claudemir José dos Santos	Luiz Henrique de Toledo	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS	Ciências Sociais	Ms.
Formação e Qualificação para Atuação Profissional em Lazer: Caso de Política Pública de Piracicaba/SP	Gustavo André Pereira de Brito	Nelson Carvalho Marcellino	UNIMEP	Educação Física	Ms.
Os Jogos Abertos do Paraná na	Jacquelin	Fernando	UFPR	Educação	Ms.



Contextualização do Esporte Paranaense entre 1987 e 2005	e Alberge Ribas	Marinho Mezzadri		Física	
O trabalho infantil e sua oposição ao mundo da criança: a avaliação do programa de erradicação do trabalho infantil no município de Itajaí / SC	Josely Cristiane Rosa	Neusa Maria Sens Bloemer	UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ	Gestão de políticas públicas	Profi.
Políticas Públicas: a formação cidadã no interior do Programa Escola Aberta em Pernambuco	Laurecy Dias dos Santos	Otávio Machado Lopes de Mendonça	UFPB	Educação	Ms.
Com a palavra: o adolescente em conflito com a lei – contribuições da psicanálise para a aplicação de medidas socioeducativas de prestação de serviços à comunidade	Maria Isabel Gonçalves Henriques	Miriam Debieux Rosa	USP	Psicologia Clínica	Ms.
A Influência da Associação Cristã de Moços na Disseminação do Esporte e Lazer em Sorocaba	Rosangel a Benito	Tânia Mara Vieira Sampaio	UNIMEP	Educação Física	Ms.

Dr. – doutorado. Ms. – mestrado. Profi. – profissionalizante.

QUADRO 7 – TESES E DISSERTAÇÕES SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER – ANO BASE 2007

FONTE: <http://www.capes.gov.br/servicos/banco-de-teses>

No ano de 2007 foram dez trabalhos concluídos, sendo nove deles no nível de mestrado e um profissionalizante. Destaque ao programa de pós-graduação em Educação Física da Unimep, que teve três trabalhos concluídos nesse ano, sendo dois orientados por Nelson Carvalho Marcellino. Outro orientador nesse ano que tem como foco de pesquisa as políticas públicas de esporte e lazer foi Fernando Marinho Mezzadri, da UFPR. Esses quatro trabalhos foram desenvolvidos em pós-graduações da área de Educação Física. Os demais nas áreas de Educação, Enfermagem, Ciências da Saúde, Ciências Sociais, Gestão de Políticas Públicas, Psicologia Clínica.

Laurecy Dias dos Santos é a única entre os orientados que ainda faz parte de grupo de pesquisa sobre políticas públicas de esporte e lazer. A grande maioria dos demais hoje não faz parte de grupos de pesquisa. No ano de 2008, verificou-se o seguinte quadro:

Ano-base 2008					
Título	Autor	Orientador	Instituição	Programa	Nível
Participação, Cultura Política e Racionalidade: a influência da natureza dos bens produzidos pelo Orçamento Participativo e Orçamento Participativo da	Antônio de Pádua Silveira de Melo	Maria de Lourdes Dolabela Luciano Pereira	UFMG	Sociologia	Ms.

Habitação sobre o processo de ação coletiva dos grupos de sem-casas e associações de bairros e favelas em Belo Horizonte.					
A contribuição de Mario de Andrade para a saúde pública no estabelecimento de um projeto de educação destinado a crianças e jovens no Departamento Municipal de Cultura da cidade de São Paulo (1935-1938)	Cleide Lugarini de Andrade	Maria da Penha Costa Vasconcellos	USP	Saúde Pública	Dr.
Políticas públicas de lazer em Belém: um estudo sobre a gestão coletiva implementada pelo poder público municipal no período de 2001 a 2004	Fatima de Souza Moreira	Maria Cecília de Paula Silva	UFBA	Educação	Ms.
Políticas Públicas de Lazer em Cidade Média de Região Metropolitana	Felipe Soligo Barbosa	Nelson Carvalho Marcellino	UNIMEP	Educação Física	Ms.
Gestão democrática e política municipal de esporte: o caso de Santana de Parnaíba	Flávia da Cunha Bastos	Lisete Regina Gomes Arelaro	USP	Educação	Dr.
Lazer operário nas Barrancas do Rio São Francisco: possibilidades de um Programa de Lazer-Educação junto ao sindicato dos metalúrgicos de Pirapora - MG	José de Andrade Matos Sobrinho	Antonio Julio de Menezes Neto; Justino de Souza Júnior	UFMG	Educação	Ms.
Juventude e arte: os sentidos da mediação artística para jovens participantes de projetos sociais	Lilian Caroline Urnau	Andréa Vieira Zanella	UFSC	Psicologia	Ms.
Análise do desenvolvimento das práticas urbanas de lazer relacionadas a produção cultural no período nacional-desenvolvimentista à globalização através da teoria da ação comunicativa	Marco Antonio Bettine de Almeida	Gustavo Luís Gutiérrez	UNICAMP	Educação Física	Dr.
Políticas Públicas Para o Esporte e Lazer no Município de Araucária no Período de 2001-2007: Estrutura Organizacional, Projetos/Programas e Análise Configuracional	Marlise Monica Araújo	Fernando Marinho Mezzadri	UFPR	Educação Física	Ms.
O Lazer para a classe de trabalho: Prefeitura e bairros populares de Vila Velha – ES	Salvador Inácio da Silva	Alzira Lobo de Arruda Campos	UNIVERSIDADE SÃO MARCOS	Educação, Administração e Comunicação	Ms.
Políticas públicas de lazer em cidades de pequeno porte de	Stephanie Helena	Nelson Carvalho	UNIMEP	Educação Física	Ms.

regiões metropolitanas	Mariano	Marcellino			
------------------------	---------	------------	--	--	--

Dr. – doutorado. Ms. – mestrado.

**QUADRO 8 – TESES E DISSERTAÇÕES SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER – ANO BASE 2008**

FONTE: <http://www.capes.gov.br/servicos/banco-de-teses>

Dentre os trabalhos listados, pode-se verificar a predominância das políticas de lazer como objeto de estudo. Os programas de pós-graduação em Educação Física foram onde mais se produziu sobre o assunto, seguido dos programas de pós-graduação em Educação. Há ainda trabalhos junto à pós-graduações das áreas de Sociologia, Saúde Pública, Psicologia, Educação, Administração e Comunicação. São na maioria pesquisas no nível de mestrado (oito), e somente três teses de doutorado.

Os orientadores estão vinculados a grupos de pesquisas cadastrados no CNPQ. Porém, somente dois deles (Marcellino e Mezzadri) estão vinculados a grupos que se dedicam a pesquisar políticas públicas de esporte e lazer. Os demais estão vinculados a grupos de pesquisa em diversas áreas do conhecimento.

Sete dos onze pesquisadores que concluíram suas teses e dissertações no ano de 2008 estão vinculados a grupos de pesquisas cadastrados no CNPQ. Porém, somente Marlise Monica Araújo em um grupo que pesquisa as políticas públicas de esporte e lazer.

<b>Ano-base 2009</b>					
<b>Título</b>	<b>Autor</b>	<b>Orientador</b>	<b>Instituição</b>	<b>Programa</b>	<b>Nível</b>
Representações da cultura esportiva e da mídia em Moçambique na perspectiva do desenvolvimento humano	Claudio Leão da Silva Tonetti	Giovani de Lorenzi Pires	UFSC	Educação Física	Ms.
Utopia, esperança e resistência: um estudo sobre a práxis libertadora na política pública de esporte e lazer de fortaleza	Fábio Porto de Oliveira	Jesus Garcia Pascual	UFCE	Psicologia	Ms.
Juventude, violência e ação coletiva	Fátima Madalena de Campos Lico	Marcia Faria Westphal	USP	Saúde Pública	Dr.
Formação permanente e suas relações com a prática do professor de educação física na secretaria municipal de esportes, recreação e lazer de Porto Alegre	Ismael Antonio Bacellar Schaff	Vicente Molina Neto	UFRGS	Ciências do Movimento Humano	Ms.
Pressupostos ontológicos da	Kátia	Celi Nelza	UFBA	Educação	Dr.

produção do conhecimento do lazer no Brasil - 1972 a 2008: realidades e possibilidades na pós-graduação e graduação em educação física	Oliver de Sá	Zulke Taffarel			
Trabalho voluntário em projetos sociais esportivos: uma análise a partir do programa escola aberta de Novo Hamburgo/RS	Leandro Forell	Marco Paulo Stigger	UFRGS	Ciências do Movimento Humano	Ms.
O parque público na cidade de São Paulo; 1989-2008	Luiz Fernando Macarrão	Ana Maria Fernandes	UFBA	Arquitetura e Urbanismo	Ms.
Uma contribuição à crítica das arenas multiuso em Santa Catarina, estudo da localização do centro multiuso em São José - SC	Marcelo Fontes de Oliveira	Lino Fernando Bragança Peres	UFSC	Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade	Ms.
Educação popular - interlocuções com animação cultural - o programa de animação cultural da secretaria de educação, esportes e lazer do Recife	Maria de Fátima Pontes	Tereza Luíza de França	UFPE	Educação	Ms.
Política de inclusão digital no Projovem: um estudo das repercussões do programa no Recife	Maria do Rozário Gomes da Mota Silva	Márcia Angela da Silva Aguiar	UFPE	Educação	Ms.
Programas e projetos sociais em Curitiba: um estudo sobre avaliação	Maria José Soares de Mendonça	Samira Kauchakje	PUC-PR	Gestão Urbana	Ms.
Permanências e inovações na gestão social: gestão intersetorial de políticas na área de desenvolvimento social na administração regional Cic – Curitiba, PR	Maria Tereza Gonçalves	Samira Kauchakje; Tomás Antonio Moreira	PUC-PR	Gestão Urbana	Ms.
Políticas públicas ambientais: ações realizadas durante o verão no litoral paranaense, avanços e retrocessos observados nos anos de 1996/1997 e 2007/2008	Noelle Costa Saborido	Leila Teresinha Maranhão	Universidad e Positivo	Gestão Ambiental	Profi.
Qualidade de vida no trabalho: estudo de caso na base operacional da Cifarma	Otavia Borges Naves de Lira	Eliane Lopes Brenner	PUC-GO	Gestão, Pesquisa e Desenvolvimento em Tecnologia Farmacêutica	Profi.
O espetáculo da educação: os centros educacionais unificados do município de São Paulo como	Reinaldo Tadeu Boscolo	Vitor Henrique Paro	USP	Educação	Dr.

espaços públicos de lazer	Pacheco				
O que é lazer? Uma análise dos pleitos de Minas Gerais do Programa Esporte e Lazer da Cidade em 2007	Roseana Mendes	Carlos Fernando Ferreira da Cunha Júnior	UFV	Educação Física	Ms.
A prática pedagógica e o ensino de educação física no cotidiano de duas escolas públicas estaduais do bairro Jardim Santo André: entre o texto oficial e o contexto vivido	Silvana Esmenia da Dalto de Souza	Branca Jurema Ponce	PUC-SP	Educação	Ms.
Sobre o fazer técnico e o fazer político: atuação do profissional de lazer no serviço público municipal	Tarcila Bretas Lopes	Hélder Ferreira Isayama	UFMG	Lazer	Ms.
Formação da política e política de formação do Programa Esporte e Lazer da Cidade	Ubiratan Azevedo de Menezes	Augusto Cesar Rios Leiro	UEBA	Educação e Contemporaneidade	Ms.
As tecnologias da informação e da comunicação na organização do trabalho pedagógico na educação física: possibilidades emancipatórias no ensino do esporte	Wellington Araújo Silva	Celi Nelza Zulke Taffarel	UFBA	Educação	Dr.

Dr. – doutorado. Ms. – mestrado.

QUADRO 9 – TESES E DISSERTAÇÕES SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER – ANO BASE 2009

FONTE: <http://www.capes.gov.br/servicos/banco-de-teses>

No ano de 2009, observou-se um considerável aumento no número de teses e dissertações sobre o assunto, totalizando vinte. Muitas delas foram defendidas em cursos de instituições não-estatais. A maioria esteve vinculada à área de Educação, seguida pela área de Educação Física, e Gestão Pública/Urbana, Arquitetura e Urbanismo.

Dentre os orientadores, destaca-se a presença novamente da professora Celi Taffarel, com duas orientações de doutorado, e dois professores de Educação Física da UFRGS, Vicente Molina Neto e Marcos Paulo Stigger, com orientações no nível de mestrado.

Observando a produção materializada em teses e dissertações sobre políticas públicas de esporte e lazer, entre os anos de 2005 e 2009 pode-se verificar que gradativamente esse material tem sido predominante nos programas de pós-graduação em Educação Física. A maioria da produção está no nível do mestrado, com poucas teses defendidas sobre o assunto. Entre os orientadores, destacam-se Nelson Carvalho Marcellino e Fernando Marinho Mezzadri, por apresentarem várias

orientações sobre o assunto no decorrer dos anos pesquisados, na área de Educação Física, e a professora Celi Taffarel, com suas orientações no mestrado e doutorado em Educação. Fato relevante detectado foi que os autores que defenderam teses e dissertações sobre o assunto normalmente não têm publicizado suas produções através de outros meios considerados mais acessíveis, como artigos em periódicos e nos congressos analisados.

### 3.4 ANÁLISE CRÍTICA DO SUBCAMPO CIENTÍFICO/ACADÊMICO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER NO BRASIL

A produção acadêmica sobre políticas públicas de esporte e lazer tem uma história recente, tendo seu início com a obra de Manhães (1986). Aquela, porém foi uma iniciativa isolada, que não refletia um movimento no sentido de tomar as políticas públicas da área como objeto relevante para o campo científico/acadêmico, especialmente ao subcampo científico/acadêmico da Educação Física.

O próprio subcampo científico/acadêmico da Educação Física brasileira naquele momento passava por um momento de re-significação, agregando referenciais das áreas humanas e sociais, que contribuíram muito para a ampliação do entendimento dos fenômenos educação física, esporte e lazer, e para o crescimento da área.

Ao que tudo indica, a produção acadêmica sobre políticas públicas de esporte e lazer começou a se desenvolver com maior fôlego no final da década de 1990 e início da década de 2000, com a criação de fóruns específicos de discussão, como o GTT de Políticas Públicas do CBCE, edições de periódicos com números temáticos específicos sobre políticas públicas (volume 24, número 3 da RBCE; volume 11, número 3 da Revista Movimento; número 11 e número 12 da Revista Motrivivência; volume 2, número 1 da Revista Licere), a criação e consolidação de grupos de pesquisa, e a publicação de alguns livros sobre a temática (MARCELLINO, 1996; 2001). Ali começava a se delinear o subcampo científico/acadêmico de políticas públicas de esporte e lazer<sup>80</sup>, com a inserção de agentes, instituições, e a produção científica se efetivando.

---

<sup>80</sup> Vale ressaltar que as fronteiras do subcampo não estão bem definidas até hoje. Como destacam Amaral e Pereira (2009), os trabalhos apresentados em temáticas de políticas públicas por vezes não

Por outro lado, esse desenvolvimento do subcampo esteve pautado em ações personalistas, girando a área muito em torno de alguns pesquisadores, que por motivação pessoal, levaram a frente pesquisas e orientações acadêmicas. Destacam-se, nesse sentido, os pesquisadores Nelson Carvalho Marcellino e Lino Castellani Filho, ambos oriundos da Unicamp. O capital científico/acadêmico acadêmico institucionalizado com o peso de fazer parte de umas das maiores universidades do país, bem como a notoriedade obtida com publicações de grande repercussão no campo da Educação Física brasileira, fizeram desses agentes os “fundadores” do subcampo da pesquisa em políticas públicas de esporte e lazer, ocupando até hoje uma posição dominante no espaço social.

[...] o capital científico é uma espécie particular do capital simbólico (o qual, sabe-se, é sempre fundado sobre atos de conhecimento e reconhecimento) que consiste no reconhecimento (ou no crédito) atribuído pelo conjunto de pares-concorrentes no interior do campo científico (BOURDIEU, 2004c, p. 26).

A criação do Ministério do Esporte em 2003, e o posterior surgimento da Rede Cedes, deram fôlego extra às pesquisas sobre políticas públicas de esporte e lazer. De um lado as políticas implementadas pelo Ministério foram motivadoras da reflexão acadêmica, por seu caráter inédito e inovador. De outro, o Ministério criou uma rede de apoio e financiamento à pesquisa, através da Rede Cedes, que fez com que mais pesquisadores se engajassem na produção científica sobre políticas públicas de esporte e lazer. Houve aí um efeito multiplicador, com alunos se inserindo na iniciação científica sobre o tema, grupos de estudo e pesquisa se formando e consolidando, e a produção científica dando um salto quantitativo. Em outras palavras, houve um alargamento do subcampo, que se mostrou, até então, receptivo a novos agentes.

Retomando as contribuições de Marques (1996) na relação entre os grupos de interesse que formam e produzem suas agendas, e as estruturas organizacionais e agências estatais existentes, pode-se dizer que a criação de uma agência responsável por determinado tema ou política, nesse caso o Ministério do Esporte, gerou um potencial aumento de demandas por aquele tema, provocando uma possível alteração na agenda de questões que são levadas ao Estado. Os *inputs* do

---

contemplam essa linha de estudos, o que suscita uma dificuldade dos autores da área, quanto à identificação ou discernimento das dimensões políticas abordadas, bem como há uma confusão conceitual dos pareceristas em estabelecer um limite para essa subdisciplina.

Estado não são dados inteiramente de fora, mas dependem em grande parte do próprio Estado como ator e como instituição. O apoio do Fundo de Apoio à Ciência e Tecnologia do município de Vitória às pesquisas sobre políticas públicas de esporte e lazer na UFES é outro indício dessa relação.

O principal fórum de discussão sobre políticas públicas de esporte e lazer, o GTT de Políticas Públicas do CBCE mostrou o avanço quantitativo na área, materializado no aumento de produção científica circulante no grupo, especialmente quando da realização dos Conbraces. A própria composição do comitê científico do GTT na gestão 2009-2011<sup>81</sup> mostra a inserção de novos agentes, de origem distinta dos grupos vinculados aos professores Marcellino e Castellani Filho. Consideram-se ainda agentes emergente nesse campo, que poderão brevemente compor o pólo dominante do subcampo, os pesquisadores Fernando Marinho Mezzadri e Silvia Cristina Franco Amaral (mais independentes, porém ambos também com vínculo a Unicamp), Edson Marcelo Húngaro e Fernando Mascarenhas<sup>82</sup> (vinculados a Castellani Filho), esses últimos hoje trabalhando na mesma instituição, a UNB. Esses agentes que se confrontam no subcampo em busca de prestígio,

[...] os capitalistas cientistas, se assim posso me exprimir, não têm quase nada em comum – se põe à parte dos efeitos das homologias estruturais – com os capitalistas no sentido comum, isto é, aqueles que se encontram no campo econômico [...]. É evidente que o capital de Einstein não era de natureza financeira. Esse capital, de um tipo inteiramente particular, repousa, por sua vez, sobre o reconhecimento de uma competência que, para além dos efeitos que ela produz e em parte mediante esses efeitos, proporciona autoridade e contribui para definir não somente as regras do jogo, mas também suas regularidades, as leis que fazem que seja ou não importante escrever sobre tal tema, que é brilhante ou ultrapassado, e o que é mais compensador publicar no *American Journal* de tal e tal do que na *Revue Française* de disso e daquilo (BOURDIEU, 2004c, p. 26-7).

Podemos falar hoje de um espaço social, constituído por agentes, que disputam a notoriedade científica na área de políticas públicas de esporte e lazer no Brasil. Os melhores posicionados no subcampo, e que mais consistentemente incorporam as regras e os *habitus* têm uma tendência a dominar o jogo:

Essa arte de antecipar as tendências, observada por toda parte, que está estritamente ligada a uma origem social e escolar elevada e que permite

<sup>81</sup> Compõe a comissão científica do GTT de Políticas Públicas do Conbrace: Fernando Augusto Starepravo, André Malina e Carlos Nazareno, todos sem um vínculo direto a Marcellino ou Castellani Filho. Por outro lado, os demais integrantes, Roberto Liao Junior, Savio Assis e Silvana Araújo representam o grupo vinculado a Castellani Filho.

<sup>82</sup> Mascarenhas recentemente não tem produzido sobre políticas públicas, tendo dedicado maior atenção aos estudos do lazer.



apossar-se dos bons temas em boa hora, bons lugares de publicação (ou mesmo de exposição) etc. é um dos fatores que determinam as diferenças sociais mais marcantes nas carreiras científicas (BOURDIEU, 2004c, p. 28).

Por outro lado, os recém-chegados e aqueles que adquiriram disposições longe do subcampo arriscam-se, por exemplo, a estar sempre defasados, deslocados, mal colocados, na contramão e na hora errada, com todas as conseqüências que se possa imaginar. Mas eles podem também lutar com as forças do campo, resistir-lhes e, em vez de submeter suas disposições às estruturas, tentar modificar a estrutura em razão de suas disposições, para conformá-las às suas disposições (BOURDIEU, 2004c).

Trava-se uma luta, por vezes mais explícita, outras vezes não tão clara, pelas posições dominantes do subcampo, bem como pelo próprio estabelecimento das regras do jogo. A luta se dá como em outros campos.

Mas o que faz a especificidade do campo científico é aquilo sobre o que os concorrentes estão de acordo acerca dos princípios de verificação da conformidade ao “real”, acerca dos métodos comuns de validação de teses e hipóteses, logo sobre o contrato tácito, inseparavelmente político e cognitivo, que funda e rege o *trabalho de objetivação* (BOURDIEU, 2004c, p. 33).

Em conseqüência, aquilo que se defronta no campo são construções sociais concorrentes, *representações* (com tudo o que a palavra implica de exibição teatral destinada a fazer ver e a fazer valer uma maneira de ver). (BOURDIEU, 2004c). As disputas, porém, não se circunscrevem a dimensão científica e racional, que uma análise precipitada e ingênua poderia nos conduzir.

De fato, o mundo da ciência, como o mundo econômico, conhece relações de força, fenômenos de concentração de capital e do poder ou mesmo de monopólio, relações sociais de dominação que implicam uma apropriação dos meios de produção e reprodução específicos, próprios do subuniverso considerado. Se é assim, entre outras razões, é porque a economia antieconômica – voltarei a esse ponto – da ordem propriamente científica permanece enraizada na economia e porque mediante ela se tem acesso ao poder econômico (ou político) e às estratégias propriamente políticas que visam conquistá-lo ou conservá-lo (BOURDIEU, 2004c, p. 34).

A posse do capital inerente ao subcampo, por sua vez, determina as posições e lugares de disputa. Os campos são o lugar de duas formas de poder que correspondem a duas espécies de capital científico: de um lado, um poder que se pode chamar temporal (ou político), poder institucional e institucionalizado que está ligado à ocupação de posições importantes nas instituições científicas, direção de laboratórios ou departamentos, pertencimento a comissões, comitês de avaliação, e

ao poder sobre os meios de produção (contratos, créditos, postos etc.) e de reprodução (poder de nomear e de fazer as carreiras) que ela assegura. De outro, um poder específico, “prestígio” pessoal que é mais ou menos independente do precedente, segundo os campos e as instituições, e que repousa quase exclusivamente sobre o reconhecimento, pouco ou mal objetivado e institucionalizado, do conjunto de pares ou da fração mais consagrada dentre eles (BOURDIEU, 2004c).

A partir da análise dos grupos de pesquisa cadastrados no CNPq, dos componentes da Rede Cedes, a entrada de agentes em cargos e instâncias administrativas, pode-se observar que a inserção e notoriedade no subcampo da pesquisa em políticas públicas de esporte e lazer, se conquista, muitas vezes, especialmente pelo capital temporal ou político, e em menor grau pelo capital puramente acadêmico.

As duas espécies de capital científico têm leis de acumulação diferentes: o capital científico “puro” adquire-se, principalmente, pelas contribuições reconhecidas ao progresso da ciência, as invenções ou as descobertas (as publicações, especialmente nos órgãos mais seletivos e mais prestigiosos, portanto aptos a conferir prestígio à moda de bancos de crédito simbólico, são o melhor indício); o capital científico da instituição se adquire, essencialmente, por estratégias políticas (específicas) que têm em comum o fato de todas exigirem *tempo* – participação em comissões, bancas (de teses, de concursos), colóquios mais ou menos convencionais no plano científico, cerimônias, reuniões etc. –, de modo que é difícil dizer se, como os professam habitualmente os detentores, sua acumulação é o princípio (a título de compensação) ou o resultado de um menor êxito na acumulação da forma mais específica e mais legítima do capital científico (BOURDIEU, 2004c, p. 36).

A dificuldade em acumular e transmitir o capital científico “puro”, fragilmente objetivado, tem qualquer coisa de impreciso e permanece relativamente indeterminado, tendo sempre alguma coisa de carismático (na percepção comum está ligado à pessoa, aos seus “dons” pessoais, e não pode ser objeto de uma “portaria de nomeação”); desse aspecto, é extremamente difícil de transmitir na prática (ainda que o grande pesquisador possa transmitir a parte mais formalizada de sua competência científica, mas somente por um longo e lento processo de formação, ou melhor, de colaboração, que leva muito tempo; e mesmo se ele pode também, como todos os detentores de capital simbólico, “consagrar” os pesquisadores, formados ou não por ele, fazendo sua reputação, assinando com eles, publicando-os, recomendando-os para as instâncias de consagração etc.) (BOURDIEU, 2004c), faz com que se busque, com maior frequência a acumulação

do capital político. Esse capital científico institucionalizado tem quase as mesmas regras de transmissão que qualquer outra espécie de capital burocrático, ainda que em alguns casos deva assumir a aparência de uma eleição “pura”, por exemplo, por meio de concursos que podem estar muito próximos dos concursos de recrutamento burocrático, no qual a definição do posto está de algum modo pré-ajustado ao candidato desejado (BOURDIEU, 2004c).

Mas, Bourdieu atenta sobre a indissociação entre as duas formas de capital científico na busca do prestígio acadêmico, que varia seu peso em função da conformação do campo.

Toda estratégia de um erudito comporta, ao mesmo tempo, uma dimensão política (específica) e uma dimensão científica, e a explicação deve sempre levar em conta, simultaneamente, esses dois aspectos. Entretanto, o peso relativo de um e de outro varia muito segundo o campo e a posição no campo: quanto mais os campos são heterônomos, maior é a defasagem entre a estrutura de distribuição no campo dos poderes não-específicos (políticos); por um lado, e por outro, a estrutura da distribuição dos poderes específicos – o reconhecimento, o prestígio científico (BOURDIEU, 2004c, p. 42).

A análise dos periódicos, que nos dá maiores pistas do capital científico “puro”, mostrou ainda uma tímida inserção nesse espaço de divulgação científica, fruto talvez do processo de amadurecimento da produção no interior dos grupos. A apreciação da produção dos pesquisadores doutores dos grupos de pesquisa sobre o assunto mostrou a dificuldade de publicação em periódicos importantes da área de Educação Física, bem como o crescente número de livros e capítulos de livros publicados, especialmente em função do apoio da Rede Cedes.

A indução de pesquisas por meio de números temáticos em periódicos, ou pela criação de editais específicos do Ministério do Esporte, tem trazido bons frutos, materializados através de publicações em eventos e periódicos.

No que diz respeito à produção *strictu sensu*, pode-se observar que a discussão, que a princípio se mostrava dispersa entre várias áreas do conhecimento, gradativamente vem se concentrando nos programas de pós-graduação em Educação Física. Entre os orientadores, destacam-se Nelson Carvalho Marcellino e Fernando Marinho Mezzadri, que apresentaram constância nas orientações sobre o assunto no decorrer dos anos pesquisados, assim como Celi Nelza Zulke Taffarel na área de Educação.

Em relação às abordagens teóricas, referenciais e temas das pesquisas, pode-se observar grande influência dos agentes dominantes do subcampo, com as abordagens marxista (Castellani Filho) e funcionalista (Marcelino) predominando.

Nessas condições, é importante, em seguida, para a reflexão prática, o que comanda os pontos de vista, o que comanda as intervenções científicas, os lugares de publicação, os temas que escolhemos, os objetos pelos quais nos interessamos etc. é a estrutura das relações objetivas entre os diferentes agentes que são, para empregar ainda a metáfora “einsteiniana”, os princípios do campo. Ou, mais precisamente, é a posição que eles ocupam nessa estrutura que determina ou orienta, pelo menos negativamente, suas tomadas de posição (BOURDIEU, 2004c, p. 23).

A gradativa inserção de novos agentes e agentes emergentes no subcampo, devidamente dotados de capital científico oriundo de outras matrizes teóricas, poderá diversificar e qualificar a produção da área.

[...] no domínio da pesquisa científica, os pesquisadores ou as pesquisas dominantes definem o que é, num dado momento de tempo, o conjunto de objetos importantes, isto é, o conjunto das questões que importam para os pesquisadores, sobre as quais eles vão concentrar seus esforços e, se assim posso dizer, “compensar”, determinando uma concepção de esforços de pesquisa (BOURDIEU, 2004c, p. 24-5).

Apontamos, especialmente, a necessidade do foco simultâneo da instituição e no ator (REIS, 2003), que permite captar o jogo entre constrangimento e liberdade, ou melhor, o foco simultâneo no campo, instituições e agentes.

O processo de comparação sistemática seria, por sua vez, a melhor forma de avançar em nossas explicações e interpretações. Coloca-se como primordial para o desenvolvimento de uma agenda de pesquisa em políticas públicas, que se articulassem as perspectivas individualistas e institucionais. Este é um desafio crucial, tanto do ponto de vista teórico quanto prático.

Poder-se-ia avançar sobre aquilo que os neo-institucionalistas históricos rejeitam – o enfoque determinista presente em teorias gerais globalizantes, como a teoria marxista, a teoria dos sistemas, ou o funcionalismo –, entendendo que a escala mais propícia para a investigação dos fenômenos sociais é o nível intermediário, no qual as grandes estruturas ganham formas históricas específicas, mediadas pelas instituições, sem o risco de explicações deterministas e unicasais.

Em termos finais, pode-se dizer, com base no material pesquisado, que o subcampo científico/acadêmico das políticas públicas de esporte e lazer comporta hoje estruturas, agentes e instituições, que travam uma luta concorrencial pelo prestígio acadêmico na área, reconhecimento interno e externo. Para isso, munem-

se de capital, especialmente político, para galgar posições de destaque no espaço social. Por outro lado, o peso científico do subcampo ainda é pequeno, com fronteiras mal definidas, pobreza conceitual e teórica. O alargamento do subcampo, consubstanciado no aumento quantitativo de agentes e produções, pode sugerir uma futura melhora qualitativa em termos científicas no subcampo, o que vai depender das futuras posições e jogadas dos agentes nele inseridos.

#### 4 POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER NO BRASIL

Políticas públicas de esporte e lazer no Brasil. Talvez não haja hoje um tema, dentro do campo científico/acadêmico da Educação Física, tão em voga quanto esse. Isso porque completou-se um ciclo político de oito anos de existência do Ministério do Esporte, e nesse período foram várias as ações desse órgão que motivaram o olhar dos pesquisadores, seja através da criação de uma Rede que apóia diretamente esse locus de pesquisa, pela implementação de políticas públicas ditas inovadoras, pela possibilidade dada de participação dos diferentes grupos sociais na formulação dessas políticas, ou ainda por ter “abraçado a causa” da realização de megaeventos esportivos no país.

Especialmente em relação ao último ponto, dos megaeventos esportivos, esse tem sido um tema que faz com que outras pessoas, grupos e instituições passem a se atentar com as políticas públicas de esporte e lazer no Brasil. Afinal, esse tipo de ação acaba tendo grande repercussão midiática e simbólica. Isso por sua vez acaba repercutindo dentro e fora do país, e é tomado como assunto a ser discutido nos mais diferentes círculos sociais, desde a mídia, passando pelo âmbito científico/acadêmico, até chegar aos círculos de amizade menos formais, como no bate-papo com o vizinho ou em calorosas discussões em uma mesa de bar.

Isso acaba revelando pontos positivos e negativos. Positivos no sentido de que a sociedade como um todo passa a discutir questões que até então estavam restritas a um conjunto de especialistas. Esses especialistas, por outro lado, devem se policiar de sua rigorosidade científica para não correr o risco de incorporar o discurso do senso comum ou simplesmente ecoar discursos contra ou a favor de determinada causa política. Cabe e espera-se deles um olhar mais refinado, pautado na reflexão e no conhecimento já produzido.

Nesse caso, pautado nos referenciais já anunciados no texto, logo nos posicionamos no sentido de pensar as políticas públicas de esporte e lazer para além da política pública em si, o programa esportivo ou a iniciativa pública voltada a atender o cidadão no seu direito ao lazer como fenômenos estanques ou isolados de um contexto social. A política pública muitas vezes é apenas a parte mais visível de todo um processo desenvolvido num espaço social específico, que comporta disputas, relações, alianças, decisões estratégicas e também não planejadas. Em suma, escrever sobre políticas públicas de esporte e lazer requer mapear o espaço

social onde esta é produzida, avançar no entendimento das relações entre os agentes, até finalmente compreender quais as políticas que foram efetivadas, aquelas que foram preteridas, as que obtiveram êxito e aquelas que não passaram de propostas.

Esse processo provavelmente pode começar ancorado no conceito de campo político/burocrático, um espaço que supõe a dissociação da posição e de seu ocupante, da função e do funcionário, do interesse público e dos interesses privados, mas que paradoxalmente funciona como um metacampo do poder, até porque a gênese da ordem pública vem acompanhada da aparição e acumulação de um “capital público” (BOURDIEU, 2005, p. 68). Retomaremos esse ponto mais a frente. Cada área no interior do campo político/burocrático, por sua vez, pode ser entendida como um subcampo político/burocrático, onde as especificidades da área de atuação do Estado delimitam o espaço social de atuação dos agentes a ela vinculados.

Estamos falando, portanto, de um subcampo político/burocrático do esporte e lazer, e não apenas das políticas públicas de esporte e lazer. Essas últimas seriam o produto do espaço social, que normalmente é consumido por agentes externos a ele: a população em geral. A produção, por outro lado, respeita lógicas e disputas internas ao subcampo. Aqui talvez exista uma (de) limitação do olhar, já que buscamos entender a lógica e o produto do subcampo, sem, porém, observar com mais afinco sua repercussão, que se dá para além do subcampo.

A tarefa de compreender o subcampo, entretanto, é complexa (até mesmo pela complexidade do Estado moderno) e por vezes limitada, dada a posição de quem está observando, ou o lugar de onde se está falando. Para minimizar as dificuldades, e tentar avançar nessa compreensão, fazem-se necessárias ferramentas complementares nessa empreitada. São questões e conceitos importantes à compreensão do Estado, uma instituição social moderna, com funções de manutenção e regulação social, dos seus respectivos aparatos de intervenção social – aqui especificamente as políticas sociais – e dos mecanismos constitucionais de proteção ao cidadão, legalmente inscritos como direitos sociais<sup>83</sup>.

---

<sup>83</sup> Os direitos estão ligados à noção de cidadania. Segundo Menicucci (2006), costuma-se desdobrar a cidadania em três conjuntos de direitos: os direitos civis, relacionados à liberdade individual (ir e vir, liberdade de pensamento e fé, direito a propriedade, entre outros); os direitos políticos, relacionados ao direito de exercício do poder político (participação no governo, direito de votar e ser votado); e os

Voltando um pouco no tempo, temos que o desenvolvimento capitalista sempre esteve intimamente ligado ao Estado e na medida em que as economias se desenvolveram em todo o mundo, o setor público cresceu em importância em todas as sociedades (CARNOY, 1990). A própria formação do Estado e sua consolidação estiveram ligadas a questões econômicas, como o surgimento da moeda, a substituição da economia de troca e o monopólio econômico (ELIAS, 1993). Se no decorrer do surgimento e desenvolvimento do Estado moderno, esse sempre teve um papel de destaque nas várias sociedades, hoje se pode dizer que ele é decisivo para os rumos da sociedade global<sup>84</sup>.

Na avançada economia globalizada em que vivemos, o Estado tem importância indiscutível em muitos aspectos da vida social, “não apenas político, como econômico (produção, finanças, distribuição), ideológico (educação escolar, os meios de comunicação) e quanto à força legal (polícia, forças armadas)” (CARNOY, 1990, p. 9).

Em períodos históricos anteriores, especialmente durante o século XIX, o Estado desempenhava um papel relevante, e mesmo sendo vital para o crescimento das sociedades, sua ação não era tão fortemente determinante para a sociedade quanto nas últimas décadas. Atualmente, “o Estado parece deter a chave para o desenvolvimento econômico, para a segurança social, para a liberdade individual e, através da ‘sofisticação’ crescente das armas, para a própria vida e a morte” (CARNOY, 1990, p. 9).

No século XIX, a força propulsora do capitalismo residia na produção da empresa privada, que acabava se tornando o centro da mudança social, pouco influenciada pela atuação estatal. Desde o surgimento do Estado, o gradual aumento da sua importância para o desenvolvimento das sociedades está relacionado com o processo não planejado da transição de sua administração pelo poder privado para as “mãos” do poder público. Nesse momento, as funções dentro daquilo que viria a ser a máquina do Estado, que eram ocupadas por familiares da casa real e pessoas ligadas mais diretamente ao rei, e os órgãos que nada mais eram que extensões e

---

direitos sociais, definidos por Marshall (1967), como o direito de participar por completo da herança social, levando a vida de um ser civilizado, de acordo com os padrões prevalentes na sociedade.

<sup>84</sup> Exemplo disso foi a participação decisiva do Estado na solução da crise econômica mundial, desencadeada a partir do ano de 2008 por conta de problemas financeiros nos Estados Unidos e que se espalhou por grande parte do planeta.



subdivisões dos interesses da família real, passam lenta e inevitavelmente a atender interesses não mais exclusivos do então governo absolutista<sup>85</sup>.

Segundo Linhales (1998), o Estado liberal clássico<sup>86</sup>, uma das primeiras manifestações do Estado moderno, não compreendia a realização de direitos sociais<sup>87</sup> como uma de suas atribuições, pronunciando-se como árduo defensor dos direitos civis, principalmente do direito à propriedade. Apresentava também restrições aos direitos políticos. Normalmente, os cidadãos considerados possuidores de direitos políticos eram aqueles que se encontravam na categoria de proprietários. Nesse período inicial o Estado cumpre basicamente a função de assegurar a paz (através da defesa de suas fronteiras e garantia de propriedade) e centralizar a arrecadação de impostos.

Essa situação se altera pelo contínuo processo de expansão dos direitos políticos e sociais ocorridos, essencialmente, no decorrer do século XX, apontando o fim do caráter restrito do Estado (LINHALES, 1998).

No momento em que o Estado é obrigado a atender interesses muito mais abrangentes – e não mais, de forma exclusiva, a interesses privados daqueles que reconhecidamente o controlavam – que a sua função cresce em importância para a sociedade. Com a evolução da economia e as crescentes divisões de funções, o Estado adquire outras obrigações, devendo solucionar diversos problemas e atender variadas demandas sociais, a fim de manter a paz, assegurar a ordem social e promover o desenvolvimento nacional (CARNOY, 1990).

Não mais apenas recolher impostos para defender o território e assegurar a paz é a função do Estado. O Estado passa a se responsabilizar por outras questões sociais, garantindo que direitos e deveres sejam cumpridos. Nesse sentido, a conquista de direitos e conseqüente ampliação da cidadania impôs ao Estado uma reformulação, no sentido de repensar novos conteúdos da agenda pública (LINHALES, 1998).

---

<sup>85</sup> Para mais informações sobre a formação do estado moderno ver ELIAS, N. *O Processo Civilizador*. Rio de Janeiro: Zahar, v. 2, 1993. p.87-190. Retomaremos esse ponto mais a frente no texto.

<sup>86</sup> Na visão liberal clássica, o Estado ideal era aquele no qual o poder político era estendido a um grupo amplo, deixando que o mercado livre cuidasse da distribuição da riqueza e da renda (CARNOY, 1990). Pensando de forma cronológica foi uma das primeiras concepções de Estado.

<sup>87</sup> “[...] os direitos sociais permitem reduzir os excessos de desigualdade gerados pela sociedade de mercado e garantir um mínimo de bem-estar para todos” (MENICUCCI, 2006, p. 138). Esses só surgiriam bem mais tarde.

De acordo com Carnoy (1990), o auge da responsabilidade do Estado para com os interesses públicos é observado tipicamente nas democracias pluralistas modernas<sup>88</sup>, algo mais próximo a nossa realidade atual, nas quais o povo:

[...] não levanta nem decide problemas, porém esses problemas, que moldam seu destino, são normalmente levantados e decididos para ele. Nessa teoria [pluralista], então, o Estado obtém um certo poder próprio – é ele que toma decisões quanto aos problemas, à legislação e ao curso do desenvolvimento econômico e social. Ao eleitorado cabe o poder de decidir qual grupo de líderes (políticos) ele deseja para levar a cabo o processo de tomada de decisão (CARNOY, 1990, p. 51).

Portanto, é o Estado, ou melhor, os agentes eleitos ou escolhidos para administrar o Estado, quem elaboram as políticas públicas para os mais variados setores. Estes, organizados em arranjos políticos, por sua vez, “interferem na seleção de prioridades para a alocação dos recursos públicos, que são extraídos da população e que a ela deveriam retornar, redistributivamente, na forma de programas e serviços públicos” (LINHALES, 1998, p. 73).

Aqui se descortina o limite entre aqueles que estão no campo político/burocrático e seus respectivos subcampos produzindo políticas públicas, e aqueles “de fora”, a quem apenas cabe eleger os que farão parte do “jogo”.

O conceito de políticas públicas é aqui entendido como uma estratégia de intervenção e regulação do Estado (e daqueles que o administram), que objetiva alcançar determinados resultados ou produzir certos efeitos no que diz respeito a um problema ou a um setor da sociedade (MENICUCCI, 2006). São intervenções governamentais que resultam de intensa atividade político/burocrática e que representam “decisões e ações revestidas da autoridade soberana do poder público” (RUA, 1997 citado por MENICUCCI, 2006, p. 142).

As ações governamentais que visam atender a sociedade com relação a uma determinada demanda são chamadas de políticas públicas setoriais. Construídas historicamente, num processo não linear de lutas sociais, conquista de direitos e mudanças de valores, as políticas sociais representam, hoje, o modo de intervenção estatal no que tange as questões sociais, mais especificamente, aquelas relacionadas à garantia dos direitos sociais (educação, saúde, trabalho, lazer,

---

<sup>88</sup> A democracia pluralista moderna é definida por Schmitter (1964) citado por Carnoy (1990, p. 53) como, “Um sistema de representação de interesses no qual as unidades constituintes são organizadas em um número não-especificado de categorias múltiplas, voluntárias, competitivas, ordenadas não hierarquicamente e auto-determinadas., controladas pelo Estado na seleção da liderança ou articulação de interesse, e que não exercem o monopólio da atividade representativa de suas respectivas categorias”.

segurança, esporte, etc.). Estas ações pressupõem a atuação decisiva e operacional do Estado, já que “diferentemente dos direitos civis e políticos, a viabilização dos direitos sociais se faz pela intervenção ativa do Estado de forma positiva, ou seja, por meio das políticas sociais” (MENICUCCI, 2006, p. 139). Assim, os direitos sociais hoje:

[...] pressupõe a garantia e provisão, por parte do Estado, de políticas capazes de dar suporte ao bem-estar de todos os cidadãos. Os conteúdos ou áreas sociais implicadas na promoção do bem-estar social constituem direitos mínimos e universais, conquistados historicamente. Devem ser compreendidos como uma construção decorrente dos múltiplos conflitos e interesses que legitimam as chamadas democracias capitalistas contemporâneas (LINHALES, 1998, p. 73).

Dentre as políticas sociais estão aquelas diretamente direcionadas ao âmbito do esporte e lazer, e também, aquelas que indiretamente interferem nessa esfera social, pois como será visto adiante, a complexidade de fatores que afetam o esporte e o lazer ultrapassam as barreiras setoriais tradicionais, demandando, portanto políticas públicas nos mais variados campos sociais.

Todavia, compreender que políticas públicas de esporte e lazer estão circunscritas a garantia do acesso a direitos sociais, que estão arrançadas como políticas setoriais, e que são uma estratégia do Estado para ocasionar um determinado impacto na sociedade, por si só não dá conta de entender a complexidade do processo de formulação e implementação dessas. Outras questões precisam ser observadas.

A primeira delas diz respeito a própria semântica da palavra política. Na língua portuguesa a palavra pode ter variadas conotações, que no fundo se referem a diferentes etapas do processo político. Na língua inglesa, há diferenciação, através dos termos *polity*, *politics* e *policy*. Sumariamente, o primeiro termo designa as instituições políticas; o segundo, os processos políticos; e o último os conteúdos da política.

- A dimensão institucional ‘polity’ se refere à ordem do sistema político, delineada pelo sistema jurídico, e à estrutura institucional do sistema político administrativo;
- No quadro da dimensão processual ‘politics’ tem-se em vista o processo político, freqüentemente de caráter conflituoso, no que diz respeito à imposição de objetivos, aos conteúdos e às decisões de distribuição;
- A dimensão material ‘policy’ refere-se aos conteúdos concretos, isto é, à configuração dos programas políticos, aos problemas técnicos e ao conteúdo material das decisões políticas (FREY, 2000, p. 216-7).

Na realidade política as categorias, apresentadas de forma didática, estão entrelaçadas e se influenciando mutuamente. Portanto, para uma interpretação consistente são indispensáveis “representações modelares sobre possíveis concatenações explicativas” (KNOEPFEL, 1987 citado por FREY, 2000, p. 217), que podem ser obtidas através de estudos empíricos de cada arena ou setor da política. Os programas concretos, elaborados por agentes subscritos ao campo político/burocrático, devem ser considerados como resultado de um processo político, intermediado por estruturas legais e institucionais, que refletem constelações específicas de interesses. Com o direcionamento do olhar ao processo, tornam-se mais importantes os arranjos institucionais, as atitudes e objetivos dos agentes políticos, os instrumentos de ação e as estratégias políticas (FREY, 2000).

Dentro do processo político, ou *politics*, observa-se a constituição de redes, *policy network*, que Frey (2000, p. 221) debate citando as contribuições de Hecló (1978) e Miller (1994). Para Hecló, *policy network* são as “interações das diferentes instituições e grupos tanto do executivo, do legislativo, como da sociedade na gênese e na implementação de uma determinada ‘policy’”. Segundo Miller, são redes de relações sociais que se repetem periodicamente, menos formais que as relações institucionalizadas, mas suficientemente regulares, onde os integrantes estabelecem relações de confiança, compartilham opiniões e valores. Esse modelo de rede constitui uma interpretação alternativa ao modelo institucional hierarquizado. Possui uma estrutura horizontal de competências, densidade comunicativa, e um controle mútuo intenso. Segundo Menicucci (2006), essas redes são formadas por um conjunto de agentes envolvidos na disputa pelo reconhecimento de uma questão como assunto público, e incluem desde a restrita comunidade de especialistas até grupos de interesse, movimentos sociais, redes societárias temáticas, agentes governamentais, que por meio da cooperação buscam seus objetivos.

Além dos membros que constituem as *policy networks*, outros tantos podem estar se relacionando a elas em condições mais particulares. Neste caso, constituem redes chamadas de *issue networks*. No interior das redes estabelecidas, por vezes os agentes demonstram rivalidades e/ou solidariedades, de acordo com os objetos de disputa e o grau de rivalização com outras redes.

No caso das políticas públicas de esporte e lazer, acredita-se ser bastante pertinente o uso dos conceitos de *policy network* e *issue networks*, uma vez que dão

a possibilidade de pensar as redes de relações entre agentes que extrapolam as dimensões institucionais formais. Dada a pluralidade de agentes inseridos no campo esportivo, muitas vezes a análise da dimensão formal, ou mesmo o olhar apenas ao subcampo político/burocrático, dá uma visão apenas parcial do contexto de disputa e rivalidades entre os agentes. Trabalhando com a idéia de que as redes são dinâmicas e mutáveis pode-se avançar na compreensão das relações entre os agentes e na dimensão das cadeias de interdependências presentes, que muitas vezes envolvem outros campos ou subcampos.

Já no limite entre a lógica interna do campo político/burocrático e a lógica externa, difusa na sociedade, a concepção de *policy arena* parece útil. Nela destaca-se que as reações e expectativas das pessoas afetadas por medidas políticas têm um efeito antecipativo para o processo político de decisão e implementação. Os custos e ganhos que as pessoas esperam de tais medidas tornam-se decisivos para a configuração do processo político (FREY, 2000). Refere-se, portanto, aos processos de conflito e consenso dentro das diversas áreas da política, de acordo com supostos ganhos e perdas que o agir político pode ocasionar.

No que diz respeito à dimensão temporal, Frey (2000) chama a atenção para o fato de que as redes e arenas das políticas setoriais podem sofrer transformações no decorrer da implementação das políticas. Nesse sentido, deve-se atentar ao caráter dinâmico do processo, bem como sua complexidade temporal. Portanto, além dos arranjos dos agentes, expressos nos conceitos de *policy networks*, *issue networks* e *policy arena*, deve-se pensar na temporalidade do processo político. Frey (2000) propõe para tanto uma subdivisão dos processos político-administrativos, a fim de desvendar as constelações de poder, as redes sociais e as práticas político-administrativas em cada uma das fases.

Apesar de diferenças entre as divisões tradicionais do ciclo político, são comuns na literatura as fases de formulação, da implementação e do controle dos impactos das políticas. Frey (2000, p. 226) indica, por sua vez, uma divisão um pouco mais sofisticada, distinguindo as seguintes fases: “percepção e definição do problema, ‘*agenda-setting*’, elaboração de programas e decisão, implementação de políticas e, finalmente, a avaliação de políticas e eventual correção da ação”.

No que diz respeito à primeira fase “percepção e definição de problemas”, Frey (2000) aponta que o que interessa ao analista de políticas públicas é como em um universo infinito de possibilidades de ações políticas, determinadas *policy*

*issues*<sup>89</sup> mostram-se apropriadas ao tratamento político, e acabam por gerar *policy cycles* (ciclos políticos). Determinado fato ou demanda pode ser levantado por grupos isolados, mas também percebido por políticos e pela administração pública. Fatores externos como a mídia e os lobistas<sup>90</sup> podem ter um papel muito importante nesse processo. Porém, problemas do ponto de vista analítico só se transformam em problemas de *policy* a partir do momento em que adquirem relevância do ponto de vista político e administrativo (WINDHOFF-HÉRITIER, 1987 citado por FREY, 2000), ou seja, são incorporados como um interesse do campo político/burocrático.

No caso do esporte, a repercussão midiática, simbólica e de propaganda do esporte de alto-rendimento parece influenciar as opções por políticas públicas voltadas a essa manifestação do esporte. Reproduz-se, de forma mimética, lógicas e valores do alto-rendimento no processo de definição de problemas, que repercutem em um objeto tão plural quanto o esporte. Em síntese, parece-nos que o esporte de alto-rendimento (um *policy issues*) tem maior apelo para gerar um *policy cycles* do que outras manifestações do esporte.

Outro exemplo foi apontado por Azevedo (2004), que ao discutir a educação como uma demanda das políticas públicas, utilizou as contribuições de Muller (1985) e Jobert (1989b) para realizar a análise e fazer uma proposta analítica para a política educacional no espaço de interseção das abordagens antes levantadas por ela<sup>91</sup>. Para a autora, Muller e Jobert superam os “construtos que se detiveram num enfoque econômico da intervenção pública, tal como os estudos vinculados à ‘escola lógica do capital’” (AZEVEDO, 2004, p. 58). A perspectiva dos autores permite compreender a ação do Estado além da concepção abstrata das necessidades de acumulação, que pouco auxilia no entendimento do fenômeno em sua concretude e complexidade. Não que a dimensão econômica seja desprezada nessa linha de pensamento. Porém, o grau de importância das diferentes áreas ou setores está

---

<sup>89</sup> Ou traduzindo livremente, uma questão que pode ou não ser tratada pelo Estado.

<sup>90</sup> Segundo a ementa de Projeto de Lei 1713, de 18/08/2003, que tramitou na Câmara dos Deputados de 2003 a 2005 e que pretendia regulamentar a profissão de Lobistas, este por ser definido como “um agente de pressão junto à Administração Pública Direta e Indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”. Segundo o texto do projeto de lei, “Agente de Pressão” é “toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que exerça, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, qualquer atividade tendente a influenciar o processo legislativo ou a tomada de decisões públicas”. Disponível em <http://www.cosif.com.br/mostra.asp?arquivo=20060818lobista> acesso em 03 de agosto de 2010.

<sup>91</sup> A saber: a abordagem neoliberal, a teoria liberal moderna da cidadania, e a abordagem marxista.

relacionado ao projeto de sociedade prevalecente, que extrapola a dimensão econômica:

Esse grau de importância pode ser discernido nos enleamentos da ação estatal com os conflitos de interesses intra e intersetoriais e com o ordenamento, articulação e hierarquização destes mesmos no que denominam 'referencial normativo global': o projeto de sociedade implantado num determinado período (AZEVEDO, 2004, p. 58).

Ou seja, no momento de percepção e definição de problemas, a dimensão econômica nem sempre é a mais relevante quando da opção por determinadas prioridades. Essa opção é pautada em uma série de outros fatores, que envolvem inclusive o projeto societário. Há de se questionar, nesse caso, qual o espaço do esporte e do lazer no interior do projeto de sociedade almejada? A sociedade compreende o que vem a ser o esporte e o lazer, e qual seu potencial na construção da mesma?

Com essas inquietações em mente, destaca-se que será somente no segundo momento, na fase do '*agenda-setting*' que a decisão de se um tema será inserido na pauta política atual, se será excluído ou adiado. Para tanto, torna-se necessária uma avaliação preliminar sobre custos e benefícios das várias opções disponíveis de ação, bem como das possibilidades do tema ou projeto se imporem na arena política (FREY, 2000). Isso pode ser circunstancial, como na ocasião de uma crise econômica, ou algo incorporado, que demonstra certa regularidade, como na prioridade de determinadas áreas em detrimento a outras (economia à educação), ou no financiamento irrisório destinado ao esporte e à cultura, por exemplo.

Na fase de "elaboração de programas e de decisão" é preciso escolher a melhor forma de ação. Normalmente precedem ao ato de decisão propriamente dito, e envolvem processos de conflito e acordo entre os agentes mais relevantes da política e administração (FREY, 2000). Nessa fase se faz a opção técnica e metodológica nas políticas. Nesse momento, os profissionais técnicos envolvidos, como os professores de educação física nas Secretarias Municipais e Estaduais de Esporte e Lazer podem ter papel relevante, desde que se apresentem como agentes relevantes, especialmente pelo seu capital cultural específico.

No próximo passo, processo de "implementação das políticas", Frey (2000) distingue duas possibilidades de análise: a primeira diz respeito à análise da qualidade material e técnica de projetos e programas, e a segunda direcionada para

as estruturas político-administrativas e a atuação dos agentes envolvidos. No primeiro caso torna-se importante o conteúdo dos programas e planos; no segundo, o que mais importa é o processo de implementação, descrevendo como e por que foi feito.

Na fase de “avaliação de políticas e da correção de ação”, analisam-se os impactos efetivos dos programas já implementados, podendo ocorrer durante seu funcionamento ou após sua finalização. Trata-se de levantar os déficits de impacto e os efeitos indesejados, buscando redimensionar ações e programas futuros, ou ainda registrar potencialidades e acertos para serem replicadas em futuras ações, constituindo um passo fundamental à aprendizagem política.

Frey (2000) ainda chama a atenção ao caráter didático e analítico de seu modelo de *policy cycle*, uma vez que na política real ou efetiva, muitas vezes os passos se sobrepõem ou se confundem. Ao comparar processos reais com o tipo puro podem-se obter pontos de referência que fornecem pistas de possíveis problemas no processo de implantação de políticas setoriais.

Em suma, tendo discutido brevemente algumas etapas do processo político e conceitos importantes à compreensão do Estado e das políticas públicas, que fornece um aparato mais consistente à leitura do campo político/burocrático, na próxima etapa do texto será adentrado o subcampo político/burocrático do esporte e lazer no Brasil, destacando sua constituição, desenvolvimento, relações e seu produto, as políticas públicas setoriais de esporte e lazer.

#### 4.1 SOCIOGÊNESE DO SUBCAMPO POLÍTICO/BUROCRÁTICO DO ESPORTE E LAZER NO BRASIL

Ao realizar a leitura e compreensão de um espaço social, um dos primeiros procedimentos descritos na sociologia reflexiva de Pierre Bourdieu consiste em resgatar o histórico de lutas no interior do campo ou subcampo a ser estudado.

Num primeiro momento haverá especial atenção a sociogênese<sup>92</sup> da intervenção estatal no esporte e lazer, por entender que os pilares dessa

---

<sup>92</sup> Elias (1994) busca a compreensão de um sentido no processo civilizador com base em investigações que ele mesmo denominou de “psicogenéticas” e “sociogenéticas”. As mudanças sociais e de comportamento, segundo Elias, não ocorrem apenas no íntimo de cada pessoa. Elas



intervenção impactam até hoje na forma de se fazer políticas públicas no setor. Segundo Manhães (2002), todas as medidas definidoras da política, conceitos e prioridades no campo do esporte foram originárias no período chamado Estado Novo, permanecendo inalteradas até hoje, com modificações apenas periféricas ou formais.

Antes disso, porém, pode-se dizer que as práticas esportivas foram sendo paulatinamente introduzidas na sociedade brasileira a partir do século XIX. A elite letrada brasileira daquele final de século, diante de um passado marcado pelo estigma da escravidão, buscou novos padrões de sociabilidade e novas referências culturais na modernidade européia distante do mundo hispânico-português. Essa elite impôs para si mesma a tarefa de criar uma nova história para a nação, definindo, entre outras coisas, novos padrões de lazer e recreações sociais (DE DECCA, 2001).

O empenho na construção de uma nova identidade para a nação implicou a busca de formas de recreação, como o turfe, o remo, o futebol e o carnaval, e todas estas novas atividades de recreação foram excluindo aquelas práticas culturais oriundas do período colonial, por exemplo, o entrudo e a capoeira (DE DECCA, 2001, p. 2)

Primeiro restrito a elite brasileira, o esporte rapidamente se popularizou e atingiu outros grupos sociais. Segundo Lucena (2001), trata-se de um período onde se deve considerar que o alargamento da prática de esportes e o envolvimento de camadas sociais diferenciadas estiveram relacionadas à emergência de uma maior diversificação funcional, permitindo o embate de diferentes grupos a partir da diversificação no quadro das redes sociais mais amplas.

Nesse contexto, a primeira etapa da trajetória política do esporte no Brasil inicia-se, segundo Linhales (1996), ainda no século XIX, quando o esporte chega com a influência européia. Desse momento até o início da década de 1930, observa-se uma efetiva autonomia da sociedade para se organizar esportivamente. Com a Revolução de 1930 e o Estado Novo, demarca-se de forma mais consistente a entrada do Estado no setor esportivo.

Ainda de acordo com a literatura (LINHALES, 1996; MEZZADRI, 2000), o surgimento de diferentes modalidades esportivas no Brasil se fez, prioritariamente,

---

estão ligadas também ao desenvolvimento das estruturas sociais. Por isso, as transformações da consciência são tanto históricas, quanto pessoais. Assim, a sociogênese corresponde ao desenvolvimento das estruturas sociais em longo prazo (LUCENA, 2001).

pelas mãos da sociedade civil e dos grupos imigrantes, estabelecendo-se como prática de caráter recreativo e socializador. Nessa perspectiva, ao construir seu percurso próprio, o esporte passou ao largo da normatividade médico-higienista predominante na época. Algumas modalidades esportivas, inclusive, somaram-se às ações coletivas que, no período, eram possíveis àqueles que resistiam à condição de cidadãos “bestializados” (LINHALES, 1996). A autonomia relativa da sociedade em organizar-se esportivamente acaba sendo uma característica central do esporte brasileiro em sua origem. Essa condição estaria relacionada a alguns fatores fundamentais, levantados por Linhales (1996, p. 68), tais como:

1) pequena intervenção estatal; 2) baixo nível de conflito entre os grupos ou agremiações esportivas; 3) baixo nível de demanda da população por equipamentos e estruturas para a prática desportiva; 4) ausência de interesses secundários em relação aos resultados, resguardando e favorecendo a dimensão lúdica como elemento motivador das atividades.

À medida que tais aspectos começam a sofrer alterações, o esporte perde, gradativamente, a condição de prática social capaz de favorecer a autonomia social. A intervenção do Estado brasileiro vai assim se efetivando, de forma lenta e gradual, nas primeiras décadas do século XX. Segundo Linhales (1996), por volta de 1904, o governo estimulou o futebol em substituição à capoeira, identificada como crime ou prática social desviante. Na década seguinte, de forma mais significativa, estimulou a expansão da prática do futebol como forma de dispersão das intensivas mobilizações e greves operárias que eclodiam no país entre 1910 e 1917, alterando o quadro de forças da sociedade brasileira. Com o passar do tempo,

[...] os dirigentes públicos começaram, assim, a identificar o caráter utilitário do esporte como instrumento de negação e substituição de conflitos sociais. [...] Inaugura-se um novo quadro para a relação que se estabelece ao redor do fenômeno esportivo, capaz de transformar a autonomia da sociedade em instrumento de composições e barganhas. (LINHALES, 1996, p. 74)

Esse quadro vai se consolidando até a década de 1930, quando no Estado Novo (que durou entre 1930 a 1945) o significado político-ideológico atribuído ao esporte influenciou, de forma decisiva, sua consolidação como prática social e esfera de atuação do poder público. De acordo com a literatura, a intervenção do Estado brasileiro no setor esportivo, nesse período, guarda estreita relação com o processo de construção de uma nova ordem política e social, que culminaria com o projeto maior, característico do Estado Novo, de controlar grande parte da sociedade, formatando-a no sentido de fortalecimento do poder público.

A transferência do modelo liberal de administração, constituído até o final da década de 1920, para o modelo centralizador, a partir do Estado Novo, interferiu diretamente na vida cotidiana dos indivíduos. O Estado tornou-se um agente ativo na organização política, social e econômica da sociedade (MEZZADRI, 2000).

Nesse novo momento, verifica-se a existência de um Estado corporativizador da ordem social, que pressupõe a intervenção do Estado na dinâmica e no funcionamento das entidades civis, superpondo o público ao privado em nome de uma suposta harmonia social. Para Mezzadri (2000), o poder da burocracia no Estado Novo estava concentrado nas mãos dos políticos, que buscavam regulamentar a grande maioria das áreas de alcance da sociedade, delimitando a identidade nacional a partir dos padrões estabelecidos pelo governo, já que até aquele momento essa identidade achava-se pulverizada na sociedade brasileira.

O potencial de poder que encontrava-se mais disperso entre os vários agentes e instituições nas primeiras décadas do século XX, passa a ser concentrado nas mãos do Estado. Há na verdade um re-equilíbrio na balança de poder, já que como nos lembra Elias (2005), o equilíbrio de poder constitui um elemento integral de todas as relações humanas, que são, usualmente, multipolares. Segundo os modelos de jogos sociais apresentados pelo autor, pode-se verificar a presença de uma competição do tipo oligárquica, onde o equilíbrio de poder a favor do nível mais elevado é muito desproporcional, rígido e estável. Porém, a interdependência entre os níveis impõem limitações a cada jogador, mesmo no nível mais elevado. Ou seja, por mais que tenha o Estado, por meios legais, garantido uma posição de destaque na sociedade brasileira, com uma visão e entendimento privilegiado do jogo, ele não a controlava completamente. Outros estratos da sociedade provavelmente obtiveram lucros a partir da ordem social estabelecida, sendo coniventes com a atuação controladora do Estado, uma vez que não houve grande resistência a esse tipo de intervenção.

No caso do esporte, essa,

[...] nova ordem adentrou o esporte num duplo movimento. Por um lado, o setor esportivo sofreu forte intervenção do poder público, nos moldes do que idênticamente aconteceu em vários setores da vida social. Por outro lado, o esporte, no conjunto das práticas corporais de movimento, foi também utilizado pelo Estado como estratégia e como suporte do processo de ordenamento da sociedade nos moldes de seu projeto político-ideológico. Esse projeto associava a idéia de Nação a uma totalidade orgânica, harmoniosa, capaz de superar as contradições e conflitos que porventura existissem entre suas partes (LINHALES, 1996, p. 75).

Esse projeto político-ideológico utilizaria do esporte na contribuição no alcance de alguns dos objetivos propostos pelo Estado Novo, principalmente na centralização do poder e na formação da identidade nacional (MEZZADRI, 2000). Segundo Mazo (2005), o projeto nacionalista buscava a homogeneização cultural, sendo contrário a qualquer manifestação pluralista e diversificada. Naquele período acentuou-se a preocupação com a formação da identidade cultural brasileira, pois como pontuou Ortiz (1994a), o Brasil não tinha uma identidade e, portanto, não tinha uma nação. Não havia uma imagem de povo brasileiro, mas sim, um Estado composto de governo e território. Frente a esta situação, o Estado brasileiro assumiu características intervencionistas, enquanto promotor de políticas culturais e educacionais destinadas a construir a nação brasileira, dentre elas aquelas voltadas ao esporte.

A justificativa para tal intervenção, porém, passava por outras questões. Diferente do cenário do final do século XIX, observava-se nesse período certo nível de conflito e disputa de poder dentro do incipiente campo esportivo brasileiro. As disputas de poder e os conflitos giravam, basicamente, segundo Linhales (1996), em torno de questões tais como: as diferenças entre os defensores do amadorismo e os do profissionalismo; a legitimidade representativa das confederações e federações, seus processos decisórios e suas áreas de abrangência; as formas de organização dos selecionados nacionais para representação do Brasil em eventos internacionais, entre outras.

Dentre as disputas citadas, Manhães (2002), destaca que constantemente ocorriam nas entidades esportivas brasileiras cisões responsáveis pelo que se acostudou chamar de “problema de duplicidade de entidades”, que significava o aparecimento de mais de uma entidade avocando-se o direito da administração de determinado ramo esportivo no mesmo espaço geopolítico.

Frente a tal quadro, para arbitrar tais conflitos, o Estado tomaria para si a responsabilidade de controlar o campo esportivo no país. Segundo Linhales (1996), as justificativas do poder público para sua ação intervencionista no campo esportivo orientaram-se, basicamente, pela necessidade de constituição de um árbitro neutro para os conflitos. Também Manhães (2002) relata que tendo em vista documentos originais e depoimentos de autoridades, salta aos olhos a relevância da categoria “disciplina”, justificativa da iniciativa de legislar sobre esportes.

Assim consta, segundo o autor, da exposição de motivos do projeto levado ao presidente da república, Getúlio Vargas, que resultaria no decreto-lei nº 3.199, que,

[...] os desportos vêm sendo praticados entre nós há muitos decênios e já conseguiram, em grande número suas modalidades, um desenvolvimento notável, do que é expressiva prova o êxito dos jogadores brasileiros em diversas e memoráveis competições internacionais. Entretanto, acrescenta que o mesmo ressentia-se pela “falta de organização geral e adequada, que lhes imprima a *disciplina* necessária à sua correta prática, conveniente desenvolvimento e útil influência na formação espiritual e física da juventude”. (MANHÃES, 2003, p. 29, grifo do autor)

Vale ressaltar que, segundo Linhares (1996), tal como ocorreu em outros setores sociais, a intervenção estatal no setor esportivo caracterizou-se como uma antecipação do Estado à sociedade. Os clubes constituíam formas básicas de organização esportiva, e os conflitos, mesmo que acontecendo, davam o tom da pluralidade e da autonomia relativa existentes no setor. Ainda segundo a autora, embora fosse possível constatar, no início da década de 1930, a existência de um significativo nível de conflitos entre os grupos e agremiações esportivas, também vale registrar que as estratégias e soluções para tais problemas vinham sendo buscadas pelos próprios agentes inseridos no embrionário campo esportivo brasileiro.

A possibilidade de divergência era legítima, segundo as regras inerentes ao campo esportivo até então, liberais. Ordem essa, originária da associação espontânea de indivíduos em entidades de direito privado, os clubes, centros em que os esportes eram praticados e ensinados. Destes, em ligas, federações e confederações, cujo funcionamento, dinâmica e relacionamento, eram regulados única e exclusivamente por seus estatutos, conseqüentes da iniciativa dos segmentos e agentes afins, sem interferência do Estado (MANHÃES, 2002).

Nesse sentido, o campo esportivo, relativamente autônomo e liberal, destoava da ordem centralizadora do governo na época. Manhães (2002, p. 35) pontua essas diferenças:

<b>Ordem dominante</b>	<b>x</b>	<b>Ordem desportiva</b>
Intervenção e controle	x	Autonomia
Oficialização das entidades	x	Iniciativa privada
Aparelhação da ordem	x	Poder estatutário
Verticalização linear das funções	x	Pluralismo
Harmonia	x	Conflito

Aos poucos, as características da ordem dominante vão tomando conta do campo esportivo. Tomás Mazoni citado por Linhales (1996, p. 80), ao realizar em 1941 uma síntese da situação do esporte brasileiro durante a década de 1930, apresenta alguns argumentos que corroboram esse movimento:

Poderá surpreender aos neófitos e também a muita gente do próprio ambiente esportivo afirmarmos que nestes 11 anos transcorridos desde o advento do governo de 1930, o esporte no Brasil tenha evoluído muito, devendo não pouco dessa evolução à nova mentalidade política que começou a dominar o País desde aquela data. [...] É fácil compreender o que representa para o esporte brasileiro estar integrado nas leis e no espírito do Estado Novo. Passará a colocar-se a serviço da Pátria, eis tudo! [...] O esporte brasileiro não poderia viver mais tempo divorciado do espírito e da doutrina do Estado Novo. Impor uma só disciplina, acabar com o espírito clubístico, exterminar a política dos homens, dar-lhes outra orientação, outras funções que atendem aos seus princípios, aos seus ideais, fazer de seus homens dirigentes e não “caciques” ou chefetes de grupos e clubes. [...] Do futebol, ao tiro, do atletismo à esgrima, etc., todos devem curar-se dos velhos vícios, especialmente disciplinares, todos devem bater-se por um só ideal a ser conduzido sem distinções e prevenções de espécie alguma, por mãos firmes!

O discurso então caminha no sentido da necessidade de uma intervenção estatal que desse conta de disciplinar e controlar o campo esportivo. Para Manhães (2002), a iniciativa de tornar dominantes os pressupostos referentes ao projeto da sociedade hegemônica, em detrimento daqueles explícitos na ordem liberal das entidades esportivas, passava necessariamente pela inviabilização do conflito ou pelo arbitramento dos já existentes, tendo por conseqüência o fim do pluralismo.

Assim, novamente escreve Tomás Mazoni, citado por Linhales (1996, p. 82), ao Jornal Correio da Noite do Rio de Janeiro:

O Estado Novo não poderia, por mais tempo, permanecer indiferente ante esse grave e complicado problema da organização e direção do esporte do País, uma vez que uma das suas principais funções é a educação, é o futuro da mocidade brasileira! Enganaram-se redondamente os que julgaram que a vida esportiva nacional não se integraria na doutrina e nos princípios que conduzem o Brasil Novo aos seus grandes destinos, traçados pelo regimen de 10 de Novembro. O esporte brasileiro já está às portas de sua verdadeira missão disciplinar, pois o Estado Novo quer transformá-lo em força nova da Nação, quer dar-lhe a mesma importância que possui em todos os Países adiantados. [...] O Estado Novo criará esse regimen ideal, para que o esporte no Brasil possa ter um único objetivo: o de disciplinar e fortalecer, mental e fisicamente a nossa mocidade, para a mesma se impor em todas as manifestações especializadas, onde possa firmar o valor da raça! Fora disso o esporte não atingirá jamais sua verdadeira finalidade. [...] As bandeiras dos clubes continuarão a existir, mas acima dessas bandeiras estará o ideal do esporte e mais acima ainda a bandeira da Pátria dessa mocidade. A ela, só a ela, é que devemos olhar!

As intencionalidades nacionalistas ficam aqui explícitas. Além disso, como já apontado, esse período caracteriza-se por um projeto de sociedade corporativo, no qual o espaço de intervenção dos segmentos sociais na direção dos setores, pela via das entidades civis, é muito pequeno. Sendo assim, pelo perfil autoritário da ordem corporativa, o próprio Estado não interveio no campo esportivo por meio de incentivos ou de instruções próprias dos planos, mas determinou por decreto e por lei. Nesse sentido, inexistem planos de política de esporte durante o período, mas é vastíssima a legislação afim (MANHÃES, 2002). Portanto, a análise nesse momento ficará mais centrada na dimensão política *polity*, que se refere à ordem do sistema político, delineada pelo sistema jurídico e a estrutura institucional do sistema político administrativo.

Assim, a primeira proposta de lei orgânica para os esportes no Brasil data de abril de 1941. Trata-se do Decreto-Lei nº 3.199, adjetivado pelos decretos nº 9.267 (de 1942), nº 7.674 (de 1945) e pelas diversas deliberações do Conselho Nacional de Desportos (CND), órgão criado pelo próprio Decreto-Lei 3.199.

Sobre as motivações do Decreto-Lei 3.199, o Dr. João Lyra Filho<sup>93</sup>, entrevistado e citado por Manhães (2002, p. 36-7, grifos do autor), mais uma vez destaca os conflitos existentes no interior do campo esportivo, com realce à disputa entre amadorismo e profissionalismo:

Em 1941, a razão do Decreto nº 3.199, foi o abastardamento das atividades desportivas. Precisava-se pôr ordem na vida desportiva. Até então, só havia amadorismo. Veio o profissionalismo e *iniciou-se uma briga geral*. Quiseram extinguir a própria CND. O grupo do profissionalismo, liderado pelo Sr. Arnaldo Guinle, do Fluminense, não admitia entidades ecléticas. Chegou a criar a CBF. Só que a CBD estava filiada à Fifa. Arnaldo Guinle lutou para que a Fifa desfiliasse a CBD e atraísse a CBF. Argumentava com o fato verdadeiro de que o maior número de clubes de futebol estava subordinado à CBF, que a CBD já não representava o futebol brasileiro. No meio de tudo, a CBD procurou tirar jogadores de clubes não-filiados a ela para formar uma seleção. Daí houve um tumulto nacional. Foi impossível organizar um selecionado brasileiro. Os grandes clubes realmente estavam com a CBF e caiu vertiginosamente, jogando contra equipes de terceira categoria. Urgia *disciplinar e pacificar* o desporto brasileiro.

Também o ministro da Educação e Saúde da época, pasta em que se inseria o esporte, Gustavo Capanema, citado por Manhães (2002, p. 30), em discurso proferido no dia 20 de abril de 1940, na “Reabertura das Aulas da Escola de Educação Física”, afirmava que:

---

<sup>93</sup> Primeiro presidente do CND.

[...] para completo êxito dos desportos brasileiros, que já estão se aparelhando das técnicas de que necessita, o governo queira burocratizar a vida esportiva do país, não quer burocratizá-la, mas deseja dar-lhe disciplina. [...] a legislação federal visou a disciplina das atividades correspondentes, sobretudo do desporto profissionalizado e, à sistematização e intensificação dos auxílios dos poderes públicos à entidades desportivas. [...] escrevi, alhures, que a disciplina das atividades desportivas deu causa a criação do CND, para assegurar clima saudável à ordem espiritual dos desportos.

Apesar de o ministro ressaltar que não seria interesse do Estado burocratizar a vida esportiva, foi isso o que aconteceu, no sentido dado por Bourdieu ao campo burocrático, onde os interesses particulares são sobrepostos por interesses coletivos, sendo esse inclusive um dos argumentos utilizados pelo governo para controlar o campo esportivo.

Alheio a categoria disciplina destacada por Manhães (2002) em relação à legislação esportiva da época, Mezzadri (2000) destaca que a aprovação do Decreto-Lei nº 3.199 interferiu diretamente na estruturação do esporte no Brasil. A lei teria contribuído em três pontos básicos da estruturação do esporte: a regulamentação das entidades esportivas, a definição da função do Estado brasileiro frente ao esporte e a indicação de como administrar as práticas esportivas.

Já segundo Linhales (1996), o projeto para o esporte se apoiou em três dimensões centrais e constitutivas do ideário estadonovista. A primeira dimensão dizia respeito ao corporativismo, adotado como estratégia de organização e disciplinamento da sociedade. Em nome da harmonia social e do pretendido fortalecimento do Estado, tal estrutura caracterizou-se como,

[...] uma sobreposição do público ao privado, em que as formas embrionárias e pluralistas de organização social existentes foram consideradas ilegítimas, na medida em que os conflitos e a diversidade de interesses eram identificados com a barbárie, com o anarquismo ou com o "laissez-faire" (LINHALES, 1996, p. 83).

A oposição do público ao privado, que poderia ter uma conotação positiva, já que isso poderia impulsionar e democratizar o esporte, da forma que foi feita apenas representou a burocratização do mesmo e subverteu a lógica do público sobre o privado, quando das ações personalistas e individuais realizadas pelos burocratas.

Essa dimensão corporativa teria adentrado diferentes setores da vida social brasileira, sendo que o campo esportivo fez parte do controle e interferência que paulatinamente o Estado Novo construiu para sua centralidade e protagonismo na sociedade brasileira.



A segunda dimensão apontada por Linhales (1996), corroborada por Mezzadri (2000), refere-se à consolidação do nacionalismo como elemento de unificação e construção de uma cultura cívica capaz de sobrepor às diferenças regionais. Nesse sentido, o esporte seria um instrumento de consolidação do nacionalismo, auxiliar na construção de uma pretensa unidade nacional, e forma de representação da própria nação.

Finalmente, a terceira dimensão do ideário estadonovista destacada por Linhales (1996) diz respeito à modernização sociopolítica, justificada tanto como forma de superação das antigas orientações nas relações econômicas e sociais do Brasil urbano durante a Velha República, quanto como condição necessária ao País para sua inserção no plano das relações internacionais.

A construção de um Brasil moderno e industrializado demandava ações e projetos capazes de educar a Nação, ou mais especificamente a classe trabalhadora, no sentido do desenvolvimento produtivo, baseado na racionalidade e na eficiência. Aqui também, nesse prisma, o esporte recebeu e deu sua contribuição [...]. Segundo Lenharo, "a prática esportiva é colocada no mesmo plano dos benefícios trabalhistas que o governo vinha gradativamente concedendo" (LINHALES, 1996, p. 85).

A construção da hegemonia do esporte em relação às demais atividades corporais, que iniciara no período em questão, também guarda relação com a idéia de modernidade e progresso, já que o esporte era a atividade corporal de movimento em pleno crescimento nos países desenvolvidos, cabendo ao Brasil adotá-lo também como parte de suas metas de modernização, sustentadas pela racionalidade e pela eficiência (LINHALES, 1996).

Diante desse contexto e dessas intencionalidades, o governo federal propôs a regulamentação do esporte no Brasil, através do Decreto-Lei nº 3199, de 1941. A institucionalização do esporte, porém, foi marcada por uma característica administrativa comandada pelos burocratas e pelos políticos, com uma participação restrita da sociedade e dos indivíduos nas tomadas de decisão (LINHALES, 1996; MEZZADRI, 2000; MANHÃES, 2002), corroborando a idéia de que aqui configuram-se relações sociais do tipo oligárquicas, segundo os pressupostos de Elias (2005).

A criação do Conselho Nacional do Esporte (CND), através do dispositivo legal, por exemplo, destinado a "orientar, fiscalizar e incentivar a prática de desportos no país", que, em outros termos, poderia constituir um avanço para o esporte, não permitiu nenhum acesso das entidades esportivas às cadeiras do CND,

a compor-se, inicialmente, de cinco membros, todos nomeados pelo Presidente da República. Nesse sentido, o artigo 3º do Decreto-Lei nº 3.199/41 é emblemático:

**Art. 3º** - Compete precipuamente ao Conselho Nacional de Desportos: a) estudar e promover medidas que tenham por objetivo assegurar uma conveniente e constante disciplina à organização e à administração das associações e demais entidades desportivas do país, bem como tornar os desportos, cada vez mais, um eficiente processo de educação física e espiritual da juventude e uma alta expressão da cultura e da energia nacionais; b) incentivar, por todos os meios, o desenvolvimento do amadorismo, como prática de desportos educativos por excelência, e ao mesmo tempo exercer rigorosa vigilância sobre o profissionalismo, com o objetivo de mantê-lo dentro de princípios de estrita moralidade; c) decidir quanto à participação de delegações dos desportos nacionais em jogos internacionais, ouvidas as competentes entidades de alta direção, e bem assim fiscalizar a constituição das mesmas; d) estudar a situação das entidades desportivas existentes no país para o fim de opinar quanto às subvenções que lhes devem ser concedidas pelo Governo Federal, e ainda fiscalizar a aplicação dessas subvenções (BRASIL, 1941).

Verifica-se que, no item “a”, é conferida ao CND a tarefa de disciplinamento das entidades civis, segundo a lógica corporativa, que concebe a intervenção e o controle da organização esportiva (formada por entidades de iniciativa e direito privados), realizando o arbitramento dos conflitos no campo esportivo. Já no item “b”, é clara a opção do Estado pelo amadorismo em detrimento ao profissionalismo, “decidindo” por um lado na disputa entre amadores e profissionais no interior do campo<sup>94</sup>.

O caráter intervencionista está presente ainda quando admite-se ao Estado disciplinar a administração interna das associações esportivas, assim como quanto à inclusão ou não de delegações esportivas em jogos internacionais. Finalmente no item “d”, o governo prevê o controle (indireto) sobre as instituições através de subvenções financeiras. Vale ressaltar que a regulamentação do esporte vem acompanhada de tutela financeira do Estado, através de auxílios e subvenções, o que permanece de alguma forma até hoje.

Dados os poderes do CND, seria crucial ao Estado, portanto, controlar as indicações da sua composição. Segundo o Dr. João Lyra Filho, entrevistado e citado por Manhães (2002, p. 38), a indicação do presidente do CND se deu diretamente pelo Presidente da República, Getúlio Vargas, e para os demais cargos, a indicação foi delegada ao então Ministro da Educação e Saúde:

---

<sup>94</sup> Esta parece ter sido uma relação ambígua, uma vez que é justamente através do esporte profissional que a construção de uma identidade para o Estado-Nação se legitima.

O Capanema (então ministro da Educação e Saúde) foi com cinquenta nomes ao Getúlio, todos desportistas conceituados. Getúlio pegou o lápis e foi passando linha por linha, até chegar na letra “J” e fez um risco, afirmando que nomeava aquele. Capanema perguntou pelos outros quatro. Ele disse: - O Ministro escolhe. Baixados os atos, Capanema voltou a Getúlio. - Presidente, estão nomeados os cinco membros do Conselho. Cabe ao senhor indicar o presidente, de acordo com a lei. Indagou Getúlio: - Quem indiquei para o Conselho? - João Lira Filho (respondeu Capanema). - Então está implícita a escolha do presidente (pontificou Getúlio)”

O CND, durante as décadas de 1940 a 1970, estruturou e comandou o esporte nacional, fiscalizando as atividades esportivas desenvolvidas no país. Os estatutos das federações e confederações deveriam ser aprovados pelo CND e regulamentados posteriormente pelo Ministério da Educação e Saúde (MEZZADRI, 2000).

Segundo Manhães (2002), a ausência de representação das entidades desportivas revela, a princípio, o caráter autoritário e antidemocrático da formação do CND.

Sem falar na forma cartorial de indicação assumida por Vargas, no episódio relatado, independentemente das credenciais do nome escolhido. Verificada, a seguir, de um lado a extensa diversidade de poderes do órgão em questão – normativo, executivo, judicante e de controle –, de outro a definitividade conferida a suas tarefas, podendo até intervir diretamente nas entidades do desporto, pressuposto conferido em regimento aprovado pelo Decreto nº 9.267, de 16 de abril de 1942, [...] constituindo-se no aparelho de Estado corporativizador da ordem desportiva, em nome da categoria disciplina. (MANHÃES, 2003, p. 39)

O interesse do Estado Novo em disciplinar (atrelar ao Estado) o campo esportivo foi o argumento central que justificou a legislação esportiva da época. O pluralismo de interesses até então vigentes, interpretado como nocivo ao propósito de elevação do esporte à condição de uma causa que deveria estar a serviço da Pátria e não a serviço dos cidadãos organizados esportivamente. (LINHALES, 1996).

Arreliado com a "indisciplina" (pluralidade), o Estado Novo não se ocupou com ações políticas capazes de legitimar e organizar os conflitos de interesse; lançou-se à sociedade esportiva, sobrepõe-se a ela por lei, aos moldes do que também realizou em outros setores da vida social (LINHALES, 1996; MANHÃES, 2002).

Segundo Linhales (1996), o efeito dessa legislação sobre a autonomia da sociedade para se organizar esportivamente pode ser considerado devastador, na medida em que, o esporte brasileiro passa a estabelecer com o Estado uma relação

de dependência tutelar. Aqui pode estar a raiz da vinculação e subordinação da sociedade ao Estado no que tange a prática esportiva até os dias atuais. Essa relação quase umbilical pode ter desencadeado práticas “salvacionistas”, “utilitaristas” e “paternalistas” do Estado para com o restante da sociedade brasileira.

O próprio processo de intervenção do Estado no campo esportivo se deu muito mais por lógicas existentes no interior do próprio campo político/burocrático do que por uma reconhecida demanda da sociedade. Tão pouco, o esporte foi oficializado a partir da perspectiva do reconhecimento como um direito social, mesmo sendo esse um dos argumentos oficiais para a intervenção. Segundo Linhales (1996), uma das justificativas do poder público para sua ação intervencionista no campo esportivo foi a democratização do acesso da população ao esporte, pois este se encontrava restrito a elites específicas.

A oficialização do esporte significou colocá-lo a serviço da Nação e não a serviço dos cidadãos. Nesse sentido, as prioridades concentravam-se no desenvolvimento do esporte seletivo e de alto rendimento, o que, em termos gerais, significou o desencadeamento do processo de exclusão que caracterizará o esporte brasileiro promovido pelo Estado (LINHALES, 1996).

A década de 1940, para o campo esportivo no Brasil, é, portanto, crucial. Se por um lado, é possível afirmar que essa etapa acolheu um verdadeiro processo de popularização e massificação do esporte, apoiado pelo Estado, por outro, vale destacar que tal processo não significou a democratização do esporte ou a sua consolidação como um direito social. O esporte foi institucionalizado, ganhou legislação própria, foi reconhecido pelo Estado como um bem coletivo. Recebeu investimentos públicos e constituiu uma burocracia oficial para seu desenvolvimento, controle e fiscalização. Foi estatizado, sem contudo, ter sido publicizado (LINHALES, 1996).

Ainda segundo Linhales, outras repercussões importantes foram que, ao se acomodarem ao novo sistema esportivo, e tendo o esporte de caráter seletivo como prioridade, em detrimento das práticas esportivas de nuances mais participativas e recreativas, essas últimas ficaram relegadas a um segundo plano. Os pequenos clubes e times que não se enquadravam no sistema esportivo oficial, excluídos da assistência pública estatal, passaram a existir numa condição quase marginal, sem poder político e sem legitimidade para a garantia de condições mínimas de funcionamento.

Também a perda ou a fragilização da autonomia relativa da sociedade para se organizar esportivamente, associada à estatização do sistema esportivo, segundo Linhales (1996), provocaram o fortalecimento de relações de dependência tutelar entre o esporte e o Estado. Para existir, o esporte dependia do Estado e esse, por sua vez, só implementava e apoiava aquelas ações que seriam de seu interesse. Essa espécie de pacto de conveniência também gerou seus efeitos perversos. Um esporte atrelado ao Estado, e um Estado que institucionaliza um sistema esportivo controlado por dirigentes escolhidos por méritos, confianças e anuências ao poder, acabou por consolidar o campo esportivo como espaço privilegiado para as relações políticas baseadas no clientelismo e no populismo (LINHALES, 1996).

Utilizadas como estratégias de acomodação de determinados grupos de interesse junto ao Estado, tais práticas conseguem estabelecer, com a estrutura rígida e corporativa do sistema esportivo brasileiro, uma relação simbiótica capaz de se auto-sustentar politicamente pelas próximas cinco décadas (LINHALES, 1996, p. 108).

Resumidamente, pode-se dizer que, na sociogênese da intervenção estatal no esporte, conseguiu-se construir a burocratização do setor esportivo<sup>95</sup>, que estabelecerá, com alguns grupos esportivos, uma relação de interesses baseada na troca de privilégios, sustentada como forma de minimização de tensões. Aqueles que não se encaixaram nesse jogo ficaram excluídos do sistema esportivo oficial. A dimensão lúdica do esporte, que mais tarde seria tratado com esporte-participação, ou esporte recreativo, acaba sendo sufocado pela manifestação esportiva de rendimento, mais adequada aos interesses nacionais (representação nacional, consolidação do nacionalismo e símbolo da modernidade do país).

Verifica-se que décadas se passaram sem que houvesse mudanças significativas nas normatizações e legalizações do esporte. As primeiras transformações no decorrer do processo de estruturação não alteraram muito a configuração do esporte nacional, o que será visto a seguir.

#### 4.2 O SUBCAMPO POLÍTICO/BUROCRÁTICO DO ESPORTE E LAZER PÓS 1945: AUSÊNCIA DE RUPTURAS E CONSOLIDAÇÃO DE PRECEITOS

---

<sup>95</sup> Está aqui, portanto, a gênese do subcampo político/burocrático do esporte no Brasil.

A literatura sobre políticas públicas de esporte e lazer no Brasil (BUENO, 2008; LINHALES, 1996; MANHÃES, 2002; MEZZADRI, 2000; VERONEZ, 2005;), aponta que após a decisiva entrada do Estado no campo esportivo pelas estratégias do projeto do Estado Novo, o modelo corporativo e centralizado se perpetuaria por muito tempo. Durante aproximadamente quatro décadas esse modelo, impresso à estrutura do campo esportivo, ficou praticamente inalterado.

Porém, vale ressaltar que no período pós Estado Novo, durante parte das décadas de 1940, 1950 e 1960, o Brasil viveu um período democrático, caracterizado como um período democrático-populista (DINIZ, 1992; WEFFORT, 1992). Observava-se, no campo político/burocrático um jogo social crescentemente democrático (ELIAS, 2005), pois aos diminuírem as diferenças de poder entre os grupos (Estado e sociedade) reduzem-se as suas desigualdades, tornando-se o equilíbrio de poder mais flexível e elástico. Quando se abre a possibilidade para que os agentes do nível mais baixo fiquem mais poderosos, as jogadas cairão sobre o controle de uma configuração cada vez mais complexa e o controle sobre os jogadores e o próprio jogo acaba sendo menor.

Nesse contexto seria coerente pensar que aqueles preceitos herdados do período anterior, centralizadores e antidemocráticos, no campo esportivo, perdessem força ou até mesmo fossem revertidos, em favor da pluralidade de interesses e a liberdade de um período democrático.

Todavia, a estrutura burocrática herdada serviu muito bem aos interesses da democracia-populista da época.

É certamente aqui que se evidencia a presença do "estilo populista". A relação direta povo-governante soube tirar proveito do espetáculo esportivo. Durante o período em questão, os representantes do poder público eram presença obrigatória nos eventos que se organizavam em torno do esporte. Como afirma GONÇALVES, os políticos descobriram rápido a força do esporte e aprenderam "rapidamente que bajular os clubes podia lhes render preciosos dividendos eleitorais". Como um desdobramento de tais práticas, as relações de bases clientelistas barganhavam votos e apoio eleitoral por variados tipos de "doações" e de relações de mérito ou privilégios. Desse jogo não escaparam as concessões de áreas públicas para o estabelecimento de clubes esportivos de natureza privada, doações de equipamentos e materiais esportivos, indicações para cargos de confiança, construção de grandes estádios ou praças de esporte (LINHALES, 1996, p. 123).

Ou seja, a base burocrática e centralizadora do esporte, construída no Estado Novo serviu como alicerce às ações populistas, trocas de favores e barganhas no período seguinte. Não havia necessidade de alterar o funcionamento

do campo esportivo, pois sua estrutura servia perfeitamente aos interesses particulares dentro do espaço público. A potencial capacidade de mobilizar votos e adesões eleitorais fez, inclusive, com que entidades de administração esportiva fossem usadas como um estágio na carreira de várias lideranças políticas emergentes no período democrático (LINHALES, 1996). Ter cargos de prestígio em uma federação esportiva, por exemplo, representava uma posição estratégica para a consolidação de uma base eleitoral. O campo esportivo, por sua vez, extraía desse fato a possibilidade de apoio e proteção dos seus representantes no Estado.

Criou-se aí uma relação quase que promíscua entre Estado e esporte, onde agentes que potencialmente poderiam lutar por mudanças na relação, se acomodaram na própria estrutura. Um objeto tão popular como o esporte seria então utilizado como meio de troca de favores e ascensão política.

Assim, se não existia um princípio público e igualitário que orientasse a relação do Estado com a sociedade organizada esportivamente, o processo de trocas clientelistas acabou por transformar o Estado em um "balcão" em que se barganhava apoio político por mercadorias de todos os tipos (LINHALES, 1996, p. 124)

Tais mecanismos caracterizam-se como o efeito perverso de um sistema hierárquico e centralizador. Diante de uma estrutura esportiva rígida e excludente, os agentes que emergiam, ao invés de transformá-la, optaram por trilhar caminhos que se baseavam em uma espécie de acomodação, desde que dali fosse possível extrair vantagens pessoais e imediatas. O nível de conflito no interior do campo é mais uma vez diminuído, já que os agentes consolidados no pólo dominante, assim como os emergentes, não tinham interesse em mudar as regras do jogo, já que estas lhe eram interessantes, sendo apenas necessário adequar-se, incorporando o *habitus* daquele espaço social.

Em relação à *polity*, o novo marco da institucionalidade, a Constituição de 1946, sequer fazia menção ao esporte. Todavia, segundo Veronez (2005), o aparato institucional construído no período anterior seria consolidado e mudanças pouco significativas seriam percebidas. De acordo com o autor, a de maior relevância foi a aprovação do regimento da Divisão de Educação Física do MEC:

Art. 1º. A Divisão de Educação Física (D.E.F.), órgão do Departamento Nacional de Educação, de Ministério da Educação e Cultura, tem por finalidade:

I - difundir e aperfeiçoar a educação física e os desportos, a fim de contribuir para a melhoria das condições de saúde e de educação do povo;

- II - realizar estudos que permitam estabelecer as bases, da educação e da recreação física no país;
- III - estabelecer normas, programas e construções metodológicas para a educação física nos diferentes graus e ramos de ensino;
- IV - orientar e fiscalizar o funcionamento das escolas de educação física que lhe forem subordinadas, bem com as atividades de educação física e dos desportos nos estabelecimentos de ensino sujeitos à jurisdição do Ministério;
- V - promover a criação dos centros de educação física, orientar e fiscalizar o seu funcionamento;
- VI - incentivar a formação e promover o aperfeiçoamento de profissionais especializados em educação física e desportos (BRASIL, 1956).

Chama atenção o segundo inciso do primeiro artigo do decreto, que trata da realização de estudos a fim de estabelecer as bases da educação e da recreação física no país. Para dar conta dessa demanda, o DEF seria organizado internamente, dentre outras divisões, por uma Seção de Estudos e Aperfeiçoamento (SEA), com competência para:

- I - realizar estudos e pesquisas sobre educação física;
- II - promover inquéritos, levantamentos e estudos estatísticos que interessem às finalidades da Divisão;
- III - projetar normas, programas e instruções de educação e recreação física para os diferentes graus e ramos do ensino;
- IV - planejar as bases da recreação física no país, sugerindo as alterações que posteriormente se tornarem convenientes;
- V - estabelecer processos e verificação do aproveitamento da educação física;
- VI - estudar e propor a regulamentação da legislação federal sobre a prática da educação física nos diferentes graus e ramos de ensino;
- VII - estudar as condições materiais e técnicas para a prática da Educação Física a que devem atender os centros de educação física e os estabelecimentos de ensino nos seus diferentes graus e ramos e colaborar, a respeito, projeto de instruções;
- VIII - promover a realização de congressos e conferências e organizar e ministrar cursos de aperfeiçoamento, divulgação e especialização sobre educação e recreação física e desportos;
- IX - ministrar cursos intensivos de preparação de candidatos a exames de suficiência em localidades onde não haja pretendentes legalmente licenciados para o ensino das atividades de educação física;
- X - realizar os exames de suficiência a que se refere o item precedente;
- XI - preparar publicações especializadas e o Boletim da D.E.F., podendo, para isso, recorrer à colaboração de pessoas estranhas à Divisão;
- XII - difundir, pelos meios adequados, a educação e a recreação físicas no país;
- XIII - manter cadastro dos órgãos e das instituições públicas ou privadas de educação e recreação físicas;
- XIV - manter Biblioteca, Filmoteca, e Discoteca especializadas;
- XV - manter coleções de leis, decretos, regulamentos, circulares, portarias, ordem de serviço, instruções e documentação em geral referentes à educação e à recreação física (BRASIL, 1956).

Ou seja, já na década de 1950 observa-se a preocupação na criação de um espaço, dentro do órgão público federal de desenvolvimento do esporte e da educação física para promover estudos, pesquisas e demais ações que



subsidiassem a implantação de políticas públicas de educação física, esporte e lazer.

Não obstante, em relação ao curto período democrático vivido entre os anos de 1945 e 1964, Linhales (1996) aponta que esse período foi profícuo a inserção de novos agentes no campo esportivo, especialmente, através do crescimento do jornalismo esportivo e o fortalecimento da indústria de equipamentos e materiais esportivos. Além disso, “no âmbito da Educação Física Escolar, o esporte chega para ficar, consolidando-se, a partir desse período, como seu conteúdo hegemônico” (LINHALES, 1996, p. 130).

Esses aspectos evidenciam a inclusão do esporte no ideário de modernização e desenvolvimento que permeou a chamada democracia populista. Segundo Linhales (1996), o esporte tornou-se presente na cena urbana, e estendeu-se ao meio rural, se consolidou nos meios de comunicação e na indústria, tornando-se bem de consumo. Estabeleceu-se ainda como conteúdo hegemônico da Educação Física, além de se fortalecer como setor de atuação do poder público em seus diferentes níveis.

Por outro lado, essas diferentes estratégias que possibilitaram a inserção de um número cada vez maior de agentes e grupos sociais no campo esportivo, não viabilizaram um processo de institucionalização do esporte como direito social.

O esporte massificou-se, por certo, e, como fenômeno de massa, foi bem recebido no interior de um momento político também de massa: o populismo. Dentro da lógica populista foi distribuído, doado, oferecido como um bem do mundo moderno. Assim sendo, foi também recebido como oferta, doação... para quem fosse capaz de se apresentar como merecedor, como em condições de recebê-lo (LINHALES, 1996, p. 131).

O saldo do período democrático-populista (1945-64), portanto, foi o da massificação do esporte, dentro de uma lógica populista e particularista, como moeda de troca, e sob os auspícios da estrutura esportiva estabelecida durante o Estado Novo. As regras permaneceram, mas o jogo mudou, fruto das jogadas dos agentes, que observaram no esporte mais que um interesse nacional, um interesse particular e de grupos, que tinha o Estado como grande “padrinho” e patrocinador.

Mais tarde o esporte que chegou à década de 1960 massificado e permeado por cisões e interesses particularistas, tornou-se, na ditadura militar (iniciada em 1964), um campo submetido ao controle burocrático e tecnocrático do Estado

autoritário, servindo em alguns momentos como estratégia de representação da identidade e coesão nacional idealizada (LINHALES, 1996).

O período anti-democrático expresso pela ditadura fez com que, mais uma vez o Estado passasse a se sobrepôr à sociedade, constituindo uma configuração onde pode-se observar um jogo social do tipo oligárquico, com o potencial de poder muito concentrado nas mãos do Estado, garantido inclusive pelo uso da força física, monopólio do Estado.

As conquistas e ações esportivas apresentavam-se também como recurso dotado de fortes componentes simbólicos<sup>96</sup>, capazes de reforçar os projetos de crescimento econômico e de modernização controlados pelo Estado<sup>97</sup>.

Além disso, segundo Linhales (1996, p. 135), mais uma vez o Estado na sua relação com o campo esportivo agiu como um espaço de trocas e interesses particularistas:

Em um contexto de predomínio do Estado sobre a sociedade, quando não foi possível agir autonomamente, muitos grupos adotaram estratégias de barganha, de modo a realizar parte de seus interesses ao mesmo tempo em que se "adequavam" ao que o Estado esperava que realizassem. O período militar não só conviveu com interesses particularistas no setor esportivo, como também, em alguns casos, chegou até a aprimorá-los.

O tom da centralização e do controle durante a ditadura militar podia ser observado nos principais setores de coordenação do campo esportivo brasileiro, que estiveram sob comando de membros do alto escalão das forças armadas.

Também merece destaque, segundo Linhales (1996), a penetrabilidade do estilo tecnocrático de planejamento no setor esportivo, com características similares aos demais setores da burocracia estatal. No esporte, esse período se diferencia dos anteriores pela emergência de inúmeros planos, diretrizes e projetos de Estado, freqüentemente acompanhados de uma excessiva ação legislatória e regulamentadora<sup>98</sup>. Isso permite que a análise avance da dimensão institucional *polity* para a dimensão processual *politics*, onde tem-se em vista o processo político,

---

<sup>96</sup> O investimento no campo esportivo por parte do Estado ilustra bem os ganhos que se pode obter num espaço social, ou campo, que nem sempre é material, quantificável. Nesse caso trata-se de um ganho de reconhecimento, um capital simbólico perante a população brasileira, e de prestígio junto a outros países no âmbito internacional.

<sup>97</sup> Outros exemplos foram a construção da ponte Rio-Niteroi, da rodovia Transamazônica, e da usina hidrelétrica de Itaipú.

<sup>98</sup> São exemplos, além da Lei Federal nº 6.251/75 e do Decreto-Lei nº 80.228/77, a Reforma Universitária, em 1968; o "Diagnóstico da Educação Física e Desportos no Brasil"; a criação da Loteria Esportiva, principal fonte de recursos financeiros para os programas de Educação Física/Espportes, também em 1969 (LINHALES, 1996).

freqüentemente de caráter conflituoso, no que diz respeito à imposição de objetivos, aos conteúdos e às decisões de distribuição.

Dentre os projetos, destaque ao "Diagnóstico da Educação Física e Desportos no Brasil", uma ação cooperada entre a Divisão de Educação Física - DEF - do MEC e o IPEA do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. Iniciado no ano de 1969 e publicado em 1971, a ação foi coordenada pelo professor Lamartine Pereira da Costa.

Segundo Bueno (2008), o Diagnóstico chegou a três grupos de conclusões: 1) crescimento da importância do setor esportivo entre 1964 e 1970, principalmente nos estados e municípios mais desenvolvidos; 2) distorções regionais e setoriais que privilegia o quantitativo ao qualitativo, tanto em termos da formação de mão de obra técnica, quanto da produção de equipamentos e material esportivo; 3) deficiências qualitativas no setor educacional, na função de transmissão de conhecimento, no relacionamento dos diferentes elementos organizacionais. A sugestão geral foi de mudança da legislação considerada ultrapassada, que se mostrava como um gargalo à modernização do campo esportivo. De acordo com Tubino (1996), o Diagnóstico foi uma importante reflexão que expôs o atraso do setor esportivo no Brasil, base para a Lei Federal nº 6.251/75 e a política nacional para o setor.

Em relação aos arranjos institucionais, em julho de 1970 foi criado, no MEC, o Departamento de Educação Física e Desportos - DED - que se tornara o órgão central do Ministério para o desenvolvimento das ações para o setor esportivo. Tal medida unificou as ações do poder público que desde a década de 1930 atuavam em separado, tendo uma divisão responsável pela Educação Física e o CND como o órgão coordenador do sistema esportivo (LINHALES, 1996). Essa unificação possuía dois sentidos básicos: o de conter a autonomia que começava a ganhar força no sistema esportivo, na medida em que o CND se encontrava permanentemente pressionado pelos interesses da Confederação Brasileira de Desportos - CBD - responsável pela coordenação do futebol; e, o projeto de subordinação da Educação Física escolar ao sistema esportivo. "A partir dessa fusão, a Educação Física apresenta-se como base de um sistema piramidal construído para o esporte, cujo estágio superior seria o esporte de alto rendimento, expressão da grandeza nacional" (LINHALES, 1996, p. 139).

Uma das principais ações do DED foi lançar o primeiro "Plano de Educação Física e Desporto - PED", em 1971, sob a justificativa da necessidade de

planejamento do setor. A literatura apresenta como pretensões do Plano: atacar os problemas da baixa aptidão física da população, a carência de profissionais e a inoperância do controle e planejamento federal para a área até então (LINHALES, 1996; VERONEZ, 2005; BUENO, 2008). Aponta ainda que, a despeito do forte componente técnico, o PED não ocultou a perspectiva ideológica ao objetivar melhorar o controle sobre outras forças que poderiam se utilizar do esporte (forças econômicas do espetáculo, partidos políticos, igrejas). Segundo Linhales (1996), o plano chegou até mesmo a considerar a atividade física e esportiva como direito de todos, sem restrições de qualquer natureza. Por outro lado, o PED frequentemente trazia princípios autoritários e de controle social. Segundo Bueno (2008), em realidade, a grande preocupação do Plano era com o baixo rendimento técnico das equipes nacionais nos grandes jogos internacionais.

Quanto às ações, o PED se subdividia em três grandes programas básicos<sup>99</sup>, compostos por 17 projetos. No programa Desenvolvimento da Educação Física e Desportos, o projeto “Pesquisas em Educação Física e Desportos”, de responsabilidade de elaboração das Escolas de Educação Física, sob coordenação do DED, merece destaque, assim como o projeto “Implantação de Centros Regionais de Pós-Graduação”, sob responsabilidade das Universidades e coordenação do DED. Ambos apontam a preocupação dos subcampo político/burocrático com as pesquisas e a qualificação dos recursos humanos envolvidos com o esporte. No programa Intercâmbio e Difusão Cultural Desportiva, o projeto “Preservação do Patrimônio Histórico Desportivo” parece caminhar no mesmo sentido.

Ainda na década de 1970, uma das primeiras mudanças legais ocorreu através da promulgação da Lei Federal nº 6.251/75 e do Decreto-Lei nº 80.228/77, que instituíram a Política Nacional de Desenvolvimento da Educação Física e Desporto. Essa regulamentação foi elaborada durante o regime militar, período de forte presença governamental, sendo o Estado protagonista no controle dos indivíduos e da sociedade, atuando de forma oligárquica, e com grande concentração do poder. A estrutura esportiva, mais uma vez, foi articulada de forma autoritária, tendo como base a centralização das ações das práticas esportivas (MEZZADRI, 2000).

---

<sup>99</sup> Programa de Desenvolvimento da Educação Física e Desportos; Assistência Técnica e Financeira a Projetos de Educação Física; Intercâmbio e Difusão Cultural Desportiva.

De acordo com Manhães (2002), nem a Lei nº 6.251/75, tampouco o Decreto nº 80.228/77 que a regulamentou, podem ser considerados como mudanças significativas para o esporte nacional, tratando-se de uma política continuísta, caracterizada por reparos formais e periféricos em relação à legislação da década de 1940.

Dos pontos fundamentais da Lei Federal nº 6.251/75, segundo Mezzadri (2000), pode-se extrair dois para discussão. Primeiro, o conceito de esporte presente na legislação, que o considerava como uma atividade predominantemente fundamentada na aptidão física, com finalidade competitiva e com regras pré-estabelecidas. Segundo, a contradição entre os artigos 3º e 4º, pois de um lado no artigo 3º o poder público, através da União, estados e municípios, distribuiria recursos financeiros e daria auxílio técnico para a prática esportiva, e por outro, no artigo 4º destaca-se que o esporte seria livre para a iniciativa privada, desde que amparado técnica, financeira e legalmente pelo poder público. Portanto, a liberdade deve ser compreendida de forma relativa, porque na verdade o poder público era o grande controlador das estruturas esportivas. Ainda na Lei encontramos referência à Política Nacional de Educação Física e Desportos e seus objetivos:

**Art. 5º** O Poder Executivo definirá a Política Nacional de Educação Física e Desportos, com os seguintes objetivos básicos:  
I - Aprimoramento da aptidão física da população;  
II - Elevação do nível dos desportos em todas as áreas;  
III - Implantação e intensificação da prática dos desportos de massa;  
IV - Elevação do nível técnico-desportivo das representações nacionais;  
V - Difusão dos desportos como forma de utilização do tempo de lazer (BRASIL, 1975).

O inciso V do artigo em questão trata pela primeira vez no aspecto legal, o esporte como possibilidade de lazer. No artigo 6º, por sua vez, a Lei deixa explícito que caberia ao Ministério da Educação e Cultura elaborar o Plano Nacional de Educação Física e Desportos (PNED), observadas as diretrizes da Política Nacional. O Plano deveria atribuir prioridade a programas de estímulo à educação física e esporte estudantil, à prática esportiva de massa e ao esporte de alto nível.

No ano seguinte à legislação, o PNED referente ao período de 1976 a 1979 é lançado. Segundo Veronez (2005), em seu conjunto, o Plano estava articulado às políticas sociais propostas pelo governo em diversas áreas, e representava a diversificação da ação estatal do Estado brasileiro. Ainda segundo o autor, embora o PNED 1976-1979 e seus elaboradores alardeassem a prioridade ao esporte

estudantil e a necessidade de que ele recebesse a maior quantidade de recursos, no que se refere ao orçamento previsto para a execução das ações ele estava em terceiro lugar, atrás do esporte de massa e do esporte de alto nível, respectivamente.

Aliás, foi o esporte de massa – considerado o nível intermediário entre o esporte educacional e o de alto nível – que cumpriu a tarefa de se adequar ao projeto de revalorização da questão social, contando para isso com a participação voluntária da população (LINHALES, 1996). A *policy* dessa manifestação esportiva, por sua vez, se deu através do Movimento Esporte Para Todos (EPT)<sup>100</sup> no Brasil. O EPT surgiu na Noruega na década de 1960 procurando estimular os indivíduos sedentários à prática da atividade física. Foi introduzido e desenvolvido no Brasil na segunda metade da década de 1970, através da liderança de Lamartine Pereira da Costa. Segundo Bueno (2008), os dados oficiais citam que o EPT articulou rede de informações por meio de rádios, jornais e revistas, treinando 9.700 agentes voluntários em dois terços dos municípios brasileiros, com a abrangência de 10 milhões de participantes. Seu desenvolvimento se deu com base no trabalho voluntário, prioritariamente nos fins de semana e feriados, em espaços ao ar livre (ruas, praças, praias, parques).

Já na década de 1980, nos últimos anos do regime militar surgiram as Diretrizes Gerais para a Educação Física e Desportos – 1980/1985, base para o Plano Nacional de Educação Física e Desportos 1980-1985, que pouco difere da proposta anterior (PNED 1976-1979). Segundo Linhares (1996), o grande avanço desse documento está no questionamento do modelo piramidal que embasou a organização do esporte em suas manifestações educacional, de massa e de rendimento, afirmando que cada um dos três níveis possui um fim em si mesmo, e que o grau de desenvolvimento do setor não deveria ser determinado pelas vitórias e recordes esportivos.

Ainda no início da década de 1980 merece destaque o desmembramento da Confederação Brasileira de Desportos (CBD) em cerca de trinta confederações

---

<sup>100</sup> Se por um lado a literatura apresenta que o EPT foi importante como uma alternativa ao esporte de rendimento, representou uma possibilidade de massificação das atividades esportivas e recreativas, e estabeleceu bases para a ação comunitária, por outro é considerado como um elemento alienante utilizado pelo regime militar para legitimar o governo. Nessa segunda perspectiva consultar Castellani Filho (1988).

esportivas, constituindo mais um indício do fim do modelo centralizador e hierárquico.

Em síntese, o período do regime militar para o esporte representou um momento de fortalecimento do esporte de alto rendimento, ao mesmo tempo em que gradativamente ações descentralizadas e em outras manifestações esportivas ganhavam espaço, como o desenvolvimento, por exemplo, do EPT. Inicialmente lutando contra outras forças do esporte e pautado no modelo piramidal de desenvolvimento do esporte, no final do período estabeleceu-se o pluralismo no setor e se reconheceu a insubordinação de cada um das manifestações esportivas. Também nesse período observa-se uma preocupação do subcampo político/burocrático com o campo científico/acadêmico na busca de subsídios à formulação e implementação de políticas públicas. Porém não se tem dados para afirmar se isso efetivamente ocorreu.

Na década de 1980, em meio a uma série de transformações sociais, o esporte também é re-significado, o que impactará mais tarde em políticas mais abrangentes para o esporte. É isso que será discutido a seguir.

#### 4.3 ESPORTE E LAZER COMO DIREITOS SOCIAIS? O SUBCAMPO POLÍTICO/BUROCRÁTICO DO ESPORTE E LAZER NO BRASIL PÓS CONSTITUIÇÃO DE 1988

Findado o período de ditadura militar no Brasil, o país passou por importantes mudanças no âmbito social e político<sup>101</sup>. O clamor popular por mudanças foi consubstanciado através de uma nova Constituição Federal. Após um longo processo que se iniciara em meados dos anos 1970, o então presidente José Sarney encaminhou, por meio da Mensagem n.º 330/1985 (n.º 48 no Congresso Nacional), o projeto do Executivo de convocação da Assembléia Nacional Constituinte (VERONEZ, 2005).

As eleições ocorridas em 15 de novembro de 1986 elegeram os membros da Assembléia Nacional Constituinte. O processo constituinte foi subdividido em

---

<sup>101</sup> Mudanças essas que mudaram mais uma vez a balança de poder entre Estado e sociedade, configurando um jogo crescentemente democrático, onde os níveis mais baixos da configuração ganham potencialmente poder e podem influenciar mais diretamente na decisão daqueles que os representam.

inúmeras subcomissões temáticas e setoriais, dentre as quais estava a Subcomissão de Educação, Cultura e Esportes da Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação, onde as propostas relativas ao esporte foram tratadas.

Pensar o esporte na Constituição Federal de 1988 requer, porém, a contextualização de alguns acontecimentos do campo esportivo ao menos desde o início da década de 1980. O esporte de alto-rendimento que até então se encontrava controlado apenas pela estrutura de poder do Estado, passa, naquele momento, a incorporar a iniciativa privada e os seus interesses econômicos<sup>102</sup>.

Essas novas possibilidades apresentaram-se como indicativos de que a legislação esportiva vigente, com seu caráter tutelar e hierárquico, a curto prazo se evidenciaria como um empecilho capaz de coibir um determinado desenvolvimento esportivo que começava a se legitimar pela lógica do mercado (LINHALES, 1996, p. 166).

A inserção de novos agentes no campo esportivo brasileiro, com interesses no esporte que iam muito além da representação nacional ou do tratamento do mesmo como questão de Estado, ocasionou o alargamento do campo. Uma nova lógica pautada pelas questões econômicas e, portanto, com grande capacidade de se fazer ouvir e representar.

Outro acontecimento relevante da década de 1980 foi, segundo Linhales (1996), a problematização no interior da Educação Física sobre sua função social e seu caráter supostamente alienante e autoritário. Encontros, congressos e seminários envolvendo profissionais de educação física passaram a assumir as reflexões sociopolíticas, além de denúncias e a busca de novos referenciais teórico-conceituais. Como uma espécie de "crise de identidade" (MEDINA, 1983) motivada pela abertura política, a Educação Física buscava desvencilhar-se de seus históricos referenciais militares e biologicistas.

Também no Congresso Nacional, as pretendidas mudanças no esporte foram debatidas. Por iniciativa e coordenação do deputado Márcio Braga, ligado aos interesses do futebol e ex-presidente do Flamengo, a Comissão de Esporte e Turismo da Câmara dos Deputados realizou, durante o mês de outubro de 1983, o Ciclo de Debates "Panorama do Esporte Brasileiro"<sup>103</sup>, reunindo representantes de

---

<sup>102</sup> Nesse sentido, o caso do voleibol é emblemático. Sobre o assunto consultar Marchi Júnior (2001).

<sup>103</sup> Segundo Linhales (1996), composta por 42 Deputados, a referida comissão recebeu dirigentes esportivos, atletas, jornalistas, professores de Educação Física, representantes da SEED, CND e COB, árbitros e juristas, que participaram dos debates, apresentando avaliações e propostas. Os



diversas áreas e interesses do campo esportivo (BUENO, 2008; LINHALES, 1996; VERONEZ, 2005).

Segundo Bueno (2008), o conteúdo dos anais decorrentes do debate publicado pela Câmara dos Deputados evidenciou os desejos de liberalização do setor, bem como a predominância da preocupação com o setor formal do esporte de alto rendimento. A questão do estabelecimento da prática esportiva como direito social apareceu de forma marginal nos debates e intervenções. Ou seja, os interesses (econômicos) do pólo dominante do campo esportivo prevaleceram. Nesse sentido, mostrou-se urgente separar o esporte da tutela e comando do Estado.

Os anseios de reforma, capitaneados por Marcio Braga, foram por ele colocadas em projeto de lei, PL 2929/1983, que iria alterar a redação da Lei 6.251, pondo fim ao voto unitário no sistema federativo, dando maior autonomia do sistema (confederações, federações, ligas) e entidades desportiva (clubes) e diminuindo as prerrogativas do CND. Todavia, o projeto não chegou a ser votado (BUENO, 2008, p. 164).

Já em 1985, o debate acerca da necessidade de revisão do setor esportivo se deslocou do Legislativo para o Executivo, através da instituição da "Comissão de Reformulação do Desporto"<sup>104</sup> pelo então Ministro da Educação Marco Maciel, com a incumbência de realizar estudos sobre o esporte nacional e indicar caminhos para a reformulação da política no setor. Segundo Linhales (1996, p. 172-3),

[...] embora a composição da comissão tenha sido apresentada por seu Presidente como capaz de integrar *"personalidades originárias dos mais variados setores e regiões de procedência, todos com larga vivência no campo esportivo"*, o que se observa é uma heterogeneidade de atores, que, embora possuíssem notoriedade nacional e, por vezes, internacional, não podem ser necessariamente considerados como representantes da pluralidade de interesses que permeava o setor esportivo. Para citar apenas alguns nomes, destacamos: Mário Amato, Pelé, Luciano do Valle, Fernando José Macieira Sarney, Maria Esther Bueno. Estes, entre outros, se não eram legítimos representantes de algum projeto político para o esporte, por certo apresentavam-se como personalidades de relevo capazes de respaldar aqueles que tivessem uma proposta para o esporte nacional.

Parece-nos que o arranjo da Comissão, mais que representar os diversos setores esportivos, foi pensada no sentido de buscar legitimidade em figuras ilustres

---

grupos temáticos, ou painéis, foram: 1 - A legislação esportiva; 2 - Profissionalismo no futebol e a estrutura atual; 3 - Treinadores, árbitros, auxiliares e torcedores; 4 - O jogador de futebol profissional; 5 - O esporte profissional (estrutura); 6 - A Educação Física na formação do atleta (massificação e recreação).

<sup>104</sup> Instituída pelo Decreto nº 91.452, de 19 de julho de 1985, essa comissão, composta por 33 membros, foi presidida por Manuel José Gomes Tubino, então Presidente do CND e teve como Secretário-Executivo o Coronel Octávio Teixeira (LINHALES, 1996).

do esporte, dotadas de capitais relevantes naquele contexto, que poderiam dar peso às decisões tomadas pela Comissão perante o campo esportivo e à sociedade como um todo.

Segundo Tubino (1996), presidente da Comissão, o relatório dos trabalhos do grupo foi apresentado através de oitenta indicações, reunidas em seis grupos: da questão da reconceituação do esporte e sua natureza; da necessidade de redefinição de papéis dos diversos segmentos e setores da sociedade e do Estado em relação ao esporte; das mudanças jurídico-desportivo-institucionais; da carência de recursos humanos, físicos e financeiros comprometidos com o desenvolvimento das atividades esportivas; da insuficiência de conhecimento científicos aplicados ao esporte; da imprescindibilidade da modernização de meios e práticas no esporte.

Dentre os aspectos apresentados e discutidos no relatório da Comissão de Reformulação do Desporto, destaca-se a questão da reconceituação do esporte, entendido como uma atividade predominantemente física, com caráter formativo-educacional, participativo e competitivo, nas suas configurações formais e não-formais (TUBINO, 1996). Além disso, “como uma das mais vigorosas e constantes manifestações da vida social, o esporte categoriza-se como um DIREITO DE TODOS independente de sexo, idade, capacidade e condição social” (TUBINO, 1996, p. 64).

No que diz respeito às redefinições dos papéis dos diferentes setores e segmentos, o relatório colocou a necessidade de dinamizar-se o esporte no país, afastando qualquer atuação cartorial e policialesca que iniba a criatividade dos segmentos esportivos, e que seja estimulada a livre iniciativa, de modo a implementar uma democracia esportiva (TUBINO, 1996). Nas mudanças jurídico-institucionais (*polity*) destacava-se a necessidade de inclusão do esporte no patamar constitucional.

Todos esses aspectos e necessidades foram acatados mais tarde pelo texto constitucional. No que diz respeito à insuficiência de conhecimento científicos aplicados ao esporte, o grupo indicou aprofundamento nos assuntos<sup>105</sup>: pesquisa e desenvolvimento; medicina esportiva; direito esportivo; publicações esportivas especializadas (TUBINO, 1996).

---

<sup>105</sup> Tais escolhas evidenciaram, segundo Linhales (1996), a predominância de investimentos no esporte de alto rendimento, embora, em seu discurso geral, o relatório defendesse sua deselitização.

Em consonância com o pensamento de Linhales (1996), entende-se que o esforço de desvencilhar o esporte da instrumentalização autoritária do Estado foi um componente de peso nas propostas da Comissão. Por outro lado, a indicação do esporte como um direito social, não foi acompanhado pelo apontamento dos possíveis desdobramentos para o padrão de relacionamento Estado-sociedade necessários nesse sentido. Assim, segundo Linhales (1996, p. 176), “embora certamente mais liberalizado, o esporte parece continuar sendo uma ‘Questão de Estado’ (ou daqueles que conseguem representar seus interesses no Estado) e não uma questão dos cidadãos”.

É nesse contexto de iniciativas de mudanças que o esporte chega para ser discutido na Constituição Federal de 1988. Todas essas questões debatidas do início da década de 1980 sugerem uma alteração importante na *policy network* estabelecida em torno do esporte. Essa rede, formada por um conjunto de agentes envolvidos na disputa pelo reconhecimento de uma questão como assunto público, agora comportava agentes do campo político/burocrático, grupos de especialistas, representantes do esporte de alto-rendimento, agentes dotados de interesses comerciais no esporte, entre outros. Nessa conjuntura, Linhales (1996) pontua existir, de um lado, várias organizações autônomas da sociedade civil demandando liberalização no esporte, e, de outro, instituições públicas e processos decisórios pouco flexíveis, não se apresentando como espaços capazes de incorporar os diferentes interesses existentes na sociedade.

Segundo Bueno (1998) sendo “pacífico”<sup>106</sup> que o tema merecia alcançar o texto constitucional, a questão central migrou para em que termos isso seria definido e sob qual relação de forças.

Veronez (2005) aponta que uma das características mais marcantes da Constituição de 1988 foi o alto nível de participação da sociedade na sua elaboração. Ainda segundo o autor, as contribuições à Constituição, depois de instalada a Assembléia Nacional Constituinte, foram normatizadas por regimento interno. Esse permitiu sugestões de Legislativos, tribunais e entidades associativas.

No que se refere ao esporte, tais sugestões deveriam ser encaminhadas à Subcomissão de Educação, Cultura e Esportes já citada. Porém, segundo Veronez (2005), ao contrário do que ocorreu em outros setores, a fração do setor esportivo

---

<sup>106</sup> Destaque nosso, já que não há evidências de que o esporte como tema constitucional seja uma unanimidade.

que elaborava as críticas mais contundentes à estrutura de poder presente no campo esportivo não conseguiu organizar-se para encaminhar sugestões à Constituinte.

Das 288 entidades citadas no primeiro volume das emendas parlamentares e das 122 emendas propostas por estas entidades, nenhuma era diretamente vinculada ao setor esportivo. Coube à fração do setor esportivo que ocupava cargos em entidades institucionalizadas, tanto públicas quanto privadas, o protagonismo no encaminhamento de tais sugestões (VERONEZ, 2005, p. 268).

No mesmo sentido, Bueno (2008) destaca que nem todos os setores e correntes ideológicas que militavam no esporte ganharam espaço na comissão, cabendo ao setor já institucionalizado a elaboração e negociação de propostas para o texto constitucional<sup>107</sup>.

Coube então a Álvaro Melo Filho, presidente da Confederação Brasileira de Futebol de Salão e membro do CND na época, elaborar e desenvolver a proposta apresentada por Manoel Gomes Tubino, em nome do CND, em audiência da Subcomissão de Educação, Cultura e Esporte. Segue o trecho principal da proposta:

Proposta: Art. - são princípios e normas cogentes da legislação desportiva: I - a autonomia das entidades desportivas dirigentes quanto a sua organização e funcionamento internos; II - a destinação de recursos públicos para amparar e promover o desporto educacional e o desporto de alto rendimento; III - a criação de benefícios fiscais específicos para fomentar as práticas desportivas formais e não-formais, como direito de todos; IV - a admissão das ações relativas à disciplina e às competições desportivas no Poder Judiciário somente dar-se-á após esgotadas as instâncias da Justiça Desportiva, que terão o prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da instauração do processo para proferir decisão final. Art. - Fica assegurado o reconhecimento do esporte como bem cultural, estendendo-lhe todos os benefícios institucionais e legais próprios da cultura, especialmente quando tratar-se de proteção das manifestações culturais esportivas genuinamente brasileiras, como legítimas expressões de identidade nacional (TUBINO, 1996, p. 79).

A proposta inicial, embora tenha recebido exatamente 100 emendas (TUBINO, 1996), manteve na Constituição Federal de 1988 a essência do texto da proposta inicial:

Art. 217 - É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um, observados:

---

<sup>107</sup> As entidades representativas que ofereceram sugestões à Subcomissão da Educação, Cultura e Esporte, segundo Bueno (2008) foram: CND, COB, Federação Internacional de Futebol de Salão, Confederação Brasileira de Basketball, Confederação Brasileira de Futebol de Salão, Confederação Brasileira de Futebol, Confederação Brasileira de Atletismo, Confederação Brasileira de Cronistas Desportivos.

I - a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento;

II - a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento;

III - o tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não-profissional;

IV - a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional.

§ 1º O Poder Judiciário só admitirá ações relativas à disciplina e às competições desportivas após esgotarem-se as instâncias da justiça desportiva, regulada em lei.

§ 2º A justiça desportiva terá o prazo máximo de sessenta dias, contados da instauração do processo, para proferir decisão final.

§ 3º O Poder Público incentivará o lazer, como forma de promoção social (BRASIL, 1988).

Não obstante as críticas e discussões acerca do texto constitucional realizadas, entre outros, por Bueno (2008), Linhares (1996), Schmitt (2004), Tubino (1996) e Veronez (2005), cabe ressaltar que o esporte não foi apenas liberalizado, desatrelando-se do Estado, como bradava o setor esportivo formal, mas também foi constitucionalizado, estabelecido como direito social e dever do Estado. Além disso, depois da Constituição Federal, seguiram mudanças nas Constituições Estaduais e nas Leis Orgânicas Municipais no tratamento ao esporte, a fim de alinhar-se à lei maior.

A principal contradição do texto constitucional parece ser a liberalização do esporte, ao mesmo tempo em que a tutela do Estado é mantida, especialmente através do financiamento do setor. Essa questão refletirá as políticas de esporte pós Constituição de 1988, que serão abordadas a frente.

O primeiro indício dessa “contradição” acontece logo no ano seguinte a promulgação da Constituição. Trata-se de uma medida que buscava garantir recursos ao esporte através de renúncias fiscais do Estado. A Lei n.º 7.752, de 14 de abril de 1989 (Lei Mendes Thame, em referência ao patrono da Lei), dispunha de incentivos fiscais na área de imposto de renda e outros tributos concedidos ao esporte amador. Embora a lei referenciasse o esporte amador, cabe destacar que o texto da lei considerou um grande número de manifestações do esporte que poderiam ser beneficiadas<sup>108</sup>, inclusive aquelas relacionadas ao esporte de alto rendimento.

---

<sup>108</sup> “Art. 2º Para os objetivos da presente Lei, consideram-se atividades desportivas: I - a formação desportiva, escolar e universitária; II - o desenvolvimento dos programas desportivos para o menor carente, o idoso e o deficiente físico; III - o desenvolvimento de programas desportivos nas próprias empresas em benefício de seus empregados e respectivos familiares; IV - conceder prêmios a atletas

A vigência da Lei, porém, durou pouco. No início do ano de 1990, a Lei Mendes Thame foi suspensa pela Lei 8034/90, que alterava a legislação do Imposto de Renda das pessoas jurídicas, e finalmente revogada através da Lei 8402/92.

De acordo com Veronez (2005), essa lei representou um grande passo em direção à privatização do Estado no campo esportivo, processo esse que se intensificou com o movimento para colocar o esporte, no que se refere aos marcos legais, nas trilhas de uma nova perspectiva liberal (privativista-mercantilista).

No mesmo sentido, Bueno (2005) entende que o início da década de 1990 abriu as discussões para a regulamentação infraconstitucional do esporte segundo uma tendência econômica de liberalização de mercados, que repercutiu inclusive no campo esportivo, e especialmente no setor futebolístico.

Ainda Linhales (1996) pontua que tendo se estabelecido a anulação dos ordenamentos esportivos de caráter autoritário pelos caminhos da liberalização e da autonomia<sup>109</sup>, o mercado passou a se apresentar como a principal alternativa para o esporte brasileiro.

Era necessário, no entanto, elaborar uma nova legislação infraconstitucional específica condizente com as mudanças introduzidas pelo texto constitucional. O início da década de 1990 foi um período em que a ação do governo federal no esporte foi marcada pela incerteza e por seu caráter provisório, uma vez que os esforços se concentraram, prioritariamente, na revisão e reformulação das normas e estruturas esportivas existentes (na dimensão *polity*, portanto), pois essas se apresentavam incompatíveis com as diretrizes estabelecidas pelo Constituição Federal de 1988.

Também no começo da década de 1990, Fernando Collor de Mello assume a Presidência da República. Já no início de seu mandato, o então presidente promoveu uma reforma administrativa, que resultou na criação de diversas novas estruturas administrativas, entre elas, a Secretaria de Desportos, vinculada à estrutura da Presidência da República. A secretaria gozada de *status* ministerial, uma vez que estava diretamente ligada ao Presidente. Segundo Bueno (2008),

---

nacionais em torneios e competições realizados no Brasil; V -doar bens móveis ou imóveis a pessoa jurídica de natureza desportiva, cadastrada no Ministério da Educação; VI -o patrocínio de torneios, campeonatos e competições desportivas amadoras; VII - erigir ginásios, estádios e locais para prática de desporto; VIII - doação de material desportivo para entidade de natureza desportiva; IX - prática do jogo de xadrez; X - doação de passagens aéreas para que atletas brasileiros possam competir no exterior; XI - outras atividades assim consideradas pelo Ministério da Educação" (BRASIL, 1989).

<sup>109</sup> Em referência a revogação da Lei nº 6.251/75, realizada formalmente através da Lei nº 8.672/93 (Lei Zico), mas que na prática já se encontrava revogada pelas mudanças ocorridas.

iniciava-se, naquele momento, o processo institucional de criação de um Ministério para o esporte. Ainda segundo o autor, as estratégias populistas de Collor de Melo o levaram a nomear Arthur Antunes Coimbra (Zico), famoso ex-jogador profissional de futebol, em 15 de março de 1990, para presidir a recém criada Secretaria dos Desportos da Presidência da República (SEDES/PR).

A criação da Secretaria foi um marco importante na separação entre a educação física e o esporte, que vinham sendo tratados como sinônimos ou equivalentes desde a década de 1970 no Brasil. Enquanto o esporte ganhava *status* de ministério, a educação física mantinha-se vinculada ao MEC, num claro privilégio do primeiro em relação ao segundo.

Zico acabou ficando pouco tempo a frente da Secretaria, sendo substituído mais tarde pelo também ex-jogador, esse na modalidade de voleibol, Bernard Rajzman. O curto período que Zico permaneceu como Secretário foi o bastante para que o prestigiado ex-jogador<sup>110</sup> emprestasse seu nome ao projeto de lei, de iniciativa do Executivo, que pretendia realinhar a legislação infraconstitucional específica do esporte ao texto constitucional de 1988 e modernizar o esporte no Brasil. De acordo com Bueno (2008), Zico iniciou as discussões para a nova legislação contando com Álvaro Melo Filho<sup>111</sup> na liderança da equipe que preparou o projeto, propondo novas formas comerciais para o futebol e nova relação trabalhista entre clubes e atletas.

Na cerimônia em que Collor de Mello assinou a mensagem presidencial encaminhando a proposta ao Congresso, Zico referiu-se a ela como a “Lei Áurea”<sup>112</sup> do esporte nacional e como o primeiro e mais prioritário passo na direção da modernização e moralização do campo esportivo nacional (VERONEZ, 2005). O projeto de Lei apresentado dizia respeito especialmente ao esporte profissional, sua desvinculação do Estado, a liberdade de organização e gestão esportiva, o fim da “Lei do Passe”<sup>113</sup> para os jogadores profissionais, a revisão da partição dos recursos da Loteria Esportiva, e a transformação obrigatória dos clubes esportivos em empresas.

---

<sup>110</sup> Observa-se aqui, mais uma vez, a utilização de um agente dotado de capital simbólico do tipo esportivo, conhecido como prestígio, para dar legitimidade às ações.

<sup>111</sup> O mesmo que redigiu a proposta do texto constitucional para o esporte.

<sup>112</sup> Em referência à libertação dos escravos no Brasil.

<sup>113</sup> Segundo Proni (1998), a “Lei do Passe”, regulamentada em 1976, pontuava que um atleta teria direito ao “passe livre” depois dos 32 anos, caso tivesse permanecido por mais de 10 anos vinculado ao mesmo clube. Em 1986 o CND reviu essa regulamentação e estipulou que a partir dos 28 anos o atleta teria direito gradualmente a uma parcela de seu “passe”.

Um marco da tramitação do projeto diz respeito a possibilidade dos principais grupos de interesse se fazerem representar junto ao poder Legislativo, que pela primeira vez da história foi protagonista na elaboração de uma legislação esportiva, já que anteriormente, o Decreto Lei nº 3.199/41 e a Lei nº 5.624/75 foram formuladas e aprovadas no âmbito restrito do poder Executivo (LINHALES, 1998). As *policy network* e *issue networks* se estabeleceram nesse momento com foco no Legislativo, buscando de toda forma se fazer ouvir e representar através dos parlamentares.

Nesse sentido, autores como Linhales (2008) e Veronez (2005) mapearam dois e três grupos de interesse, respectivamente, na arena política de discussão do projeto da Lei Zico. Os grupos apresentavam interesses vinculados ao esporte de alto rendimento, de maneira mais conservadora ou mais liberalizante, ou empenhos no sentido de uma melhor definição da função do Estado junto ao campo esportivo, bem como na perspectiva de uma democratização dos processos decisórios relativos ao esporte.

A segunda vertente, menos organizada e não bem delimitada, pouco influenciou no texto final da lei. Vale ressaltar a participação nesse segundo grupo dos professores Lino Castellani Filho e Antonieta Martins Alves, designados pelo CBCE e pela FBAPEF, que atuaram especialmente junto a deputados do PT que participavam da Comissão que discutia a nova Lei (LINHALES, 1996).

Assim, a tramitação do projeto de lei foi prioritariamente influenciada pelos interesses alocados no esporte de alto rendimento. Isso se confirma pelas temáticas<sup>114</sup> e pelos convidados<sup>115</sup> selecionados para o seminário que a Comissão realizou nos meses de agosto e setembro de 1991.

Durante o período de tramitação do projeto de lei, além da mudança de direção da SEDES/PR, que passou de Zico para Bernard, a própria Secretaria foi extinta. Após o episódio do impeachment do presidente Collor de Mello, o Governo Itamar Franco extinguiu a Secretaria de Desportos e o setor retornou ao Ministério

---

<sup>114</sup> Este seminário, segundo Veronez (2005) foi composto por quatro painéis: o primeiro com o tema “desporto nacional”, o segundo com o tema “desporto não-profissional”, o terceiro com o tema “desporto profissional”, e o quarto com a temática “desporto internacional”

<sup>115</sup> Veronez (2005) destaca na lista de convidados, todos vinculados a entidades tradicionais e à mídia esportiva: diversos presidentes de confederações, o presidente do CND, o presidente do COB, ex-atletas e representantes da mídia esportiva, como os jornalistas Juca Kfourri, Rui Carlos Osterman, Armando Nogueira, entre outros. Não se registram presenças que se ocupassem do esporte-participação e do esporte-educação, embora fossem essas duas formas de manifestação esportiva integrantes da nova reconceitualização esportiva presente no projeto de Lei.



da Educação, que passou então a ser denominado Ministério da Educação e do Desporto – MED. Naquele momento, segundo Linhares (1998), Márcio Braga foi o escolhido para ocupar a Secretaria ministerial responsável pelo esporte. Mais uma vez o deputado, associando suas trajetórias de dirigente esportivo e de político e todo seu capital acumulado em função dos cargos ocupados, cumpriria importante função de articulação entre o Executivo e o Legislativo durante a tramitação da nova legislação esportiva.

O percurso transcorrido para a aprovação da lei foi longo e, ao seu final, muito do que estava previsto no projeto inicial foi modificado. Todavia, ficaram garantidos os interesses daqueles ligados ao esporte profissional, especialmente ao futebol. O texto final da Lei nº 8.672/93 (Lei Zico) representou o marco do rompimento tutelar do esporte com o Estado; garantiu a autonomia das instituições esportivas, ou sua “liberdade organizativa” (LINHALES, 1996); e estabeleceu uma nova configuração do esporte nacional, com a extinção do CND e a criação do Conselho Superior de Desportos (CSD) – órgão consultivo e normativo –, e demais modificações expressas na figura abaixo:

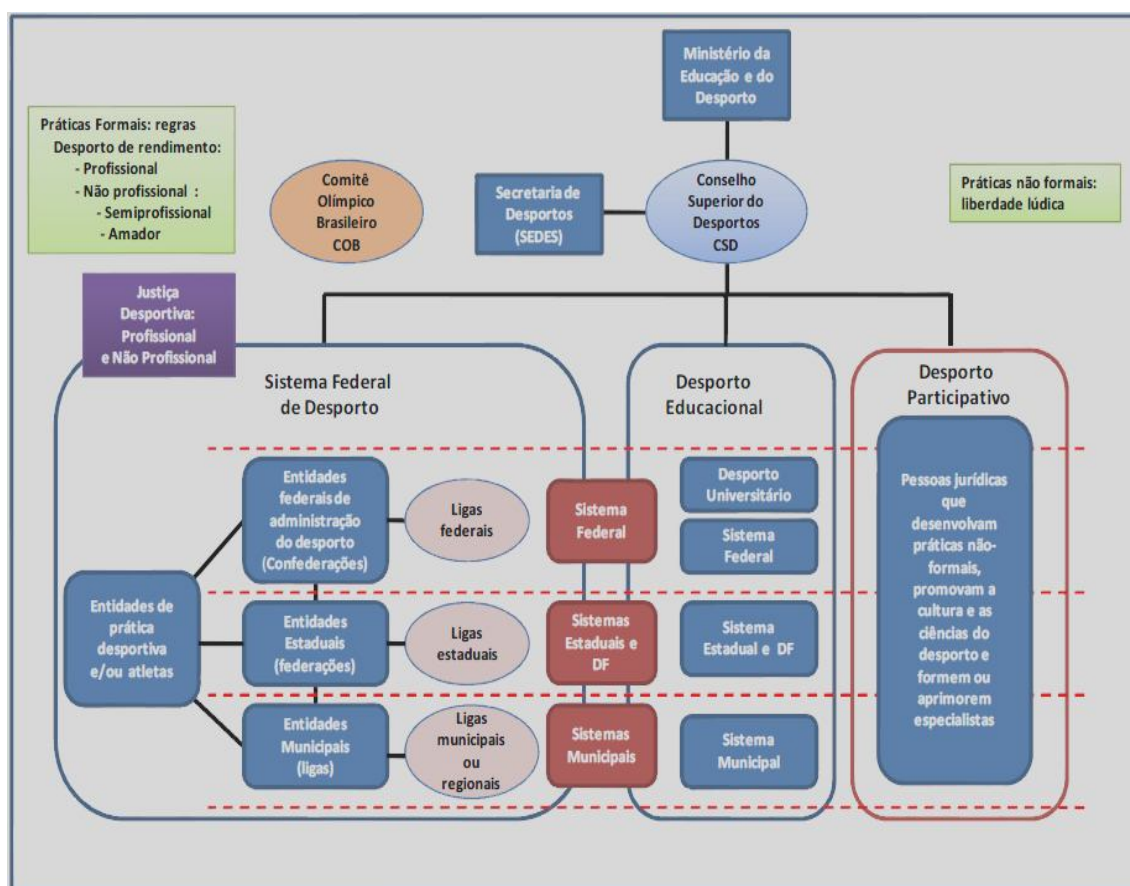


FIGURA 5 – SISTEMA ESPORTIVO NACIONAL A PARTIR DA LEI ZICO  
 FONTE: BUENO (2008)

Em termos de conceituação do esporte, a lei definiu o esporte como uma atividade predominantemente física e intelectual que pode ser reconhecido em três manifestações: esporte educacional, esporte de participação e esporte de rendimento. Este último podendo ser organizado e praticado de modo profissional ou não-profissional. Esse conceito de esporte é praticamente o mesmo defendido por Tubino em suas diferentes obras e apresentado no relatório da Comissão de Reformulação do Desporto (da década de 1980). Observa-se que o Sistema Federal de Desporto, que tinha “por finalidade promover e aprimorar as práticas desportivas de rendimento” (BRASIL, 1993, s.p.) foi o mais detalhado e o que mereceu maior atenção da legislação. O esporte educacional apresenta certo detalhamento, e o esporte participação é citado de forma genérica, apenas no artigo de conceituação do esporte, e nada mais sobre ele é tratado na lei.

Cabe destacar ainda na lei nº 8.672/93 as novas formas de financiamento do esporte, o que na prática representava o interesse do esporte para com o Estado, que passaria a financiar, através de fundos e renúncias fiscais, o esporte em suas diferentes manifestações, inclusive o esporte de rendimento profissional.

**Art. 39.** Os recursos necessários à execução da Política Nacional do Desporto serão assegurados em programas de trabalho específicos constantes dos Orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além dos provenientes de:

- I - fundos desportivos;
- II - receitas oriundas de concursos de prognósticos;
- III - doação, patrocínios e legados;
- IV - prêmios de concursos de prognósticos da Loteria Esportiva Federal não reclamados nos prazos regulamentares;
- V - incentivos fiscais previstos em lei;
- VI - outras fontes (BRASIL, 1993).

Em relação aos fundos esportivos, por unificação do Fundo de Assistência ao Atleta Profissional<sup>116</sup> com o Fundo de Promoção ao Esporte Amador<sup>117</sup> foi criado, através da Lei Zico, o Fundo Nacional de Desenvolvimento Desportivo (Fundesp), como unidade orçamentária destinada a dar apoio financeiro a programas e projetos de caráter esportivo que se enquadrassem nas diretrizes e prioridades constantes da Política Nacional do Desporto. Os recursos do Fundesp, por sua vez, seriam destinados ao esporte não-profissional (esporte educacional; esporte de rendimento, nos casos de Jogos Olímpicos, Campeonatos Mundiais, Jogos Pan-Americanos e

---

<sup>116</sup> Criado pela Lei nº 6.269, de 24 de novembro de 1975.

<sup>117</sup> Criado pela Lei nº 7.752, de 14 de abril de 1989.

Jogos Sul-Americanos; esporte de criação nacional; capacitação de recursos humanos: cientistas desportivos, professores de educação física e técnicos em desporto; apoio a projetos de pesquisa, documentação e informação; construção, ampliação e recuperação de instalações desportivas); ao esporte profissional, através de sistema de assistência ao atleta profissional e ao em formação, com a finalidade de promover sua adaptação ao mercado, quando deixar a atividade; e, para apoio técnico e administrativo do Conselho Superior de Desportos (BRASIL, 1993).

A destinação de recursos do Fundesp estaria voltada especialmente ao esporte de rendimento, profissional e não-profissional. Chama atenção a ausência de referência ao esporte de participação, bem como a preocupação com a capacitação de recursos humanos e apoio a projetos de pesquisa, documentação e informação esportiva.

Em síntese, os primeiros anos pós-Constituição de 1988 para o esporte parecem ter sido muito focados na questão da legislação infraconstitucional, aliada às demandas relativas ao futebol. Segundo Veronez (2005), há uma grande dificuldade com relação à disponibilidade e/ou confiabilidade das informações das *politics* e *policies* do esporte referentes ao período 1989-1994. Como possíveis explicações ao fato, o autor aponta a instabilidade do arranjo institucional do esporte do governo federal<sup>118</sup>, que as ações desses órgãos estariam quase exclusivamente voltadas para a elaboração de uma nova legislação infraconstitucional, além da grave crise econômica e institucional que passava o Brasil, com a implantação de vários planos de estabilização, mudança de moeda e o impeachment do presidente Collor de Mello.

Todavia, concluído o *policy cycle* da elaboração e promulgação da lei Zico, no ano seguinte a promulgação da lei o Brasil passou por eleições presidenciais que elegeram Fernando Henrique Cardoso (FHC) como novo presidente do país<sup>119</sup>. Em relação ao esporte, após assumir o cargo, no início de 1995, o presidente nomeou

---

<sup>118</sup> Nesse período, o setor esportivo terá três diferentes organizações político-administrativas (SEED, vinculada ao MEC até 1990; Secretaria de Desportos (Sedes), vinculada à Presidência da República; e a Sedes vinculada ao MED).

<sup>119</sup> Lembrando que entre o impeachment de Collor de Mello e a eleição de FHC o país foi governado por Itamar Franco, vice de Collor.

Edson Arantes do Nascimento, o Pelé, como Ministro Extraordinário do Esporte<sup>120</sup>. Mais uma vez verificava-se a nomeação de uma figura pública, ex-jogador profissional do futebol, de grande prestígio internacional, detentor de poder simbólico do tipo esportivo, para a condução do esporte no Executivo Federal.

Meses depois, o Decreto n.º 1.437, de 04 de abril de 1995 criou o Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto (Indesp), como autarquia federal:

Art. 1º O Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto INDESP, Autarquia Federal, com sede e foro em Brasília, Distrito Federal, vincula-se ao Ministério da Educação e do Desporto, e tem por finalidade a promoção e o desenvolvimento da prática do desporto e, especialmente:

I - implementar as decisões relativas à política e aos programas de desenvolvimento do desporto, estabelecidos por seu Conselho Deliberativo;  
II - realizar estudos, planejar, coordenar e supervisionar o desenvolvimento do desporto;

III - captar recursos financeiros para o financiamento de programas e projetos na área do desporto;

IV - zelar pelo cumprimento da legislação desportiva;

V - prestar cooperação técnica e assistência financeira supletiva a outros órgãos da Administração Pública Federal, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios;

VI - manter intercâmbio com organismos públicos e privados, nacionais, internacionais e governos estrangeiros;

VII - articular-se com os demais segmentos da Administração Pública Federal, tendo em vista a execução de ações integradas na área do esporte, observadas as diretrizes da política nacional do desporto.

Parágrafo único. O INDESP prestará, ainda, apoio técnico e administrativo ao Ministro de Estado Extraordinário dos Esportes (BRASIL, 1995).

Segundo Bueno (2008), a amplitude de funções e os movimentos institucionais de sua criação sugerem que o Indesp seria o braço executivo do esporte, dispondo de autonomia própria das autarquias<sup>121</sup>. Uma das primeiras providências do Indesp, segundo o autor, foi viabilizar a ampliação da rede de Centros de Excelência Esportiva (Cenesp) em universidades que já despontavam na área de pesquisa esportiva de alto rendimento.

O Indesp permaneceu vinculado ao Ministério da Educação e do Desporto até o momento da criação do Ministério do Esporte e do Turismo (MET)<sup>122</sup>, quando passou a integrá-lo. Um ano mais tarde, em 2000, segundo Veronez (2005), o

<sup>120</sup> Cargo criado pela MP 813 de 01/01/1995 e situado o junto ao Ministério da Educação e do Desporto – MED. A MP também vinculou tecnicamente a Secretaria de Desportos ao Ministro Extraordinário do Esporte.

<sup>121</sup> Segundo o glossário do Tesouro Nacional do Brasil, disponível em [http://www.tesouro.fazenda.gov.br/servicos/glossario/glossario\\_a.asp](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/servicos/glossario/glossario_a.asp), acessado em 31 de janeiro de 2011, autarquia é uma entidade administrativa autônoma, criada por lei com personalidade jurídica de direito público, patrimônio próprio e atribuições estatais específicas para realizar os fins que a lei lhe atribuir.

<sup>122</sup> Através da MP nº 1.795, de 1º de janeiro de 1999, que re-estruturou a organização da Presidência da República e dos Ministérios durante o segundo governo de FHC.

Indesp foi extinto devido à acusação de ser foco de corrupção na liberação para funcionamento de bingos. Em seu lugar, foi criada a Secretaria Nacional do Esporte (SNE), vinculada ao MET. A administração e autorização de funcionamento das casas de bingo passaram à Caixa Econômica Federal:

Art. 25. Fica extinto o Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto - INDESP.

§ 1º A União é sucessora dos direitos e obrigações do INDESP.

§ 2º As atribuições do órgão extinto ficam transferidas para o Ministério do Esporte e Turismo e as relativas aos jogos de bingo para a Caixa Econômica Federal (BRASIL, 2000b).

Durante o período de existência do Indesp, várias ações foram previstas e em parte executadas pelo governo federal na área do esporte. Dadas as informações disponíveis podemos agora transitar em nossa análise entre as dimensões políticas *polity*, *politics* e *policies*, buscando possíveis concatenações explicativas entre elas. No primeiro ano de existência do órgão, que também foi o primeiro ano do governo FHC (1995), foram criados sete programas, que tratavam desde o desenvolvimento e melhoria da qualificação da prática esportiva até o apoio ao esporte de alto rendimento, passando pelo esporte nas escolas e comunidades (VERONEZ, 2005). Naquele ano grande parte do orçamento do esporte não foi executado, sob a justificativa da dificuldade de implantação do Indesp. De acordo com o relatório de prestação de contas, os recursos previstos para o ano de 1995 passaram a ser liberados a partir do mês de junho, sendo que dois terços do total foram liberados apenas no mês de dezembro (VERONEZ, 2005).

Ainda durante o ano de 1995, o governo de FHC traçou as metas para as diferentes áreas do governo através do Plano Plurianual (PPA)<sup>123</sup> a vigorar de 1996 a 1999. O texto sobre o esporte constante na proposta do PPA 1996-1999 pode ser considerado bastante genérico, revela um conjunto de intenções no sentido da difusão da prática esportiva, das ações voltadas às crianças e adolescentes, ao esporte educacional e comunitário:

- |  |
|--|
| - difusão da prática de atividades esportivas;   |
| - viabilização de novas fontes internas e externas de recursos para o desenvolvimento do |

<sup>123</sup> Segundo Veronez (2005), a partir da Constituição de 1988, passa a vigorar no Brasil um novo modelo de planejamento das ações governamentais no nível federal. Trata-se do Plano Plurianual (PPA), cuja lei que o institui estabelece de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital ou outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada. O PPA é um instrumento de planejamento de médio prazo. Suas metas devem ser aplicadas a partir do segundo ano de governo, estendendo-se até o primeiro ano do governo seguinte.

desporto;
- promoção de iniciativas que permitam a integração da criança, do adolescente, da pessoa portadora de deficiência e do idoso em práticas desportivas;
- incentivo ao associativismo desportivo comunitário;
- apoio a programas de capacitação de recursos humanos na área;
- implantação de política de esporte que privilegie seu caráter educativo, tanto na escola como fora dela.

QUADRO 10 – PRINCIPAIS AÇÕES PARA A ÁREA DO ESPORTE NO PPA 1996-1999

FONTE: VERONEZ (2005)

Nesse sentido o discurso oficial apontava que,

O Programa Mobilização da Sociedade pela Ação Desportiva Comunitária constitui-se numa das mais importantes ações, congregando os seguintes projetos/atividades: Esporte Solidário, Infra-estrutura Desportiva, Esporte Educacional, Esporte para Pessoas Portadoras de Deficiência, Atividade Física para a Terceira Idade e o Esporte de Criação Nacional (BRASIL, 1997, s.p.).

Dentre os projetos e atividades citadas cabe observar que diferentes grupos (idosos, crianças e adolescentes, deficientes) seriam atendidos por diferentes ações. O projeto Esporte Educacional na Escola, em parceria com as secretarias estaduais e municipais de educação e/ou esporte, buscava garantir aos alunos das escolas da rede pública de ensino, mediante eventos como a Conferência Brasileira do Esporte na Escola, os Jogos das Escolas Públicas Brasileiras e os Grêmios Escolares, a participação em processo de educação por intermédio do esporte.

Já o projeto Esporte Solidário, cujo objetivo era garantir o desenvolvimento de projetos de esporte para crianças e adolescentes em regiões de reconhecida carência assistencial, buscava o estabelecimento de parcerias com vários segmentos da sociedade para otimizar espaços e infra-estruturas já instalados, programas em andamento e mobilizar agentes sociais para fomentar a massificação da prática esportiva. O relatório de acompanhamento do PPA, em 1997, destacava os convênios celebrados com estados, municípios, instituições federais de ensino superior, e com a Confederação Nacional da Indústria (CNI), que com sua atuação junto ao Serviço Social da Indústria (SESI), teria viabilizado a instalação do projeto em diversas comunidades.

Ainda no relatório de acompanhamento do PPA (BRASIL, 1997) observa-se o Programa Desenvolvimento e Difusão Científica e Tecnológica do Desporto, que teria dado suporte aos projetos Esporte na Rede<sup>124</sup>, Centro Indesp de Excelência

<sup>124</sup> “O Esporte na Rede apoiou a implementação e manutenção de projetos prioritários na INTERNET (Centro Esportivo Virtual, Núcleo de Teses e Dissertações e Teses em Educação Física ligado ao

Esportiva - Cenesp<sup>125</sup>, Apoio à Produção Científica na Área do Esporte<sup>126</sup> e a realização de eventos nacionais e internacionais<sup>127</sup>.

Veronez (2005), ao analisar as políticas públicas do governo federal durante o PPA 1996-1999, apontou que houve uma grande discrepância entre o que estava previsto e o que foi executado. As justificativas para o fraco desempenho na execução das ações seriam recorrentes no subcampo político/burocrático do esporte e lazer, e se dariam em torno de questões tais como: a falta de estrutura e recursos humanos, contingenciamento e liberação tardia de recursos financeiros para a celebração de convênios. Por outro lado, esses problemas de gestão não teriam interferido nas ações referentes ao esporte de rendimento. Os índices de execução das ações apenas no ano de 1996 ficaram abaixo de 100%. Nos demais anos, em algumas ações implementadas, como a realização de competições nacionais e internacionais, atingiu-se com facilidade mais de 300% das metas inicialmente estabelecidas (VERONEZ, 2005).

Vale destacar que no ano de 1998, uma “nova” legislação infraconstitucional, a Lei 9.615, conhecida como Lei Pelé, foi aprovada e veio a substituir a Lei Zico, modificando de forma marginal o arranjo da dimensão jurídica *polity*. Assim como sua antecessora, a Lei Pelé centrou esforços em regulamentar a atividade esportiva de alto rendimento, preocupando-se especialmente com o futebol. Aliás, grande parte da Lei Pelé é meramente reprodução de artigos da Lei Zico. De acordo com Veronez (2005), as duas leis que se propuseram a modernizar o esporte no Brasil apresentam 30 artigos que são exatamente iguais ou com diferenças pouco significativas; 13 são semelhantes, mas sua transcrição foi diferente; 12 são substancialmente diferentes; e 18 receberam modificações pela Câmara Federal em relação ao projeto original, além dos 23 artigos referentes ao bingo, no caso da Lei

---

SIBRADID); a realização de teleconferência, veiculada para todas as regiões brasileiras por meio da TV Executiva via EMBRATEL, tendo como tema o Projeto Esporte Solidário” (BRASIL, 1997).

<sup>125</sup> O Indesp teria propiciado a construção de Centros de Excelência Esportiva, bem como a implantação de rede de laboratórios, vinculados às IES nos Estados do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais, com o objetivo de atender atletas de alto nível oriundos de Federações e Confederações Desportivas, entidades privadas e da comunidade, visando à identificação, ao encaminhamento e à avaliação de talentos do esporte. O projeto teria efetuado a publicação com o resultado da avaliação de desempenho dos atletas participantes dos Jogos da Juventude de 1996, com tiragem de 1.000 exemplares. Houve ainda o re-equipamento de dois laboratórios, mediante convênio, com vistas à padronização e sistematização da Rede Cenesp (BRASIL, 1997).

<sup>126</sup> Com destaque ao Prêmio Indesp de Literatura Esportiva, que selecionou e premiou dez obras nacionais de cunho científico na área do esporte.

<sup>127</sup> Segundo o relatório do PPA, no rol de eventos apoiados, num total de 14, atingiu-se aproximadamente quatro mil profissionais da área em oito estados da federação.

9.615/1998. Já Bueno (2008) aponta que no aspecto geral, a Lei Pelé quase não se diferenciou da Lei Zico, embora tenha avançado nos princípios de descentralização e de liberalização pregados pela Constituição de 1988, ao ter imposto o fim do passe de jogadores de futebol e a migração do modelo baseado na “associação” para o de “sociedade”, popularizado como modelo “clube-empresa”. Entretanto,

[...] em que pese os avanços até aquele momento, as duas legislações concentraram-se basicamente nos problemas do futebol, tratando marginalmente as demais modalidades, em nada modernizando a estrutura do esporte educacional e tratando de forma ainda mais distante o desenvolvimento do esporte de participação (BUENO, 2008, p. 208).

Novamente ficaria em aberto a questão do papel do Estado no que se refere à garantia do direito constitucional ao esporte em suas diferentes manifestações. Assim como na Lei Zico, a Lei Pelé negligenciou o esporte de participação. Segundo Bueno (2008), a Lei, em seu artigo 7º, deixou claro que o Indesp não atuaria sobre demandas do esporte de participação; já o artigo 56º fala do esporte não-formal de forma genérica, com recursos dos orçamentos dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, bem como recursos provindos de fontes do Indesp. Porém, segundo o autor, não ficou clara a definição de quanto, por quem e de que modo os recursos ao esporte de participação seriam aplicados.

Logo após sua aprovação, a Lei Pelé começou a passar por uma série de modificações<sup>128</sup> que levaram o próprio Pelé a declarar que a lei não podia ser chamada assim, tantas as mudanças, principalmente naquilo em que se diferenciava da Lei Zico (BUENO, 2008).

Já no ano de 2001 foi aprovada a lei n.º 10.264, chamada de Lei Agnelo-Piva, em referência aos seus autores<sup>129</sup>. A Lei modificou o artigo 56º da Lei Pelé, que trata dos recursos para o esporte.

Art. 1º O *caput* do art. 56 da Lei 9.615, de 24 de março de 1998, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VI, renumerando-se o seguinte:  
Art. 56 [...]

<sup>128</sup> Segundo Bueno (2008), a primeira modificação veio com a Lei n.º 9.940 de 21/12/1999, que alterou o prazo de dois para três anos na obrigatoriedade de transformação para o modelo de “clube-empresa”. Ainda segundo o autor, as vésperas de entrar em vigor a nova data para o dispositivo da Lei Pelé que obrigava a transformação dos clubes de futebol em “clube-empresa”, a “bancada da bola” conseguiu fazer aprovar, a Lei n.º 9.981, de 14/07/2000, chamada Lei Maguito Vilela. Essa retirou a legislação do jogo do bingo da legislação esportiva, anulou todos os artigos referentes, e deu prazo de fechamento de dois anos para os bingos que já estava em operação.

<sup>129</sup> Senador Pedro Piva (PSDB-SP) e o Deputado Federal Agnelo Queiroz (PCdoB-DF).



VI – dois por cento da arrecadação brutas dos concursos de prognóstico e loterias federais e similares cuja realização estiver sujeita a autorização federal, deduzindo-se este valor do montante destinado aos prêmios.

Art. 2º O art. 56 da Lei nº 9.615, de 1998, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 1º e 5º:

Art. 56 [...]

§ 1º Do total de recursos financeiros resultantes do percentual de que trata o inciso VI do *caput*, oitenta por cento serão destinados ao Comitê Olímpico Brasileiro e quinze por cento ao Comitê Paraolímpico Brasileiro, devendo ser observado, em ambos os casos, o conjunto de normas aplicáveis à celebração de convênios pela União (BRASIL, 2001).

Os recursos para o COB e o CPB aumentaram substancialmente nesse sentido. Segundo Bueno (2008), estimativa feita em 2004 considera que a lei destinaria anualmente aproximadamente R\$ 60 milhões ao esporte, vinte vezes mais do que a quantia média anual que vinha sendo direcionada ao setor antes da lei.

Durante o período mencionado, segundo Veronez (2005), deu-se ainda, na esfera da *polity*, a tramitação da PL n.º 7.262/2002 e da MP n.º 79/2002, que, quando transformadas em leis, ficariam conhecidas como Estatuto do Torcedor (Lei 10.671/2003) e Lei de Moralização dos Clubes (Lei 10.672/2003) respectivamente.

No âmbito do Executivo Federal, na dimensão política *policies*, foi elaborado no início do segundo mandato presidencial de FHC o PPA 2000 – 2003. Segundo Veronez (2005) foram criados quatro grandes programas em adição ou substituição aos já existentes: 1) Brasil, Potência Esportiva; 2) Esporte, Direito de Todos; 3) Esporte Solidário; e, 4) Gestão da Política do Esporte. Esses programas, por sua vez, se constituíram em diversas ações.

O programa “Esporte Solidário” mudara seu objetivo e abrangência, buscando agora “diminuir a situação de exclusão e risco social de crianças, adolescentes e jovens carentes, de 7 a 24 anos, pela intensificação da prática esportiva” (BRASIL, 2000). O desenvolvimento desse programa tem alicerce em três linhas básicas: Esporte Solidário<sup>130</sup>, Esporte Educacional<sup>131</sup> e Infra-estrutura Esportiva<sup>132</sup>.

<sup>130</sup> “O *Esporte Solidário* almeja a valorização das atividades lúdico-desportivas, como atos sociais no exercício da cidadania, pautando-se no dever constitucional do Estado de fomentar a prática esportiva. Utiliza o esporte como instrumento auxiliar no processo de desenvolvimento integral da criança, do adolescente e do jovem, na faixa etária de 7 a 24 anos, respeitadas as experiências e expectativas individuais, estimulando a prática esportiva aliada às ações de reforço escolar, reforço alimentar, educação para a saúde e arte-educação” (BRASIL, 2001a). Executado através de parcerias com entidades governamentais e não-governamentais, o relatório de ações do MET de 2000 aponta que a Linha Esporte Solidário encontravam-se implantado em 535 núcleos de esporte que atendiam a 368 municípios de 23 Estados, envolvendo 137.797 crianças, adolescentes e jovens de comunidades carentes. Já o relatório de acompanhamento do PPA de 2002, aponta que “[...] apesar de o Programa ter executado apenas 71% do seu orçamento aprovado (que corresponde a

O programa “Brasil Potência Esportiva” destinava-se a promover mudanças quantitativas e qualitativas no Sistema Nacional do Desporto e estimular o desenvolvimento dos níveis de competência administrativa e esportiva que lhe permitisse o pleno exercício de sua autonomia organizacional e operacional, visando a melhoria do desempenho dos atletas brasileiros, inclusive portadores de deficiência, em competições nacionais e internacionais, e promover a imagem do país no exterior (BRASIL, 2000).

O programa “Esporte, Direito de Todos” tinha o objetivo de contribuir para a inserção social, a melhoria da qualidade de vida e a formação da cidadania, por meio da prática esportiva e de lazer, considerando as dimensões culturais e educacionais (BRASIL, 2000). Esse programa era constituído por diversas ações, desde a capacitação de recursos humanos em esporte e lazer, direcionado aos professores das escolas públicas, até a promoção de eventos esportivos e científicos. Destaca-se a ação “Modernização de Centro Científico e Tecnológico para o Esporte”, voltada a prover e capacitar o meio esportivo de tecnologia moderna e adequada, para o bom desempenho de atletas em geral<sup>133</sup>. Pela ação “Promoção de Eventos e Intercâmbios Científicos e Tecnológicos”, na linha de “Ciência e Informação no Esporte”, por sua vez, foram realizados 18 projetos que atenderam 14 eventos e 9 participações em congressos, reuniões e treinamento de cientistas no ano de 2000.

---

R\$ 160.772.737,00), este não apresentou problemas quanto ao volume de recursos liberados. Isso porque as emendas corresponderam a um aumento de 500% na dotação inicial do Programa (de R\$ 37.603.000 para R\$ 225.982.546,00), emendas estas que nem sempre estão alinhadas com o objetivo e a política de fomento ao esporte social e à promoção da inclusão social, linhas de ação do Programa, e sobre as quais o órgão não dispõe de muita ingerência na execução” (BRASIL, 2002, p. 1495).

<sup>131</sup> A linha do Esporte Educacional teria como finalidade principal garantir a prática do esporte como instrumento de desenvolvimento integral dos indivíduos para a formação da cidadania. Sua prioridade seria o atendimento a crianças e adolescentes de comunidades de baixa renda, de escolas públicas de ensino formal. Buscaria aplicar a premissa de democratização do esporte, criando oportunidades de práticas esportivas educacionais às populações menos favorecidas, ampliando, assim, o conceito do esporte moderno para além da performance (BRASIL, 2001a). Segundo o relatório de gestão, no âmbito do Esporte Educacional foram implantados 49 núcleos de esporte em todas as regiões do País e mantidos outros 59, oferecendo a prática esportiva para cerca de 200.000 beneficiados.

<sup>132</sup> A Linha Infra-estrutura Esportiva proporcionou, pela ordem, a modernização de 42 espaços esportivos, a construção de outros 774 para atendimento às comunidades carentes e o apoio a 6 projetos de infra-estrutura durante o ano de 2000 (BRASIL, 2001a).

<sup>133</sup> No ano de 2000 foram modernizados 4 Centros de Excelência, ao custo aproximado de R\$ 435 mil, dentro do Centro Indesp de Excelência Esportiva – Cenesp (BRASIL, 2001a).

Em junho de 2001 foi lançado o programa “Esporte na Escola”, que veio a substituir o programa “Esporte, Direito de Todos”<sup>134</sup>. Seu objetivo era estimular a prática esportiva por estudantes das instituições públicas de ensino fundamental e médio, os quais somavam aproximadamente 36 milhões de alunos (em 2000), inclusive os alunos deficientes, em um prazo de dez anos (BRASIL, 2002)<sup>135</sup>.

Segundo Veronez (2005, p. 348), no âmbito desses programas, foram criados ainda projetos como:

[...] o Atividades Físicas para a Terceira Idade, também chamado Vida Ativa, focalizado na pessoa idosa (Esporte Solidário); o projeto Navegar (Esporte na Escola), que tinha por objetivo popularizar a prática de esportes náuticos; Desporto para PPD (Esporte Solidário), que objetivava possibilitar a prática esportiva para essa clientela. Também foram instituídos o Jogos Indígenas, no âmbito do Esporte de criação nacional e identidade cultural, e o Jogos Escolares Brasileiros.

Ainda segundo o autor, no segundo mandato do governo FHC, vamos observar no subcampo político/burocrático do esporte e lazer a repetição de alguns problemas que já haviam ocorrido durante sua primeira gestão, como o baixo índice de execução físico-financeira de grande parte dos programas, a continuidade da pulverização e fragmentação das ações, sendo que diversas delas eram direcionadas para um mesmo segmento da população. Por outro lado, o esporte de rendimento continuara recebendo vultosos recursos, sendo a partir da ação direta do governo federal, do repasse de verbas através de empresas estatais ao esporte, ou ainda através da alteração legal (Lei Agnelo-Piva), que permitiu o repasse de recursos de concursos prognósticos diretamente ao COB. Essas informações são rebatidas por Bueno (2008, p. 218):

[...] mesmo se considerando os recursos destinados ao COB e ao CPB, em 2002, pela Lei Agnelo-Piva, o que a tabela original não faz, a categoria do Esporte Participativo e a Esporte Educacional receberam montantes praticamente iguais de 39%. O EAR ficou com 23% e 1% pertence à categoria neutra. Mesmo quando adicionado os patrocínios ao EAR disponibilizados pelas empresas estatais, R\$ 26.878.364 (a valores de 1995), as proporções entre as categorias quase não se alteram deslocando

<sup>134</sup> Parte das ações do programa foi incorporada por outros programas já existentes: “[...] há que se destacar que, como o Programa incorporou algumas ações do extinto programa Esporte Direito de Todos, o atendimento pelo *Esporte Solidário* não se restringiu a crianças e adolescentes em situação de risco [...]” (BRASIL, 2002, p. 1492).

<sup>135</sup> “No projeto inicial que deu origem ao Programa, estimava-se que ao final do ano de 2002 pudessem ser atendidos 7,5% dos 36 milhões de alunos da rede de ensino fundamental pública, ou seja, 2,7 milhões de alunos. Como o Programa, estima-se, terá atendido em 2002 1.570.333 alunos (58% da meta estipulada para 2002), tem-se que, dada a realidade da execução físico-financeira do Programa, apenas 4,36% do total geral deverá ter sido alcançado” (BRASIL, 2002, p. 1489).

apenas 1% do participativo e também 1% do educacional e compoendo 2% a mais para o EAR.

De toda forma, há indícios de que o esporte brasileiro vem se organizando e desenvolvendo desde sua inclusão na Constituição Federal de 1988. Vencida a etapa de elaboração da legislação infraconstitucional, que claramente teve seu foco no esporte de rendimento, especialmente no futebol, a partir do primeiro mandato do presidente FHC observa-se a iniciativa de programas e projetos voltados às diferentes manifestações esportivas e aos diferentes públicos. A execução dos programas, por outro lado, mostra o privilégio àquelas ações que envolvem o esporte de rendimento. Tanto em termos legais quanto em relação à execução de programas, vê-se uma dificuldade em tratar o esporte em suas diferentes manifestações e efetivá-lo como um direito social.

#### 4.4 O “MISTÉRIO DO MINISTÉRIO”: SUBCAMPO POLÍTICO/BUROCRÁTICO DO ESPORTE E LAZER NO GOVERNO LULA

Segundo Alves e Pieranti (2007), a chegada de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República em 2003 foi recepcionada com entusiasmo e desconfiança. Entusiasmo refletido na aposta em mudanças, feita por parte da população na eleição de 2002. Já a desconfiança dizia respeito ao alto número de ministérios e secretarias criados pelo novo presidente, aparentemente uma forma, como se especulou, de agraciar políticos e aumentar a base de apoio ao governo (ALVES; PIERANTI, 2007). Entre os novos ministérios estava o do Esporte, criado por meio da Medida Provisória nº 103, de 1º de janeiro de 2003.

De acordo com as fontes consultadas, o processo de constituição do novo ministério e a trajetória do próprio esporte e lazer como área do novo governo foi bastante conturbada. As propostas para o esporte e o lazer no interior do programa de governo de Lula apresentado a população no decorrer do ano de 2002 foram discutidas no interior do Setorial Nacional de Esporte e Lazer<sup>136</sup> do Partido dos

---

<sup>136</sup> Os Setoriais são estruturas previstas no estatuto do partido integradas por filiados que atuam em determinada área específica, com o objetivo de intervir partidariamente junto aos movimentos sociais organizados. Os Setoriais podem se organizar em âmbito municipal, estadual ou nacional, mediante autorização das instâncias de direção correspondentes. O Setorial de Esporte e Lazer no PT está vinculado à Secretaria de Movimentos Populares.

Trabalhadores (PT). Foram traçados inicialmente treze pontos para o esporte e lazer que iriam balizar a proposta de governo do candidato Lula:

Nesse momento a gente passa a fazer uma assessoria muito grande, por conta do setorial, fizemos congressos do setorial para fazer discussão do plano de governo. Fizemos congressos em Recife, congressos em São Paulo. Os setoriais estaduais, nós tínhamos treze ou quatorze setoriais estaduais muito organizados no Brasil, já nesse momento, e com uma perspectiva de crescimento desse tipo de organização em outros estados. Enfim, a coisa começou a ganhar muita visibilidade. Então como eu tava te dizendo, nós fomos convocados a ajudar na construção desse [*plano de governo*], e fizemos vários documentos. Naquele momento eram sempre os 13 pontos, os 13 pontos da educação, os 13 pontos da juventude, os 13 pontos do esporte e do lazer<sup>137</sup>.

Porém no decorrer do processo de amadurecimento do programa de governo de Lula, o esporte e o lazer parecem ter sido áreas consideradas menos relevantes, e por vezes deixadas de lado pela administração central do partido:

Em 2002, já com o Lula bastante bem colocado nas pesquisas, o partido para sistematizar tudo que havia saído dos setoriais resolve fazer um Seminário, ou um Congresso de Programa de Governo, em que os Setoriais deveriam enviar antecipadamente os documentos que haviam produzido para que fosse organizado pelo partido, pelo Diretório Nacional, um documento-síntese. E esse documento iria para esse seminário, [...] para ser discutido. Bom, nós fizemos toda essa trajetória, fomos participar em São Paulo desse encontro, e para nossa surpresa o nosso documento não foi incluído no programa de governo. [...] Ai foi uma decepção muito grande. Nós fizemos todo um trabalho. O próprio partido havia bancado as nossas viagens, para que a gente pudesse se deslocar pra fazer o encontro em Recife, coisa e tal. E chega lá na hora, o nosso documento não está fazendo parte do documento geral<sup>138</sup>.

Mesmo tendo a situação sido contornada durante o Congresso do Plano de Governo pela intervenção de importantes figuras políticas do partido na época, como Antonio Palocci e Clara Ant, pouco do que tinha sido discutido pela Setorial de Esporte e Lazer foi incorporado pelo programa de governo de Lula. “Quando o programa saiu [...], daquilo tudo que nós havíamos escrito, tinha sido aproveitado dois ou três parágrafos”<sup>139</sup>, sob o argumento de que o programa deveria ser “enxuto” e deixar de lado “questões polêmicas”. Não obstante as justificativas genéricas da ausência do esporte e lazer no plano de governo de Lula, o mesmo é mantido e subsidia a campanha vencedora de Lula à Presidência da República.

---

<sup>137</sup> GESTOR D. Entrevista concedida a Fernando Augusto Starepravo, em 29 de novembro de 2010.

<sup>138</sup> GESTOR D. Entrevista concedida a Fernando Augusto Starepravo, em 29 de novembro de 2010.

<sup>139</sup> GESTOR D. Entrevista concedida a Fernando Augusto Starepravo, em 29 de novembro de 2010.

Vencida a eleição por Lula, o então presidente Fernando Henrique Cardoso cria o chamado “governo de transição”<sup>140</sup>, e mais uma vez os representantes do Setorial de Esporte e Lazer são preteridos. “[...] O governo de transição começa a se constituir e não nos chamam [*a setorial de esporte e lazer*]”<sup>141</sup>, abrindo uma lacuna a supostos representantes do esporte no novo governo.

E várias pessoas naquele momento passam a se colocar como porta-vozes do esporte. Então existe lá o Juca Kfourri, diz que foi ao encontro do Lula, e que o Lula pediu a ele para fazer proposta para a área do esporte. A Paula, Magic Paula faz parte desse grupo do Juca Kfourri. Ai tem um dia lá que a televisão, a própria Rede Globo vai entrevistar pessoas, e está lá o Juca Kfourri, com um monte de atletas de não sei o que do lado, de pessoas envolvidas com o esporte, e dando entrevista, falando pelo governo Lula na área do esporte<sup>142</sup>.

A Setorial de Esporte e Lazer, não contente com essa situação e com o discurso dos supostos porta-vozes do esporte, que destoava do que havia partido da Setorial, então se articula para reivindicar junto ao PT seu espaço no governo de transição.

Qual era a dificuldade? Bom, o governo de transição estava centralizado em Brasília. Como é que nós chegamos em Brasília? Como é que nós nos deslocamos? Não tinha [*como*]. Nesse momento eu não conseguia falar com o partido mais. Não conseguia mais falar com a Secretaria de Movimentos Sociais [...]. Por que aí o partido se fechou. [...] Bom, nós conversamos por meio eletrônico (nós os setoriais) [...]. Temos que fazer alguma coisa. Depois de fazer tudo isso nós vamos deixar o Juca Kfourri falar por nós? Não, não pode. Aí nós marcamos um encontro, demos um jeito de marcar um encontro para Brasília. [...] Ai fui eu pelo Rio Grande do Sul, o José Ribamar pelo Rio de Janeiro e o Roberto Liao por Brasília fazer pressão no governo de transição. [...] o governo de transição foi lá no Centro de Cultura do Banco do Brasil. Nós acampamos em frente ao Centro de Cultura do Banco do Brasil. Esporadicamente nós tínhamos apoio da Bahia e de Pernambuco. Mas as pessoas não podiam se deslocar. Só faziam pressão de lá com seus deputados pra que nos recebessem<sup>143</sup>.

A cúpula do PT, além de não ter convidado ninguém do esporte e lazer para compor o governo de transição, ao menos recebia os agentes da Setorial, demonstrando baixo apreço pela área ou por seus representantes.

---

<sup>140</sup> Transição governamental é o processo que objetiva propiciar condições para que o candidato eleito para o cargo de Presidente da República possa receber de seu antecessor todos os dados e informações necessários à implementação do programa do novo governo, desde a data de sua posse (BRASIL, 2002). O chamado governo de transição começou a existir oficialmente assim que foi anunciado o novo presidente da República do Brasil, quando foram criados 51 cargos, que seriam extintos 10 dias depois da posse do novo governo. Esses funcionários ficariam na Presidência da República, mas distribuídos por diversos órgãos do Governo Federal, sendo pagos pelo Tesouro Nacional.

<sup>141</sup> GESTOR D. Entrevista concedida a Fernando Augusto Starepravo, em 29 de novembro de 2010.

<sup>142</sup> GESTOR D. Entrevista concedida a Fernando Augusto Starepravo, em 29 de novembro de 2010.

<sup>143</sup> GESTOR D. Entrevista concedida a Fernando Augusto Starepravo, em 29 de novembro de 2010.

Bom, fizemos um seminário em Brasília, tentamos organizar alguma coisa, mas não éramos recebidos. Chegávamos na porta do governo de transição e um segurança não deixava a gente entrar. [Risos] E o cara era uma “porta”. Fomos uma vez, duas vezes, e aí eu conversando assim particularmente com o Ribamar, num desses dias, eu disse: “pô” Ribamar, acho que a gente tem que ir embora. O que a gente vai ficar fazendo aqui? A gente não consegue passar da porta. O porteiro não deixa a gente passar para falar com ninguém. É todo mundo inacessível. Naquele momento as figuras partidárias se transformaram em pessoas inacessíveis. Tu não conseguias mais falar com o Palocci, com o Zé Dirceu, tu não conseguia falar com mais ninguém. As pessoas entravam de carro e saíam de carro escuro<sup>144</sup>.

Não obstante o tratamento recebido, por meio de algumas articulações políticas, dias depois agentes da Setorial de Esporte e Lazer são recebidos pelo governo de transição:

Aí por um conjunto de articulações, a gente conseguiu, por Recife, através de um pessoal lá do Setorial de Recife, ter contato com uma das pessoas que fazia parte do governo de transição na área da saúde. [...] Conseguimos assim de última hora marcar, já estava quase desistindo, mas por meio dele, a gente conseguiu marcar uma conversa com o Palocci. Aí marcamos, tomamos um “chá de banco” lá algum tempo, e daí ele chama o Palocci que diz: bom, o que vocês querem? [Respondemos:] Palocci, é o velho problema, que já aconteceu lá no encontro. Existem pessoas, a gente construiu um documento que foi aprovado no encontro, e agora existe milhares de pessoas falando pelo governo, [...] a imprensa criticando, e parece que o partido está meio alheio a isso tudo. O Palocci disse: não, é verdade. Então faça o seguinte: indiquem um nome para fazer parte da transição de governo para a área do esporte. Indique, se reúne aí, e indique um nome, que eu vou bancar<sup>145</sup>.

Em nova reunião da Setorial em Brasília, agora com grande representação dos estados, foi decidido pelo nome de Luiz Fernando Veronez para ser o coordenador do governo de transição na área de esporte e lazer. Veronez, professor da Universidade Federal de Pelotas, com trajetória na área de esporte e lazer dentro do Partido dos Trabalhadores, e presidente nacional da Setorial de Esporte e Lazer passa naquele momento a fazer parte do governo de transição.

Durante o governo de transição, além do trabalho mais técnico de cada área, que levantava informações junto ao governo anterior sobre o funcionamento da máquina pública e perspectivava algumas das ações para o início do próximo governo, houve também intensa movimentação política no sentido de definir qual seria a estrutura governamental e quem seriam os contemplados com cargos de confiança na administração pública federal.

<sup>144</sup> GESTOR D. Entrevista concedida a Fernando Augusto Starepravo, em 29 de novembro de 2010.

<sup>145</sup> GESTOR D. Entrevista concedida a Fernando Augusto Starepravo, em 29 de novembro de 2010.

No âmbito do esporte, segundo Bueno (2008), na passagem do governo FHC para o governo Lula, cogitou-se a extinção do antigo Ministério do Esporte e Turismo (MET), indo o turismo para o Ministério do Desenvolvimento e o esporte para novo Ministério da Juventude, Lazer e Esporte. Cogitou-se também a criação de uma Agência Nacional para o Esporte nos moldes das demais agências, o que não inviabilizaria a existência de um ministério com pastas divididas, como já vinha ocorrendo.

Contudo, o novo governo preferiu a criação do Ministério do Esporte, atribuindo ao esporte, pela primeira vez na história do Brasil, *status* de ministério, sinalizando talvez a importância que o novo governo estava dedicando a esse campo. Essa, porém, foi uma decisão de última hora, segundo os agentes entrevistados. “[...] no dia 27 de dezembro [de 2002] [...] se define a criação do Ministério do Esporte. [...] Então, só no último, faltando [...] dois dias para a apresentação do conjunto de Ministros”<sup>146</sup> que se decide pela criação de um Ministério específico para o esporte. A tendência mais forte, segundo o gestor entrevistado, era a permanência do MET, que agregava na mesma pasta o esporte e o turismo, tendo inclusive o futuro Ministro do Turismo, Alfredo Mares Guia, acertado com a equipe de transição do esporte e lazer como seria a divisão de cargos do MET.

O Alfredo Mares Guia inclusive, dias antes de ser anunciada a criação do Ministério do Esporte, já estava conversando com o pessoal da transição de governo, [...] dizendo assim: olha, o negócio é o seguinte, não tem problema nenhum. Eu fico, aceito vocês dentro da mesma estrutura. Permanece o Ministério do Esporte e do Turismo, não tem problema<sup>147</sup>.

O impasse pela criação ou não do Ministério do Esporte estava relacionado ao fato de que “a quem estava sendo oferecido o Ministério não queria aquele ministério”<sup>148</sup>. Ou seja, a criação do Ministério estaria condicionada ao aceite do partido que iria comandá-lo.

Quer dizer, o PCdoB, que era o partido que ainda não tinha sido contemplado no governo com nenhum ministério, e que vinha sendo um apoiador de primeiro momento do PT nas eleições, do Lula especialmente, ainda não tinha sido acomodado. Mas o PCdoB nacional não queria o Ministério do Esporte. Não queria que fosse criado o Ministério do Esporte<sup>149</sup>.

<sup>146</sup> GESTOR D. Entrevista concedida a Fernando Augusto Starepravo, em 29 de novembro de 2010.

<sup>147</sup> GESTOR D. Entrevista concedida a Fernando Augusto Starepravo, em 29 de novembro de 2010.

<sup>148</sup> GESTOR D. Entrevista concedida a Fernando Augusto Starepravo, em 29 de novembro de 2010.

<sup>149</sup> GESTOR D. Entrevista concedida a Fernando Augusto Starepravo, em 29 de novembro de 2010.



Ainda segundo essa fonte, corroborada por Adital (2002), pesava naquele momento que o PCdoB tinha pretensões em assumir preferencialmente o Ministério da Defesa ou ainda o Ministério da Cultura. Outros aliados do governo foram sendo acomodados nesses espaços, mas o PCdoB ainda resistia contra a criação do Ministério do Esporte, almejando um espaço maior ou de mais visibilidade no novo governo. Entretanto nesse momento surge uma pessoa que “já vinha falando, se manifestando, que assumiria o Ministério do Esporte. Então o pessoal [do PCdoB] de São Paulo dizendo que não queria o esporte, mas o Agnelo Queiroz, em Brasília [...] dizendo não, eu aceito, eu quero”<sup>150</sup>. De acordo com Bueno (2008), na repartição dos ministérios entre a base aliada do governo, na época composta apenas pelo próprio PT, o PCdoB, o PSB e o PL, Lula, prevendo a necessidade de negociar ministérios com outros partidos, ofereceu o Ministério do Esporte ao PCdoB. Com a intenção do PT em destinar esse espaço ao PCdoB e perante a assertiva de um importante deputado do PCdoB em assumir como ministro fica decidido a criação do novo Ministério do Esporte.

Detentor do menor orçamento dentre todos os ministérios, foi entregue a um dos menores e mais fiéis partidos da base aliada, o PCdoB. Com doze deputados federais e nenhum senador eleito em 2002, o partido apoiara Luiz Inácio Lula da Silva desde sua primeira candidatura à Presidência da República em 1989. A favor do partido no comando do novo ministério pesaram ao menos dois argumentos, segundo Alves e Pieranti (2007): o primeiro era uma teórica facilidade para desenvolver seus projetos junto às instituições de ensino, visto que os diretores da União Nacional dos Estudantes (UNE) pertenceram historicamente aos quadros do PCdoB, caso do atual ministro Orlando Silva, ex-presidente da UNE entre 1995 e 1997; e o segundo era a proximidade do partido com o esporte brasileiro.

Em relação ao segundo argumento, o PCdoB tinha em seus quadros o líder do governo na Câmara dos Deputados a partir de 2003 e, depois, ministro da Coordenação Política e Presidente da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo. Antes disso, Aldo fora presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que analisou o contrato entre a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e a empresa

---

<sup>150</sup> GESTOR D. Entrevista concedida a Fernando Augusto Starepravo, em 29 de novembro de 2010.

patrocinadora Nike. Já o deputado Agnelo Queiroz havia sido membro da Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Câmara dos Deputados durante oito anos<sup>151</sup>.

Apesar da resistência em aceitá-lo num primeiro momento, após consumada a indicação do PCdoB para assumir o Ministério, seu presidente Renato Rabelo percebeu que a oportunidade poderia render frutos, como declarou: “No início, quando o presidente Lula propôs o Ministério do Esporte, não era exatamente o que pensava o PCdoB porque nós não tínhamos experiência nem traquejo nessa área” (OLIVEIRA, 2007 citado por BUENO, 2008, p. 221). A inexperiência alegada não procede, haja vista os argumentos já expostos sobre a relação entre o PCdoB e o esporte. Aceitado o convite para dirigir o recém-criado Ministério do Esporte, o escolhido para o cargo de ministro do esporte foi o médico baiano e deputado pelo Distrito Federal Agnelo Queiroz, filiado ao partido desde 1985.

Segundo Figueiredo (2009), criar uma pasta ministerial específica para o esporte estaria relacionado a uma demanda social, na medida em que esporte e lazer estavam dispostos como direitos sociais. Essa demanda era representada por grupos heterogêneos e, portanto, com interesses diversos. De um lado, o bloco hegemônico formado por grandes instituições corporativas na área do esporte (COB, a ABC e o Sistema CREF/CONFEB) que buscavam fazer parte da nova estrutura e, por conseguinte, ter maior influência no desenvolvimento das políticas do Ministério; de outro, as demais instituições representativas de pesquisadores, professores e sociedade em geral, certos da importância da implantação de políticas públicas de esporte e lazer para apropriação dos brasileiros a esses direitos sociais (FIGUEIREDO, 2009).

Nesse sentido, Suassuna *et al.* (2007, p. 29) afirmam que “[...] acreditava-se que a criação de uma pasta ministerial para tratar do esporte propiciaria a ampliação do debate sobre esse tema, contribuindo para legitimar a discussão e ao esporte, bem como ao lazer, um redimensionamento”. Essa posição vem ao encontro dos pressupostos de Marques (1996), que aponta que a criação de uma agência responsável por determinado tema ou política gera por si só um potencial aumento

---

<sup>151</sup> Além disso, Agnelo Queiroz teria participado da elaboração da Lei nº 10.264, que mais tarde levaria seu nome. “Sancionada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso em 16 de julho de 2001, a Lei nº 10.264 - conhecida como Lei Agnelo/Piva por causa do nome de dois de seus autores, o então Senador Pedro Piva (PSDB-SP) e o então Deputado Federal e ex-Ministro do Esporte Agnelo Queiroz (PC do B-DF) - estabelece que 2% da arrecadação bruta de todas as loterias federais do país sejam repassados ao Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e ao Comitê Paraolímpico Brasileiro (CPB). Do total de recursos repassados, 85% são destinados ao COB e 15%, ao CPB”. Disponível em [http://www.cob.org.br/sobre\\_cob/agnelo\\_piva.asp](http://www.cob.org.br/sobre_cob/agnelo_piva.asp). Acesso em 21 de setembro de 2010.

de demandas por aquele tema, provocando uma possível alteração na agenda de questões que são levadas ao Estado.

Definida a criação do Ministério do Esporte e seu respectivo ministro, o foco passa a ser a estruturação do ministério e a composição da equipe de trabalho. Os representantes da Setorial de Esporte e Lazer do PT achavam naquele momento que “[...] o Ministério ia ter uma configuração parecida com o que tinha dentro do Ministério do Turismo”<sup>152</sup>, e já almejavam dirigir a Secretaria Nacional do Esporte, braço operacional das políticas de esporte. Porém, o ministro Agnelo Queiroz já tinha planos para a Secretaria Nacional, que seria ocupada por um nome do PCdoB paulista, numa tentativa de diminuir a tensão interna no partido, oriunda da discordância sobre a criação do Ministério do Esporte.

Ainda com parte da estruturada herdada do antigo MET, os primeiros nomes a compor o governo no Ministério do Esporte por indicação são: Orlando Silva, do PCdoB paulista, como Secretário Nacional do Esporte; Luiz Fernando Veronez (que um curto período de tempo foi Assessor Especial do Ministro) como Secretário Adjunto da Secretaria; Lino Castellani Filho, doutor em Educação Física, estudioso das políticas públicas de esporte e lazer, e com história de militância no Partido dos Trabalhadores, inclusive na Setorial de Esporte e Lazer, como coordenador de políticas para a área social; e “o filho de um outro membro do PCdoB, que politicamente não tinha nada a ver, para a área tecnológica lá, que era a Rede Cenesp, a parte de alto rendimento. Até se construir a estrutura nova do Ministério”<sup>153</sup>. Ou seja, já em sua configuração inicial o Ministério comportava agentes oriundos de dois partidos distintos: PT e PCdoB.

O primeiro mês de governo seria destinado à montagem da nova estrutura ministerial, que deveria ser encaminhada ao Ministério do Planejamento até o dia 31 de janeiro de 2003. Esse processo já dava mostras de como seria a relação entre PCdoB e PT dentro do Ministério:

[...] esse tema acabou sendo o motivo de uma das primeiras crises ministeriais porque janeiro avançava e nós não tínhamos sido ainda chamados, convocados para discutir essa estrutura. E quando ficamos sabendo que ela já estava praticamente pronta, tendo sido articulada pelo Ministro e pelo seu secretário executivo, na época Gil Castelo Branco. [...] E aí nós inclusive exigimos, não só nós, mas também aqueles outros setores

---

<sup>152</sup> GESTOR D. Entrevista concedida a Fernando Augusto Starepravo, em 29 de novembro de 2010.

<sup>153</sup> GESTOR D. Entrevista concedida a Fernando Augusto Starepravo, em 29 de novembro de 2010.

que estavam afastados, exigimos participação nesse processo. E tivemos muito pouco tempo para intervir de fato<sup>154</sup>.

A estrutura de ministério pensada por Agnelo Queiroz, diferentemente do que imaginavam os representantes do PT no Ministério, era contar com uma nova estrutura ministerial, com três ou quatro secretarias nacionais.

[...] queremos no mínimo três Secretarias. E uma Secretaria o Agnelo insistia que fosse de inclusão social. Naquelas três manifestações do esporte que estava lá na Lei Pelé, ele queria uma secretaria para cada nível. Uma Secretaria para o esporte educacional, uma Secretaria de Esporte de Alto Rendimento, e não uma Secretaria de Esporte e Lazer, ou esporte de participação. Ele queria uma Secretaria de Inclusão Social porque ele dizia que aquilo daria maior visibilidade<sup>155</sup>.

Os petistas resistiram à proposta de uma Secretaria de Inclusão Social e propuseram a criação da Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer, que acabou sendo aceita pelo ministro. Eles reivindicaram ainda o comando das três secretarias nacionais. Porém não havia a garantia da criação de três secretarias, já que no jogo político o aval seria dado pelo Ministério do Planejamento, que queria o Ministério do Esporte com uma ou duas secretarias. O ministro teria então pressionado pela aprovação do Ministério com no mínimo três secretarias. O Ministério do Planejamento acaba acatando o plano do ministro, mas reduz a estrutura em seus estratos inferiores.

Bom, “no fritar dos ovos” se criou as três secretarias, mas se enxugou os cargos de terceiro escalão. [...]. A fórmula para que se pudesse, dentro do que havia disponível do ponto de vista financeiro, [...] era para duas secretarias fortemente constituída por cargos de terceiro, quarto e quinto escalões. Bom, se criou mais uma secretaria, então isso que estava previsto pra dois, precisa ser redistribuído em três. Os cargos de assessoria lá embaixo teriam que ser re-escaloados pra que aquilo fosse redistribuído nas três secretarias<sup>156</sup>.

Com uma pequena estrutura administrativa, o ME contava inicialmente com uma Secretaria Executiva; com a Secretaria Nacional de Esporte Educacional (SNEED); a Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento (SNEAR); a Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer (SNDEL); a Consultoria Jurídica; o Gabinete do Ministro; além de um órgão consultivo, o Conselho Nacional de Esporte, conforme figura abaixo:

<sup>154</sup> GESTOR C. Entrevista concedida a Fernando Augusto Starepravo, em 27 de outubro de 2010.

<sup>155</sup> GESTOR D. Entrevista concedida a Fernando Augusto Starepravo, em 29 de novembro de 2010.

<sup>156</sup> GESTOR D. Entrevista concedida a Fernando Augusto Starepravo, em 29 de novembro de 2010.

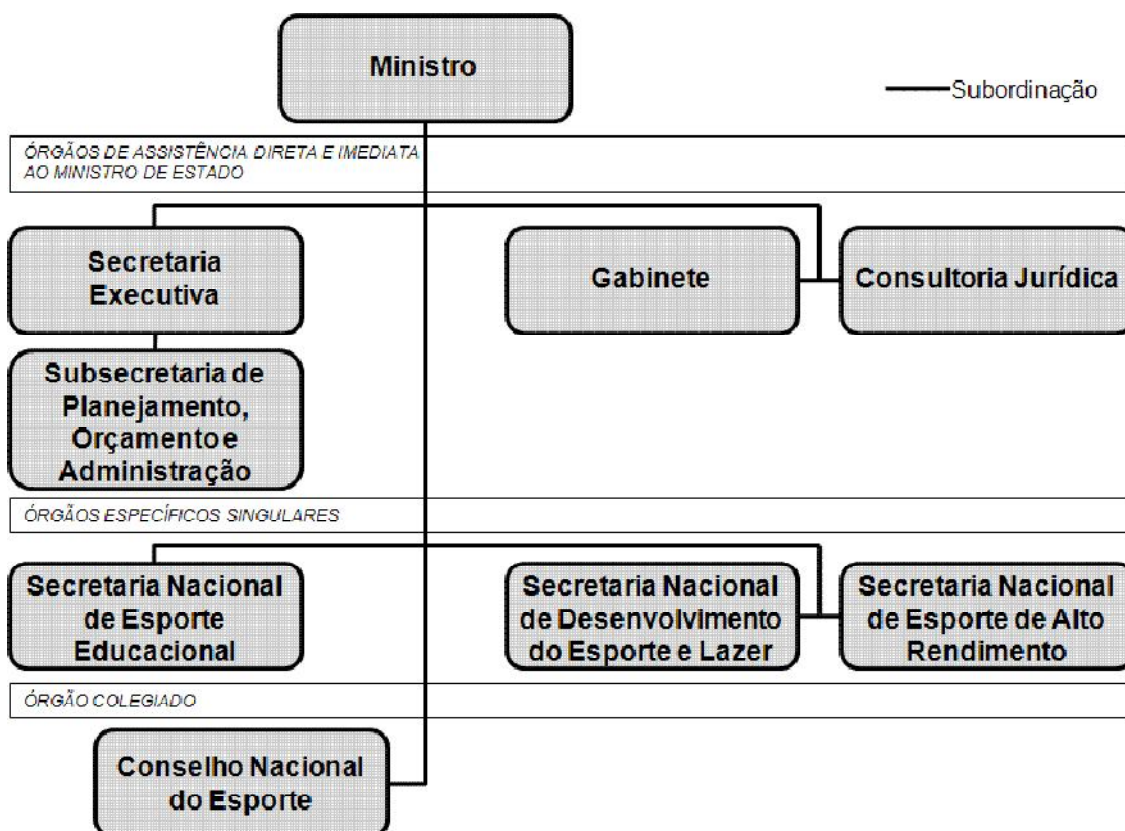


FIGURA 6 – ORGANOGRAMA INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO DO ESPORTE  
 FONTE: ALMEIDA (2010)

Segundo um dos gestores entrevistados, a estrutura ministerial foi criada equivocadamente do ponto de vista operacional, privilegiando o gabinete do ministro e dando-lhe grande visibilidade.

[...] você percebe até hoje uma estrutura ministerial de “cabeça para baixo”. A instância do gabinete do Ministro está superdimensionada. Na área-fim, secretarias subdimensionadas [...], esvaziando as áreas que teriam a responsabilidade de execução propriamente dita da política<sup>157</sup>.

Visibilidade política parecia ser a grande preocupação do ministro ao criar a estrutura ministerial para o esporte, maximizando os lucros decorrentes do acúmulo de capital público. Além disso, o ministro, diferente do que almejava os representantes do PT, decretou que duas secretarias nacionais seriam do PCdoB e apenas uma do PT, buscando concentrar o poder nas mãos do seu partido. “Na hora da divisão da comida do prato, coube a nós [do PT] sermos servido só com a Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer”<sup>158</sup>. Ou seja, no segundo escalão do ministério todos os órgãos de assistência direta ao ministro e duas das três secretarias nacionais ficariam sob o controle de agentes do PCdoB. A

<sup>157</sup> GESTOR C. Entrevista concedida a Fernando Augusto Starepravo, em 27 de outubro de 2010.

<sup>158</sup> GESTOR D. Entrevista concedida a Fernando Augusto Starepravo, em 29 de novembro de 2010.

disputa por espaço entre o partido e o PT acabou fazendo com que a correlação de forças e poder no Ministério do Esporte ficasse bastante favorável ao partido do ministro.

Já no terceiro escalão de governo, outro tensionamento ocorrido entre os agentes do PT e do PCdoB se deu com relação ao lugar do Departamento de Ciência e Tecnologia, conforme relata um dos gestores vinculados ao PT:

O Departamento de Ciência e Tecnologia num primeiro momento da estrutura pensada pelo Secretário Executivo ficaria vinculado ao alto-rendimento. E nós havíamos deixado claro na negociação do nosso ingresso que queríamos o Departamento de Ciência e Tecnologia, por conta da nossa história [*no campo acadêmico*]. E não havia essa intenção por parte do Ministro e por parte do Secretário-Executivo, que queriam isso mais próximo deles. Se isso permanecesse com o alto-rendimento eles teriam maior controle, porque inconscientemente ou não, subliminarmente ou não, havia uma desconfiança. Nós éramos o PT e eles eram o PCdoB<sup>159</sup>.

Talvez o termo desconfiança não seja o mais adequado para qualificar a relação entre os partidos na definição da estrutura ministerial. Havia ali uma grande disputa por posições e pelo poder no subcampo político/burocrático do esporte e lazer. Com o avanço das negociações o ministro e seu secretário executivo decidem ceder o Departamento de Ciência e Tecnologia, que ficaria subordinado à secretaria sob comando do PT. Essa decisão, porém representou um recuo estratégico do ministro. Dias mais tarde os agentes vinculados ao PT ficam sabendo, através do Diário Oficial, que o Departamento ficaria sim com eles, mas que a Rede Cenesp passaria a ser vinculada à Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento. Esse trânsito da Rede Cenesp do Departamento de Ciência e Tecnologia para a Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento teria como motivação, além da disputa interna entre PCdoB e PT no Ministério, uma disputa travada entre pesquisadores do campo da Educação Física de matrizes teórico-epistemológicas distintas:

[...] esse foi o movimento feito pelo então Secretário [*Nacional de Esporte de Alto-Rendimento*], o André Arantes e pelo conjunto dos coordenadores da Rede Cenesp. Por que eu participei de um primeiro encontro dessa Rede deixando claro que eu queria primeiro ampliar o conceito de excelência esportiva para além da lógica do alto rendimento<sup>160</sup>.

Outro entrevistado é inclusive mais enfático ao pontuar como foi a recepção da proposta de ampliar o escopo de estudos comportados pela Rede Cenesp:

<sup>159</sup> GESTOR C. Entrevista concedida a Fernando Augusto Starepravo, em 27 de outubro de 2010.

<sup>160</sup> GESTOR C. Entrevista concedida a Fernando Augusto Starepravo, em 27 de outubro de 2010.

Nós pensamos que essa outra parte de formação de quadros, e de preparação de eventos para fazer a discussão poderia vir por dentro, ser englobado pela Rede Cenesp. Quando nós propusemos isso, fizemos algumas reuniões com a Rede, e o pessoal da Rede disse que nós estávamos violentando a Rede. Que seria uma violência. Que isso descaracterizaria toda a Rede, que isso que nós estávamos querendo trazer, reinventar a roda, que já havia uma tradição de mais de dez anos, e que agora se estava querendo mudar tudo<sup>161</sup>.

Isso acabou suscitando como resposta a criação da Rede Cedes, que será detalhada mais a frente. Todavia, o que foi exposto até aqui serve para evidenciar algumas das disputas dentro do recém-criado Ministério do Esporte: Ministro x PCdoB paulista; PT x PCdoB; Rede Cedes x Rede Cenesp.

Fruto de toda essa intensa atividade política se estabelece a estrutura do Ministério do Esporte, cabendo agora dissertar brevemente sobre cada uma das secretarias nacionais e seus principais programas. À Secretaria Nacional de Esporte Educacional (SNEED) compete realizar estudos, planejar, coordenar e supervisionar o desenvolvimento do esporte educacional e a execução de promoção de eventos. A secretaria comporta em sua estrutura burocrática o Departamento de Esporte Escolar e de Identidade Cultural e o Departamento de Esporte Universitário. Seu principal programa é o Segundo Tempo (PST)<sup>162</sup>, que tem por objetivo democratizar o acesso à prática e à cultura do esporte, de forma a promover o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida, prioritariamente daqueles que se encontram em áreas de vulnerabilidade social (FILGUEIRA; PERIM; OLIVEIRA, 2009).

Segundo Filgueira; Perim e Oliveira (2009), o maior desafio da atuação da SNEED seria o fomento às políticas públicas de esporte educacional, desenvolvidas de forma abrangente e continuada, para que seus resultados possam ser avaliados e mensurados quanto à qualidade, eficácia e efetividade de seus objetivos. Assim, a valorização das parcerias institucionais com estados e municípios e as ações que envolvem as estruturas educacionais nas três esferas, assumem caráter estratégico e fundamental.

Essa situação toma forma concreta a partir da execução do Programa Orçamentário Vivência e Iniciação Esportiva Educacional – Segundo Tempo, que tem por estratégia de funcionamento o estabelecimento de alianças e parcerias

---

<sup>161</sup> GESTOR D. Entrevista concedida a Fernando Augusto Starepravo, em 29 de novembro de 2010.

<sup>162</sup> Programa esse que veio a substituir o Programa Esporte na Escola, oriundo do governo anterior, e que foi durante muito tempo o carro-chefe das ações do Ministério.

institucionais, mediante a descentralização da execução orçamentária e financeira para governos estaduais e municipais, organizações não governamentais e entidades nacionais e internacionais, públicas ou privadas, sem fins lucrativos (FILGUEIRA; PERIM; OLIVEIRA, 2009).

Em termos concretos, o PST, desde sua criação, em 2003, atendeu a mais de três milhões de crianças, adolescentes e jovens, com um investimento do governo federal de aproximadamente R\$ 800.000.000,00 (oitocentos milhões de reais)<sup>163</sup>. Em 2010, o programa atendeu simultaneamente cerca de um milhão de crianças, adolescentes e jovens distribuídos em torno de 1.300 municípios de todas as regiões do país.

Já a Secretaria Nacional de Esporte e Alto Rendimento (SNEAR), cujo objetivo é fomentar e incentivar o esporte em sua dimensão de alto rendimento/performance, tem em sua estrutura administrativa o Departamento de Esporte de Base e de Alto Rendimento, e o Departamento de Excelência Esportiva e Promoção de Eventos. Desenvolve programas e ações como: Descoberta do Talento Esportivo<sup>164</sup>; Bolsa-Atleta<sup>165</sup>; organização de jogos com certa periodicidade, como Jogos da Juventude, Olimpíadas Escolares, Olimpíadas Universitárias; e outras competições pontuais, como os VI Jogos Desportivos dos Países de Língua Portuguesa, Jogos Mundiais Militares de 2011, Jogos Olímpicos Rio 2016; e a Rede Cenesp. Além das ações da SNEAR, o esporte de alto rendimento ainda conta com o patrocínio de empresas estatais, além de verbas oriundas das loterias oficiais (ALMEIDA, 2010).

Dentre as ações do ministério, cabe destacar ainda a organização dos XV Jogos Pan-Americanos de 2007, na cidade do Rio de Janeiro, que segundo Figueiredo (2009), contou com o maior financiamento já destinado ao esporte pelo governo federal (corroborado pelo gráfico abaixo), sendo tratado, nesse âmbito,

---

<sup>163</sup> Evolução do PST. Relatórios de Gestão. Citado por FILGUEIRA; PERIM; OLIVEIRA (2009).

<sup>164</sup> É uma ação com a finalidade de identificar jovens e adolescentes matriculados na rede escolar que apresentam níveis de desempenho motor compatíveis com a prática do esporte de competição e de alto rendimento. Disponível em <http://www.esporte.gov.br/snear/talentoEsportivo/default.jsp>. Acesso em 27 de setembro de 2010.

<sup>165</sup> São objetivos do Programa Bolsa Atleta: garantir uma manutenção pessoal mínima aos atletas de alto rendimento, que não possuem patrocínio, buscando dar condições para que se dediquem ao treinamento esportivo e participação em competições visando o desenvolvimento pleno de sua carreira esportiva; e, investir prioritariamente nos esportes olímpicos e paraolímpicos, com o objetivo de formar, manter e renovar periodicamente gerações de atletas com potencial para representar o País nos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos. Disponível em <http://www.esporte.gov.br/snear/bolsaAtleta/sobre.jsp>. Acesso em 27 de setembro de 2010.



como uma importante ação do Ministério do Esporte, que disponibilizou a estrutura de uma Secretaria Especial (SEPAN) para tal evento. A SEPAN foi criada por decreto presidencial<sup>166</sup> com a função de coordenar as ações de doze ministérios, de diversas estatais e da Presidência da República, além de atuar como interlocutora entre o Executivo Federal e o Comitê Organizador dos Jogos (CO-RIO) e as demais esferas de governo envolvidas na organização do evento (FIGUEIREDO, 2009).

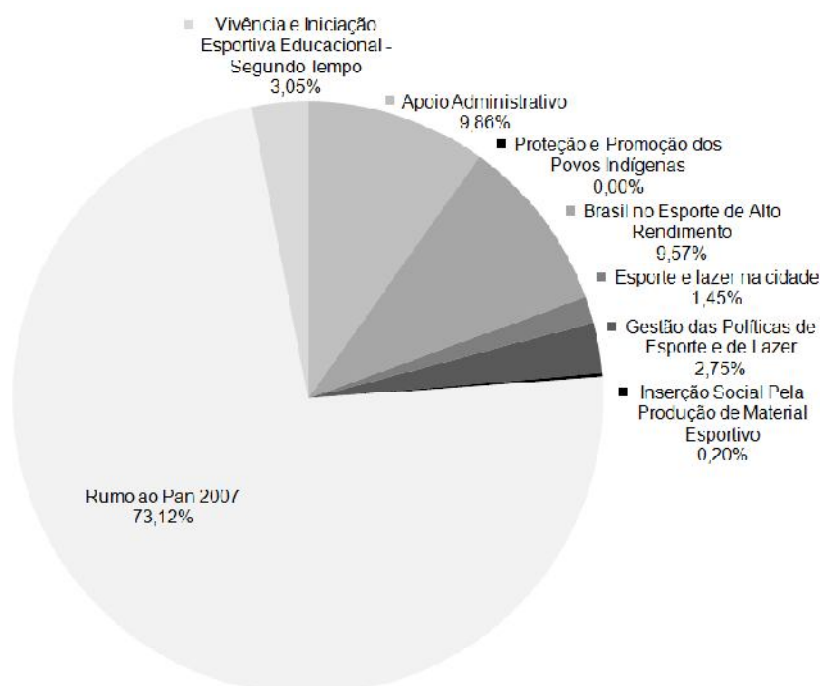


FIGURA 7 – PERCENTUAL DE INVESTIMENTOS DO GOVERNO FEDERAL EM SUAS AÇÕES DE ESPORTE E LAZER – 2005-2008  
 FONTE: ALMEIDA (2010)

A Secretaria Executiva do Ministério do Esporte<sup>167</sup> é responsável por outras importantes ações do governo federal para o esporte e lazer, como a análise de pleitos relativos à Lei de Incentivo ao Esporte<sup>168</sup>; as Conferências Nacionais do

<sup>166</sup> Decreto de 18 de julho de 2003. Institui o Comitê de Gestão das Ações Governamentais nos XV Jogos Pan-Americanos de 2007 - PAN2007, estabelece diretrizes para seu funcionamento e dá outras providências.

<sup>167</sup> A Secretaria Executiva auxilia o ministro do Esporte na supervisão e coordenação das atividades das secretarias nacionais, integradas à estrutura do ministério, e na definição das diretrizes e políticas no âmbito da Política Nacional do Esporte. Além disso, supervisiona e coordena as atividades relacionadas aos sistemas federais de planejamento e orçamento, organização e modernização administrativa, recursos humanos e de serviços gerais. Disponível em <http://www.esporte.gov.br/institucional/secretariaExecutiva/secretariaExecutiva.jsp>. Acesso em 28 de setembro de 2010.

<sup>168</sup> “Após uma grande mobilização do meio esportivo, a Lei de Incentivos Fiscais ao Esporte foi aprovada, nesta terça-feira 28 de novembro (de 2006), na Câmara do Deputados. A nova lei é uma maneira de estimular o setor privado a colaborar no desenvolvimento da atividade esportiva, possibilitando incentivos por meio de doações e patrocínios de pessoas físicas e jurídicas. O projeto

Esporte; os programas Pintando a Liberdade e Pintando a Cidadania<sup>169</sup>; além de atuações na infra-estrutura esportiva e de lazer, com as Praças da Juventude e as Praças do PAC<sup>170</sup>.

A Praça da Juventude é um projeto destinado a comunidades situadas em espaços urbanos com reduzido ou nenhum acesso a equipamentos públicos de esporte e lazer, que busca aliar saúde, bem-estar e qualidade de vida a atividades sócio-educativas diversificadas. Atividades que, além de democratizarem o acesso ao esporte e ao lazer, incentivem a inclusão digital e a produção cultural e científica, constituindo-se como um espaço de convivência comunitária<sup>171</sup>.

O programa foi concebido pelo Ministério do Esporte e implementado em parceria com o Ministério da Justiça. Em sua pauta, três objetivos prioritários: garantir à população brasileira o acesso gratuito às práticas esportivas; utilizar, sistematicamente, o esporte e o lazer como fatores de melhoria da qualidade de vida e de inclusão social; e introduzir, de forma sistemática e regular, o esporte e o lazer na promoção do desenvolvimento humano em todos os segmentos sociais<sup>172</sup>. É um bom exemplo de intersectorialidade nas políticas de esporte e lazer, clamada por autores como Bonalume (2009).

Já as Conferências Nacionais do Esporte, convocadas pelo Decreto Presidencial de 21 de janeiro de 2004, configuram-se com um espaço de debate,

---

prevê que as empresas que apoiarem o esporte poderão abater até 4% do valor investido no Imposto de Renda e, no caso de pessoas físicas, a dedução chega a 6%". Disponível em <http://www.ss.esp.br/cgi-bin/imprensa/n11116.asp>. Acesso em 28 de setembro de 2010.

<sup>169</sup> Pelo projeto Pintando a Liberdade, os presos aprendem a fabricar materiais esportivos, como bolas de futebol e redes de basquete, além de técnicas de serigrafia e impressão de materiais diversos. Os produtos têm como destino as escolas públicas do país. A participação do preso contribuirá para remissão de um dia de pena para cada três dias trabalhados. No projeto Pintando a Cidadania, que tem foco nas famílias dos apenados, as mesmas atividades serão desenvolvidas pelos parentes dos jovens presos. O objetivo é que, após o cumprimento da pena, o preso retorne à família e, junto dela, possa desenvolver na comunidade o trabalho praticado na prisão. Disponível em <http://portal.mj.gov.br/Senasp/data/Pages/MJ3FD1029CITEMIDFA34A8C4A1F14C2BBECEDF60C7C0A2ACPTBRIE.htm>. Acesso em 28 de setembro de 2010.

<sup>170</sup> Em março de 2010, o Governo Federal lançou a segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 2. A Praça do PAC compõe o PAC 2 no Eixo Comunidade Cidadã, assim como outros equipamentos sociais de saúde, educação e segurança pública. De 2011 a 2014, está prevista a construção de 800 Praças do PAC, sendo que na primeira seleção serão contempladas 400 propostas. A Praça do PAC é um equipamento que integra atividades e serviços culturais, práticas esportivas e de lazer, formação e qualificação para o mercado de trabalho, serviços socioassistenciais, políticas de prevenção à violência e inclusão digital, oferecendo cobertura a todas as faixas etárias. São três os modelos de Praças previstos para terrenos com dimensões mínimas de 700 m<sup>2</sup>, 3.000 m<sup>2</sup> e 7.000m<sup>2</sup>. Disponível em <http://www.pracasdopac.gov.br/>. Acesso em 28 de setembro de 2010.

<sup>171</sup> <http://www.esporte.gov.br/institucional/secretariaExecutiva/pracaJuventude/sobre.jsp>. Acesso em 28 de setembro de 2010.

<sup>172</sup> <http://www.esporte.gov.br/institucional/secretariaExecutiva/pracaJuventude/sobre.jsp>. Acesso em 28 de setembro de 2010.

formulação e deliberação das políticas públicas de esporte e lazer para o país. A I Conferência Nacional do Esporte, realizada em 2004, mobilizou cerca de 80 mil pessoas, 873 municípios, 26 estados e Distrito Federal em suas etapas (municipais, regionais, estaduais e nacional), e teve como tema esporte, lazer e desenvolvimento humano.

Com efeito, envolveram-se na dinâmica da 1ª Conferência Nacional os segmentos integrantes da comunidade esportiva – atletas, clubes, federações, confederações, comitês olímpico e para-olímpico, gestores, estudiosos do fenômeno esportivo e do lazer – como também os movimentos sociais e populares que se relacionam com essas práticas sociais a partir da compreensão de que elas integram o processo de desenvolvimento humano [...]. Foram 60 conferências municipais e 116 regionais, responsáveis pelo efetivo envolvimento, nessas etapas, de 873 municípios. Vinte e seis conferências estaduais e a do Distrito Federal foram, por sua vez, motivadoras da mobilização de 2.500 municípios e da indicação para a etapa nacional de 861 delegados, dos quais 208 do gênero feminino (CASTELLANI FILHO; VERONEZ; LIÃO JÚNIOR, 2009, p. 64).

A I Conferência teve como resultado a aprovação dos referenciais para a construção da Política Nacional do Esporte, aprovada pelo Conselho Nacional do Esporte em junho de 2005, e a indicação da necessidade de criação do Sistema Nacional de Esporte e Lazer, temática da II Conferência, prevista para abril de 2006 (BRASIL, 2006).

Aliás, a Política Nacional do Esporte constitui um importante balizador para as ações no interior do subcampo político/burocrático de esporte e lazer no Brasil. Sua última versão havia sido elaborada na década de 1970, durante o regime militar no país, e tinha como principais objetivos a massificação do esporte, a representação nacional e a aptidão física da população. Sua nova versão, elaborada em 2005, caminha no sentido de buscar a democratização e universalização do esporte e lazer, o desenvolvimento da cidadania e o incentivo ao esporte em suas diferentes manifestações. São objetivos da Política Nacional do Esporte:

- Democratizar e universalizar o acesso ao esporte e ao lazer, na perspectiva da melhoria da qualidade de vida da população brasileira.
- Promover a construção e o fortalecimento da cidadania assegurando o acesso às práticas esportivas e ao conhecimento científico-tecnológico a elas inerente.
- Descentralizar a gestão das políticas públicas de esporte e de lazer.
- Fomentar a prática do esporte de caráter educativo e participativo, para toda a população, além de fortalecer a identidade cultural esportiva a partir de políticas e ações integradas com outros segmentos.
- Incentivar o desenvolvimento de talentos esportivos em potencial e aprimorar o desempenho de atletas e paraatletas de rendimento promovendo a democratização dessa manifestação esportiva (BRASIL, 2005, p. 33).

Já a II Conferência Nacional do Esporte buscou uma discussão e reflexão avaliativa da implementação da Política de Esporte no Brasil, visando a (re) construção do Sistema Nacional de Esporte e Lazer, tendo em conta as esferas local, municipal, regional, estadual e federal, os poderes, as instâncias e instituições que o constituem, bem como as responsabilidades sociais que lhe competem, procurando avançar na articulação das ações dos agentes que atuam nesse segmento, oferecendo à sociedade serviços de qualidade que garantam o acesso ao esporte e ao lazer como direitos sociais (BRASIL, 2006).

Realizada entre 04 e 07 de maio de 2006, a etapa nacional da II Conferência Nacional do Esporte foi precedida de 26 conferências estaduais e uma no Distrito Federal, além de 326 encontros municipais e regionais que envolveram diversos setores. Foram 2242 municípios e mais de 43 mil pessoas envolvidas diretamente com as etapas (BRASIL, 2009b). A etapa nacional contou com a participação direta de 1800 agentes distribuídos entre delegados eleitos nas etapas estaduais, indicados pelos ministérios e secretarias especiais do governo federal, gestores estaduais de esporte e lazer, membros titulares do Conselho Nacional de Esporte e do Conselho Nacional de Atletas, representantes das comissões específicas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, representantes das entidades nacionais de administração de esporte, representantes da sociedade civil organizada e partidos políticos, convidados e observadores (BRASIL, 2009b).

Salvo melhor compreensão, as conferências representam um avanço na participação popular e representatividade na formulação de políticas públicas de esporte e lazer no Brasil.

Jamais em nossa história tivemos, como temos agora, ampla participação da sociedade no processo de formulação das políticas públicas para o esporte e lazer. É uma forte mobilização que se transforma num entendimento nacional pelo esporte e lazer, num sentido amplo e democrático (BRASIL, 2009a, p. 13).

Visualiza-se nas conferências um instrumento que pode sugerir, na configuração, o modelo de jogos do tipo crescentemente democrático, pois aproxima os níveis hierarquicamente mais baixos dos níveis mais elevados de tomada de decisão. Isso contrapõe momentos históricos da relação entre Estado e sociedade no âmbito do esporte e lazer, marcados pela presença de relações do tipo oligárquicas. Representa ainda a possibilidade de estabelecimento de inúmeras

*policy network* e *issue networks* em torno de interesses que potencialmente podem gerar *policy cycles* a partir das conferências.

A última secretaria finalística do Ministério do Esporte, Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer (SNDEL), será foco de análise mais a frente no texto. Como palavras finais dessa etapa, vale ressaltar que em março de 2010, foi criada no interior do ME uma Assessoria Especial de Futebol, com vistas especialmente a realização da Copa do Mundo de Futebol no Brasil em 2014<sup>173</sup>. A assessoria é responsável ainda pelas ações da Timemania<sup>174</sup> e Torcida Legal (medidas para segurança e conforto dos torcedores, relacionadas ao Estatuto do Torcedor). Ainda no ano de 2010 foi realizada a III Conferência Nacional do Esporte, com vistas à construção de um plano decenal para o esporte e lazer no Brasil.

Convém ressaltar ainda que a criação do Ministério do Esporte representou uma importante mudança no âmbito político-institucional brasileiro, uma vez que deu *status* de ministério ao esporte e criou, dentro de sua organização, secretarias nacionais específicas para cada uma das manifestações esportivas reconhecidas pela legislação brasileira. As ações das Secretarias Nacionais do Esporte Educacional e de Alto Rendimento foram aqui apenas relatadas, sem uma análise aprofundada, pois não é essa a proposta de momento. Porém pode-se observar que

---

<sup>173</sup> Assim como no Pan 2007, o governo federal criou um Comitê Gestor para a Copa do Mundo FIFA 2014 - CGCOPA 2014. No dia 14 de janeiro de 2010, foi publicado o Decreto do Presidente Lula que criou o Comitê. Esse Comitê tem como principal objetivo definir, aprovar e supervisionar as ações previstas no Plano Estratégico das Ações do Governo Brasileiro para a realização da Copa. No total, 20 órgãos são integrantes do CGCOPA 2014 - 16 Ministérios, Advocacia-Geral da União, Controladoria Geral da União e Secretaria Especial de Portos da Presidência da República. O Ministério do Esporte coordena o Comitê Gestor. Disponível em <http://www.esporte.gov.br/assessoriaEspecialFutebol/copa2014/default.jsp>. Acesso em 29 de setembro de 2010.

<sup>174</sup> A Timemania é uma loteria criada pelo governo federal com o objetivo de injetar nova receita nos clubes de futebol. A loteria utiliza os brasões dos clubes. Em troca da cedência de suas marcas, os clubes receberão 22% da arrecadação da loteria e destinarão os valores para quitarem dívidas com a União em FGTS, INSS e Receita Federal. São utilizados nos jogos os símbolos dos 80 times participantes do Campeonato Brasileiro nas séries A, B e C. Os torcedores poderão também apostar no Clube do Coração. A expectativa do governo federal é que com a loteria os clubes retomarão a capacidade de investimento e de financiamento. Para participarem da nova loteria, os clubes terão que cumprir algumas contrapartidas criadas pelo governo, como a publicação de balanços financeiros e a apresentação de documentação que prove que os dirigentes não têm contra si nenhuma condenação por crime doloso ou contravenção em qualquer instância da Justiça. O Projeto de Lei encaminhado ao Congresso Nacional pelo Executivo para a criação da loteria foi sancionado pelo presidente Lula e publicado no Diário Oficial da União do dia 15/09/2006 sob o número 11.345. O Decreto de Regulamentação, assinado em 14 de agosto de 2007 (6.187), contou com a participação de representantes dos ministérios do Esporte, da Previdência e da Fazenda, Receita Federal, Caixa (Loterias e FGTS) e de entidades ligadas ao futebol. Disponível em <http://www.esporte.gov.br/timemania/default.jsp>. Acesso em 29 de setembro de 2010.

há um maior movimento em torno do esporte no âmbito nacional, com vários programas e ações que envolvem as diferentes manifestações esportivas.

#### 4.5 ANÁLISE CRÍTICA DO SUBCAMPO POLÍTICO/BUROCRÁTICO DO ESPORTE E LAZER NO BRASIL

Analisar o subcampo político/burocrático de esporte e lazer no Brasil nos remete a resgatar a gênese do próprio campo burocrático, para compreensão do seu desenvolvimento histórico. Segundo Bourdieu (2007e), eis por que, sem dúvida não há instrumento de ruptura mais poderoso do que a reconstrução da gênese: ao fazer com que ressurgam os confrontos e disputas dos primeiros momentos, bem como os possíveis excluídos, ela reatualiza a possibilidade de que houvesse sido de outro e, por meio dessa utopia prática, recoloca em questão o possível que se concretizou entre todos os outros.

O processo de surgimento do Estado, na sua forma dinástica, depois burocrático, do Estado reduzido à casa do rei para o Estado constituído como campo de forças e campo de lutas, orientadas para o monopólio da manipulação legítima dos bens públicos (BOURDIEU, 2005), foi algo longo e complexo.

Segundo Bourdieu (2005), somente na França e na Inglaterra do século XVII aparecem os primeiros traços distintivos do Estado moderno. Mas a política européia de 1330 a 1650 permanece caracterizada pela visão pessoal, *proprietary* dos príncipes sobre seus governos e pelo peso da nobreza feudal sobre a política.

O Estado dinástico surge a partir do acúmulo inicial de capital segundo a lógica característica da casa, estrutura econômica e social absolutamente original. O rei, agindo como chefe da casa, se servia das propriedades da casa (em particular a nobreza como capital simbólico acumulado por um grupo doméstico de acordo com um conjunto de estratégias como o casamento) para construir um Estado, como administração e território, que escapa pouco a pouco à lógica da casa (BOURDIEU, 2005).

De toda forma, no Estado dinástico a acumulação de capital se opera para vantagem de uma pessoa: o rei. Junto ao Estado burocrático nascente permanece a propriedade pessoal de uma casa, que continua a obedecer a um modo de gestão e reprodução patrimonial. O rei desapossa poderes privados em favor de seu próprio

poder privado. Perpetua, na sua própria dinastia, um modo de reprodução familiar antinômico ao que se institui na burocracia (com referência ao mérito e à competência). Concentra as diferentes formas de poder, principalmente econômico e simbólico, e as redistribui de acordo com formas pessoais, que suscitam formas íntimas de relação (BOURDIEU, 2005). São ambigüidades de um sistema de governo que mistura o doméstico e o político, a casa do rei e a razão do Estado.

Com o passar do tempo, já no século XIV, a figura particularista do rei é substituída por uma palavra abstrata que designa o patrimônio do rei (domínio da coroa ou rendas da coroa). Junto com a idéia de coroa, a idéia de uma instância autônoma, independente da pessoa do rei, ganha força.

O Estado é o lugar onde se desenrola uma oposição análoga à que Berne e Means introduziram acerca da empresa, a dos “proprietários” (*owners*) herdeiros do poder e dos funcionários (*managers*), “quadros” recrutados por sua competência e desprovidos de títulos hereditários (BOURDIEU, 2005, p. 50)

Convivem dessa forma dois modos de reprodução mutuamente exclusivos, o modo de reprodução burocrático, ligado ao sistema escolar, à competência e ao mérito, e o modo de reprodução dinástico, genealógico. A passagem do Estado dinástico ao burocrático,

[...] é inseparável do movimento pelo qual a nova nobreza, a nobreza do Estado (togada), desaloja a velha nobreza, a nobreza do sangue. Vê-se de passagem que os meios dirigentes foram os primeiros a conhecer um processo que se estendeu, muito mais tarde, ao conjunto da sociedade: a passagem de um modo de reprodução familiar (que ignora o corte entre o público e o privado) e um modo de reprodução burocrático baseado no sistema escolar, fundado sobre a intervenção da escola nos processos de reprodução (BOURDIEU, 2005, p. 55).

Nesse sentido, pensar a gênese do Estado é pensar na gênese de um grupo de pessoas a ele associadas que têm interesse em seu funcionamento. Na sua conformação dinástica, institui “a apropriação privada dos recursos públicos por poucos” (BOURDIEU, 2005, p. 57). A ruptura se dará mais tarde, com a consolidação do processo de burocratização. A primeira diferença entre público e privado se dá na esfera do poder. Segundo Bourdieu (2005), ela conduz à constituição de uma ordem propriamente política dos poderes públicos, dotada de uma lógica própria (a razão do Estado), de valores autônomos, de linguagem específica, a distinção do doméstico (real) e do privado.

A fórmula “o Estado sou eu” exprime bem toda a confusão da ordem pública e da ordem privada que define o Estado dinástico e contra a qual se deverá construir o Estado burocrático, que supõe a dissociação da posição e de seu ocupante, da função e do funcionário, do interesse público e dos interesses privados, particulares – ainda com a virtude da negação de interesses atribuídos ao funcionário. A corte é um espaço ao mesmo tempo público e privado. Ele pode mesmo ser descrito como um confisco do capital social e do capital simbólico para vantagem de uma pessoa, uma monopolização do espaço público (BOURDIEU, 2005, p. 59).

Aqui está a chave para a compreensão do campo burocrático, um espaço que supõe a dissociação da posição e de seu ocupante, da função e do funcionário, do interesse público e dos interesses privados. Segundo Bourdieu (2005), o processo de ruptura com o Estado dinástico assume a forma de dissociação entre o *imperium* (poder público) e o *dominium* (poder privado), entre a praça, o fórum, a ágora, lugar de convergência do povo reunido, e o palácio.

Segundo Elias (1993), o poder inicialmente adquirido através da acumulação de oportunidades tende a escorregar das mãos dos governantes monopolistas para as mãos dos dependentes como um todo. O monopólio inicialmente privadamente possuído por um único indivíduo ou família cai sob o estrato social mais amplo e se transforma, como órgão central do Estado, em monopólio público, dada a complexidade e o alto grau de interdependência entre os agentes nas sociedades altamente diversificadas. O que antes era determinado pelos laços genéticos, familiares, passa a estar relacionado às competências adquiridas, especialmente através da escola (este ponto será retomado mais adiante). Segundo Bourdieu (2005, p. 60):

O Estado [...], ele se institui na e para a instauração de uma lealdade específica que implica uma ruptura com todas as fidelidades originárias, relacionadas a etnia, casta família etc. Por tudo isso, ele se opõe à lógica específica da família que, por arbitrária, é a mais “natural” ou naturalizável (o sangue etc.) das instituições sociais. Esse processo de desfeudalização do Estado é acompanhado do desenvolvimento de um modo de reprodução específico, que reserva um grande espaço para a educação escolar.

A consolidação do Estado se dá pelas mãos e idéias daqueles que estavam a ele associado, e que de alguma forma só existiam pela existência do Estado. Nas palavras de Bourdieu (2005), os que, sem dúvida, mais contribuíram para fazer avançar a razão do Estado tinham um interesse no universal e pode-se dizer que tinham um interesse privado no interesse público.

O alargamento das cadeias de interdependência (ELIAS, 2005), ou da cadeia de autoridades-responsabilidades (BOURDIEU, 2005) no interior do campo



burocrático, ou seja, a instituição de um campo administrativo relativamente autônomo, independente da política (negação) e da economia (desinteresse), e obediente à lógica específica do “público”, se estrutura a partir do crescente nível de interdependência e numa certa reciprocidade nas próprias relações hierárquicas entre os agentes. Quanto mais crescer o poder de um dirigente, por exemplo, mais crescerá sua dependência em relação a toda uma rede de etapas de execução. Sob determinado aspecto, a liberdade e a responsabilidade de cada agente se reduz, até se dissolver completamente no campo. Sob outro aspecto, ele cresce à medida que cada um é constrangido a agir de maneira responsável, sob a proteção e controle de todos os outros participantes do campo (BOURDIEU, 2005). Segundo Bourdieu (2005, p. 67):

Vê-se esboçar a diferenciação crescente do campo do poder, ao mesmo tempo que a constituição do campo burocrático – o Estado – como metacampo que determina as regras que regem os diferentes campos e que, por isso, é jogo de lutas entre os dominantes dos diferentes campos.

Esse emergente campo burocrático se sobrepõe a todos os demais, sendo inquestionável sua importância para toda a vida social (CARNOY, 1990). Isso por que o Estado moderno detém o monopólio (ELIAS, 1993) ou a concentração de diferentes tipos de capital (BOURDIEU, 2007e), tais como capital de força física ou de instrumentos de coerção (polícia, exército), capital econômico, cultural e simbólico<sup>175</sup>. Nesse sentido o campo burocrático apresenta-se como um metacampo, onde se concentra vários tipos de capital (metacapital), com poder sobre os outros tipos de capital e sobre os seus detentores. Dada sua condição superior, deveria ser um espaço de predomínio dos interesses públicos, e lócus de intensas disputas pelo seu controle. É paradoxal a convivência de interesses públicos e privados nesse espaço. “A dissociação da função e da pessoa só se opera pouco a pouco, como se o campo burocrático estivesse sempre dividido entre o princípio dinástico (ou pessoal) e o princípio jurídico (ou impessoal)” (BOURDIEU, 2005, p. 68).

Portanto, nada é mais impreciso que a dissociação entre o interesse público e privado, do sacrifício aos interesses egoístas e privados, em função do poder

---

<sup>175</sup> Apesar de Elias (2005) destacar que os principais monopólios do Estado são o da força física e sobre os tributos, Bourdieu (2007e) acrescenta que a concentração das forças armadas e dos recursos financeiros necessários para mantê-las não funciona sem a concentração de um capital simbólico de reconhecimento, de legitimidade.

público. Até porque a gênese da ordem pública vem acompanhada da aparição e acumulação de um “capital público” (BOURDIEU, 2005, p. 68), e com a emergência do campo burocrático como espaço de luta pelo controle desse capital e do poder correlato a ele. A concentração de diferentes tipos de capital leva, de fato, à emergência de um capital específico, propriamente estatal, que permite ao Estado exercer um poder sobre os diversos campos, sobre os diferentes tipos específicos de capital e sobre a relação de forças entre seus detentores. Segundo Bourdieu (2007e) segue-se que a construção do Estado está em pé de igualdade com a construção do campo do poder, entendido como espaço de jogo no qual os detentores de capital lutam particularmente pelo poder sobre o Estado, isto é, sobre o capital público ou estatal que assegura o poder sobre os diferentes tipos de capital e sobre sua reprodução. Portanto,

O campo burocrático, progressivamente conquistado contra a lógica do Estado dinástico, que subordinava aos interesses do soberano os lucros materiais e simbólicos do capital concentrado pelo Estado, torna-se o lugar de luta pelo poder sobre o capital estadístico e sobre os lucros materiais (salários, vantagens materiais) e simbólicos (honras, títulos, etc.) que ele oferece, luta de fato reservada a uma minoria de detentores de direitos designados pela posse quase hereditária do capital escolar. Será preciso analisar em detalhe o processo de duas faces, que resultou no surgimento do Estado, e que é, inseparavelmente, universalização e monopolização do universal (BOURDIEU, 2005, p. 68-9).

Apesar de Elias e Bourdieu se referirem ao surgimento do Estado moderno e consolidação do campo burocrático, tendo como base o contexto europeu, as reflexões sobre o que vem a ser esse espaço social, porque surgiu, e quais interesses estão em jogo, ajudam-nos a pensar o subcampo político/burocrático em análise.

No Brasil, a consolidação de um campo político/burocrático se dá durante o Estado Novo, quando o Estado passa a gerenciar e controlar grande parte das áreas sociais. Foi decretado pelo governo da época que passaria a ser o Estado o protagonista da sociedade brasileira, concentrando o poder que estava mais difuso em vários estratos da sociedade. A idéia de metacampo do poder cabe perfeitamente a esse contexto, pois o Estado tratou de concentrar um grande potencial de poder, expresso nas diferentes formas de capital.

Adjetivamos o campo chamado por Bourdieu de burocrático (o Estado) do termo político, buscando caracterizar um espaço social onde se age politicamente (normalmente sob interesse particular) e burocraticamente (através do Estado,

buscando o bem comum). O capital público acumulado por aqueles que ocupam posições de comando no campo político/burocrático nada mais é do que o próprio capital político potencializado pela posição do ocupante. E a busca pela conquista e acúmulo desse tipo de capital parece condicionar grande parte da ação dos agentes.

O subcampo político/burocrático de esporte e lazer, que emerge a partir da década de 1930 no Brasil, e se consolida durante todo o século XX e início do século XXI, é por princípio um espaço de co-existência de interesses públicos e privados. É como se apresentasse como uma balança, que ora pende aos interesses particularistas, ora pende aos interesses coletivos, públicos, muitas vezes chamados de interesse nacional.

Sob essa égide que o Estado brasileiro regulamentou o esporte no Brasil na década de 1940. Nessa mesma época é garantido aos trabalhadores o direito ao lazer, através do descanso semanal remunerado e férias, presentes na CLT. O Estado passa a controlar uma manifestação social (o esporte), que até então constituía uma prática de lazer de grupos sociais específicos, e dá a ele uma conotação de bem público, que deveria ser utilizado como forma de representação nacional, ferramenta para consolidar um *habitus* comum aos brasileiros (nacionalismo), ou ainda um símbolo do desenvolvimento e modernidade da nação. Segundo Bourdieu (2007e), em nossas sociedades, o Estado contribui de maneira determinante na produção e reprodução dos instrumentos de construção da realidade social. Enquanto estrutura organizacional e instância reguladora de práticas, ele exerce uma ação formadora de disposições duradouras, através de todo controle e disciplinas que impõe ao conjunto de agentes.

Através do enquadramento que impõe às práticas, o Estado instaura e inculca formas e categorias de percepção e de pensamento comuns, quadros sociais de percepção, da compreensão ou da memória, estruturas mentais, formas estatais de classificação. E cria, assim, as condições de uma espécie de orquestração imediata de *habitus* que é, ela própria, o fundamento de uma espécie de consenso sobre esse conjunto de evidências compartilhadas, constitutivas do senso comum (BOURDIEU, 2007e, p. 116-7).

Um fenômeno social que trazia prioritariamente interesses particulares é forjado a carregar a bandeira do bem público, visando especialmente a constituição de um *habitus* nacional. Como contrapartida o Estado oferece financiamento aos atletas e às instituições de promoção do esporte, instaurando uma dependência tutelar do campo esportivo ao campo político/burocrático.

Além disso, os agentes do campo político/burocrático que se envolveram com o esporte perceberam ser este um meio muito eficaz para otimizar o acúmulo de capital público ou político, já que a natureza do esporte carrega consigo signos de amizade, companheirismo, descontração, além do próprio apelo popular, que fazia com que esses agentes tivessem grande visibilidade junto à sociedade brasileira. A incorporação do campo esportivo pelo campo político/burocrático, sob a justificativa da prevalência da lógica do Estado (pública), rapidamente passa a ser pautada também por interesses individuais daqueles agentes envolvidos com o esporte no âmbito estatal.

Consolidada a presença do Estado no campo esportivo, e instaurado um curto período democrático no Brasil, os agentes acomodados a situação, cada qual com seu interesse, aperfeiçoaram o uso privado do espaço público, através de práticas clientelistas. Apesar de ser um período de maior liberdade individual, o poder concentrado e a lógica de Estado já haviam sido naturalizados pela sociedade. Afinal, segundo Bourdieu (2007e, p. 119),

O Estado não tem, necessariamente, necessidade de dar ordens, ou de exercer coersão física, para produzir um mundo social ordenado: pelo menos enquanto puder produzir estruturas cognitivas incorporadas que estejam em consonância com as estruturas objetivas, assegurando assim a [...] submissão dóxica à ordem estabelecida.

A ação dos agentes não caminhou no sentido de fazer valer seu maior potencial de poder perante o Estado; mas sim no de barganhar junto aos concentradores do poder uma parte dele. As regras do jogo estavam postas e foram mantidas, pois condiziam com os interesses particularistas de acumulação de capital público pelos agentes no interior do campo político/burocrático do esporte e lazer.

Mais tarde durante o regime militar no Brasil, a balança de poder passa a pesar de maneira bastante acentuada a favor do Estado, que volta a dominar, através do uso do monopólio da força física, grande parte dos campos sociais. No campo esportivo pouca coisa mudou. A dimensão jurídica *polity* teve apenas ajustes marginais através da legislação esportiva da década de 1970. Sob a justificativa dos interesses coletivos, nacionais, que no fundo eram interesses privados (*doxa*) daqueles que controlavam o Estado (os militares), o esporte serviu às intenções nacionalistas, de inserção internacional do país, e como forma de referendar o sucesso do sistema político vigente.

A *doxa* é um ponto de vista particular, o ponto de vista dos dominantes, que se apresenta e se impõe como ponto de vista universal; o ponto de vista daqueles que dominam dominando o Estado e que constituíram seu ponto de vista em ponto de vista universal ao criarem o Estado (BOURDIEU, 2007e, p. 120).

De acordo com Bourdieu (2007e), o Estado, dada sua condição de predominância na sociedade, nesse caso potencializada pelo uso da força física, além de impor sua *doxa*, contribui decisivamente para a construção do nacionalismo. O Estado contribui para a unificação do mercado cultural ao unificar todos os códigos e ao realizar a homogeneização das formas de comunicação. Por meio dos sistemas de classificação, inscritos no direito, nos procedimentos burocráticos, nas estruturas escolares e nos rituais sociais, o Estado “molda as estruturas mentais e impõe princípios de visão e de divisão comuns [...] contribuindo para a construção do que designamos comumente como identidade nacional [...] ou o caráter nacional” (BOURDIEU, 2007e, p. 105).

Há a emergência de inúmeros planos, diretrizes e projetos de Estado relacionados ao esporte, com ênfase no esporte de alto rendimento (ápice e finalidade do modelo piramidal de desenvolvimento do esporte) e melhora da aptidão física da população. Para tanto, investe-se no esporte educacional, especialmente no interior das escolas, e no esporte participativo, em espaços não-formais, atingindo especialmente os não-escolares, como no caso do EPT.

Dada a relação íntima entre o Estado e o esporte, ou entre o campo político/burocrático e o campo esportivo durante o regime militar, com a queda do regime o esporte carregou consigo o estigma da ordem, disciplina e hierarquia, próprio dos militares. Na transição para a democracia, porém, o esporte, especialmente pela imposição dos interesses econômicos, transmutou-se, passando de ferramenta de construção do *habitus* comum, o nacionalismo, para fonte de recursos a ser explorado pela iniciativa privada. Caberia nesse momento ao Estado reconhecê-lo como direito social e dar conta de promovê-lo em suas manifestações não-comerciais. Esse processo, todavia, foi conflituoso e demorado, sendo necessária quase uma década para que fosse reformulada a dimensão jurídica *polity*, através da inserção do esporte no texto constitucional e da elaboração da legislação infraconstitucional. A relação com o Estado, que era pautada quase que exclusivamente na troca de favores e dependência tutelar, passa gradativamente a dar espaço a relações mais complexas, institucionais, envolvendo os poderes

Legislativo e Executivo. Constituem-se *policy network* e *issue networks* institucionalizadas em torno do esporte, porém ainda muito pautadas nas relações Estado-esporte construídas no decorrer de mais de quarenta anos desde o Estado Novo, relações essas permeadas muito mais por interesses individuais do que coletivos.

O interessante é que os grupos que mais se opunham a relação paternalista do esporte com o Estado não tiveram capacidade de organização e mobilização para fazer com que seus interesses fossem representados junto ao Estado. Com isso, o esporte de alto rendimento, detentor de um potencial comercial muito grande continuou a ser o principal alvo da atuação do Estado, apesar do esporte educacional e do esporte participação contarem sempre com alguma iniciativa do Estado em seu favor, mesmo que com baixos orçamentos e descontinuidade nas ações.

Pensando relacionalmente, pode-se dizer que o esporte, enquanto subcampo político/burocrático está em uma posição desprivilegiada em relação ao campo do poder, assim como outras políticas sociais. Estaria, segundo Bourdieu (1998), na mão esquerda do Estado. Segundo o autor, a mão esquerda do Estado representa os agentes e estruturas das áreas de atuação do Estado relacionadas às políticas sociais; enquanto a mão direita é representada pelos ministérios relacionados à economia, como os bancos e agentes dos gabinetes ministeriais da área econômica. Essas são as instituições e agentes que caracterizam as lutas principais dentro do campo político/burocrático, no qual, sob a análise do capital econômico, a mão direita é dominante e a mão esquerda dominada, constantemente lutando entre si pela dominância sob análise do capital simbólico (BOURDIEU, 1998). O esporte, na mão esquerda do Estado, é tido especialmente como meio de compensação das distorções do sistema capitalista, responsável por “exercer as funções ditas “sociais” – isto é, compensar, sem dispor de todos os meios necessários, os efeitos e carências mais intoleráveis da lógica do mercado” (BOURDIEU, 2003, p. 218).

Porém, se pensarmos especificamente no subcampo político/burocrático do esporte e lazer no Brasil, temos o esporte de alto rendimento profissional numa situação de dominância, ou na mão direita (ALMEIDA, 2010), enquanto o esporte educacional e o esporte participação numa posição dominada, ou na mão esquerda (ALMEIDA, 2010) do Estado sob o viés do capital econômico. Do ponto de vista

simbólico, a disputa entre os representantes das diferentes manifestações esportivas está posta, porém, dada a inserção social e prestígio atribuído ao esporte de alto rendimento profissional, pode-se adiantar que também do ponto de vista simbólico esse é dominante.

Essa dominância foi observada no subcampo político/burocrático do esporte e lazer no Brasil durante as décadas de 1990 e 2000. Apesar de o esporte ter ganhado relativo espaço na agenda pública, inclusive com a criação de um ministério específico, as ações e principalmente o orçamento público do esporte tem garantido a prevalência do esporte de alto rendimento em relação às demais manifestações esportivas (VERONEZ, 2005; BUENO, 2008). A dimensão jurídica *polity* (Lei Zico, Lei Pelé, Lei Agnelo-Piva, Estatuto do Torcedor, entre outras), bem como as *politics* e *polity* efetivadas (especialmente os programas voltados ao esporte olímpico e a organização de megaeventos esportivos) no período corroboram essa constatação.

E a questão que fica é por que o esporte de alto rendimento, privilegiado desde a gênese do subcampo político/burocrático do esporte e lazer no Brasil, continua tendo prioridade na intervenção estatal, sendo que o contexto social passou por diversas mudanças, ditaduras foram encerradas, uma nova Constituição “cidadã”, que inclusive denota o predomínio de investimento público no esporte educacional, foi promulgada, houve inserção de agentes econômicos com interesses comerciais no esporte, entre outras mudanças?

Bueno (2008, p. 259) ao tentar responder o questionamento do por que do predomínio do esporte de alto rendimento (EAR), conclui, levando em conta o orçamento para as diferentes manifestações esportivas, que “a coalizão pró-EAR continua muito forte e até aumentou sua predominância do governo FHC ao período Lula”. Também aponta que dificilmente uma aliança a favor do esporte educacional e de participação possa influenciar a agenda pública do esporte no Brasil, uma vez que sua representação é consideravelmente menor em órgãos consultivos e deliberativos do esporte. Finalmente Bueno (2008, p. 260) pontua que o caminho adotado pelo Ministério do Esporte em privilegiar o esporte de rendimento levou em conta que o “melhor investimento político foi o do maior apoio e fortalecimento do EAR devido sua inigualável capacidade midiática e de mobilização popular, o que significa popularidade ao governo”.

Em relação ao último ponto levantado por Bueno (2008) e evocando a lógica inerente ao campo político/burocrático, onde os agentes por vezes agem de maneira particular dentro do espaço público, buscando especialmente o acúmulo de capital estatal, entende-se que as opções pelo esporte de alto rendimento são totalmente coerentes, uma vez que essa manifestação é a que potencialmente gera maiores lucros a quem a promove. Tanto isso é verdade que é exatamente nesse nicho que atuam as forças comerciais do esporte, buscando a maximização dos lucros materiais. O mesmo vale para os agentes do campo burocrático, que lucram mais com o esporte de rendimento, mesmo não sendo o acúmulo de capital econômico seu maior objetivo, mas sim outras espécies de capital.

Mais que isso, não basta mais investir apenas no esporte de alto rendimento, que por si só já tem grande apelo simbólico, a atuação do Estado nos últimos anos no esporte tem privilegiado aquilo que Melo e Peres (2005b) chamam de espetacularização das políticas públicas. A política de apoio a megaeventos esportivos, e mesmo a outros eventos menores, mas com caráter espetacularizado, antes já imersos na lógica do acúmulo de capital e ao fortalecimento das estratégias de negócios, se articula coerentemente com a lógica de acúmulo de capital dos políticos e gestores públicos, que passam a ver o esporte e o lazer como grandes negócios, e infelizmente não como direitos sociais.

Diante desse quadro, no próximo capítulo buscar-se-á apresentar e discutir algumas aproximações e intersecções entre os subcampos político/burocrático e acadêmico/científico do esporte e lazer, a fim de desvelar como esse movimento vem ocorrendo e quais as potencialidades de tal aproximação.



## 5 POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER: CONHECIMENTO, INTERVENÇÃO E AUTONOMIA

Até o momento apresentamos e analisamos o subcampo científico/acadêmico e o subcampo político/burocrático das políticas públicas de esporte e lazer. Apesar de tratarem do mesmo assunto fica nítido o percurso diferenciado de desenvolvimento de cada um dos espaços sociais. Enquanto o primeiro é recente e ainda muito volátil em sua composição, o segundo apresenta algumas regularidades e traz consigo uma estrutura que se mantém no decorrer da história de mais de meio século.

Todavia, parece-nos que houve tentativas de aproximações entre os espaços sociais, mesmo que configurados de maneiras distintas de sua conformação atual, no percurso histórico de desenvolvimento dos subcampos desde a década de 1950. Mais recentemente, iniciativas como a Rede Cenesp e a Rede Cedes configuraram-se como propostas mais efetivas de aproximação, e até mesmo como espaços que transcendem os limites de cada um dos subcampos de forma isolada. Foram constituídos espaços de intersecção entre o subcampo político/burocrático e o subcampo científico/acadêmico das políticas públicas de esporte e lazer. Isso ocorre, como será visto adiante, de forma mais contundente e intencional no caso da Rede Cedes.

Nesse sentido, no presente capítulo serão analisados os pontos de aproximação/intersecção entre o subcampo político/burocrático e o subcampo científico/acadêmico das políticas públicas de esporte e lazer, sobretudo em relação à Rede Cedes, indicando se a aproximação/intersecção mais efetiva entre os subcampos pode contribuir para a autonomia do subcampo político/burocrático. Autonomia essa entendida, sob a luz do referencial teórico de Bourdieu, como a capacidade de refração do subcampo frente a pressões e/ou lógicas que o transcendem, mas também no sentido de estabelecer uma agenda própria de funcionamento que tenha como fim o desenvolvimento do esporte e o lazer.

O subcampo político/burocrático de esporte e lazer no Brasil surge quando, a partir de medidas legais, o Estado brasileiro regulamenta o esporte no país, e toma para si a responsabilidade de administração e controle do esporte nacional. Eram objetivos do Estado na época, entre as décadas de 1930 e 1940, burocratizar o

esporte, utilizá-lo como uma ferramenta de construção e difusão do nacionalismo e forma de inserção do país no âmbito internacional a partir das competições esportivas.

Passados mais de setenta anos, o esporte, na ótica do Estado, passou por algumas re-significações, viu seu aparato legal modificado, e experimentou a consolidação de algumas práticas na relação Estado-esporte, como o clientelismo e o utilitarismo.

Já a produção científica sobre políticas públicas de esporte e lazer no Brasil tem uma história bem mais recente – algo em torno de 25 anos. O subcampo científico/acadêmico de políticas públicas, por sua vez, é ainda mais recente, passando ainda por um processo de consolidação.

Analisando de forma mais detalhada a relação entre os subcampos, constata-se que existem poucas passagens onde houve aproximações entre o subcampo político/burocrático e o subcampo científico/acadêmico relacionado às políticas públicas de esporte e lazer.

A primeira constatação dessa iniciativa de aproximação está no regimento da Divisão de Educação Física (DEF) do Ministério da Educação e Cultura, aprovado em 1956, no qual consta dentre as finalidades da divisão: “[...] realizar estudos que permitam estabelecer as bases, da educação e da recreação física no país; [...] incentivar a formação e promover o aperfeiçoamento de profissionais especializados em educação física e desportos” (BRASIL, 1956). Ou seja, caberia a uma estrutura do subcampo político/burocrático, que comportava o desenvolvimento da educação física e do esporte de maneira conjunta, realizar estudos e incentivar a formação de quadros para o desenvolvimento do esporte, lazer e da Educação Física no país. Porém, nada consta sobre a participação do campo científico/acadêmico nessa empreitada, que estaria a cargo da Seção de Estudos e Aperfeiçoamento do DEF. Essa seção estaria responsável por uma série de iniciativas correlatas ao campo científico/acadêmico, desde a realização de pesquisas na área de educação física, estudos estatísticos, de legislação, a promoção de cursos, palestras e conferências, até a manutenção de bibliotecas especializadas. Todas essas ações poderiam vir a qualificar as ações no subcampo político/burocrático da Educação Física, esporte e lazer, já na década de 1950. Todavia não existem informações que comprovem se isso efetivamente ocorreu.

Mais tarde, entre o final da década de 1960 e início da década de 1970, durante o regime militar no país, outra iniciativa nesse sentido foi o Diagnóstico da Educação Física e Desportos no Brasil, ação essa coordenada pelo DEF e pelo IPEA, que visou realizar um grande diagnóstico nacional sobre a educação física e o esporte, sob coordenação do professor Lamartine Pereira da Costa, com fins de qualificar a atuação pública no âmbito do esporte e lazer. Segundo Tubino (1996), o Diagnóstico foi uma importante reflexão sobre o campo esportivo no Brasil e base para a Lei Federal nº 6.251/75 e para a política nacional para o setor.

Ainda no início da década de 1970, o primeiro "Plano de Educação Física e Desporto - PED", desenvolvido pelo DED/MEC, delineava projetos que buscavam bases científico/acadêmicas para fundamentar a ação do poder público no subcampo do esporte e lazer, dentre eles o projeto "Pesquisas em Educação Física e Desportos", de responsabilidade de elaboração das Escolas de Educação Física, sob coordenação do DED, o projeto "Implantação de Centros Regionais de Pós-Graduação", sob responsabilidade das universidades e coordenação do DED, assim como o projeto "Preservação do Patrimônio Histórico Desportivo". Os planos que seguiram, no decorrer das décadas de 1970 e 1980 por vezes fizeram menção a necessidade de pesquisas e estudos que fundamentassem as políticas públicas de educação física, esporte e lazer. Porém, não havia referência aos pesquisadores das políticas públicas de esporte e lazer, que naquele momento estavam começando a construir seus primeiros estudos sobre o tema, porém de forma isolada.

Na década de 1990, o maior marco até então da relação entre o subcampo político/burocrático do esporte e lazer e o campo acadêmico foi a implantação da Rede Cenesp, com a finalidade de qualificar cientificamente a formação e treinamento de atletas de alto-rendimento, especialmente aqueles que representariam o país em competições internacionais. Atualmente a Rede Cenesp constitui uma rede composta por centros de desenvolvimento de pesquisa científica e tecnológica na área do esporte, treinamento e aperfeiçoamento de atletas, utilizando as estruturas físicas e administrativas, recursos humanos e materiais existentes nas IES, com vistas a detectar, selecionar e desenvolver talentos esportivos, especialmente nas modalidades olímpicas e paraolímpicas<sup>176</sup>.

---

<sup>176</sup> Disponível em <http://www.esporte.gov.br/snear/cenesp/default.jsp>. Acesso em 29 de setembro de 2010.

Funcionando desde o ano de 1995, e contando hoje com nove centros em universidades públicas federais e estaduais, a Rede Cenesp já realizou e publicou mais de quatrocentos trabalhos em seus mais de quinze anos de existência<sup>177</sup>. Porém, na prática, a rede parece não ter alcançado os objetivos de detectar e treinar um maior número de atletas que melhor representassem o esporte nacional, haja vista o desempenho do Brasil nas últimas edições dos Jogos Olímpicos e Campeonatos Mundiais que pouco melhorou.

A partir dessa breve retrospectiva histórica pode-se observar que foram poucas as iniciativas de aproximação do subcampo político/burocrático do esporte e lazer com o campo científico/acadêmico, sendo inclusive sua eficácia questionável. Fato novo nessa relação ocorreu quando, em 2003, foi criado o Ministério do Esporte e junto dele uma estrutura ministerial que atraiu alguns acadêmicos ao bojo do processo de formulação e implementação de políticas públicas de esporte e lazer. É isso que será visto e analisado a seguir, com especial atenção à Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e Lazer do Ministério do Esporte.

### 5.1 “REMANDO CONTRA A MARÉ”: A *EXPERTISE* CIENTÍFICO/ACADÊMICA NA SECRETARIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E LAZER

A Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e Lazer (SNDEL), única secretaria sob responsabilidade de gestão do Partido dos Trabalhadores (PT)<sup>178</sup>, traz em sua própria denominação o termo desenvolvimento. Desenvolvimento, inclusive seria, segundo seus idealizadores, o conceito-chave contido no nome estabelecido para a secretaria. Com ele pretendeu-se chamar atenção para a necessidade de se estabelecer políticas de esporte recreativo, lazer, ciência e tecnologia a partir do entendimento de "excelência" para além daquele construído com base no parâmetro do rendimento, hegemônico em grande parte da

---

<sup>177</sup> Segundo dados oficiais do site do Ministério do Esporte. Disponível em <http://www.esporte.gov.br/snear/cenesp/relatorios/pesquiAvaliaco.es.jsp>. Acesso em 15 de abril de 2011.

<sup>178</sup> Segundo Figueiredo (2009, p. 31) “As outras secretarias do ME, além do próprio ministro Orlando Silva são quadros do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), oriundos em sua maioria da União da Juventude Socialista (UJS) que permaneceram por muito tempo no domínio da União Nacional dos Estudantes (UNE). Orlando Silva se tornou ministro no final do primeiro mandato (2006-atual), enquanto que em quase todo o primeiro mandato (2003-2006) foi Agnelo Queiroz”.

história da política esportiva brasileira (CASTELLANI FILHO; VERONEZ; LIÃO JÚNIOR, 2009).

Tal secretaria constitui a estrutura do Ministério do Esporte responsável pelas políticas voltadas ao esporte em sua interface com o lazer, ou desporto participação, segundo denominação adotada pela lei federal nº. 9615 (Lei Pelé). Já o termo “esporte recreativo” por vezes presente nos documentos da SNDEL foi um subterfúgio de linguagem sugerido pelo Ministério do Planejamento para distinguir tal manifestação esportiva do esporte de alto-rendimento.

Formalmente, consta na apresentação da secretaria a intenção de sinalizar para a inversão da lógica da presença do Estado no cenário esportivo, atribuindo-lhe prioritariamente caráter subsidiador dotado, contudo, de outro sentido que não aquele reforçador do modelo concentrador representado graficamente pela estrutura piramidal (oriundo das políticas esportivas da década de 1970), que traz em seu vértice o esporte de alto rendimento e em sua base e centro, respectivamente, o esporte recreativo e o escolar subordinados aos objetivos do "de cima". Seria papel da SNDEL atuar como implementadora de um modelo exemplificado por círculos autônomos e ao mesmo tempo interdependentes, onde o esporte recreativo, o escolar e o de alto rendimento sejam respeitados em suas especificidades e, ao mesmo tempo, possam manter canais de comunicação sinalizadores de um conceito de sistema esportivo construído em relações isonômicas e não hierarquizadas<sup>179</sup>.

Essa denominação da secretaria, bem como o desenho de seus objetivos, como já mencionada foram sugestões dos agentes vinculados ao PT em detrimento à proposta do então ministro Agnelo Silva em criar uma Secretaria Nacional de Inclusão Social. “Nós resistimos a isso e propusemos a tal Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer, e ele [*Agnelo*] acaba aceitando”<sup>180</sup>. Todavia, a denominação da secretaria nacional que trataria do esporte-participação talvez tenha sido o menor dos embates ocorridos dentro do recém criado Ministério do Esporte, que comportava dois partidos distintos em sua composição.

Definidas as três secretarias nacionais que compunham o segundo escalão do Ministério (além da SNDEL, a SNEAR e a SNEED), passou-se a disputa por espaço na estrutura ministerial. Segundo um dos gestores vinculado ao PT, que participou desse processo:

---

<sup>179</sup> <http://www.esporte.gov.br/sndel/sobre.jsp>. Acesso em 29 de setembro de 2010.

<sup>180</sup> GESTOR D. Entrevista concedida a Fernando Augusto Starepravo, em 29 de novembro de 2010.

Na hora da divisão [...], coube a nós [apenas] a Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer. Nós reivindicamos três secretarias: de esporte educacional, de alto rendimento e do lazer pra acomodar o nosso pessoal. O Agnelo disse não. [...] duas secretarias são minhas e uma secretaria vai ficar para vocês<sup>181</sup>.

A despeito da questão técnica, fica claro na fala do agente que no momento da criação da estrutura do Ministério do Esporte, bem como na divisão de cargos, o mais relevante foi a “acomodação” de aliados e a concentração de poder em função do controle da “minha” ou da “sua” secretaria nacional. O resultado desse processo foi a concentração de um maior potencial de poder pelos agentes vinculados ao PCdoB. Com a balança de poder dentro do ministério pendendo cada vez mais para o lado do Ministro e de seu partido, supostamente coube aos representantes do PT aceitar as imposições do pólo dominante na configuração do ministério:

E nós [do PT] então ficamos com uma secretaria só. Fizemos uma discussão também se deveríamos ou não aceitar. Acabamos indo aceitando tudo. Tudo que a gente não aceitava durante o processo todo nós fomos sendo, digamos assim, levados a aceitar. Nós fomos enquadrados. Essa era a expressão. Eles diziam não, vocês serão enquadrados. Se vocês quiserem, fiquem, senão tem cinqüenta mil aí querendo o lugar de vocês<sup>182</sup>.

A imposição do PCdoB, dada a condição privilegiada no jogo, não se restringiu ao espaço de cada um dos partidos no ministério, mas também na destinação ao PT do pior espaço em termos orçamentários.

Mais tarde a gente foi ver quão perversa era a forma como o PCdoB lidava com essa situação. Não era só uma secretaria. Também era o pior orçamento de todas as secretarias. Quer dizer, nós ficamos a míngua. Nós tínhamos uma relação lá num determinado período que de cada dez reais do Ministério nós ficávamos com um, menos de um real<sup>183</sup>.

Essa capacidade de restringir a atuação da SNDEL por meio do controle orçamentário seria facilitada pela lógica orçamentária do governo federal, controlada pelo Ministério do Planejamento e que supervaloriza o papel dos Ministros:

Você sabe que até hoje o governo lida com uma lógica orçamentária bastante esquizofrênica, para dizer o mínimo. Você tem um orçamento que não é uma peça aprovada no Congresso no sentido normativo. É meramente indicativo. Por isso o presidente nunca veta o orçamento. Mas quem de fato estabelece o orçamento real é o Ministério do Planejamento, vinculado aí às questões políticas da Casa Civil, com o uso do contingenciamento. Então ele [Ministério do Planejamento] te diz: o teu orçamento está dizendo para você que você tem de fato mil para receber,

<sup>181</sup> GESTOR D. Entrevista concedida a Fernando Augusto Starepravo, em 29 de novembro de 2010.

<sup>182</sup> GESTOR D. Entrevista concedida a Fernando Augusto Starepravo, em 29 de novembro de 2010.

<sup>183</sup> GESTOR D. Entrevista concedida a Fernando Augusto Starepravo, em 29 de novembro de 2010.

mas eu estou te dando duzentos agora e os outros oitocentos vai depender do movimento da economia. À medida que a economia dê sinal de força, de consistência, eu vou liberando. [...] E no descontigenciamento o dinheiro chega em bloco nas mãos do Ministro, e o Ministro distribui da forma que ele deseja. A distribuição é política. E nessa distribuição política essa “continha” que eu te fiz, dos dez, sete [para a SNEED], dois [para a SNEAR] e um [para a SNDEL], foi o que prevaleceu<sup>184</sup>.

Ou seja, o potencial de poder do ministro naquele momento foi expresso através da alocação dos agentes do PT na secretaria de menor viabilidade, bem como na baixa destinação de recursos àquela estrutura ministerial, utilizando dentre outras estratégias o não repasse de verbas à SNDEL no momento do descontigenciamento do orçamento. Por outro lado, a equipe do PT no Ministério do Esporte tinha em sua composição vários agentes dotados de outras formas de capital, notadamente o capital cultural proveniente da inserção no campo científico/acadêmico, que em vários momentos serviu como contraponto às restrições orçamentárias e políticas.

Então, uma secretaria fortemente constituída por pessoas que vinham da academia, [...] o Roberto Liao estava fazendo mestrado, queria fazer o doutorado. O outro lá que era do Departamento de Políticas Sociais também estava terminando o doutorado dele. Eu tava terminando o doutorado. O Lino era doutor. Todos eles com vínculo com a universidade<sup>185</sup>.

Vale ressaltar que um expressivo número de agentes representativos do PT no Ministério do Esporte também é ou foi membro ativo no GTT de Políticas Públicas do CBCE. Ou seja, constituem uma pretensa elite intelectual das políticas públicas de esporte e lazer no Brasil. E esse parece ter sido o grande diferencial e trunfo para sustentação da SNDEL no ministério nos primeiros anos, uma vez que o grupo da secretaria se considerava “quase um outro ministério dentro do Ministério”<sup>186</sup>, em função das constantes disputas envolvendo os agentes do PCdoB. Não bastasse os problemas oriundos dessa relação, o próprio grupo de agentes do PT dentro do Ministério demonstrava certo nível de tensão interna.

[...] nós temos uma administração tencionada o tempo todo, além de ter que lidar com os problemas já com o PCdoB que nos sacaneava de tudo quanto é forma. Nos boicotavam do ponto de vista da distribuição dos recursos, da alocação de recursos dentro da secretaria, nós tínhamos que lidar com os nossos conflitos internos<sup>187</sup>.

<sup>184</sup> GESTOR C. Entrevista concedida a Fernando Augusto Starepravo, em 27 de outubro de 2010.

<sup>185</sup> GESTOR D. Entrevista concedida a Fernando Augusto Starepravo, em 29 de novembro de 2010.

<sup>186</sup> GESTOR D. Entrevista concedida a Fernando Augusto Starepravo, em 29 de novembro de 2010.

<sup>187</sup> GESTOR D. Entrevista concedida a Fernando Augusto Starepravo, em 29 de novembro de 2010.

Os referidos conflitos internos estariam relacionados às disputas internas da Setorial de Esporte e Lazer do PT para ocupação de cargos no Ministério do Esporte. Como já mencionado, a estrutura do Ministério com três secretarias nacionais, exigência do Ministro do Esporte ao Ministério do Planejamento, ocasionou o enxugamento dos postos de terceiro e quarto escalão. O PT com uma única Secretaria teria portanto menos espaço para acomodar seus aliados políticos. A estrutura da SNDEL, definida pelo Ministério do Planejamento, comportaria dois departamentos, cada departamento com duas coordenações e demais cargos técnicos.

Quando se estabelece as três secretarias [*nacionais*] passa-se para a discussão de como seriam organizadas as secretarias. Qual seria a estrutura. [...] Isso vinha tudo do Ministério do Planejamento. O Ministério do Planejamento que dizia quantas coordenações gerais, quantas coordenações de assessorias, eles que diziam tudo. [...] Cada Secretaria estaria constituída por duas coordenações [*entenda-se dois departamentos*]. [...] Cada departamento com duas coordenações gerais. E cada coordenação geral com mais dois coordenadores, que era o quarto escalão, que é a parte técnica. [...] E depois nos [*demais*] cargos colocaram as pessoas que eram os próprios funcionários do Ministério, que vinham do Ministério de Esporte e Turismo, e que acabaram ficando na estrutura do Ministério do Esporte. Esse era o corpo.

Essa escassez de cargos a serem ocupados por aliados do PT parece ter sido um dos motivos que levou a sérios conflitos no grupo oriundo da Setorial de Esporte e Lazer do partido.

Então, nós tínhamos doze, treze, quatorze Setoriais, todos demandando por espaço no governo federal, indicando dois, três, quatro nomes. Nós precisaríamos de quarenta cargos. [...] nós tínhamos [...] quatorze cargos. Como construir isso? Com tanta demanda do pessoal querendo vir para Brasília para trabalhar. Por que aí as pessoas começaram a dar “carteiraço”. Porque eu contribuí com isso. Porque eu falei com tal deputado.

Utilizou-se nesse momento do capital social e político para a condução das nomeações no grupo, gerando uma equipe heterogênea, com interesses e posições distintas, a começar pela indicação do primeiro Secretário Nacional para a SNDEL, ainda no ano de 2003. Havia naquele momento dois nomes dentro do grupo da Setorial de Esporte e Lazer que se destacavam como prováveis futuros secretários nacionais: Lino Castellani Filho e José Ribamar Filho. Dado o equilíbrio de forças no interior do grupo, não houve consenso com relação a qual agente iria ocupar tal cargo. “Por um lado algumas pessoas queriam o Lino. Defendiam o Lino. E alguns



setoriais, junto com o próprio Rio de Janeiro defendiam o Ribamar”<sup>188</sup>. Diante do impasse, a definição foi levada ao Ministro Agnelo Queiroz, que ficaria responsável pela indicação. Nesse momento, o PT demonstrou certa fragilidade ao não conseguir resolver internamente um problema de disputa por espaços. A decisão do ministro em acatar o nome de Lino Castellani Filho como Secretário Nacional de Desenvolvimento de Esporte e Lazer, sob justificativa de sua relação histórica com a área, fez com que os preteridos passassem a fazer oposição ao grupo da SNDEL liderado por Lino.

Uma dificuldade interna no sentido de ter uma equipe que não era uma equipe, nunca se configurou com uma equipe, porque a sua própria configuração partiu desse acordo político, mas um acordo onde sempre ficou evidente uma luta interna por espaços. [...] Então a [...] relação com o outro partido político e uma relação com uma equipe que não era equipe. Que tinha problemas internos de relacionamento, e de disputa por espaço político. Nesses quatro anos nós tivemos, eu diria no mínimo uma luta política dentro do partido, dentro do setorial, por espaço político [...]”<sup>189</sup>.

Ou seja, a criação e os primeiros anos de existência da SNDEL foram marcados por um alto nível de conflito e intensa movimentação política pela conquista de espaço, seja entre PT e PCdoB, seja internamente aos agentes do PT. O saldo desse primeiro momento foi um grupo de agentes do PCdoB com grande potencial de poder na relação com o PT no ministério, e os agentes vinculados ao PT constituindo um grupo frágil e heterônimo, com baixo grau de sustentação política, tendo como principais representantes agentes oriundos do campo científico/acadêmico<sup>190</sup>. Em contrapartida o trunfo do grupo fragilmente constituído pelo PT no Ministério do Esporte parecia ser o conhecimento de causa sobre as políticas públicas de esporte e lazer e sobre o histórico do desenvolvimento do esporte e lazer no Brasil, ou melhor, a *expertise* científico/acadêmica num espaço dominado pela lógica político/burocrática.

O diferencial do grupo da SNDEL no ministério se expressa nos documentos oficiais, quando observa-se nessa secretaria uma leitura mais apurada da realidade do esporte nacional, bem como objetivos traçados com maior consistência e uma estrutura interna à secretaria que anuncia uma nova lógica de gestão. A partir dessa

<sup>188</sup> GESTOR D. Entrevista concedida a Fernando Augusto Starepravo, em 29 de novembro de 2010.

<sup>189</sup> GESTOR C. Entrevista concedida a Fernando Augusto Starepravo, em 27 de outubro de 2010.

<sup>190</sup> Lino Castellani Filho oriundo da Unicamp como Secretário Nacional de Desenvolvimento do Esporte e Lazer; Luiz Fernando Camargo Veronez da UFPel era o Diretor do Departamento de Ciência e Tecnologia e Roberto Lião Júnior, assim como os demais era membro do GTT de Políticas Públicas do CBCE, e ocupava o posto de assessor do secretário.

orientação diferenciada, justificar-se-ia uma estrutura de secretaria nacional amparada em dois departamentos. Primeiramente o Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte, que,

[...] identifica no conhecimento acumulado historicamente pela humanidade, o potencial do processo de qualificação das iniciativas de Governo, na sua configuração das políticas públicas, de forma que o fomento à produção e difusão do conhecimento científico e tecnológico voltado para a gestão de políticas sociais de esporte e lazer ganhe significado na exata medida em que vislumbre em seu horizonte a (re) qualificação (formação continuada) dos gestores e dos agentes sociais de esporte e lazer que, em última instância, são os responsáveis pela chegada à população dos serviços públicos na área<sup>191</sup>.

E ao outro departamento, o Departamento de Políticas Sociais de Esporte e de Lazer, caberia:

[...] assumir da responsabilidade pela execução de políticas sociais de Esporte e de Lazer voltadas para a consolidação dessas práticas sociais como direitos sociais e, portanto, como política pública de governo que viabilize e garanta o acesso da população brasileira, em todos os seus segmentos etários (criança, adolescente, jovem, adulto, idoso, bem como pessoas com deficiência e com necessidades educacionais especiais) e em uma perspectiva intergeracional, a ações contínuas de esporte e lazer que respondam às necessidades localizadas nesse campo da vida social<sup>192</sup>.

Apesar de gozarem de relativa autonomia, os departamentos parecem buscar, como expresso em seus objetivos, a aproximação entre um departamento voltado a produção do conhecimento, e outro voltado à efetivação de políticas sociais de esporte e lazer, mostrando um indício de justaposição entre os subcampos científico/acadêmico e político/burocrático. A materialidade dessa aproximação entre os departamentos se dá, quando no decorrer do ano de 2003, sob a égide da discussão do Plano Plurianual 2004-07, a equipe do Ministério do Esporte, notadamente aqueles vinculados à SNDEL propõem o programa orçamentário Esporte e Lazer da Cidade, o PELC, que será aprofundado na próxima etapa do texto.

Todavia, vale ressaltar nesse momento que a elaboração do PELC, segundo seus idealizadores, não foi aleatória ou apenas pautada no empirismo, práticas recorrentes no subcampo político/burocrático de esporte e lazer. Foi uma iniciativa baseada em alguns princípios e conceitos oriundos do espaço social antes ocupado por alguns agentes do PT no ministério, o campo científico/acadêmico. “Pensamos

<sup>191</sup> <http://www.esporte.gov.br/sndel/sobre.jsp>. Acesso em 29 de setembro de 2010.

<sup>192</sup> <http://www.esporte.gov.br/sndel/sobre.jsp>. Acesso em 29 de setembro de 2010.

no que um programa guarda-chuva, do ponto de vista das ações, teria que dar conta para efetivamente ser uma política que tivesse como objetivo a universalização do direito ao acesso ao esporte e ao lazer”<sup>193</sup>. Sob a lógica do planejamento e orçamento governamental, deveria a SNDEL propor um grande programa (chamado de guarda-chuva pelo gestor), que comportaria em sua rubrica praticamente todas as ações da secretaria, na configuração de ações. Esse grande programa então surgiu configurado de acordo com uma análise situacional, e com base nos procedimentos de um renomado autor do campo acadêmico.

Nesse momento nós nos baseávamos muito num autor [...] do campo do planejamento, que se chamava Carlos Matus [...]. Ele é o precursor do que se chama de planejamento estratégico situacional. O planejamento estratégico dentro do campo governamental. Então nós lidávamos assim com a expressão “nós”, que é uma expressão que vem dele. Quais são os “nós” que temos que desamarrar para garantir [...] o acesso universalizado ao esporte e ao lazer?<sup>194</sup>

Os “nós” levantados pela equipe estariam relacionados especialmente a ausência de espaços para a prática esportiva e de lazer, e quando os espaços existiam por vezes estavam com pouca manutenção ou então sucateados. Outro “nó” detectado foi a falta de profissionais com formação para atuar com as políticas públicas de esporte e lazer. “Então o que nós pensamos? Que um programa, além de elaborar, oferecer, manter espaços, construir espaços, teria que ter pessoas capazes de atuar nesses espaços”<sup>195</sup>. O PELC então surge como um programa com vistas à superação dos “nós” detectados, buscando dar conta da disponibilidade de espaços, oportunizar práticas, e estimular a reflexão e produção científica sobre o esporte e lazer.

### 5.1.1 O Programa Esporte e Lazer da Cidade

O Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) trata-se de um programa<sup>196</sup> do tipo finalístico<sup>197</sup>, de responsabilidade do Ministério do Esporte. O programa teve

<sup>193</sup> GESTOR D. Entrevista concedida a Fernando Augusto Starepravo, em 29 de novembro de 2010.

<sup>194</sup> GESTOR D. Entrevista concedida a Fernando Augusto Starepravo, em 29 de novembro de 2010.

<sup>195</sup> GESTOR D. Entrevista concedida a Fernando Augusto Starepravo, em 29 de novembro de 2010.

<sup>196</sup> Segundo Veronez (2007), a partir do ano de 1996, as políticas públicas no governo federal passaram a ser traduzidas em programas. De acordo com o Art. 3 do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2003, entende-se por programa o instrumento de organização da atuação

seu nascimento anunciado, para efeito de presença no PPA 2004-2007, denominado “Brasil, um País de Todos”, no último instante da data limite estabelecida pelo Ministério do Planejamento para o encaminhamento por parte dos distintos ministérios de seus programas orçamentários (CASTELLANI FILHO, 2007). No PPA 2004-2007, o PELC objetiva formalmente promover a democratização do acesso ao esporte recreativo e ao lazer da população em situação de vulnerabilidade social, visando a melhoria de sua qualidade de vida. Está circunscrito ao megaobjetivo<sup>198</sup> “Inclusão social e redução das desigualdades sociais”, no desafio “Reduzir a vulnerabilidade das crianças e de adolescentes em relação a todas as formas de violência, aprimorando os mecanismos de efetivação dos seus direitos sociais e culturais”, tendo como público-alvo segmentos sociais em situação de vulnerabilidade social.

Já no PPA 2008-2011<sup>199</sup> o PELC aparece no Objetivo de Governo<sup>200</sup> “Promover a inclusão social e a redução das desigualdades” e no Objetivo Setorial “Democratizar e universalizar o acesso ao esporte e ao lazer, em todas as suas dimensões”. Nesse documento consta como objetivo do programa “Ampliar, democratizar e universalizar o acesso à prática e ao conhecimento do esporte recreativo e de lazer, integrados às demais políticas públicas, favorecendo o desenvolvimento humano e a inclusão social” (PPA, 2008, p. 195), tendo como público-alvo “famílias com renda de até 2 (sic) salário mínimo per capita e sem

---

governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no PPA.

<sup>197</sup> Um programa pode ser classificado em três tipos: finalístico, de gestão de políticas públicas, e de serviços ao Estado. Os programas do tipo finalístico são aqueles que resultam em bens e serviços ofertados diretamente à sociedade (BRASIL, 2003d).

<sup>198</sup> Consta no PPA 2004-2007 que a orientação estratégica de governo se desdobra em cinco dimensões, articuladas em três megaobjetivos, que se abrem em 30 desafios, os quais expressam os alvos que se deve atingir para promover o desenvolvimento. Os desafios são enfrentados por meio de 374 programas, que contemplam cerca de 4.300 ações (PPA 2004).

<sup>199</sup> No PPA 2008-2011 consta que “o elemento organizativo central do PPA é o Programa, entendido como um conjunto articulado de ações orçamentárias, na forma de projetos, atividades e operações especiais, e ações não-orçamentárias, com intuito de alcançar um objetivo específico. Os programas estruturam o planejamento da ação governamental para promover mudanças em uma realidade concreta, sobre a qual o Programa intervém, ou para evitar que situações ocorram de modo a gerar resultados sociais indesejáveis. Os programas também funcionam como unidades de integração entre o planejamento e o orçamento. [...] Os programas funcionam como elementos integradores do processo de planejamento e orçamento, ao estabelecerem uma linguagem comum para o PPA, a definição de prioridades e metas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), a elaboração dos Orçamentos Anuais e a programação orçamentária e financeira” (PPA, 2008, p. 41).

<sup>200</sup> A lógica de estruturação do PPA 2008-2011 se apresenta de modo a dar coerência às ações de governo, articulando a dimensão estratégica e tático-operacional do Plano. A dimensão estratégica inclui a Visão de Longo Prazo para o Brasil, expressa na AND [Agência Nacional de Desenvolvimento], os 10 Objetivos de Governo e os Objetivos Setoriais. A dimensão tático-operacional é composta dos programas e ações do PPA (PPA 2008).

rendimento” (PPA, 2008, p. 195). Em síntese, na perspectiva dos PPAs, temos como desenho formal do PELC:

<b>PPA 2004-2007</b>				
Órgão Responsável	Megaobjetivo	Desafio	Público-alvo	Objetivo
SNDEL - ME	Inclusão social e redução das desigualdades sociais	Reduzir a vulnerabilidade das crianças e de adolescentes em relação a todas as formas de violência, aprimorando os mecanismos de efetivação dos seus direitos sociais e culturais	Segmentos sociais em situação de vulnerabilidade social	Promover a democratização do acesso ao esporte recreativo e ao lazer da população em situação de vulnerabilidade social, visando a melhoria de sua qualidade de vida
<b>PPA 2008-2011</b>				
Órgão Responsável	Objetivo de Governo	Objetivo setorial	Público-alvo	Objetivo
SNDEL - ME	Promover a inclusão social e a redução das desigualdades	Democratizar e universalizar o acesso ao esporte e ao lazer, em todas as suas dimensões	Famílias com renda de até 2 salários mínimos per capita e sem rendimento	Ampliar, democratizar e universalizar o acesso à prática e ao conhecimento do esporte recreativo e de lazer, integrados às demais políticas públicas, favorecendo o desenvolvimento humano e a inclusão social

QUADRO 11 – DESENHO FORMAL DO PELC NOS PPAs  
 FONTE: ANÁLISE DOCUMENTAL DO PPA 2004 E PPA 2008

Visualiza-se um avanço no desenho do PELC no segundo PPA, já que o mesmo passa de uma ferramenta para diminuir a vulnerabilidade social para um programa garantidor do acesso ao esporte e lazer. Nesse sentido o esporte e lazer passam de um “meio” para um “fim”, ou seja, se reconhece o valor do esporte e lazer em si, e o direito de cada cidadão em poder usufruir dessas práticas.

O PELC, em sua proposta, direciona ações<sup>201</sup> que contemplam o esporte recreativo, entre outras atividades inseridas na concepção macro do lazer. As palavras “esporte e lazer”, utilizadas no nome do programa, podem ser entendidas através da colocação de Castellani Filho (2007, p. 5), quando ele afirma que “ambas constituem-se em conceitos distintos, porém confluentes, na medida em que o

<sup>201</sup> As ações dos programas governamentais podem ser de três tipos: atividades, projetos e operações especiais. O enquadramento de uma ação em um dos três itens depende do efeito gerado pela sua implementação (BRASIL, 2003d).

primeiro (esporte), em sua dimensão recreativa, dissociada da busca do rendimento, encontrava no lazer a possibilidade concreta de expressão”.

Seus objetivos centrais atualmente são ampliar, democratizar e universalizar o acesso à prática e ao conhecimento do esporte recreativo e de lazer, integrando suas ações às demais políticas públicas, favorecendo o desenvolvimento humano e a inclusão social. Para tanto são três os eixos centrais do PELC:

- 1. Funcionamento de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer**, nas diversas regiões do Brasil, com o objetivo de garantir o direito ao acesso de qualidade a políticas públicas de lazer e de esporte, em sua dimensão recreativa, para as diversas faixas etárias, garantindo a inclusão de pessoas com deficiência.
- 2. Funcionamento da Rede CEDES** - Centros de Desenvolvimento de Esporte Recreativo e de Lazer junto às Instituições de Ensino Superior – por meio do estímulo e fomento à produção e difusão de conhecimentos científico-tecnológicos, voltados à qualificação das políticas públicas de esporte recreativo e do lazer.
- 3. Implantação e Modernização de Infra-Estrutura para Esporte Recreativo e Lazer**, que prevê a construção e reforma de equipamentos, ação executada pela Secretaria Executiva do Ministério do Esporte<sup>202</sup>.

O primeiro eixo prevê o funcionamento dos núcleos de atendimento direto à população, com atuações sistemáticas, em local fixo e de forma periódica, atendendo às diferentes faixas etárias previstas na proposta do núcleo.

A Rede Cedes – segundo eixo do PELC – foi criada com objetivo de buscar interlocução com grupos de pesquisa instalados, consolidados e/ou em consolidação, vinculados a instituições de ensino superior e/ou institutos de pesquisa e sociedades científicas, e com estudos balizados por referenciais teóricos originários das ciências humanas e sociais. Faz parte de ações estabelecidas nessa esfera de governo, através da formatação de “redes” constitutivas de pólos facilitadores do diálogo entre os segmentos envolvidos no processo de produção do conhecimento e, destes, com aqueles que se valeriam do conhecimento produzido, na ação de gestão, tendo ela mesma também como pólo produtor e difusor de conhecimento (CASTELLANI FILHO; VERONEZ; LIÃO JÚNIOR, 2009). Ou seja, cumpre um duplo papel, primeiro de difusão científica dentro do subcampo científico/acadêmico, e segundo, de subsidiar o agir dos agentes do subcampo político/burocrático nas ações de gestão.

O eixo de Implantação e Modernização de Infra-Estrutura para Esporte Recreativo e Lazer presume a construção e reforma de equipamentos públicos de

---

<sup>202</sup> Disponível em <http://www.esporte.gov.br/sndel/esporteLazer/default.jsp>. Acesso em 29 de setembro de 2010.

esporte recreativo e lazer, numa ação executada pela Secretaria Executiva do ministério.

Observa-se que os três eixos de ação do PELC têm correspondência nos “nós” detectados pela equipe da SNDEL quando da criação da secretaria. O primeiro eixo para dar conta do “nó” da falta de programas voltados ao esporte e lazer; o segundo para a formação e produção de conhecimento acerca das políticas públicas de esporte e lazer; e o terceiro eixo voltado à carência de espaços públicos e manutenção dos equipamentos de esporte e lazer.

Os três eixos centrais do PELC, por sua vez, são operacionalizados através de quatro estratégias principais, que por sua vez se desdobram em ações específicas, com conotação realmente finalística.

A primeira estratégia é a “Ação Educativa”, que busca a formação continuada de gestores, agentes, lideranças comunitárias, pesquisadores, legisladores e outros parceiros atuantes nas esferas públicas federal, estadual e municipal, com vistas à formulação e implementação de políticas públicas de esporte e lazer de inclusão social e cultural<sup>203</sup>. Para tanto, sua ação específica é o “Funcionamento de núcleos do PELC”, em órgãos públicos federais, estaduais, municipais e organizações não-governamentais. As principais metas desta ação são a formação de gestores e lideranças comunitárias, considerando principalmente as possibilidades e importância do desenvolvimento de políticas públicas de esporte e de lazer, a integração comunitária, a elevação da auto-estima dos participantes e o acesso ao esporte e ao lazer como direitos sociais<sup>204</sup>.

Essa ação, configurada formalmente como projeto<sup>205</sup>, e que constitui o atendimento direto à população, através de uma política social que pretende garantir o acesso dos indivíduos ao esporte e lazer como direitos sociais, é usualmente conhecida como o PELC<sup>206</sup>. Porém, vale lembrar que o PELC é uma espécie de programa guarda-chuva da SNDEL, que abrange várias ações, dentre elas o Funcionamento de Núcleos do PELC, que será referenciado no texto como o “PELC

---

<sup>203</sup> Disponível em <http://www.esporte.gov.br/sndel/esporteLazer/estrategia1.jsp>. Acesso em 03 de fevereiro de 2011.

<sup>204</sup> Disponível em <http://www.esporte.gov.br/sndel/esporteLazer/estrategia1.jsp>. Acesso em 03 de fevereiro de 2011.

<sup>205</sup> Instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do Governo (BRASIL, 2003d).

<sup>206</sup> No senso-comum e muitas vezes pelos próprios documentos oficiais, causando certa confusão conceitual.

Projeto Social”. Nesse sentido o PELC Projeto Social pode funcionar de três maneiras distintas: “Núcleos do PELC para todas as idades”, que promove ações educativas de esporte recreativo e lazer para as diferentes faixas-etárias da população, atuando sob uma perspectiva intergeracional; “Núcleos do PELC Vida Saudável”, com atividades voltadas às pessoas com mais de 45 anos; e os “Núcleos do Pronasci/PELC”<sup>207</sup>, uma parceria com o Ministério da Justiça, integrando o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), de enfrentamento à violência e voltado para jovens de 15 a 24 anos.

A segunda estratégia “Pesquisa”, busca fomentar estudos, fundamentados na pesquisa social, sobre temas prioritários para a qualificação de políticas públicas de esporte e lazer de inclusão social e cultural, desenvolvidos por instituições de ensino superior de todas as regiões brasileiras, expandindo e modernizando a base científico-tecnológica que vem sendo construída sobre esporte e lazer pela pesquisa social no Brasil<sup>208</sup>. Suas ações são a “Rede Cedes”, já definida e que será mais aprofundada a frente no texto, e o “Prêmio Brasil de Inclusão Social”<sup>209</sup>.

A estratégia “Gestão Compartilhada” visa a gestão compartilhada de programas, projetos e atividades de esporte e de lazer, articulando redes de gestores, legisladores, agentes comunitários, pesquisadores e outros parceiros do PELC, estabelecendo trocas de experiências, organizando diretrizes e qualificando práticas de gestão, a fim de contribuir com a qualificação da Política Nacional do Esporte e a construção do Sistema Nacional de Esporte e Lazer e de mecanismos e indicadores de controle e participação social<sup>210</sup>. Para tanto, estabelece como ações: apoio e/ou realização de eventos científicos e tecnológicos de esporte e lazer; apoio a projetos de eventos com abrangência nacional de natureza interdisciplinar de esporte e lazer; formação de gestores, agentes comunitários e formadores<sup>211</sup>;

---

<sup>207</sup> Essa iniciativa teve início no ano de 2008.

<sup>208</sup> Disponível em <http://www.esporte.gov.br/sndel/esporteLazer/estrategia2.jsp>. Acesso em 03 de fevereiro de 2011.

<sup>209</sup> O Prêmio Brasil de esporte e lazer de inclusão social é uma ação do Ministério do Esporte destinada ao reconhecimento de iniciativas científicas, tecnológicas e pedagógicas que apresentem contribuições e subsídios para a qualificação das políticas públicas de esporte e lazer de inclusão social. Seu principal objetivo é incentivar, apoiar e valorizar tais iniciativas, inserindo o Ministério do Esporte na agenda da Ciência e Tecnologia Brasileira em parceria com setores sociais. Disponível em <http://www.esporte.gov.br/premiobrasil/sndel/premiobrasil/default1Premio.jsp>. Acesso em 29 de setembro de 2010.

<sup>210</sup> Disponível em <http://www.esporte.gov.br/sndel/esporteLazer/estrategia3.jsp>. Acesso em 03 de fevereiro de 2011.

<sup>211</sup> Em parceria com universidades, ministérios e outros órgãos públicos, realização de cursos, palestras e seminários presenciais e à distância sobre políticas públicas de esporte e lazer.



cooperação e intercâmbio técnico-científico<sup>212</sup>; e ações intersetoriais, como os Jogos dos Povos Indígenas<sup>213</sup> e o projeto Esporte, Lazer e Educação Integral<sup>214</sup>.

A quarta e última estratégia, denominada “Informação”, constitui uma política de documentação, informação e difusão, articulada a estratégia da “Gestão Compartilhada” para subsidiar, avaliar e qualificar políticas públicas de esporte e lazer de inclusão social e cultural, sistematizando e difundindo conhecimentos, dando suporte a intercâmbios nacionais e internacionais e à construção de inter-relações entre esporte educacional, de rendimento e de lazer<sup>215</sup>. As ações desenvolvidas integram as atividades do Cedime, fomentando: centros de memória e museus<sup>216</sup>; apoio a periódicos; produção e difusão de publicações impressas e digitais de esporte e lazer; e, Repositório da Rede Cedes<sup>217</sup>.

Enfim, todo esse desenho operacional do PELC está sintetizado no quadro abaixo:

Objetivo	Eixos	Estratégias	Ações	
Ampliar, democratizar e universalizar o acesso à prática e ao conhecimento do esporte recreativo e de lazer, integrando suas ações às demais políticas	1. Funcionamento de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer 2. Funcionamento da Rede Cedes 3. Implantação e Modernização de Infra-Estrutura para	Ação Educativa	Funcionamento de núcleos do PELC (PELC Projeto Social)	Núcleos do PELC para todas as idades
				Núcleos do PELC Vida Saudável
		Pesquisa	Rede Cedes	
				Núcleos do Pronasci/PELC

<sup>212</sup> Promoção de ações de cooperação e intercâmbio institucional, em âmbito nacional e internacional, com vistas ao fomento do desenvolvimento do esporte e do lazer a partir da troca de conhecimentos e experiências, estudos e pesquisas.

<sup>213</sup> Os Jogos dos Povos Indígenas são considerados um dos maiores encontros esportivos culturais e tradicionais de indígenas da América. Com o objetivo central de promover o esporte sócio-educacional como identidade das culturas autóctones, voltado à promoção da cidadania indígena, à integração e aos valores originais. Disponível em <http://www.esporte.gov.br/sndel/jogosIndigenas/XJogos/apresentacao.jsp>. Acesso em 29 de setembro de 2010.

<sup>214</sup> Uma ação integrada do Ministério do Esporte/Programa Esporte e Lazer da Cidade e Ministério da Educação/Programas Mais Educação e Escola Aberta com desenvolvimento de atividades de abrangência nacional e internacional. Disponível em <http://www.esporte.gov.br/sndel/esporteLazer/estrategia3.jsp>. Acesso em 03 de fevereiro de 2011.

<sup>215</sup> Disponível em <http://www.esporte.gov.br/sndel/esporteLazer/estrategia4.jsp>. Acesso em 03 de fevereiro de 2011.

<sup>216</sup> Apoio à pesquisa, organização e catalogação, bem como recuperação, preservação, conservação e segurança de acervos, conforme projeto museológico do Centro (temática, evento, história de vida, etc). Disponível em <http://www.esporte.gov.br/sndel/esporteLazer/estrategia4.jsp>. Acesso em 03 de fevereiro de 2011.

<sup>217</sup> Constitui-se como um espaço para a preservação da produção da Rede Cedes através do arquivamento, discussão, acesso, democratização e publicização das pesquisas e publicações dos seus pesquisadores. O repositório permite o gerenciamento da produção científica na forma digital, dando-lhe maior visibilidade e garantindo a sua acessibilidade ao longo do tempo. Disponível em <http://www.esporte.gov.br/sndel/esporteLazer/estrategia4.jsp>. Acesso em 03 de fevereiro de 2011.

públicas, favorecendo o desenvolvimento humano e a inclusão social	Esporte Recreativo e Lazer		Prêmio Brasil de Inclusão Social
		Gestão Compartilhada	Eventos científicos e tecnológicos de esporte e lazer
			Eventos interdisciplinares de esporte e lazer
			Formação de gestores, agentes comunitários e formadores
			Cooperação e intercâmbio técnico-científico
			Ações intersetoriais
			Esporte, Lazer e Educação Integral
		Informação (Cedime)	Centros de memória e museus
			Apoio a periódicos
			Publicações
Repositório da Rede Cedes			

QUADRO 12 – DESENHO OPERACIONAL DO PELC  
 FONTE: ANÁLISE DOCUMENTAL

Uma vez apresentada a estrutura do PELC, e resgatando a problemática central da pesquisa, que diz respeito a aproximação dos subcampos político/burocrático e científico/acadêmico das políticas públicas de esporte e lazer, e visualizando que o PELC busca explicitamente essa aproximação, a partir desse momento a atenção estará voltada a duas ações específicas do programa, o PELC Projeto Social e a Rede Cedes, a fim de compreender e analisar se efetivamente essa aproximação tem ocorrido e quais os possíveis desdobramentos dessa relação.

#### 5.1.1.1 PELC Projeto Social

O PELC Projeto Social se apresenta como uma ação que atende diretamente a população através da atuação sistemática em núcleos do programa. Surge do ponto de vista técnico, amparado nas experiências de gestões municipais do PT, com o objetivo de proporcionar ao cidadão a efetivação dos direitos ao esporte e ao lazer, tendo como ponto de partida os “nós” detectados pela equipe da SNDEL ao verificar as condições do esporte e do lazer no Brasil.

O primeiro “nó” dizia respeito a falta de acesso da população às políticas públicas de esporte e lazer: “Nós percebemos o nó da falta de acesso, isso era premente. Menos de 1% da população brasileira tinha acesso às políticas públicas

de esporte e lazer”<sup>218</sup>. Ou seja, a primeira das preocupações estava na pequena escala da efetividade do esporte e lazer como direitos sociais, através de políticas públicas específicas. Indubitavelmente havia a necessidade de um grande projeto para suprir essa lacuna. Porém, dentre outras coisas, o programa necessitaria de espaço físico para funcionar. Surge aí o segundo “nó” detectado: a falta de espaços públicos de esporte e lazer nos municípios. “Existiam municípios no Brasil que não existia um ginásio, não tinha uma praça, nada. Mais de 2500 municípios não tinham nada. Não tinham um ginásio construído na cidade. Absolutamente nada”<sup>219</sup>. Portanto, além da proposta de funcionamento de núcleos, o programa deveria prever a construção de espaços públicos para o esporte e lazer e a manutenção dos já existentes quando necessário. O terceiro “nó” importante detectado dizia respeito à falta de profissionais capacitados a atuar com as políticas públicas de esporte e lazer. “A partir do diagnóstico que fizemos com o IBGE nós nos demos conta que mais de 2500 municípios não tinham acesso a professor de educação física”<sup>220</sup>. E muitas vezes mesmo esse profissional de educação física não tinha capacitação para atuar na área. Era necessário um processo de formação, um treinamento para que minimamente houvesse qualidade na atuação dos profissionais do PELC Projeto Social.

Com base nesses três primeiros “nós” que o PELC Projeto Social teve seu primeiro esboço como programa de atendimento direto à população, sendo que a operacionalização do programa se deu especialmente a partir das experiências de políticas municipais bem sucedidas anteriores ao ingresso do PT no governo federal.

[...] tudo isso vinha muito de princípios do PT da década de 1980, das gestões petistas ou da frente popular em nível municipal que era basicamente a nossa experiência. A gente queria levar essa experiência, que a gente tinha em nível municipal para o nível nacional<sup>221</sup>.

Portanto, partindo dos “nós” detectados e das experiências municipais, o PELC Projeto Social surge estabelecendo como diretrizes: auto-organização comunitária; trabalho coletivo; intergeracionalidade; fomento e difusão da cultura local; respeito à diversidade; intersetorialidade (FIGUEIREDO, 2009). Mais tarde os documentos apresentam algumas diretrizes novas e outras reformuladas a partir da

---

<sup>218</sup> GESTOR D. Entrevista concedida a Fernando Augusto Starepravo, em 29 de novembro de 2010.

<sup>219</sup> GESTOR D. Entrevista concedida a Fernando Augusto Starepravo, em 29 de novembro de 2010.

<sup>220</sup> GESTOR D. Entrevista concedida a Fernando Augusto Starepravo, em 29 de novembro de 2010.

<sup>221</sup> GESTOR D. Entrevista concedida a Fernando Augusto Starepravo, em 29 de novembro de 2010.

proposta inicial, sendo elas atualmente: valorização da diversidade dos sujeitos, dos grupos e das culturas; intergeracionalidade; auto-organização dos sujeitos e grupos; trabalho coletivo e gestão participativa; intersectorialidade; ludicidade; ação educativa crítica e criativa para formação de valores; promoção da cultura da paz (segurança, superação de violências, convivência ética); e territorialidade.

Vale ressaltar que o desenho conceitual do PELC Projeto Social adotou os princípios norteadores da Política Nacional do Esporte, fruto da I Conferência Nacional de Esporte, em 2004, que são os princípios norteadores da ação do Ministério do Esporte. As diretrizes decorrentes desses princípios, por sua vez, foram construídas de acordo com as experiências municipais de gestão do esporte e lazer, bem como pela concepção teórico/prática dos agentes oriundos do campo acadêmico.

As diretrizes de auto-organização comunitária e trabalho coletivo estariam contempladas tanto no processo de convênios firmados com “órgão ou entidade da administração pública estadual, distrital ou municipal, direta ou indireta, ou ainda, entidades privadas sem fins lucrativos” (BRASIL, 2010), quanto no estímulo à criação de conselhos municipais de esporte e lazer que viriam a realizar o controle social do projeto.

[...] a começar pela compreensão de gestão, de gestão participativa, de gestão democrática, não centralizada, trabalhando na lógica da descentralização da política. Não entendendo descentralização e desconcentração como desresponsabilização da esfera central, assim como o envolvimento das instâncias de governo estadual, local, municipal na execução das políticas<sup>222</sup>.

A intergeracionalidade, por sua vez, estaria pautando a opção por núcleos do PELC Projeto Social que atendessem a todas as idades, de forma não fracionada, através da ação denominada Núcleo PELC para Todas as Idades, que:

Promove o desenvolvimento de atividades educativas de esporte recreativo e lazer, incluindo o de criação nacional e de identidade cultural, para crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e pessoas com deficiências, em núcleos com atividades sistemáticas como oficinas de esporte recreativo, jogos danças, ginástica, teatro, música, orientação a caminhada, capoeira e outras dimensões da cultura local, bem como a organização popular, na realização de macros eventos de lazer<sup>223</sup>.

---

<sup>222</sup> GESTOR C. Entrevista concedida a Fernando Augusto Starepravo, em 27 de outubro de 2010.

<sup>223</sup> Disponível em <http://www.esporte.gov.br/sndel/esportelazer/projetoSocial/pelc.jsp>. Acesso em 01 de abril de 2011.

Essa diretriz da intergeracionalidade seria uma das principais rupturas do PELC Projeto Social em comparação ao programa que o antecedeu, o Esporte Solidário, segundo um dos agentes consultados:

Acho que uma questão mais evidente: no Esporte Solidário tinha projetos disciplinares, por exemplo, ele queria um projeto voltado para a terceira idade, era o [Programa] Vida Ativa, ele tinha um projeto votado para a infância e juventude, outro para as pessoas com deficiência, e nós estabelecemos uma lógica, uma metodologia intergeracional. Nós queríamos trabalhar com a comunidade, e a comunidade para nós não estava fatiada. Existia nesse conjunto. Nós nos afastamos do conceito de ciclo de vida individual e nos aproximamos do conceito já presente na lógica de governo, na saúde, por exemplo, que é o ciclo de vida social. Uma pessoa ela nasce, ela cresce, ela amadurece, e ela morre em sociedade, no convívio com outras gerações, e não só com os da sua geração. Então nós teríamos que ter ações que envolvessem todos os segmentos, ao mesmo tempo, na maior parte das vezes<sup>224</sup>.

Essa perspectiva parece constituir sim uma ruptura com o Programa Esporte Solidário, mas principalmente representa um avanço na concepção da política, algo que rompe com o que vinha sendo feito, e corrobora que o conhecimento proveniente do campo científico/acadêmico pode contribuir decisivamente para a qualificação das políticas públicas de esporte e lazer, já que essa inovação parte do grupo oriundo da academia no Ministério do Esporte. Por outro lado, a mudança se mostra até certo ponto incompatível com a lógica política que privilegia a quantidade e não a qualidade dos programas:

Esse foi o rompimento maior que nos trouxe problemas políticos porque o Ministro queria um projetinho para cada segmento, porque isso dava mais visibilidade política a ele. Você dizer que o governo passado tinha quatro projetos e nós só tínhamos um projeto social, por mais que eu explicasse que era um projeto que trabalhava com todos os segmentos de uma forma intergeracional, isso não era aceito<sup>225</sup>.

Não obstante, as diretrizes de fomento e difusão da cultura local e respeito à diversidade estariam contempladas na flexibilização das atividades que poderiam ser realizadas nos núcleos, uma vez que a opção é feita pelo parceiro local, respeitando as particularidades de cada região do país:

A nossa idéia era valorizar a cultura local. Não é chegar lá em Bagé, os caras nunca viram uma raquete de badminton, e eu querer colocar em Bagé badminton. [...] Bagé é outra coisa. Em Governador Valadares é argolinha. [...] aquele tipo de justa que tinha com os medievais, os guerreiros medievais, que eles vinham com a lança e tinham que derrubar um ao outro, aqui a gente faz com argolinha no final. Então vem e no final tem que

<sup>224</sup> GESTOR C. Entrevista concedida a Fernando Augusto Starepravo, em 27 de outubro de 2010.

<sup>225</sup> GESTOR C. Entrevista concedida a Fernando Augusto Starepravo, em 27 de outubro de 2010.

pegar com a lança. Aquilo reúne 50 mil pessoas em Governador Valadares no festival<sup>226</sup>.

O que não queria dizer que o projeto se apresentasse de maneira dispare nas várias regiões do país, uma vez que havia a preocupação dos gestores em manter uma estrutura de reprodução dos preceitos do programa nos diferentes núcleos espalhados pelo Brasil.

Existiam princípios da política, estratégias que elaboramos, que nós queríamos ver contempladas lá quando o núcleo estivesse funcionando. O núcleo deveria ser um aparelho reprodutor da política do governo federal. Quer dizer, não tinha que ser autônomo, pegar o dinheiro e fazer outra coisa que não fosse aquilo encima dos princípios que nós havíamos estabelecido<sup>227</sup>.

Finalmente a diretriz da intersetorialidade busca articular outros campos de atuação do poder público, como educação, segurança e cultura ao PELC. A expressão maior da intersetorialidade está presente na criação dos núcleos Pronasci/PELC<sup>228</sup> a partir do ano de 2008, voltado ao enfrentamento da violência, especialmente para jovens de 15 a 24 anos, em uma ação que envolve o Ministério da Justiça, e nas ações do Esporte, Lazer e Educação Integral em parceria com o Ministério da Educação.

Para dar conta dessas diretrizes, o PELC Projeto Social, no conjunto de seus documentos estabelece como principais objetivos de suas ações:

- Democratizar o acesso a políticas de esporte e lazer;
- Reconhecer e tratar o esporte e o lazer como direito social;
- Articular ações voltadas para públicos diferenciados nos núcleos de esporte e lazer, de forma a privilegiar a unidade conceitual do programa;
- Difundir a cultura do lazer através do fomento a eventos de lazer construídos e realizados de forma participativa com a comunidade;
- Formação permanente aos agentes sociais de esporte e lazer (professores, estudantes, educadores sociais/comunitários, gestores e demais profissionais de áreas afins envolvidos no programa);
- Fomentar e implementar instrumentos e mecanismos de controle social;
- Aplicar metodologia de avaliação institucional processual às políticas públicas de esporte e lazer;
- Fomentar a ressignificação de espaços esportivos e de lazer que atendam às características das políticas sociais de esporte e lazer implementadas e que respeitem a identidade esportiva e cultural local/ regional (FIGUEIREDO, 2009, p. 34).

<sup>226</sup> GESTOR D. Entrevista concedida a Fernando Augusto Starepravo, em 29 de novembro de 2010.

<sup>227</sup> GESTOR D. Entrevista concedida a Fernando Augusto Starepravo, em 29 de novembro de 2010.

<sup>228</sup> “[...] a SNDEL atentou para a importância da intersetorialidade e, por meio do PELC, estabeleceu uma importante parceria com o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), do Ministério da Justiça (MJ). Essa parceria se deu tanto no âmbito orçamentário, quanto influenciou no próprio desenho do PELC. O PELC/PRONASCI é uma proposta específica para a juventude em risco social, e conta, inclusive, com uma proposta alternativa de formação” (FIGUEIREDO, 2009, p. 35).

Frente aos objetivos, o PELC Projeto Social se concretiza através de convênios do Ministério do Esporte com instituições estatais estaduais, municipais e federais, bem como com entidades privadas sem fins lucrativos. Prevê funcionamento de núcleos com atividades esportivas e de lazer numa perspectiva intergeracional (Núcleos do PELC para todas as idades), ou voltadas a grupos específicos (Núcleos do PELC Vida Ativa<sup>229</sup> e Núcleos PELC/Pronasci). Quando há necessidade o PELC pode promover a construção e/ou manutenção de espaços para o funcionamento dos núcleos. Além disso, a unidade do programa se estabelece através do processo de formação (debatido por Figueiredo, 2009), e por exigências na consolidação dos convênios, como participação popular e universalização do acesso ao esporte e lazer, entre outras.

A despeito das questões técnicas levantadas que ocasionaram o surgimento do programa, bem como o seu desenho aqui apresentado, o PELC Projeto Social também teve seu surgimento relacionado à motivações políticas de demarcação de espaço e rupturas com gestões anteriores:

Nós tivemos um problema com o Ministério do Planejamento, porque eles identificaram, com precisão no meu modo de ver, o Segundo Tempo como uma continuidade do Esporte na Escola, do FHC, com mudança de nome, uma coisinha aqui e outra ali. E ficaram satisfeitos porque ai essa seqüência histórica estava garantida, mas ficaram incomodados com o Esporte e Lazer da Cidade que rompia com a lógica do Esporte Solidário. Então na verdade, na lógica do Ministério do Planejamento, o Esporte e Lazer da Cidade deveria acompanhar, na lógica da continuidade, o modelo conceitual do Esporte Solidário<sup>230</sup>.

As rupturas do PELC em relação ao Esporte Solidário estariam relacionadas, segundo o gestor, com a gestão participativa, a noção de pertencimento do programa à cidade, a abordagem intergeracional e o processo de formação do programa. Porém, não há como desconsiderar que o Esporte Solidário foi uma política do PSDB no governo Fernando Henrique Cardoso, e que o PT, por sua divergência histórica com o partido que o antecedeu no governo federal, dificilmente concordaria em avalizar que seu programa era uma continuidade do que já vinha sendo realizado por um grupo ideologicamente e politicamente oposto. Havia a nítida intenção de estabelecer uma ruptura com o governo anterior e deixar a marca

---

<sup>229</sup> Há a impressão nesse caso que o aspecto político prevaleceu sobre o técnico quando se criou uma forma de atuação voltada especialmente aos adultos e idosos, contrariando de certa forma a perspectiva intergeracional do programa.

<sup>230</sup> GESTOR C. Entrevista concedida a Fernando Augusto Starepravo, em 27 de outubro de 2010.

da administração petista no subcampo político/burocrático do esporte e lazer no âmbito da administração pública federal, inclusive na disputa interna ao Ministério do Esporte entre PT e PCdoB:

Por que na configuração do PPA, o Ministro, o Secretário-executivo, o Secretário de Esporte Educacional (na época o atual Ministro, o Orlando), queriam nos convencer da necessidade de se manter um único programa, o nome do projeto social de Segundo Tempo. Eles queriam o Segundo Tempo Escolar e o Segundo Tempo Comunitário, e nós não arredamos o pé do Esporte e Lazer por conta de lógicas e por conta também de marcar nossa presença lá dentro<sup>231</sup>.

No jogo estabelecido internamente à configuração do Ministério do Esporte, com características oligárquicas em benefício do PCdoB, ter seu próprio programa, desvinculado de iniciativas anteriores e da intervenção direta do partido do ministro se configurou também como uma estratégia política do grupo vinculado ao PT na busca de um maior equilíbrio na balança de poder. Todavia, essa se mostrou uma jogada que teve seus efeitos limitados, uma vez que outras estratégias do grupo dominante no ministério garantiram a manutenção do jogo de uma maneira mais ou menos estável. A primeira delas era a questão orçamentária. Segundo os gestores entrevistados que estiveram no ministério durante grande parte da vigência do primeiro PPA da gestão Lula no governo federal, o orçamento do Ministério do Esporte respeitava uma lógica de distribuição de recursos que privilegiava a Secretaria Nacional de Esporte Educacional, e seu programa carro-chefe, o Segundo Tempo. Um orçamento muito menor era destinado à Secretaria Nacional de Esporte e Alto-rendimento, mas que ainda assim era cerca do dobro do que era destinado à SNDEL para o desenvolvimento de suas ações, incluindo aí o PELC Projeto Social.

O Ministro [...] teve quatro anos para com a caneta, com sua presença, dar toda e quase exclusiva visibilidade ao Segundo Tempo como projeto social, e nenhuma, absolutamente nenhuma visibilidade ao Esporte e Lazer da Cidade. Eu desafio você a pegar um discurso do Agnelo durante o mandato dele onde ele faça menção do Esporte e Lazer da Cidade. E quando faz, se você fizer uma conta de tempo, de segundos que ele fala do Esporte e Lazer, e dos minutos que ele fala do Segundo Tempo<sup>232</sup>.

Era, portanto uma restrição econômica, expressa no orçamento destinado à SNDEL, mas que passava também pela dimensão simbólica dos atos e aparições do

<sup>231</sup> GESTOR C. Entrevista concedida a Fernando Augusto Starepravo, em 27 de outubro de 2010, grifos nossos.

<sup>232</sup> GESTOR C. Entrevista concedida a Fernando Augusto Starepravo, em 27 de outubro de 2010.



Ministro do Esporte, agente consagrado pelo ato de nomeação e porta-voz legítimo do esporte nacional. Isso estaria facilitado por uma lógica de governo que solicitou a cada ministério que elegeesse um programa prioritário, que no caso do Ministério do Esporte era o Programa Segundo Tempo.

Então nós tivemos essa dificuldade, de arriscar, de alcançar, de ganhar projeção. Tivemos que estabelecer uma luta de Davi contra Goliás para conseguir peças publicitárias, na porrada, no facão [...] não tínhamos nada do Esporte e Lazer. Só havia alguma coisa do Segundo Tempo. [...] Cartazes, prospectos, foi uma briga muito grande<sup>233</sup>.

Dadas as circunstâncias, os agentes apontam que o grande legado do PELC Projeto Social foi justamente seu desenho, seu modelo conceitual, que teria rompido com o que já vinha sendo feito na administração pública federal do esporte e lazer. “Mas nós conseguimos, mesmo com todas essas dificuldades, fazer circular o modelo conceitual. Nós construímos um modelo de estrutura de equipamento esportivo e de lazer que hoje é referencia lá dentro do Ministério, na Caixa Econômica [...]”<sup>234</sup>. Não se sabe ao certo se pela falta de condições ou por convicção teórica e política, serviria o PELC especialmente como um modelo, que a despeito do grupo que estivesse no governo, daria bases às políticas públicas de esporte e lazer. “[...] o PELC, ele são conceitos estruturantes de uma política. E esses conceitos então eles têm que ter, buscar as identidades, tem diretrizes, tem princípios, tem metas”<sup>235</sup>. E a meta maior de gestão seria fazer com que os municípios adotassem esse modelo e não dependessem diretamente do governo federal. “[...] até em alguns casos o próprio município, pouquíssimos, parou de pedir, fazer convênio conosco e assumiu o PELC lá, como ele é, na sua cidade. Isso para mim é o máximo da evolução”<sup>236</sup>. Mas mesmo a circulação do modelo do PELC esbarrava na restrição orçamentária. Recorreu-se então a uma estratégia de subterfúgio ao impedimento orçamentário através da atuação política junto ao parlamento.

Desenvolvemos, portanto um modelo conceitual, e nós não tínhamos recurso para implementar, mas tínhamos condições políticas de circular o modelo conceitual. Fizemos um bom trabalho junto ao Parlamento, ao Congresso, junto aos deputados da base aliada, divulgando esse modelo. E pra isso o trabalho do Roberto [Lião] foi fundamental. Como assessor ele

<sup>233</sup> GESTOR C. Entrevista concedida a Fernando Augusto Starepravo, em 27 de outubro de 2010.

<sup>234</sup> GESTOR C. Entrevista concedida a Fernando Augusto Starepravo, em 27 de outubro de 2010.

<sup>235</sup> GESTOR B. Entrevista concedida a Fernando Augusto Starepravo, em 26 de março de 2010.

<sup>236</sup> GESTOR B. Entrevista concedida a Fernando Augusto Starepravo, em 26 de março de 2010.

fazia esse contato. Era dele a responsabilidade desse trânsito. O trabalho político nesse sentido foi bem feito<sup>237</sup>.

Através das emendas parlamentares o PELC acabou tendo certa expressão, mas não alcançou a escala almejada. Consta no relatório de gestão do PPA 2004-2007, por exemplo, que no ano de 2007 dois milhões de pessoas foram atendidas de forma sistemática pelo PELC. Somando-se os eventos promovidos esse número chegaria próximo de três milhões de pessoas, o que representa menos de 15% de taxa de atendimento da demanda de esporte recreativo e de lazer às pessoas em situação de vulnerabilidade social. No mesmo relatório consta como uma das principais realizações do PELC:

Ações educativas: com o funcionamento de 548 núcleos PELC/Vida Saudável, e chamada pública com 1.624 pleitos, sendo 172 encaminhados para conveniamento, pelos limites orçamentários das ações, e seleção pública e formação de multiplicadores do Programa (BRASIL, 2008, p. 28).

As justificativas para a pequena escala de atendimento do programa no relatório do PPA ressoam aquelas apontadas pelos gestores entrevistados: baixo orçamento, falta de recursos humanos na SNDEL e incapacidade das entidades proponentes para efetivação dos convênios. Em relação ao orçamento:

Tem havido dificuldade na obtenção de créditos orçamentários adicionais, uma vez que ações que receberam uma demanda, na chamada pública, de mais de R\$ 300 milhões para um orçamento de R\$ 21 milhões, e não foi possível obter suplementação orçamentária. Em alguns momentos, a falta de limite financeiro do Ministério prejudicou o andamento dos pleitos. Emendas parlamentares liberadas quando se aproximava o final do exercício também prejudicaram a execução (BRASIL, 2008, p. 30).

Havia ainda a dificuldade com os parceiros locais do PELC, quando esses faziam prevalecer a lógica político-partidária e da disputa de poder sobre a dimensão técnica e de direito na implantação de políticas públicas de esporte e lazer, segundo um dos gestores centrais do PELC.

Quando tu entras com o projeto, com o dinheiro, enfim, tu entra com o norau e com o financiamento, poderia parecer que é muito fácil implementar, mas não é. Não é porque as vezes não há o entendimento e a vontade política local de quererem fazer um convênio burocrático, colocar as questões partidárias acima dos direitos do cidadão, do dever do Estado, e as vezes há um limite de entendimento disso<sup>238</sup>.

<sup>237</sup> GESTOR C. Entrevista concedida a Fernando Augusto Starepravo, em 27 de outubro de 2010.

<sup>238</sup> GESTOR B. Entrevista concedida a Fernando Augusto Starepravo, em 26 de março de 2010.

A frente no texto será mais discutido a suposta incompatibilidade entre esse *habitus* predominantemente político e o entendimento técnico subsidiado pelo campo acadêmico.

Os recursos humanos, por sua vez, foram um entrave tanto dentro da equipe do Ministério quanto nas entidades conveniadas: “Em relação aos recursos humanos, a equipe é restrita para a grande demanda. A maior parte dos funcionários possui pouca qualificação profissional na área de atuação” (BRASIL, 2008, p. 30). Além disso, foram acusadas “dificuldades das entidades para organizar os projetos e documentos, de acordo com as exigências legais” (BRASIL, 2008, p. 29). Esses pontos relacionados a falta de formação serão retomados mais a frente no texto, mas constituem um grande entrave a execução do PELC Projeto Social. De toda forma vale ressaltar que o PELC Projeto Social surge como um programa que objetiva atender a população em seu direito de acesso ao esporte e lazer, arquitetado por um grupo de agentes vinculados ao PT e ao campo científico/acadêmico, que teve uma pequena escala de atendimentos e que apresentou como grande legado o modelo conceitual que supostamente rompe com o que vinha sendo realizado no subcampo político/burocrático de esporte e lazer.

Na próxima etapa será abordada a Rede Cedes, seu surgimento, composição e principais realizações, a fim de verificar como se deu o enfrentamento ao “nó” da falta de produção científica e formação voltadas às políticas públicas de esporte e lazer.

#### 5.1.1.2 A Rede Cedes

Ao dissertar sobre o surgimento e desenvolvimento da Rede Cedes pelo menos três aspectos precisam ser considerados: o aspecto técnico, o político e o epistemológico. Todos obviamente se relacionam e fica difícil precisar qual deles teve maior relevância quando da criação da rede. Porém, buscar-se-á explicitá-los de maneira a romper com a formalidade dos documentos e mergulhar no espaço de relação e interesses dos agentes.

O aspecto técnico de criação da Rede Cedes, como já mencionado, está relacionado à detecção de um “nó” para o desenvolvimento de políticas públicas de

esporte e lazer. Trata-se da ausência de formação na área e a conseqüente falta de profissionais preparados para atuar nesse campo.

[...] não existe no Brasil uma formação específica para isso. As faculdades, os cursos de Educação Física que talvez fosse o local para que isso acontecesse não ocorre. Nós temos uma formação toda ela voltada para o esporte, para o esporte visando o alto rendimento. O esporte de lazer, embora esteja lá contemplado na Lei Pelé, [...] quando é visto, é visto de uma forma distorcida ou desvalorizada dentro das próprias universidades<sup>239</sup>.

O PELC deveria então prever dentre suas ações algo voltado à produção de conhecimento e formação de pessoal qualificado para atuar junto ao PELC Projeto Social. A Rede Cedes seria uma das ações com esse intuito, assim como o Cedime e o Prêmio Brasil de Inclusão Social. Aliás, antes mesmo da criação da Rede Cedes, pensou-se em passar essa atribuição à Rede Cenesp, que necessitaria de uma reformulação, com a ampliação de seu escopo:

Então se pensou uma área de formação. E nós pensamos que essa parte poderia ser dada, subsidiada pela Rede Cenesp. Por quê? Por que era uma coisa que já estava estruturada dentro do ministério, que já tinha colocado recursos dentro da universidade, mas que tinha se voltado apenas para a área biológica ou para a área de alto rendimento. Ou era discussão de qualidade de vida sob o ponto de vista biológico, ou era a parte de alto rendimento, com uma predominância na área fisiológica e biomecânica. Era o que a gente observava na Rede Cenesp. Nós pensamos que essa outra parte de formação de quadros, e de preparação de eventos para fazer a discussão poderia vir por dentro, ser englobado pela Rede Cenesp<sup>240</sup>.

Após algumas reuniões houve uma negativa por parte da Rede Cenesp, que entendia que essa inserção descaracterizaria a rede. No jogo político estabelecido naquele momento entre PCdoB e PT, e na disputa por legitimidade entre o grupo da SNDEL (com referencial pautado nas Ciências Sociais) e a Rede Cenesp (de referencial das Ciências Biológicas), prevaleceu aqueles que já estavam estabelecidos no campo (Rede Cenesp) e aqueles com maior potencial de poder no momento (PCdoB), de forma que a Rede Cenesp deixa de estar vinculada ao Departamento de Ciência e Tecnologia da SNDEL, e passa a estar subordinada à SNEAR. Isso, segundo um dos gestores entrevistados, estaria relacionado ainda ao receio de um balanço das realizações da Rede Cenesp até então:

[...] eu queria fazer uma avaliação do que aquela Rede havia produzido até aquele momento, já que havia um certo valor de recursos destinados, desde o governo FHC, desde o momento de sua criação até aquele momento e não havíamos encontrado nenhum documento que nos explicasse o destino

<sup>239</sup> GESTOR D. Entrevista concedida a Fernando Augusto Starepravo, em 29 de novembro de 2010.

<sup>240</sup> GESTOR D. Entrevista concedida a Fernando Augusto Starepravo, em 29 de novembro de 2010.

daqueles recursos, os resultados dos estudos realizados. Isso fez com que eles [*membros da Rede Cenesp*] se organizassem e chegassem até o Ministro fazendo pleito para que eu não ficasse a frente dessa instância. E essa decisão foi tomada [...] sem o nosso consentimento, da minha equipe<sup>241</sup>.

Essa posição arbitrária de alterar o lugar da Rede Cenesp na estrutura do ministério teria suscitado como resposta a criação da Rede Cedes. Tem-se aqui a motivação epistemológica, mas também política da criação da nova rede. Se o grupo de agentes da SNDEL aceitasse passivamente aquela situação demonstraria mais uma vez fragilidade no embate dentro do Ministério do Esporte.

[...] se nós não vamos ficar com a Rede [*Cenesp*], talvez até seja um problema a menos, a gente cria a nossa rede. Vamos criar outra Rede. [...] Vai ser uma rede para valorizar as questões vinculadas ao esporte recreativo e ao lazer. Há, como é que nós vamos fazer? Vamos criar a Rede dos centros do desenvolvimento do esporte e do lazer. [...] Nós vamos ser a Rede Cedes<sup>242</sup>.

Na passagem mais uma vez verificamos o personalismo nas ações públicas, uma vez que a Rede Cedes é tratada como posse de um grupo, a “nossa” rede em detrimento à rede “deles”, a Rede Cenesp. Outro agente entrevistado corrobora essa posição:

Se a excelência esportiva, o alto rendimento foi pra lá, então nós vamos desenvolver uma lógica de Ciência e Tecnologia voltada para os estudos de política esportiva, de gestão esportiva e de lazer, que não a do alto rendimento. Mas a lógica do alto rendimento também trazendo para nós a lógica da gestão do alto rendimento, porque a Rede Cenesp desenvolve estudos de teoria e prática de treinamento esportivo, não da gestão esportiva. E desenvolvemos a Rede Cedes dentro da discussão da construção do PPA, do Plano Plurianual, de novembro<sup>243</sup>.

A disputa política entre os agentes da Rede Cedes e da Rede Cenesp extrapolou inclusive o limite do Ministério do Esporte, se estendendo a algumas instituições de ensino superior.

[...] a Rede Cedes chega às universidades como chegou também como um elemento político forte de contraponto à Rede Cenesp, porque a Rede Cenesp fazia do grupo vinculado a ela um grupo com *status* diferenciado nas agências universitárias. A Rede Cedes estabeleceu um equilíbrio de forças políticas. Isso fica muito fácil de constatar na UFMG, por exemplo, entre a Rede Cenesp e a Rede Cedes. A Rede Cedes na UFMG surge muito por conta dessa lógica [...]<sup>244</sup>

<sup>241</sup> GESTOR C. Entrevista concedida a Fernando Augusto Starepravo, em 27 de outubro de 2010.

<sup>242</sup> GESTOR D. Entrevista concedida a Fernando Augusto Starepravo, em 29 de novembro de 2010.

<sup>243</sup> GESTOR C. Entrevista concedida a Fernando Augusto Starepravo, em 27 de outubro de 2010.

<sup>244</sup> GESTOR C. Entrevista concedida a Fernando Augusto Starepravo, em 27 de outubro de 2010.

O aspecto político de criação da Rede Cedes se manifesta ainda como estratégia, mesmo não tendo sido citada pelos entrevistados, de sustentação do grupo da SNDEL no Ministério do Esporte. O grupo estava constituído basicamente por agentes oriundos do campo científico/acadêmico com pouca ou nenhuma inserção no campo político/burocrático. Nesse sentido, a criação da Rede Cedes daria respaldo e sustentação a um grupo de recém chegados, com pouco capital político e que ainda não havia internalizado o *habitus* próprio daquele espaço social, como menciona um dos gestores:

Eu nunca me entendi um profissional da política. Nunca pleiteei cargos políticos. E na verdade, os quatro anos que eu passei em Brasília, já agora nesse primeiro governo, a pergunta que muitos me fizeram é como eu fiquei quatro anos sem ter essa inserção partidária em tendências, em grupos políticos, que é o que faz, que sustenta de certa forma quadros dentro de uma estrutura de governo. Eu não tive e não tenho padrinhos políticos para me garantir<sup>245</sup>.

Talvez a resposta para tal indagação seja a sustentação dada pelo espaço social de origem dos agentes, o campo científico/acadêmico, especialmente através da Rede Cedes. Uma vez constituída, a Rede Cedes apresenta hoje como definição formal:

**Rede CEDES** – denominação representativa genérica para o conjunto de Instituições de Ensino Superior que, por meio da pesquisa social, realizam estudos visando à qualificação das políticas públicas de esporte e lazer de inclusão social. A Rede, fomentada pela Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer, do Ministério do Esporte, tem como objetivos gerar, articular e difundir ações científicas e tecnológicas no campo do esporte e do lazer (BRASIL, 2009).

A Rede Cedes, ação que integra o PELC, foi implantada como ação programática do Ministério do Esporte, gerenciada pelo Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte, subordinado à SNDEL. Essa rede reúne IES públicas e privadas, que se constituem em núcleos da rede, podendo ser compostos por grupos da mesma instituição ou de instituições diferentes. A Rede Cedes visa estimular esses grupos a produzir e difundir conhecimentos voltados para o aperfeiçoamento e a qualificação de projetos, programas e políticas públicas de esporte recreativo e de lazer, por meio da produção e difusão de conhecimentos fundamentados em referencial oriundo das Ciências Sociais e Humanas<sup>246</sup>.

<sup>245</sup> GESTOR C. Entrevista concedida a Fernando Augusto Starepravo, em 27 de outubro de 2010.

<sup>246</sup> Informações disponíveis em <http://www.esporte.gov.br/sndel/esportelazer/cedes/apresentacao.jsp>. Acesso em 04 de abril de 2011.

Segundo informações do Ministério do Esporte, pode-se dizer que a Rede Cedes viveu quatro momentos relevantes. O primeiro foi marcado pela concessão de parcerias com grupos de pesquisas de cursos de Educação Física das universidades públicas brasileiras; o segundo pela ampliação de apoio ao aprofundamento e à consolidação de pesquisas que qualificassem a política de esporte e lazer do país, estendendo, ainda, a possibilidade de parcerias com grupos de estudos de IES particulares; o terceiro momento foi marcado pela criação, em 2007, de edital público anual, para a seleção dos projetos a serem apoiados; o quarto momento (atual) é marcado pela ampliação do fomento à pesquisa social sobre políticas públicas de esporte e lazer e pelo investimento na gestão do conhecimento produzido pela Rede Cedes, sua sistematização e socialização<sup>247</sup>.

No primeiro momento da Rede Cedes, o que prevaleceu foi a demanda dirigida a grupos de pesquisa já constituídos ou em processo de consolidação que tinham como objeto de estudo as políticas públicas de esporte e lazer.

Os recursos da Rede Cedes seriam destinados por demanda dirigida, por nós dirigida, e aí prevalecia nossos trinta anos de inserção no mundo acadêmico, na busca de desenvolvimento de estudos, de pesquisas que alimentassem a qualificação da gestão pública no campo do esporte recreativo e do lazer<sup>248</sup>.

O conteúdo das pesquisas, por sua vez, seria encomendado de acordo com as demandas da própria gestão da SNDEL:

Aquilo que nós sentíssemos ausência ou dificuldades da gestão, inexistência de referencial, nós mapeávamos os grupos já existentes, já consolidados, identificávamos aqueles com massa crítica para dar conta do que queríamos, e encomendávamos, fazíamos um contato no sentido de dizer, “olha, identificamos massa crítica para desenvolver tal estudo e precisamos desse estudo. Se vocês concordarem elaborem o projeto, me diga quanto precisam, que nós financiamos o trabalho de vocês”<sup>249</sup>.

A indução pode ser interpretada de maneiras distintas. De acordo com os gestores entrevistados essa prática estaria relacionada a própria efetividade da rede, uma vez que havia uma necessidade de gestão, e o imperativo de respostas rápidas desencadearia a indução a grupos já com capacidade de pesquisar e dar um retorno sobre aquela demanda.

---

<sup>247</sup> Informações disponíveis em <http://www.esporte.gov.br/sndel/esporteLazer/cedes/apresentacao.jsp>. Acesso em 04 de abril de 2011.

<sup>248</sup> GESTOR C. Entrevista concedida a Fernando Augusto Starepravo, em 27 de outubro de 2010.

<sup>249</sup> GESTOR C. Entrevista concedida a Fernando Augusto Starepravo, em 27 de outubro de 2010.

Eram as induzidas, que era aquilo que nós considerávamos que havia pouco acúmulo dentro da universidade, mas que era fundamental para o desenvolvimento de uma política. Por exemplo, o que nós havíamos detectado? Que a mídia falava muito sobre a questão do financiamento, o financiamento do esporte. Mas não havia um estudo sequer publicado em qualquer base de dados sobre a questão do financiamento do esporte no Brasil. Não tinha um artigo quicá um estudo. Então as pessoas estavam falando sobre o financiamento do esporte [...] mas tu não tinha um estudo que desse conta disso. Então aí o que nós fizemos? [...] Nós não temos dados pra dizer quanto é que o Brasil precisa que seja aplicado no esporte. [...] Ora, se não existia eu tinha que induzir. Por que ninguém se interessava dentro da universidade em discutir a questão do financiamento. Não era um tema premente das pessoas de primeira ordem. [...] Nós temos que ter pessoas que pensem nisso, que produzam sobre isso, que façam uma discussão séria sobre isso. Então financiamento é um dos temas que nós vamos induzir<sup>250</sup>.

Sendo essa a motivação da indução parece louvável a iniciativa, já que rompe com o empirismo e com o senso comum na condução das políticas públicas de esporte e lazer, buscando referenciais científicos para a atuação. Outra condição importante para a indução teria sido a restrição orçamentária. Com poucos recursos, privilegiar-se-ia os grupos nos quais o risco de não ter uma resposta ao investimento fosse menor.

2004 nós fizemos o primeiro edital da Rede Cedes, foi quando a gente lutou para conseguir o recurso, porque não tinha disponível. A gente foi lá e peitou o ministro, e o ministro liberou um milhão de reais pra nós dos quais nós conseguimos executar 600 mil<sup>251</sup>.

Em se tratando de um programa de tamanha relevância e dado o tamanho das necessidades da gestão, o recurso liberado no primeiro ano de funcionamento da Rede Cedes pode ser considerado ínfimo. Por outro lado, a indução pode ser encarada como um meio utilizado pelo grupo de agentes da SNDEL para demonstrar poder na relação com o campo científico/acadêmico de maneira oligárquica. Isso porque a SNDEL estava numa posição privilegiada na relação, sustentada especialmente pelo capital econômico envolvido.

Nós sempre deixamos isso claro. Quer dizer, não queríamos competir com o CNPQ. O mundo acadêmico que quisesse desenvolver suas pesquisas, seus estudos a partir de seus próprios interesses teria no CNPQ em nível nacional e as agências de fomento estaduais os locais para captar recursos<sup>252</sup>.

E pelo capital científico/acadêmico dos agentes da SNDEL provenientes do campo científico/acadêmico, que lhes conferia legitimidade.

<sup>250</sup> GESTOR D. Entrevista concedida a Fernando Augusto Starepravo, em 29 de novembro de 2010.

<sup>251</sup> GESTOR D. Entrevista concedida a Fernando Augusto Starepravo, em 29 de novembro de 2010.

<sup>252</sup> GESTOR C. Entrevista concedida a Fernando Augusto Starepravo, em 27 de outubro de 2010.



Nesse sentido, nós tivemos uma capacidade política, uma legitimação no mundo acadêmico de fazer uma interlocução de qualidade. [...] Tivemos legitimidade para “peitar” umas disputas por espaço, de quem queria recursos para desenvolver o que bem entendesse. Não, isso aqui é demanda dirigida. Esse teu projeto pode ser interessante, mas não é interessante pra nós. Vai buscar o recurso no CNPQ se for o caso<sup>253</sup>.

O subcampo científico/acadêmico das políticas públicas de esporte e lazer, fragilmente constituído naquele momento, por sua vez, parece ter aceitado as demandas por pesquisas, provavelmente pela falta de uma agenda de pesquisa na área, abrindo mão inclusive de parte de sua autonomia. Ressalte-se que nesse momento a verba da Rede Cedes era exclusivamente voltada às instituições públicas de pesquisa.

[...] nós tínhamos uma coisa assim ó: financiamento público é para entidade pública. Uma das primeiras coisas que a Rejane fez foi abrir o leque [...] Então esses critérios de ser dinheiro público para instituição pública passou batido<sup>254</sup>.

Ou seja, o segundo momento da Rede Cedes, com a inserção de instituições particulares como membros da rede, marca também a temporalidade da saída do grupo da SNDEL fortemente vinculado ao subcampo científico/acadêmico, que esteve presente desde o governo de transição do presidente Lula. O grupo veio a ser substituído por outro encabeçado por Rejane Penna Rodrigues na função de secretária nacional, em substituição a Lino Castellani Filho. Rejane havia sido secretária municipal de esporte e lazer de Porto Alegre por três gestões consecutivas, presidente da Associação Nacional dos Secretários Municipais de Esporte e Lazer (Asmel), e era membro da Setorial de Esporte e Lazer do PT. Essa transição ocorreu durante o ano de 2006, fruto de supostas acomodações políticas, e das próprias tensões internas à SNDEL e ao PT.

[...] tinha problemas internos de relacionamento e de disputa por espaço político. Nesses quatro anos nós tivemos, eu diria no mínimo uma luta política dentro do partido, dentro da Setorial, por espaço político, muitos pleiteando o meu lugar. [...] Foi quando a decisão [*da Setorial de Esporte e Lazer*] tomada no dia 18 [*de fevereiro de 2006*] foi desqualificada, desrespeitada pelo então Secretário Nacional de Movimentos Populares, que é a instância onde até hoje a Setorial está vinculada, [...] o Bruno Maranhão [...]. Ele então tomou a decisão de encaminhar [...] a deliberação pela saída do meu grupo e a entrada do grupo da Rejane<sup>255</sup>.

<sup>253</sup> GESTOR C. Entrevista concedida a Fernando Augusto Starepravo, em 27 de outubro de 2010.

<sup>254</sup> GESTOR D. Entrevista concedida a Fernando Augusto Starepravo, em 29 de novembro de 2010.

<sup>255</sup> GESTOR C. Entrevista concedida a Fernando Augusto Starepravo, em 27 de outubro de 2010.

A frágil relação entre o grupo do PT e o grupo de agentes do PCdoB, que naquele momento também passava por reformulações, com a mudança de ministro, igualmente haveria contribuído para as mudanças na SNDEL:

Por que nós tínhamos com o Agnelo autonomia. E quando o Orlando assume, e nos chama para conversar, nesse momento que o Agnelo sai para concorrer ao senado pelo Distrito Federal [...] o Orlando nos chama e diz: olha o negócio é o seguinte, esse negócio de autonomia pra mim não serve. A partir de agora é o seguinte: eu sou bem estalinista, usou exatamente essa expressão. Nesse caso, nessa questão eu sou bem stalinista, tem que ser disciplinado. Quer dizer, se o Ministro determina, cumpra-se. [...] Eu disse: está bom. Não tem problema nenhum. [...] mas nós continuamos agindo da mesma forma. Claro que isso foi deixando muito bravo o ministro<sup>256</sup>.

Toda essa situação levou o novo Ministro do Esporte Orlando Silva a trazer para a SNDEL agentes supostamente mais alinhados a sua maneira de atuar.

[...] isso acaba fazendo com que após quase 4 anos, o Ministro, já nesse momento o Orlando Silva, ele se aproveite disso pra levar à Secretaria de Desenvolvimento de Esporte e Lazer uma pessoa que ele tinha mais afinidade e que era, digamos assim, mais próxima dele do ponto de vista dos seus interesses<sup>257</sup>.

Posição essa em partes corroborada por um dos agentes que compuseram esse novo grupo dirigente da SNDEL:

Claro que teve a indicação do partido, teve um aceite do ministro [...] Então assim, ocupação do espaço público em governos democráticos e populares não se dá só por indicação ou por amizade, se dá por uma série de fatores, entre eles, a ocupação na militância. Não necessariamente a militância no partido que havia, mas somada a uma militância no teu trabalho identificado com o governo<sup>258</sup>.

O novo grupo da SNDEL, além da secretária Rejane, tinha como principais nomes: Cláudia Regina Bonalume, ex-secretária municipal de esporte e lazer de Caxias do Sul, primeiro como Chefe de Gabinete da SNDEL e mais tarde como Diretora de Políticas Sociais da SNDEL, e Leila Mirtes Pinto, doutora em Educação, com experiência no campo científico/acadêmico, especialmente nos estudos relacionados ao lazer, como diretora do Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte da secretaria.

Se poderia aqui tentar buscar uma relação entre a inserção desses novos agentes na SNDEL e a ampliação do escopo da Rede Cedes para instituições

<sup>256</sup> GESTOR D. Entrevista concedida a Fernando Augusto Starepravo, em 29 de novembro de 2010.

<sup>257</sup> GESTOR D. Entrevista concedida a Fernando Augusto Starepravo, em 29 de novembro de 2010.

<sup>258</sup> GESTOR B. Entrevista concedida a Fernando Augusto Starepravo, em 26 de março de 2010.

particulares, a partir de critérios um tanto quanto pessoais, como o trânsito desses agentes em tais instituições, ou então a partir de uma análise mais estrutural, considerando que boa parte do campo científico/acadêmico é constituída por instituições privadas. Todavia, não se tem dados suficientes para estabelecer essas relações. Cabe ressaltar ainda que a participação de instituições privadas na Rede Cedes é muito pequena, como será visto adiante no texto.

O terceiro momento da Rede Cedes se inicia quando, em 2007, o ministério passa a selecionar as pesquisas e grupos a partir de edital público, abandonando em partes a prática do convite a grupos de pesquisa. Esse procedimento parece constituir um avanço no tratamento do Ministério do Esporte com o subcampo científico/acadêmico, uma vez que possibilita a concorrência de novos agentes e instituições com aqueles já estabelecidos no subcampo, pretensiosamente a partir de critérios técnicos e resgata parte da autonomia dos pesquisadores e grupos de pesquisa que passam a ter maior flexibilidade para propor suas pesquisas

O edital ele oportuniza que as pessoas, ao mesmo tempo, no mesmo horário, façam a inscrição, que a seleção possa ser feita de maneira depois comparativa e hierarquizada. [...] Fora isso, exigiu que os próprios proponentes fizessem projetos melhores, porque eles tinham que concorrer. Não era só chegar, apresentar qualquer projeto e ganhar a verba. A partir do momento que tem que concorrer, se o outro é melhor do que o teu, e o edital for sério e fazer justiça, tu pode ser meu melhor amigo, tu não vai levar. [...] acho que garante um nível de transparência, na questão que deve ser o poder público, com suas verbas, também uma credibilidade para as pesquisas, e uma busca de melhoria na questão dos pesquisadores, procurar fazer bons projetos, qualificar os seus projetos<sup>259</sup>.

Porém, esses editais não são totalmente abertos, uma vez que a SNDEL traçou linhas de pesquisa onde os projetos que concorressem aos editais deveriam se encaixar. Isso seria justificado mais uma vez pela restrição orçamentária da secretaria e pela necessidade de subsídios científicos à formulação de políticas públicas na área.

Como nós não temos como garantir [o *financiamento de*] qualquer pesquisa no sentido que todas as pesquisas têm valor, e [...] como nós não somos uma agencia fomentadora. Estamos, digamos, auxiliando nesse aspecto, a nossa pesquisa ela tem linhas de possibilidades de maior aplicabilidade nas políticas públicas de esporte e lazer. Quando tu define essas linhas, tu já deixa claro para as pessoas o que está precisando. O que posteriormente, em breve, serão utilizados. Por que nós estamos precisando, senão não estaríamos encomendando essas pesquisas.

<sup>259</sup> GESTOR B. Entrevista concedida a Fernando Augusto Starepravo, em 26 de março de 2010.

As linhas de pesquisa, por sua vez, eram definidas pelos próprios pesquisadores que já participavam da rede (KAWAGUTI, 2010), fato esse que coloca em cheque a possibilidade de igualdade de condições aos postulantes a núcleo da rede e aqueles já estabelecidos no espaço social. Além disso, a indução direta de pesquisas não foi abolida da Rede Cedes, como indica um dos gestores:

As pesquisas elas são conveniadas por dois moldes: ou semi-induzidas por um edital que determina as linhas a serem inscritas, que vão orientar as inscrições dos projetos, ou induzida. O que significa induzida? A Secretária, após a seleção pelo edital, ela faz o balanço: que demandas estão postas pela Política Nacional que não foram inscritas no edital? Então nós vamos convidar universidades para atuar nessas demandas<sup>260</sup>.

Apesar da justificativa técnica, o novo grupo de agentes da SNDEL recorre naquilo que havia apontado como limitação do grupo que os antecedeu, a indução que pode colocar em dúvida os critérios de seleção dos núcleos da Rede, bem como ferir a autonomia do subcampo científico/acadêmico em fazer valer sua agenda de pesquisa. Seriam exemplos de indução as pesquisas junto a comunidades indígenas, estudos voltados a Copa do Mundo de Futebol masculino (KAWAGUTI, 2010), e ainda a efetividade do chamado Estatuto do Torcedor.

Outra novidade que surgiu no decorrer do desenvolvimento da Rede Cedes foi o consórcio de grupos de pesquisa. “[...] o edital deu um passo quando os próprios pesquisadores criaram categorias no edital, podendo você escrever como um grupo de pesquisa somente, como um consórcio de grupos, consorciante com instituições maiores”<sup>261</sup>. Assim, instituições de diferentes regiões do país poderiam estabelecer parcerias e realizar pesquisas em conjunto. Segundo os agentes entrevistados essa foi uma iniciativa que proporcionou bons frutos à rede. As demais categorias do edital de 2009, por exemplo, foram estabelecidas de acordo com o montante financeiro solicitado para a pesquisa, que crescia de acordo com o envolvimento de diferentes pesquisadores, grupos e instituições, no sentido de privilegiar a coletividade nas pesquisas<sup>262</sup>.

<sup>260</sup> GESTOR A. Entrevista concedida a Fernando Augusto Starepravo, em 25 de março de 2010.

<sup>261</sup> GESTOR A. Entrevista concedida a Fernando Augusto Starepravo, em 25 de março de 2010.

<sup>262</sup> Categoria 1 – pesquisas no valor de até R\$ 25.000,00 apresentadas por um pesquisador; categoria 2 – pesquisas no valor de até R\$ 60.000,00, apresentada por um Núcleo, ou seja, por mais de um grupo de estudo da mesma instituição proponente; categoria 3 – pesquisas no valor de até R\$ 100.000,00, coordenada por uma instituição proponente, envolvendo a parceria de grupos de estudos de, pelo menos, duas instituições de ensino superior diferentes (BRASIL, 2009).

Em relação aos resultados da rede, alguns levantamentos apontam as realizações da Rede Cedes desde sua criação em 2003 até 2010. Segundo um dos gestores entrevistados:

[...] nós já temos um número significativo, apoiamos 129 convênios de pesquisa. Temos hoje, efetivamente hoje, até semana passada 71 núcleos, nós temos 59 universidades nessa Rede. Só de coordenadores de pesquisa 90. Só de outros pesquisadores mais de 260. Só de bolsistas mais de 400<sup>263</sup>.

Já o balanço dos projetos financiados pela Rede Cedes realizado por Kawaguti (2010), aponta que foram firmados 129 convênios, envolvendo 208 pesquisas, as quais mobilizaram mais de 1000 pesquisadores e tiveram o subsídio de mais de 500 auxílios financeiros em forma de bolsa. Por outro lado, afirma que não foi possível identificar o montante total concedido pela Rede Cedes e os valores de contrapartida oferecidos pelas instituições, bem como o número exato de pesquisadores envolvidos, haja vista a inconsistência dos dados nos relatórios oficiais.

O levantamento por nós realizado no site do Ministério do Esporte em 10 de outubro de 2010, por outro lado, apresentará os convênios apoiados pela Rede Cedes, divididos por regiões do país. Na região Sul estão os grupos:

Estado	Ano	Instituição	Coordenador
PR	2007-08	Universidade Estadual de Maringá – UEM	Larissa Michele Lara (2007) - Giuliano Gomes de Assis Pimentel (2008)
PR	2005-08	Universidade Federal do Paraná - UFPR	Fernando Marinho Mezzadri
RS	2003-06	Fundação Universidade Federal do Rio Grande - FURG	Mirella Pinto Valério
RS	2003-06	Fundação Universidade Federal do Rio Grande - FURG	Méri Rosane Santos da Silva
RS	2003-06	Fundação Universidade Federal do Rio Grande - FURG	Méri Rosane Santos da Silva - Tatiana Teixeira Silveira - Luiz Felipe Alcântara
RS	2007	Fundação Universitária do Rio Grande – FURG	Tatiana Teixeira Silveira
RS	2008	Fundação Vale do Taquari de Educação e Desenvolvimento Social - Univates	Atos Prinz Falkenbach
RS	2007	Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS	Édison Luis Gastaldo
RS	2008	Universidade Federal de Pelotas - UFPel	Luiz Carlos Rigo
RS	2003-06	Universidade Federal de Pelotas – UFPel	Valdelaine da Rosa Mendes
RS	2008	Universidade Federal de Santa Maria - UFSM	Elizara Carolina Marin
RS	2008	Universidade Federal de Santa Maria - UFSM	Matheus Francisco Saldanha

<sup>263</sup> GESTOR A. Entrevista concedida a Fernando Augusto Starepravo, em 25 de março de 2010.

			Filho
RS	2007	Universidade Federal de Santa Maria – UFSM	Marco Aurélio de Figueiredo Acosta
RS	2003	Universidade Federal de Santa Maria/UFSM - ULBRA-RS - UNISINOS	Matheus Francisco Saldanha Filho (UFSM)
RS	2007	Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS	Alex Branco Fraga
RS	2008	Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS	Silvana Vilodre Goellner
RS	2008	Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS	Marco Paulo Stigger
RS	2008	Universidade Federal do Rio Grande do Sul / Universidade Gama Filho – UFRGS	Silvana Vilodre Goellner / Sebastião Josué Votre
RS	2003-06	Universidade Federal Rio Grande do Sul - UFRGS	Marco Paulo Stigger
RS	2007	Universidade Luterana do Brasil – RS ULBRA-RS/ UNISINOS / UFSM	José Geraldo Soares Damico (ULBRA-RS)
SC	2007-08	Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC	Giovani de Lorenzi Pires
SC	2003-05	Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC	Ana Márcia Silva
SC	2007-08	Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC	José Luiz Cirqueira Falcão

QUADRO 13 – GRUPOS DE PESQUISA REDE CEDES DA REGIÃO SUL DO BRASIL

FONTE: <http://www.esporte.gov.br/sndel/esporteLazer/cedes/default.jsp>

Observa-se que a maioria dos convênios na região Sul do país foram firmados com instituições do estado do Rio Grande do Sul, em especial com a UFRGS, corroborando a posição de Kawaguti (2010) sobre o assunto, que justifica essa predominância pela incidência de grupos de pesquisa nesse estado que desenvolvem estudos sobre políticas públicas. Todavia, o levantamento de grupos de pesquisa cadastrados no CNPQ apontou apenas três grupos dedicados ao estudo das políticas públicas no estado (um na UFRGS e dois na UFPel). Dentre os coordenadores de pesquisas da Rede Cedes em instituições do Rio Grande do Sul apenas Matheus Francisco Saldanha Filho se dedica centralmente aos estudos sobre políticas públicas de esporte e lazer. Luiz Carlos Rigo da UFPel coordena o grupo cadastrado no Diretório de Grupos do CNPQ, bem como coordenou projeto vinculado à Rede Cedes. Os estudos de Rigo, porém, estão mais voltados ao futebol e à memória do esporte. Marcos Paulo Stigger tangencia a discussão sobre políticas públicas, e os demais não vêm pesquisando sobre essa temática.

Nenhum dos três convênios celebrados no estado de Santa Catarina trata centralmente das políticas públicas de esporte e lazer. No estado do Paraná o núcleo da UFPR foca o tema da gestão pública e tem como coordenador um dos autores chamados de emergentes no subcampo científico/acadêmico das políticas

públicas de esporte e lazer, Fernando Marinho Mezzadri. O núcleo da UEM apresenta como foco os estudos junto a comunidades quilombolas.

Na região sudeste do Brasil, os convênios da Rede Cedes são os seguintes:

<b>Estado</b>	<b>Ano</b>	<b>Instituição</b>	<b>Coordenador</b>
ES	2007	Universidade Federal do Espírito Santo - UFES	Carlos Nazareno Ferreira Borges
MG	2008	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas	Eustáquia Salvadora de Souza
MG	2007	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas	Patricia Zingoni Machado de Moraes / Vânia de Fátima Noronha Alves
MG	2008	Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF	Carlos Fernando Ferreira da Cunha Junior
MG	2003-06	Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG	Meily Assbú Linhales
MG	2006-07	Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG	Sílvio Ricardo da Silva
MG	2007	Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG	Christianne Luce Gomes
MG	2003-06	Universidade Federal de Uberlândia – UFU	Rossana Souza e Silva / Gislene Alves do Amaral
RJ	2003-08	Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ	Victor Andrade de Melo
RJ	2003-06	Universidade Federal Fluminense – UFF	Edmundo de Drummond Alves Junior
SP	2007	Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP	Heloisa Helena Baldy dos Reis
SP	2008	Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP	Maria Beatriz Rocha Ferreira
SP	2003-07	Universidade Metodista de Piracicaba - UNIMEP	Nelson Carvalho Marcellino
SP	2003-04	Universidade Municipal de São Caetano do Sul - USCS (IMES)	Edson Marcelo Húngaro

QUADRO 14 – GRUPOS DE PESQUISA REDE CEDES DA REGIÃO SUDESTE DO BRASIL

FONTE: <http://www.esporte.gov.br/sndel/esporteLazer/cedes/default.jsp>

O núcleo da Rede Cedes no estado do Espírito Santo é coordenado por Carlos Nazareno Ferreira Borges, membro do comitê científico do GTT de Políticas Públicas do CBCE, sendo recorrente a presença de seu grupo de pesquisa nos eventos promovidos pelo CBCE no interior do GTT de Políticas Públicas. Em Minas Gerais e no Rio de Janeiro os grupos se dedicam especialmente aos estudos do lazer. Coordenadores da Rede Cedes nesses estados, como Christianne Luce Gomes e Victor Andrade de Melo estão entre os principais estudiosos da temática no país (REIS, 2009). Além disso, o grupo de pesquisas Celar (UFMG) foi o primeiro e talvez seja o principal grupo que estuda o lazer no país, e responsável pela edição do periódico *Licere*, única publicação específica sobre lazer no país. A UFMG foi ainda responsável pela criação do primeiro curso *strictu sensu* em nível de mestrado em Lazer do Brasil (MELO; WERNECK, 2003). Na UFMG tem-se ainda como

coordenadores de núcleos da Rede Cedes Sílvio Ricardo da Silva, que vem publicando estudos vinculados ao Observatório do Torcedor, e Meily Assbú Linhales, uma das principais referências utilizadas no subcampo científico/acadêmico das políticas públicas de esporte e lazer, apesar de atualmente ter se distanciado dessa temática.

No estado de São Paulo dois coordenadores de destaque são Nelson Carvalho Marcellino e Edson Marcelo Húngaro. O primeiro está no pólo dominante do subcampo científico/acadêmico das políticas públicas de esporte e lazer, é detentor de um vasto capital acadêmico e figura como o principal autor da área (vide tabela 5 desse trabalho). Já o segundo aparece como um dos agentes emergentes no subcampo, e hoje integra um dos grupos que vem se consolidando como um dos principais centros de estudos sobre as políticas públicas de esporte e lazer no Brasil, o grupo da UNB. Esse grupo, inclusive, é um dos que integram a Rede Cedes na região Centro-Oeste do país:

<b>Estado</b>	<b>Ano</b>	<b>Instituição</b>	<b>Coordenador</b>
DF	2003-06	Universidade de Brasília - UNB	Aldo Antonio de Azevedo
DF	2003-06	Universidade de Brasília - UNB	Dulce Maria Filgueira de Almeida Suassuna
GO	2007-08	Universidade Federal de Goiás - UFG	Fernando Mascarenhas
GO	2009	Universidade Federal de Goiás - UFG	Ana Márcia Silva - José Luiz Cirqueira Falcão
MS	2007	Universidade Católica Dom Bosco - UCDB	Luciane Coelho Rabel
MT	2007	Universidade do Estado de Mato Grosso/UNEMAT - UFMT	Beleni Salete Grando

QUADRO 15 – GRUPOS DE PESQUISA REDE CEDES DA REGIÃO CENTRO-OESTE DO BRASIL  
 FONTE: <http://www.esporte.gov.br/sndel/esporteLazer/cedes/default.jsp>

Dulce Maria Filgueira de Almeida Suassuna, Aldo Antonio de Azevedo, Fernando Mascarenhas, além de Edson Marcelo Húngaro fazem parte hoje do grupo da UNB supracitado. Ana Márcia Silva e José Luiz Cirqueira Falcão, que já foram coordenadores de grupos da Rede Cedes em Santa Catarina atualmente estão na UFG, e estudam temáticas referentes à cultura corporal. Já a região Nordeste do país conta com os grupos:

<b>Estado</b>	<b>Ano</b>	<b>Instituição</b>	<b>Coordenador</b>
BA	2003-08	Universidade Federal da Bahia - UFBA	Celi Nelza Zülke Taffarel
BA	2003-07	Universidade Federal da Bahia- UFBA	Augusto César Rios Leiro
MA	2007	Universidade Federal do Maranhão - UFMA	Silvana Martins de Araújo



PB	2007	Universidade Estadual da Paraíba - UEPB	Elaine Melo Brito Costa Lemos
PE	2003-06	Universidade Estadual de Pernambuco - UPE	Clara Maria Silvestre Monteiro de Freitas
PE	2003-06	Universidade Federal de Pernambuco - UFPE	Tereza Luiza de França
PE	2007	Universidade Federal de Pernambuco - UFPE	Mauro Virgílio Gomes Barros
RN	2008	Instituto Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte – IFET/RN	Maria Isabel Brandão de Souza Mendes
RN	2003-07	Instituto Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte- IFET/RN	Lerson Fernando dos Santos Maia
SE	2003-06	Universidade Federal de Sergipe - UFS	Solange Lacks

QUADRO 16 – GRUPOS DE PESQUISA REDE CEDES DA REGIÃO NORDESTE DO BRASIL

FONTE: <http://www.esporte.gov.br/sndel/esporteLazer/cedes/default.jsp>

Verifica-se que as universidades federais do Maranhão (UFMA) e de Pernambuco (UFPE) contam tanto com grupos no diretório de pesquisa do CNPq quanto na Rede Cedes. Silvana Martins de Araújo estuda centralmente as políticas públicas do esporte e lazer e é membro do comitê científico do GTT de Políticas Públicas do CBCE.

Completa o grupo três IES federais, na Bahia, Sergipe e Rio Grande do Norte, bem como uma instituição estadual em Pernambuco. Celi Nelza Zülke Taffarel, coordenadora de grupo na UFBA apresenta destaque na orientação de trabalhos de pós-graduação *strictu sensu* relacionado às políticas públicas de esporte e lazer, especialmente na interface com a educação.

Finalmente na região Norte do país se encontra o menor número de grupos de pesquisa vinculados à Rede Cedes, apenas dois, dos quais um é uma pesquisa consorciada e outro de uma universidade federal no estado de Rondônia, conforme tabela abaixo:

Estado	Ano	Instituição	Coordenador
RO	2003-06	Universidade Federal de Rondônia - UFRO	Ramón Núñez Cárdenas
AM	2007	Universidade Federal do Amazonas/UFAM - UFPA - ULBRA-RO	Almir Liberato da Silva (UFAM), Artemis de Araújo Soares (UFAM)

QUADRO 17 – GRUPOS DE PESQUISA REDE CEDES DA REGIÃO NORTE DO BRASIL

FONTE: <http://www.esporte.gov.br/sndel/esporteLazer/cedes/default.jsp>

Dentre o conjunto de grupos de pesquisa vinculados à Rede Cedes pode-se verificar que a maioria está concentrada na região Centro-Sul no país, e em algumas instituições específicas, que ao longo do tempo estabeleceram várias parcerias com a rede, como a UFRGS, a UFMG e a FURG. As instituições atuam normalmente de forma isolada ou não-consorciada e em sua maioria são IES públicas. Observa-se

ainda que os coordenadores de núcleos são, em geral, agentes dotados de relevante capital acadêmico, detentores de prestígio no campo científico/acadêmico da educação física. Por outro lado, são poucos os que estão inseridos com destaque no subcampo científico/acadêmico das políticas públicas de esporte e lazer.

Quanto às temáticas das pesquisas Kawaguti (2010) aponta maior ênfase nas temáticas envolvendo “memória do esporte e lazer”, seguidas de “infra-estrutura do esporte e lazer”, “programas integrados de esporte e lazer”, “gestão do esporte e lazer” e “observatório do esporte”. Não obstante a relevância da pesquisa histórica para a área de políticas públicas de esporte e lazer, observa-se ser essa uma área de pesquisa mais consolidada dentro do campo científico/acadêmico da educação física, e portanto mais preparada momentaneamente para se concorrer aos editais da rede. Por outro lado, Kawaguti (2010) pontua que uma das temáticas pouco abordadas pelas pesquisas foi a avaliação de políticas e programas de esporte e lazer, bem como pesquisas relacionadas a programas sociais de esporte e lazer e ao Sistema Nacional de Esporte e Lazer, áreas de pouca tradição de pesquisa no campo científico/acadêmico da educação física.

Cabe colocar ainda as principais dificuldades apontadas pelos gestores na implantação da Rede Cedes. Uma delas foi fazer com que os agentes que constituíam o campo científico/acadêmico conseguissem se adequar às exigências do subcampo político/burocrático no momento de construção dos projetos e formalização dos convênios.

Quer dizer, embora a gente tivesse pouco recurso, muito pouco recurso, era difícil executar esses recursos por conta da falta de tradição das pessoas que pesquisavam essas coisas, que nós tínhamos interesse em financiar, para que produzissem conhecimento com esse tipo de situação. [...] Quando caía lá o convênio e a burocracia, as pessoas se perdiam na burocracia. Era muito difícil. Então a estruturação da Rede, com as pessoas, o convencimento, do tipo de proposta que nós tínhamos, ela foi muito difícil<sup>264</sup>.

Outra dificuldade foi convencer esses agentes da necessidade de trabalhar em conjunto, na perspectiva da constituição de grupos de pesquisa e não pesquisas isoladas.

O que era outra dificuldade porque as universidades têm a tradição de trabalhar isoladamente. Dentro da área das ciências sociais mais isoladamente ainda. E não tinha essa característica de grupo. Então até as pessoas se reunirem, conversarem, apararem arestas, conseguirem

---

<sup>264</sup> GESTOR D. Entrevista concedida a Fernando Augusto Starepravo, em 29 de novembro de 2010.

articular um projeto, um conjunto de subprojetos que atendesse não o edital, mas a demanda que o ministério fazia nesse setor, era muito difícil<sup>265</sup>.

Já em relação aos produtos<sup>266</sup> e desdobramentos<sup>267</sup> das pesquisas financiadas pela Rede Cedes, entre os anos de 2003 e 2008 foram evidenciados uma série de repercussões da rede, sintetizados na tabela abaixo:

TABELA 6 – PRODUTOS E DESDOBRAMENTOS DAS PESQUISAS DA REDE CEDES

PRODUTOS DAS PESQUISAS	2003-04	2005-06	2007-08
Cartilhas	-	-	4
Edição de revistas	-	2	-
Intervenções	3	4	2
Livros	10	37	35
Pesquisas relacionadas a acervos e memória	-	9	14
Relatórios de gestão	10	16	18
DESDOBRAMENTOS DAS PESQUISAS			
Apresentação de trabalhos	-	104	59
Artigos (anais e periódicos)	24	98	123
Capítulos de livro	1	34	45
Home Page	3	10	13
Livros	4	4	-
Organização de eventos	14	28	11
Palestras	19	19	11
Resumos	27	174	116
Teses, dissertações e monografias	-	2	30
Vídeos e entrevistas	-	15	25

FONTE: TAVARES (2010)

Dentre os produtos das pesquisas, destaque à edição de livros, em sua maioria coletâneas que contam com a participação dos distintos membros dos grupos de pesquisa vinculados à Rede Cedes. Os desdobramentos, por sua vez, superam os produtos das pesquisas e parecem apontar um efeito multiplicador da rede, já observado inclusive quando da análise dos artigos publicados em eventos e periódicos do campo científico/acadêmico da educação física. O apoio e financiamento da Rede Cedes aos grupos de pesquisa possibilitam, além do previsto nos projetos, o desenvolvimento e divulgação de pesquisas nos mais diferentes meios de socialização do conhecimento. Vale ressaltar ainda que os produtos e desdobramentos da Rede Cedes no ano de 2009 não estavam disponíveis, mas estavam previstos nos cinquenta projetos aprovados para os anos de 2009 e 2010 a produção de vinte e seis livros, três centros de memória, quatro *home pages* e a

<sup>265</sup> GESTOR D. Entrevista concedida a Fernando Augusto Starepravo, em 29 de novembro de 2010.

<sup>266</sup> São considerados produtos todas as ações previstas nos objetivos dos projetos de pesquisa. Estas ações dizem respeito aos relatórios de gestão, livros, cartilhas, vídeos, projetos pedagógicos, intervenções, acervos para centros de memória, sites, entre outros (TAVARES, 2010).

<sup>267</sup> Os desdobramentos das pesquisas são ações não elencadas nos objetivos dos projetos enviados ao Ministério do Esporte, mas que contribuíram de forma substancial para a divulgação e disseminação do conhecimento produzido pelas pesquisas (TAVARES, 2010).

elaboração de vários artigos, trabalhos completos e resumos a serem vinculados em periódicos e eventos científicos (TAVARES, 2010).

Em síntese pode-se dizer que a Rede Cedes vem mobilizando grupos de pesquisa em várias regiões do país a pesquisar temáticas correlatas às políticas públicas de esporte e lazer, envolvendo pesquisadores, estudantes e técnicos, e que o resultado das pesquisas vem sendo divulgado em distintos meios de divulgação científica.

Cabe destacar que o próximo tópico será destinado a refletir se esses produtos e desdobramentos das pesquisas da Rede Cedes têm sido incorporados pelos agentes do subcampo político/burocrático do esporte e lazer. Nessa etapa retomaremos ainda o quarto momento anunciado da Rede Cedes (atual), supostamente marcado pelo investimento na gestão do conhecimento produzido pela Rede Cedes, sua sistematização e socialização.

## 5.2. PELC: ONDE O POLÍTICO/BUROCRÁTICO E O CIENTÍFICO/ACADÊMICO SE ENCONTRAM?

No decorrer do trabalho pode-se constatar que a Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e Lazer (SNDEL) já surgiu com preocupações relativas ao campo científico/acadêmico. Sua estrutura burocrática previu, desde o início, um departamento destinado às questões da ciência e tecnologia. A inserção de alguns agentes oriundos do campo científico/acadêmico, especialmente do subcampo científico/acadêmico das políticas públicas de esporte e lazer, desde a equipe de transição do governo FHC ao governo Lula, foi decisiva nesse sentido.

Por outro lado, os grupos de pesquisa e pesquisadores do esporte e lazer, que tinham seu referencial pautado nas ciências humanas e sociais, haviam sido preteridos num momento anterior, quando da criação da Rede Cenesp. Buscou-se então garantir, no interior do ME, uma estrutura que pudesse dar suporte a esses grupos e pesquisadores. A concepção da Rede Cedes, em modelo semelhante à Rede Cenesp, veio garantir a efetividade dessa inspiração.

O PELC, programa “guarda-chuva” da SNDEL, por sua vez, nasce com articulações claras junto à rede. A Rede Cedes passou a ter, como uma das suas principais intencionalidades, o objetivo de subsidiar as ações do PELC Projeto

Social, em sua gestão e execução, assim como gerar subsídios que qualificassem a gestão pública do esporte e lazer em seus diferentes níveis.

Essa intenção é explicitada por vários dos agentes do subcampo político/burocrático do esporte e lazer envolvidos com a gestão e desenvolvimento do PELC. O Ministro do Esporte, Orlando Silva, ao apresentar o livro “Gestão da informação sobre esporte recreativo e lazer: balanço da Rede Cedes”, deixa claro que a rede busca construir argumentos científicos e pedagógicos para subsidiar tomadas de decisão em políticas de esporte recreativo e de lazer. A produção da rede, calcada no conhecimento da realidade e fundamentação teórico-prática das Ciências Sociais e Humanas, visa contribuir com o processo de formação de gestores, a implementação e a avaliação de políticas públicas, seus programas e projetos (SILVA JÚNIOR, 2010). Para o ministro, a Rede Cedes consolida ainda a ciência e tecnologia na Política Nacional do Esporte e no plano estratégico do ministério.

Já a Secretária Nacional de Desenvolvimento do Esporte e Lazer, Rejane Penna Rodrigues, em sua apresentação do mesmo livro, aponta como meta da SNDEL a transferência de conhecimento produzido pelos pesquisadores da Rede Cedes aos pesquisadores e estudantes, gestores e agentes sociais na implementação do PELC Projeto Social (RODRIGUES, 2010).

Schwartz *et al.* (2010) apontam que a necessidade constante de políticas públicas efetivas e inovadoras que atendam ao preceito constitucional do esporte e lazer como direito de todos, ampliou a demanda de gestores competentes e receptivos a novas investidas, capazes de qualificar suas ações. Nesse sentido teria nascido o interesse da SNDEL, por intermédio da Diretoria do Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte, em aprimorar a co-participação de pesquisadores, de modo cada vez mais freqüente, no processo de qualificação das políticas públicas vigentes.

A rede colaboraria também, segundo Nazário (2010), na melhoria dos programas e da qualificação dos gestores e pesquisadores que integram esses grupos. De acordo com Bonalume (2008), Diretora do Departamento de Políticas Sociais da SNDEL, a Rede Cedes representa uma política pública que visa articular o conhecimento produzido para utilizá-lo na construção de uma política nacional de esporte e lazer.

Também os gestores entrevistados são unânimes ao apontar a intencionalidade da Rede Cedes em fomentar o subcampo político/burocrático na formulação e execução das políticas públicas, bem como dar conta do “nó” detectado da falta de formação e produção científica acerca da temática.

[...] as relações da Rede Cedes com o Esporte e Lazer da Cidade. A Rede Cedes é uma ação do Esporte e Lazer da Cidade. Era uma ação programática do Ministério, extremamente, intimamente vinculada ao programa como um todo, porque ela deveria servir como um suporte à discussão conceitual, teórica daquilo que era feito dentro dos núcleos. É o que daria o suporte para o tipo de trabalho que seria realizado dentro dos núcleos de esporte e lazer. Deveria ser pensado, trabalhado, pesquisado, desenvolvido dentro da Rede Cedes<sup>268</sup>.

Isso não apenas no nível federal de gestão do PELC, mas dialogando inclusive com as realidades regionais onde o PELC se inseria.

Então a Rede Cedes já surge com esse objetivo de alimentar a gestão. Não necessariamente a gestão do PELC no governo federal, mas o PELC nos municípios aonde ele chegava, o PELC nos estados aonde ele chegava, no sentido de subsidiar com metodologias, com referenciais teóricos à lógica de gestão<sup>269</sup>.

Numa relação digamos dialética entre o PELC Projeto Social e a Rede Cedes, que deveriam se auto-alimentar. “Então ela [Rede Cedes] nasceu para qualificar o trabalho dos núcleos, e os núcleos levantar demandas para os estudos, para a busca de novas tecnologias”<sup>270</sup>.

Enfim, os diferentes agentes envolvidos com o PELC têm em vista que a Rede Cedes pode ser uma valiosa ferramenta na aproximação entre o subcampo científico/acadêmico e o subcampo político/burocrático no sentido de qualificar as ações no segundo, e que a mesma surge com essa intenção. Porém, tem sido essa uma relação efetiva? O subcampo político/burocrático tem se apropriado da produção da Rede Cedes como um dos subsídios para a disposição e ação dos agentes?

Pode-se dizer que um dos pontos convergentes nas entrevistas realizadas com os gestores da SNDEL (secretários nacionais e diretores do Departamento de Ciência e Tecnologia) foi que a produção da Rede Cedes tem sido pouco incorporada pelos agentes que fazem parte do PELC Projeto Social. Considerando que grande parte desses gestores e trabalhadores do PELC também são

<sup>268</sup> GESTOR D. Entrevista concedida a Fernando Augusto Starepravo, em 29 de novembro de 2010.

<sup>269</sup> GESTOR C. Entrevista concedida a Fernando Augusto Starepravo, em 27 de outubro de 2010.

<sup>270</sup> GESTOR A. Entrevista concedida a Fernando Augusto Starepravo, em 25 de março de 2010.

protagonistas das políticas municipais e estaduais de esporte e lazer no país, além da percepção dos próprios entrevistados em relação a outros gestores, pode-se dizer que a produção da Rede Cedes não tem subsidiado as políticas públicas municipais e estaduais de esporte e lazer no Brasil. “[...] eu acho que chegar, chega, agora muito aquém do que gostaríamos”<sup>271</sup>. Ou seja, a Rede Cedes se mostrou, até o momento, ineficaz na tarefa de subsidiar e qualificar a gestão pública de esporte e lazer, tanto dentro do PELC quanto em outras iniciativas de gestão.

Já entre os coordenadores de núcleos da rede que responderam ao questionário (lembrando e ressaltando o baixo percentual de respostas aos questionários), houve uma divergência maior de respostas. Alguns apontam que a produção da Rede Cedes tem chegado aos gestores e trabalhadores do sistema nacional de esporte. Todavia apontam que essa relação está muito abaixo do desejado. Outros coordenadores alegam não ter clareza ou informações para responder a tal questão. E há ainda aqueles que são categóricos ao afirmar que a produção da rede não tem sido incorporada pelos agentes do subcampo político/burocrático do esporte e lazer:

Acredito que a maioria dos gestores ainda desconhece a produção da Rede Cedes e aqueles que já tiveram acesso, consideram pouco os resultados das investigações para a qualificação das ações de suas gestões. [...] Assim como os gestores, o acesso dos executores a essa produção ainda está limitado, por isso sua incorporação é pequena<sup>272</sup>.

Um dos motivos de tal ineficiência seria a resistência que os agentes do campo político/burocrático apresentam em ter contato com a produção e a dinâmica próprias do campo científico/acadêmico.

Muitas vezes nós promovemos cursos, seminários, encontro para gestores. [...] Os gestores não vão. Uma não participação dos gestores porque eles acham que é uma perda de tempo estar sentado assistindo, participando de um evento [...], eles não conseguem ver importância nisso. Eles estão perdendo oito horas da vida deles [*assistindo a palestras*]. Então não há uma participação dos gestores<sup>273</sup>.

A ação dos agentes no subcampo político/burocrático de maneira estritamente política, sem necessidade de acúmulo de capital cultural específico teria dificultado inclusive a implementação do PELC em uma escala mais ampliada.

---

<sup>271</sup> GESTOR B. Entrevista concedida a Fernando Augusto Starepravo, em 26 de março de 2010.

<sup>272</sup> COORDENADOR D. Questionário retornado em 08 de novembro de 2010 através de meio eletrônico.

<sup>273</sup> GESTOR B. Entrevista concedida a Fernando Augusto Starepravo, em 26 de março de 2010.

Mas também nós víamos que a maior parte das pessoas que estavam dentro da gestão, dentro dos municípios, eram cargos políticos, tanto quanto nós éramos lá dentro do ministério. [...] Mas para ser Ministro ou para ser gestor, os grandes centros, por exemplo, valorizavam atletas de renome. [...] Quando esses caras não estavam administrando estavam recebendo grande parte do recurso [...]. Então essas pessoas sempre estavam por trás. Então isso dificultava a nossa relação<sup>274</sup>.

Além disso, aqueles gestores que administravam o PELC Projeto Social no nível local, que tinham entre outras prerrogativas transmitir o conhecimento adquirido através de cursos e reuniões, normalmente não o fizeram.

As vezes, quando nós fazemos um chamamento para [...] alguns cursos do PELC mesmo, quando é para ir pra Brasília, para os coordenadores, que são os cargos mais gerenciais, políticos, eles vão. E não levam os coordenadores de núcleo. E quando chegam eles não repassam. Não são multiplicadores<sup>275</sup>.

Como os cargos de gestão, especialmente nos estratos superiores da burocracia normalmente são preenchidos por critérios políticos, sendo ocupados portanto por agentes dotados de capital político em detrimento do capital cultural técnico e específico da área, esses agentes normalmente estão imbuídos por um *habitus* essencialmente político, onde o que prevalece é o agir político, de articulação e ampliação do capital social. Nesse sentido, seria dispensável, sob o ponto de vista do acúmulo do capital político, buscar uma formação de cunho científico/acadêmico que pouco auxiliaria na busca desses objetivos. Essa seria a face evidentemente política do subcampo político/burocrático, onde o agir de um grupo de agentes visa quase que exclusivamente a acumulação de capitais político e social, com vistas normalmente à ascensão política. Essa “cultura política da pessoa que ao se tornar secretário já está mirando ser vereador, já está mirando ser deputado, e quer se profissionalizar na política”<sup>276</sup>. O *habitus* predominantemente político do subcampo político/burocrático tem sido, afinal, um dos grandes entraves à aproximação dos subcampos político/burocrático e científico/acadêmico das políticas públicas de esporte e lazer.

Outra justificativa alegada por ambas as gestões da SNDEL foi a falta de tempo para verificar o nível de incorporação da produção pelos agentes. Os gestores do primeiro grupo que liderou a secretaria apontam que “[...] nem teve

<sup>274</sup> GESTOR D. Entrevista concedida a Fernando Augusto Starepravo, em 29 de novembro de 2010.

<sup>275</sup> GESTOR B. Entrevista concedida a Fernando Augusto Starepravo, em 26 de março de 2010.

<sup>276</sup> GESTOR C. Entrevista concedida a Fernando Augusto Starepravo, em 27 de outubro de 2010.



tempo suficiente para se sentir o peso dessa incorporação<sup>277</sup>, em função de uma saída supostamente prematura da SNDEL.

[...] eu acho que nós chegamos num ponto quando nós saímos, quando nós começamos a sair lá em fevereiro de 2006, eu sai em maio de 2006, o Lino em fevereiro, nós estávamos num momento em que isso ia começar a tomar um corpo maior. [...] Quer dizer, os frutos quando estavam começando a se criar na árvore e com uma tendência ao amadurecimento nós tiramos, tiramos o nosso time de campo<sup>278</sup>.

Não tivemos tempo pra isso. Mal tivemos tempo de receber o resultado, a prestação de contas do convênio estabelecido com alguns grupos. Muitos grupos iniciaram conosco e prestaram contas já na outra gestão. Já não mais conosco. E aí o movimento de levar ao conhecimento dos gestores, isso já não foi um movimento que nós tivemos oportunidade de implementar, com escala nacional, porque nos afastamos da gestão antes disso acontecer<sup>279</sup>.

Todavia os agentes que assumiram a SNDEL também alegaram falta de tempo para verificar as repercussões da Rede Cedes junto aos gestores e trabalhadores do subcampo político/burocrático do esporte e lazer.

Eu diria que ela ainda não está plenamente usada porque pesquisa não é “vapt-vupt”. As primeiras pesquisas pagas por edital público foi em 2007. Então, significa que só em 2009 elas estão sendo concluídas. Só em 2009, 2010 elas vão chegar em forma de livro. Então agora que elas estão em “ponto de bala” pra voltar pra lá. Então como a pesquisa demanda de tempo de produção, essa é uma pergunta boa pra 2011, 2012, porque ai a gente já tem o principio da produção de certa forma já consolidada, e da difusão também<sup>280</sup>.

Como a Rede Cedes teve início em 2004, pode-se dizer que a justificativa é frágil, uma vez que o processo teve uma continuidade, e ao menos as pesquisas concluídas anteriormente deveriam ser consideradas nesse processo de incorporação dos agentes do subcampo político/burocrático. Talvez outra passagem da entrevista seja mais conclusiva sobre tal processo: “[...] nós estamos com essa sua pergunta, ela vai ser muito bem respondida daqui uns dez anos. Porque ela implica mudança cultural<sup>281</sup>. Essa mudança cultural apontada, entendida aqui como a mudança no *habitus* inerente ao subcampo político/burocrático do esporte e lazer, que incorporaria maneiras de agir não meramente políticas, mas também técnico-burocráticas já teria sido inclusive implementada em outros subcampos

<sup>277</sup> GESTOR C. Entrevista concedida a Fernando Augusto Starepravo, em 27 de outubro de 2010.

<sup>278</sup> GESTOR D. Entrevista concedida a Fernando Augusto Starepravo, em 29 de novembro de 2010.

<sup>279</sup> GESTOR C. Entrevista concedida a Fernando Augusto Starepravo, em 27 de outubro de 2010.

<sup>280</sup> GESTOR A. Entrevista concedida a Fernando Augusto Starepravo, em 25 de março de 2010.

<sup>281</sup> GESTOR A. Entrevista concedida a Fernando Augusto Starepravo, em 25 de março de 2010.

político/burocráticos, especialmente aqueles da mão direita do Estado (BOURDIEU, 1998).

[...] existem setores estratégicos em que isso não pode ser desconsiderado. Não tem como não haver essa aproximação. Eu não imagino, por exemplo, um Banco Central com a tarefa que tem, que tu não esteja sendo assessorado, o Henrique Meirelles [*ex-presidente do Banco Central do Brasil*] sendo assessorado por doutores em economia que tenham um vasto conhecimento de macro-economia pra gerir essa coisa toda<sup>282</sup>.

A mudança, portanto residiria em aproximar a mão direita e esquerda do Estado, onde a segunda ganharia ao incorporar o *habitus* da primeira, mais profissional e mais comprometida com as questões técnicas, científicas e acadêmicas. Como esse processo não vem acontecendo, ou vem acontecendo de uma forma muito lenta e gradual, a incorporação da produção científico/acadêmica pelos agentes do subcampo político/burocrático, nesse sentido, ocorreu de maneira apenas circunstancial.

E isso se deu de uma forma muito circunstancial, dependendo do perfil do gestor. Tinha gestores que vinham imbuídos dessa compreensão, da importância de você qualificar a gestão, e de buscar. Você nem precisava buscar, eles vinham<sup>283</sup>.

E de modo personalizado.

Quando a gente vê em eventos como esse, pessoas, eu não vou citar nomes, porque não é legal, mas têm pessoas nesse evento, um em particular, que em todos eventos nossos, ela vai, e é secretário de estado de esporte e lazer, ex-atleta de alto rendimento [...]. E essa pessoa participou de todos os eventos, senta, é a primeira a chegar e a última a sair. E anota tudo, debate, tenta modificar a sua prática. Quando a gente vê postura, atitudes assim, eu acho que alguns resultados significativos a gente já pode apontar<sup>284</sup>.

As repercussões da Rede Cedes, por sua vez, estariam ancoradas em outras questões apontadas pelos gestores:

Quando a gente vê o que a Rejane falou, é o nosso objetivo e a nossa política é de política pública de Estado e não de governo. E quando a gente vê o plano decenal já com a proposta colocada para esta 3ª Conferência, itens. Um item só de Ciência e Tecnologia. Em outro item a Rede Cedes citada, junto com o PELC, como proposta dela se transformar em política de Estado, eu acho que já é uma avaliação<sup>285</sup>.

<sup>282</sup> GESTOR D. Entrevista concedida a Fernando Augusto Starepravo, em 29 de novembro de 2010.

<sup>283</sup> GESTOR C. Entrevista concedida a Fernando Augusto Starepravo, em 27 de outubro de 2010.

<sup>284</sup> GESTOR A. Entrevista concedida a Fernando Augusto Starepravo, em 25 de março de 2010.

<sup>285</sup> GESTOR A. Entrevista concedida a Fernando Augusto Starepravo, em 25 de março de 2010.

A avaliação da efetividade das ações da Rede Cedes se dá a partir da aproximação de gestores junto às atividades da SNDEL, bem como pela análise da pauta da 3ª Conferência Nacional do Esporte. Realizada no ano de 2010, a 3ª Conferência estabeleceu dez pontos de debate para um plano decenal de esporte e lazer para o Brasil. Dentre os pontos, foi eleita a pauta da Ciência e Tecnologia, fato este que demonstraria a relevância da Rede Cedes. Além disso, em outro ponto de debate da conferência, relativo ao Sistema Nacional de Esporte, uma das propostas contidas no documento-base, previa a transformação do PELC, e conseqüentemente da Rede Cedes, de uma política de governo para uma política de Estado<sup>286</sup>. Além disso, a efetividade do PELC e da Rede Cedes teria despertado o interesse de outros agentes e estruturas, oriundos do campo acadêmico:

Porque o PELC, significa que ele já foi reconhecido, publicamente pelos próprios gestores, ele foi reconhecido publicamente pela política nacional de esporte. Quando a gente vê órgãos de Ciência tendo decisões significativas, e vários dos argumentos, colocados em pauta, ser a produção da Rede Cedes, como é o caso da volta do Qualis do livro da Capes. Da busca que todos editores das principais revistas brasileiras de educação física, sentaram com a gente, construíram o edital, garantimos recursos nesse edital de apoio aos periódicos da Educação Física brasileira. Quando a gente vê que está tendo um reflexo significativo quando a Rede Cedes apoiando, fomentando mais pesquisas na área social, do que por exemplo, CNPQ. Então quando a gente vê isso acontecendo, alguma coisa está mudando no país, e eu acho que é o conjunto dessa obra aí que é o pai dessa história<sup>287</sup>.

Além do reconhecimento dos programas na Política Nacional de Esporte, a interlocução pela volta do Qualis Livro da Capes, que seria uma forma de classificar a produção dos pesquisadores efetivada em forma de livros, principal forma de difusão de conhecimento da Rede Cedes, seria um indício da repercussão de tal ação, para além dos limites do campo esportivo ou da Educação Física. Já os editores de revistas da área aproximam-se do ministério provavelmente por conta do auxílio financeiro, buscando garantir apoio às suas publicações a partir de recursos públicos, através de outra ação do PELC, o Cedime. O gestor usa ainda um comparativo do volume de recursos destinados pela Rede Cedes e pelo CNPQ para pesquisas na área social, ressaltando ser maior o apoio da rede do que do conselho. O caminho a ser percorrido, porém, ainda seria longo, e passaria por questões que

---

<sup>286</sup> Proposta essa que foi aprovada na 3ª Conferência Nacional de Esporte, tornando-se uma resolução da Conferência.

<sup>287</sup> GESTOR A. Entrevista concedida a Fernando Augusto Starepravo, em 25 de março de 2010.

extrapolam a atuação do Ministério do Esporte, envolvendo o avanço da ciência e a democratização do conhecimento:

Mas tem muita coisa pra mudar. Porque a avaliação que a gente faz não é de um insucesso num debate, um caso isolado de um gestor. O nosso sonho é que todos que entrem nos núcleos do PELC, tenham consciência da importância do conhecimento. Que todos os pesquisadores que entrem na Rede tenham a consciência da sua responsabilidade política, da produção do conhecimento que ele participa. Mas então. Esse ideal está longe, porque sei que não é uma questão só nossa. É uma questão do avanço da ciência. Mas se você ver um número crescente de demandas que entram pra Rede Cedes. A gente sente que novas instituições querem entrar na Rede. Eu acho que isso já é um resultado bastante significativo. Pode alguns ficar achando que com isso a gente está pulverizando a rede, mas a intenção não é essa. É realmente, que nós acreditamos que esta disseminação, ela não é sem lógica, ela tem uma lógica, e ela é respaldada naquilo que a gente entende por democratização do conhecimento<sup>288</sup>.

Esse, porém não é um processo que pode ser observado como tendência no subcampo, que requer, portanto novas iniciativas. Tanto os gestores quanto os coordenadores de núcleos da Rede Cedes apontam alternativas para superar essa ineficácia na incorporação do subcampo político/burocrático do esporte e lazer dos subsídios teóricos. Uma delas seria o próprio sistema de formação no interior do PELC.

A idéia é que não fosse fragmentada, apartada uma da outra [*Rede Cedes e o PELC Projeto Social*], mas sim com vínculo. Inclusive, a formação das pessoas lá no programa. Quando as pessoas enviavam o convênio, elas deveriam também enviar propostas de formação daquelas pessoas, dos agentes que iriam trabalhar dentro dos núcleos. Essa formação deveria haver um *link* com a Rede Cedes. Naqueles estados em que houvesse universidades com Rede Cedes, essas pessoas que estavam produzindo, pesquisando, estudando problemas relacionados à gestão, ou às próprias políticas, ou temas vinculados a isso deveriam dar um suporte para a formação dessas pessoas que atuavam na ponta, lá no núcleo<sup>289</sup>.

Essa lógica da Rede Cedes de se aproximar dos núcleos do PELC Projeto Social através do processo de formação esteve presente no primeiro momento da Rede Cedes, antes da mudança de comando na SNDEL. Mais tarde foi substituída por um cadastro de formadores, público, constituído por profissionais e pesquisadores, participantes ou não da rede. O processo de formação no PELC cumpriria então o papel de “traduzir” as pesquisas acadêmicas em subsídios mais palpáveis aos executores das políticas públicas.

<sup>288</sup> GESTOR A. Entrevista concedida a Fernando Augusto Starepravo, em 25 de março de 2010.

<sup>289</sup> GESTOR D. Entrevista concedida a Fernando Augusto Starepravo, em 29 de novembro de 2010.

Uma pesquisa ela vem numa construção acadêmica, ela vem com uma escrita que as vezes não é popular. Então ela não é bem entendida ou as vezes não é nada entendida. Então quem nos ajuda um pouco a fazer essa tradução são os formadores do PELC (outro ente, responsáveis pelos cursos de formação nos núcleos). [...] Os formadores vão ter o acesso aos resultados das pesquisas. Os formadores, muitos deles são pesquisadores da Rede Cedes, ou estão vinculados às universidades. Então eles têm a possibilidade de realmente ir implementando os resultados de pesquisas, aprendendo e trazendo. [...] Então vai traduzindo, e isso aí é abordado pela pesquisadora junto aos formadores e aí os formadores se sentem mais a vontade, mais preparados para inclusive com a cartilha para trabalhar nas comunidades com os seus agentes, enfim, conforme uma cadeia<sup>290</sup>.

Outra estratégia seria reunir gestores, formadores, pesquisadores e trabalhadores em reuniões, a fim de conscientizar e sensibilizar as partes envolvidas de que o PELC é um programa que trabalha indissociavelmente a discussão científico/acadêmica e a atuação prática. Esse entendimento facilitaria inclusive os agentes oriundos do campo científico/acadêmico em interpelar problemas reais, oriundos da prática, para serem refletidas dentro dos limites científico/acadêmicos.

[...] a primeira forma que isso tem se efetivado, a partir do momento que a gente busca conscientizar todo mundo que entra no PELC e na Rede Cedes que eles não estão trabalhando “solo”. Que eles não estão trabalhando só no núcleo da sua universidade. Eles não tem que ficar preocupados só com o que acontece na sua instituição. Eles têm que estar atentos às outras Instituições de Ensino Superior. Eles têm que ficar atentos com o que acontece com os núcleos das cidades. [...] Aí vem aquele trabalho de sensibilização. Que ele possa estar ali para que ele possa ouvir o público prioritário dele, o público alvo dos estudos dele. [...] uma estratégia que é colocar junto, pensando junto e amadurecendo junto<sup>291</sup>.

A fala do gestor, proferida em 2010, anos após o início das ações do PELC e da Rede Cedes demonstra a dificuldade em aproximar dois grupos distintos – pesquisadores e gestores – que historicamente não tem tido essa aproximação, bem como a aproximação entre os próprios pesquisadores, que tendem a pautar suas ações em iniciativas individuais. Isso ocorre também em função da posturas dos pesquisadores:

[...] as reuniões do PELC, tem que reunir gestores, formadores e pesquisadores. E não poucas vezes pesquisadores questionam “vem cá, o que eu estou fazendo aqui, se a programação está falando de avaliação de núcleo? Não é melhor eu ir pra casa trabalhar? O que eu estou fazendo aqui?” Não... [...] Aonde que os problemas de pesquisa nascem? Como eles estão sendo construídos? Como eles estão emanando de demandas de gestores, de demandas de gente do programa<sup>292</sup>.

<sup>290</sup> GESTOR B. Entrevista concedida a Fernando Augusto Starepravo, em 26 de março de 2010.

<sup>291</sup> GESTOR A. Entrevista concedida a Fernando Augusto Starepravo, em 25 de março de 2010.

<sup>292</sup> GESTOR A. Entrevista concedida a Fernando Augusto Starepravo, em 25 de março de 2010.

A mudança partiria, portanto também da mudança do *habitus* inerente ao campo científico/acadêmico, que por vezes não tem como compromisso a interface com o mundo da prática, onde os problemas sociais estão emanando pesquisas. Pesquisadores, gestores e formadores seriam faces de uma mesma moeda, ou no caso, programa. Cada um com sua especificidade, mas numa atuação complementar e integrada. Em relação às estratégias de aproximação, um dos gestores do ministério cita ainda que,

Toda reunião que a gente faz, a gente registra, escreve, publica, divulga. Porque como a gente acredita no conhecimento como a mola de transformação e mudança, tudo é conhecimento. O debate, a convivência aqui, tudo é momento de produção do conhecimento. Se a gente consegue fazer bons registros, consegue colocar em livro, e consegue divulgar, nós acreditamos que se a gente consegue colocar em “pdf” no site, de livre acesso, a gente está gerando para o país informações, e para quem está na Rede, para quem está no PELC, pra quem está em outros programas que são nossos parceiros, gerando informações que podem ser preciosas para tanto o desenvolvimento de pesquisas significativas para o campo acadêmico brasileiro, como para práticas que possam também representar e serem qualificadas pelo conhecimento gerado através do meio científico e tecnológico<sup>293</sup>.

A estratégia de aproximar os agentes e de documentar esses encontros para posterior divulgação geraria, segundo o gestor, possibilidades valiosas de pesquisas, bem como de qualificação das práticas dos gestores e trabalhadores do sistema. Outra iniciativa prevista nos planos da SNDEL, especialmente num primeiro momento, era propor uma formação que extrapolasse os limites do PELC, voltada aos gestores municipais e estaduais de esporte e lazer.

Nossa idéia era que os cursos de formação deviam atender esse tipo de demanda. Mas uma das coisas que nós deixamos engatilhado e que não conseguimos encaminhar, que estávamos fazendo junto com os gestores estaduais era o curso de gestão, dado pela escola de Administração Pública. O curso seria feito a distância, nós estávamos programando isso. [...] Começaríamos com os gestores estaduais e depois faríamos com os gestores municipais, por meio das duas associações. Havia a Associação (Asmel que eles chamavam, se não me falhe a memória), que era a Associação Nacional dos Secretários Municipais de Esporte e Lazer. E tinha a Associação dos gestores estaduais<sup>294</sup>.

Teria havido inclusive conversas informais com três IES que atuam com ensino a distância para dar suporte ao processo de formação. A interlocução teria iniciado com os gestores estaduais de esporte e lazer, através do Fórum de Gestores Estaduais de Esporte e Lazer:

<sup>293</sup> GESTOR A. Entrevista concedida a Fernando Augusto Starepravo, em 25 de março de 2010.

<sup>294</sup> GESTOR D. Entrevista concedida a Fernando Augusto Starepravo, em 29 de novembro de 2010.

Inclusive esse fórum tem acento no Conselho Nacional de Esporte e se reunia quase que mensalmente em Brasília, numa ação política forte. Como boa parte dos secretários eram secretários por indicação política, então não têm nenhuma incursão as vezes na lógica da gestão pública, da administração pública e na lógica do esporte, mas tinham equipes técnicas que faziam isto, ou que teriam que fazer isso, nós estabelecemos uma interlocução com esses secretários e com essas equipes, no sentido de mostrar a necessidades delas buscarem subsídios teóricos de gestão pública, de administração pública, para trabalhar com a implementação de uma política pública de esporte e lazer<sup>295</sup>.

Com os gestores municipais, por sua vez:

[...] em nível municipal nós tínhamos a Asmel, onde [...] havia secretários que não tinham a mínima idéia do que era gestão pública, gestão municipal, gestão de esporte e lazer. Então o trabalho era mostrar, olha, os elementos técnicos para a administração estão aqui<sup>296</sup>.

As iniciativas, nesse sentido, constituem um processo de sensibilização dos vários agentes envolvidos no processo, que necessitam desde informações básicas sobre atuação de gestão até o reconhecimento do esporte e lazer como direitos sociais.

[...] nós estamos num processo [em 2010] ainda que as nossas ações estão voltadas ainda para difundir, divulgar o direito ao esporte e lazer, e sensibilizar os gestores que isso faz parte da Constituição, e que isso deve ser um dever do Estado. [...] Então existem algumas ações nossas que no futuro talvez não devessem mais ser feitas pelo ministério. Mas se não existe isso aí ainda como um conhecimento real, nos cinco mil e poucos municípios do Brasil, tem que colocar lá<sup>297</sup>.

O processo de formação seria então complementado pela efetiva divulgação e intercâmbio da produção da Rede Cedes. Esse seria o quarto momento da rede, anunciado anteriormente no texto. Uma iniciativa de difusão e democratização do conhecimento. Dentre suas estratégias atuais de ação, destaca-se, a criação de um sistema de rede *online* de informações, denominado Repositório Institucional da Rede CEDES, o qual congrega as instituições, os grupos de pesquisa e sociedades científicas que partilham as ações da rede, permitindo ampla troca de informações e dos conhecimentos produzidos por meio digital. Nesse sistema são inseridos os projetos, os relatórios e toda a produção científica proveniente dos projetos financiados pela Rede Cedes, mostrando-se como uma importante ferramenta de disseminação do conhecimento (NAZÁRIO, 2010). A

<sup>295</sup> GESTOR C. Entrevista concedida a Fernando Augusto Starepravo, em 27 de outubro de 2010.

<sup>296</sup> GESTOR C. Entrevista concedida a Fernando Augusto Starepravo, em 27 de outubro de 2010.

<sup>297</sup> GESTOR B. Entrevista concedida a Fernando Augusto Starepravo, em 26 de março de 2010.

criação do Repositório estaria relacionada ainda à difusão do conhecimento e apropriação pelos agentes do subcampo político/burocrático do esporte e lazer.

Então nós estamos criando o repositório digital, onde será disponibilizado, aberto, com acesso ao público. E vários outros mecanismos para que ela volte aos programas sociais, a sociedade como um todo, de forma a qualificar essas práticas<sup>298</sup>.

Todavia vale destacar que a simples disponibilização de conteúdo *online* não resolverá o problema da difusão e incorporação do conhecimento. Deve estar articulado a um conjunto de ações que envolve formação básica e continuada dos agentes, distribuição de material impresso, além de outros meios mais acessíveis àqueles que vem conduzindo e operacionalizando as políticas públicas de esporte e lazer no país.

Cabe colocar ainda, como palavras finais dessa etapa da tese, que apesar do subcampo político/burocrático não vir se apropriando da produção do subcampo científico/acadêmico das políticas públicas de esporte e lazer, esse parece ser um desejo dos diversos gestores entrevistados que de alguma forma se relacionam com o PELC. Porém, esse tipo de mudança tem se operado de maneira bastante tímida. A consolidação do PELC como política de Estado e a continuidade da Rede Cedes, em articulação com outras iniciativas do ministério podem contribuir a esse processo. Entretanto, há a impressão que esse desejo dos gestores ainda se apresenta mais como uma utopia do que uma realidade no contexto pesquisado.

Se no caso do PELC, onde o desejo de aproximação entre os subcampos político/burocrático e científico/acadêmico é mais explícito, a incorporação da produção científico/acadêmica não vem ocorrendo, isso nos leva a crer que isso reflete um processo mais global de distanciamento dos universos sociais, que se constituem como espaços de relações muito distintos, com lógicas, relações e objetos de disputa diferentes, que se mostram até certo ponto incompatíveis em alguns momentos.

---

<sup>298</sup> GESTOR A. Entrevista concedida a Fernando Augusto Starepravo, em 25 de março de 2010.



## 6 CONCLUSÃO

Na trajetória de um trabalho científico distinguimos algumas etapas que refletem certa ordem estabelecida para trabalhos com esse intuito, bem como podemos verificar o processo de amadurecimento pelo qual passam o trabalho, a pesquisa e o pesquisador. Inicialmente, e portanto há mais de três anos, apresentou-se uma problemática alicerçada sobre a crença de que a aproximação entre a teoria e a prática, o científico e o técnico, a reflexão e a ação poderia de alguma forma atenuar os problemas do subcampo político/burocrático do esporte e lazer. Questionou-se mais especificamente se o subcampo político/burocrático do esporte e lazer vinha incorporando a produção do subcampo científico/burocrático sobre o assunto como um dos subsídios para a disposição e ação dos agentes.

Naquele momento não tínhamos muito claro como se apresentam os subcampos, quais seus limites, agentes e interesses em jogo. Todavia tínhamos alguns indícios e convicções que nos levaram a estabelecer a hipótese de que o subcampo político/burocrático do esporte e lazer não vinha incorporando a produção do subcampo científico/acadêmico. Ora, se a literatura anunciava que as políticas públicas de esporte e lazer estavam marcadas por práticas como o utilitarismo, o assistencialismo, imbuídas de resolver mazelas sociais, como fome, desemprego e violência, ou ainda como forma de privilegiar particularmente e/ou economicamente indivíduos ou grupos, isso deveria estar relacionado à falta de informação, de estudos e conceitos que pudessem atribuir nova forma e valor a essa ação do Estado. Todavia, o desenvolvimento do trabalho mostrou ser essa uma questão muito mais complexa do que uma mera relação causa-efeito entre a produção científico/acadêmica e a formulação e implementação de políticas públicas de esporte e lazer.

Para empreender a análise selecionamos duas ações do Ministério do Esporte brasileiro que nos pareciam emblemáticas para pensar a aproximação entre os subcampos político/burocrático e científico/acadêmico: o Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) e a Rede Cedes. As ações, segundo os documentos oficiais, mais tarde confirmados pelo depoimento dos agentes, teriam surgido de forma indissociável e complementares entre si. A Rede Cedes deveria produzir conhecimento para qualificar as ações do PELC. Caberia então averiguar se estaria

a Rede Cedes dando os subsídios para a qualificação das ações do PELC Projeto Social e das políticas públicas de esporte e lazer como um todo.

Para chegar a esse ponto, contudo, seria necessário apresentar e analisar os subcampos político/burocrático e científico/acadêmico de esporte e lazer, para posteriormente verificar se existiam aproximações e/ou intersecções entre os espaços sociais.

O subcampo científico/acadêmico das políticas públicas de esporte e lazer se apresentou como um espaço social que ainda passa por um processo de consolidação. A consulta à literatura apontou o subcampo como um lugar onde poucos agentes dotados de capital cultural institucionalizado (especialmente mestres e doutores) freqüentam o principal fórum de discussão sobre políticas públicas de esporte e lazer, o GTT de Políticas Públicas do CBCE, provável consequência da baixa valorização da participação em eventos científicos, uma vez que a avaliação do desempenho dos pesquisadores, prescrita pela Capes para a área 21 (na qual a maioria dos pesquisadores está vinculada) simplesmente desconsidera a produção científica publicada através desse meio de divulgação. O baixo número de doutores que se dedicam diretamente a esse lócus de pesquisa também pode explicar em parte essa situação. Com relação à produção do subcampo foi apontado (1) a superficial compreensão da relação teoria e prática, (2) a subordinação da produção às práticas governamentais conjunturais e (3) que antes da criação do GTT de Políticas Públicas do CBCE o principal papel dos pesquisadores teria sido expor e defender o esporte e lazer como direitos sociais. Amaral e Pereira (2009) falam da falta de cientificidade da área, ausência de clareza por parte de pesquisadores e avaliadores dos limites do subcampo e o predomínio de pesquisas descritivas. Todos esses elementos levam a crer que a produção ainda é muito incipiente e que o subcampo ainda precisaria passar por um processo de amadurecimento para alcançar melhores resultados em sua produção científica.

Avançando à análise dos materiais empíricos recuperados no decorrer da tese constatou-se a presença de um número diminuto de grupos de pesquisas que estudam as políticas públicas de esporte e lazer no Brasil, com concentração geográfica em algumas regiões do país, e que esses tratam da temática normalmente de maneira marginal. Isso, bem como a imaturidade do subcampo, reflete numa baixa produção científica em periódicos e livros, especialmente

naqueles de maior impacto e melhor classificados no sistema de avaliação Qualis da Capes.

A produção do subcampo científico/acadêmico a partir de seu principal fórum de discussão, o GTT de Políticas Públicas do CBCE, mostrou no período pesquisado um aumento quantitativo relevante, provável conseqüência da implantação da Rede Cedes, que estimulou a produção na área. Além disso, observou-se uma transição do lócus de pesquisa das políticas educacionais da educação física para as políticas públicas de esporte e lazer. Já em dois dos principais periódicos nacionais da área de Educação Física que têm como escopo as discussões relacionadas às políticas públicas de esporte e lazer observou-se uma discussão mais madura, porém em um número diminuto de trabalhos, a maioria fruto de indução, seja pelo Ministério do Esporte por meio do Observatório do Torcedor, seja pelos próprios periódicos através de números temáticos especiais relativos à temática.

A produção da pós-graduação *strictu sensu* materializada em teses e dissertações vem crescendo quantitativamente, sendo que os trabalhos, a princípio mais dispersos em programas de pós-graduação de várias áreas do conhecimento, vêm se concentrando em cursos da área de Educação Física. Chama a atenção a falta de circulação da produção de pós-graduação *strictu sensu* através de meios mais acessíveis de divulgação, como artigos em congressos e periódicos. Uma parcela muito baixa daqueles que defenderam teses e dissertações sobre políticas públicas de esporte e lazer socializaram o produto de seu empreendimento acadêmico através dos meios tidos como mais acessíveis. Isso pode estar relacionado a falta de comprometimento dos autores com a divulgação de seus estudos, retornando à sociedade o investimento realizado, ou ainda com a falta de tempo para a transposição do material das teses e dissertações em artigos mais sintéticos e dinâmicos.

Analisando as condições de produção e os produtos do subcampo científico/acadêmico das políticas públicas de esporte e lazer pode-se verificar que o mesmo passa por um processo de consolidação, até mesmo porque sua constituição é bastante recente. Apesar da temática das políticas públicas não ser nenhuma novidade no âmbito científico/acadêmico, e de ter havido, no domínio da educação física brasileira algumas iniciativas de pesquisas na área, é apenas no final da década de 1990 que temos indícios do surgimento de alguns traços do

subcampo. Seu desenvolvimento efetivo ocorre apenas anos depois, tendo como protagonista o Ministério do Esporte, por meio de suas ações e demandas. Quando uma instituição externa ao subcampo, mas com óbvio interesse na temática é decisiva ao desenvolvimento do subcampo científico/acadêmico das políticas públicas de esporte e lazer, é preciso ter bastante cuidado, uma vez que corre-se o risco da perda da autonomia do subcampo, tão cara à investigação científica, assim como a subordinação da agenda de pesquisa às demandas do ministério ou ainda às políticas públicas conjunturais. Trata-se da pouca capacidade de refração do subcampo. Porém, por hora essa é a instituição que de certa forma mantém o interesse (ou subsídio?) dos pesquisadores nos estudos das políticas públicas de esporte e lazer.

O subcampo científico/acadêmico das políticas públicas de esporte e lazer sofre a falta de clareza por parte dos agentes dos limites da subdisciplina, um processo de busca de referenciais e amadurecimento das pesquisas científicas. Nesse espaço social, alguns pesquisadores se destacam e são amplamente referenciados pelos demais agentes. Também observa-se a inserção e deslocamento de alguns novos agentes que rivalizam/solidarizam com o pólo dominante do subcampo. Diante das duas principais formas de capital em jogo no subcampo, verifica-se que as disputas são realizadas especialmente amparadas no capital político dos agentes, uma vez que o capital científico “puro” é ainda pouco relevante na configuração do subcampo.

Já o subcampo político/burocrático do esporte e lazer se apresenta como um espaço social muito mais consolidado, com uma história relativamente longa, na qual se apresentam algumas regularidades. Sua gênese data da década de 1940, quando o Estado passou a controlar as práticas esportivas e de lazer no Brasil. Cabe ressaltar que o esporte até então se desenvolvera de maneira autônoma ao Estado, sendo o esporte praticado especialmente como forma de lazer de determinados grupos sociais. De toda forma, o Estado naquele momento passa a ser o protagonista no incipiente campo esportivo nacional, com intuito de utilizá-lo especialmente como meio de alcance de objetivos externos ao esporte, como o desenvolvimento do nacionalismo, como elemento simbólico do projeto de modernidade ou ainda com fins de representação nacional. Nesse sentido, a prática esportiva deveria ser massificada entre a população. O *habitus* restrito a determinados grupos deveria passar a permear toda a população nacional, sob o

comando do Estado. Segundo Bourdieu (2007e), em nossas sociedades, o Estado contribui de maneira determinante na produção e reprodução dos instrumentos de construção da realidade social. Enquanto estrutura organizacional e instância reguladora de práticas, ele exerce de maneira permanente uma ação formadora de disposições duradouras, e cria assim condições de uma espécie de orquestração imediata dos *habitus*.

A dependência tutelar da sociedade ao Estado no campo esportivo logo se consolidou, desencadeando as práticas assistencialistas, utilitaristas e clientelistas no e através do esporte, proporcionadas por um espaço social com poder muito centralizado, ou numa relação social do tipo oligárquica (ELIAS, 2005), com nítida intenção no acúmulo do capital político.

No decorrer de praticamente meio século houve uma constância na relação entre a sociedade e o Estado no âmbito esportivo. Apenas na segunda metade da década de 1980 o Brasil viu algumas importantes modificações nessa relação. O esporte passou a ter sua organização liberalizada, foi reconhecido como direito social, mas a dependência do Estado permaneceu. O Estado, que poderia a partir desse momento ter um papel muito mais regulatório e de promoção do esporte e lazer como direitos sociais, manteve certas condutas que privilegiariam grupos específicos que melhor se fizeram representar junto a ele. Conseqüência disso nas décadas de 1990 e 2000 é uma ampliação do foco da atuação estatal às várias manifestações esportivas, privilegiando, contudo aquela relacionada ao alto rendimento e ao esporte profissional. Essa situação tem coro na perspectiva que Bourdieu (2005) dá ao Estado como metacampo do poder, que determina as regras que regem os diferentes campos e que, por isso, é jogo de lutas entre os dominantes dos diferentes campos. Como os dominantes do campo esportivo são os agentes e instituições direcionadas ao esporte de alto rendimento e profissional parece coerente que sejam esses os que mais próximos estão do metacampo do poder, o Estado. A mudança na relação entre o Estado e o esporte passa, portanto, pela mudança na correlação de forças dentro do próprio campo esportivo e do campo da educação física nacional. A partir do momento que outras forças se façam relevantes ao contexto a tendência é que as mesmas tenham maiores oportunidades de representação e influência junto ao campo político/burocrático. Observou-se ainda recentemente um processo de espetacularização das políticas públicas de esporte e lazer, que prioriza os grandes eventos de grande repercussão simbólica e

mediática; processo esse que deve ser muito bem refletido pelo subcampo científico/acadêmico, sob a pena de tomarmos um rumo nas políticas públicas que mais uma vez privilegie intencionalidades externas ao esporte e lazer.

É nesse contexto que surge o Ministério do Esporte no Brasil, dentro dele uma Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e Lazer (SNDEL) dotada de agentes oriundos do campo científico/acadêmico, onde se elabora e implementa o PELC. É aqui que começamos a visualizar a aproximação entre os subcampos científico/acadêmico e político/burocrático de uma maneira mais efetiva. Apesar de existirem anteriormente iniciativas de aproximação entre os subcampos, isso aconteceu de forma mais consistente exatamente com a inserção de agentes oriundos do campo científico/acadêmico na SNDEL. A *expertise* científica/acadêmica num espaço dotado de uma lógica política/burocrática ocasionou uma ruptura com a regularidade do subcampo, proporcionando o surgimento de programas inovadores ao contexto. Dentre eles, a Rede Cedes, que estreitou ainda mais os laços entre os subcampos. O Ministério do Esporte entrava com o financiamento e as demandas e o os grupos de pesquisa com sua capacidade técnica e intelectual. E isso vem ocorrendo através de um tempo que extrapola inclusive a própria delimitação temporal desse trabalho. A aproximação entre os subcampos, porém compromete um pouco as expectativas diante da potencialidade dessa relação. A repercussão dessa aproximação poderia ser muito maior do que uma relação entre um ente financiador e outros executores. E foi nesse sentido que buscamos ouvir alguns dos agentes dessa relação.

A fala dos agentes, bem como a consulta a outras fontes vieram a corroborar nossa hipótese inicial de que o subcampo político/burocrático do esporte e lazer não vinha incorporando a produção do subcampo científico/acadêmico das políticas públicas de esporte e lazer. Isso seria fruto da falta de comprometimento dos pesquisadores com a repercussão social de suas pesquisas ou uma pré-disposição dos agentes do subcampo político/burocrático em não buscar subsídios teóricos e científicos para as suas ações, historicamente pautadas pelo empirismo e pela busca do acúmulo de capital político?

Alguns pontos precisam ser debatidos em torno dessa questão. O primeiro deles remete ao processo de surgimento do Estado moderno, e do campo burocrático, onde se estabelece a dissociação entre o poder público e o poder privado. O que antes era determinado pelos laços genéticos, familiares, passa a

estar relacionado às competências adquiridas, especialmente através da escola. A passagem do Estado dinástico ao burocrático consubstancia o desalojamento da velha nobreza de sangue pela nova nobreza togada.

Em sua gênese dominam o Estado aqueles que tinham competências específicas adquiridas no meio escolar. Isso, porém não foi verificado no subcampo político/burocrático do esporte e lazer no Brasil. Desde o surgimento do subcampo os burocratas que conduziram o esporte não eram agentes que dispunham de capital cultural específico relacionado à gestão do esporte e lazer. Foram juristas, militares, ex-atletas e políticos que conduziram o desenvolvimento do subcampo. Outras formas de capital, como o social, o político ou o esportivo parecem ter sido mais relevantes para a conquista de espaço no subcampo político/burocrático do esporte e lazer no Brasil. Gerou-se nesse espaço social um *habitus* pautado na empiria e permeado por práticas assistencialistas, utilitaristas e clientelistas, além da constituição de um objeto de disputa no subcampo que era alheio ao esporte e lazer, e ia inclusive contra a lógica estatal da sobreposição do público ao privado, a ascensão política.

No caso do esporte e lazer, portanto, o subcampo se mostra muito mais político do que burocrático. Isso porque a gênese da ordem pública veio acompanhada da aparição e acumulação de um “capital público” (BOURDIEU, 2005, p. 68), e da emergência do campo burocrático como espaço de luta pelo controle desse capital e do poder correlato a ele. Foi essa luta que predominou durante o percurso histórico do subcampo político/burocrático de esporte e lazer. Tudo nos leva a crer que no caso do subcampo político/burocrático do esporte e lazer no Brasil nunca tivemos uma efetiva participação dos togados, e que o espaço social desde o princípio foi um espaço de lutas pelo acúmulo de capital político, onde a inserção dos agentes se deu muito mais por atos de nomeação política do que por méritos.

Num processo de longa duração, e no caso estudado, o capital cultural institucionalizado sempre teve menos espaço que o capital público. Aqueles que melhor se adaptaram ao jogo, na busca desse capital público, se sobressaíram aos detentores de capital cultural, constituindo um pólo dominante bastante rígido e consolidado, numa relação normalmente configurada de forma oligárquica (ELIAS, 2005), com o potencial de poder muito concentrado entre os agentes dominantes, e

com baixa possibilidade de participação política dos dominados e dos agentes externos ao subcampo.

Pode-se pensar também, especialmente no caso brasileiro, os campos (e subcampos) científico/acadêmico e político/burocrático como partes de um mesmo grande (ou meta) campo do poder público, já que os órgãos de fomento, e a maioria das grandes universidades, pólos de produção do conhecimento, são administradas pelo Estado. Os campos estão, portanto, por princípio, ligados. Porém, suas lógicas internas de funcionamento são muito distintas. Mas o fato de estarem subordinados a um mesmo metacampo do poder público pode ser ao menos argumento para que os subcampos estudados voltassem sua atenção um ao outro, já que acreditamos, respaldados pela pesquisa, que a aproximação/intersecção dos subcampos político/burocrático e científico/acadêmico pode contribuir efetivamente para o amadurecimento e desenvolvimento dos espaços sociais, especialmente no deslocamento do objeto de disputa de elementos externos ao esporte e lazer em si, cientes de sua importância e necessidade na sociedade brasileira.

A experiência recente, através da SNDEL, do PELC e da Rede Cedes nos deu indícios que há um grande potencial nessa aproximação. Porém, ela se mostrou insuficiente e ineficiente frente suas intencionalidades iniciais, talvez até mesmo por ter sido uma ação muito vinculada a um grupo de agentes, e não um movimento mais estrutural de aproximação dos campos. Podemos dizer que o grande beneficiário dessa aproximação, paradoxalmente ao que foi hipotetizado no início, foi o subcampo científico/acadêmico, que através da Rede Cedes conseguiu um grande impulso para o fortalecimento dos grupos de pesquisas, o incremento das pesquisas e a crescente consolidação em torno do objeto de pesquisa das políticas públicas de esporte e lazer.

Nesse sentido, nos permitimos aqui perspectivar que uma aproximação estrutural dos subcampos pode fazer com que o subcampo científico/acadêmico amadureça seus procedimentos de pesquisa, consolide definitivamente esse espaço social, e passe a produzir com maior qualidade e compromisso com a realidade social. Já o subcampo político/burocrático poderá, respaldado no conhecimento científico, avançar a promover rupturas no *habitus* estritamente empirista e permeado por práticas não condizentes com o espaço público moderno, prosseguindo inclusive em mudanças como a efetiva participação popular e de grupos organizados. Mudanças na correlação de forças dentro do campo esportivo e



da educação física, bem como a maior consciência da população em relação à importância do esporte e lazer pode agilizar o processo de aproximação/intersecção do subcampos. É, portanto uma mudança política e, sobretudo, educativa.

Em suma e a modo de fechamento, retomamos a passagem de Bourdieu que nos levou a optar por esse autor como nosso principal interlocutor teórico. O autor nos colocou a necessidade de entendimento do campo político, sua divisão de trabalho e distribuição de capital, para não naturalizar o abismo que separa os agentes politicamente ativos (os políticos e gestores) e os agentes politicamente passivos (aqueles que os elegem). Essa divisão desigual de poder seria algo historicamente construído e amplamente admitido pelos agentes envolvidos, já que não há interesse pela inserção de novos agentes em um campo onde poucos detêm o monopólio da produção. Após buscar desnaturalizar a relação entre agentes do Estado e de fora dele, concluímos ser o subcampo científico/acadêmico um espaço fundamental para a pretensa mudança nas políticas públicas de esporte e lazer no Brasil.

## REFERÊNCIAS

ADITAL. **O PCdoB e o ministério do Esporte**. Disponível em ADITAL - Notícias da América do Sul e Caribe: <http://www.adital.org.br/site/noticia.asp?busca=&cod=4777&lang=PT>. Publicada em 09 de dezembro de 2002. Acesso em 20 de agosto de 2008.

ALMEIDA, B. S. de. **O financiamento do esporte olímpico e suas relações com a política no Brasil**. Curitiba, 2010. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Federal do Paraná.

ALVES, J. A. B.; PIERANTI, O. P. O Estado e a formulação de uma política nacional de esporte no Brasil. **Revista Rae – eletrônica**, v. 6, n. 1, Art. 1, São Paulo: FGV-EAESP, jan./jun. 2007.

AMARAL, S. C. F. Políticas Públicas. In: GOMES, Christianne Luce (org.) **Dicionário Crítico do Lazer**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004.

\_\_\_\_\_. Avanços e contradições da participação popular na definição de políticas públicas de lazer em Porto Alegre. **Revista Movimento**, v. 11, n. 3. Porto Alegre: Escola de Educação Física da UFRGS, setembro de 2005.

AMARAL, S. C. F; PEREIRA, A. P. C. Reflexões sobre a produção em políticas públicas de Educação Física, esporte e lazer. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 31, n. 1. Campinas: Autores Associados, 2009.

ARAÚJO, A. V. As Conferências Municipais de Educação de Camaragibe / PE e a educação física e esportes: das demandas espontâneas à legitimação desta área de conhecimento na escola. In: **Anais do XIV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] I Congresso Internacional de Ciências do Esporte / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte**. Porto Alegre: CBCE, 2005.

ARAÚJO, S. M. de *et al.* Políticas públicas de esporte e lazer em Paço do Lumiar-MA: avanços e limites. In: **Anais do XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] II Congresso Internacional de Ciências do Esporte / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte**. Recife: CBCE, 2007a.

\_\_\_\_\_. Gestores e agentes sociais de esporte e lazer na Baixada Maranhense: um estudo dos recursos humanos para o Sistema Nacional de Esporte e Lazer. In: **Anais do XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] II Congresso**

**Internacional de Ciências do Esporte / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte.** Recife: CBCE, 2007b.

ARAÚJO, S. M.; DOMINICI, K. R. L.; CARDOSO, G. M. Os ordenamentos legais do município de São Luís-MA: o esporte e o lazer em foco. In: **Anais do XVI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] III Congresso Internacional de Ciências do Esporte / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte.** Salvador: CBCE, 2009.

AREIAS, K. V.; BORGES, C. F.; TONINI, G. T.; CASTRO, P. N. de. As políticas públicas de lazer na mediação entre estado e sociedade: possibilidades e limitações. In: **Anais do XVI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] III Congresso Internacional de Ciências do Esporte / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte.** Salvador: CBCE, 2009.

ARRETCHE, M. T. S. Políticas sociais no Brasil: descentralização em um Estado federativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 14, nº 40, jun 1999, p. 111-141.

\_\_\_\_\_. Dossiê agenda de pesquisas em políticas públicas. **Revista brasileira de Ciências Sociais**, vol. 18, nº 51, fev. 2003, p. 07-10.

ARRUDA, L. C.; CLEMENTE, D. H. Políticas públicas de lazer: uma leitura a partir dos recreadores de um grupo de hotéis e clubes e administração municipal da cidade de Caldas Novas-GO. In: **Anais do XVI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] III Congresso Internacional de Ciências do Esporte / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte.** Salvador: CBCE, 2009.

ATHAYDE, P. A.; MASCARENHAS, F. Políticas sociais esportivas: uma análise da gestão do Programa Segundo Tempo e alguns de seus reflexos no Distrito Federal. In: **Anais do XVI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] III Congresso Internacional de Ciências do Esporte / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte.** Salvador: CBCE, 2009.

AZEVEDO, J. M. L. de A. **A educação como política pública.** – 3ª ed. – Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

BARBOSA, F. S.; RABEL, L. C.; SILVA, J. P. S. da; XAVIER, J. A. P. **Impacto das políticas de lazer na região do bairro Aero Rancho.** Campo Grande: UCDB, 2009.

BATISTA, M. da C. A. A relação governo e sociedade na gestão da política pública de esportes e lazer no governo do Estado de Pernambuco – 1999-2001: analisando o projeto “Idosos em Movimento”. **Revista Movimento**, v. 11, n. 3. Porto Alegre: Escola de Educação Física da UFRGS, setembro de 2005.

BONALUME, C. R. A Rede CEDES como um rede de política pública. *In*: RODRIGUES, R.P. *et al.* (Org.) **Brincar, Jogar, Viver**: lazer e intersectorialidade com o PELC. Brasília: Ministério do Esporte, 2008, p. 61-7.

\_\_\_\_\_. Esporte e lazer na intersectorialidade das políticas públicas. *In*: **Anais do XVI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] III Congresso Internacional de Ciências do Esporte** / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Salvador: CBCE, 2009.

BOURDIEU, P. Como é possível ser esportivo? *In*: **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983a.

\_\_\_\_\_. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983b.

\_\_\_\_\_. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1983c.

\_\_\_\_\_. **Contrafogos**: táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Trad. Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

\_\_\_\_\_. **O campo econômico: a dimensão simbólica da dominação** / Pierre Bourdieu; tradução Roberto Leal Ferreira; revisão técnica Daniel Lins. – Campinas, SP: Papyrus, 2000.

\_\_\_\_\_. (Coord.). **Miséria do Mundo**. Trad. Mateus S. Soares Azevedo *et al.* 5ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

\_\_\_\_\_. Fieldwork in Philisophy. *In*: BOURDIEU, P. **Coisas Ditas** / Pierre Bourdieu; tradução Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim; revisão técnica Paula Monteiro. – São Paulo: Brasiliense, 2004a.

\_\_\_\_\_. **O poder simbólico** / Pierre Bourdieu; tradução Fernando Tomaz (português de Portugal) – 7ª ed. – Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2004b.

\_\_\_\_\_. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**; texto revisto pelo autor com a colaboração de Patrick Champagne e Etienne Landais; tradução Denice Barbara Catani. – São Paulo: Editora UNESP, 2004c.

\_\_\_\_\_. A casa do rei à razão de Estado: um modelo da gênese do campo burocrático. *In*: WACQUANT, L. **O mistério do ministério – Pierre Bourdieu e a política democrática**. Loïc Wacquant (Org.) – Rio de Janeiro: Revan, 2005, p. 41-70.

\_\_\_\_\_. **Razões práticas: sobre a teoria da ação** / Pierre Bourdieu; Tradução: Mariza Corrêa – Campinas, SP: Papyrus, 2007a.

\_\_\_\_\_. Espaço Social e Espaço Simbólico. *In*: **Razões práticas: sobre a teoria da ação** / Pierre Bourdieu; Tradução: Mariza Corrêa – Campinas, SP: Papyrus, 2007b, p. 13-44.

\_\_\_\_\_. O Novo Capital. *In*: **Razões práticas: sobre a teoria da ação** / Pierre Bourdieu; Tradução: Mariza Corrêa – Campinas, SP: Papyrus, 2007c, p. 35-52.

\_\_\_\_\_. Por uma ciência das obras. *In*: **Razões práticas: sobre a teoria da ação** / Pierre Bourdieu; Tradução: Mariza Corrêa – Campinas, SP: Papyrus, 2007d, p. 53-90.

\_\_\_\_\_. Espíritos de Estado: gênese e estrutura do campo burocrático. *In*: **Razões práticas: sobre a teoria da ação** / Pierre Bourdieu; Tradução: Mariza Corrêa – Campinas, SP: Papyrus, 2007e, p. 91-135.

BRAMANTE, A. C. Política de Lazer. *In*: GOMES, Christianne Luce (org.) **Dicionário Crítico do Lazer**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 3.199**, de 14 de abril de 1941. Estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país. Rio de Janeiro, 1941. Disponível em <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=152593>. Acesso em 30 de agosto de 2008.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 9.267**, de 16 de abril de 1942. Aprova o regimento do Conselho Nacional de Desportos. Rio de Janeiro, 1942. Disponível em <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=4620>. Acesso em 30 de agosto de 2008.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei nº 7.674**, de 25 de junho de 1945. Dispõe sobre a administração das entidades desportivas, especialmente sob o ponto de vista financeiro, e estabelece medidas de proteção financeira aos desportos. Rio de Janeiro, 1945. Disponível em <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=26458>. Acesso em 30 de agosto de 2008.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 40.296**, de 6 de Novembro de 1956. Aprova o Regimento da Divisão de Educação Física, do Ministério da Educação. Rio de Janeiro, 1956. Disponível em <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-40296-6-novembro-1956-332169-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 10 de setembro de 2010.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 6.251**, de 8 de outubro de 1975. Institui normas gerais sobre desportos, e dá outras providências. Brasília, 1975a. Disponível em <http://www3.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1975/6251.htm>. Acesso em 10 de setembro de 2010.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 6.269**, de 24 de novembro de 1975. Institui sistema de assistência complementar ao atleta profissional, e dá outras providências. Brasília, 1975b. Disponível em <http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1975/6269.htm>. Acesso em 11 de setembro de 2011.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 80.228**, de 25 de agosto de 1977. Regulamenta a Lei nº 6.251, de 8 de outubro de 1975, que institui normas gerais sobre desportos e dá outras providências. Brasília, 1977. Disponível em <http://br.vlex.com/vid/regulamenta-normas-desportos-provid-34212813>. Acesso em 10 de setembro de 2010.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 91.452**, de 19 de julho de 1985. Institui comissão para realizar estudos sobre o desporto nacional. Brasília, 1985. Disponível em <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-91452-19-julho-1985-441587-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 22 de janeiro de 2011.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**, de 05 de outubro de 1988. Brasília, 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em 30 de agosto de 2008.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 7.752**, de 14 de abril de 1989. Dispõe sobre benefícios fiscais na área do imposto sobre a renda e outros tributos, concedidos ao desporto amador. Brasília, 1989. Disponível em <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/128126/lei-7752-89>. Acesso em 09 de setembro de 2010.

\_\_\_\_\_. **Lei 8.402**, de 08 de janeiro de 1992. Restabelece os incentivos fiscais que menciona e dá outras providências. Brasília, 1992. Disponível em <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/109211/lei-8402-92>. Acesso em 02 de fevereiro de 2011.

\_\_\_\_\_. **Lei 8.642**, de 31 de março de 1993. Dispõe sobre a instituição do Programa Nacional de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente - Pronaica e dá outras providências. Brasília, 1993. Disponível em <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/127641/lei-8642-93>. Acesso em 02 de fevereiro de 2011.

\_\_\_\_\_. **Medida provisória nº 813**, de 1º de janeiro de 1995. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Brasil, 1995a. Disponível em <http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/45/1995/813.htm>. Acesso em 03 de fevereiro de 2011.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 1.437**, de 4 de abril de 1995. Aprova a Estrutura Regimental do Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto, e dá outras providências. Brasília, 1995b. Disponível em <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/112686/decreto-1437-95>. Acesso em 04 de fevereiro de 2011.

\_\_\_\_\_. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Plano Plurianual 1996-1999**: relatório de acompanhamento – exercício 1997. Brasília, 1997. Disponível em: [http://aplicativos.planejamento.gov.br/Siappa1997.nsf/temas\\_Educacao?openpage](http://aplicativos.planejamento.gov.br/Siappa1997.nsf/temas_Educacao?openpage). Acesso em 02 de fevereiro de 2011.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.615**, de 24 de março de 1998 (Lei Pelé). Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências. Brasília, 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/Leis/L9615consol.htm>. Acesso em 23 de dezembro de 2009.

\_\_\_\_\_. **Medida Provisória nº 1.795**, de 1º de janeiro de 1999. Altera dispositivos da Lei no 9.649, de 27 de maio de 1998, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Brasília, 1999a. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/mpv/Antigas/1795.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/Antigas/1795.htm). Acesso em 23 de dezembro de 2009.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.940**, de 21 de dezembro de 1999. Altera dispositivo da Lei no 9.615, de 24 de março de 1998, que "institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências". Brasília, 1999b. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/Leis/L9940.htm>. Acesso em 23 de dezembro de 2009.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.981**, de 14 de julho de 2000. Altera dispositivos da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, e dá outras providências. Brasília, 2000a. Disponível em

<http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/2000/9981.htm>. Acesso em 24 de março de 2010.

\_\_\_\_\_. **Medida provisória nº 2.049**, de 26 de outubro de 2000. Altera dispositivos da Lei no 9.649, de 27 de maio de 1998, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Brasília, 2000b. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/mpv/Antigas/2049-24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/Antigas/2049-24.htm). Acesso em 10 de março de 2011.

\_\_\_\_\_. **Lei 8.034**, de 13 de abril de 2000. Altera a legislação do Imposto sobre a Renda das pessoas jurídicas, e dá outras providências. Brasília, 2000c. Disponível em <http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1990/8034.htm>. Acesso em 02 de fevereiro de 2011.

\_\_\_\_\_. Relatório de Atividades do Poder Executivo – Ministério do Esporte e Turismo. **Balanco Geral da União**: exercício 2000. Brasília, 2001a. Disponível em <http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/PrestacaoContasPresidente/Arquivos/2000/Volume%20I/Partell/Ministerio%20do%20Esporte%20e%20Turismo.pdf>. Acesso em 11 de fevereiro de 2011.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.264**, de 16 de julho de 2001. Acrescenta inciso e parágrafos ao art. 56 da Lei no 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto. Brasília, 2001b. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/LEIS2001/L10264.htm>. Acesso em 24 de março de 2010.

\_\_\_\_\_. **Medida provisória nº 103**, de 1º de janeiro de 2003 – convertida na Lei n. 10.683, de 2003. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Brasília, 2003a. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil03/mpv/Antigas\\_2003/103.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil03/mpv/Antigas_2003/103.htm). Acesso em 30 de agosto de 2008.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.671**, de 15 de maio de 2003. Dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor e dá outras providências. Brasília, 2003b. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/2003/L10.671.htm>. Acesso em 20 de janeiro de 2011.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.672**, de 15 de maio de 2003. Altera dispositivos da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, e dá outras providências. Brasília, 2003c. Disponível em <http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/2003/10672.htm>. Acesso em 20 de janeiro de 2011.

\_\_\_\_\_. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Orçamento Federal. **Manual Técnico de Orçamento MTO-02**: instruções para elaboração da



proposta orçamentária da União para 2004. Brasília, 2003d. Disponível em <https://www.portalsof.planejamento.gov.br/bib/publicacoes/MTO2004.pdf>. Acesso em 19 de dezembro de 2010.

\_\_\_\_\_. Ministério do Esporte. **Política Nacional de Esporte**. Brasília, 2005.

\_\_\_\_\_. **II Conferência Nacional de Esporte – Texto Básico**. Brasília: Governo Federal, Ministério do Esporte, 2006.

\_\_\_\_\_. Ministério do Esporte. **Manual de Orientações para implementação do Programa Esporte e Lazer da Cidade**. Brasília, 2008a.

\_\_\_\_\_. Ministério do Esporte. **Chamada pública 01/2008/ME/SNDEL/Rede Cedes**. Brasília, 2008b.

\_\_\_\_\_. **Coletânea Esporte e Lazer: Políticas de Estado**. Caderno I: Esporte, Lazer e Desenvolvimento Humano. Brasília: Ministério do Esporte, 2009a.

\_\_\_\_\_. **Coletânea Esporte e Lazer: Políticas de Estado**. Caderno II: Construindo o Sistema Nacional de Esporte e Lazer. Brasília: Ministério do Esporte, 2009b.

\_\_\_\_\_. Ministério do Esporte. **Portaria nº 001**, de 6 de janeiro de 2010. Brasília, 2010.

BRITO FILHO, W. de L. Agente de lazer: uma proposta de ressocialização e reeducação. In: **Anais do XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] II Congresso Internacional de Ciências do Esporte / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte**. Recife: CBCE, 2007.

BRITO FILHO, W. de L.; CERQUEIRA, L. A. Repensar no sentido da reinclusão social: possibilidades pela via do esporte e lazer nas unidades prisionais de Salvador. In: **Anais do XVI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] III Congresso Internacional de Ciências do Esporte / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte**. Salvador: CBCE, 2009.

BUENO, L. **Políticas públicas do esporte no Brasil: razões para o predomínio do alto rendimento**. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, 2008.

CAMPOS, P. A. F.; MELO, M. de A.; ABRAHÃO, B. O. de L.; SILVA, S. R. da. As determinações do Estatuto de Defesa do Torcedor sobre a questão da violência: a segurança do torcedor de futebol na apreciação do espetáculo esportivo. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 30, n. 1, Campinas: Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, set de 2008.

CARDOSO, F. de S.; MACEDO, L. M.; RAMOS, J. D. Programa "Fica Vivo": investigações acerca da inserção e permanência de jovens nas oficinas de esporte na cidade de Montes Claros. In: **Anais do XVI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] III Congresso Internacional de Ciências do Esporte** / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Salvador: CBCE, 2009.

CARNOY, M. **Estado e Teoria Política**. 3ª ed. Campinas, SP: Papyrus. 1990.

CASTELLANI, R. M. Esporte e lazer como direitos sociais nos marcos do neoliberalismo: primeiras aproximações. In: **Anais do XIV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] I Congresso Internacional de Ciências do Esporte** / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Porto Alegre: CBCE, 2005.

CASTELLANI FILHO, L. **Educação física no Brasil: a história que não se conta**. Campinas: Papyrus, 1988.

\_\_\_\_\_. Lazer e qualidade de vida. In: MARCELLINO, N. C. (Org.) **Políticas públicas setoriais de lazer: o papel das prefeituras**. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

\_\_\_\_\_. Esporte e Lazer na Cidade. In: Célio Turino. (Org.). **Recreio nas Férias: Uma Experiência de Política Pública de Lazer e Educação**. 01 ed. São Paulo: IMK Relações Públicas S/C Ltda, 2004.

\_\_\_\_\_. (Org.) **Gestão pública e política de lazer: a formação de agentes sociais**. Autores Associados: São Paulo, 2007.

CASTELLANI FILHO, L.; VERONEZ, F. L. C.; LIÁO JÚNIOR, R. O esporte recreativo, o lazer, a saúde, a ciência & tecnologia no âmbito da política nacional do esporte no 1º governo Lula – 2003/2006. Publicado em 09 de fevereiro de 2002. Disponível em <http://observatoriodoesporte.org.br/o-esporte-recreativo-o-lazer-a-saude-a-ciencia-tecnologia-no-ambito-da-politica-nacional-do-esporte-no-1%C2%BA-governo-lula-%E2%80%93-20032006/>. Acesso em 10 de setembro de 2010.

CAVICHIOILLI, F. R. **Políticas públicas para o esporte e lazer: tentativa de mudanças**. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Universidade Metodista de Piracicaba. Piracicaba, 1996.

CAVICHIOILLI, F. R.; MEZZADRI, F. M.; STAREPRAVO, F. A. Consumo e formação dos hábitos de esporte e lazer. **Revista Movimento**, v. 12, n. 2. Porto Alegre: Escola de Educação Física da UFRGS, maio de 2006.

CNPQ. **Apresentação do Diretório de Grupos de Pesquisa**, 2009. Disponível em <http://www.cnpq.br/gpesq/apresentacao.htm>. Acesso em 22 de junho de 2009.

CORDEIRO, L. B. Das interfaces entre os ciclos político-eleitorais e os investimentos públicos em ações de esporte e lazer em Montes Claros (MG). In: **Anais do XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] II Congresso Internacional de Ciências do Esporte / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte**. Recife: CBCE, 2007.

COSTA JÚNIOR, E. F. da. O PELC em São Gonçalo: uma proposta de lazer no Criad vivenciada numa perspectiva da diversidade dos interesses culturais. In: **Anais do XVI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] III Congresso Internacional de Ciências do Esporte / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte**. Salvador: CBCE, 2009.

COVAVOLPE, C.R; TAFFAREL, C. N. Z.; SANTOS JR., C. de L. (Orgs.) **Trabalho pedagógico e formação de professores/militares culturais : construindo políticas públicas para a educação física, esporte e lazer**. Salvador: EDUFBA, 2009.

CRISTAN. M. Políticas de esporte: uma metodologia de estudo. In: PRONI, M. W. & LUCENA, R. **Esporte: história e sociedade**. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

CURI, M.; ALVES JÚNIOR, E. de D.; MELO, I. A. de; ROJO, L. F.; FERREIRA, M. A. T.; SILVA, R. C. da. Observatório do torcedor: o Estatuto. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 30, n. 1, Campinas: Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, set de 2008.

DAMASCENO. L. G.; HÚNGARO, E. M. Excurso acerca da construção dos direitos no Brasil: pressupostos para a questão do direito ao lazer. In: **Anais do XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] II Congresso Internacional de**

**Ciências do Esporte / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte.** Recife: CBCE, 2007.

DAMASCENO, L. G. Notas sobre trabalho e tempo livre: implicações para as políticas sociais de lazer. *In: Anais do XVI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] III Congresso Internacional de Ciências do Esporte / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte.* Salvador: CBCE, 2009.

DE DECCA, E. S. Apresentação. *In: LUCENA, R. de F. O esporte na cidade: aspectos do esforço civilizador brasileiro.* Campinas, SP: Autores Associados, chancela editorial CBCE, 2001.

DINIZ, E. Neoliberalismo e corporativismo: as duas faces do capitalismo industrial no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.20, ano 7, out. 1992.

ELIAS, F. das C. O. *et al.* Esporte e lazer no município de Raposa - MA: um direito a conquistar. *In: Anais do XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] II Congresso Internacional de Ciências do Esporte / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte.* Recife: CBCE, 2007.

ELIAS, N. **O Processo Civilizador.** – v.2 – Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

\_\_\_\_\_. **A sociedade dos indivíduos /** Norbert Elias; organizado por Michael Schröter; tradução Vera Ribeiro; revisão técnica e notas Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

\_\_\_\_\_. **Envolvimento e alienação.** Trad. Álvaro de Sá. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

\_\_\_\_\_. **Introdução à sociologia.** São Paulo: Edições 70, 2005.

ENGEL, N. A. **Prática de ato infracional e as medidas sócioeducativas: uma leitura a partir do estatuto da criança e do adolescente e dos princípios constitucionais.** Itajaí – SC, 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência Jurídica) – Universidade do Vale do Itajaí.

EWERTON, A. N.; FERREIRA, H. I. Análise da formação profissional no Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC): o olhar dos agentes sociais. *In: Anais do XVI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] III Congresso Internacional*

**de Ciências do Esporte** / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Salvador: CBCE, 2009.

FALCÃO, J. L. C.; SARAIVA, M. do C. (Orgs.) **Esporte e lazer da cidade, volume 1: práticas corporais re-significadas**. Florianópolis: Lagoa Editora, 2007a.

\_\_\_\_\_. (Orgs.) **Esporte e lazer da cidade, volume 2: a prática teorizada e a teoria praticada**. Florianópolis: Lagoa Editora, 2007b.

FARIA, C. A. Pimenta. Idéias, conhecimento e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, nº 51, 2003, p. 21-30.

FERREIRA, R. L. Políticas para o esporte de alto rendimento – estudo comparativo de alguns sistemas esportivos nacionais visando um contributo para o Brasil. In: **Anais do XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] II Congresso Internacional de Ciências do Esporte / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte**. Recife: CBCE, 2007.

FERREIRA, A. C.; NILLEN NETO, A. R.; DUARTE, C. P.; SILVA, M. A. C. Políticas de esporte escolar e a construção social do currículo de educação física. In: **Anais do XVI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] III Congresso Internacional de Ciências do Esporte / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte**. Salvador: CBCE, 2009.

FIGUEIREDO, P. O. F. de N. **Política e formação: o Programa Esporte e Lazer da Cidade no Distrito Federal e entorno**. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade de Brasília. Brasília, 2009.

FILGUEIRA, J. C. M.; PERIM, G. L.; OLIVEIRA, A. A. B. de. Apresentação. In: OLIVEIRA, A. A. B. de; PERIM, G. L. (orgs.). **Fundamentos pedagógicos do Programa Segundo Tempo : da reflexão à prática**. Maringá: Eduem, 2009.

FORELL, L.; MYSKIW, M. Programa Escola Aberta de Novo Hamburgo, refletindo sobre o lazer dentro deste espaço. In: **Anais do XVI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] III Congresso Internacional de Ciências do Esporte / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte**. Salvador: CBCE, 2009.

FRAGA, A. B.; MAZO, J. Z.; STIGGER, M. P.; GOELLNER, S. V. (Orgs.) **Políticas de lazer e saúde em espaços urbanos**. Porto Alegre: Gênese, 2009.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Baril. *In: Planejamento e Políticas Públicas*. Brasília, n. 21, jun. 2000, p. 211-259.

GAWRYSZEWSKI, B. Políticas públicas de lazer para a juventude pobre. **Revista Movimento**, v. 12, n. 3. Porto Alegre: Escola de Educação Física da UFRGS, setembro de 2006.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GHIRALDELLI JR., P. **Educação Física progressista: a pedagogia crítico-social dos conteúdos e a Educação Física brasileira**. São Paulo: Loyola, 1991.

GOELLNER, S. V.; JAEGER, A. A. (Orgs.) **Garimpando memórias: esporte, educação física, lazer e dança**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

GRANDO, B. S.; AGUIAR, E. T. de; OLIVEIRA, B. M. de. A produção do conhecimento sobre as práticas corporais indígenas e suas relações com os jogos indígenas do Brasil. *In: Anais do XVI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] III Congresso Internacional de Ciências do Esporte / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte*. Salvador: CBCE, 2009.

GUIMARÃES, J. da S.; VALADARES, F. R. El marco legal deportivo de la provincia de Goiás y las prácticas deportivas escolares. *In: Anais do XVI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] III Congresso Internacional de Ciências do Esporte / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte*. Salvador: CBCE, 2009.

HALL (1986)....

HEY, A. P. **Esboço de uma sociologia do campo acadêmico: A educação superior no Brasil**. São Carlos – SP: EdUFSCar, 2008.

<http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/>. Acesso em 13 de novembro de 2008.

<http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=0079409IRZ8KU1>. Acesso em 22 de abril de 2010.

<http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=16964098U2APUG>. Acesso em 22 de abril de 2010.

<http://portal.cnpq.br/cas/ca-ms.htm>. Acesso em 01 de novembro de 2008.

<http://portal.esporte.gov.br/>. Acesso em 22 de março de 2008.

<http://portal.esporte.gov.br/institucional/ministerio.jsp>. Acesso em 01 de dezembro de 2009.

[http://portal.esporte.gov.br/sndel/esporte\\_lazer/cedes/default.jsp](http://portal.esporte.gov.br/sndel/esporte_lazer/cedes/default.jsp). Acesso em 17 de novembro de 2008.

<http://portal.esporte.gov.br/sndel/esporteLazer/cedes/apresentacao.jsp>. Acesso em 01 de dezembro de 2009

<http://portal.esporte.gov.br/sndel/esporteLazer/cedes/redeCedes.jsp>. Acesso em 10 de agosto de 2009.

<http://portal.esporte.gov.br/sndel/esporteLazer/default.jsp>. Acesso em 01 de dezembro de 2009.

<http://portal.esporte.gov.br/snear/cenesp/default.jsp>. Acesso em 30 de agosto de 2008.

<http://portal.esporte.gov.br/snee/segundotempo/default.jsp>. Acesso em 01 de dezembro de 2009

<http://portal.mj.gov.br/Senasp/data/Pages/MJ3FD1029CITEMIDFA34A8C4A1F14C2BBECEDF60C7C0A2ACPTBRIE.htm>. Acesso em 28 de setembro de 2010.

<http://qualis.capes.gov.br/webqualis/>. Acesso em 05 de setembro de 2008.

<http://qualis.capes.gov.br/webqualis/ConsultaCritério2008.faces>. Acesso em 19 de abril de 2010.

<http://qualis.capes.gov.br/webqualis/ConsultaCritério2008.faces>. Acesso em 19 de abril de 2010.

<http://www.capes.gov.br/servicos/banco-de-teses>. Acesso em 08 de março de 2010.

<http://www.cbce.org.br/br/cbce/>. Acesso em 14 de agosto de 2009.

<http://www.cbce.org.br/br/gtt/>. Acesso em 14 de agosto de 2009

<http://www.cbce.org.br/br/gtt/historico.asp?id=10>. Acesso em 14 de agosto de 2009.

<http://www.cbce.org.br/br/gtt/politicas-publicas/>. Acesso em 14 de agosto de 2009.

[http://www.cnpq.br/estatisticas/indica\\_brasil.htm](http://www.cnpq.br/estatisticas/indica_brasil.htm). Acesso em 17 de agosto de 2009.

<http://www.cnpq.br/gpesq/apresentacao.htm>. Acesso em 18 de agosto de 2009.

[http://www.cob.org.br/sobre\\_cob/agnelo\\_piva.asp](http://www.cob.org.br/sobre_cob/agnelo_piva.asp). Acesso em 21 de setembro de 2010.

<http://www.cosif.com.br/mostra.asp?arquivo=20060818lobista>. Acesso em 03 de agosto de 2010.

<http://www.esporte.gov.br/assessoriaEspecialFutebol/copa2014/default.jsp>. Acesso em 29 de setembro de 2010.

<http://www.esporte.gov.br/institucional/secretariaExecutiva/pracaJuventude/sobre.jsp>. Acesso em 28 de setembro de 2010.

<http://www.esporte.gov.br/institucional/secretariaExecutiva/secretariaExecutiva.jsp>. Acesso em 28 de setembro de 2010.

<http://www.esporte.gov.br/premiobrasil/sndel/premiobrasil/default1Premio.jsp>. Acesso em 29 de setembro de 2010.



<http://www.esporte.gov.br/sndel/esporteLazer/cedes/apresentacao.jsp>. Acesso em 04 de abril de 2011

<http://www.esporte.gov.br/sndel/esporteLazer/cedes/apresentacao.jsp>. Acesso em 04 de abril de 2011

<http://www.esporte.gov.br/sndel/esporteLazer/default.jsp>. Acesso em 29 de setembro de 2010.

<http://www.esporte.gov.br/sndel/esporteLazer/estrategia1.jsp>. Acesso em 03 de fevereiro de 2011.

<http://www.esporte.gov.br/sndel/esporteLazer/estrategia2.jsp>. Acesso em 03 de fevereiro de 2011.

<http://www.esporte.gov.br/sndel/esporteLazer/estrategia3.jsp>. Acesso em 03 de fevereiro de 2011.

<http://www.esporte.gov.br/sndel/esporteLazer/estrategia4.jsp>. Acesso em 03 de fevereiro de 2011.

<http://www.esporte.gov.br/sndel/esporteLazer/projetoSocial/pelc.jsp>. Acesso em 01 de abril de 2011.

<http://www.esporte.gov.br/sndel/jogosIndigenas/XJogos/apresentacao.jsp>. Acesso em 29 de setembro de 2010.

<http://www.esporte.gov.br/sndel/sobre.jsp>. Acesso em 29 de setembro de 2010.

<http://www.esporte.gov.br/snear/bolsaAtleta/sobre.jsp>. Acesso em 27 de setembro de 2010.

<http://www.esporte.gov.br/snear/cenesp/default.jsp>. Acesso em 27 de setembro de 2010.

<http://www.esporte.gov.br/snear/cenesp/relatorios/pesquiAvaliacoes.jsp>. Acesso em 15 de abril de 2011.

<http://www.esporte.gov.br/snear/talentoEsportivo/default.jsp>. Acesso em 27 de setembro de 2010.

<http://www.esporte.gov.br/timemania/default.jsp>. Acesso em 29 de setembro de 2010.

<http://www.pracasdopac.gov.br/>. Acesso em 28 de setembro de 2010.

<http://www.rbceonline.org.br/congressos/index.php/CONBRACE/XVI/schedConf/overview>. Acesso em 23 de março de 2010.

<http://www.rbceonline.org.br/revista/index.php?journal=RBCE&page=about&op=editorialPolicies#custom1>. Acesso em 02 de abril de 2010.

<http://www.ss.esp.br/cgi-bin/imprensa/n11116.asp>. Acesso em 28 de setembro de 2010.

[http://www.tesouro.fazenda.gov.br/servicos/glossario/glossario\\_a.asp](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/servicos/glossario/glossario_a.asp). Acesso em 31 de janeiro de 2011.

HÚNGARO, E. M. As transformações sociais recentes e as políticas sociais: pressupostos para se pensar o esporte e o lazer como direitos sociais na contemporaneidade. *In: Anais do XIV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] I Congresso Internacional de Ciências do Esporte / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte*. Porto Alegre: CBCE, 2005.

HÚNGARO, V.; MELO, L. L. de. A formação continuada no programa esporte e lazer da cidade: emancipação ou reprodução. *In: Anais do XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] II Congresso Internacional de Ciências do Esporte / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte*. Recife: CBCE, 2007.

HÚNGARO, E. M.; OLIVEIRA, B. A. de ; CUSTÓDIO, M. L.; DAMASCENO, L. G. Balanço inicial da produção do GTT de políticas públicas do CBCE (1997-2005): avanços, ausências e perspectivas. *In: HÚNGARO, E. M.; SOUSA, W. L. L. de (Org.). Cultura, educação, lazer e esporte: fundamentos, balanços e anotações críticas*. Santo André: Alpharrabio, 2009, p. 93-124.

ISAYAMA, H. F., LINHALES, M. A. (Orgs.) **Sobre Lazer e Política: maneiras de ver, maneiras de fazer**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

JESUS, D. M. de; HÚNGARO, E. M. As transformações no mundo do trabalho e o lazer: apontamentos e perspectivas frente às possibilidades de superação da ordem burguesa. *In: Anais do XVI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] III Congresso Internacional de Ciências do Esporte* / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Salvador: CBCE, 2009.

KAWAGUTI, C. N. Análise dos projetos financiados pela Rede Cedes. *In: SCHWARTZ, G. M. et al. Gestão da informação sobre esporte recreativo e lazer: balanço da Rede Cedes*. Várzea Paulista: Fontoura Editora, 2010.

KNUTH, A. G.; JAHNECKA, L.; TAVARES, R. P. Diagnóstico dos estádios de futebol em pelotas: uma relação com o Estatuto de Defesa do Torcedor. *In: Anais do XIV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] I Congresso Internacional de Ciências do Esporte* / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Porto Alegre: CBCE, 2005.

KUNSLER, A. B.; LEIRO, A. C. R.; PEREIRA FILHO, E.; SILVEIRA, L. F. da; MORAIS, M. S. A. de; SILVA, H. S. GOMES, V. A. Ordenamento legal e direito social ao esporte e lazer: no rastro do Sistema Nacional. *In: Anais do XVI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] III Congresso Internacional de Ciências do Esporte* / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Salvador: CBCE, 2009.

LIÃO JUNIOR, R.; SAMPAIO, J. O. Consórcio Brasília: espaço de construção e intervenção de uma política pública de esporte e lazer no Distrito Federal e região do entorno. *In: Anais do XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] II Congresso Internacional de Ciências do Esporte / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte*. Recife: CBCE, 2007.

LIÃO JÚNIOR, R.; SAMPAIO, J. O.; BEHMOIRAS, D. C. Controle social na perspectiva do Programa Esporte e Lazer da Cidade. *In: Anais do XVI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] III Congresso Internacional de Ciências do Esporte* / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Salvador: CBCE, 2009.

LICERE – **Revista Licere** / Universidade Federal de Minas Gerais, v. 2, n. 1, 1999.

LIMA, M. do S. C. O diverso, o diferente e o idêntico no contexto escolar: o que dizem os discursos oficiais das políticas públicas de inclusão? **Revista Movimento**, v. 11, n. 3. Porto Alegre: Escola de Educação Física da UFRGS, setembro de 2005.

LINHALES, M. A. **A trajetória política do esporte no Brasil: interesses envolvidos, setores excluídos.** Dissertação (Ciência Política). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1996.

\_\_\_\_\_. São as políticas públicas para a educação física/esportes e lazer, efetivamente políticas sociais? **Motrivivência**, Florianópolis, n. 11, p.71-81, set. 1998.

\_\_\_\_\_. Jogos da política, jogos do esporte: subsídios à reflexão sobre políticas públicas para o setor esportivo. *In*: MARCELINO, N. C. **Lazer e esporte: políticas públicas.** 2. ed. – Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

LINHALES, M. A.; PEREIRA FILHO, J. R. Intervenção, conhecimento e mudança: a Educação Física, o esporte e o lazer nas políticas públicas. *In*: GOELLNER, S. V. **Educação Física / Ciências do Esporte: intervenção e conhecimento.** Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

LINS, R. G. Política do idoso e o processo de redimensionamento da Secretaria Municipal de Esportes de Belo Horizonte. *In*: **Anais do XIV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] I Congresso Internacional de Ciências do Esporte / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte.** Porto Alegre: CBCE, 2005.

LOPES, R. A.; MOLINA, R. M. K. A educação física frente às políticas de democratização da gestão e do espaço escolar: a perspectiva docente. *In*: **Anais do XVI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] III Congresso Internacional de Ciências do Esporte / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte.** Salvador: CBCE, 2009.

LOPES, T. B. *et al.* A inclusão social presente nos discursos dos dirigentes municipais de esporte/lazer da grande-BH. *In*: **Anais do XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] II Congresso Internacional de Ciências do Esporte / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte.** Recife: CBCE, 2007.

LUCENA, R. de F. **O esporte na cidade: aspectos do esforço civilizador brasileiro.** Campinas, SP: Autores Associados, chancela editorial CBCE, 2001.

MACÊDO, J. P. F.; MORAIS, R. P. de; BERNARDO, É. C.; CUNHA, M. L. Programa Esporte na comunidade: participação popular e análise do diagnóstico dos núcleos. *In*: **Anais do XVI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] III Congresso Internacional de Ciências do Esporte / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte.** Salvador: CBCE, 2009.

MANHÃES, E. D. **Políticas de esportes no Brasil**. 1ª edição – Rio de Janeiro: Graal, 1986.

\_\_\_\_\_. **Políticas de esportes no Brasil**. 2ª edição – Rio de Janeiro: Graal, 2002.

MARCELLINO, N. C. **Lazer e educação**. Campinas, SP: Papirus, 1990.

\_\_\_\_\_. **Lazer e esporte: políticas públicas**. 1. ed. – Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

\_\_\_\_\_. **Lazer e esporte: políticas públicas**. 2. ed. – Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

MARCELLINO, N. C.; BARBOSA, F. S.; MARIANO, S. H.; SILVA, A. da; FERNANDES, E. A. DE O. **Espaços e equipamentos de lazer em região metropolitana: o caso da RMC - Região Metropolitana de Campinas**. Curitiba, PR: OPUS, 2007a.

MARCELLINO, N. C.; SAMPAIO, T. M. V.; BARBOSA, F. S.; MARIANO, S. H. **Lazer, cultura e patrimônio ambiental urbano - políticas públicas: os casos de Campinas e Piracicaba - SP**. Curitiba, PR: OPUS, 2007b.

MARCELLINO, N. C.; TEREZANI, D. R. A popularização da canoagem: o caso de Piracicaba. **Revista Movimento**, v. 11, n. 3. Porto Alegre: Escola de Educação Física da UFRGS, setembro de 2005.

MARCHI JR., W. **“Sacando” o voleibol: do amadorismo à espetacularização da modalidade no Brasil (1970-2000)**. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2001a.

\_\_\_\_\_. Possibilidades de aproximações teóricas entre Norbert Elias e Pierre Bourdieu para a leitura da história dos esportes. *In: VI Simpósio Internacional Processo Civilizador: história, educação e cultura*. Assis: Faculdade de Ciências e Letras - UNESP, 2001b, p. 113-120.

\_\_\_\_\_. A educação física e o campo científico: repensando as possibilidades de pesquisa sobre o esporte e o lazer. *In: MEZZADRI, F. M.; CAVICHIOLLI, F. R.;*

SOUZA, D. L. de. **Esporte e Lazer: subsídios para o desenvolvimento e gestão de políticas públicas**. Jundiaí, SP: Fontoura, 2006.

\_\_\_\_\_. Norbert Elias e Pierre Bourdieu: redimensionando as possibilidades de aproximação teórica. *In: X Simpósio Internacional Processo Civilizador: sociabilidades e emoções*, Campinas: Unicamp, 2007.

\_\_\_\_\_. Norbert Elias y Pierre Bourdieu: redimensionando las posibilidades de aproximaciones teoricas. *In: KAPLAN, C. V. (Org.). La Civilización en Cuestión*. 1 ed. Buenos Aires: Miño y Dávila Editorial, 2008, v. 1, p. 169-186.

MARQUES, E. Notas críticas a literatura sobre Estado, políticas estatais e atores políticos. *In: BIB: Boletim Bibliográfico de Ciências Sociais*, nº 43, 1996.

MARTINES, I. C. Os modelos de análise sociológica e a elaboração de políticas públicas: a necessidade de novos olhares para o esporte. *In: Anais do XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] II Congresso Internacional de Ciências do Esporte / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte*. Recife: CBCE, 2007.

\_\_\_\_\_. **As relações entre as organizações não governamentais e o governo do estado do Paraná no campo esportivo**. Dissertação (mestrado em Educação Física) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2009.

MARTINES, I. C.; MEZZADRI, F. M. As relações entre os setores público e privado no campo esportivo: o caso do Programa Rexona Ades Esporte Cidadão. *In: Anais do XVI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] III Congresso Internacional de Ciências do Esporte / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte*. Salvador: CBCE, 2009.

MASCARENHAS, F. Lazer e utopia: limites e possibilidades de ação política. **Revista Movimento**, v. 11, n. 3. Porto Alegre: Escola de Educação Física da UFRGS, setembro de 2005.

\_\_\_\_\_. Exclusão Social Clube: problema para as políticas públicas e gestão em esporte e lazer. *In: Lecturas educacion fisica y deportes*. Buenos Aires, v. 95, 2006, p. 1-15.

MAY, T. **Pesquisa social: questões, métodos e processos** / Tim May; trad. Carlos Alberto Silveira Netto Soares. - 3ª ed. - Porto Alegre: Artmed, 2004.

MAZO, J. Memórias da Escola Superior de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (ESEF/UFRGS): um estudo do período de sua fundação até sua federalização. **Revista Movimento**, v. 11, nº 1, Porto Alegre: Escola de Educação Física da UFRGS, 2005.

MAZONI, A. R. G. Horizontes do corpo na escola: uma investigação sobre o Programa Escola Plural em Belo Horizonte. **Revista Movimento**, v. 11, nº 3, Porto Alegre: Escola de Educação Física da UFRGS, setembro de 2005.

MAZZOCATO, A. P. F.; COSTA, L. C. da; DIAS, J. F. da S. Os legados na promoção dos eventos no segmento dos idosos. In: **Anais do XVI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] III Congresso Internacional de Ciências do Esporte / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte**. Salvador: CBCE, 2009.

MEDINA, J. P. S. **A Educação Física cuida do corpo... e mente**: bases para a renovação e transformação da Educação Física. Campinas: Papirus, 1983.

MELO, L. L. de; HÚNGARO, V. Gestão pública de esporte e lazer: uma análise crítica. In: **Anais do XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] II Congresso Internacional de Ciências do Esporte / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte**. Recife: CBCE, 2007.

MELO, M. A. Estado, governo e políticas públicas. In: MICELI, S. (org.). **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**. [vol. 3: Ciência política], São Paulo/Brasília: Sumaré/Anpocs/Capes, 1999, p. 59-100.

MELO, M. P. de. A Vila Olímpica da Maré e as políticas públicas de esporte no Rio de Janeiro: um debate sobre a relação lazer, esporte e escola. **Revista Movimento**, v. 11, n. 3. Porto Alegre: Escola de Educação Física da UFRGS, setembro de 2005.

MELO, V. A. A cidade, o cidadão, o lazer e a animação cultural. **Licere**, vol. 7, n. 1. Belo Horizonte, p. 82-92. 2004.

MELO, V. A.; PERES, F de F. Espaço, lazer e política: desigualdades na distribuição de equipamentos culturais na cidade do Rio de Janeiro. **Lecturas educacion física y deportes** (Buenos Aires), Buenos Aires, v. 10, n. 93, 2005a.

\_\_\_\_\_. A cidade e o lazer: as desigualdades sócio-espaciais na distribuição dos equipamentos culturais na cidade do Rio de Janeiro e a construção de um indicador

que oriente as ações em políticas públicas. **Revista Movimento**, v. 11, n. 3. Porto Alegre: Escola de Educação Física da UFRGS, setembro de 2005b.

MELO, V.A.; WERNECK, C. L. G. Lazer no Brasil: trajetórias de estudos, possibilidades de pesquisa. **Movimento**, Porto Alegre, v. 9, n. 1, jan./abr., 2003.

MENDES, R. **O que é lazer? Uma análise dos pleitos de Minas Gerais do Programa Esporte e Lazer da Cidade em 2007**. Juiz de Fora, 2009. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Federal de Juiz de Fora / Universidade Federal de Viçosa.

MENDES, V. da R. *et al.* Como os pais percebem a participação dos filhos no programa Segundo Tempo. In: **Anais do XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] II Congresso Internacional de Ciências do Esporte / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte**. Recife: CBCE, 2007.

MENEZES, V.; VIANA, A. Análise da experiência de descentralização e políticas públicas para esporte em Camaragibe-PE: possibilidades de resistência e inventividade local. In: **Anais do XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] II Congresso Internacional de Ciências do Esporte / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte**. Recife: CBCE, 2007.

MENICUCCI, T. Políticas Públicas de lazer. Questões analíticas e desafios políticos. In: ISAYAMA, H. F., LINHALES, M. A. **Sobre Lazer e Política: maneiras de ver, maneiras de fazer**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p.136-164. 2006.

MEZZADRI, F. M. **A estrutura esportiva no Estado do Paraná: da formação dos clubes as atuais políticas governamentais**. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2000.

MEZZADRI, F. M.; STAREPRAVO F. A.; BASSO, D.; GUIMARÃES, L.; REIS, R. P. dos. Políticas públicas para o esporte e o lazer nas cidades do estado do Paraná. In: MEZZADRI, F. M.; CAVICHIOILLI, F. R.; SOUZA, D. L. de. (Orgs.) **Esporte e Lazer: subsídios para o desenvolvimento e gestão de políticas públicas**. Jundiaí, SP: Fontoura, 2006.

MEZZADRI, F. M.; CAVICHIOILLI, F. R.; SOUZA, D. L. de. (Orgs.) **Esporte e Lazer: subsídios para o desenvolvimento e gestão de políticas públicas**. Jundiaí, SP: Fontoura, 2006.



MEZZADRI, F. M.; PRESTES, S. E. de C.; REIS, L. J. de A. As interferências do estado brasileiro no futebol e o Estatuto do Torcedor. *In: Anais do XVI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] III Congresso Internacional de Ciências do Esporte* / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Salvador: CBCE, 2009.

MILLEN NETO, Á. R.; FARIA, C. do N. Educação física, políticas de esporte escolar e jogos estudantis. *In: Anais do XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] II Congresso Internacional de Ciências do Esporte / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte*. Recife: CBCE, 2007.

MILITO, A. *et al.* Relações entre os estados latino-americanos e o fenômeno esportivo. *In: Anais do XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] II Congresso Internacional de Ciências do Esporte / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte*. Recife: CBCE, 2007.

MOLINA, R. Políticas de esporte e projetos sociais: impactos nos processos de subjetivação dos jovens. *In: Anais do XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] II Congresso Internacional de Ciências do Esporte / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte*. Recife: CBCE, 2007.

MORAES, A. M.; GOMES, V. A. A esportivização das políticas públicas: análise das ações/projetos estaduais contemporâneos de esporte e lazer das regiões Norte e Nordeste. *In: Anais do XVI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] III Congresso Internacional de Ciências do Esporte* / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Salvador: CBCE, 2009.

MOREIRA, B. D. *et al.* Projeto segundo tempo: configurando um modelo. *In: Anais do XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] II Congresso Internacional de Ciências do Esporte / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte*. Recife: CBCE, 2007.

MOTRIVIVÊNCIA – **Revista Motrivivência** / Universidade Federal de Santa Catarina. Núcleo de Estudos Pedagógicos em Educação Física, Centro de Desportos. Ano X, n. 11, setembro de 1998.

\_\_\_\_\_. – **Revista Motrivivência** / Universidade Federal de Santa Catarina. Núcleo de Estudos Pedagógicos em Educação Física, Centro de Desportos. Ano XI, n. 12, maio de 1999.

MURAD, M. **Sociologia e Educação Física: Diálogos, Linguagens do Corpo, Esportes**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2009.

NASCIMENTO, M. J. *et al.* O futebol profissional e a cidade de Goiânia: análise das articulações entre o desenvolvimento urbano e as torcidas organizadas. In: **Anais do XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] II Congresso Internacional de Ciências do Esporte / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte**. Recife: CBCE, 2007.

NAZÁRIO, M. E. dos S. Contextualização histórica da Rede Cedes. In: SCHWARTZ, G. M. *et al.* **Gestão da informação sobre esporte recreativo e lazer: balanço da Rede Cedes**. Várzea Paulista: Fontoura Editora, 2010.

NEIRA, M. G.; ETO, J. Centralização e descentralização: uma análise das políticas educacionais e suas influências sobre a educação física escolar no período 1961 – 2004. In: **Anais do XIV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] I Congresso Internacional de Ciências do Esporte / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte**. Porto Alegre: CBCE, 2005.

NERI, A. A.; SUASSUNA, D. M. Notas acerca da democracia participativa e as políticas de esporte e lazer. In: **Anais do XVI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] III Congresso Internacional de Ciências do Esporte / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte**. Salvador: CBCE, 2009.

NICÁCIO, L. G.; SANTANA, T. J. S.; GOMES, A. S.; ABRANTES, F. V. de P.; SILVA, R. da S. Campeonato Brasileiro de 2007: a relação do torcedor de futebol com o estatuto de defesa do torcedor na cidade de Belo Horizonte (MG). **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 30, n. 2, Campinas: Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, jan de 2009.

OLIVEIRA, S. A. de. Considerações sobre as políticas públicas de esporte escolar no Brasil do século XXI. In: **Anais do XIV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] I Congresso Internacional de Ciências do Esporte / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte**. Porto Alegre: CBCE, 2005.

OFFE, C. **Problemas Estruturais do Estado Capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

OLIVEIRA, B. A.; HÚNGARO, E. M. Esporte e lazer como direitos sociais e a ofensiva neoliberal: primeiras aproximações. In: **Anais do XIV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] I Congresso Internacional de Ciências do Esporte / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte**. Porto Alegre: CBCE, 2005.

OLIVEIRA, A. A. B. de; PIMENTEL, G. G. de A. (Orgs.) **Recreio nas férias: reconhecimento do direito ao lazer**. Maringá: Eduem, 2009.

OLIVEIRA, A. A. B. de; PERIM, G. L. **Fundamentos pedagógicos para o Programa Segundo Tempo**. Brasília: Ministério dos Esportes; Porto Alegre: UFRGS, 2008.

\_\_\_\_\_. **Fundamentos Pedagógicos do Programa Segundo Tempo: da reflexão à prática**. Brasília: Ministério dos Esportes; Maringá: Eduem, 2009.

OLIVEIRA, B. A. de; HÚNGARO, E. M. O crescimento do terceiro setor no campo do esporte e lazer: apontamentos críticos. In: **Anais do XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] II Congresso Internacional de Ciências do Esporte / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte**. Recife: CBCE, 2007.

ORTIZ, R. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994a.

\_\_\_\_\_. **Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática, 1994b.

PENNA, A. M. O governo Lula e sua política (neoliberal) para o esporte nacional: manutenção e/ou adaptação ao projeto dominante? In: **Anais do XIV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] I Congresso Internacional de Ciências do Esporte / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte**. Porto Alegre: CBCE, 2005.

PINTO, L. **Pierre Bourdieu e a teoria do mundo social** / Louis Pinto; tradução Luiz Alberto Monjardim. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

PINTO, A. L. S.; NUNES, J. R.; ALMEIDA, R. S. de. A política cultural do governo Lula: necessidade de superação para além do segundo tempo. In: **Anais do XVI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] III Congresso Internacional de Ciências do Esporte / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte**. Salvador: CBCE, 2009.

PRETO, N. O. de. **Algumas características da Pastoral Urbana à luz da Teologia da Cidade diante das exigências atuais da evangelização**. São Paulo, 2006. Dissertação (Mestrado em Teologia) – Centro Universitário Assunção.

PRIBERAM. **Dicionário Priberam da língua portuguesa**. Disponível em <http://www.priberam.pt/dlpo/>, 2009.

PRONI, M. W. **Esporte-espetáculo e futebol-empresa**. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

QUADROS, R. B. de; COSTA, V. R. P.; COSTA, L. C da; DIAS, J. F. S.; MADRUGA, P. R. de A. Interferência da transformação sócio-espacial urbana na projeção e demanda de grupos de convivência de Santa Maria/RS. In: **Anais do XVI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] III Congresso Internacional de Ciências do Esporte** / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Salvador: CBCE, 2009.

RAIMUNDO, A. C. A educação física no projeto escola referência da rede estadual de Minas Gerais na cidade de Uberlândia. In: **Anais do XVI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] III Congresso Internacional de Ciências do Esporte** / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Salvador: CBCE, 2009.

RECHIA, S. Espaço e planejamento urbano na sociedade contemporânea: políticas públicas e a busca por uma marca identitária na cidade de Curitiba. **Revista Movimento**, v. 11, n. 3. Porto Alegre: Escola de Educação Física da UFRGS, setembro de 2005.

REIS, E. P. Reflexões legais para a formulação de uma agenda de pesquisa em políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol.18, nº 51, fev 2003, p. 11-14.

REIS, L. J. de A. **Novos atores em cena nos estudos do lazer no Brasil: possíveis diálogos a partir da teoria configuracional**. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2009.

RIETH, F. B. Jogos Intermunicipais do Rio Grande do Sul: uma análise do processo de mudanças ocorridas no período de 1999 a 2002. In: **Anais do XIV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] I Congresso Internacional de Ciências do Esporte** / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Porto Alegre: CBCE, 2005.

RIGO, L. C.; KNUTH, A. G.; JAHNECKA, L.; TAVARES, R. P. Estatuto de Defesa do Torcedor: um diálogo com o futebol pelotense. **Revista Movimento**, v. 12, n. 2. Porto Alegre: Escola de Educação Física da UFRGS, maio de 2006.

ROCHA, L. C. *et al.* Ordenamento legal e políticas públicas de esporte e lazer: o abismo entre gestão cidadina e participação popular. In: **Anais do XV Congresso**

**Brasileiro de Ciências do Esporte [e] II Congresso Internacional de Ciências do Esporte / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte.** Recife: CBCE, 2007.

ROCHA, L. C. Gestão pública e participação popular na construção das políticas estaduais de esporte e lazer. *In: Anais do XVI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] III Congresso Internacional de Ciências do Esporte / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte.* Salvador: CBCE, 2009.

RODRIGUES, R. P. Apresentação – Secretária Nacional de Desenvolvimento do Esporte e Lazer. *In: SCHWARTZ, G. M. et al. Gestão da informação sobre esporte recreativo e lazer: balanço da Rede Cedex.* Várzea Paulista: Fontoura Editora, 2010.

SAGRILLO, D. R.; BACCIN, E. V. C.; BOTH, V. J. Políticas públicas de esporte e lazer: análise do programa esporte e lazer da cidade. *In: Anais do XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] II Congresso Internacional de Ciências do Esporte / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte.* Recife: CBCE, 2007.

SANTOS, L. D. dos. Programa Escola Aberta e Juventude: uma prática de esporte e lazer na escola pública. *In: Anais do XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] II Congresso Internacional de Ciências do Esporte / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte.* Recife: CBCE, 2007.

SANTOS, A. C. **Secretaria Executiva avalia a participação do Ministério do Esporte na SBPC.** Publicado em 17 de julho de 2009. Disponível em <http://portal.esporte.gov.br/ascom/noticiaDetalhe.jsp?idnoticia=5644>. Acesso em 10 de agosto de 2009.

SANTOS, A. L. F. dos. Avaliação de políticas públicas: analisando um programa de ação para a educação física escolar *In: Anais do XIV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] I Congresso Internacional de Ciências do Esporte / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte.* Porto Alegre: CBCE, 2005.

SANTOS, A. L. F. dos; BATISTA, M. da C. A.; ARAÚJO, A. V. A produção do conhecimento em política pública para educação física, esporte e lazer: o GTT 10 em Pernambuco. *In: Anais do XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] II Congresso Internacional de Ciências do Esporte / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte.* Recife: CBCE, 2007.

SANTOS, A. L. F.; LORENZINI, A. R. Programa Segundo Tempo no agreste de Pernambuco: uma experiência interinstitucional e interdisciplinar. *In: Anais do XVI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] III Congresso Internacional*

**de Ciências do Esporte** / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Salvador: CBCE, 2009.

SANTOS, D. S. O lugar do lazer no plano diretor de Belém. *In: Anais do XVI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] III Congresso Internacional de Ciências do Esporte* / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Salvador: CBCE, 2009.

SANTOS, A. L. F.; LORENZINI, A. R. Programa Segundo Tempo no agreste de Pernambuco: uma experiência interinstitucional e interdisciplinar. *In: Anais do XVI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] III Congresso Internacional de Ciências do Esporte* / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Salvador: CBCE, 2009.

SCHAFF, I. B.; BOSSLE, F. Formação continuada de professores da smepoa: relações e tensões. *In: Anais do XVI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] III Congresso Internacional de Ciências do Esporte* / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Salvador: CBCE, 2009.

SCHMITT, P. M. **Regime jurídico e princípios do direito desportivo**. 2004. Disponível em: <http://portaldodireitodesportivo.com.br/pdfs/>. Acesso em 03 de março de 2009.

SCHNEIDER, O. FERREIRA NETO, A. NASCIMENTO, A. C. S.; SANTOS, W. dos. Arqueologia das práticas editoriais: 15 anos de um impresso em Movimento. **Revista Movimento**. v. 15, nº 3. Porto Alegre: Escola de Educação Física da UFRGS, 2009.

SCHWARTZ, G. M. *et al.* Projeto de Pesquisa: “Gestão da informação sobre esporte recreativo e lazer: balanço da Rede Cedes”. *In: SCHWARTZ, G. M. et al. Gestão da informação sobre esporte recreativo e lazer: balanço da Rede Cedes*. Várzea Paulista: Fontoura Editora, 2010.

SILVA, E. A. P. C. da; SILVA, P. P. C. da; SANTOS, D. G.; OLIVEIRA, N. S.; MEDEIROS, H. R. A.; CHAO, C. H. N.; DANTAS, E. R.; LEMOS, E. M. de B. C. Políticas públicas de lazer: discutindo espaços e equipamentos nas comunidades de bairro de Campina Grande/PB. *In: Anais do XVI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] III Congresso Internacional de Ciências do Esporte* / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Salvador: CBCE, 2009.

SILVA JÚNIOR, O. Apresentação – Ministro do Esporte. *In: SCHWARTZ, G. M. et al. Gestão da informação sobre esporte recreativo e lazer: balanço da Rede Cedes*. Várzea Paulista: Fontoura Editora, 2010.

SILVEIRA, J. Dos documentos sobre o esporte da/na escola: um diálogo entre a Proposta Curricular de Santa Catarina e o Programa Estadual Esporte Escolar. *In: Anais do XIV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] I Congresso Internacional de Ciências do Esporte / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte*. Porto Alegre: CBCE, 2005.

SILVEIRA, T. T. *et al.* Políticas públicas de lazer em Rio Grande. *In: Anais do XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] II Congresso Internacional de Ciências do Esporte / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte*. Recife: CBCE, 2007.

SOARES, A. J. G.; BARTHOLO, T. L.; MELO, L. B. S.; BRANDI NETO, J. R.; BARROS, F. L. de P. Mercado, escola e a formação de jogadores de futebol no Brasil. *In: Anais do XVI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] III Congresso Internacional de Ciências do Esporte / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte*. Salvador: CBCE, 2009.

SOUZA, C. “Estado do campo” da pesquisa em políticas públicas no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.18, nº 51, fev 2003, p. 15-20.

SOUZA, W. L. L. de. Reflexões sobre o perfil do gestor de políticas sociais de lazer e esporte. *In: Anais do XIV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] I Congresso Internacional de Ciências do Esporte / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte*. Porto Alegre: CBCE, 2005.

STAREPRAVO, F. A. **o esporte universitário paranaense e suas relações com o poder público**. Curitiba, 2005. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Federal do Paraná.

\_\_\_\_\_. Políticas públicas para o esporte e lazer: conselhos municipais de esporte e lazer e outras formas de participação direta. *In: Anais do XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] II Congresso Internacional de Ciências do Esporte / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte*. Recife: CBCE, 2007.

STAREPRAVO, F.; MEZZADRI, F. M. Algumas contribuições de Pierre Bourdieu e Norbert Elias à discussão de políticas públicas para o esporte e lazer. *In: Anais do X Simpósio Internacional Processo Civilizador*. Campinas, 2007.

STAREPRAVO, F. A.; NUNES, R. J. S.; MARCHI JR., W. Agenda de pesquisa em políticas públicas de esporte e lazer: uma leitura a partir do GTT de Políticas

Públicas no XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte. *In: Anais do XVI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] III Congresso Internacional de Ciências do Esporte* / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Salvador: CBCE, 2009.

SUASSUNA, D. M. F. de A.; ALMEIDA, A. J. M. de; FREIRE, O. F.; ROQUETE, P. C. O Ministério do Esporte e a definição de políticas para o esporte e lazer. *In: SUASSUNA, D. M. F. de A.; AZEVEDO, A. A. (Orgs.) Política e Lazer: interfaces e perspectivas*. Brasília: Thesaurus, 2007.

SUASSUNA, D. M. F. de A. O Programa Esporte e Lazer da Cidade: a política de formação para o trabalho e o papel dos agentes sociais. *In: Anais do XVI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] III Congresso Internacional de Ciências do Esporte* / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Salvador: CBCE, 2009.

TAVARES, G. H. Produtos e desdobramentos das pesquisas financiadas pela Rede Cedes. *In: SCHWARTZ, G. M. et al. Gestão da informação sobre esporte recreativo e lazer: balanço da Rede Cedes*. Várzea Paulista: Fontoura Editora, 2010.

TEREZANI, D. R.; MARCELLINO, N. C. A intervenção de políticas públicas municipais para a popularização da atividade físico-esportiva de aventura canoagem. *In: Anais do XIV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] I Congresso Internacional de Ciências do Esporte* / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Porto Alegre: CBCE, 2005.

TERRA, A. M.; BRANDÃO, H. C.; FLAUSINO, M. S.; MASCARENHAS, F. as Conferências Nacionais do Esporte: avanços e limites na construção das políticas de esporte e lazer. *In: Anais do XVI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] III Congresso Internacional de Ciências do Esporte* / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Salvador: CBCE, 2009.

THOMASSIM, L. E. C.; GONZÁLEZ, F. J. FREITAS, M. V. Desigualdades sociais e invisibilidade de classe: projetos sociais e a criança pobre como "problema social". *In: Anais do XVI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] III Congresso Internacional de Ciências do Esporte* / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Salvador: CBCE, 2009.

TONETTI, C. 'Take off' do desporto moçambicano. *In: Anais do XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] II Congresso Internacional de Ciências do Esporte* / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Recife: CBCE, 2007.



TONINI, G. T.; BORGES, C. N. F.; AREIAS, K. T. V. O esporte de alto rendimento na cidade de Vitória: um olhar sobre as políticas públicas do setor. In: **Anais do XVI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] III Congresso Internacional de Ciências do Esporte** / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Salvador: CBCE, 2009.

TOMIO, F. R. de L. Comentários sobre a abordagem neoinstitucionalista. **Revista Salamanca**, v. 1, 2003, p. 17-21.

TUBINO, M. J. G. **O esporte no Brasil**. São Paulo: Ibrasa, 1996.

VERONEZ, L. F. **Quando o Estado joga a favor do privado: as políticas de esporte após a Constituição Federal de 1988**. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas. Campinas. Campinas, 2005.

\_\_\_\_\_. O planejamento governamental e o orçamento do setor esportivo. In: **Anais do XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] II Congresso Internacional de Ciências do Esporte** / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Recife: CBCE, 2007.

WEFFORT, F. Novas democracias. Que democracias? **Lua Nova**. n.27, São Paulo, dez. 1992.

WERLE, V. ESPORTE E LAZER: Políticas públicas para quem? In: **Anais do XVI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] III Congresso Internacional de Ciências do Esporte** / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Salvador: CBCE, 2009.

ZALUAR, A. **Cidadãos não vão ao paraíso**. São Paulo: Ed. Escuta, 1994.

**APÊNDICES – em CD-ROM**

APÊNDICE A	Roteiro de entrevista ao Secretário Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer do Ministério do Esporte (Ministério do Esporte).....	355
APÊNDICE B	Roteiro de entrevista ao Diretor de Ciência e Tecnologia do Esporte da Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer do Ministério do Esporte (Ministério do Esporte) .....	356
APÊNDICE C	Questionário aos coordenadores de grupos de pesquisa vinculados à Rede Cedes .....	357
APÊNDICE D	Termo de consentimento livre e esclarecido .....	358
APÊNDICE E	Transcrição da entrevista do gestor C, realizada por Fernando Augusto Starepravo, em 27 de outubro de 2010 .....	360
APÊNDICE F	Transcrição da entrevista do gestor D, realizada por Fernando Augusto Starepravo, em 29 de novembro de 2010 .	376
APÊNDICE G	Transcrição da entrevista com o gestor B, realizada por Fernando Augusto Starepravo, em dia 26 de março de 2010 .	399
APÊNDICE H	Transcrição da entrevista do gestor A, realizada por Fernando Augusto Starepravo, em 25 de março de 2010 .....	411

APÊNDICE A – Entrevista ao Secretário Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer do Ministério do Esporte (Ministério do Esporte)

FORMAÇÃO:

FILIAÇÃO PARTIDÁRIA:

PERÍODO DE TRABALHO NA SECRETARIA:

1. Como o senhor foi chamado à responsabilidade de conduzir a Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer?
2. Quais foram as principais ações da Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer durante sua gestão?
3. Fale sobre o surgimento e desenvolvimento do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) durante sua gestão.
4. Fale sobre o surgimento e desenvolvimento da Rede Cedes durante sua gestão.
5. Fale sobre os pontos de aproximação entre o PELC e a Rede Cedes.
6. Havia algum tipo de participação de pesquisadores ou professores universitários nestas ações? De que forma?
7. As ações da Secretaria incorporavam de alguma forma a produção científica referente às políticas públicas de esporte e lazer? De que forma?
8. Existe a preocupação com a produção científica a partir das ações realizadas? De que forma esta se efetiva?
9. Você acredita que os gestores públicos vêm incorporando a produção científica da área de políticas públicas como um dos subsídios para se pensar e implementar políticas públicas? De que forma?
10. E os executores das políticas, lá na ponta do processo, incorporam de alguma forma esta produção científica? Como?
11. Como e por que o senhor deixou a Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer?

APÊNDICE B – Roteiro de entrevista ao Diretor de Ciência e Tecnologia do Esporte da Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer do Ministério do Esporte (Ministério do Esporte)

FORMAÇÃO:

FILIAÇÃO PARTIDÁRIA:

PERÍODO DE TRABALHO NA SECRETARIA:

1. Como o senhor foi chamado à responsabilidade de conduzir o Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte?
2. Quais as principais ações do Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte durante sua gestão?
3. Como se deu a participação de pesquisadores ou professores universitários nestas ações?
4. Fale sobre o surgimento e desenvolvimento da Rede Cedes durante sua gestão.
5. Dê um panorama da Rede Cedes no Brasil (número de núcleos, pesquisadores envolvidos, produções, etc.) durante sua gestão.
6. A Rede Cedes vem cumprindo seus objetivos? Como?
7. A produção da Rede Cedes vem sendo incorporando como um dos subsídios para se pensar e implementar políticas públicas? De que forma?
8. E os executores das políticas, lá na ponta do processo, incorporam de alguma forma esta produção científica? Como?
9. Fale sobre os pontos de aproximação entre o PELC e a Rede Cedes.

APÊNDICE C – Questionário aos coordenadores de grupos de pesquisa vinculados à Rede Cedes

FORMAÇÃO:

PERÍODO COMO COORDENADOR DE NÚCLEO DA REDE CEDES:

1. Como o senhor se inseriu como coordenador de núcleo da Rede Cedes? Quais as intenções de seu grupo ao participar da Rede?
2. Quantitativo de pesquisados envolvidos com a Rede Cedes em seu núcleo:
  - a) Pesquisadores:
  - b) Alunos:
  - c) Técnicos:
3. O senhor ou seu grupo tem as políticas públicas de esporte e lazer como objeto de pesquisa? Explique.
4. Quantitativo de produção científica relacionada ao núcleo da Rede Cedes:
  - a) Livros:
  - b) Artigos em periódicos:
  - c) Artigos e resumos em anais de Congressos:
5. Há alguma relação entre seu núcleo da Rede Cedes e alguma ação do Projeto social Esporte e Lazer da Cidade (PELC)? Explique.
6. Você acredita que os gestores públicos vêm incorporando a produção científica da área de políticas públicas, especialmente da Rede Cedes, como um dos subsídios para se pensar e implementar políticas públicas? De que forma?
7. E os executores das políticas, lá na ponta do processo, incorporam de alguma forma esta produção científica? Como?

## APÊNDICE D – Termo de consentimento livre e esclarecido

- a) Você, gestor público, e/ou professor universitário coordenador de grupos de pesquisa em instituições públicas e privadas que tem como objeto de estudo e intervenção as políticas públicas de esporte e lazer, está sendo convidado a participar de um estudo intitulado “POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER NO BRASIL (2005-2009): CONHECIMENTO, INTERVENÇÃO E AUTONOMIA”. É através das pesquisas que ocorrem os avanços importantes em todas as áreas, e sua participação é fundamental.
- b) O objetivo desta pesquisa é analisar se os gestores e trabalhadores envolvidos com as políticas públicas de esporte e lazer tem se apropriado da produção científica sobre o assunto, como um dos subsídios para a disposição e ação dos agentes.
- c) Caso você participe da pesquisa, será necessário responder a uma entrevista ou questionário.
- d) No caso da entrevista, você deverá comparecer no LOCAL COMBINADO para a realização da entrevista por aproximadamente 1 hora. A sua entrevista será gravada, respeitando-se completamente o seu **anonimato**. Tão logo a pesquisa termine, as fitas serão desgravadas.
- e) No caso do questionário, favor responder, via correio eletrônico (e-mail), em até 15 dias do recebimento do mesmo. O tempo estimado para o preenchimento é de 30 minutos. Neste caso o **anonimato** também estará garantido, não sendo necessário nenhum tipo de identificação pessoal no questionário.
- f) A pesquisa não trará nenhum tipo de risco aos sujeitos pesquisados. Os benefícios dizem respeito ao desenvolvimento da área de políticas públicas de esporte e lazer, das quais os sujeitos de pesquisa fazem parte.
- g) Os pesquisadores FERNANDO AUGUSTO STAREPRAVO, mestre em Educação Física, Fones (41) 3267-3386 e (41) 8460-6673, e-mail: fernando.starepravo@hotmail.com; e, WANDERLEY MARCHI JR., doutor em Educação Física, Fone (41) 3360-4339, e-mail: marchijr@ufpr.br, são os responsáveis pela pesquisa e poderão esclarecer eventuais dúvidas a respeito a mesma. O pesquisador Fernando Starepravo estará disponível de segunda a sexta-feira, em horário comercial, para sanar possíveis dúvidas. O pesquisador Wanderley Marchi Jr. estará disponível às sextas-feiras, no horário comercial, com a mesma finalidade.
- h) Estão garantidas todas as informações que você queira, antes, durante e depois do estudo.
- i) A sua participação neste estudo é voluntária. Contudo, se você não quiser mais fazer parte da pesquisa poderá solicitar de volta o termo de consentimento livre esclarecido assinado.

- j) As informações relacionadas ao estudo poderão ser inspecionadas pelas autoridades legais. No entanto, se qualquer informação for divulgada em relatório ou publicação, isto será feito sob forma codificada, para que a **confidencialidade** seja mantida.
- k) Todas as despesas necessárias para a realização da pesquisa não são da sua responsabilidade.
- l) Pela sua participação no estudo, você não receberá qualquer valor em dinheiro.
- m) Quando os resultados forem publicados, não aparecerá seu nome, e sim um código.

Eu, \_\_\_\_\_ li o texto acima e compreendi a natureza e objetivo do estudo do qual fui convidado a participar. A explicação que recebi menciona os riscos e benefícios do estudo. Eu entendi que sou livre para interromper minha participação no estudo a qualquer momento sem justificar minha decisão. Eu concordo voluntariamente em participar deste estudo.

Local e data: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
(Assinatura do sujeito de pesquisa ou responsável legal)

\_\_\_\_\_  
Fernando Augusto Starepravo  
Estudante do programa de pós-graduação (doutorado) em  
Educação Física - UFPR  
Responsável pelo Projeto

APÊNDICE E – Transcrição da entrevista do gestor C, realizada por Fernando Augusto Starepravo, em 27 de outubro de 2010

**Entrevistador – Novamente agradecendo sua disponibilidade, e eu queria conversar com o professor primeiro a respeito da experiência do professor no campo burocrático, da gestão, com exceção da Secretaria Nacional que a gente vai falar um pouco a frente.**

Gestor – Sim, bom, eu penso que desde o primeiro momento, no início da minha, digamos trajetória acadêmica, profissional, eu sempre tive uma vontade, pode ser chamada de vontade política, e ter nos estudos, ter no mundo acadêmico um suporte para intervenção no real, na realidade. Minha intenção sempre foi a intervenção. Sempre tive essa pretensão. E acho que pretensão é a palavra que expressa bem. As vezes até muito pretensiosa, né? Naquela disposição juvenil, de quem está começando, que quer abraçar o mundo, e com o tempo qualificando um pouco mais o que seria essa intervenção. Isso me levou na lógica da administração a começar a trabalhar um ano depois de formado, aqui no interior do estado, em Ribeirão Preto, num clube esportivo, o Botafogo de Ribeirão Preto, cuidando da administração do espaço social-recreativo do clube. Eu comecei por aí, também numa lógica de gestão daquele espaço, e também chegando no espaço do futebol também. Primeiro nas categorias de base, e quase que cheguei no profissional, quando aí recebi o convite para ir para o Maranhão, e lá no Maranhão pude exercer muito dessa minha disposição de fazer estudos, da pesquisa, da investigação, do mundo acadêmico para a qualificação de uma intervenção. Maranhão, nos anos 70, quando eu cheguei lá, muita coisa tinha que ser feito, estava por ser feita e eu pude vivenciar a experiência de fazer coisas que se eu continuasse em São Paulo, eu não teria a oportunidade, porque São Paulo já estaria num outro estágio de desenvolvimento, digamos assim, das coisas, do nosso campo, que não me permitiriam ter as experiências que eu vivi no Maranhão. Lá no Maranhão eu tive, para encurtar a história, a primeira experiência de assessoria de uma Fundação Municipal de Esporte de São Luiz. Então foi meu primeiro contato mais concreto, de forma estruturada, né? Na lógica de definição de uma política de esporte e lazer, e de implementação de uma política para o município de São Luiz. Eu já tinha envolvimento de organização de eventos, organização de jogos, eu coordenei a 32ª edição dos Jogos Universitários Brasileiros, o JUBs, no Maranhão, em 81, 82, já não lembro direito. E, então essa idéia de estar envolvido com gestão e com a administração, com organização, sempre esteve presente. Primeira experiência de gestão pública, em órgão público, governo municipal de São Luiz do Maranhão, final dos anos 70, na FUNESP – Fundação Municipal de Esportes de São Luiz do Maranhão. Aí depois uma segunda experiência também de gestão municipal, governo municipal, já se deu aqui em São Paulo, de uma maneira mais, mais qualificada diria eu, no governo Erundina, quando eu assessoriei o então Secretário de Esporte e Recreação, o Juarez Soares. Fiz dupla com o Medina, e nós dois ficamos um ano e meio aproximadamente, no cargo de assessores diretos do Secretário. Momentos, diferentes, porque nós não tínhamos acúmulo, não havia ainda no mundo acadêmico um aporte... no mundo acadêmico da área de Educação Física, deixar claro isso. Não tivemos um aporte teórico na discussão, um acúmulo de discussão, que nos dessem elementos fortes para sustentar uma ação de gestão. Então foi uma experiência rica no sentido que a empiria prevaleceu. A intuição prevaleceu. E ao mesmo tempo fez com que nós levássemos, e aí eu diria mais eu do que o próprio Medina, pra dentro do Partido dos Trabalhadores, na época já da



Luiza Erundina, a necessidade de se fazer um debate sobre as políticas de esporte e lazer, a medida que aquele partido estava se credenciando, cada vez mais, a assumir governos, e não havia dentro do partido uma instância, um setor onde essa questão fosse discutida. Já havia de saúde, educação, cultura, e de esporte e lazer não. Então isso fez com que a academia, o mundo universitário alimentasse a discussão que se dava na gestão e no partido. E a experiência concreta de gestão, as questões de partido alimentava uma lógica de você estudar, investigar, pensar a gestão pública no campo do esporte e lazer. A minha trajetória foi um pouco isso.

### **Desde quando o professor está no partido?**

Eu entro no partido em 88. A minha ficha de filiação é de 88. Continuo filiado até hoje, até para me sentir legitimado para poder fazer as críticas que eu venho fazendo, por dentro do partido. A impressão que eu tive é que se eu me afastasse do partido minhas críticas perderiam um pouco de legitimidade. Então permaneço no partido, não tenho vida partidária, e minha própria vida partidária sempre foi construída a partir da lógica da construção do debate interno sobre o esporte e lazer. Eu nunca me entendi um profissional da política. Nunca pleiteei cargos políticos, né? E na verdade, os quatro anos que eu passei em Brasília, já agora nesse primeiro governo, a pergunta que muitos me fizeram é como eu fiquei quatro anos sem ter essa inserção partidária em tendências, em grupos políticos, que é o que faz, que sustenta de certa forma quadros dentro de uma estrutura de governo. Eu não tive e não tenho padrinhos políticos pra me garantir. A pergunta era essa, a surpresa era essa: poxa, quatro anos, agüentou muito. Por que a pressão interna por cargos, pelo espaço foi grande, era grande. Tivemos muitas disputas internas, ganhamos todas, até a última, quando houve então a necessidade de um golpe na estrutura do Setorial, desqualificando uma decisão da estrutura do Setorial pra fazer com que o grupo que hoje está lá viesse a assumir o nosso lugar. Por que a decisão do Setorial foi pela permanência do nosso grupo. Mas aí houve forças internas que desrespeitaram essa decisão e caminharam de forma contrária. Então na verdade essa idéia de gestão, essa disposição, essa disponibilidade para estar no lugar do gestor me levou a presidência da Unicamp aqui, do sindicato dos professores da Unicamp. Me levou ao CBCE, por duas gestões do Colégio Brasileiro. E... uma disposição que eu sempre tive. Eu não entendia e continuo não entendendo esse espaço universitário desvinculado ou de costas pro mundo real, pro mundo concreto, pra realidade concreta brasileira e mundial.

### **E no Ministério? Como foi sua inserção no Ministério? Como ela se deu?**

Eu penso que meu nome chega como opção da representação do PT dentro do Ministério, que aquela altura já tinha sido destinado ao PC do B, talvez por dois motivos centrais. Primeiro deles, por um certo reconhecimento dessa minha trajetória interna ao PT, da organização desse espaço interno de discussão, que hoje é conhecido como Setorial do Esporte e Lazer. Roberto Liao brinca comigo, quer dizer, eu vivi o setorial antes de ele existir de verdade, né? Formalmente. Por que depois ele se formaliza como instância. Mas antes dessa formalização, nós já tínhamos uma vida interna de setorial. Então na verdade, essa minha trajetória a partir da Universidade, partindo dela, me credenciou para esse lugar. E, segundo, aquilo que pra muitos era condição necessária para estar numa estrutura de governo, pela lógica partidária. O fato de eu não tê-la fez com que meu nome fosse num primeiro momento melhor aceito. Então como havia uma disputa interna de várias pessoas, em função de vários segmentos e tendências, e tudo mais. O meu

nome meio que surge como algo que poderia digamos aglutinar, de representar aí um conjunto daquelas forças. Como eu não tinha essa vida intestina partidária forte, como eu não estava vinculado a nenhuma tendência, como eu não me colocava como profissional do partido. Eu não tinha emprego pelo partido, tem gente que vive disso. E eu nunca tive isso. Eu sempre fui professor universitário. E isso naquele momento me credenciou também. Então essas duas coisas: o fato de eu não ter esse vínculo profissional com o partido, e o fato de ter uma trajetória por dentro dessa questão me fizeram chegar lá dentro. E lá dentro eu chego numa situação difícil porque eu também não tive a oportunidade e as condições políticas de montar a minha equipe. Praticamente eu tive que receber uma equipe já estabelecida por essas forças que eu lhe falei, né? Por indicações de vários agrupamentos e eu na verdade pude escolher mais diretamente o meu assessor, que é o Roberto. Eu lhe quis como assessor nesse lugar. Eu escolhi meu chefe de gabinete como um nome que também não fazia parte desses agrupamentos, dessas tendências, mas uma pessoa que me demonstrou ser de confiança. E eu precisava de alguém por fora dessa lógica da profissionalização política, né? E os outros eu praticamente eu recebi por essas imposições. Na ocasião eu entendi que valeria a pena viver essa experiência, mesmo nesse quadro. E aí, um outro problema que era conviver com, subordinado ao mando ministerial de outro partido, que teria naquele Ministério a sua única janela, a sua única vitrine, ou pelo menos a vitrine mais privilegiada pra se fazer perceber, né? Pra se fazer visto.

#### **O senhor esteve presente desde a equipe de transição, né?**

Eu acompanhei a transição mais indiretamente. Eu não estava em Brasília na ocasião. Quem mais estava lá, além do pessoal de Brasília, foi o Veronez, que acabou assumindo pelo setorial a presença dentro da equipe de transição. O Roberto por perto lá de Brasília. O Jamerson de Pernambuco circulava por lá. O Itamar do Rio de Janeiro também. Mas o fato de serem do Rio, Pernambuco, e não terem disponibilidade para permanecer em Brasília, fez com que essa responsabilidade caísse nos ombros do Veronez, até porque ele estava afastado para os seus estudos de doutorado e tinha portanto uma certa disponibilidade de estar e permanecer em Brasília. Envolvido no assunto que, mesmo que indiretamente, fazia parte do seu objeto de investigação também. Então foi ele. E nesse momento eu sempre em contato com todos, ou com boa parte deles, mas não em Brasília. Eu chego em Brasília no dia 13 de janeiro. Me comunicam final de dezembro. Eu tava em férias com a minha família. E que o jogo já tinha sido jogado, e que o partido estaria defendendo junto ao PCdoB, um lugar do PT dentro da estrutura ministerial e que eu era o nome que o partido estaria indicando para representar esse segmento. Então eu me desloco para Brasília no dia 13 e fico até a hora de sair.

#### **Mas então a estrutura da Secretaria, os departamentos já estavam definidos antes da sua chegada?**

Não. Não porque na verdade uma medida provisória de 1º de janeiro define a criação do Ministério do Esporte, que não existia. E a estrutura do Ministério do Esporte e Turismo permanece só com o Turismo. Então na verdade a gente recebe em janeiro a incumbência de montar uma estrutura ministerial. E nós tínhamos como prazo 31 de janeiro para encaminhar isso ao Ministério do Planejamento, e esse tema acabou sendo o motivo de uma das primeiras crises ministerial porque janeiro avançava e nós não tínhamos sido ainda chamados, convocados para discutir essa

estrutura. E quando ficamos sabendo ela já estava praticamente pronta, tendo sido articulada pelo Ministro e pelo seu secretário executivo, na época Gil Castelo Branco. Hoje o coordenador do Contas Abertas, uma página virtual, uma ONG bastante visitada porque domina muito essa lógica de orçamento e tudo mais na instância governamental. E aí nós inclusive exigimos, não só, também com aqueles outros setores que estavam afastados, exigimos participação nesse processo. E tivemos muito pouco tempo para intervir de fato, tanto que você percebe até hoje uma estrutura ministerial, é... de cabeça para baixo. A instância do gabinete do Ministro está super-dimensionada. Na área-fim, secretarias sub-dimensionadas. Quer dizer, uma lógica do Ministro que quis colocar uma estrutura ministerial muito mais a serviço de seus projetos políticos, de tê-lo como centro das atenções e das ações, esvaziando as áreas que teriam aí a responsabilidade de execução propriamente dita da política. Esse foi o primeiro embate, forte. O segundo embate forte ainda em janeiro, fevereiro, foi com relação ao lugar da Rede Cenesp. O Departamento de Ciência e Tecnologia num primeiro momento da estrutura pensada pelo Secretário Executivo, ficaria vinculada ao alto-rendimento. E nós havíamos deixado claro na negociação do nosso ingresso que queríamos o Departamento de Ciência e Tecnologia, por conta da nossa história, vinculado a nós. Nós tínhamos transito no mundo acadêmico. Seria fundamental esse trânsito para fazer as coisas fluírem. E não havia essa intenção por parte do Ministro, por parte do Secretário-Executivo, que queriam isso mais próximo deles e, se isso permanecesse com o alto-rendimento eles teriam maior controle, porque inconscientemente ou não, subliminarmente ou não, havia uma desconfiança. Nós éramos o PT e eles eram o PCdoB. Então foi o momento que eu deixei claro que se a estrutura do Departamento de Ciência e Tecnologia não ficasse sob minha coordenação eu sairia do governo. Isso ainda em janeiro. E aí eu lembro que vim pra cá final de semana deixando o seguinte recado: me avisem, que se o Departamento não ficar, que eu nem volto. Eu fico e já reassumo as coisas aqui em Campinas. Daí eu recebo o telefonema dizendo pra voltar que tinham batido o martelo no sentido de deixar a estrutura da Ciência e Tecnologia junto a minha Secretaria, junto a Secretaria que eu estaria a frente. Pouco mais a frente, março. Acho que fevereiro ou março, eu também engulo um grande sapo, um dos primeiros sapos grandes, né? Foi ter sabido pelo Diário Oficial, portanto já publicado, já decidido que o Departamento sim ficaria comigo, mas a Rede Cenesp ficaria vinculada justamente à Secretaria de Alto-rendimento. E esse foi o movimento feito pelo então secretário, o Arantes, o André Arantes e pelo conjunto dos coordenadores da Rede Cenesp, porque eu participei de um primeiro encontro dessa Rede deixando claro que eu queria primeiro ampliar o conceito de excelência esportiva para além da lógica do alto rendimento. E segundo, eu queria fazer uma avaliação do que aquela Rede já havia produzido até aquele momento, já que havia um certo valor de recursos destinados, desde o governo FHC, desde o momento de sua criação até aquele momento e não havíamos encontrado nenhum documento que nos explicasse o destino daqueles recursos, os resultados dos estudos realizados. E isso fez com que eles se organizassem e chegassem até o Ministro fazendo pleito para que eu não ficasse a frente dessa instância. E essa decisão foi tomada sem o meu consentimento, sem o nosso consentimento, da minha equipe. E isso suscitou como resposta a criação da Rede Cedes. Então tá bom. Se a excelência esportiva, o alto rendimento foi pra lá, então nós vamos desenvolver uma lógica de Ciência e Tecnologia voltada para os estudos de política esportiva, de gestão esportiva e de lazer, que não o do alto rendimento. Mas a lógica do alto rendimento também trazendo pra nós a lógica da

gestão do alto rendimento. Porque a Rede Cenesp desenvolve estudos de Teoria e Prática de treinamento esportivo, não da gestão esportiva. E desenvolvemos a Rede Cedes dentro da discussão da construção do PPA, do Plano Plurianual, de novembro. Então nós construímos um programa denominado, o Programa Orçamentário Esporte e Lazer da Cidade. Esse programa orçamentário ele tinha um projeto social-esportivo que levava o mesmo nome dele, que é o projeto social-esportivo Esporte e Lazer da Cidade, e a Rede Cedes. Então a Rede Cedes e o projeto social, eles compõem o programa orçamentário Esporte e Lazer da Cidade. Então quando você fala PELC você está falando do projeto social-esportivo, que junta com a Rede Cedes, que compõe até hoje o programa orçamentário Esporte e Lazer da Cidade.

**Esse programa orçamentário, então ele é sinônimo do programa da Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e Lazer?**

Isso, correto. Assim como o programa Segundo Tempo está diretamente relacionado a Secretaria de Esporte Educacional. E o Brasil, Talento Esportivo, eu não me lembro exatamente o nome, vinculado à Secretaria de Alto Rendimento.

**Então a partir do segundo ano de gestão que inicia os programas, o PELC e a Rede Cedes?**

Correto. Primeiro ano foi ano de organização do PPA, que iria prevalecer nos próximos quatro anos, 2004 a 2007. Me chamou atenção na mensagem que nós trocamos a sua periodização. Você quer 2003 a 2009. Eu achei estranho porque você vai pegar dois PPAs. A menos que você tenha a intenção de dato de fazer o estudo comparativo entre a primeira lógica do PPA e a segunda, que há mudanças significativas. Se for para trabalhar com uma determinada lógica, valeria a pena pensar na lógica do PPA. O segundo PPA vai de 2008 a 2011. 2009 portanto já entra na lógica do segundo mandato, segundo governo, segundo PPA. O primeiro de 2004 a 2007. Isso foi implantado no governo FHC, uma lógica de gestão interessante porque minimiza aquela cultura política brasileira de arrasar a terra do governo anterior quando entra. Então você necessariamente trabalha com o orçamento e os programas do governo anterior, construindo as alterações de uma maneira mais... menos... menos sectárias, menos radical digamos assim. No sentido de sectária. Dando uma certa lógica de continuidade aos programas de governo, aos projetos de governo. Na lógica do planejamento, é o sonho do Ministério do Planejamento. Nós tivemos um problema com o Ministério do Planejamento, porque eles identificaram, com precisão no meu modo de ver, o Segundo Tempo como uma continuidade do Esporte na Escola, do FHC, com mudança de nome, uma coisinha aqui e outra ali. E ficaram satisfeitos porque ai essa seqüência histórica estava garantida, mas ficaram incomodados com o Esporte e Lazer da Cidade que rompia com a lógica do Esporte Solidário. Então na verdade, na lógica do Ministério do Planejamento, o Esporte e Lazer da Cidade deveria acompanhar, na lógica da continuidade, o modelo conceitual do Esporte Solidário. E o Segundo Tempo do Esporte na Escola. E nós levamos muito tempo buscando convencer os técnicos do Ministério do Planejamento pra dizer: sim, era diferente, havia uma ruptura. E não era uma ruptura política no sentido de não seguir o que o FHC havia iniciado, mas tinha a ver com a lógica conceitual de trabalho que o PT tinha acúmulo e vinha construindo a bastante tempo, e que não se combinava do Esporte Solidário.

**Mas quais eram as principais rupturas?**

Olha, é... a começar pela compreensão de gestão, de gestão participativa, de gestão democrática, não centralizada. Trabalhando na lógica da descentralização da política. Não entendendo descentralização e desconcentração como desresponsabilização da esfera central, assim como o envolvimento das instâncias de governo estadual, local, municipal na execução das políticas, né? O nome “da” cidade não foi ocasional, foi proposital. Quer dizer, poderia ser “na” cidade, mas o “na” é um lugar a mais. O “da” é de pertencimento, pertence à cidade. Ela define de fato o que vai acontecer, a partir desses parâmetros que o programa e os projetos estão explicitando. Nosso referencial teórico de lazer, nós fomos buscar o Fernando Mascarenhas, diferentemente do atual que trabalha com a lógica do Marcellino, uma outra visão de lazer, que trabalha hoje sob a lógica da ação comunitária. Nós nos afastamos disso já por questões de natureza teórica. Esse tema de projeto social. Por exemplo, ações. Acho que uma questão mais evidente: no Esporte Solidário ele tinha projetos disciplinares, por exemplo, ele queria um projeto voltado para a terceira idade, era o Vida Ativa, ele tinha um projeto votado para a infância e juventude, um outro para as pessoas com deficiência, e nós estabelecemos uma lógica, uma metodologia intergeracional. Nós queríamos trabalhar com a comunidade, e a comunidade para nós não estava fatiada. Existia nesse conjunto. Nós nos afastamos do conceito de ciclo de vida individual e nos aproximamos do conceito já presente na lógica de governo, na saúde, por exemplo, que é o ciclo de vida social, né? Uma pessoa ela nasce, ele cresce, ela amadurece, e ela morre em sociedade, no convívio com outras gerações, e não só com os da sua geração. Então nós teríamos que ter ações que envolvessem todos os segmentos, ao mesmo tempo, na maior parte das vezes. Esse foi o rompimento maior que nos trouxe problemas políticos porque o Ministro queria um projetinho para cada segmento, porque isso dava mais visibilidade política a ele. Você dizer que o governo passado tinha quatro projetos e nós só tínhamos um projeto social, por mais que eu explicasse que era um projeto que trabalhava com todos os segmentos de uma forma intergeracional, isso não era aceito. Ele queria um para terceira idade, um pra, né? E a comunidade acadêmica que desenvolvia os trabalhos também não estava acostumada com a ação intergeracional. Até hoje nós formamos nossos alunos numa lógica disciplinar. Se eu quiser pegar alguém que desenvolva um trabalho de jovens e para terceira idade, eu vou ter que pegar dois especialistas, porque um sozinho não dá conta. Um é especialista na juventude e um em idoso. E tivemos dificuldade porque vinha demanda de grupos de idosos querendo recursos e nós colocávamos como condição a expansão do conceito de que se trabalha com idoso para outras fases, faixas etárias, outros segmentos etários, explicando né lógico. E existia necessidades inclusive do mundo universitário, acadêmico.

### **E qual o balanço que você faz do PELC durante a sua gestão?**

PELC pra você é o projeto social?

#### **É, o projeto social.**

Ta. Bem, a grande dificuldade foi de escala, né? Nós tivemos, por conta dessas questões de natureza política, eu diria, de uma forma caricatural, mas para exemplificar para você, talvez te deixar mais claro, que de cada dez reais que entrava no Ministério, sete ia para o Segundo Tempo, dois ia pro alto-rendimento e um ia para o PELC. E nós trabalhamos os quatro anos dentro dessa lógica. Por que na configuração do PPA, o Ministro, o Secretário-executivo, o Secretário de Esporte Educacional, na época, o atual Ministro, o Orlando, queria nos convencer da

necessidade de se manter um único programa, o nome do projeto social de Segundo Tempo. Eles queriam o Segundo Tempo Escolar e o Segundo Tempo Comunitário, e nós não arredamos o pé do Esporte e Lazer por conta de lógicas e por conta também de marcar nossa presença lá dentro. O Ministro não teve como fazer com que a gente mudasse de posição e ele teve que ceder a essa nossa pressão, mas ele teve quatro anos para com a caneta, com sua presença, dar toda e quase exclusiva visibilidade ao Segundo Tempo como projeto social, e nenhuma, absolutamente nenhuma visibilidade ao Esporte e Lazer na Cidade. Eu desafio você a pegar um discurso do Agnelo durante o mandato dele onde ele faça menção do Esporte e Lazer da Cidade. E quando faz, você fazer uma certa conta de tempo, de segundos que ele fala do Esporte e Lazer, e dos minutos que ele fala do Segundo Tempo. De certa forma foi favorecido por uma lógica de governo que solicitou a cada pasta que elegeisse um projeto prioritário, e o Ministério do Esporte elegeu o Segundo Tempo. Você sabe que até hoje o governo lida com uma lógica orçamentária bastante esquizofrênica, pra dizer o mínimo. Você tem digamos um orçamento que não é uma peça aprovada no Congresso no sentido normativo, é meramente indicativo. Por isso o presidente nunca veta o orçamento. Mas quem de fato estabelece o orçamento real é o Ministério do Planejamento, vinculado aí às questões políticas da Casa Civil, com o uso do contingenciamento. Então ele te diz, o teu orçamento ta dizendo pra você que você tem de fato mil pra receber, mas eu to te dando duzentos agora e os outros oitocentos vai depender do movimento da economia. A medida que a economia dê sinal de força, de consistência, eu vou liberando. E se ela não der esse sinal, você vai ter que trabalhar com duzentos. Isso engessa a gestão, porque você fica naquilo que eu chamava de sinuca de bico. Se você não cria as condições para executar o orçamento, se ele chegar de repente você não vai ter tempo hábil para executá-lo. Mas isso significa também que você pode fazer um baita de um esforço de gestão e não executar porque o dinheiro não chega. E no descontingenciamento o dinheiro chega em bloco na mão do Ministro, e o Ministro distribui da forma que ele deseja. A distribuição é política. E nessa distribuição política essa continha que eu te fiz, dos dez, sete, dois e um, foi o que prevaleceu. Então nós tivemos essa dificuldade, de arriscar, de alcançar, de ganhar projeção. Tivemos que estabelecer uma luta de Davi contra Goliás para conseguir peças publicitárias, na porrada, no facão, né? Por que não tínhamos peças publicitárias. O próprio vídeo, não sei se você chegou a ter acesso ao vídeo, um vídeo de 10 minutos, 11 minutos, só foi feito por conta de um evento que estaria acontecendo na Bahia, precisava de peças publicitárias dos governos, e nós não tínhamos nada do Esporte e Lazer. Só havia alguma coisa do Segundo Tempo. Fizemos o vídeo correndo. E que é o mesmo vídeo que existe hoje, só que eles fizeram uma edição, tiraram a minha imagem, e tiraram a imagem do Agnelo, tiraram essas duas referências. Cartazes, prospectos, foi uma briga muito grande. Então essa é uma dificuldade grande. Uma dificuldade interna no sentido de ter uma equipe que não era uma equipe, nunca se configurou com uma equipe, porque a sua própria configuração partiu desse acordo político, mas um acordo onde sempre ficou evidente uma luta interna por espaços. E eu tive que administrar. Então a minha relação com o outro partido político e uma relação com uma equipe que não era equipe. Que tinha problemas internos de relacionamento, e de disputa por espaço político. Nesses quatro anos nós tivemos, eu diria no mínimo uma luta política dentro do partido, dentro do setorial, por espaço político, muitos pleiteando o meu lugar. Ganhamos todas. Inclusive a última, né? Onde, onde foi necessário o golpe. O que significou para mim a morte dessa instância política. No momento que eu me

desloco do Acre, Paraná, de Brasília, do Rio, de São Paulo, para passar o dia em São Paulo discutindo, tomo uma decisão, delibero uma decisão, e no dia seguinte essa decisão é desrespeitada, desconsiderada, e esse deslocamento na base da militância, cada um bancando a sua, você desqualifica uma instância porque a medida que uma decisão dessa não é respeitada, não tem porque ela existir. E pra mim o óbito do setorial nacional é 19 de fevereiro de 2006. Foi quando a decisão tomada no dia 18 foi desqualificada, desrespeitada pelo então Secretário Nacional de Movimentos Populares, que é a instância onde até hoje a Setorial está vinculada. Na época o Secretário era o Bruno Maranhão, aquele louco que invadiu o Congresso. Ele então tomou a decisão de desrespeitar e de encaminhar, segundo a executiva nacional, sem o aval da executiva nacional, mas também não fez nada para voltar atrás. A deliberação pela saída do meu grupo e a entrada do grupo da Rejane desrespeitando a decisão da instância. Então as dificuldades foram essas. Mas nós conseguimos, mesmo com todas essas dificuldades, fazer circular o modelo conceitual. Nós construímos um modelo de estrutura de equipamento esportivo e de lazer que hoje é referencia lá dentro do Ministério, na Caixa Econômica, nós temos vínculo. Em CDs também, fizemos edital, contratamos arquiteto, que é um dos arquitetos que está envolvido com a CBF reformas de estádios, e tal, que é o La Corte, Carlos La Corte, foi ele que ganhou o edital naquela ocasião. Passou a ser conhecido a partir daí. Desenvolvemos portanto um modelo conceitual, e nós não tínhamos recurso para implementar, mas tínhamos condições políticas de circular o modelo conceitual. Fizemos um bom trabalho junto ao Parlamento, ao Congresso, junto aos deputados da base aliada, divulgando esse modelo. E pra isso o trabalho do Roberto foi fundamental. Como assessor ele fazia esse contato. Era dele a responsabilidade desse trânsito. O trabalho político nesse sentido foi bem feito. Mas nessa hora a política acaba não tendo grande importância. Quem tem essa perspectiva de ter o lugar de secretário, que é um cargo político, mas sem abdicar de uma ação também técnica de definir um projeto. Na maioria dos lugares os secretários não se envolvem nisso. Tem uma assessoria técnica que faz isso. Ele praticamente tem uma ação política, no sentido, digamos, comum da ação política, de fazer os contatos e esse trabalho, definição de modelo não é papel do secretário. Secretário pode vir de qualquer setor. Não precisa ser do setor do esporte, que domine esse campo porque não é ele que vai dar conta disso. No nosso caso não. Nós associamos as duas tarefas.

**E a Rede Cedes? Como foi o surgimento dela? A idéia o senhor falou um pouco, mas como ela se efetivou? E o que ela alcançou?**

Ela se efetivou... ela surge pelos motivos que eu lhe falei. A medida que a Rede Cenesp é retirada de nossa alçada, nós então desenvolvemos uma outra configuração de Centros de estudos, de investigação, de pesquisa no campo do esporte recreativo e do lazer, na perspectiva da qualificação da gestão. Nós sempre deixamos isso claro. Quer dizer, não queríamos competir com o CNPQ. O CNPQ, o mundo acadêmico que quisesse desenvolver suas pesquisas, seus estudos a partir de seus próprios interesses teria no CNPQ em nível nacional e as agências de fomento estaduais os locais para captar recursos. Os recursos da Rede Cedes seriam destinados por demanda dirigida, por nós dirigida, e aí prevalecia nossos trinta anos de inserção no mundo acadêmico, na busca de desenvolvimento de estudos, de pesquisas que alimentassem a qualificação da gestão pública no campo do esporte recreativo e do lazer. Aquilo que nós sentíssemos ausência ou dificuldades da gestão, inexistência de referencial nós mapeávamos os grupos já

existentes, já consolidados, identificávamos aqueles com massa crítica para dar conta do que queríamos, e encomendávamos, fazíamos um contato no sentido de dizer, “olha, identificamos massa crítica para desenvolver tal estudo e precisamos desse estudo, se vocês concordarem elaborem o projeto, me digam quanto precisam, que nós financiamos o trabalho de vocês”. Então não tivemos no pouco tempo que funcionou, três anos, pouco menos de três anos até, a Rede Cedes sob nossa coordenação. Nós trabalhamos com essa lógica de demanda dirigida a grupos que nós indicávamos. Trabalhamos muito pouco, quase nada, com a idéia de edital porque sabíamos aonde buscar esses grupos, essa massa crítica qualificada, esse no-rau. E não trabalhávamos com a lógica de demanda espontânea. Com a demanda dirigida sabíamos que íamos, por exemplo, estudos que nos trouxessem metodologias de avaliação processual da implementação de políticas. Nós não tínhamos, né? A lógica de governo avalia depois do projeto concluído. Se esse foi mal serve pro outro, aquele o dinheiro foi jogado fora. Nós queríamos algo que nos permitisse dar conta de uma avaliação processual, a ponto de intervir na execução e durante a execução, não depois dela concluída. Quer dizer, quantos estudos com um pouco dessa lógica toda aí. Nesse sentido, nós tivemos uma capacidade política, uma legitimação no mundo acadêmico de fazer uma interlocução de qualidade. Então chegaram projetos como nós sabemos, né? Cinco laptops. Vocês não vão equipar a universidade com recursos do Ministério do Esporte. Não é esse o papel do Ministério do Esporte, o recurso não é para isso. Tivemos legitimidade para “peitar” umas disputas por espaço, de quem queria recursos para desenvolver o que bem entendesse. Não, isso aqui é demanda dirigida. Esse teu projeto pode ser interessante, mas não é interessante pra nós. Vai buscar o recurso no CNPQ se for o caso.

### **E essas demandas eram da Secretaria, não do Ministério?**

Eram da Secretaria porque toda política de esporte recreativo e de lazer estava vinculada à Secretaria. Uma vez ou outra surgia alguma demanda por estudos de natureza, de centros de memória. Não tinha uma relação direta com a gestão, mas indiretamente sim, porque era o lugar onde eu poderia buscar experiências já vivenciadas, que poderiam minimizar a repetição de equívocos. Poderia aprender com o já realizado. Então isso também... e as vezes vinha de outra Secretaria ou do próprio gabinete do Ministro, da Secretaria Executiva, mas caía na Secretaria porque na lógica do PPA éramos nós que tínhamos, digamos ações programáticas com recursos pra executar esse tipo de ação, de proposta. Então o Ministro não tinha como fazer isso pelo Segundo Tempo, porque o Segundo Tempo não tinha em sua estrutura de programa uma ação que desse conta disso. A ação é nossa.

### **Então, a Rede Cedes no início era quase que uma espécie de consultoria para a ação da Secretaria?**

Na verdade ela, ela, ela... dava conta de buscar subsídios para qualificar a ação da Secretaria, mas não só da Secretaria, das Secretarias Estaduais e Municipais de Esporte e Lazer. Foi também a Rede Cedes, ou foi a nossa instância que teve um papel digamos protagônico na construção daquele diagnóstico que o IBGE desenvolveu, a nosso pedido. Houve uma coordenação que ficou centralizada na Secretaria Executiva, na coordenação de programas, mas toda a construção do instrumento de coleta de dados foi feita diretamente, associada a presença da nossa Secretaria, e no Departamento de Ciência e Tecnologia, onde a Rede Cedes estava ligada, no sentido do contato com o IBGE, do treinamento das pessoas do IBGE que



iriam coletar os dados, toda essa lógica do que queríamos surge desse trabalho do Departamento de Ciência e Tecnologia. Não se limitou à Rede Cedes, né? Por exemplo, a idéia do CEDIME, o Centro de Documentação e Informação do Ministério do Esporte já estava na programação daquela época. O que tivemos, por conta da escassez de recursos definir prioridades, definir ações prioritárias, né? E a implementação da Rede Cedes acabou ganhando, acabou ganhando um tom prioritário primeiro porque precisava de uma resposta às exigências da gestão, as dificuldades da gestão. E segundo porque a Rede Cedes chega às universidades como chegou também como um elemento político forte de contraponto à Rede Cenesp. Porque a Rede Cenesp fazia do grupo vinculado a ela um grupo com status diferenciado nas agências universitárias. A Rede Cedes estabeleceu um equilíbrio de forças políticas. Isso fica muito fácil de constatar na UFMG, por exemplo, entre a Rede Cenesp e a Rede Cedes. A Rede Cedes na UFMG surge muito por conta dessa lógica, mas também por um movimento nosso de dizer, “olha, vocês se sentem sufocados pelo grupo Cenesp aí dentro, mas há de reconhecer que o grupo que discute política educacional e o grupo que discute política de lazer também não sentam juntos. Então se vocês querem a Rede Cedes aqui vocês vão ter que se unir. Há, mas nós temos diferenças. Resolvam, se articulem politicamente, construam ações conjuntas, que eu não vou construir uma Rede Cedes dentro de uma universidade, uma para o lazer, e outra para o esporte escolar, a questão da política educacional. Resolvam, se fortaleçam.” Isso gerou um fortalecimento que está presente até hoje, que fez com que eles fortes na luta interna por espaço político em relação à Rede Cenesp. Se deu também em muitos outros lugares. Eu diria que 90, 95%, o critério técnico prevaleceu. 5% tem aí uma certa dose de dimensão política, estabelecendo um pouquinho aqui, um ali, coisas desse tipo. Não dá pra tirar isso.

**E como se deu a aproximação entre a Rede Cedes e o PELC? Eles fazem parte da mesma dotação orçamentária, mas efetivamente essa aproximação entre a Rede Cedes e o PELC programa social?**

De uma forma muito simples porque na verdade o projeto social que era tocado por uma Diretoria e a Rede Cedes por outra Diretoria fazia parte de uma Secretaria que me tinha como secretário. Eu tinha essa visão de totalidade e junto a equipe desenvolvia essa leitura de totalidade. Na própria construção do programa orçamentário ela já nasce nessa lógica de totalidade. E a todo momento a gestão se deu numa perspectiva de unidade, unidade de programa, unidade programática. Então a Rede Cedes ela já surge com essa, com esse objetivo de alimentar a gestão. Não necessariamente a gestão do PELC no governo federal, mas o PELC nos municípios aonde ele chegava, o PELC nos estados aonde ele chegava, no sentido de subsidiar com metodologias, com referenciais teóricos a lógica de gestão. Nós tínhamos contato, por exemplo, com o fórum de gestores estaduais de esporte e lazer. Inclusive esse fórum tem acento no Conselho Nacional de Esporte, se reunia quase que mensalmente em Brasília, numa ação política forte. Como boa parte dos secretários eram secretários por indicação política, então não tem nenhuma incursão as vezes na lógica da gestão pública, da administração pública e na lógica do esporte, mas tinham equipes técnicas que faziam isto, ou teria que fazer isso, nós estabelecemos uma interlocução com esses secretários e com essas equipes, no sentido de mostrar a necessidades delas é... buscarem subsídios teóricos de gestão pública, de administração pública, para trabalhar com a implementação de uma política pública de esporte e lazer. Para você ter uma idéia, não foi nem uma nem

duas as vezes em que secretários demonstraram desconhecer a existência do Estatuto das Cidades, uma lei que é de 2001. Então nós tivemos que fazer todo um trabalho, dizer “ó, existe uma lei, que não é do Governo Lula, é do FHC, que é fruto do movimento pela reforma urbana, dos anos 60, que regula um capítulo da Constituição sobre planejamento urbano, e que regulamenta esse capítulo da Constituição numa lei 10.257, que ganhou o apelido de Estatuto da Cidade, que define o papel social da cidade”. E não dá para trabalhar uma política da cidade desconhecendo essa Lei. Desconhecendo o que é um Plano Diretor, e se envolvendo na construção de um Plano Diretor, não sabiam disso. Isso em nível estadual, em nível municipal nós tínhamos a ASMEL (Associação de Secretários Municipais de Esporte e Lazer), que tinha a Rejane como Secretária, porque era Secretária de Esporte em Porto Alegre, e que na entrada depois, na negociação da chegada dela no Ministério, ela entrega na mão do PCdoB como parte da negociação para ela chegar no Ministério do Esporte. Aí vai para a mão do Julio Filgueira, que era o Secretário do PCdoB na gestão municipal de Guarulhos. O Julio depois vai para a Secretaria Nacional de Esporte Educacional. Ele a ASMEL na mão daquele que o sucedeu em Guarulhos, num jogo político muito claro. Mas tinha Secretários que não tinham a mínima idéia do que era gestão pública, do era gestão municipal, do que era gestão de esporte e lazer. Então o trabalho era mostrar, olha, os elementos técnicos para a administração estão aqui. Técnico para nós nunca foi desvinculado do político, mas não dessa cultura política da pessoa que ao se tornar Secretário já está mirando ser vereador, já está mirando ser Deputado, e quer se profissionalizar na política. Isso pra mim foi um trunfo e ao mesmo tempo meu calcanhar de Aquiles, porque eu tive força até certo momento porque eu não tinha essa pretensão de me profissionalizar na política, e isso que foi força num certo momento foi fragilidade no outro porque eu fugi à lógica das alianças partidárias que queriam lidar com pessoas com pretensões políticas.

**Mas no fundo aí, os gestores acabavam incorporando o que vinha sendo produzido pela Rede Cedes de alguma forma?**

Nem teve tempo suficiente para se sentir o peso dessa incorporação. E isso se deu de uma forma muito circunstancial, dependendo do perfil do gestor. Tinha gestores que vinham imbuídos dessa compreensão, da importância de você qualificar a gestão, e de buscar. Você nem precisava buscar, eles vinham. Claro reconhecendo a limitação deles, vinham em sua busca, identificavam você na Rede Cedes, é... com tato político de subsidiar, de qualificar a gestão. E tinha outros que não. Tinha outros que estavam querendo ser vereador. Então você entrar nessa discussão era tempo perdido pra ele. No muito ele dizia “vai conversar com a minha equipe, porque quem executa é a equipe, eu aqui negocio com o prefeito, com as forças políticas, com as bancadas na câmara de vereadores, com o legislativo municipal, meu papel aqui e outro”.

**E no nível dos trabalhadores do sistema, chega até eles esse tipo de produção? As pessoas que estão trabalhando diretamente com as políticas, seja no município, nos estados ou no governo federal?**

Veja bem, na verdade o que nós tivemos, digamos que a gente... O PPA começa a prevalecer em 2004. A gente estrutura a Rede Cedes em 2004. Nós tivemos 2005. Pouco de 204 e 2005 para colocar a Rede Cedes na rua. O retorno dos convênios estabelecidos começaram a chegar em 2006, né? Você tem um tempo pra produzir os estudos, pra trazer resultados. Normalmente um convênio tem 12 meses. Nós

tínhamos uma lógica de que a configuração da Rede, no momento que você entra na Rede, você não ganha vitalidade na Rede. Você tem um grupo, eu faço contato com o teu grupo, porque identifico no teu grupo capacidade para desenvolver tal estudo, o teu grupo topa, estabelecemos um convênio pra fazer esse estudo. No momento que você me entrega o produto, o estudo, eu não tenho mais vínculo com você, não tenho obrigação de continuar te alimentando. Você vai ver a Rede Cedes agora já há essa lógica, porque no meu entender houve uma perda da legitimidade na relação com o mundo acadêmico. E para ser recebido no mundo acadêmico você precisa ceder. E o ceder foi isso. Eu continuo recebendo o dinheiro de você independentemente do que eu venha a fazer. Eu começo fazer valer a minha demanda espontânea porque você já não tem mais tanta legitimidade para impor uma demanda dirigida. De certa forma hoje a Rede Cedes, você está estudando isso, ela substitui, ou se não substitui, ela está a par com o CNPQ. Eu vou buscar dinheiro da Rede Cedes do mesmo jeito que eu vou no CNPQ. O CNPQ não estabelece demanda dirigida. Penso que a Rede Cedes a partir do segundo mandato, o segundo grupo perde essa capacidade por não ter capacidade política, legitimação política junto ao mundo acadêmico para impor. Quando o mundo acadêmico vinha para cima de mim eu batia no peito. Não só eu, mas com respaldo disso. Bem ou mal eu tinha 30 anos de mundo acadêmico. Eu não tinha dificuldade para saber o que um grupo de políticas públicas precisaria ter em mãos, quanto de recurso para fazer aquele estudo que estava, digamos, demandando. Então que não me viesse pedindo o dobro porque não ia colar comigo. Hoje cola. Hoje cola porque uma eu não sei, e se sei não tenho como dizer não. E eu preciso do teu apoio político para continuar aqui dentro.

**Então acabou não tendo tempo de ver como essa ação da Rede Cedes repercutia lá na ponta, é isso?**

Correto. Não tivemos tempo pra isso. Mal tivemos tempo de receber o resultado, a prestação de contas do convênio estabelecido com alguns grupos. Muitos grupos iniciaram conosco e prestaram contas já na outra gestão. Já não mais conosco. E aí o movimento de levar ao conhecimento dos gestores, isso já não foi um movimento que nós tivemos oportunidade de implementar, com escala nacional, porque nos afastamos da gestão antes disso acontecer.

**Essa questão de demandar ao ambiente acadêmico as pesquisas que eram necessárias ao Ministério, isso não acaba rompendo um pouco com a lógica do próprio mundo acadêmico, de autonomia, e até que ponto que você, Lino, vê isso como prejudicial para o campo acadêmico?**

É muito tranquilo. A autonomia está garantida. Ninguém te obrigava a aceitar a demanda dirigida. Se você dissesse não, eu não quero fazer essa pesquisa, que eu estou fazendo essa outra, e estou buscando recurso para essa outra, eu dizia, você está coberto de razão, então vá buscar recurso para essa outra nas agências de fomento que liberam recursos para demandas espontâneas. Eu aqui tenho pouco dinheiro, para qualificar a gestão, e preciso portanto dar direção a esse recurso. Não era uma... se o CNPQ trabalhasse só com a lógica de demanda dirigida, se tivesse, não tivesse a possibilidade de estabelecer pesquisas a partir de um interesse do grupo, não houvesse outros canais eu poderia ficar preocupado. Mas não. Nesse sentido, no Ministério do Esporte, não é no Ministério de Ciência e Tecnologia, ele precisava fazer com que os seus estudos... mesma coisa que na Rede Cenesp. A Rede Cenesp existe há oito, sei lá, quinze anos, dezessete anos. Não sei o que ela

produziu, na lógica do alto rendimento. Não sei o que o alto rendimento tirou proveito desses estudos na lógica do alto rendimento. Eu não sei se eu tenho como associar os estudos da Rede Cenesp nesses quinze anos à melhora ou piora em número de medalhas ou resultados esportivos. Não sei qual a relação da Rede Cenesp com o Comitê Olímpico e o Comitê Paraolímpico. Hoje a cobrança é pública, suscitada pelo mundo acadêmico, suscitada por nós. Numa avaliação que quando a Paula entra na Secretaria de Alto Rendimento ela não fala em buscar uma avaliação. Ela fala em auditoria. Aí ela durou dois meses lá. Ela queria uma auditoria na Rede Cenesp. Eram mais de 15 milhões de reais que não se sabia o que tinha acontecido com ele. Eu quero retorno disso. Então a Rede Cedes ela precisa disso. Eu também, eu acho que, eu tenho certeza absoluta que a minha equipe permanecendo lá dentro no segundo mandato nós já teríamos elementos concretos dessa avaliação. Sei que hoje isso tá acontecendo. Há um grupo aqui da Unesp de Rio Claro, com a tarefa, conveniada com o Ministério do Esporte, para avaliar os trabalhos desenvolvidos pelo Rede Cedes. Eu mesmo respondi, vou fazer chegar a você, um questionário que a coordenadora distribuiu para o responsável pela avaliação da Rede Cedes estar desenvolvendo, para saber exatamente isso. Quanto dinheiro foi liberado para a Rede Cedes, quais grupos receberam, que retorno isso teve, e como o Ministério do Esporte está fazendo a ponte entre esses resultados com os gestores. Por que não cabe aos grupos de fomento esse, essa intermediação. Caberia ao Ministério do Esporte. Então eu acho que é um pouco isso. Nós não tivemos tempo hábil para isso.

**E como você essa questão da aproximação do campo acadêmico com o campo burocrático? Como você vê isso? Você comentou isso acompanhou um pouco sua trajetória, mas como você vê essa aproximação entre esses dois campos, que a princípio são distintos.**

São campos distintos no sentido de terem, de terem concepções até de tempo diferenciadas. Se você levar em conta que você tem mais de quatro anos para fazer um doutorado e quatro anos é todo o tempo de um governo de um país chamado Brasil você vê a loucura que é. Você não pode trabalhar na lógica de governo do mesmo jeito que você trabalha na lógica acadêmica. Na lógica de governo eu costumo dizer que você tem que concertar um avião em pleno vôo. Na lógica acadêmica você pode baixar esse avião pro chão, colocar ele dentro de um hangar e desmontá-lo em terra. No governo não dá. Tem que ser desmontado no ar, sem cair, sem matar gente que está dentro dele. Só isso já dá a dimensão. Agora o fato de serem diferentes não significa que um não tenha que conversar com o outro. O maior problema do mundo acadêmico é ficar de costas para o mundo real, o mundo da gestão. E o mundo da gestão está de costas para o mundo acadêmico. Não é responsabilidade, não é só do mundo acadêmico. O meu esforço e o meu trabalho, por ter um pé em cada mundo, foi colocá-los de frente um pro outro. Durante o período do Ministério eu tive, digamos, condições de exercitar esse movimento de colocar um mundo de frente para o outro porque eu de certa forma circulava nos dois mundos. Então eu tinha uma legitimidade no mundo acadêmico, no campo da discussão das políticas públicas para fazer essa aproximação. E chego no mundo da gestão com a legitimidade de quem tinha construído, dentro de uma instância partidária, um acúmulo de referenciais da gestão. Tinha acumulado isso. Então nesse sentido eu vi como positiva essa busca. Não tive nenhum problema, nenhuma preocupação com o fato da demanda ser da gestão ao mundo acadêmico, no sentido que isso limitasse a autonomia, porque em nenhum momento um grupo se

viu obrigado a aceitar a demanda. Como tivemos gente que disse, olha é um estudo interessante, de fato nosso grupo tem capacidade instalada pra isso, mas nós temos hoje duas pesquisas em andamento e não temos como responder sua demanda no tempo que você precisa. Então não. Eu penso que um governo que vem com a lógica da mudança ele tem que demandar política. Ele tem que anunciar essa nova lógica, né? Ele tem que ter, digamos, uma ação que demande a configuração do novo. Uma nova lógica de gestão, um novo programa, um novo projeto, e não a mera repetição do velho. Isso implica intervenção. Também nesse campo isso aconteceu, como aconteceu também nos municípios. Você quer recursos do PELC? Então você vai ter que acatar os preceitos do PELC. A lógica de gestão do PELC. Então não é continuar o que você vem fazendo ai. Pra nós o Governo Federal, o Ministério não era um balcão, um banco que só distribuía dinheiro. Era um banco que distribuía recursos a partir de certos acordos. Um dos acordos é um acatamento de uma lógica de implementação de projeto social. Então isso estava contratado. No contrato estabelecido com esses grupos. O risco que eu percebo hoje. [*entrevista interrompida*]

### **Nós estamos falando da aproximação dos campos acadêmico e burocrático.**

A sim, por outro lado eu vejo essa pressão pela avaliação da Rede Cedes, por exemplo, ela deveria ter partido com mais... do próprio campo acadêmico. E eu não vi isso acontecer. Por que o campo acadêmico se contentou também com os recursos dentro dessa outra lógica da Rede Cedes. Em nome de maior transparência eu tenho edital? Não! Edital não tem nada a ver com transparência. O edital entra numa lógica de demanda que não necessariamente vai atender aquilo que justificou a configuração da Rede Cedes, que é atenderem aos preceitos as gestão, aos interesses da gestão, as necessidades do gestor. Então, você já usou agora, duas ou três vezes, a expressão “burocracia”. Eu gosto mais de utilizar a lógica da administração pública, da gestão pública, porque o burocrático ganha um peso muito pejorativo as vezes. Eu não concebo você administrar uma cidade sem a burocracia, sem a lógica da administração. Se eu não conhecer como funciona a máquina pública eu não me torno gestor ou vou ser um mal gestor. Conhecer essa lógica pública e pensar uma política esportiva e de lazer dentro dessa lógica da gestão pública é fundamental. E isso tudo exige estudos que nós ainda estamos engatinhando, a nossa área. Nós temos ainda dificuldade de entender como funciona o orçamento. Nós temos dificuldade de saber, por exemplo, qual foi a capacidade de execução orçamentária de uma Secretaria de Estado, Secretaria do Governo Federal. Por que eu ainda pego o que o governo digamos aprova no Congresso como orçamento e acho que é isso que chega. E não é isso que chega. Ai eu pego esse valor e vou dizer se foi um bom ou mal governo pela execução eu vou concluir que foi mal, porque a execução percentualmente, em termos do que foi aprovado no Congresso é muito pequena. Mas se eu pego o que foi efetivamente liberado pelo Ministério da Fazenda, do Planejamento pra execução orçamentária, e calculo a execução a partir daí, os números são outros. E se eu pego porque a execução foi baixa, tendo qual foi a responsabilidade de cada instância de governo eu chego a outro resultado. E nossos grupos, nosso mundo acadêmico ainda, na área de Educação Física, ainda está engatinhando nesse processo.

**E a aproximação com o mundo acadêmico, você acredita que ela vai qualificar a gestão?**

A pretensão é essa. A pretensão é essa. No momento que a lógica da gestão pública, dos grupos acadêmicos, dos grupos registrados no diretório de grupos do CNPQ, vinculados ao campo das políticas públicas em Educação, Educação Física, Esporte e Lazer tiverem de fato preocupação com a gestão, com a administração pública, eu penso que só tem sentido isso se qualificar a gestão pública. Mas a qualificação da gestão pública, num primeiro momento, ela não pode ser responsabilidade exclusiva do mundo acadêmico. Há uma intermediação, uma mediação entre esses dois mundos, o mundo da gestão e o mundo acadêmico que precisa ser levado em conta. É a mesma coisa um livro: você escreveu um livro sobre teoria pedagógica e achar que a partir daí o que acontece na Escola vai mudar da noite para o dia é imputar ao autor do livro a responsabilidade que não é dele. Que é da gestão. Agora ele pode como assessor, como consultor, vinculado à política educacional ajudar a gestão a construir essa mediação. Como eu vou fazer chegar na Escola aquilo que a teoria que os teóricos da Educação já estão construindo? Que o mundo acadêmico constrói, de proposta ou de concepção pedagógica. Imputar responsabilidade a quem escreveu o livro é um equívoco. Mas é necessário também que a academia se disponha, se disponibilize a ajudar a gestão a construir pontes entre o que ela produz academicamente e o que acontece na Escola, por exemplo. Mesma coisa no campo do lazer, no campo da política esportiva. O mundo acadêmico não pode só ficar discutindo o que o Norbert Elias fala de esporte, o que o Eric Dunning fale de esporte, o que Bourdieu fala de esporte, enfim, que isso vai mudar a política brasileira. Precisa chegar no mundo concreto, no mundo real. Dizer que Brasília é uma ilha da fantasia. A ilha da fantasia pra mim é a universidade, que faz tudo isso ignorando o mundo real, do campo esportivo, das relações de poder nesse campo, de um Comitê Olímpico que tem o mesmo presidente há 17 anos, de uma CBF que tem o mesmo presidente há quase 20 anos, e que está coordenando uma Copa do Mundo aqui no Brasil em 2014, uma Copa das Confederações em 2013. E um COB que vai administrar uma Olimpíada em 2016. O mundo acadêmico está onde nisso? Assistindo, esperando isso pra virar tese, sem nenhuma capacidade de intervenção concreta nesse momento. Então se tem fantasia aqui é esse mundo acadêmico aqui, não em Brasília. Brasília está intervindo muito mais na realidade que esse mundo acadêmico. Então tem que haver aí um “up”, por exemplo, na lógica de quem estuda, investiga a política pública de chegar nessa realidade. Achar que entrar no site, pegar os conceitos dos programas que eu estou estudando... política... é brincadeira! Até porque muito do que está lá nem o próprio Ministro sabe que está lá. Eu acho que tem que ficar atento a isso. E o mundo acadêmico, voltando a tua pergunta, acho que a tua pergunta tem uma preocupação: o mundo acadêmico está perdendo autonomia com demanda dirigida? Eu digo não. Não perde autonomia. Eu acho que é da responsabilidade do governo estabelecer demanda dirigida. Dinheiro público é sério! Alguém está pagando essa conta. Eu não to pagando, eu não to lá pra dar dinheiro para fazer pesquisa que vai analisar a importância do sutiã no seio da sociedade brasileira. Não, não estou pagando pra isso. Isso é responsabilidade. Então nesse campo eu quero saber onde está indo o dinheiro e que retorno isso está tendo, isso nós temos que acompanhar. E o mundo acadêmico da Educação Física, eu não conheço na Rede Cenesp, por exemplo, nesses quase 15 anos dela, reivindicando avaliação ao Ministério do Esporte. Eu não to vendo a Rede Cedes, a avaliação que vem vindo não foi uma reivindicação da Rede Cedes, por exemplo. Ela própria deveria reivindicar isso. E ela não, porque de certa forma ela se acostuma com esse dinheirinho que entra. 40 mil, 50 mil, 100 mil, de uma forma mais tranqüila. Não era

essa nossa intenção, longe disso. Por que na lógica do programa a avaliação estava presente. A avaliação processual estava presente. Nós não tivemos tempo, aquele grupo do primeiro PPA, de dar conta disso. E saímos no meio de 2006. Acho que é uma coisa para estar atento na hora da avaliação.

APÊNDICE F – Transcrição da entrevista do gestor D, realizada por Fernando Augusto Starepravo, em 29 de novembro de 2010

**Entrevistador – Agradecer novamente a disponibilidade professor. E primeiro eu gostaria de saber um pouquinho a sua trajetória aí na... no campo político, no meio burocrático, quais foram as suas experiências, e aí já dá para falar um pouco da sua inserção dentro da Secretaria Nacional e do Departamento.**

Gestor – Bom, eu... tem que retornar um pouco na história de vida, da minha história de vida. E tem muito a ver assim com questões vinculadas a minha família, irmãos, pais, avô. O meu avô, ele foi um brizolista, daqueles mais ferrenhos. Na verdade não brizolista, getulista. Meu avô era estivador no porto. Fez parte do movimento sindical que organizava a estiva dentro do porto, e muito vinculado ao Getúlio Vargas. O meu pai por conta disso foi brizolista a vida inteira. Por conta do vínculo do Brizola com o Getúlio. Só que uma coisa muito, digamos assim, a partir da ditadura militar, muito reprimido, porque o meu pai era do exército, era militar. Então essas posições... né? E justamente quando nós começamos a nascer. Nós meus irmãos. Meu primeiro irmão nasceu em 59, o segundo em 60, e eu nasci em 61, em 64 minha irmã e em 65 meu outro irmão. Então nós somos, né, filhos do pior período ditatorial no Brasil. Fomos criados dessa forma, mas sempre com essas histórias do nosso avô, ouvindo coisas, né, sobre quem era o Brizola, porque não podia se falar... meu pai não podia falar muito. Bom, o que acaba acontecendo? Quando a gente vai se dando conta, chega na adolescência, e vai se dando conta dessas coisas, nós começamos a atuação. Atuação política. Os meus irmãos eram parte do partidão, tinha um irmão que não saía de casa sem ter alguma coisa vermelha no corpo. Nem que fosse um lenço, né? No bolso, ou alguma coisa assim. E isso de alguma forma foi influenciando todos os membros da família durante um determinado período de tempo. Todos nós fomos influenciados. Todos nós tivemos uma militância política dentro de partidos políticos. Muito forte no final da adolescência, início de adulta. Eu diria isso a partir dos 16, 17 anos, até em torno de 21, 22, 23. Quando na verdade cada um começa a procurar fazer os seus caminhos mais... digamos do ponto de vista individual. Particularmente três irmãos (eu, a minha irmã e o Clóvis) tivemos essa militância mais forte, até por conta de atuarmos mais dentro do movimento estudantil. E essa atuação dentro do movimento estudantil nos leva a fundação do Partido dos Trabalhadores na cidade de Pelotas. Quando começa essa organização, nós começamos a nos envolver e aí por volta de 84, 83 ou 84, quando o partido é fundado, 82, 83, é fundado aqui, nós somos os primeiros a assinar as fichas de filiação. Eu estou me formando nesse momento. Eu me formo em 1983, e já em 1985 eu entro pra dentro da Universidade, já como professor. Quer dizer, eu entro com 23 anos pra dentro da Universidade. Então eu to com 49, eu to 26 anos como professor da universidade. E já aí, como militante do partido, eu começo a militância dentro do sindicato da Universidade. Naquela época ainda Associação de Docentes, não associação sindical. Era só associação porque nós não tínhamos direito a sindicalização. Nós nos organizávamos em forma de associação. E ai vai estreitando esses vínculos partido e sindicato. Começo a uma militância mais forte. Dentro do partido, até por conta do que eu acabo me envolvendo, na área do esporte. Então nós criamos, dentro... uma estrutura partidária dentro do Partido dos Trabalhadores. Criamos... isso era estatutário, né? Regimental. A organização por setores. Havia setoriais. E aí o setorial de esporte e lazer, criado junto a Secretaria de Movimentos Sociais. É uma estrutura que existe em nível nacional e que quando começamos a disputar as



eleições, mais fortemente as eleições, exige, por parte do pessoal que militava, até para conseguir fazer seus, as suas políticas, as suas demandas serem ouvidas dentro do partido, não havia outra forma a não ser por organização por dentro dos setoriais. Aí se cria, e começa a participar do setorial nacional, e a gente começa, consegue organizar o setorial estadual e o setorial municipal. Eu acabo coordenando o setorial municipal aqui de Pelotas, né? Numa disputa que teve com uma pessoa, num determinado momento, muito amiga minha, inclusive foi professor aqui, na gestão do Olivio Dutra foi presidente da estrutura governamental responsável pelas políticas de esporte e lazer, que era o DESP, que era o professor Floresmar. Não sei se já ouviste falar no nome dele, mas foi candidato a prefeito aqui em Capão do Leão, candidato a vereador em Pelotas pelo PT. Um dos primeiros professores militantes petistas mais orgânicos assim dentro do partido. E o Floresmar, ele acaba, a gente consegue por conta desse tipo de organização, bancando o Floresmar para, quando o Olivio assume, para assumir o DESP. O departamento de esportes. Eu não vou, eu acabo não fazendo parte desse movimento, por conta burocrática mesmo. Só conseguiria dispensa da Universidade, com salário, se fosse primeiro escalão, senão a Universidade não liberava. E daí não tinha mais de um posto de primeiro escalão. Então foi o Floresmar e eu fiquei nesse período na organização dentro do setorial, e fazendo, de vez em quando, assessorias. Quando o Marrone, que é o prefeito, primeiro prefeito petista de Pelotas assume o poder aqui na cidade, nós reivindicamos uma Secretaria e o meu nome era indicado para ser Secretário. O Marrone disse que não iria criar uma outra Secretaria por conta da estrutura financeira da prefeitura. Então não tinha como criar essa Secretaria. Então a gente ficou fazendo assessoria para aquelas pessoas que acabaram assumindo a parte de esporte e lazer na prefeitura. Uma assessoria meio que voluntária, uma coisa meio, um pouco informal, por conta das crenças que ainda se tinha de que o partido poderia ser uma estrutura que pudesse provocar algum tipo de mudança. Naquele momento ainda era forte o sentimento das pessoas que militavam no partido nessa direção. Com esse tipo de assessoria ao governo do estado, assessoria no município, e como se escrevia muito nessa época, até por conta do meio acadêmico, a gente acaba uma certa projeção a nível nacional, e eu sou assim alçado, digamos, ao coordenador do Setorial Nacional de Esporte e Lazer do partido. Que seria assim, digamos, a estrutura mais forte dentro do partido no que diz respeito as propostas de políticas de esporte e lazer. Se quiser ir perguntando alguma coisa.

### **Não, pode ir falando.**

Bom, nesse momento o Rio Grande do Sul fervilhando, Pelotas fervilhando com o partido, a possibilidade do Lula ganhar a eleição, então a gente tava muito eufórico com isso. Nesse momento eu acabo, ali por volta de 2000, dois mil e pouco eu acabo saindo para fazer o doutorado em Campinas. Lá, estudos do lazer, na parte de políticas públicas. E isso acaba fazendo com que, aquela dificuldade que eu tinha de sair de Pelotas, no Rio Grande do Sul, para ir pro centro, que era São Paulo, pra fazer as discussões, para coordenar o setorial, porque só se fazia coisa por internet, incipiente internet ainda na época. Facilitou muito. Por que aí em Campinas eu estava a duas horas de São Paulo. Bom, é nesse momento que começa a euforia com a possibilidade do Lula vencer um mandato. Eu to em Capinas, fazendo toda essa articulação, tínhamos colegas em outros estados, que jê estavam atuando muito fortemente, dentro das prefeituras, que a gente chamava das prefeituras populares, em que a frente popular governava. As vezes nem com prefeitos do PT, mas onde o PT era coligado com alguns outros partidos. Nós conseguimos fazer um

movimento muito forte nisso, né? Agregar muita gente pra fazer essa discussão, e, bom, em 2002 vem a campanha, vem a necessidade do partido estruturar de uma forma mais, digamos assim, de maneira mais profissionalizada, mais, com mais substância, a discussão da construção de um programa de governo. Bom, os setoriais são chamados pra fazer isso, pra ajudar a construir o programa de governo que iria pro embate na campanha de 2002. Eu to aí. É quase circunstancial a coisa. Eu to terminando os créditos do doutorado. Nesse momento a gente passa a fazer uma assessoria muito grande, por conta do setorial, fizemos congressos do setorial pra fazer discussão do plano de governo, fizemos congressos em Recife, fizemos congressos em São Paulo. Os setoriais estaduais, nós tínhamos 13 ou 14 setoriais estaduais muito organizados no Brasil, já nesse momento, e com uma perspectiva de crescimento desse tipo de organização em outros estados, enfim, começou, a coisa começou a ganhar muita visibilidade. Então como eu tava te dizendo, nós fomos convocados a ajudar na construção desse, e fizemos vários documentos. Naquele momento eram sempre os 13 pontos, os 13 pontos da educação, os 13 pontos da juventude, os 13 pontos do esporte e do lazer. Quem elabora esses 13 pontos, já claro, obviamente com uma história que vinha por trás disso, o responsável por fazer essa sistematização acaba sendo eu. Até pela facilidade que eu tinha, porque eu era um dos poucos do mundo acadêmico que estava envolvido. O Lino participava esporadicamente, mas quem estava na militância, orgânico dentro do partido nesse momento, e vinculado a Universidade era eu. Não tinha, não lembro assim de... talvez um rapaz de São Carlos, mas também era mais esporádico. Não lembro assim quem estava mais nesse momento. Bom, como isso ganha muito vulto, e nós temos todo um trabalho, encaminhamos isso pro partido. Em 2002, já com o Lula muito, bastante bem colocado nas pesquisas, o partido pra sistematizar tudo que havia saído dos setoriais resolve fazer um Seminário, ou um Congresso de programa de governo. Em que os setoriais deveriam enviar antecipadamente os documentos que haviam produzido para que fosse organizado pelo partido, pelo Diretório Nacional, organizasse um documento-síntese, e esse documento fosse pra esse seminário, pra esse encontro. Não era seminário, era encontro. Encontro de Programa de Governo. Fosse pra ser discutido. Bom, nós fizemos toda essa trajetória, fomos participar em São Paulo desse encontro. Pra nossa surpresa o nosso documento não foi incluído no programa de governo. Bah, aí foi uma decepção muito grande. Nós fizemos todo um trabalho. O próprio partido havia bancado as nossas viagens, pra que a gente pudesse se deslocar pra fazer o encontro em Recife, coisa e tal. E chega lá na hora, o nosso documento não está fazendo parte do documento geral, fomos pra cima do Palocci. Fomos pra cima do Palocci: ó Palocci, que que é isso? Fizemos tudo isso. Ele disse: olha, eu não to sabendo de nada. Eu não sei porque o documento de vocês não está contemplado. Mas a gente pode ver isso. Falem com a Clara Ante. Clara Ante era uma outra pessoa, que fica um pouco nos bastidores do partido, mas é uma pessoa de grande poder. Tanto que tinha uma sala do lado do Lula. Era assessora direta do Lula nos dois momentos. Fomos falar com a Clara Ante, e a Clara Ante não soube nos dizer porque que o nosso documento não tinha sido contemplado. Mas ela disse que não tinha problema nenhum. Nos dêem o documento que nós vamos reproduzi-lo e vamos distribuir agora durante o encontro. E foi o que aconteceu. Nosso documento acabou circulando, de uma forma um pouco informal, nesse encontro. Quando o programa, saiu o caderninho com o programa, daquilo tudo que nós havíamos escrito, tinha sido aproveitado dois ou três parágrafos. Fomos novamente encima do Palocci, depois falamos com o Zé Dirceu, e ainda mais uma vez com a Clara Ante, e

ainda com o assessor, com o secretário de comunicação, que era o... esse que está querendo sair agora fora do governo, de Minas Gerais, esqueci o nome dele. Ele disse não, nosso programa tinha que ser enxuto, tinha que ser uma coisa pra discussão com a população e com os outros partidos, e questões polêmicas não puderam ser colocadas no programa, porque isso mais afasta do que agrega pessoas. Então por isso que o documento saiu assim, genérico. Um documento genérico que fala generalidades sobre todos os... e isso vai ser destrinchado de acordo com o caminhar da campanha. Mas o documento de vocês está garantido. Isso é um documento partidário. Inclusive foi para a página do partido. Bom, vamos para a disputa, cada um vai para o seu estado, eu vou terminar os meus créditos, vou cuidar um pouco da minha vida. Terminou essa tarefa, vem a primeira eleição, o Lula ganha o primeiro turno, vem o segundo turno, o Lula ganha. Bom, euforia total, aquela coisa toda. Nesse tempo então, o resultado do segundo turno, pós Carta aos Brasileiros, que foi um banho de água fria pra grande parte do partido. Porque começava a acontecer, entre o primeiro e o segundo turno, o que tinha acontecido quando o Lula tinha disputado com o Collor: a criação de boatos, dizendo que todo mundo ia perder as suas casas, que não sei o que. Foi aquela boataria toda, pra tentar fazer com que o Lula não ganhasse a eleição. O que é que o partido, no encontro também que foi feito lá com os coordenadores setoriais, com secretários, com o corpo mais ampliado, olha nós vamos ter que fazer alguma coisa porque senão nós vamos perder mais uma vez. E aí nesse encontro de programa de governo, no final, na verdade isso tudo foi feito pra se fazer a leitura da Carta ao Povo Brasileiro. Na verdade foi um encontro de três, quatro dias que se fez em São Paulo, mas um encontro político, pra dar uma resposta aqueles ataques que estavam, ou por vir, ou que já estavam vindo, e que entraria na questão do segundo turno, assim como fizeram agora com a Dilma, com essa questão de aborto. Tentaram desqualificar a todo momento. Bom, um encontro com auditório lotadíssimo, chega o Palocci no final do encontro e faz a leitura da Carta ao Povo Brasileiro. Ninguém entende aquilo. Entende? Algumas minutas da Carta circularam durante esse encontro. As pessoas liam aquilo e não entendiam muito bem. Mas chegou ao final do encontro, a grande síntese do encontro, foi a leitura da Carta ao Povo Brasileiro. E isso foi divulgado. No encontro de programa de governo, nós tínhamos feito lá dois ou três dias, as disputas, as votações, o diabo a quatro, e nada apareceu, porque o que importava mesmo era aquela carta-compromisso dizendo que o Lula não ia quebrar contratos, que não iria mexer em nada, e que tudo ia ser... que o governo estava se propondo a dar uma continuidade ao que já vinha acontecendo. Foi explicado naquele momento a nós que era uma estratégia, que aquilo era circunstancial. Que aquilo era para dar conta de determinados problemas num determinado momento. Que depois que o barco avançasse, que seriam pensadas as outras coisas. Isso foi uma explicação que foi dada para dentro do partido. Então havia as coisas que eram pra dentro do partido, e as coisas que eram do partido para fora. A Carta ao Povo Brasileiro era uma coisa pra fora. O programa de governo que foi estruturado era uma coisa que era mais tida para a militância. Então era um discurso mais radicalizado, né? A Carta ao Povo Brasileiro era pro povo, pra imprensa, etc, etc. bom, como te disse, vem o segundo turno e o Lula ganha. E o Fernando Henrique Cardoso perdendo a eleição... o seu candidato perdendo a eleição Lula, o que acaba acontecendo? Ele cria o que ele chama de governo de transição. Governo de transição. E o governo de transição começa a se constituir e não nos chamam. E várias pessoas naquele momento passam a se colocar como porta-voz do esporte. Então existe lá o Juca Kifuri, diz que foi a encontro do Lula, e

que o Lula pediu a ele, pra ele fazer proposta para a área do esporte. A Paula, Magic Paula faz parte desse grupo do Juca Kifuri. Ai tem um dia lá que a televisão, a própria Rede Globo vai entrevistar pessoas, e ta o Juca Kifuri, com um monte de atletas de não sei o que do lado, de pessoas envolvidas com o esporte, e dando entrevista, falando pelo governo Lula na área do esporte. A gente falou: peraí um pouquinho, que negócio é esse? Nós estamos a um ano e meio, dois anos, construindo uma proposta, ta tudo montado e agora vem esses caras aí falarem coisas que não tem absolutamente nada a ver com tudo que foi feito durante esse tempo. Qual era a dificuldade? Bom, o governo de transição só era centralizado em Brasília. Como é que nós chegamos em Brasília? Como é que nós nos deslocamos? Não tinha. Nesse momento eu não conseguia falar com o partido mais. Não conseguia mais falar com a Secretaria de Movimentos Sociais: olha, nós precisamos de dinheiro pra dar conta disso. Por que aí o partido se fechou. Entende? Aí a cúpula começou a dizer o que que é que... qual era o caminho que ia ser seguido. Durante o... do primeiro pro segundo turno, houveram encontros, o próprio Comitê Olímpico Brasileiro fez encontro com os presidentiáveis para falar das propostas para o esporte. E o Lula não foi nesse encontro organizado pelo COB. Então o partido sofria muita pressão, pela imprensa esportiva: afinal de contas, o que o PT pensa sobre o esporte, está pensando em fazer nesse período que vem na área do esporte? Bom, nós conversamos por meio eletrônico, nós os setoriais, então não, nós precisamos fazer alguma coisa. Especialmente Rio Grande do Sul, Brasília e Rio de Janeiro. Temos que fazer alguma coisa. Depois de fazer tudo isso nós vamos deixar o Juca Kifuri falar por nós? Não, não pode. Aí nós marcamos um encontro, demos um jeito de marcar um encontro pra Brasília. Nós vamos a Brasília. Tem um amigo, tinha um pessoal nosso lá que deu a estrutura para que a gente conseguisse ficar lá em Brasília, e esteve representado. Ai foi eu pelo Rio Grande do Sul, o José Ribamar pelo Rio de Janeiro e o Roberto Liao por Brasília. Fazer pressão no governo de transição. Então nós tivemos o governo de transição foi lá no Centro de Cultura do Banco do Brasil. Nós acampamos em frente ao Centro de Cultura do Banco do Brasil. Esporadicamente nós tínhamos apoio da Bahia e de Pernambuco. Mas as pessoas não podiam se deslocar. Só faziam pressão de lá com seus deputados pra que nos recebessem lá. Bom, fizemos um seminário em Brasília, tentamos organizar alguma coisa, mas não éramos recebidos. Chegávamos na porta do governo de transição e um segurança não deixava a gente entrar. (Risos). E o cara era uma porta. Fomos uma vez, duas vezes, e aí eu conversando assim particularmente com o Ribamar, num desses dias, eu disse: pô Ribamar, acho que a gente em que ir embora. O que a gente vai ficar fazendo aqui? A gente não consegue passar da porta. O porteiro não deixa a gente passar pra falar com ninguém. É todo mundo inacessível. Naquele momento as figuras partidárias se transformaram em pessoas inacessíveis. Tu não conseguia mais falar com o Palocci, com o Zé Dirceu, tu não conseguia falar com mais ninguém. As pessoas entravam de carro e saíam de carro escuro, tudo assim. Tu não sabia quem estava dentro. E a imprensa, toda a imprensa bancada na frente do Centro de Cultura do Banco do Brasil. Aí eu disse: vamos embora, vamos ficar gastando dinheiro aqui, estamos a 5, 6 dias aqui, né? Eu ainda estava no período de doutorado, mas o resto do pessoal trabalhava. Não tinha... o Roberto Liao mesmo, que era de Brasília, trabalhava no segundo grau, não podia pegar e ficar. Quem montava guarda era eu e o Ribamar. Aí por um conjunto de articulações, a gente conseguiu, por Recife, através de um pessoal lá do setorial de Recife, ter contato com uma das pessoas que faziam parte do governo de transição, na área da saúde. Naquele momento, era o... não recordo

o nome agora, candidato a governador lá, e que foi o primeiro ministro da saúde. Ele que abre o caminho. Conseguimos assim de última hora marcar uma, já estava quase desistindo, por meio dele a gente marcar uma conversa com o Palocci. Aí marcamos, tomamos um chá de banco lá algum tempo, e daí ele chama o Palocci que diz: bom, o que vocês querem? A Palocci, é o velho problema, que já aconteceu lá no encontro. Existem pessoas, a gente construiu um documento que foi aprovado no encontro, e agora existe milhares de pessoas falando pelo governo. É um Juca, é o pessoal de São Paulo, ta todo mundo falando, e parece... a imprensa criticando, e parece que o partido está meio alheio a isso tudo. O Palocci disse: não, é verdade. Então faça o seguinte: indiquem um nome para fazer parte da transição de governo para a área do esporte. Indique, se reúne aí, e indique um nome, que eu vou bancar. Passou a peteca pra nós. Então o que nós fazemos? Nós temos uma tradição democrática. Reunimos todos os setoriais de novo em Brasília, rapidamente, dissemos: olha, quem quer participar do jogo tem que vir pra cá. Aí surgem pessoas que nunca tinha visto. Pelo menos eu nunca tinha visto na face. E todos aqueles assim: não, por que eu sou , fulano de tal me conhece. Todo mundo com carterasso. Por que eu sou vinculado ao grupo de não sei quem. Por que eu sou vinculado ao grupo de não sei quem. Nessa hora todo mundo quer ser o coordenador da transição. Nós reunimos lá, numa grande sala, todos esses interesses em jogo. Cada um fala um pouco. Não, e aí todo mundo me escantiando. Todo mundo não, uma boa parte: porque o Veronez ta fazendo doutorado, por que ele não vai ter tempo, por que não sei o que. Eu deixei todo mundo falar, e aí eu disse: não, eu não tenho problema nenhum. Eu posso fazer esse trabalho, não vai me atrapalhar em nada no doutorado. Como eu vinha com a história por trás, tinha todo um contexto, acho que não houve, naquele momento, alguém que conseguisse colocar essa posição. Deixei todo mundo falar. Então eu tinha hegemonia dentro do grupo que estava lá. Se fosse pra votação eu poderia ganhar, mesmo de forma apertada, mas eu tinha ainda 13, 14 setoriais estaduais que me apoiavam, que me consideravam. Bom, por unanimidade naquele grupo lá eu fui alçado então a coordenador do governo de transição na área do esporte e lazer. Eu fui fazer a transição, né? Do esporte e lazer. Nesse momento, com essa tarefa, eu acabo aglutinando um grupo de pessoas para me assessorar, e nós fizemos um documento com os pontos do governo. Eram as tais pastas vermelhas, que no dia 29 de janeiro, o Lula reúne lá todos os membros, 54 membros do governo de transição, nós fazemos simbolicamente a entrega das pastas, com... são empilhadas, ele empilha assim no palco do auditório, lá do Centro Cultural, as pastas com as propostas do governo. Mas e aí, bom terminou mais uma tarefa. Aí terminando aquilo ali, a imprensa saindo, indo embora. E aí tira-se a imprensa. Só ficam os 54, 57, não lembro se eram 54 ou 57 dentro do auditório, termina essa parte toda. Aí chega o Zé Dirceu e diz: olha, agora os ministros (foi o dia que foi apresentado também os ministros), os ministros são esses. Cada responsável, cada um dos responsáveis por cada um dos setores, conversem com o ministro indicado para fazer a discussão da composição do governo. Como que esse governo vai ser composto.

**Só uma coisa antes Veronez: a criação do Ministério do Esporte, ele foi por uma questão de acomodação política? Qual foi a motivação da criação? Por que a criação é anterior né? Ela é de primeiro de janeiro. E você está falando lá do final de janeiro.**

Não. Eu estou falando ainda antes. Eu estou falando em 29 de dezembro de 2002.

**Há, então tudo bem.**

Que é a data das pastas vermelhas. Quer dizer, o Lula já eleito, com o trabalho da transição feito. Por que a transição de governo vai de, a partir do momento que o Lula vence o segundo turno, que foi 30 de outubro, até 29 de dezembro. Esse é o período de transição de governo, que se cria o governo de transição lá no Banco, no Centro Cultural do Banco do Brasil. E ocorre todo esse processo que eu to te dizendo, que eu estou te relatando. Então no dia 29 de janeiro. Bom. Durante esse período, já que tu trouxesse essa coisa da criação do Ministério, para que posas entender a criação do Ministério, não se sabe ainda se o Ministério vai ser criado. Por que? Por que a quem estava sendo oferecido o Ministério, não queria aquele ministério. Entende? Quer dizer, o PCdoB, que era o partido que ainda não tinha sido contemplado no governo com nenhum, com nenhum ministério, e que tinha sido, sendo foi um apoiador de primeiro momento, do PT nas eleições, do Lula especialmente, nas eleições, ainda não tinha sido acomodado. Mas o PCdoB nacional não queria o Ministério do Esporte. Não queria que fosse criado o Ministério do Esporte. Eles estavam disputando Ministério da Defesa. Ele tinham lá o Rebelo que queria o Ministério da Defesa. Ele estava disputando isso. E também estavam querendo o Ministério da Cultura. Só que aí, dias antes do dia 29, as vagas foram sendo... a Justiça ficou com um, o Ministério da Cultura ficou com outro. O Ministério da Defesa, que tinha sido uma discussão bastante complicada, porque lidava com um ponto bastante sensível, principalmente pra um governo de esquerda. Era uma coisa muito delicada. Então foram sendo acomodados e o que acabou acontecendo? O PCdoB foi sendo escantiado, de tudo aquilo que ele desejava. Já se sabia que o turismo ia pro Mares Guia, o Alfredo Mares Guia. O Alfredo Mares Guia inclusive, dias antes de ser anunciada a criação do Ministério do Esporte, já estava conversando com o pessoal da transição de governo, comigo e com as outras pessoas que me assessoravam, dizendo assim: olha, o negócio é o seguinte, não tem problema nenhum. Eu fico, eu aceito vocês dentro da mesma estrutura. Permanece o Ministério do Esporte e do Turismo, não tem problema. A única coisa que eu preciso é de uma salinha. O restante, você pode pegar o resto todo. Claro, porque o braço operacional do Ministério do Turismo era a Embratur, entende? Como o braço operacional do Ministério do Turismo e do Esporte era a Secretaria Nacional do Esporte. Então o que ele dizia: eu não entendo nada de esporte. Vocês ficam com a Secretaria Nacional de Esporte, e eu vou ficar com a Embratur e com a minha salinha lá. E a gente se acomoda. Vocês indicam os de vocês, e nós indicamos os nossos. Bom, nesse momento começa a surgir uma pessoa. Nesse momento, já vinha surgindo, já vinha falando, se manifestando, que assumiria o Ministério do Esporte. Então o pessoal de São Paulo dizendo que não queria o esporte, mas o Agnelo Queiroz, em Brasília, deputado, que foi um dos autores da Lei Agnelo-Piva, dizendo, não, eu aceito, eu quero. E aí houve um tencionamento. Por que ainda havia disputa por cargos, por São Paulo, que achava que o PCdoB poderia conseguir um espaço maior dentro do governo, e o Agnelo Queiroz dizendo, não, eu vou ser Ministro. (risos). Então no dia 27, no dia 27 de dezembro, 26 ou 27 de dezembro, se define a criação do Ministério do Esporte. Não, conseguimos um que queira ser, da base de apoio, que topou ser Ministro do Esporte. Então, só no último, faltando 4 ou 5 dias pra apresentação. Faltando 2 dias pra apresentação do conjunto de Ministros. 2 ou 3 dias pra apresentação, que se define que vai se criar um ministério do esporte. Por que se tinha tomado uma decisão que ele surgiria, como o PCdoB não queria, não tinha quem colocar. E o espaço reservado pro PCdoB ia ser esse. E que o Agnelo Queiroz estava adorando, tava louco para

aceitar. O tensionamento foi tão forte, tanto que hoje o Agnelo não pertence mais... o Agnelo quando sai pra disputar o senado nas ultimas eleições, ele tem o acordo com o Lula de retornar ao Ministério caso não fosse eleito, e ele é defenestrado. O PCdoB de São Paulo não deixa ele reassumir. E ele é estirpado fora. Ele teve que entrar dentro do PT pra conseguir né? Disputar dentro do PT pra ser governador. E se elegeu governador agora pelo PT. Por que ele foi defenestrado do PCdoB. Bom, nesse tempo o Agnelo aceita ser o Ministro. Então o governo define que haverá o Ministério do Turismo e haverá um Ministério do Esporte. E o Agnelo ta lá. No dia 29 ele é apresentado como Ministro do Esporte. E quando chega o Zé Dirceu, aquela parte que eu tava te contando, e diz: olha, agora os responsáveis pela transição conversem com os ministros indicados para a constituição do governo, e ver como a coisa vai andar daqui pra frente. Aí o Zé Dirceu faz a apresentação, a nossa apresentação para o Agnelo. Antes, um pouquinho antes, uns minutos antes nós havíamos conversado com o Zé Dirceu, porque nós não tínhamos uma estrutura de Ministério. Nós nem sabíamos como ia ser feito. Só sabíamos que ia ser Ministério. Ainda achávamos que o Ministério ia ter uma configuração organizacional parecida com o que tinha dentro do Ministério do Turismo. Que haveria uma secretaria executiva e uma secretaria nacional e o organograma da secretaria seria o mesmo que viria do Ministério do Turismo. Então o que nós combinamos com o Zé Dirceu. Olha Zé, não tem problema nenhum, a Secretaria Executiva pode ficar com o PCdoB, mas nós queremos a Secretaria Nacional do Esporte. A Secretaria Nacional do Esporte é do PT. Ele disse: não, isso já está fechado. A Secretaria Nacional do Esporte vai ser do PT. Eles vão ficar com o Ministério, mas a Secretaria, o braço operacional das políticas e do PT. Tudo bem. Nós fomos com essa convicção pra conversar com o Agnelo. Já com essa carta na manga. Quando sentamos com o Agnelo, eu já disse: olha Agnelo, eu estive até esse momento aqui. Agora são outras pessoas que vão levar daqui pra frente, porque eu to terminando o doutorado e eu preciso, estou a três meses afastado pra cumprir essa tarefa, mas agora eu tenho que retornar. Aí ele conversando disse: olha Veronez, tu tivestes ai, coordenaste, eu to chegando, fica mais três meses, até nós estruturarmos o Ministério. Depois de... ajuda a estruturar, me explica esse trabalho que vocês fizeram, deixa eu tomar pé disso que vocês fizeram, e eu vou te apresentar a pessoa que vai ser o nosso Secretario Executivo, e aí vocês conversam, e aí depois, quando tu resolver essas... lá por março, porque vai entrar em férias mesmo agora, dezembro, janeiro, fevereiro, você não vai fazer nada disso, vai entrar em férias. Fica com nós e depois em março tu vai embora.

FIM DA PRIMEIRA PARTE

Bom, eu disse bom, converse então com essa pessoa que vai ser o Secretário Executivo, e fica... até março não tem, não teria, não vai te trazer maiores transtornos, e eu posso depois retornar pra concluir meu doutorado. E aí eu passo da transição de governo, eu passo a ter um cargo de assessor especial do Ministro. Fui nomeado para um cargo de assessoria especial do Ministro. E em seguida, nós disputávamos a Secretaria Nacional e como isso... não tínhamos uma estrutura ainda de Ministério. Tinha sido criado o Ministério do Esporte, mas não tinha sido criada a estrutura organizacional do Ministério do Esporte. Caberia a nós fazer. Então naquele momento a única coisa que existia era a Secretaria Nacional do Esporte, que era presidida pelo Lars Graef. Era o secretário no governo Fernando Henrique Cardoso. O que nós levamos ao Agnelo? Olha Agnelo, nós queremos o cargo de secretário. Nós tínhamos até dois nomes para ser indicados como

Secretário, pra Secretaria, que era o nome do Lino e do Ribamar, do Rio de Janeiro. Ele poderia escolher qualquer um, que pra nós... ele falou: não, a Secretaria não vai ser de vocês, a Secretaria vai ser do PCdoB. Vocês vão ficar nas coordenações. Bom, aí foi o primeiro stress. Fomos conversar com o Zé Dirceu. Fomos tentar conversar com o Zé Dirceu. O Zé Dirceu disse algo mais ou menos próximo disso: olha, o PCdoB e o Ministério do Esporte vão agir, algo próximo disso, como um pára-choque do governo. Tipo dizendo, você não pode trazer problemas para nós. Você estão colocados lá pra resolver os problemas. Resolvam politicamente o problema. Você tem que resolver. Se o Ministro ta dizendo isso... mas não tinha sido combinado? Não. Isso é o combinado né? Político, ali, pra fazer acomodações. Agora que a coisa tá... então agora você tem que resolver isso. Buena. Fomos lá discutir com o homem. Eu, Roberto Liao e o Lino marcamos então uma reunião com o Agnelo, nos primeiros dias de janeiro, tenho até as fotos depois... a gente registrou isso. Fomos pro restaurante lá e bom, vamos resolver essa situação. Aí o que o Agnelo disse: olha, a estrutura...o que ele tentou dizer para nos convencer, pra nos acalmar nesse momento? Nesse momento eu tenho que atender o meu partido. Há uma pressão muito forte de São Paulo. Então eu tenho que acomodar São Paulo. Então nesse momento ele chama o Orlando Silva, que é o atual Ministro, pra ser o Secretário Nacional. Eu vou como Secretário Adjunto da Secretaria, e o Lino é nomeado coordenador de políticas sociais... da área social. Era uma coordenação da parte social. E o filho de um outro membro do PCdoB, que politicamente não tinha nada a ver, para a área tecnológica lá, que era a Rede Cenesp, a parte de alto rendimento. Até se construir a estrutura nova do Ministério. Então nós ocupamos os cargos da antiga secretaria. Eu como secretário adjunto, o Orlando Secretário Nacional, o Lino nessa coordenação social lá que... de programas sociais. E esse outro rapaz pra fazer a parte da Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico. Até criar a estrutura. O que o Agnelo nos... vocês se acalmam porque nós não pensamos o Ministério com uma estrutura só com uma Secretaria. Nós queremos no mínimo três Secretarias. E uma Secretaria o Agnelo insistia que fosse de inclusão social. Naquelas três manifestações do esporte que tava lá na Lei Pelé, ele queria uma secretaria para cada nível. Uma Secretaria para o esporte educacional, uma Secretaria de Esporte de Alto Rendimento, e não uma Secretaria de Esporte e Lazer, ou esporte de participação. Ele queria uma secretaria de inclusão social porque ele dizia que aquilo daria maior visibilidade. Nós resistimos a isso e propomos a tal Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer, e ele acaba aceitando. Na hora da divisão da comida do prato, coube a nós sermos servido só com a Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer. Nós reivindicamos três secretarias: de esporte educacional, de alto rendimento e do lazer pra acomodar o nosso pessoal. O Agnelo disse não. Vocês... duas secretarias são minhas e uma secretaria vai ficar para vocês.

### **E o Departamento de Ciência e Tecnologia foi criado nesse momento também?**

Se discutia nesse momento ainda o segundo escalão. Nesse momento estava em pauta como iria se estruturar o segundo. Esse outro escalão era num terceiro momento. Por que não se tinha nem a garantia, ainda se estava fazendo uma discussão com o Ministério do Planejamento se nós iríamos ter as três secretarias. Por que o Ministério do Planejamento não queria nos atender. O Ministério do Planejamento queria dar duas ou uma, além da Secretaria Executiva, queria manter a Secretaria Nacional do Esporte. Então foi Agnelo lá que pressionou, disse não, Ministério com menos de três secretarias, não. Ele queria quatro na verdade. Mas



com menos de três ele não aceitava. Iria gerar tencionamento. Bom, no fritar dos ovos lá se criou as três secretarias lá, mas se enxugou os cargos de terceiro escalão. Tudo bem. Ele queria as três secretarias, mas vai ter que enxugar o terceiro e quarto escalão. A formula para que se pudesse, dentro do que havia disponível do ponto de vista financeiro, e não sei o que, era para duas secretarias fortemente constituída por cargos de terceiro, quarto e quinto escalão. Bom, se criou mais uma secretaria, bom então isso que estava previsto pra dois, precisa ser redistribuído em três. Os cargos de assessoria lá embaixo teria que ser re-escalonado pra que aquilo fosse redistribuído nas três secretarias. E nós então ficamos com uma secretaria só. Fizemos uma discussão também se deveríamos ou não deveríamos aceitar. Acabamos indo aceitando tudo. Tudo que a gente não aceitava durante o processo todo, nós fomos digamos sendo, digamos assim, levados a aceitar. Nós fomos enquadrados. Que era a expressão que eles... eles diziam não, vocês vão ser enquadrados. Se vocês quiserem fiquem, senão tem 50 mil aí que está querendo o lugar de vocês. Fizemos uma discussão. Chegamos a conclusão que tínhamos que aceitar. Então tá, vamos aceitar. Da Secretaria Nacional, das três secretarias, de toda a estrutura do Ministério criada, acabamos ficando com uma secretaria. Mais tarde a gente foi ver quanto perverso era a forma como o PCdoB lidava com essa situação. Não era só uma secretaria. Também era o pior orçamento de todas as secretarias. Quer dizer, nós ficamos a míngua. Nós tínhamos uma relação lá num determinado período que de cada 10 reais do ministério nós ficávamos com 1, menos de 1 real. Entende? Então era uma secretaria que fazia um papel político e figurativo do ponto de vista da elaboração de política e execução de política mesmo. Nós não fizemos praticamente nada. Por que não tínhamos recurso para isso. Além do recurso do Ministério ser muito baixo. Ser o segundo mais baixo. Acho que só o gabinete da presidência da República tinha um orçamento menor, e talvez o Ministério do Exterior tivesse um orçamento menor que o Ministério do Esporte. Era o segundo ou terceiro pior. Depois vinha Cultura. Mas o nosso era um dos piores. E dentro do Ministério um dos piores... o pior orçamento para Secretaria.

### **E a criação da Diretoria? E daí se quiser já emendar as ações do Departamento...**

Bom. Quando se estabelece as 3 secretarias passa-se para a discussão de como seriam organizadas as secretarias. Qual seria a estrutura. A estrutura dela. Isso também nada definido em nível. Não era eu, não era o Lino, não era o Ministro. Isso vinha tudo do Ministério do Planejamento. O Ministério do Planejamento que dizia quantas coordenações gerais, quantas coordenações de assessorias, eles que diziam tudo. Quantos cargos que iriam ter. Bom, como é que ficou constituído isso. Cada Secretaria estaria constituída por 2 coordenações. Então a nossa Secretaria de Desenvolvimento do Esporte e Lazer ficou constituída por uma coordenação de Políticas Sociais e outra de Ciência e Tecnologia. A parte de Ciência e Tecnologia ficaria encarregada da Rede Cenesp, e toda a parte do Alto Rendimento. Não a área de alto rendimento, mas essas questões vinculadas a questão da informação esportiva, tudo que dizia respeito. Minto. Tudo que não fosse especificamente com alto rendimento, mas que fosse da parte tecnológica, inclusive a Rede Cenesp, ficaria com esse Departamento. E o Departamento de Políticas Sociais com a... digamos assim, o pé no barro efetivamente. Seriam aquelas que fariam, desenvolveria e implantaria, elaboraria e executaria as ações dentro da política de esporte e lazer, que era o Esporte e Lazer da Cidade que foi criado depois. Quer dizer, a política propriamente, que fazia a relação com estados, com municípios,

organizações não-governamentais, com todos agentes que demandavam por ação nesse setor, quem ficaria seria o Departamento de Políticas Sociais. Então foi essa a forma como se pensou num primeiro momento, como deveria funcionar a Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer. Cada departamento com duas coordenações gerais. E cada coordenação geral com mais dois coordenadores, que era o quarto escalão, que é a parte técnica. Que faziam a parte técnica. E depois os cargos colocaram as pessoas que eram os próprios funcionários do próprio Ministério, que vinham do Ministério de Esporte e Turismo, e que acabaram ficando na estrutura do Ministério do Esporte. Esse era o corpo. Então, nós tínhamos dos 12, 13, 14 setoriais todos demandando por espaço no governo federal, indicando 2, 3, 4 nomes. Nós precisaríamos de 40 cargos. Acabou ficando o cargo do Secretário, o pessoal do gabinete ali, que eram mais dois ou três, os departamentos, cada departamento com 4 pessoas. Oito mais três na secretaria nós tínhamos 12, 13 ou 14 cargos. Como construir isso? Como constituir? Com tanta demanda do pessoal querendo vir para Brasília, para trabalhar. Por que aí as pessoas começaram a dar carteiraço. Não, porque eu contribui com isso. Por que eu falei com tal deputado. E se tal deputado não tivesse feito tal intervenção vocês não estavam ai. Por que não sei o que, por que não sei o que, por que não sei o que. O primeiro problema sério que nós tivemos foi com a própria definição do Secretário. Por um lado algumas pessoas queriam o Lino. Defendiam o Lino. E alguns setoriais, junto com o próprio Rio de Janeiro defendiam o Ribamar. Nós não conseguimos resolver isso internamente, dentro do PT. Então o que é que nós fizemos? Nós passamos isso, primeiro erro do meu ponto de vista, colocamos na mão do ministro para definir isso. Por que demos prova de fragilidade ali, do ponto de vista partidário, de não conseguir resolver um imbróglio. Tinha que ter sido resolvido internamente no partido. O que nós fizemos? Tínhamos que indicar o Secretário, o Ministro precisava apresentar o seu Secretariado para a imprensa, e o PT era quem estava travando, entende? Não apresentava nunca o nome. Adia, adiou um dia, depois adiou outro, depois adiou outro, e nós não conseguimos definir. Bom, o Lino ou o Ribamar? Qual foi a posição que nós assumimos? Que estávamos lá dia-a-dia. Eu, mais eu e Roberto Liao. Vamos fazer o seguinte: vamos pegar o currículo de um, pedir o currículo de um, pedir o currículo do outro e botar pro Ministro, e o Ministro decide quem. No dia em que nós fomos levar o nome para o Ministro, nós colocamos esse abacaxi na mão do Ministro. Olha, nós temos dois nomes para indicar, esses dois nomes estão aqui, com os currículos deles, por meio de currículo, ou por outras informações que você possa buscar, você... nós aceitamos qualquer um dos dois. Qualquer um dos dois. Numa conversa anterior, o Ministro perguntou: será você Veronez o Secretário? Eu disse: não, eu não vou ser. O partido está discutindo e vai indicar um outro nome. Eu, talvez seja indicado para constituir algum departamento ou coisa que o valha. Mas eu não vou ser. Aí ele estranhou isso, porque como eu já vinha da transição, já tinha ficado como Secretário adjunto, ele achou estranho que o partido não indicasse o meu nome, mas não falou nada. Ele disse não, tudo bem. Marcamos um novo encontro pra dali um, dois dias. Aí fomos eu, Roberto Liao, o Ribamar, a gente chamou o Ribamar pra vir pra Brasília, e o Lino conversar com o Ministro. E o Ministro ia dar a posição dele. Nessa reunião o Ministro chegou e disse: olha, por conta disso, disso e disso, da relação histórica, não sei o que, Lino Castellani. Então o Lino é indicado o... o Lino também faz algumas articulações, porque algumas pessoas que ele conhece do PCdoB, ou que tinham sido militantes do PCdoB, Michelle Ortega Escobar, a assessora hoje, braço-direito do Ministro, de Fortaleza lá, também esqueci o nome dela, que era muito amiga dele, ele faz. Então

essas pessoas acabam fazendo gestões junto ao Ministro para que fosse o Lino o escolhido como secretário. E ele tinha apoio de Brasília, e alguns outros setoriais que o apoiavam. E o Ribamar foi... bom o Ribamar entraria então para a disputa do terceiro escalão. Era o meu caso, o dele, e de outras pessoas. O Ribamar não quis, porque como o Ribamar já havia sido presidente da Suderj, o vice-presidente lá da Suderj, disse não, eu vir pra terceiro escalão de governo eu fico no Rio de Janeiro, não venho pra Brasília. Mas só que ficou muito indignado com isso, porque depois ficou sabendo que ele achou que tinha sido traído por mim, pelo Roberto Liao, e por todas as pessoas com quem ele supostamente havia ajudado. Ele se sentiu assim preterido do pessoal que estava coordenando. Bom, o que começa a acontecer? O Ribamar passa a fazer oposição. Esse é o primeiro racha que tem nesse momento. Fazer dura oposição junto com outras pessoas, como Recife, de vez em quando Pará, setorial do Pará apoiando, mas o tempo todo tencionando com... ele não vai, mas ele coloca o cara lá dentro, que só cria caso. Foi lá só pra criar caso com o Lino. E bom, nós temos uma administração tencionada o tempo todo, além de ter que lidar com os problemas já com o PCdoB que nos sacaneava de tudo quanto é forma. Nos boicotavam do ponto de vista da distribuição dos recursos, da alocação de recursos dentro da Secretaria, nós tínhamos que lidar com os nossos conflitos internos. O Rio de Janeiro então indica essa pessoa pra ser do Departamento, essa pessoa vai lá, do nosso ponto de vista pelo menos, trazer, e acaba trazendo muitos problemas, e isso acaba fazendo com que após quase 4 anos, o Ministro, já nesse momento o Orlando Silva, ele se aproveite disso pra levar a Secretaria de Desenvolvimento de Esporte e Lazer uma pessoa que ele tinha mais afinidade e que era mais, digamos assim, mais próxima dele do ponto de vista dos interesses dele. Quer dizer, ele chama a Rejane, que era Secretária de Porto Alegre, pra assumir o lugar do Lino numa posição bem mais submissa do que éramos nós. Por que nós quase um outro Ministério dentro do Ministério. Por que nós tínhamos com o Agnelo autonomia. E quando o Orlando assume, e nos chama para conversar, nesse momento que o Agnelo sai para concorrer ao senado, pelo Distrito Federal, lá em abril de... o Agnelo sai na última hora, em março de 2004, eu não lembro direito, mas não importa. O Orlando nos chama e diz: olha o negócio é o seguinte, esse negócio de autonomia pra mim não serve. A partir de agora é o seguinte: eu sou bem estalinista, usou exatamente essa expressão. Nesse caso, nessa questão eu sou bem stalinista, tem que ser disciplinado. Quer dizer, se o Ministro determina, cumpra-se. Eu disse assim, olha [risos], eu falei pro Lino, que deu uma torcida assim, eu disse, olha Orlando, eu acho que não vai ser assim [risos], eu acho que tu não ta sabendo muito bem com quem tu ta lidando. Mas tudo bem. "Não, não sei o que, por que essa história de briga, porque não sei o que, isso não tem. Isso aqui tem que ter uma voz só". Eu disse, ta, ta bom. Não tem problema nenhum. Nós continuamos na nossa. Nós continuamos agindo da mesma forma. Claro que isso foi deixando muito bravo o Ministro, muito fulo o Ministro. De forma que chegou num determinado momento que eu acho que ele disse, não, isso é problema, eu tenho que... acho, eu só estou supondo as coisas da forma que elas aconteceram depois. Aí acho que ele se aproveitando desse tencionamento, que tinha dentro da Secretaria, ele resolve trazer a Rejane, que é muito mais submissa. Por conta dos tencionamentos lá, e de algumas coisas que acontecem dentro do partido, o próprio Secretário Nacional de Movimentos Sociais pede a cabeça do Lino. Aí não é só mais Rio de Janeiro, é Rio de Janeiro, é Pernambuco, o Secretário Nacional de Movimentos Populares é de Pernambuco, é vinculado ao pessoal de Pernambuco.

**E você sai junto com o Lino?**

Não, eu não saio junto com o Lino. Eu só coloco o meu cargo a disposição quando o Lino sai. Quando o Lino sai, e que o Ministro apresenta a Rejane, eu, Roberto Liao, e umas outras pessoas vamos e lá colocamos o cargo. Olha, dizendo assim: nós não vamos trabalhar com essa pessoa, nós vamos sair fora. Então o cargo está a disposição. Houveram outros imbróglis aí que não vale a pena comentar, mas em síntese foi isso.

**E quando você sai de lá?**

O Lino sai em fevereiro, se não me falhe a memória, e eu acabo saindo em maio. O meu, o meu... nesse momento nós estamos realizando a conferência, nós estamos organizando a conferência nacional, a 2ª conferência nacional, e se não me falhe a memória, sai no diário oficial minha demissão no meio da Conferência. Ta acontecendo a Conferência, eu estou coordenando a conferência, e a minha demissão sai no meio da conferência.

**E a Rede Cedex como ela surge?**

Bom, aí nós já entramos na parte da formulação das políticas. Nós tínhamos uma forma de como entender que deveria ser organizada e elaborada uma política. Essa forma, essa maneira de compreender, e pela própria forma como o poder organizava essas políticas, seu planejamento governamental, por meio de programas, fez com que nós pensássemos em um programa que nós chamássemos de guarda-chuva. Ou seja, um programa que previsse um conjunto de ações que desse conta daquilo que nós havíamos denominado a Secretaria, ou seja, de desenvolver o esporte e o lazer. Para que o esporte e o lazer pudesse ser desenvolvido, o esporte recreativo, que foi a qualificação que o Ministério do Planejamento nos sugeriu na hora de elaborarmos os programas, para não ficar parecido com as outras secretarias, então foi esporte recreativo e de lazer. Pensarmos do que que um programa guarda-chuva, do ponto de vista das ações teria dar conta para efetivamente ser uma política que tivesse como objetivo a universalização do direito ao acesso ao esporte e ao lazer. Nesse momento nós nos baseávamos muito num autor que era assim, digamos assim, o articulador do governo Alienghi no campo do planejamento, que se chamava Carlos Matus, não sei se você já ouviu falar. Ele é o precursor aí do que se chama aí de planejamento estratégico situacional. O planejamento estratégico dentro do campo governamental. Então nós lidávamos assim com a expressão “nós”, que é uma expressão que vem lá dele. Quais são os nós que nós temos que desamarrar para garantir o acesso universal, universalizado, que tinham significados diferentes, o acesso universalizado ao esporte e ao lazer. Bom, o que que nós nos dávamos conta? Além das pessoas não terem acesso ao direito propriamente dito, porque elas não possuem espaços, e quando os espaços existem eles as vezes estão com pouca manutenção ou estão sucateados, não existe no Brasil uma formação específica pra isso. As faculdades, os cursos de Educação Física que talvez fosse o local para que isso acontecesse não ocorre. Nós temos uma formação toda ela voltada para o esporte e para o esporte visando o esporte de alto rendimento. O esporte de lazer, embora esteja lá contemplado na Lei Pelé, etc, etc, isso, quando é visto, é visto de uma forma distorcida ou desvalorizada dentro das próprias Universidades. As universidades querem dar mais visibilidade, dar um vinculo com o esporte de alto rendimento, esse tipo de coisa. Então não existe formação. Então o que nós pensamos? Que um programa que, para além de elaborar, oferecer, manter espaços, construir espaços, ele teria que ter pessoas

capazes de atuar nesses espaços. Então se pensou uma área de formação. E nós pensamos que essa parte poderia ser dada, subsidiada pela Rede Cenesp. Por que? Por que era uma coisa que já estava estruturada dentro do Ministério, que já tinha colocado recursos dentro da Universidade, mas que tinha se voltado só para a área biológica ou para a área de alto rendimento. Ou era discussão de qualidade de vida sob o ponto de vista biológico, ou era parte de alto rendimento, com uma predominância na área fisiológica e biomecânica. Era o que a gente observava na Rede Cenesp. Nós pensamos que essa outra parte de formação de quadros, e de preparação de eventos para fazer a discussão poderia vir por dentro, ser englobado pela Rede Cenesp. Isso, quando nós propusemos isso, fizemos algumas reuniões com a Rede, o pessoal da Rede disse que nós estávamos violentando a Rede. Que seria uma violência. Que isso descaracterizaria toda a Rede, que isso nós estávamos querendo trazer, reinventar a roda, que já havia uma tradição de mais de 10 anos, e que agora se estava querendo mudar tudo. Bom, reuniram, eles se reuniram, se reuniram com o Secretário Nacional de Esporte de Alto Rendimento, conchavaram e foram ao Ministro. Eu estava aqui em Igrejinha, uma cidade aqui perto de Porto Alegre, no encontro da Rede Cenesp, e fui comunicado pelo Ministério de que a Rede não seria mais da Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer. Que a Rede passaria para a Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento. Eu volto pra Brasília com essa questão, e o que é que eu proponho pro Lino: olha Lino, tudo bem. Se nós não temos, se nós não vamos ficar com a Rede, talvez até seja um problema a menos, a gente cria a nossa Rede. Vamos criar uma outra Rede. Mas que Rede vai ser essa? Não temos o que inventar. Vai ser uma Rede para valorizar as questões vinculadas ao esporte recreativo e ao lazer. Há, como é que nós vamos fazer? Vamos criar a Rede dos centros do desenvolvimento do esporte e do lazer. Rede Cedes. Há, mas é igual a revista lá. A revista Cedes, essas coisas. Não, lá é revista Cedes. Nós, tanto que a gente brincava, é a Rede Cedés. [risos] É a Rede Cedés, não é Cedes. Cedes é a revista lá da Educação. Nós vamos ser a Rede Cedes. E é nesse momento, pensando nesse programa guarda-chuva, nesse programa que dê conta, a partir de uma análise situacional que havíamos feito, sobre os problemas do esporte e lazer e o que seria necessário, minimamente necessário pra dar conta desses problemas, que surgiram diante da análise, e que nós já havíamos detectado durante o governo de transição, consideramos que fosse fundamental criar alguma coisa que desse suporte, isto é, que dentro das Universidades se criassem as produções, para que as Universidades pesquisassem essa área. E mais do que pesquisassem, elas socializassem, divulgassem isso. Então nós criamos junto com o Departamento de Ciência e Tecnologia mais duas estruturas além da Rede Cedes, que ficava sob a minha coordenação. Nós criamos o Cedime, que era o Centro de Informação e Documentação do ministério do esporte, que daria conta de divulgar, seria a estrutura organizacional que teria, por meio eletrônico, a finalidade de socializar aquilo que era produzido dentro da Rede e do próprio Ministério. E a própria Rede funcionando em forma de rede. Quer dizer, fazendo uma discussão sobre as questões vinculadas à gestão, financiamento, legislação, enfim, tudo aquilo que tivesse a ver com a gestão de políticas públicas sendo valorizado pelo Ministério. Sendo na verdade estimulado, ser o objetivo da Rede, a gente facilitar, promover a discussão e a elaboração de trabalhos e pesquisas na área da gestão especialmente do setor do esporte e do lazer.

**E daquilo que vocês tinham pensado pra Rede o que vocês conseguiram efetivar? Qual o balanço que você faz da Rede durante a sua gestão?**

Olha assim ó: quais eram as dificuldades? Esse era um dos nós também que se apresentou. Usando lá a expressão do Mattos. Era um dos nós, assim ó: esse setor, essa parte que fazia alguma discussão dentro das universidades, que foi sempre muito isolada, nunca pode contar muito com as instituições financiadoras porque não se valorizava esse tipo de pesquisa. Nunca foi... e quando valorizada ganhava muito pouco. Passa a lidar com um grupo de pessoas que tem pouca capacidade de se relacionar com um ente, com uma instituição, porque eles não tem a experiência disso. Quer dizer, embora a gente tivesse pouco recurso, muito pouco recurso, era difícil executar esses recursos por conta da falta de tradição das pessoas que pesquisavam essas coisas, que nós tínhamos interesse em financiar para que produzissem conhecimento com esse tipo de situação. Não adiantava eu chegar e dizer assim: Fernando, cria a Rede Cedes aí que nós temos recurso, nós vamos mandar recursos pra vocês. Quando caía lá o convênio e a burocracia, as pessoas se perdiam na burocracia. Era muito difícil. Então a estruturação da Rede, com as pessoas, o convencimento, do tipo de proposta que nós tínhamos, ela foi muito difícil. Muito muito muito difícil. Pela capacidade, incapacidade na verdade, incapacidade das pessoas em se relacionarem com o governo federal, em não saber como fazer isso. As pessoas não sabiam como chegar lá. Então o que que é que nós tivemos que fazer? Nós tivemos que promover, nós tivemos que estimular. Nós tivemos que fazer contato com pessoas que sabíamos que faziam essa discussão no Brasil, e fazer as propostas da criação da Rede. Algumas tiveram tanta dificuldade que no primeiro, segundo, terceiro ano não conseguiram. Não conseguiam estruturar projetos, projetos de estudos que tivessem a ver com a Rede para propor a criação de uma Rede dentro da sua universidade. Então essa era... bom, mas é só legislação, é só financiamento, é só...? Eu não posso...? Há, eu estou estudando a cultura das populações ribeirinhas, a cultura recreativa, ou a cultura lúdica das populações ribeirinhas aqui. Pode encaminhar, mas tem que ser encaminhado com... pra criar a rede tu tinha que ter um conjunto de projetos. Nós financiávamos projetos, não financiávamos grupos de pesquisa. Então não podia vir um projeto para ser financiado. O que era uma outra dificuldade, porque as universidades tem a tradição de trabalhar isoladamente. Dentro da área das ciências sociais mais isoladamente ainda. E não tinha essa característica de grupo. Então até as pessoas se reunirem, conversarem, apararem arestas, conseguirem articular um projeto, um conjunto de subprojetos que atendessem, não o edital, mas a demanda que o Ministério fazia nesse setor, era muito difícil. As pessoas tinham muita dificuldade em enxergar o que nós estávamos propondo. Por que? Porque quando fala assim ó: as relações da Rede Cedes com o Esporte e Lazer da Cidade. A Rede Cedes é uma ação do Esporte e Lazer da Cidade. Era uma ação programática do Ministério, extremamente, intimamente vinculada ao programa como um todo, porque ela deveria servir como um suporte à discussão conceitual, teórica, daquilo que era feito dentro dos núcleos. É o que daria o suporte para o tipo de trabalho que seria realizado dentro dos núcleos de esporte e lazer. Deveria ser pensado, trabalhado, pesquisado, desenvolvido dentro da Rede Cedes. Não era apartado a coisa. A idéia é que não fosse fragmentada, apartada uma da outra, mas sim com vínculo. Inclusive, a formação das pessoas, lá no programa, quando as pessoas enviavam o convênio, elas deveriam também enviar propostas de formação daquelas pessoas, dos agentes que iriam trabalhar dentro dos núcleos. Essa formação deveria haver um link com a Rede Cedes. Naqueles estados em que

houvesse universidades com Rede Cedes, essas pessoas que estavam produzindo, pesquisando, estudando problemas relacionados à gestão, ou às próprias políticas, ou temas vinculados a isso deveriam dar um suporte para a formação dessas pessoas que atuavam na ponta, lá no núcleo.

### **E isso aconteceu?**

Em alguns momentos aconteceu. Enquanto estávamos lá acontecia bastante. Quando saímos de lá daí resolver criar um cadastro de formadores, que necessariamente não precisavam ser vinculados a Rede Cedes. Mas quando se pensou a organicidade do programa, por que essa era a idéia, tinha que ser um programa orgânico. Em que as ações fossem fundamentalmente articuladas. Uma coisa tinha que articular. Elas tinham que andar juntas. O conjunto de ações que nós organizamos pro programa deveriam ser organicamente, deveria dar vida ao programa. A gente não conseguiria pensar a Rede Cedes sem pensar no núcleo. Tu não conseguiria pensar o núcleo sem pensar na formação. E tu não poderia pensar na formação sem pensar nos eventos que eram financiados dentro do programa para fazer a discussão dessa formação, onde eram apresentados os resultados ou as propostas novas de formação.

### **Então a ligação efetiva entre o projeto social e a Rede estava na formação?**

Eu diria assim ó: o vínculo não! O programa necessitava da Rede pra alimentar, no que dizia respeito a socialização daquilo que era feito, porque nós tínhamos a idéia de produzirmos conhecimento sobre aquilo que estávamos fazendo, mas ao mesmo tempo socializar aquilo. Então nós tínhamos que ter uma ação dentro do programa que desse conta disso. Por que assim: quais os nós que nós detectamos? Vamos começar por aí para que tu entenda melhor isso. Quais foram os nós? Nós percebemos os nós da falta de acesso, isso era premente. Menos de 1% da população brasileira tinha acesso a políticas públicas de esporte e lazer. Esse foi um dado que a gente havia chegado. Qual é a quantidade? Tudo que era feito no campo das políticas públicas de esporte e lazer, quantas pessoas tinham acesso a isso? Era menos de 1%. Os locais para que isso acontecesse. Existiam municípios no Brasil que não existia um ginásio, não tinha uma praça, nada. Mais de 2500 municípios não tinham nada. Não tinham um ginásio construído na cidade. Absolutamente nada. A partir do diagnóstico que nós fizemos com o IBGE nós nos demos conta que mais de 2500 municípios não tinham acesso a professor de educação física. Então como que tu pensa um programa que tu vai desenvolver esporte e lazer na sua forma recreativa, que nem a universidade sabia muito bem o que era isso, sem dar um treinamento para as pessoas que fossem lá trabalhar dentro do núcleo pra desenvolver a política que nós havíamos elaborado. Por que havia isso também. Existiam princípios da política, estratégias que nós elaboramos, que nós queríamos ver contempladas lá quando o núcleo estivesse funcionando. O núcleo deveria ser um aparelho reprodutor da política do governo federal. Quer dizer, não tinha que ser autônomo, pegar o dinheiro e fazer uma outra coisa que não fosse aquilo encima dos princípios que nós havíamos estabelecido. Universalização, universalização do acesso, transparência administrativa, o estímulo à organização dos conselhos, ou seja, gestão participativa. Então nós tínhamos um conjunto de 5, 6 princípios que para que a cidade se credenciasse a ter um núcleo ela deveria atender. E aí as questões de formação e tudo. Por que nós tínhamos uma visão, digamos assim, orgânica, de como que a coisa devia funcionar. Se acontecia ou não acontecia, isso era um processo que ia nos permitir ir assentando as coisas para

que as coisas acontecessem minimamente como a gente havia previsto. Então esses eram os nós: falta de espaço, falta de gente formada, lugares em que tu não tinha sequer uma mão de obra minimamente..., grande dificuldade do gestor de fazer contato com a gente e estabelecer, e realizar os convênios. Então o nosso programa ele foi montado pra dar conta desses nós. Pra desatar esses nós. Como é que fazemos isso? Como é que conseguimos fazendo isso? Bom, pensando uma política dessa magnitude, o que é que nós precisamos fazer? Qual é o papel do Estado diante dessa situação? Bom, nós temos que construir. E se não temos espaço, se a maior parte dos municípios não tem espaço nós temos que construir espaços. Nós temos que ter uma ação para a construção de espaços. Se os espaços que existe, a maior parte dele está sucateado, nós temos que ter uma ação para recuperar esses espaços e manter esses espaços. Se nós não temos pessoas preparadas para isso, nós temos que ter uma ação que os prepare pra isso. Se nós não temos conhecimento produzido, suficientemente socializado, e o acúmulo necessário para haver uma discussão mais aprofundada sobre os problemas relacionados ao esporte e ao lazer, nós temos que ter uma ação vinculada a isso. Quem são os nossos parceiros para dar conta dessas ações? Quem nós podemos considerar parceiros para dar conta dessas ações? bom, do ponto de vista da criação dos núcleos, do acesso, facilitador, do ponto de vista de um dos princípios do programa, que era descentralização, olha, os municípios, os prefeitos e os gestores. Do ponto de vista da formação, de produção do conhecimento e de socialização do conhecimento, as universidades. O Lino veio do meio acadêmico. Eu vim do meio acadêmico. Muita gente que estava lá com a gente veio do mundo acadêmico. Então esses são os parceiros fundamentais. Nós temos que dar um jeito de integrar isso. De dar organicidade. Por que todo mundo atua, cada um puxando a coisa para um lado. Como que a gente consegue unir isso e dar organicidade? Articular as partes. Bom, o programa é o centro articulador disso. O programa vai ter que conferir uma organicidade, ou trabalhar para que haja uma organicidade suficiente para que essas coisas possam acontecer dessa maneira.

**E no caso da Rede Cedes vocês induziam as temáticas, aquilo que vocês queriam em termos de pesquisa?**

Nós tínhamos três. Eram três propostas que nós fizemos. Tu deve ter lido isso nos nossos manuais lá. Eram as induzidas, que era aquilo que nós considerávamos que havia pouco acumulo dentro da universidade, mas que era fundamental para o desenvolvimento de uma política. Por exemplo, o que nós havíamos detectado? Que a mídia ela falava muito sobre a questão do financiamento, o financiamento do esporte. Mas não havia um estudo sequer publicado em qualquer base de dados que tu fosse procurar sobre a questão do financiamento do esporte no Brasil. Não tinha um artigo, um artigo quiçá um estudo. Então as pessoas estavam falando sobre o financiamento do esporte, que era pouco, que era muito, que era... mas tu não tinha um estudo que desse conta disso. Então aí o que nós fizemos? Bom, como é que eu sei que 1% da... ou que a Lei Agnelo-Piva ta dando conta dessas coisas. Nós não temos dados pra dizer quanto é que o Brasil precisa que seja aplicado no esporte. Por que não existe um estudo sério sobre a questão do financiamento. Ora, se eu digo isso é óbvio que para eu fazer a discussão de quanto de dinheiro o esporte precisa, eu preciso ter dados que possam me dar uma orientação nesse sentido. Ora, se não existia eu tinha que induzir. Por que ninguém se interessava dentro da Universidade em discutir a questão do financiamento. Não era um tema premente das pessoas de primeira ordem. Então como é que tu faz



isso? Bom, financiamento é uma questão importante. Nós temos que ter pessoas que pensem nisso, que produzam sobre isso, que façam uma discussão séria sobre isso. Então financiamento é um dos temas que nós vamos induzir. Uma outra coisa: legislação. A legislação que tu tens é uma legislação que é discutida ou dentro do congresso nacional, ou um ou outro município que faz uma discussão, e no máximo ela chega à leis de incentivo. Quer dizer, leis de renúncia fiscal. No máximo é leis de renúncia fiscal, que o cara tem que fazer um projeto lá pra alguma coisa, e consegue dinheiro do empresariado, e o empresariado consegue jogar isso no imposto de renda. No máximo que chegava. Não existia um documento produzido, ou mais de um. Tinha uma ou duas publicações no máximo, mas não era especificamente sobre legislação. Que tinha como pano de fundo a legislação mas não era. O Manhães, aquele “Esporte no Brasil” não é um livro que lide especificamente sobre legislação esportiva. Então legislação teria que ser um outro tema que nós teríamos que induzir. E assim por diante.

### **Para subsidiar a gestão de vocês no Ministério?**

No Ministério e para subsidiar todo o programa. Por que assim: como eu ia convencer um prefeito, no hora dele construir um núcleo, que o núcleo tinha que atender as demandas da população, e que isso tinha que ser feito de forma participativa? Presta atenção numa das questões, talvez o Lino tenha falado isso, é esporte e lazer “da” cidade, e não “na” cidade. A nossa idéia era valorizar a cultura local. Não é chegar lá em Bagé, os caras nunca viram uma bola de badminton, e eu querer colocar em Bagé badminton. Tu entende? Bagé é outra coisa. Em Governador Valadares é argolinha. Vou saber eu o que é argolinha? O que é argolinha? Vou ficar pensando... vem cá Rose, o que é argolinha que vocês tanto falam que reúnem 50 mil pessoas aí no festival? Há, argolinha é aquele tipo de justa que tinha com os medievais, os guerreiros medievais, que eles vinham com a coisa e tinham que derrubar um ao outro, aqui a gente faz com argolinha no final. Então vem e no final tem que pegar com a lança. Aquilo reúne 50 mil pessoas em Governador Valadares no festival. Então se nós não fossemos considerar a cultura local, Brasília, o Centro-Oeste, alguma parte do Sudeste não tem um clube que não tenha quadra de peteca. Vem aqui no Rio Grande do Sul pra ver se tem algum clube com quadra de peteca. Nem sabe o que é isso direito.

### **Mas efetivamente a produção da Rede subsidiou vocês?**

Eu acho assim ó: que quando nós saímos, porque nós entramos em 2003. 2003 foi o momento da elaboração do plano plurianual. Nós conseguimos organizar alguma coisa e dar forma pra isso que nós estávamos pensando. 2004 nós fizemos o primeiro edital da Rede Cedes, foi quando a gente lutou para conseguir o recurso, porque não tinha disponível. A gente foi lá e peitou o Ministro, e o Ministro liberou 1 milhão de reais pra nós dos quais nós conseguimos executar 600 mil. Em 2005 a coisa começou a tomar mais forma. Começaram a surgir os primeiros assim, embora o pessoal que trabalhou na Rede Cedes, a gente pode ver pela própria produção que veio sendo transformada em livro ou artigo, esse tipo de coisa. Pessoal ainda estava muito confuso. Produziram muita coisa assim que... chegavam as coisas pra mim. Não era bem isso que a gente está querendo. Isso tudo demandava um processo, entende? Aquilo que eu te disse: muita dificuldade dentro das universidades, muita... eu acho que nós chegamos num ponto quando nós saímos, quando nós começamos a sair lá em fevereiro de 2006, eu sai em maio de 2006, o Lino em fevereiro, nós estávamos num momento em que isso ia começar a tomar

um corpo maior. Tanto que deixamos algumas coisas nisso. Por exemplo, Paraná, tava fazendo um trabalho que tinha tudo a ver com isso, que era o diagnóstico lá que era encaminhado pelo Fernando. Tava sendo já, dentro daquilo, daquelas diretrizes que havíamos estabelecido. Era fazer a discussão sobre gestão. Então o Fernando preparou lá um baita de um banco de dados e tava mapeando como que estava isso em diversos municípios. Alguns fizeram trabalhos sobre a questão da formação. Como que deveria ser a formação. Fizeram a discussão sobre a formação dos agentes, etc, etc. Sobre financiamento, Brasília agora por meio do Fernando Mascarenhas está fazendo só sobre a questão do financiamento, junto com a Dulce, fazendo sobre o financiamento. Quer dizer, os frutos quando estavam começando a se criar na árvore e com uma tendência ao amadurecimento nós tiramos, tiramos o nosso time de campo. No outro ano mudou totalmente a filosofia. Nós começamos a perceber que a filosofia, por exemplo, nós tínhamos uma coisa assim ó: financiamento público é para entidade pública. Uma das primeiras coisas que a Rejane fez foi abrir o leque disso. Ela tinha amigos, conhecidos ou pelo menos bons conhecidos, ou bons amigos vinculados a universidades particulares, e ela começou a fazer isso. É o caso do Nelson Carvalho Marcellino, vinculado à PUC de Campinas, saiu da Unicamp, ou foi defenestrado da Unicamp, e foi para a PUC de Campinas, e o caso do Rodrigo Terra, numa universidade do Mato Grosso. Então, e tinha um outro rapaz também que estava numa outra universidade, que era amigo dela, e que foi um dos primeiros que ela abriu. Então esses critérios de ser dinheiro público para instituição pública passou batido. Outro critério que nós havíamos estabelecido, que era financiamento de grupos de pesquisa também passou batido. Ela passou a financiar pesquisas individuais. E não mais necessariamente vinculada, como nós vinculávamos a questões de gestão, pelo menos do ponto de vista da indução, que era nossa prioridade. Por que como não havia produção de conhecimento nessa área, nós tínhamos que induzir. Havia aquilo que também o Lino deve ter falado pra ti, que está lá nas coisas, que é a semi-induzida. O que era a semi-induzida? Era valorizar, direcionar recursos para aquela pesquisas, mesmo que incipientes, que já haviam dentro de alguns locais, dar recurso para que elas pudessem avançar. E havia um hall, aquilo que não era induzida nem semi-induzida, que seria por meio de edital que as pessoas iam propor estudos por meio dos grupos e que ficaria livre. As pessoas poderiam propor. A nossa avaliação em relação a isso é que não sobraria muito para esse ultimo tipo, porque as induzidas e as semi-induzidas já canalizariam a maior parte dos recursos. Mas o que que a gente viu em alguns lugares assim. Santa Catarina é um exemplo disso. O pessoal se aproveitou desses recursos e fez outras coisas. Agregou outras coisas que já estavam acontecendo dentro da Rede Cedes. Quer dizer, se o computador ta ali para uma coisa, e aproveitou para outra coisa. Se o recurso que tinha para publicar era publicação para essas coisas, aproveitou para publicar outras coisas também. Fez acordo com as editoras, sei lá. Negociaram coisas e começaram a colocar... isso na verdade era uma distorção da proposta inicial da Rede. Mas o que é que nós entendíamos? Como era muito incipiente a produção, nós haveríamos de passar por um momento desses. Momento de confusão, momento que as pessoas teriam dificuldade de entender. Um momento que as pessoas teriam que sair para buscar acúmulo nessas áreas que a gente tinha interesse de pesquisa. Por que pode ver. Se houve, ainda de forma incipiente, alguma discussão sobre financiamento, sobre gestão, sobre legislação, sobre estrutura organizacional e administrativa num determinado momento, hoje se esvaiu totalmente. Pelo menos eu não sei quem é que está fazendo isso...

**Você... aí me disse... isso já era uma intenção ou não, e se isso tem se efetivado. A questão dessa produção da Rede Cedes em subsidiar a ação dos gestores e dos trabalhadores do sistema, se isso era uma proposta inicial, dentro do PELC e fora dele, e se isso efetivamente tem ocorrido? Se o que tem sido produzido está sendo incorporado pelo gestor municipal, pelo trabalhador das políticas públicas?**

Assim ó: atualmente eu não tenho essa informação, mas era intenção. Essa era basicamente a justificativa que dava corpo à Rede Cedes. Nós partimos do pressuposto de que do ponto de vista da gestão, especialmente com aqueles parceiros que nós priorizávamos tinham muita dificuldade nisso. Se por um lado o cara que estava lá pertencia a área de educação física, ele não tinha esse tipo de formação dentro dos cursos. Mas também nós víamos que a maior parte das pessoas que estavam dentro da gestão, dentro dos municípios, eram cargos políticos, tanto quanto nós éramos lá dentro do Ministério. E que necessariamente não precisavam vir da... como o Ministro não é né? O Ministro não vem de área nenhuma, nem formado é em coisa nenhuma. Mas para ser Ministro ou para ser gestor, os grandes centros, por exemplo, valorizavam atletas de renome. São Paulo valorizava uma Paula. Minas Gerais o Reinaldo. Enfim, era mais ou menos isso que se observava. Quando esses caras não estavam administrando estavam recebendo grande parte do recurso, como era o caso do Rio de Janeiro, que o Zico levava 90% dos recursos da Suderj lá, num projeto que ele tinha lá de escolinhas de futebol nas favelas. Então essas pessoas sempre estavam por trás. Então isso dificultava a nossa relação. Nós tínhamos essa idéia. Nossa idéia era que os cursos de formação era para... devia atender esse tipo de demanda. Mas uma das coisas que nós deixamos engatilhado e que não conseguimos encaminhar, e que estávamos fazendo junto com os gestores estaduais era o curso de gestão, dado pela escola de Administração Pública. O curso seria feito a distância, nós estávamos programando isso. Eu tenho até hoje o cd onde nós colocamos a proposta. E levamos a Escola Nacional de Administração Pública, em Brasília. E queríamos que ela fizesse isso à distância. Começaríamos com os gestores estaduais e depois faríamos com os gestores municipais, por meio das duas associações. Havia a Associação (ASMEL que eles chamavam, se não me falhe a memória), que era a Associação Nacional dos Secretários Municipais de Esporte e Lazer. E tinha a Associação dos gestores estaduais. Nós iríamos começar com os estaduais. E iria fazer um curso de gestão pública, direcionando para o esporte e lazer, para os gestores estaduais. Depois se pensaria em fazer esse mesmo curso em nível municipal. Essa era uma das ambições que ficou a meio caminho. Tínhamos articulado já com os gestores estaduais, estávamos fazendo duas reuniões com os gestores estaduais, como fizemos duas conversas com o ENAF sobre esse tipo de possibilidade. Conversamos de forma informal com a Universidade de Brasília, que já ia fazer a formação do 2º Tempo via, por meio eletrônico. Eu visitei outras universidades que já tinham um maior noral nessa área de educação à distância. Eu fui a Londrina, numa universidade lá de Londrina, que o pessoal colocou totalmente... Como era o nome mesmo da universidade? ... Unopar. A Unopar colocou toda... disse, olha nós organizamos, nós fazemos, o que vocês quiserem vocês dizem par nós que nós... e vai ser o maior prazer auxiliar o Ministério do Esporte nessa situação. Então eles se propuseram a fazer tudo. Eles entregariam pronta a proposta, e eles já tinham salas espalhadas. Eles me mostrou lá no mapa... nós temos salas, se quiser fazer em São Paulo nós temos tantas salas em São Paulo, se quiser fazer no Mato Grosso nós

temos tantas salas no Mato Grosso. Eles davam toda a estrutura para que isso pudesse ser feito. Eu vim à PUC de Porto Alegre também, e eles me mostraram lá. A PUC dá aula à distância até na África. Me mostraram lá como funciona e também colocaram a disposição. Então isso foi uma coisa que ficou por conta desse nó que eu to te dizendo com os gestores. Não conseguimos avançar nisso. Os três anos e pouco que estivemos lá é muito pouco para fazer todas essas coisas, mudar uma cultura, tu entende? Por que as pessoas estão acostumadas a receber a coisa pronta, tu entende? E princípios administrativos como nós tínhamos, a questão da descentralização, e aí envolvia a participação do gestor, a criação de um conselho municipal, que participasse da construção das políticas, e que avalizasse o trabalho feito pelo gestor municipal, a questão da transparência administrativa e do controle social, instalação de mecanismos de controle social dos recursos que eram investidos dentro do município. Tudo isso demanda um tempo pra tu mudar a cultura. E tudo isso vinha muito de princípios do PT da década de 1980, das gestões petistas ou da frente popular em nível municipal que era basicamente a nossa experiência. A gente queria levar essa experiência que a gente tinha em nível municipal para o nível nacional. Uma coisa muito interessante. O próprio Esporte e Lazer da Cidade ele surge como uma idéia de um programa que nós fizemos aqui na época do prefeito. Que nós tínhamos aqui na cidade de Pelotas “Pelotas, cidade com mais esporte”, e um outro programa era “Pelotas, cidade com mais lazer”. Quando nós vamos para o Ministério levamos Esporte e Lazer da Cidade. Por que nós já pensávamos nisso. Nós já queríamos a participação da comunidade tentando elaborar as políticas públicas de forma participativa por meio dos conselhos, organizado de forma democrática. Criamos o controle dos recursos que eram destinados ao esporte por meio do conselho municipal, que era uma entidade representativa daqueles que demandavam por políticas públicas dentro do município. Então quando fomos pra lá, essa experiência que nós tínhamos em alguns municípios, tentamos fazer com que ela fosse válida para os 5.665 municípios do Brasil. Claro que isso demandaria um tempo, que seria um processo a ser atingido.

**Mas então você diria que no tempo que vocês estiveram lá isso não conseguiu ser alcançado, de chegar a produção ao gestor, ao trabalhador?**

Não, não, não, não, não. O próprio diagnóstico que nós encomendamos ao IBGE. Isso só ficou pronto em 2005, em 2006. Entende? Quando começou a nos clarear e a nos dar uma visão mais macro do que era o esporte no Brasil. Nós não tínhamos noção, por exemplo, o que havia de legislação. Nós não sabíamos o que tinha de lei de incentivo, por exemplo, pra tentar contabilizar o quanto de dinheiro era investido, de alocação de recurso público era investido no esporte. Nem esse dado nós tínhamos.

**Agora uma última questão, aproveitando sua experiência tanto como gestor quanto no mundo acadêmico, como você vê essa aproximação entre o campo burocrático ou político e o campo acadêmico? Como você vê essa questão especificamente no esporte e lazer?**

Deixa ver se eu entendi esse tua pergunta. Tem a ver com a aproximação da academia com a parte da gestão, com a gestão. Como que eu vejo isso.

**Exato.**

Não tem muita... se eu tiver que levar em conta a minha história de via, eu fui levado pra isso por conta de uma crença encima de um determinado partido desde o momento que eu entro pra dentro da universidade. Eu construo uma história de vínculo partidário desde um pouco antes de eu entrar para dentro da universidade. Por conta dessa história toda. Enfim, em nenhum momento nesse período até, eu diria assim, meados dos anos 90, a possibilidade de gerir alguma coisa. Entende? Pra nós era um tanto utópico até o início dos anos 90 que nós pudéssemos ter uma administração e implementar aquilo que nós elaborávamos, construíamos dentro do partido. E até tentávamos refletir um pouco dentro do espaço acadêmico que se tinha. Quando isso cai na nossa mão, em algumas administrações, o Lino deve ter te contado isso um pouco, quando ele foi trabalhar lá em São Paulo, com a Luiza Erundina. Bom, se vocês estão falando, agora faz. Nessa situação eu sempre lembro de uma citação que eu faço na minha tese, que era do Rousseau. O Rousseau chegava e dizia o seguinte: olha, se eu fosse um governante, eu governaria, eu não pensaria. Eu não sou governante então eu só penso. Se eu fosse pago pra isso eu governaria. Então o que é que aconteceu? Num determinado momento nós passamos a ser demandados por isso. E tivemos que pegar e... bom, vamos lá, vamos vestir e vamos tentar implementar. Do meu ponto de vista a experiência ela foi, quer dizer, eu construo uma tese encima disso. Eu tenho acesso a informações que eu jamais imaginaria ter se não fosse ter entrado na assessoria no município, depois no estado, e depois, se não tivesse participado do Setorial Municipal, Estadual e Nacional, jamais teria tido essa possibilidade. Então o vínculo que eu penso, a partir dessa pergunta, diante de algumas pessoas ela... não quero usar um termo... não quero ser academicista, usar a expressão intelectual orgânico do Gramsci lá, mas isso é orgânico na vida de algumas pessoas. Entende? Isso não é separado. A vida acadêmica com a militância, eu nunca consegui separar isso. Da vida acadêmica, da militância e da atuação. É orgânico isso na minha vida. Passa a ser uma forma de me constituir, de constituir, acho que o Lino é um pouco isso, que o Roberto Liao é um pouco isso. Eles não conseguem levar separado. Isso nunca esteve separado na vida. Nunca esteve separado na minha vida desde que eu entro pra dentro academia. Já um pouco antes não estava, e quando eu entro pra dentro da academia isso é...

**Mas para além dessas experiências mais particulares você acha, de uma maneira mais estrutural, isso pode se aproximar?**

A experiência que eu tenho dentro do... toda essa experiência dos últimos anos que eu tenho com a área governamental, eu te diria assim ó: existem setores estratégicos em que isso não pode ser desconsiderado. Entende? Isso não tem como não haver essa aproximação. Eu não imagino, por exemplo, um Banco Central com a tarefa que tem, que tu não esteja sendo assessorado, o Henrique Meirelles sendo assessorado por doutores em economia que tenham um vasto conhecimento de macro-economia pra gerir essa coisa toda. Agora em outros setores ainda se vê muita falta de profissionalismo. Muito amadorismo assim. Muita coisa fazendo, resolvendo a coisa no dia-a-dia, da forma mais superficial possível. O esporte é uma delas. Se tu me fizer essa pergunta diretamente vinculado com a questão do esporte, isso não sou eu que digo, isso é a análise que se faz nos últimos 20 anos no esporte no Brasil, começando pelo futebol, que diz o quando de não-profissionalizado, não técnico, não nada, feito tudo de uma forma totalmente aleatória, sem planejamento, sem... como a área esportiva. Se isso aconteceu num determinado momento, numa determinada situação no Ministério do Esporte, com

essa aproximação do Lino, que vinha da academia, nas outras duas secretarias isso não aconteceu. Na Secretaria Nacional de Esporte Educacional quem foi pra cabeça lá foi uma pessoa que sequer tinha vinculo com o esporte. Entende? O primeiro secretário depois... primeiro vem o Orlando, que foi alçado por ter sido o presidente da UNE. E nem formado em nada. Não pode se dizer que ele veio da academia porque ele tem um curso de Sociologia e um curso de Direito inacabados. Ele não tem absolutamente nenhum tipo de formação superior. Isso já mostra um pouco. A assessoria dele dentro, de quando ele era da Secretaria Nacional de Esporte Educacional tinha um acadêmico, ou dois, ou no máximo assessoria, que era a Michele Ortega e essa outra pessoa lá, que faziam assessoria, que vinham do mundo acadêmico. As pessoas do mundo acadêmico que ele trouxe retornou, mandou de volta porque trouxeram, segundo ele, mais problemas do que soluções. Então, uma secretaria fortemente construído por pessoas que vinham da academia, por algumas pessoas que vinham da academia. Por exemplo, o Roberto Liao estava fazendo mestrado, queria fazer o doutorado. O outro lá que era do Departamento de Políticas Sociais também estava terminando o doutorado dele. Eu tava terminando o doutorado. O Lino era doutor. Todos eles com vinculo com a universidade. Eu com vinculo com a universidade, o outro rapaz com vinculo com a universidade, o Lino com vinculo com a Universidade, tal como é na área econômica. Ou era Unicamp ou era PUC de... no governo Fernando Henrique Cardoso, a PUC de São Paulo, no governo Lula o pessoal mais vinculado à Unicamp. Tanto que a Dilma foi fazer mestrado e depois quase doutorado na Unicamp. Então isso é... mas agora em outras áreas, e falando do esporte especificamente é... muito... o cargo é político. O cargo é indicação. O preenchimento dos cargos, por exemplo, a Secretaria Nacional de Esporte Educacional tu via lá pessoas da UNE. Ou como estagiários ou ocupando... toda. Capelli... você vai pegar quem constituiu todos companheiros da UNE. O critério era ter sido da UNE. E companheiro do Orlando. E aí constituía e ele colocava lá, que era cargo de confiança. As pessoas aprendiam no caminho. Trilhando o caminho. Então eu não vejo. Na verdade eu vejo nessa área um distanciamento. Um hiato assim, um abismo na questão do acadêmico entrando dentro do burocrático. Se essa divisão que você quer fazer, se esse é o principio que estas usando, bem weberiano.

APÊNDICE G – Transcrição da entrevista com o gestor B, realizada por Fernando Augusto Starepravo, em dia 26 de março de 2010

**Entrevistador – Primeiro eu gostaria de saber um pouquinho da sua formação, e ao falar da sua formação, falar um pouquinho da sua trajetória tanto no campo da gestão pública quanto no campo acadêmico.**

Gestor – Bom, eu primeiramente me formei mais no magistério, no segundo grau, sempre gostei da questão da Educação, e logo em seguida cursei Educação Física. Na época era possível frequentar a universidade em três anos. Inclusive no primeiro semestre eu estava fazendo estágio do magistério e já estava na faculdade. E com 18 anos eu comecei a trabalhar numa escola particular, logo em seguida numa escola pública, e de lá pra cá em tenho assim, praticamente 32 anos de trabalho na Educação, algumas vezes na forma de professor, de sala de aula, do magistério, Educação Física. E acho que na questão da gestão acho que o aspecto educativo é mais forte. Então o meu vínculo é com a Educação o tempo todo.

**E como gestora você trabalhou em Porto Alegre?**

Como gestora eu na verdade fiz um longo percurso, porque eu iniciei trabalhando numa praça. Nessa praça, chamada Parque Araribóia, em Porto Alegre, passado pouco tempo eu passei a ser a coordenadora da praça, depois eu passei a ser supervisora das praças da região, depois supervisora de todo serviço de recreação pública, que era vinculada a Secretaria Municipal de Educação. Posteriormente foi criada a Secretaria Municipal de Esporte. Eu fui a primeira Secretária, fiquei depois numa outra gestão, e na terceira gestão. Então por três gestões consecutivas eu fui Secretária Municipal, por quase 12 anos. Com isso, fiquei um ano como funcionária porque eu sou concursada o tempo todo. Faço questão de dizer que a minha entrada no serviço público foi sempre por concurso. E que foram mais de um porque eu fiz concurso para professora estadual, pra magistério pelo estadual, pra Educação Física, depois pra municipal em Porto Alegre. Na época você podia escolher. Escolher não. Você chamava um que ia pra Escola e outro que ia pra praças e parques. E no concurso, minha classificação foi pra praças e parques. E então depois de um ano que eu fiquei não sendo Secretária, eu continuei trabalhando na mesma Secretaria e posteriormente vim para Brasília ser Secretária Nacional de Desenvolvimento do Esporte e Lazer. Agora, dia vinte e poucos de abril deve completar 4 anos.

**E como foi esse processo? Como você foi convidada a assumir a Secretaria?**

Você não tem isso. Muita participação e ocupação de espaço. Então, ao contrário de tempos anteriores onde tu era convidado naturalmente ou não para determinados espaços, hoje se constrói esse convite digamos. Quando o Partido dos Trabalhadores fez a disputa para a prefeitura de Porto Alegre e venceu, na segunda eleição, eu já era membro de diretório municipal e também membro do Setorial, que não era Setorial, era um grupo de Educação. E daí na Educação a gente voltava á questão do esporte e do lazer. E como ganhamos as eleições, o Secretário era identificado com esse grupo, a parte de esporte e recreação eu acabei entrando. Então se você for analisar, óbvio que foi um convite do Secretário Municipal, mas não é assim, o Secretário me achou em algum lugar e me convidou. Isso não existe. No nível nacional foi mais ou menos isso também. Tive uma trajetória em grupos políticos, uma experiência de gestão, e acabou, num dado momento, porque tudo são momentos conjunturais, então houve a possibilidade de eu ocupar esse espaço

no governo. Claro que teve a indicação do partido, teve um aceite do Ministro, depois eu permaneci a convite do Ministro na segunda gestão. Então assim, ocupação do espaço público em governos democráticos e populares não se dá só por indicação ou por amizade, se dá por uma serie de fatores, entre eles, a ocupação na militância... não necessariamente a militância no partido que eu tinha, mas somada a uma militância no teu trabalho identificado com o governo. Então é isso.

### **Eu queria saber um pouquinho sobre quais as principais ações da Secretaria durante a sua gestão?**

Na verdade nós estamos num processo. Como o Ministério é recente em termos de políticas. O Ministério vai completar sua segunda gestão agora, então ele é ainda muito incipiente. As políticas no Brasil, políticas públicas são mais recentes ainda. Principalmente no quesito lazer, pelo desenvolvimento do esporte e do lazer. Conforme nós vamos fazendo, nós estamos num processo ainda que as nossas ações estão voltadas ainda para difundir, divulgar o direito ao esporte e lazer, e sensibilizar os gestores que isso faz parte da Constituição, e que isso deve ser um dever do Estado. Então vai caminhando junto, ações na direção do direito ao esporte e lazer, e do Estado assumir o dever de propiciar uma política pública de esporte e lazer. Então existem algumas ações nossas que no futuro talvez não deveriam mais ser feitas talvez pelo Ministério. Mas se não existe isso aí ainda como um conhecimento real, nos cinco mil e poucos municípios que o Brasil tem, tem que colocar lá. Não dá uma política nacional que não existe em lugar nenhum. Então o que acontece. Estou falando do esporte e do lazer, participativo, comunitário. Por que uma política de esporte de representação educacional não existia anterior ao Ministério. Se ele tiver representações no Conselho Nacional do Desporto, nós sempre tivemos participação do Brasil em várias delegações internacionais em todas as modalidades, em mega-eventos. Nós sempre tivemos um olhar para alguma coisa do esporte escolar. Mas a questão do esporte nas comunidades do lazer quanto direito, é nessa gestão, é desse governo, da criação do Ministério. Então o programa-chave nosso chama-se PELC (Programa Esporte e Lazer da Cidade). Esse programa foi construído sob um olhar de alguns municípios e estados, pouco menos ainda, que tinham desempenhado uma função no seu cotidiano de gestão municipal que dava conta de algumas respostas para o cidadão. O pessoal do esporte e do lazer. Então ele não foi assim ó, sonhado e concebido num gabinete, agora temos um plano para a nação. Não! Foi uma série de experiências bem sucedidas, em todos, em vários estados do país. Citaria entre elas Porto Alegre, Caxias do Sul, algumas cidades do ABC, Diadema, Santo André, no Recife, Belém do Pará, estado do Mato Grosso do Sul. É como se formasse uma rede de trocas de informações que aconteciam muitas vezes em eventos nacionais como o Enarel. Sendo que íamos estabelecendo parâmetros, apresentando nossas experiências, participando de mesas, companheiros fazendo a mesma coisa, e daí se estabelecendo um parâmetro de política em cada local que dava certo. Então o desafio está colocado. Que essas políticas, e PELC, que já foram testadas em gestões, socializadas ao maior número de municípios possível. Como tu entra com o projeto, com o dinheiro, enfim, tu entra com o no-rau e com o financiamento, poderia parecer que é muito fácil implementar e não é. Não é porque não tem as vezes o entendimento e a vontade política local de quererem fazer um convênio burocrático, colocar as questões partidárias acima dos direitos do cidadão, do dever do Estado, e as vezes há um limite de entendimento disso. A pessoa não pensou sobre isso. Pra



eles, gestor ou essas lideranças locais, lança a bola do futebol, a bola de vôlei, premiação final, ter uma equipe que participa dos jogos regionais, de algumas modalidades. Eles não conseguem ver o processo para todas as faixas etárias, para todos os cidadãos que tem direito a isso, as pessoas com deficiência, os ribeirinhos, quilombolas, indígenas. Então tem que levar toda essa informação. E o que nós descobrimos nesse processo, que está até provado. Se nós não tivermos estruturas com pessoas, essas estruturas, instituições são as pessoas que tenham entendimento e queiram fazer você não consegue implementar. Segundo, que a formação e capacitação dos agentes é fundamental. Terceiro, que as vezes quando a unidade, a instituição de ensino próxima ela sonha esse parceria conosco há um ganho e uma elevação da qualidade e uma rapidez na implementação maior. Por quê? O programa ele prevê a utilização de agentes comunitários e também utilização de profissionais da área, formados em faculdade, normalmente de Educação Física. Então, os profissionais e a Universidade entram com todo o conhecimento, né? E uma possibilidade de intervenção qualificada. Mas desde que dialogue com a realidade local, aceitação pelas lideranças locais e a possibilidade de se ter um intercâmbio. Então nós tivemos experiências onde as Universidades tentaram fazer sozinhas o processo, achando que só com os seus quadros daria conta. Tem a burocracia toda bem feitinha, a vontade, o desejo, mas não tem as pessoas para atender. Onde a gente só tem as lideranças locais, agentes comunitários, tu tem o atendimento pouco qualificado em termos de desenvolvimento do esporte e do lazer. Então pra nós, o nosso programa ele realmente avança quanto tu consegue unir as experiências, as pesquisas, o conhecimento acadêmico coma realidade local, ambos bem intencionados. Por que também existe uma má intenção as vezes na política. Tu tem casos né que a cidade não quer investir na área de esporte e lazer. Então elas querem pegar dinheiro do MEC, do Ministério do Esporte e fazer a sua política. Que é o Departamento de Esporte, fazer seus jogos municipais, enfim, então esse não é o PELC. Então pra esse não tem dinheiro. Se tem, ele vai buscar dinheiro, mas não é por aí. Por outro lado, então, eu quero dizer assim, o PELC ele são conceitos estruturantes de uma política. E esses conceitos então eles tem que ter, buscar as identidades, tem diretrizes, tem princípios, tem metas. E uma coisa que então nos auxilia é essa questão da Universidade aberta para a comunidade entorno. E essa comunidade entorno não significa só da sua cidade. Existem universidades, talvez seja o caso da de vocês, lá do Paraná, que existe alunos das cidades do entorno que freqüentam, e que portanto se tu fizer um núcleo descentralizado em vários sub-núcleos, tu atende não só o entorno, território da Universidade, mas territórios, várias outras cidades. Então nesse processo da metodologia, que nós chamamos de metodologia consorciada, não é o consórcio como ele é concebido legalmente, com estatuto, com cada cidade entrando com isso, com aquilo, com aquilo outro, não, é no sentido de um convênio, uma burocracia bem estruturada dando resposta para várias cidades. E isso para nós é fantástico. Quando acontece esse tipo de ação, nós temos muitos exemplos disso. E tem o lado também das pesquisas. E da publicação e difusão do conhecimento, que é o PELC também, Programa Esporte e Lazer da Cidade, só sob o ponto de vista teórico. Então essas pesquisas elas são extremamente importantes porque elas vão qualificando o programa e ajudando nos instrumentos de operacionalização local baseados nisso. Existe pesquisa que, vamos dizer, investiga o número de equipamentos esportivos e recreativos da cidade. Outra a participação dos jovens nos programas de esporte e de lazer. Outras verificam a questão da formação e capacitação. Então, se tu pegar o universo das pesquisas que são... a

maior parte delas é muito bem ocupada na política pública, porque ou ela contribui num segmento ou em outro segmento, ou no conjunto. O que a gente também tenta fazer, que essa construção do PELC né... pesquisa, não se restrinja a alimentar o próprio PELC núcleos, mas que também contribua para a cidade onde está acontecendo. Então as vezes o papel nosso, do Ministério, acaba sendo facilitador de uma reunião. Tu vai numa determinada cidade, a convite da Universidade ou da cidade, aí solicita, ou acontece de naquele momento, na explanação das políticas públicas, ou numa reunião com o Reitor, tal prefeitura é o prefeito. Aí tu pega e liga dizendo "Há Reitor sabe que aqui nós temos políticas assim, quem sabe a Universidade contribui com uma pesquisa que vai ajudar a cidade. O prefeito, o Ministério tem todo esse trabalho aqui. Já pensou em ocupar isso aí? Sabia que ele tem um levantamento dos equipamentos? Sabia que eles estão construindo?". Então as vezes, por incrível que pareça, falta só o encontro. O encontro das pessoas que tenham poder de gerenciar a questão do esporte e lazer na cidade. Então o PELC é muito isso. Quer dizer, uma grande porção de realidade, e uma porção do mesmo tamanho de ideal, de utopia, de sonho, de vontade.

**E essa aproximação entre o PELC e a Rede Cedes, que na verdade são a mesma coisa, tem sido efetiva, né? Essa produção do conhecimento da Rede Cedes tem chego ao PELC? Tem subsidiado as ações do PELC?**

Tem. Só que eu necessito, vamos dizer, o que você chama de um tratamento. Por quê? Uma pesquisa ela vem numa construção acadêmica, ela vem com uma escrita que as vezes não é popular. Então ele não é bem entendida ou as vezes não é nada entendida. Então quem nos ajuda um pouco a fazer essa tradução são os formadores do PELC, que são um outro ente, que são as pessoas que vão dar os cursos de formação nos núcleos. Então elas conseguem... nós também formamos os formadores. Os formadores vão ter o acesso aos resultados das tuas pesquisas. Os formadores, muitos deles são pesquisadores da Rede Cedes, ou estão vinculados às Universidades. Então eles tem a possibilidade de realmente ir implementando os resultados de pesquisas, aprendendo e trazendo. Eu tenho uma das que está em voga, que eu tenho gostado bastante, é uma pesquisa sobre raça, gênero e etnia, que ela elaborou uma cartilha bem simples, com os termos utilizados, especialmente na questão de gênero e de preconceitos, né? Então vai traduzindo, e isso aí é abordado pela pesquisadora junto aos formadores e aí os formadores se sentem mais a vontade, mais preparados para inclusive com a cartilha, para trabalhar nas comunidades com os seus agentes, enfim, conforme uma cadeia. Então assim tem temas que são mais facilmente aproveitados, ou seja, assim, tem os resultados e você já utiliza. Tem outros que vem com o tempo. Então eu posso te dizer que hoje, a partir de alguns encaminhamentos que foram dados, você já deve ter ouvido até da professora Leila, que quando tu parte da pesquisa induzida para um edital que diz assim: estou com uma carência grande e preciso trabalhar com os indígenas. Eu quero bem os indígenas, tudo, mas eu não sou indígena, não vivo em território indígena. O que eu vou propor para um indígena? Então quem vai propor para o indígena, ou é ele mesmo no diálogo que a gente tem, ou no diálogo que já foi mediado pelo pesquisador. Então a partir... só que isso leva tempo. Essa pesquisa indígena mesmo que foi feita nos Jogos Indígenas de 2007 eu acho... é, 2007, ela só foi entregue, inclusive para os próprios indígenas, nos Jogos dois anos depois, de 2009. Agora leva mais um tempo indo, sendo absorvido, e depois tu começa a implementar aqui, ali, ao longo. E esse ano, 2010, nós estamos elaborando, junto, recebendo proposta, e adequando na burocracia, parece que

PELC em cinco etnias. Quilombolas nós não temos ainda resultados de pesquisas. Então assim ó... a política pública, ela é muito lenta, principalmente num país como o Brasil, que tem uma dimensão continental. Certamente as pesquisas regionais, elas nos ajudam a andar um pouco mais rápido da região todas. Então assim, a gente vai mesclando as pesquisas induzidas, temas que podem atender a demanda do PELC e das políticas públicas. Eu digo do PELC porque eu trato como se fosse um laboratório, em todo o Brasil. E tem aqueles mais focados: assentamentos indígenas da etnia X ou Y. Então assim ó: o que é interessante é que as coisas elas vão caminhando meio que junto. O Brasil hoje tem um Ministério. Esse Ministério tem uma Secretaria. Essa Secretaria acredita na gestão municipal. Nós acreditamos nos entes federativos. Nós achamos que eles devem assumir o seu papel. Que as ONGs ajudam, mas não é papel delas. Nós não podemos terceirizar o que é público. Enfim, então isso você não, acontecendo com o Brasil sendo desafiado hoje de amadurecimento muito rápido desse processo de construção das Olimpíadas e da Copa do Mundo. Aí por outro lado, um olhar sobre a nossa área, um olhar mais atento. As repostas vindo mais rápido. Eu me lembro quando eu comecei como gestora em Porto Alegre, o mais comum era aquele gestor que era candidato a vereador, que havia sido eleito ou não, ou algum componente de algum partido, que na distribuição das cadeiras do secretariado, aqueles que tipo não eram médico para serem Secretário da Saúde, não eram professor para ser Secretário de Educação. Quem digamos não tinha formação, só era um bom cabo eleitoral, então vai pro esporte. Por que o cara gosta de jogar futebol. Por que assim ó: o esporte era aquilo assim, todo mundo entende, porque já jogou futebol ou porque torce para uma equipe. Então qualquer um podia. Nesses quase 20 anos que eu estou nessa militância aí, não é mais assim. Hoje em dia tu até pode pegar que goste de esportes, o cara que foi candidato e não se elegeu, se se elegeu não tem problema nenhum, mas ou ele vai entender da área ou ele vai ser assessorado por alguém que entende da área. Por que senão ele não vai dar conta. Por quê? Por que hoje a comunidade já entendeu e sabe o que quer, porque os outros gestores mais qualificados deixam em saia justa esse gestor. Então assim ó: está evoluindo. E se você for pensar assim são 20 anos. É muito tempo.

**E existe alguma outra forma de participação do campo acadêmico na gestão da Secretaria? Vocês têm alguma participação além da Rede Cedes? Algum outro tipo de aproximação, a partir de pessoas, a partir de contatos, ou a partir de alguma situação assim?**

Estamos. Eu acredito que para relações interpessoais e relações... a gente, principalmente quando eu participo de eventos como esse, que eu fico todo o evento, eu vou ouvindo as mesas, eu vou conversando com as pessoas, e já vou fazendo os links necessários pra tudo ser aproveitado. Então essa é uma maneira: a relação interpessoal. Tem a outra, que o nosso Departamento de Ciência e Tecnologia, hoje coordenado pela professora Leila, que é uma doutora reconhecida, então ela tem a relação acadêmica, o entendimento do fluxo acadêmico resolvido. Então isso também para perto da coisa. Nós fomentamos eventos técnico-científico. A gente apóia. Nós apoiamos publicações. Nós as vezes nos acomodamos também quando nós puxamos esse ou aquele para participar de uma mesa ou alguma coisa. Nós contratamos consultoria no caso da gente não ter na Rede Cedes, ou precisar de uma resposta mais urgente, que não pode esperar uma pesquisa. Uma consultoria para nos auxiliar lá no Ministério em temas mais específicos. Então a contribuição acadêmica é sempre muito bem vinda. O que nós notamos muitas

vezes, principalmente no curso de Educação Física, é que não há o entendimento, por parte do corpo discente, de que a possibilidade de uma ação, de uma interferência, de uma participação do acadêmico nas políticas públicas. Aliás, é difícil até ele se envolver com pesquisa no início, quanto mais a política pública. Há um direcionamento ainda, uma coisa meio do senso comum, de academias, clubes, treinamentos, e até Escola. Mas quando tu começa a falar da política, as pessoas sempre associam política com partido. E aí começa tudo atravessado no meu entendimento. Por que a política de cada área ela é ampla, e ela não tem esse corte, esse limite partidário. Ela até pode ter essas características, mas não é ela que forma a política. A política da área, ela tem que dar conta da área. E alguns partidos são melhores ou piores, e tem algumas pessoas que são melhores e piores. Mas quando as pessoas olham a política, to fora. Com se estivesse tendo um grande posicionamento. Não estão, porque a omissão já é um posicionamento que pesa para algum lado. Então a política pública, ela é pouco reconhecida, e portanto a Universidade através de seus alunos e muitos de seus professores: não me envolvo com política. Pode não se envolver com partido, mas principalmente um professor de Universidade Federal, onde as federais são mantidas pela política, as outras também, mas por uma política mais, digamos, privada. Mas mantidos por uma política pública, não reconhecer o papel que esse poderio está desempenhando é uma coisa se lamentar. Mas também não é uma realidade geral. Tem muitas Universidades que os alunos estão engajados, estão participando, são críticos, os trabalhos também são feitos, porque nova gestão que a gente não... não gosta de crítica. Nós procuramos avaliação. Agora mesmo a PUC de Minas Gerais está concluindo uma pesquisa de avaliação dos nossos programas. Olha, avaliação também faz parte do processo. Eu avalio, o que não estiver bom tu melhora. Se tu não avaliar tu não ouve crítica mas também não melhora. Então assim ó: na Secretaria hoje não temos receio da crítica. Agora temos poucas pessoas e instituições prontas para fazer uma crítica não às pessoas que estão lá na Secretaria, ou uma outra ação. As pessoas elas estão é... mais distantes para fazer a crítica a ação como um todo. E isso a gente se ressentido. Por que a Rejane ela pode ser criticada, mas não resolver nada. Quero que critique assim ó: gente, esse modelo de formação de vocês aí não está formando. Olha, esse processo aí de agentes comunitários tem um limite. Entendeu? Nós não temos esse olhar crítico. Nós temos assim ó: tu não acha a Leila muito isso, como que aquela diretora fez aquilo, como que aquela Secretária é daquele jeito. Então eu acho que ao mesmo tempo que a política pública tem que amadurecer, que nós gestores temos que amadurecer, especialmente gestores a nível nacional, que estão dando conta de uma política nacional, que não pode o olhar ser sectário, a Universidade, de quem, a reflexão, vamos dizer o... a parte lógica que deveria superar em alguns momentos a parte emocional e pessoal pra realmente construir a política. E eu... isso aí nós temos ainda um pouco de dificuldade.

**E você acredita que o Ministério, através da Secretaria, você falou muito da questão da pesquisa em função de algumas demandas da política mesmo, conhecer melhor uma realidade, mas você acredita que é papel do Ministério estar fomentando a própria área científica relacionada às políticas públicas? Não só enquanto uma coisa que vai trazer um resultado mais imediato, mais como uma área que ainda carece de pesquisas, que é a área de pesquisa em políticas públicas. É função do Ministério estar promovendo esta área, tentando que ela se desenvolva mais?**

Acho que sim. E tem sido fundamental inclusive para sacudir o resto dos outros órgãos públicos financiadores, porque em alguns momentos eu não vi o respeito em um dos órgãos pelas nossas pesquisas. Mas não conhecia e também não veio conhecer. Quando tu começa a fomentar e ela começa a dar resultado, começa a aparecer, seja sob a forma real, concreta de aplicabilidade, seja sob a forma de produção teórica a ser estudada já muda de figura as coisas. Então eu acho que mesmo não sendo prioridade, ou não devendo ser obrigação do Ministério fomentar, já que existem órgãos fomentadores de pesquisa específicos para isso, principalmente na Ciência e Tecnologia, em não dando conta do nosso recado, nós temos que sobreviver na área. E a nossa sobrevivência passa sim por a gente investir na pesquisa.

**E eu queria saber também um pouco assim da sua visão. Essa produção, seja da Rede Cedes ou da produção científica sobre o assunto, ela tem chego aos gestores e aos trabalhadores do sistema? Como que é esse processo? Não só dentro do PELC. Pensando num gestor estadual, num gestor municipal, o trabalhador do PELC, o trabalhador de um projeto qualquer, essa produção ela tem chego a essas pessoas? De que maneira? Ou se não tem chego por quê?**

Olha, eu acho que chegar, chega, agora muito aquém do que gostaríamos. Eu não tenho uma pesquisa científica pra te dizer por que, mas eu vou levantar alguns elementos de sensibilidade. Um. Muitas vezes nós promovemos cursos para, né... seminário, encontro para gestores. Um exemplo, nós vamos num evento como o Enarel, e dentro do Enarel a gente faz um encontro para gestores paralelo em algum momento. Os gestores não vão. Os que vão são geralmente os mesmos, que já estão bem no foto, eles continuam gostando e participando. Por que o gestor aí sim ele é político, ele quer fazer a política. No entendimento meu ele tem que fazer a política da área e a política pessoal dele. Mas tudo bem. Aí então isso é uma coisa. Uma não participação dos gestores porque eles acham que é uma perda de tempo estar sentado assistindo, participando de um evento como esse. Então tu vê. Nós só ontem tivemos aqui a tardinho mais de 8 horas, assistindo palestras. Os gestores que não são da área, que eu digo assim, que não tem uma formação, eles não consegue ver importância nisso. Eles estão perdendo 8 horas da vida deles. Então não há uma participação dos gestores. As vezes, quando nós fazemos um chamamento para cursos, que não são esses eventos disciplinares, mas alguns cursos do PELC mesmo, quando é para ir pra Brasília, para os coordenadores, que são os cargos mais gerenciais, políticos, eles vão. E não levam os coordenadores de núcleo. E quando chegam eles não repassam. Não são multiplicadores. Então por isso que a gente não... mas também tu tem que estar em contato com eles. Então eles são responsáveis. Não foram escolhidos por nós, mas são. Então o que a gente faz é uma mediação. Nos encontros é para vir responsável pelo convênio e coordenador geral dos núcleos e mais um coordenador de núcleo a ser escolhido. Aí que vai fechando um pouquinho uma maneira de garantir que algum daqueles três consiga multiplicar isso no nosso programa. Leitura de livro, a gente passa todos os livros publicados pela Rede Cedes tanto para os nossos formadores quanto para os nossos convênios. Como o núcleo tem vínculo com a Universidade, esses livros chegam lá e são trabalhados. Não só nos próprios núcleos de atividade como o professor, aquele que é empolgado, ele trabalha com seus alunos, e vai formando naquela direção, e aí vem pra nós. Agora muitas vezes o livro vai e fica lá na estante. Não se divulga sequer aos professores da área que existe aquele livro. E os livros estão lá pra enfeitar, contando como número nas bibliotecas. Então essa é

uma outra dificuldade que nós temos. Outra é que as diferenças regionais são tão grandes, e de fato há cidades, digamos com tanta dificuldade, com tanto limite, que eles não entendem nem o que eles estão falando. Não sabem nem o que é lazer. Então esse é outro problema cultural. Então te dizer assim ó: nós estamos longe, no meu entendimento, de uma política nacional de esporte e lazer, de participação. Nós estamos recém nos primeiros passos. Agora o que nós temos feito é não perder um espaço de divulgação das possibilidades, que nós acreditamos. Então é uma corrida contra o tempo. E é tão engraçadas algumas experiências que a gente vive. Que a gente foi né, em 93, assumiu a Secretaria Municipal de Esporte de Porto Alegre. Sempre participando de eventos, de atividades, pro Norte, pro Sul, Nordeste. E em uma determinada capital, que na outra gestão ganhou o governo democrático popular e o meu partido assumiram lá. E eu pensei: poxa legal. Me chamaram para uma conferência, um encontro lá. Tinha mil pessoas. Pensei, gente, isso é demais. Que fantástico a mobilização popular toda da nossa área. Sabe quando te dá uma alegria de pensar em pensar, poxa lá foi tudo tão difícil e agora eles já pegaram a evolução, já estão em outro patamar. Aí participou da mesa eu, que já estava em Brasília, um Secretário muito ativo de um outro município, uma capital no Nordeste, e o gestor local que tinha recém assumido. Nós fizemos aquelas palestras bacana, sabe de coração, empolgada, pra platéia, com êxito. Hora do debate: pra mim não veio, veio uma pergunta, queriam saber do material do Pintando a Liberdade, as bolas. Pro outro professor, que era da gestão municipal, nenhuma. E pro gestor local era: como que ficou a questão do campo de futebol? E ainda naquela linha não sei o que lá. E o material não sei o que lá. Eu pensei: Meu Deus! (risos) Eles só tinham mais número reunido, mas a evolução da sociedade que pensa e age em termos do esporte e lazer estava como nós em Porto Alegre há muitos anos atrás. Isso aí não vai assim tipo por osmose, acontece. Não! E pode parecer brincadeira, mas eu, pra mim foi uma surpresa. Eu achava que a circularidade do conhecimento ela era, ela aprofundava, ela antecipava, mas não. É o tempo de amadurecimento da própria população, da própria comunidade. Não adianta dizer que tu enquanto gestor tá muito evoluído porque a comunidade ela vai vir no tempo dela.

**Eu queria que você, já partindo aqui para o encerramento, queria que você falasse um pouquinho... quase que um balanço, especialmente do PELC e da Rede Cedes. Qual a sua percepção do que foi alcançado? O que ficou devendo? E qual a perspectiva agora para os próximos meses, da gestão que está se encerrando, o que vocês pretendem ainda fazer? E o que vocês esperam que vai ficar, independente da transição política, do que acontecer, o que vai ficar desse trabalho de 8 anos da Secretaria?**

É, na verdade eu faço um balanço de uma evolução muito positiva. Se nós formos pensar em termos de Rede Cedes nós tínhamos pouquíssimos núcleos de pesquisa e não estávamos em todo o Brasil, atuando com políticas sociais. E hoje nós estamos praticamente em todos os Estados, e com núcleos bem estabelecidos, com pesquisas dando continuidade e ampliando. Os núcleos do PELC normal, Vida Saudável, eles, assim ó: muitos gestores municipais se sensibilizaram. Talvez não a ponto de liberar dinheiro pra isso, mas no entender essa como uma política comunitária importante. Isso a gente notou. Então... e até em alguns casos o próprio município, pouquíssimos, parou de pedir, fazer convênio conosco e assumiu o PELC lá, como ele é, na sua cidade. Isso para mim é o máximo da evolução. Aí nós temos o avanço na intersetorialidade, que é essa união com o MEC, com o Mais-Educação, que é a reunião, a aproximação com o PRONACI, com a questão da violência

juvenil. Na questão da saúde que avançamos também. E eu vou te dizer também dos limites que nós temos. Talvez essas políticas se nós tivéssemos mais pessoas para poder desenvolver. Dizer olhe: toque essa relação com a saúde, toque isso aqui com a Justiça, mas não. Tudo que nós buscamos é nosso conosco mesmo. Tudo que tu busca pra fazer é pra ti fazer. E tu tem um limite. Chega uma hora que tu não tem mais as horas do dia, não são suficientes pra ir até o fim. Tem um limite de recursos humanos muito grande. Não é só o financeiro que falta pra nós. Falta a questão do recurso humano pra desenvolver essas políticas. Mas, eu diria que tudo é numa ordem crescente. Nós começamos num Ministério novo e numa proposta nova, que foi evoluindo. Se pensar em termos de 8 anos parece muito, mas em políticas públicas é quase nada. Acho que o que fica, fica tudo, porque é conhecimento. Se eu parar a questão do Esporte e Lazer da Cidade enquanto núcleos, como atividades, ou então não estamos mais lá para financiar, ou eles pedem essa, não aquela, eles pedem a atividade, eu vou dizer que muitos vão perder e muita coisa vai continuar. Mas se eu pensar que eles tiveram um entendimento do seu direito ao esporte e lazer, que eles detectaram com lideranças locais, não só para a área de esporte e lazer, mas através do esporte e lazer conhecer a cidadania em outros aspectos. Se a gente entender que o conhecimento não é uma coisa que se apaga com a borracha, eu acho que não se perde. A atuação pode reduzir e até acabar. Mas a vida real, acho que a tendência é continuar e melhorar. Publicações devem continuar, edital de pesquisa também. Acho que na questão administrativa os editais também foram um balizador importante. Por que quando eu cheguei lá era assim: você tem X para investir nas pesquisas. Aí naquela sentadinha tu chega: ó tem esse projeto aqui. Ta, legal. Então X menos 1. Aí outro assim vem e te trás um X bem grande. Acaba. As vezes duas, três convênios tu acabava o dinheiro do ano todo. E não era... daqui um pouco vinha uma outra proposta que era superior as outras duas, mas já estavam pagas essas duas. Superior não no sentido da qualidade da pesquisa em si, mas aos interesses, a amplitude, e tal. Então o que aconteceu. O edital ele oportuniza que as pessoas, ao mesmo tempo, no mesmo horário, façam a inscrição, que todos, que a seleção possa ser feita de maneira depois comparativa e hierarquizar. E vai pagar de acordo com a verba que tu tem. Então, o processo. Fora isso, exigiu que os próprios proponentes fizessem projetos melhores, porque eles tinham que concorrer. Não era só chegar, apresentar qualquer projeto e ganhar a verba. A partir do momento que tem que concorrer, se o outro é melhor do que o teu, e o edital for sério e fazer justiça, o outro, tu pode ser meu melhor amigo, tu não vai levar. Então eu acho que isso é uma coisa que não deve se perder, porque isso é uma, acho que garante um nível de transparência, na questão que deve ser o poder público, com suas verbas, também uma credibilidade para as pesquisas, e uma busca de melhoria na questão dos pesquisadores, procurar fazer bons projetos, qualificar os seus projetos. Enfim, eu acho que o edital também educa o pesquisador.

**E... eu queria saber um pouco do uso político dos próprios programas. Assim, no sentido que o PELC, ele trabalha muito com emendas parlamentares. Como que funciona essa dinâmica para vocês? Até que ponto isso é positivo, ou é negativo? Dentro da própria Rede Cedes, o que é importante na hora de selecionar esses projetos? Quais as prioridades? Se isso está sendo em função da região, está sendo em função dos grupos, está sendo em função do que essas prioridades de recursos? Então qual a política da escolha, da difusão dos programas?**

Bem, no caso das pesquisas ela é muito simples. Só para tu entender. Tu vai ver. Como nós não temos como garantir qualquer pesquisa no sentido que todas as pesquisas tem valor, e não a questão de minimizar o valor da pesquisa, mas como nós não somos uma agencia fomentadora. Estamos digamos auxiliando nesse aspecto, a nossa pesquisa ela tem linhas né... de... possibilidades de maior aplicabilidade nas políticas públicas de esporte e lazer. Quando tu define essas linhas, tu já deixa claro para as pessoas o que que ta precisando. O que posteriormente, em breve, serão utilizados. Por que nós estamos precisando, senão não estaríamos encomendando essas pesquisas. Então a classificação das pesquisas, elas vão assim ó: o caráter regional das pesquisas só sob determinados temas. Em outros ela fica mais em termos de Brasil mesmo. Por exemplo, se tiver três pesquisas, na proposta da questão de gênero. E gênero tanto faz se é federal daqui ou particular de lá, qualquer coisa. Agora, se eu tiver necessidade da questão dos quilombolas, é onde apresentar os quilombolas é que eu vou ter que ir. Então assim ó: os critérios eles também são apresentados para os pulgões, no edital. Então a gente vai colocar o que vai pesar e o que não vai pesar. E isso as vezes é alterado de edital para edital, dependendo do que se detecta de possibilidade de aperfeiçoamento. Por que o edital ele não fica empacotado. Primeiro exercita fazer um edital. Ai todo mundo que concorreu, os que ganharam, os que perderam, principalmente, vão apontar uma série de falhas. Ai tu vai ouvir, e ver o que de fato pode ser melhorado para melhor. No outro ano a mesma coisa. Então nos editais tu vai ver que muita coisa foi alterada, porque na vida real mostraram que poderia ser melhor se fosse diferente. Então o caráter aí, a gente tem uma estratégia de realmente atender todos os estados do país, mas se não tiver qualidade técnica não vai. Então uma vez eu lembro que nós noticiamos que a gente queria atender primeiro uma área que estava muito desequilibrada, uma região do país, mas aí eu acho que o pessoal entendeu que a gente queria ajudá-los a qualquer preço. E apresentaram uns projetos muito deficitários, com muita dificuldade, sem qualidade. Como nós não somos aquele tipo “clube de mães”, que todo mundo tem direito. Não é justo, entendeu? Então aí vamos cobrar o que é certo. Sim, por isso mesmo, porque queremos desenvolver, nós não queremos acomodar. Se for topa qualquer parada. Bom, então assim: tem esse caráter regional as vezes, mas sempre balizado por um, determinados critérios técnicos, e que atendam o mínimo que se espera de uma pesquisa. A publicação vai nessa direção também. Por que já houve casos que se contratava a pesquisa, garantia a publicação. Tu tem uma pesquisa que pesquisa as crianças e os adolescentes, e depois vem um livro publicado sobre a questão dos idosos. To te dando um exemplo clássico. É tipo assim: utilizam de um financiamento de pesquisa, com direito a publicação, e utilizam para publicar outras coisas. Então essas coisas também detectamos e estamos... No quesito núcleos também. A gente divide a pouca verba que tem nas regiões. E as regiões elas estão divididas por critérios também: o índice de desenvolvimento humano, densidade populacional, possibilidade de execução. E quem é o interlocutor? Se o interlocutor é o município isso tem um peso. Prefeito, uma cidade, nós somos republicanos. A gente valoriza as instâncias. Tem um peso. Outra é uma ONG que vive, não se sabe bem como. (risos) Então os principais critérios, eles são bastante sérios, e eu acho que garante muito isso ai também é que vem pessoas de fora, não é só do Ministério, nós compomos também a comissão, vamos dizer, avaliadora. Mas existem convidados de fora. No caso de pesquisas, de instituições de pesquisa de fora. Que vão desde as instituições que não estão concorrendo, até uma vez já foi a FINEP, outra vez foi outras órgãos de fomento a pesquisa, que são pessoas



que entendem de pesquisa, pra dar realmente o caráter técnico e de transparência. Nos núcleos também acontece a mesma coisa. E aí tu faz essa divisão, mas aí sempre tem assim ó: um mapa do Brasil, que é o dobro daquele quadro branco ali, é o mapa do Brasil. Aquele ali é o meu amor e a minha dor. Que eu olho para aqueles cinco mil e poucos municípios, eu olho o tamanho do mapa, eu olho esse mapa sempre caindo pro lado do Sul e Sudeste. Agora se leva um pouco para o Nordeste, mas continua assim desequilibrado pro Norte. Então aquilo ali é o desafio constante. E aí eu vou chegar na última resposta que significa emendas parlamentares. Lado positivo, lado negativo. Lado positivo: veja bem, o parlamentar tem direito a X milhões para investir na área que ele quiser. E veja que inaugurar obras é fantástico. E ainda os empreiteiros que fazem as obras tão agradecidos, tão felizes na parceria, que depois te ajudam na tua campanha. Tu fazer um programa social que as pessoas não vestem a camiseta com o nome do deputado. Que o deputado não inaugura nada. Que as pessoas vão assim conversando e evoluindo. De repente falam até mal de ti. Talvez não seja o melhor. Então quando um deputado resolve investir na nossa área, quanta sensibilidade. Nós ficamos muito felizes. Por que se nós não temos o dinheiro do orçamento da União, e temos todas essas tarefas a desempenhar, alguém vem e te oferece: vão nos ajudar? Vamos. Só que daí rompe com toda estratégia que nós temos. Se essa cidade já tem esse aqui, nós vamos botar mais porque o deputado quis. E aquele ali do lado não tem nada. E vai continuar sem nada, porque nós não podemos mexer no dinheiro do deputado. Nós operamos, fazemos a parte administrativa do dinheiro que o deputado sinalizou com ele quis, pra onde ele quis, no montante que ele quis. Então eu diria que não é a nossa proposta. Ela só é nossa proposta no sentido que é a nossa área, de esporte e lazer. Mas é a proposta, nas emendas individuais de cada deputado. Então é isso. Então o aspecto positivo é esse. Tem essa verba para a nós desenvolver o esporte e o lazer. Mas é uma verba que vem com carimbo, e esse carimbo que as vezes não é muito agradável. Então é como ficar no meio do sanduíche, né? É pouca autonomia, pouca verba, muita vontade de fazer, mas engessado. Mas é melhor isso do que nada.

**Última questão, não quero tomar muito o seu tempo. Em relação a experiência que você teve mais na gestão, e agora também na área acadêmica, como você vê pessoalmente e como área, essa aproximação? O que você vê da importância, você já bastante falou de vários pontos, mas como você vê essa perspectiva de aproximação de ganho das duas áreas a partir dessa aproximação, do campo político, burocrático que eu estou chamando, da gestão mesmo, com o campo acadêmico?**

Olha, eu sou uma pessoa que acha que a prática sem o referencial teórico ela pode ser muito pobre. E acho que a teoria que não ajuda a prática, ela é quase que descartável. Então eu sou uma pessoa, que trabalhei sempre, alguém usou um termo, algum clássico, aí alguém, do entre-lugar. Não é no mesmo sentido, mas eu busquei, eu me sinto assim no entre-lugar. Por que para a academia eu não sou da academia. E para o gestor eu sou gestor, mas querendo botar o pé na academia. (risos) Porém, como o resultado do que a gente faz, e eu acho que isso tem que ser dito, quando a gente faz com muita vontade, e se dedica, e busca, tem resultado. Então como o meu resultado é mais positivo do que negativo, começa a aproximação. O que que eu te diria. Há preconceitos dos dois lados. O gestor, aquele que não tem paciência de ficar duas, três horas na cadeira pra não tomar muito tempo. Ele acha que é pura perda de tempo. As pessoas estão falando,

falando, e não estão fazendo. O cara que está com horas a disposição para sentar, conversar, ou ele pensa de um jeito, ou ele está em casa, dormiu, viu um filme, conversou com alguém, e aí elaborou um pouquinho mais, ele tem todo o tempo do mundo. E aí pra ele, pro gestor, esse cara tá pegando no teu pé, ele tá só teorizando. Então vencidos os preconceitos de ambas as partes, e daí eu acho que pessoas como nós, eu diria a Claudia, eu, a Leo, que somos, viemos da gestão e que estamos na formação acadêmica e tal. Deixando bem claro, uma formação acadêmica sistematizada, porque eu nunca parei de ler, nunca parei de estudar, sempre que possível fiz disciplinas como aluno especial, na Educação, mestrado em Educação da URGs, na sociologia da UNB. Então assim ó: vamos combinar que eu não tive esse afastamento tão distante, só não estava na forma acadêmica. Assim como muitos pesquisadores, eles não são gestores, mas eles estão no dia-a-dia lá, o cara joga futebol, na equipe de futebol dele ele agiliza processos, ele cria possibilidades, ele trás soluções, e tal. Tudo bem, ele não está na forma do gestor, mas ele tá contribuindo com a gestão. Só que isso, ele vem com o tempo. Tem que amadurecer muito. Isso não é algo que vem por acaso. E também não é para todos. Então eu acho que tem coisas. Frederico Gaelser foi um dos pioneiros da recreação pública no Brasil e na América Latina. E eu já recreei nas praças. Anterior a Secretaria Municipal de Educação eu já recreei na praça, preocupada com a educação das crianças. O Frederico Gaelser, ele tinha princípios de educação, de meio ambiente, de convivência inter-geracional que hoje são top no debate, entendeu? (risos) Ele já tinha isso em 1926. Só que ninguém estudou, ninguém deu valor naquela época. E nós inventando a roda aqui, no final dos anos 90. Então assim ó: quando tu for buscar os clássicos da sociologia, da antropologia, tu vai ver a questão da evolução do lazer, principalmente do tempo livre, bababa. Só que aí tu pega a gestão, a gestão se formou no trabalho, no desenvolvimento econômico, bababa. Então assim ó: as coisas estão dadas, tanto num campo quanto no outro. O que falta é o diálogo. Que alguns vão fazer porque que querem e acreditam e os que não querem para manter o distanciamento, porque é bom assim. Eu normalmente tenho sido muito bem aceita no meio acadêmico, mas principalmente para fazer relato de experiência. Que eu não me metesse muito de pato a ganso de fazer artigos e publicar pensamentos meus. Então a gente vê que, por mais que o discurso seja democrático, a prática as vezes se mostra muito sectária. E eu sou, digamos, vítima e algoz desse processo. Tanto pra um lado quanto pro outro lugar. Por isso que eu te digo que eu acho que estou no entre-lugar. Mas o entre-lugar é um lugar interessante.

APÊNDICE H – Transcrição da entrevista do gestor A, realizada por Fernando Augusto Starepravo, em 25 de março de 2010.

**Entrevistador – Queria primeiro agradecer pela sua disponibilidade, e a primeira questão que eu gostaria de saber é sobre sua formação, qual sua formação?**

Gestor – Então... eu sou... acho muito importante minha formação até no nível médio. Eu fiz magistério e... e foi o magistério que me despertou para a educação física. Ai eu me formei em educação física em 1972 e... depois... eu comecei minha trajetória pelo esporte de rendimento. Eu era atleta, técnica, árbitra, encantada pelo esporte. E também não existia uma educação física que não fosse a desportivizada. Até que em 80 eu descobri o lado pedagógico do esporte. Ai eu fui fazer especialização em pedagogia do esporte. Entrei na universidade por conta do esporte, e foi na universidade que me despertou para a área do lazer... histórico... e a decorrência foi o doutorado em Educação.

**Fale um pouco sobre sua experiência no campo acadêmico e burocrático, como gestora.**

Então... eu acho que eu sou mesmo eminentemente educadora. Por isso eu falei do magistério. Eu sou uma das poucas professoras da UFMG, que aposentei na UFMG, no ensino superior, 40 horas sem dedicação exclusiva e 20 horas na educação básica. Só mesmo quando, após o doutorado, que eu criei o CELAR, os cursos de pós-graduação, que eu tive dedicação exclusiva. Toda minha vida eu me dediquei a educação básica e ao ensino superior paralelamente. Não é... e era intencional. Já naquela época eu achava que era difícil você formar um bom profissional, se eu não estivesse lá em campo, vivendo as coisas da prática profissional e tal. E na escola, eu não apenas dei aula de educação física. Como eu vim da experiência do esporte de rendimento, da universidade. Quando eu entrei na universidade eu descobri que existia esporte, então comecei a praticar e na mesma hora, eu criei todas as redes de treinamento que eu trabalhei. Já naquela época, sem saber, eu tinha o sangue da democratização, né? Então eu tinha bons resultados nacionais e internacionais, eu fui convidada várias vezes para fazer um trabalho de técnica junto ao Minas Tênis Clube e a outros clubes, e eu preferi ser técnica de escola pública. E ainda brincava muito com meus colegas: tem que ser campeã mesmo sendo de escola pública. Conseguimos ser campeã brasileira de determinada categoria, e isso pra gente foi uma glória porque não sabia bem porque naquela época tinha todo esse interesse pela área escolar. Fui entender isso quando eu conheci o campo do lazer, e no campo do lazer eu conheci todas as áreas, a multiplicidade de áreas que tem no campo do lazer. Então eu passei a conviver com sociólogos, pedagogos, antropólogos, filósofos e... e eu vi que eu já tinha um leve interesse pelas humanas. Me encantei. E acho que é isso mesmo. Eu já tinha aquele espírito da democratização, mas vivido de uma maneira sem ainda muita consciência na época que eu era atleta. Mas depois cada vez mais eu abracei a causa. A minha trajetória com a gestão pública ela começa por aí. Uma pratica como educadora na educação básica, enfim, ensino superior, na formação de alunos de graduação e pós-graduação. Na criação de centros de pesquisa, etc. muito preocupada com a pratica de esporte e lazer para todos. Eu atribuo ao fato de eu ter sido atleta também um pouco isso. De ter tido uma infância onde eu brinquei muito no interior. De ter tido uma família que valorizou sempre muito a cultura. De ter uma família muito politizada. Uma família muito envolvida com as questões políticas e culturais. E ter

vivido um período muito duro da nossa história. Hoje eu to com 59 anos. Então eu me formei no magistério em 68. Fui atleta na década, nos anos de 70, 71, e quem era o patrocinador da nossa equipe: o exercito brasileiro. É nesse contexto que as poucos eu fui entendendo, que eu estava dentro de um contexto, que chegou uma época que eu cheguei a negar esse contexto. Então eu era patrocinada pelos militares, que faziam a maior representação em nosso país. E no entanto eu estava me beneficiando da prática esportiva com outro olhar, com uma outra qualidade, como exercício e qualidade de vida. Eu acho que sempre achei o esporte nesse país muito injustiçado. Eu achava que o esporte não poderia ser apenas massa de manobra, a pratica esportiva, mas que ele precisava desse outro olhar. Então foi isso que me atraiu para o lazer, foi isso. Outra coisa que me atraiu muito o lazer foi a questão da interdisciplinaridade, eu gosto muito de estudar, eu gosto muito de entender a realidade e na medida que você convive com pessoas com formação diferente eu passei realmente a perceber que a gente tem um óculos com uma lente mais aguçada para ver a realidade. Então realmente para mim isso foi determinante para minha pratica. Na maneira que eu conduzo minha formação continuada. Até hoje estudo. Acho que não vou parar de estudar nunca. Até hoje eu acho que tudo tem que ser educativo. E acho que o trabalho na gestão, tanto acadêmica e algumas oportunidades na gestão pública como eu estou tendo agora, ele tem esse papel. Acho que nós temos que fazer um trabalho que garanta de fato o direito da população ao esporte e lazer, da melhor maneira possível. Trabalhando com pouco orçamento ou muito orçamento, aproveitando todas as oportunidades. Vendo nas pessoas que você está trabalhando, pessoas que possam ter autonomia numa prática política continuada. Só com o olhar educador que eu posso fazer isso na gestão pública. E ainda trabalho para uma secretária que também tem esse olhar educativo. E nós precisamos disso. De uma educação continuada. E não só do gestor que vem de uma pratica acadêmica. Legisladores, gestores que trabalham nas diversas..., lideranças comunitárias. Então eu não sei bem separar a prática acadêmica, que eu chamo de educativa, e eu não sei separar a prática educativa da prática da gestão. Eu acho que a gestão é imbricada. Ela deve ser.

### **Como a senhora foi chamada a responsabilidade de conduzir o Departamento de Ciências e Tecnologia da SNDEL?**

Curiosamente, eu não conhecia a pessoa. Eu não era do circulo de amizades da Rejane, secretária que me convidou. A gente se conhecia profissionalmente. Eu já havia participado de mesas redondas com ela em alguns eventos. Eu era consultora da prefeitura de Belo Horizonte, governo popular, 93, com Patrus Ananias prefeito. E eu a partir do momento que comecei a trabalhar nessa prefeitura como consultora, construindo políticas públicas participativas, eu passei a trabalhar em outras. E em determinado momento eu fui convidada por conta de um trabalho acadêmico, para fazer um livro sobre política participativa. E como eu já tenho a essência participativa, eu não vou fazer uma política participativa escrevendo sozinha. Eu tenho que escrever junto com quem faz política participativa. E aí elegi algumas práticas brasileiras, pra, com entrevistas e tal, para entender essas praticas, trabalhei com Porto Alegre, foi ai que Rejane foi uma depoentes, Caxias do Sul, trabalhei com Mato Grosso do Sul, trabalhei com Belem, enfim, trabalhei com outras secretarias, outros estados também. Acho que essa pesquisa nos aproximou. A gente pode dividir um pouco melhor o conhecimento que uma tem do trabalho da outra. E aproximou também nossos amigos comuns. Marcellino por exemplo, etc. Então eu acho que quando ela foi para Brasília e ela precisava de alguém para dirigir

o Departamento de Ciência e Tecnologia, ela me disse que precisava pensar em uma pessoa que tivesse conhecimento da gestão pública, e ela sabia que como consultora eu tinha assim um pouco de experiência, aliado ao da produção do conhecimento sobre a gestão pública, que eu acho que minha obra como um todo, e em particular essas pesquisas que eu fiz, inclusive sobre Porto Alegre e ela me convidou. Então eu fui convidada mesmo pela performance, enfim, pela trajetória na área.

### **A partir de quando foi isso?**

Eu fui para Brasília no Pan, em 2007. Eu assumi efetivamente no Pan. Eu assumi assim, cheguei em Brasília e a Rejane disse assim: agora você dirige. Porque ela, a Cláudia, o ministro. Todo mundo foi pro Pan. E eu fiquei administrando a Secretaria. Então é um fato curioso. Mas foi em julho de 2007 que eu assumi.

### **E quais as principais ações do Departamento durante a sua gestão?**

Então, eu acho que a principal, como eu venho do trabalho em Ciência e Tecnologia, eu era pesquisadora, eu era coordenadora de curso de pós, coordenadora de centros de estudo, eu acho que imprimi também ao Departamento um encaminhamento político científico. Então acho que a primeira coisa, foi o projeto da Secretaria me agradava muito e eu fiquei muito feliz em entrar numa Secretaria que tinha sido criada aliando conhecimento às práticas (...) como uma forma que se trabalhasse junto a gente poderia ter uma política mais qualificada. Nunca tinha visto uma política daquela maneira, né? Que normalmente a pesquisa está em Educação, Ciência e Tecnologia, enfim, não no Esporte. Então pra mim era uma novidade e um desafio ao mesmo tempo. Então o conhecimento foi o que me mobilizou. E o mais interessante é que quando eu cheguei e fiquei um mês quase que sozinha no Ministério, eu tive um tempo pra digerir um pouco o que era ser a Diretora de Ciência e Tecnologia. Tentar ler a política e tal porque a gestão é muito rápida. Eu acho que se eu tivesse assumido ali já trabalhando, eu não teria o tempo para digerir como eu tive. Eu tive um tempo de vasculhar, fazer um primeiro mapeamento. Aí eu fui descobrindo, no próprio projeto da Secretaria, no próprio projeto da Política Nacional, eu fui descobrindo aspectos que tinham muito a ver com o que eu já havia discutido e trabalhado em experiências anteriores. Inclusive recente onde também num trabalho nacional, eu já tinha trabalhado com a gestão do conhecimento. E imediatamente pensei na gestão pública, porque acho que seria uma tecnologia que poderia ajudar pro Ministério. Porque a gestão do conhecimento implica você, é... o objetivo dela é melhorar, qualificar a atividade profissional, a atividade política, daquela instituição, né? Daquele grupo, daquele setor, daquela entidade. Mas, a partir de um conhecimento qualificado. A princípio sobre ela mesma. E a partir daí sob o potencial que ela pode desenvolver dentro daquilo que ela se propõem. E aí esse diagnóstico sobre a realidade do conhecimento, ele deve ser levantado. Tem que ser sistematizado, e tem que ser difundido, de modo que ele volte a quem o produziu. E nessa circularidade você vai melhorando as relações, você vai melhorando as performances de gestão, você vai melhorando as competências políticas. E esse foi o problema. Então eu comecei aquele trabalho de formiguinha, porque como a Secretária num tava acostumada com uma tecnologia como essa. Aí eu tive que levar um tempo pra recuperar quais foram todos os convênios que tinham passado por este Ministério, quem que pagou, porque que fez. Cadê o produto. Então, agora, efetivamente agora, quase quatro anos depois, é que nós estamos buscando condições de fazer um balanço. Começamos um balanço agora.

Contratamos também uma instituição que nunca tinha passado, não tinha integrado a Rede Cedes, e tem análises interessantes, críticas. E trabalha com a gestão do conhecimento. E pra, de posse desses documentos, fazer uma análise profunda da... nós já temos um número significativo, apoiamos 129 convênios de pesquisa. Temos hoje, efetivamente hoje, até semana passada 71 núcleos, nós temos 59 universidades nessa Rede. Só de coordenadores de pesquisa 90. Só de outros pesquisadores mais de 260. Só de bolsistas mais de 400. Daí? Cadê o conhecimento produzido? Ta, ta aqui, ta no livro, mas como ele chega de fato lá na ponta. Então agora é que as pesquisas estão começando a chegar já, produtos sistematizados, nós elegemos o ano de 2010 como o ano da difusão. Então nós estamos criando o repositório digital, onde será disponibilizado, aberto, com acesso ao público. E vários outros mecanismos para que ela volte aos programas sociais, a sociedade como um todo, de forma a qualificar essas práticas. Pra isso nasceu o Departamento de Ciência e Tecnologia. Pra isso nasceu a Rede Cedes. A Rede Cedes ela é (...) do Programa Esporte e Lazer da Cidade, que tem o eixo núcleos recreativos de esporte recreativo e lazer e trabalha com a pesquisa. Então ela nasceu para qualificar o trabalho dos núcleos, e os núcleos levantar demandas para os estudos, para a busca de novas tecnologias. Mas é um processo longo.

**E entre essa relação que você colocou da Rede Cedes, que ela surgiu para fomentar o PELC, como isso tem se efetivado? Efetivamente como vem ocorrendo isso?**

Eu acho que a primeira forma que isso tem se efetivado, a partir do momento que a gente busca conscientizar todo mundo que entra no PELC e na Rede Cedes que eles não estão trabalhando solo. Que eles não estão trabalhando só no núcleo da sua universidade. Eles não tem que ficar preocupados só com o que acontece na sua instituição. Eles tem que estar atentos às outras Instituições de Ensino Superior. Eles tem que ficar atentos com o que acontece com os núcleos das cidades. Isso não é fácil. Porque a tendência é que quando você faz. E a partir daí, uma das estratégias, da nossa Secretária, em todas as reuniões do PELC, tem que reunir gestores, formadores e pesquisadores. E não poucas vezes pesquisadores “vem cá, o que eu to fazendo aqui?”, se a programação ta falando de avaliação de núcleo? Não é melhor eu ir pra casa trabalhar? O que eu to fazendo aqui? Não. Aí vem aquele trabalho de sensibilização. Que ele possa estar ali para que ele possa ouvir o público prioritário dele, o público alvo dos estudos dele. Aonde que os problemas de pesquisa nascem? Como eles estão sendo construídos? Como eles estão emanando de demandas de gestores, de demandas que a gente do programa. Então quer dizer, esse trabalho, ele é complicado. Agora, tem várias outras. Mas eu queria citar só mais uma estratégia, que uma é colocar junto, pensando junto e amadurecendo junto. A outra é fazer o que a gente está fazendo aqui. Toda reunião que a gente faz, a gente registra, escreve, publica, divulga. Porque como a gente acredita no conhecimento como a mola de transformação e mudança, tudo é conhecimento. O debate, a convivência aqui, tudo é momento de produção do conhecimento. Se a gente consegue fazer bons registro, consegue colocar em livro, e consegue divulgar, nós acreditamos que a gente... e consegue colocar em pdf no site, de livre acesso, a gente está gerando para o país informações, e pra quem está na Rede, pra quem está no PELC, pra quem está em outros programas que são parceiros nossos, gerando informações que podem ser preciosas para tanto o desenvolvimento de pesquisas significativas para o campo acadêmico brasileiro,

como para praticas que possam também representar e serem qualificadas pelo conhecimento gerado através do meio científico e tecnológico.

**E a partir dessas intencionalidades da Rede, ela, você numa avaliação acredita que estão sendo alcançados esses objetivos, onde está mais carente, aonde já avançou?**

Olha, nós estamos com essa sua pergunta, ela vai ser muito bem respondida daqui uns 10 anos. Porque ela implica mudança cultural. Não tenho a menor dúvida. Agora, quando eu vejo, por exemplo, nossos pesquisadores, como nós tivemos ontem, pesquisadores nossos, na mesa falando de pesquisas e falando, o discurso, que é o discurso que o programa acredita, eu acredito que já há uma consciência do que está acontecendo. Quando a gente vê em eventos como esse, pessoas, eu não vou citar nomes, porque não é legal, mas tem pessoas nesse evento, um em particular, que eu todos eventos nossos, ela vai, e é secretário de estado de esporte e lazer, ex-atleta de alto rendimento, ainda é atleta de alto rendimento. Que a gente, há, sempre achou que o atleta de rendimento não tem paciência para uma reflexão, pra um debate, nem nada disso. Um gestor menos ainda, porque não tem tempo. E essa pessoa participou de todos os eventos, senta, é a primeira a chegar e a última a sair. E anota tudo, debate, tenta modificar a sua prática. Quando a gente vê postura, atitudes assim, eu acho que alguns resultados significativos a gente já pode apontar. Quando a gente vê o que a Rejane falou, é o nosso objetivo e a nossa política é de política pública, de Estado e não de governo. E quando a gente vê o plano decenal já com a proposta colocada para esta 3ª Conferência, itens. Um item só de Ciência e Tecnologia. Em outro item a Rede Cedes citada, junto com o PELC, como proposta dela se transformar em política de Estado, eu acho que já é uma avaliação. Porque o PELC, significa que ele já foi reconhecido, publicamente pelos próprios gestores, ele foi reconhecido publicamente pela política nacional de esporte. Quando a gente vê órgãos de Ciência tendo decisões significativas, e vários dos argumentos, colocados em pauta, ser a produção da Rede Cedes, como é o caso da volta do Qualis do livro da Capes. Da busca que todos editores das principais revistas brasileiras de educação física, sentaram com a gente, construíram o edital, garantimos recursos nesse edital de apoio aos periódicos da Educação Física brasileira. Quando a gente vê que está tendo um reflexo significativo quando a Rede Cedes apoiando, fomentando mais pesquisas na área social, do que por exemplo, CNPQ. Então quando a gente vê isso acontecendo, alguma coisa está mudando no país, e eu acho que é o conjunto dessa obra aí que é o pai dessa história, né? Que todo mundo participa desse trabalho. Mas tem muita coisa pra mudar. Porque a avaliação que a gente faz não é de um insucesso num debate, um caso isolado de um gestor. O nosso sonho é que todos que entrem nos núcleos do PELC, tenham consciência da importância do conhecimento. Que todos os pesquisadores que entrem na Rede tenham a consciência da sua responsabilidade política, da produção do conhecimento que ele participa. Mas então. Esse ideal tá longe, porque sei que não é uma questão só nossa. É uma questão do avanço da Ciência. Mas se você ver um número crescente de demandas que entram pra Rede Cedes. A gente sente que novas instituições que querem entrar na Rede. Eu acho que isso já é um resultado bastante significativo. Pode alguns ficar achando que com isso a gente está pulverizando a Rede, mas a intenção não é essa. É realmente, que nós acreditamos que esta disseminação, ela não é sem lógica, ela tem uma lógica, e ela é respaldada naquilo que a gente entende por democratização do conhecimento.

**Tem alguma estratégia nessa expansão da Rede, no sentido de priorizar algumas regiões ou algum tipo de núcleo de pesquisa? Enfim, quais as estratégias de expansão da Rede Cedes?**

Olha, todos os nossos editais são construídos coletivamente, discutidos com o fórum de coordenadores da Rede. O último edital eu acho que avançou significativamente no sentido que você está me perguntando. Por que a Rede não é assim uma questão de indicar universidades que a gente gosta. Não é essa a questão. Não é essa a lógica da escolha dos núcleos. Se a lógica da escolha dos núcleos é a escolha da capacidade científica da entidade, (...27'28") gente sabe, você acompanha o desenvolvimento da pós-graduação no Brasil. O acumulo dos cursos de pós-graduação está região Sudeste e Sul. A região Norte não tem nenhuma pós-graduação (mestrado e doutorado) na área. Então como que a gente vai fazer? E aí as estratégias são as seguintes: 1º) o edital deu um passo quando os próprios pesquisadores criaram categorias no edital, podendo você escrever como um grupo de pesquisa somente, como um consórcio de grupos, consorciante com instituições maiores. E esse consórcio de grupos, eu tenho depoimentos significativos. Agora mesmo em uma reunião em Recife, eu tive um depoimento da parceria entre Natal e Paraíba, que estavam com dificuldade para desenvolver pesquisas próprias, e o que eles fizeram? Tinham dois pesquisadores interessantes na Paraíba e no Rio Grande do Norte e se reuniram num projeto só, escreveram e entraram agora. E já estavam me relatando o resultado disso. Como o expertise de um vai até o outro e vai havendo uma troca. Essa questão da troca é muito importante. Uns tem mais experiência que outros. Nós já tivemos experiência de consórcios de Universidades do Nordeste com Universidades do Sul e do Sudeste. Esta é uma estratégia que eu acho muito boa. A outra a própria Rede deu desde a sua criação. As pesquisas elas são conveniadas por dois moldes: ou semi-induzidas por um edital que determina as linhas a serem inscritas, que vão orientar as inscrições dos projetos, ou induzida. O que significa induzida? A Secretária, após a seleção pela edital, ela faz o balanço: que demandas estão postas pela Política Nacional que não foram inscritas no edital? Então nós vamos convidar Universidades para atuar nessas demandas. Eu cito dois casos: em 2007 foram os indígenas. Nós tínhamos que desenvolver política indígena, e não sabia nada da cultura indígena, das praticas corporais indígenas. A gente sabia que existia uma rede de universidades que tinha pesquisas muito interessantes sobre indígenas, e nenhuma delas havia inscrito no edital. Então nós convidamos para fazer uma pesquisa consorciada de seis universidades para fazer o trabalho sobre os indígenas. No ano seguinte, nós fizemos o mesmo com os quilombolas. Ninguém... Tinham pouquíssimos estudos sobre quilombos e uma demanda seriíssima né? Talvez uma das mais sérias que chegaram até a gente, em termos de pobreza, de exclusão social, foram as demandas dos quilombos. Então o que nós fizemos? Não tinha uma pesquisa nesse porte escrita e nós convidamos uma universidade que junto também com outras universidades e outros cursos, não só de Educação Física, mas de Antropologia, Sociologia fizeram também uma pesquisa consorciada e já está agora entregando os resultados. E nós vamos tentar analisar esses dados tendo em vista a elaboração de uma política específica para esses grupos. Porque não adianta falar esporte é direito de todos. Se você não tem nem instrumento para como abordar esse a corporiedade dessa população, para entender seus problemas, ter uma inserção comunitária nesses grupos. Então eu não sei. E essa pesquisa tem esse papel. Né? De se inserir nesses grupos, ir lá, conversar, trazer demandas. Ajudar a reformular as demandas, depois voltar com o



processo da participação deles. E é isso. Essas são duas, tem mais, mas essas duas que eu destacaria.

**Mas então a produção da Rede está servindo como um subsídio para pensar a própria ação da Secretaria Nacional?**

Não só da nossa ação. Quando a gente fala que a Rede nasceu para qualificar o serviço público, ela nasce como eixo do PELC, mas quando a gente fala que o PELC é uma política pública de Estado, intersetorial, o PELC não é uma política fechada em si mesmo, então a Rede tem que pensar as políticas públicas daqueles núcleos, relacionados com a justiça, com o turismo, com o meio-ambiente, com a saúde e relacionada com demandas hoje nacionais e latino-americanas, que já chegaram até a gente. Então assim, pensar política de Estado é pensar que é um programa que nasce de uma demanda consolidada por demandas maiores. Como é que eu chegaria nos indígenas se eu não tivesse ajuda da Funasa, da Funai, se eu também não tivesse o apoio da cultura, se eu não tivesse o apoio da educação, entendeu? Da justiça. Juntos nós vamos, chegamos, no público-alvo, que é o mesmo para todos, e lá, de maneira complementar, a gente lê e trata dos nossos problemas. Hoje a gente pensa política pública assim. Ela tem que ser intersetorial. Ela tem que ser participativa. Ela não é feita num gabinete e levada como pacote. Ela tem que ser propositiva no sentido de ajudar a construir soluções. Mas ela tem que ser crítica para ler as dificuldades, ler as demandas, sem querer mascarar os problemas, mas enfrentá-los.

**E para os gestores nos outros níveis (estadual, municipal), você acredita que essa produção da Rede, ela tem subsidiado de alguma forma a atuação desses gestores?**

Pois é. Eu vou te falar uma coisa com sinceridade. Eu não digo que é o nó cego porque tudo foi novo pra nós de 2007 pra cá. E três anos é muito pouco tempo pra levantar o conhecimento, sistematizar conhecimento, mobilizar conhecimento. Agora pra difundir conhecimento e ainda ficar, mesmo a gente já tendo algumas ações nesse sentido, a desejar a avaliação. Com mais uma gestão da Rejane talvez a gente poderia dizer uma resposta pra você nesse momento. Daí estaria de bom tamanho, mas a gente não tem perna. Duas ou três pessoas pra tratar de tudo isso. A gente não tem perna pra fazer tudo ao mesmo tempo e tem mais, a avaliação não basta você querer, tem que criar a cultura da avaliação. Então o que nós estamos tentando criar, e o Repositório é um exemplo, é tentar gerar a cultura da avaliação. O hábito de pegar relatório, difundir relatório, registrar dados, difundir dados. Dar sentido aos relatórios, dar sentido as („35'14”), enfim, sem isso a gente não pode responder uma pergunta sob a pena de estar respondendo pelo “eu acho”. Agora a gente tem dados que possam ajudar a pensar, a mudar. Por exemplo, nós sabemos que vários dos componentes da Rede são protagonistas de movimentos políticos locais. Várias pesquisas nossas já foram utilizadas para formatar qualificação de campanha política de partidos, para mobilização de secretarias, estaduais e municipais, né? Para mobilizar parcerias. A gente acabou de ver uma relação que eu tive agora, que uma pessoa de uma secretaria chegou com entusiasmo muito grande, e perguntou da produção científica que a gente tem. A primeira coisa que fiz com esse novo colega, que vai trabalhar na gestão pública, eu chegando em Brasília, eu já vou pegar todos os meus livros e mandar pra você. Então nosso papel é muito grande. Ao invés de ficar contando a história do PELC, eu vou mandar os livros pra ele. Olha, fica a vontade, leia, a gente está a disposição para conversar.

Nós temos companheiros na sua cidade quem podem ajudar, a universidade locais que podem te ajudar. Então, enfim, ele é um trabalho de formiguinha, num país muito grande. Então uma resposta como essa vai demandar uma avaliação mais criteriosa, que eu acredito que nós vamos caminhar para isso. Se esse ano ta sendo o ano do balanço, do repositório, por causa da divisão do conhecimento, 2009 foi o ano da avaliação. Então o que nós fizemos no ano de 2009 pra tentar chegar no que você pergunta. Todas as reuniões regionais que reuniram gestores, pesquisadores e formadores, o tema foi avaliação. E antes tinha uma pesquisa, que me fugiu agora, da construção de um sistema de avaliação do PELC. Mas de modo participativo. Então a pesquisa era o seguinte: os pesquisadores iam, participavam de todas as reuniões regionais no Brasil inteiro, eles ouviram todos os segmentos: gestores, pesquisadores e público atendido. E a partir do conhecimento das demandas, realidades, do que as pessoas entendem do Programa, do que as pessoas sabem sobre o assunto, eles estão construindo um instrumento de avaliação para avaliar o próprio programa. Então os critérios de avaliação eles estão construindo com as pessoas. Essa pesquisa, nesse fim de semana exatamente, ta no seu estudo piloto. Eles fizeram já o modelo de avaliação. Eles estão aplicando em dois pontos do país esse sistema. E depois vão re-ajustar esse sistema, e vão devolver pra gente, pra que a gente aplique o tempo inteiro. Esse movimento de fazer uma mobilização por conta de um projeto de pesquisa da Rede Cedes. Por que é um projeto de pesquisa da Rede Cedes. Ele gerou muita coisa, porque ele gerou... começou a gerar necessidade de dar sentido aos relatórios, começou a gerar necessidade de dar sentido as informações, aos debates... Do que é mesmo que eu to falando? Enfim, é um processo que a gente sabe que é muito difícil porque ele implica mudança cultural. Por isso eu acho muito importante o ano de 2009 nesse sentido da avaliação. O sonho é que esse sistema de fato comece a ser aplicado daqui pra frente. E aí a gente vai ter respostas mais objetivas. E com certeza uma das questões levantadas é “se o projeto PELC é educativo, ele educa pra quê, ele educa como, que fundamentos orienta essa educação, quem é que trabalha os fundamentos ou não”, que também é nosso objetivo na Rede Cedes, aonde é que vai subsidiar o PELC. Ela vai ser um elemento de qualificação do projeto. Não é a estrutura pensante do PELC. O grupo pode utilizar outros autores, clássicos, mas até que ponto todos esses autores, todas essas obras que estão fundamentando as ações educativas do PELC tem a ver mesmo com o principio educativo que o PELC deseja. Até onde que a nossa produção do conhecimento ta sendo usada lá? Se não tiver, porque que não está? Eu diria que ela ainda não está plenamente usada porque pesquisa não é “vapt-vupt”. As primeiras pesquisas mesmo pagas por edital público foi em 2007. Então, significa que só em 2009 elas estão sendo concluídas. Só em 2009, 2010 elas vão chegar em forma de livro. Então agora que elas estão em “ponto de bala” pra voltar pra lá. Então como a pesquisa demanda de tempo de produção, essa é uma pergunta boa pra 2011, 2012, porque ai a gente já tem o principio da produção de uma certa forma já consolidada, e da difusão também, né? Ai a gente já pode falar melhor sobre isso.

**E em relação a esse produto da Rede Cedes: os artigos, os livros, como você vê essa produção em termos de qualidade, ou daquilo que se imaginava lá no princípio ao induzir pesquisas. Isso tem atendido ao que vocês imaginavam?**

Olha, a gente paga pesquisa e relato de pesquisa. Em síntese a gente contrata livros, as vezes a pesquisa vem em forma de cartilha, em forma de vídeos, vem em forma de sistema, enfim, mas a gente paga esse produto. Se você analisar o

currículo de nossos pesquisadores, eu acho que você vai ter um dado significativo. Vou dar um exemplo: o Estatuto do Torcedor. O Ministério induziu uma pesquisa sobre, é... observatório de torcidas. E esse pesquisa não foi publicada ainda. Se você pegar os seis coordenadores da pesquisa, estudaram campeonato brasileiro em determinado período para estudar o Estatuto do Torcedor aplicado nesse campeonato, você vai encontrar uma lista enorme de artigos científicos publicados nas principais revistas do país, livros, grupos de estudos que foram formados, outros estudos que eles orientam, e aí a gente nem tem ainda o controle disso. Espero que no balanço isso apareça. Esse é um resultado interessante. O outro também não é eu que digo. O próprio Fernando Mascarenhas colocou pra nós ontem, e outros pesquisadores colocam. O Conbrace, por exemplo, nosso maior fórum de Educação Física, quantos livros a Rede Cedes lançou no Conbrace, no ano passado? Vinte e três. Então não é pouca coisa. É... como já falei, nossa produção já mexeu com a Capes. Já mexeu com vários outros órgãos de pesquisa. Agora, isso gerou, como tudo que cresce, trás também problema, né? O maior problema que esse crescimento da Rede trouxe pra gente é que como cresceu em quantidade, a repercussão da Rede, agora ela tem que crescer em qualidade. Porque da mesma forma que o argumento do Qualis Livro é um argumento interessante porque tem muita produção nessa área agora. O Qualis Livro já vai ser um instrumento que já vai crivar os trabalhos produzidos. Eles contemplam mesmo estudos editados. Como nós estamos reagindo a isso? Primeiro, maior rigor hoje nas prestações de contas. A gente está imprimindo maior rigor. Quando a gente paga uma pesquisa, o pessoal tem que prestar conta do produto também, não só prestação de conta financeira. E aí a gente não só ta analisando o livro, se realmente o livro entregue foi o que foi contratado, vamos dizer assim, como também já nasceu uma demanda da gente criar uma linha editorial, com comitê editorial, para avaliar melhor essas obras, e não no sentido de avaliar, pra contestar a produção do conhecimento, mas sobretudo para avaliar como elas possam serem transformadas, por exemplo, em outros meios de comunicação. Tem muitas pesquisas interessantes, que elas vão servir para pesquisador, mas elas não estão na linguagem da população. Então essa é uma boa obra pra se transformar em cartilha, pra transformar em vídeo-educativo. Então assim, isso vai demandar, e nós já estamos no processo de criar normas operacionais para a Rede, e dentro dessas normas criar comissões editoriais que vão ajudar a gente a fazer participativamente essa análise do que se está fazendo.

**Você chamou outras pessoas oriundas do campo acadêmico para essa gestão da Diretoria, ou não?**

Na verdade quem chama, quem indica a equipe é a Secretária. Eu não indiquei pessoalmente ninguém. É a Secretária a responsável pela organização da equipe. Mas nós temos na Secretaria, no Departamento, o seguinte: eu sou a Diretora e tem duas funções de coordenadoras. É... coordenadoras que trabalham tanto com a organização do conhecimento, quanto com o campo do intercambio, da cooperação interinstitucional. Esse cargo de coordenadora sempre foi ocupado por pessoas com experiência, no tempo que eu estou trabalhando lá. Não vou responder por outras essas coisas. Mas sempre foi ocupado por pessoas que vem com experiência de Universidade e de gestão. Nós já tivemos uma com experiência em trabalhos comunitários. Tivemos outra com experiência de prefeitura, larga experiência de prefeitura. Tivemos outra que nós tiramos da função de Secretária municipal. Ela era Secretária Municipal de Esporte e Lazer, e pesquisadora. E nós tiramos ela de lá pra levar para Brasília. Porque, experiência dupla, tanto de gestão, quanto de

pesquisadora. Então, mas todas com experiência científica, e isso é legal porque você acaba tendo um interlocutor assim importante, né? E sempre naquela idéia, que o perfil desejado é aquele que pudesse casar a experiência acadêmica com a experiência de gestão. Esse é o perfil ideal.

**Nós já perguntamos sobre os gestores, e agora gostaria que você falasse sobre os trabalhadores do sistema, aquelas pessoas que estão executando as políticas, especialmente no PELC, a produção atinge esses trabalhadores? Como o Departamento atua na formação do pessoal que trabalha diretamente com a população?**

Tem uma gestão além dessa de formação do PELC. Tem uma ação específica da formação de gestores, que é do meu Departamento. Um sistema de gestão compartilhada. Através dessa co-gestão compartilhada, a gente não só ajuda a pensar a formação dos gestores que estão responsáveis pelo PELC, como gestores em geral. E esse trabalho aqui foi financiado pela ação do sistema de gestão compartilhada, porque esse é um Seminário que a gente mobilizou gestores de todo o país, não só gestores públicos, mas gestores que atuam em várias frentes, e você sabe que é um número significativo. Nós tivemos dezenove estados, Distrito Federal. Então assim, uma regra básica que nós, pra poder chegar nesses gestores: quando alguém vem e pede fomento para um evento, a gente fala, toma, mas tem que ter um fórum. Há, Enarel, vamos apoiar o Enarel, ótimo, vamos apoiar o Enarel, então abre um espaço pra gente fazer um fórum perfeitamente, no caso um fórum de gestores no Enarel. Há, alguma prefeitura quer que a gente faça uma palestra, mas dá para fazer uma palestra convidando lideranças comunitárias, as prefeituras ali ao redor, você estimula o promotor a não ficar só nele mesmo. Dá pra fazer uma divulgação na região sobre a palestra que a Secretária por exemplo vai fazer? Ótimo, e a gente prioriza isso. Não tem muito recurso, mas um critério de priorização do recurso, se ele permite isso, e registra também. Por que evento científico sem registro a gente não apóia, porque a gente tem um processo de distribuição. Porque é muito fácil, a gente apóia o registro científico, sai os livros, na hora que saem os livros a distribuição fica por conta do Ministério, e a gente põe não só o “.pdf” no site, como o impresso a gente manda para todas as prefeituras, para todas as universidades, isso precisa circular. Ano passado nós distribuimos acho que 1.800 livros diferentes. Então assim, a produção ela é limitada, e ela é mais específica para pesquisador. Então a gente limita e prioriza as bibliotecas dos cursos. Agora, as vezes é um livro de gestão, a gente manda pra todas as prefeituras, para todos os núcleos, manda as vezes para os núcleos dos programas parceiros, então a gente manda pra todo mundo. Há, não tem mais o livro! A gente vai dar o recurso para a segunda edição e manda pro restante. Então é essa uma preocupação que a gente ta vivendo demais.

**E por que nem todas as obras da Rede Cedes estão disponíveis? O Repositório acho que é uma iniciativa nesse sentido, mas hoje através do “.pdf” você não tem acesso a todas as obras, por exemplo.**

Porque que não tem todas as obras? Primeiro, elas só começaram a chegar recentemente. Segundo, aquelas que chegaram em 2006 e 2007 não tinham essa regra. Nós tivemos que correr atrás do tempo e falar. Até as que chegaram no início de 2008 não tinha essa regra. Então é uma luta que a gente está indo atrás para procurar o “.pdf”. As pessoas as vezes nem ta naquela universidade mais, ta em outra. É um pouco de dificuldade nisso, né? Essa é uma questão. A outra é que o

Repositório agora que está sendo organizado. Então como é agora que está sendo organizado, é agora que a gente está podendo priorizar, tendo uma equipe de oito pessoas. Então, em priorizo uma coisa de cada vez. Em 2007 foi fazer a cultura da gestão. 2008 foi para catar a obra. 2009 é para começar a colocar. E eu tenho uma lista que está encima da mesa assim: ta no site, não está no site, porque não está, vamos atrás. Se alguém não for eu vou pessoalmente atrás. É um trabalho de formiguinha.

### **Mas a intenção é colocar tudo?**

Tudo. Agora é nossa meta, fechar 2010 com tudo. Sair da gestão deixando esse legado. Por que é uma meta que implica não só personalidade, trabalho técnico de ir atrás, como cultura para mandar. Não basta você querer distribuir. Então com regras simples, nós tivemos que mudar agora, quer um exemplo? Quando nos começamos a publicar os primeiros livros, a idéia é, nós publicamos para ajudar os autores. Então saiu no edital assim: 5% da obra impressa vai para o Ministério. O que você faz com essa obra impressa? Não fala em “.pdf”, fala nada disso. Ninguém tinha que mandar o livro em “.pdf”. 5%. Quanto é 5% as vezes de 500 livros? O que você faz com 50 livros, 100? O que você faz com 100 livros, tendo um Brasil pela frente? Mas é tanta coisa pra gente fazer que a gente nem tava dando por fé que tinha obra que não tava circulando, ela ta circulando pouco porque a gente só tinha um exemplar encima da mesa para a prestação de conta, e mais nada. Até que um pesquisador alertou: falou, olha, eu não estou distribuindo para todo mundo porque eu não tenho grana pra por meu livro que é dessa grossura no Correio para todo o país. Então eu to entregando na medida que eu posso, às pessoas que eu vejo. Nós temos condição de fazer isso. Agora o último edital mudou: 80% vai para o Ministério. O Ministério recebe e banca essa distribuição. Então assim, são respostas, são perguntas hoje boas de fazer, porque hoje elas estão em nossa meta, mas não existia ainda uma política da Secretaria. Ela foi nascendo. Essas demandas foram nascendo e foram crescendo a medida que a Rede foi se consolidando enquanto conhecimento. E que precisa agora cada vez mais se consolidar enquanto núcleo. Isso é muito importante. Quer dizer que além de pagar pesquisa, gerar uma rede mesmo de pessoas, que troquem informações, que continuem debatendo, que se empenhem nisso. Rede é isso, né? Então a gente precisa agora avançar mais na rede que é núcleo mesmo, e não só avançar no conhecimento.

### **Para terminar, e aproveitando o que você vem falando, qual a perspectiva agora de atuação do Departamento? O que vocês pensam tanto dentro da gestão que está se encerrando, quanto daqui pra frente, o que vocês imaginam que vai acontecer com esse tipo de iniciativa? E nessa amarração, como você vê a aproximação entre o campo acadêmico e político?**

Bom, aproximação só há, né? Por que a gente ta lá porque a gente ta no campo político. E no campo político são conquistas imensas, e eu acho que a entrevista da Rejane, vai dar conta melhor do que eu já que o nosso tempo está encerrando e eu tenho realmente atividade agora. Agora a perspectiva que eu vejo, eu sempre trabalho com a perspectiva de legados, né? Eu espero que possa até dezembro deixar uma rede estruturada politicamente, conceituada frente ao Ministério do Esporte, frente ao Ministério de Ciência e Tecnologia, frente aos outros Ministérios parceiros, frente ao próprio presidente da República. Sonho que ela esteja aprovada, sendo encaminhada como projeto de Lei, para que ela continue de fato. Sonho que tecnicamente a gente deixe os livros organizados, cadastrados, divulgados, o

Repositório já pronto, já alimentado, e pessoas conscientes que isso deve continuar. Aconteça o que acontecer. Por isso que o Repositório, a formação, a avaliação... se continuar ou não o governo, a Rede, ela vai continuar pelas Universidades, ela vai se continuar pelos pesquisadores, e sonho que ela de fato, né? Mas daí é outra história.